UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS

Da Descolonização às origens da Cooperação Portuguesa: as figuras e os factos, as motivações e as realizações

João Eduardo Nunes Belo

Orientador: Prof. Doutor António Adriano de Ascensão Pires Ventura

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na especialidade de História Contemporânea.

2016

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS

Da Descolonização às origens da Cooperação Portuguesa: as figuras e os factos, as motivações e as realizações

João Eduardo Nunes Belo

Orientador: Prof. Doutor António Adriano de Ascensão Pires Ventura

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na especialidade de História Contemporânea.

Júri:

Presidente:

Doutor Paulo Jorge Farmhouse Simões Alberto, Professor Catedrático e Director da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Vogais:

Doutora Maria da Conceição Coelho de Meireles Pereira, Professora Associada com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

Doutor Alexandre Manuel da Fonseca Leite, Professor Auxiliar do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Autónoma Luís de Camões;

Doutor José Manuel Duarte de Jesus, Embaixador Jubilado;

Doutor Adriano José Alves Moreira, Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutor António Adriano de Ascensão Pires Ventura, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, orientador;

Doutora Maria Alexandre Lopes Campanha Lousada, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

Doutora Teresa Maria e Sousa Nunes, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

2016

NÃO HÁ HISTÓRIA SEM MEMÓRIA.
NÃO HÁ FUTURO SEM HISTÓRIA

IN MEMORIAM

DE TODOS OS QUE, DE UMA OU OUTRA FORMA, FIZERAM PARTE DESTA HISTÓRIA E SOBRETUDO ÀQUELES QUE ME AJUDARAM A CONSTRUÍ-LA E QUE JÁ NÃO ESTÃO ENTRE NÓS.

Curvo-me perante a memória dos Senhores:
- Embaixador Luís Gaspar da Silva
- Professor Doutor Ernâni Rodrigues Lopes
- Almirante Vítor Manuel Trigueiros Crespo
- Jorge Costa Oliveira

Resumo

A Descolonização dos territórios ultramarinos portugueses decorreu numa conjuntura profundamente adversa, devido a condicionantes de vária ordem.

Partindo do pressuposto de que a Revolução se fez, também, com o objetivo de levar a cabo as independências coloniais em conformidade com o direito internacional, caberia aos militares, ou melhor ao MFA, acautelar, em paz e segurança de pessoas e bens, a transição para as novas realidades. Porém, os interesses políticos e militares imiscuíram-se de tal forma que conduziram a uma descolonização rápida, mas nunca exemplar, como alguns a quiseram classificar, tendo em conta as consequências frustrantes para portugueses e africanos.

Se os atores mais conhecidos destes marcantes episódios da história contemporânea portuguesa foram militares em funções políticas, como Spínola e Melo Antunes, e políticos como Mário Soares e Almeida Santos, outros houve que, não tendo um protagonismo tão visível, foram muito importantes. Deles, será, igualmente, forçoso falar.

Com a descolonização, fechou-se o ciclo do império e abriu-se o novo ciclo europeu. Virada esta página, importava garantir a continuidade do relacionamento em novos moldes e com mútuo interesse. O passo seguinte, o mais natural, assumido pragmaticamente, parecia ser o caminho da cooperação entre povos livres e iguais. Este caminho revelou-se muito difícil para ambos os lados devido aos resquícios do passado, a choques ideológicos e, sobretudo, às negociações para resolução do contencioso, que só vieram extremar, ainda mais, as posições. Os laços não se quebraram e, passados poucos anos, foi possível voltar ao diálogo construtivo e à vontade de cooperar.

De todo este processo, sobressaem os nomes de Melo Antunes e Ramalho Eanes que, cada um a seu modo, marcaram e influenciaram verdadeiramente estas relações.

Para finalizar, torna-se indispensável referir a história das organizações que foram criadas para acompanhar e dar apoio a este novo tipo de relacionamento, assente na riqueza de uma língua comum e em séculos de vivência. Na sua origem, estas organizações visavam responder solidariamente à superação de necessidades, num quadro de cariz assistencialista.

Algum tempo depois, ultrapassadas as vicissitudes conjunturais, houve necessidade de repensar a própria filosofia da cooperação e os modelos e práticas de atuação, procurando-se agir em conformidade, concebeu-se um novo tipo de organizações capazes de dar suporte a uma verdadeira política de cooperação e garantir a continuidade do relacionamento entre Portugal e os povos africanos.

Palavras chave:
MFA;
Descolonização;
Cooperação Portuguesa com África;
As instituições;
Principais atores da cooperação.

Abstract

The Decolonization of the Portuguese overseas territories took place in profoundly adverse circumstances due to constraints of various kinds.

Assuming that the Revolution took place also in order to carry the colonial independence out in accordance with international law, it would be up to the military, in this case to the MFA, to safeguard, in peace and security of people and goods, the transition to the new realities. However, political and military interests interfered in such a way that led to a fast decolonization, but not faultless, as some would categorize, taking into account the frustrating consequences for both Portuguese and Africans.

If the most, well known actors of these remarkable episodes of Portuguese contemporary history were military in political office such as Spinola and Melo Antunes, and politicians such as Mário Soares and Almeida Santos, there were others who, not having a job as prominent, were very important for their efforts. Of them will be equally imperative to speak about.

The decolonization closed the empire cycle and opened the new European cycle. Turning on a new page, it was important to ensure continuity of the relationship, along new lines and mutual interest. The next stage, the most natural, pragmatically assumed, seemed to be the way of cooperation among free and equal people. This path has been very difficult for both sides due to the remnants of the past, ideological clashes and especially the negotiations for resolving the dispute, which came only to further deepen stances. But the bonds were not broken, and just a few years made it possible to return to the constructive dialogue and willingness to cooperate.

Of this whole process, protruded Melo Antunes and Ramalho Eanes who, each in his own way, marked and truly influenced these relationships.

Finally, it is essential to refer to the history of organizations that were created to monitor and support this new relationship, based on the richness of a common language and centuries of joint experiences. In its origin these organizations sought only to answer in solidarity to the overcoming of casuistic needs within a framework essentially of welfare nature.

Sometime later, overtaken the cyclical vicissitudes there was a need to rethink the very philosophy of cooperation, models and performance practices. The priorities of the partners became more comprehensive and, seeking compliance, a new type of organizations, which supported a genuine cooperation policy and guarantee of continuity of the relationship between Portugal and the African people.

Keywords:

MFA;

Decolonization;

Portuguese cooperation with Africa;

The institutions;

Main actors of cooperation.

Agradecimentos

Ao meu pai que no Céu, como na terra, estará, certamente, a partilhar comigo esta alegria por ver finalmente concretizado um sonho sempre alimentado, mas, que, pelas vicissitudes da vida, foi sendo adiado.

À minha mãe, por nunca desistir e sempre ter acreditado em mim.

Às minhas filhas, pelo entusiasmo com que me acompanharam nesta caminhada.

Ao meu orientador, António Ventura, pela confiança que depositou em mim e por todo o apoio que sempre me dispensou.

Aos entrevistados, que foram um suporte fundamental para a elaboração da Tese.

Aos colegas da Faculdade de Letras que nunca deixaram de me incentivar a atingir o grande objetivo e, em particular, ao incansável diretor da Licenciatura de Estudos Africanos, José da Silva Horta.

Aos colegas da causa da Cooperação para o Desenvolvimento, a que dediquei trinta anos da minha vida, em particular aos que, pela sua longa experiência, me quiseram prestar o seu apoio, nomeadamente os técnicos superiores Helena Campos, Ivone Carvalho, Elsa Botas, Pereira Bastos e Faria Pais. E, ainda, ao meu presidente no IPAD, Augusto Manuel Correia, que foi fundamental pelas facilidades concedidas.

E não posso, nem devo esquecer a Élia Martins, pelos conselhos e pelo incentivo e apoio nunca regateado.

Registo e agradeço, também, a competência e o apoio recebido da equipa da Biblioteca do Instituto Amaro da Costa.

Um agradecimento ainda à Margarida Lages, chefe de Divisão do Centro de Documentação do IPAD, atual responsável pela Divisão de Arquivo e Biblioteca do ID/MNE, que aliando competência profissional a um sentimento de companheirismo se revelou importantíssimo com o apoio concedido na revisão de uma parte considerável de texto. Também ao, sempre prestável, técnico superior Paulo Gonçalves do IPAD / Camões, a quem muito fico a dever. E, seria imperdoável esquecer as diligentes funcionárias do Arquivo do ID / MNE, Manuela Bernardo e Isabel Coelho, sem as quais teria sido bem mais difícil a pesquisa ali efetuada.

Siglas e Acrónimos

ANA (Aeroportos e Navegação Aérea)

APD (Ajuda Pública ao Desenvolvimento)

BEI (Banco Europeu de Investimentos)

BNU (Banco Nacional Ultramarino)

B F N (Banco de Fomento Nacional)

CAD (Comité de Apoio ao Desenvolvimento)

CEE (Comunidade Económica Europeia)

CEMGFA (Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas)

CESOM (Confederation Europeéne des Spoilés d´Outre Mer)

CIA (Central Intelligence Agency)

CIDA-C (Centro de informação e Documentação Anti-Colonial)

CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral)

CIFRE (Comissão Interministerial de Financiamento a Retornados)

C.J.U.P.P (Comissão da Juventude para a União e Progresso dos Povos)

CLSTP (Comité de Libertação de S. Tomé e Príncipe)

CND (Comissão Nacional de Descolonização)

CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas da Colónias Portuguesas)

COPCON (Comando Operacional do Continente)

CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa)

CTA (Cooperação Técnico-Militar)

CVI (Cruz Vermelha Internacional)

DGC (Direção Geral de Cooperação)

EDDI (Ensino e Desenvolvimento no Domínio da Informática)

EFE (Agência Espanhola de Notícias)

ESCON (Empresa Pública de Eletricidade da África do Sul)

EUA (Estados Unidos da América)

FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação)

FAP (Força Aérea Portuguesa)

FICO (Frente Integracionista de Continuidade Ocidental)

FIR (Flight International Regime)

FLING (Frente de Libertação Nacional da Guiné)

FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola)

FRAIN (Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional)

FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique)

FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor Leste Independente)

FUMO (Frente Unida de Moçambique)

GAE (Gabinete de Apoio aos Espoliados)

GUMO (Grupo de Unidade de Moçambique)

IARN (Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais)

ICE (Instituto para a Cooperação Económica)

ICP (Instituto da Cooperação Portuguesa)

ICCT (Instituto para a Cooperação Científica e Tecnológica)

IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento)

JICU (Junta de Investigações Científicas do Ultramar)

LPG (Liga Popular dos Guinéus)

MAC (Movimento AntiColonial)

MDG (Movimento Democrático da Guiné)

MFA (Movimento das Forças Armadas)

MIOC (Missão Integradora dos Organismos da Cooperação)

MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe)

MNE (Ministério dos Negócios Estrangeiros)

MOFA (Movimento dos Oficiais das Forças Armadas)

MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola)

NATO (North Atlantic Treaty Organization/Organização do Tratado do Atlântico Norte)

OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico)

OGFM (Oficinas Gerais de Fardamento Militar)

ONGD (Organização Não Governamental para o Desenvolvimento)

ONU (Organização das Nações Unidas)

OUA (Organização de Unidade Africana)

PAC (Programa Anual da Cooperação)

PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde)

PAICV (Partido Africano para a Independência de Cabo Verde)

PCP (Partido Comunista Português)

PCUS (Partido Comunista da União Soviética)

PIC (Programa Indicativo da Cooperação)

PM (Primeiro-ministro)

PPD (Partido Popular Democrático)

PR (Presidente da República)

PREC (Processo Revolucionário em Curso)

PS (Partido Socialista)

QGA (Quadro Geral de Adidos)

RDA (República Democrática Alemã)

RFA (República Federal Alemã)

RML (Região Militar de Lisboa)

TAP (Transportes Aéreos Portugueses)

SADCC (Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral)

SONEFE (Sociedade Nacional de Estudos e Financiamento de Empreendimentos Ultramarinos, SARL)

UNDRO (Organização de Socorros das Nações Unidas para Casos de Catástrofe)

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)

UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância)

UDCV (União Democrática de Cabo Verde)

UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola)

UPA (União dos Povos de Angola)

UPICV (União do Povo das Ilhas de Cabo Verde)

URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas/União Soviética)

ÍNDICE

Introdução

1. Portugal e a Independência das Colónias africanas 29

1.1. Os antecedentes 29

1.2. O contexto interno após o 25 de Abril 38

1.3.O contexto externo e a abertura ao mundo 68

1.4. As independências, os acordos e suas consequências 88

1.5. O contencioso por resolver 153

1.6. A integração dos "retornados" 179

2. A evolução da arquitetura institucional 205

2.1. As Estruturas da Descolonização 205

2.1.1. Ministério da Coordenação Interterritorial 205

2.1.2. Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros 208

2.1.3. Comissão Nacional de Descolonização 209

2.1.4. Secretaria de Estado da Descolonização 211

2.1.5. Secretaria de Estado dos Retornados 212

2.2. As Estruturas da Cooperação 213

2.2.1. Gabinete Coordenador para a Cooperação 216

2.2.2. Secretaria de Estado da Cooperação Externa 226

2.2.2.1. Comissão Coordenadora das Negociações nos Domínios Económico e Financeiro com os Novos Estados de Língua Portuguesa 226

2.2.3. Ministério da Cooperação 227

2.2.3.1. Comissão Interministerial para a Cooperação 229

2.2.3.2. Conselho Consultivo para a Cooperação 229

2.2.3.3. Secretaria de Estado da Cooperação 230

2.2.3.3.1. Instituto para a Cooperação Económica/A fase instaladora 232

2.2.3.3.2. Direcção Geral para a Cooperação 234

2.2.3.3.3. Instituto para a Cooperação Científica e Tecnológica 234

2.2.4. Ministério dos Negócios Estrangeiros 235

2.2.4.1. Missão Integradora dos Organismos da Cooperação 238

2.2.4.2. Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Emigração 243

2.2.4.3. Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros 253

2.2.4.3.1. Instituto para a Cooperação Económica 256

2.2.4.3.2. Direcção Geral de Cooperação 258

2.2.5. Ministério da Cultura e da Ciência 259

2.2.5.1. Laboratório Nacional de Investigação Científica e Tropical 260

3. A consolidação dos laços 263

3.1. Da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas à lusofonia 263

3.2.Os principais atores e respetivos papéis na consolidação dos laços e na origem da cooperação 277

3.2.1. Os militares 279

3.2.2. Os presidentes 293

3.2.2.1. O Presidente António de Spínola 293

3.2.2.2. O Presidente Francisco da Costa Gomes 300

3.2.2.3. O Presidente António Ramalho Eanes 304

3.2.3. Os ministros 325

3.2.3.1. O ministro dos Negócios Estrangeiros / Primeiro-ministro Mário Soares 325

3.2.3.2. O ministro da Coordenação Interterritorial António de Almeida Santos 333

3.2.3.3. O ministro sem Pasta / ministro dos Negócios Estrangeiros Ernesto Melo Antunes 338

3.2.3.4. O ministro da Cooperação Vítor Crespo 357

3.2.4. Os secretários de Estado 361

3.2.4.1. José Gomes Mota 361

3.2.4.2. Paulo Ennes 362

3.2.5. Os diplomatas 363

3.2.5.1. João de Sá Coutinho 367

3.2.6. Os dirigentes 367

3.2.6.1. José Fernando Reino 368

3.2.6.2. Eduardo Costa Oliveira 370

3.2.6.3. José Manuel de Mattos Parreira 371

3.2.6.4. Luís Gaspar da Silva 372

3.2.7. Os técnicos da Cooperação 376

3.2.8. Os cooperantes 380

4. A evolução da Cooperação 393

Conclusão

Fontes e Bibliografia

ANEXOS

I - O caminho para as independências

1º - Artigo1º, Cap. I e Artigo73, Cap. XI da Carta das Nações Unidas
2º - As Resoluções 1514, 1541 e 1542 da Assembleia Geral
3º - Proclamação Oficial da Independência da Guiné
4º - Documento "O Movimento das Forças Armadas e a Nação"
5º - O Programa Oficial do MFA
6º - A alínea suprimida ao Programa Oficial
7º - A Lei 7/74 de 27/7, também designada "Lei das Independências"

II - Listagem dos acordos para a concessão das independências

1º - Argel (Guiné-Bissau)
2º - Lusaca (Moçambique)
3º - Argel (São Tomé e Príncipe)
4º - Lisboa (Cabo Verde)
5º - Alvor (Angola)

III - Listagem dos Acordos de Amizade e de Amizade e Cooperação

1º -Acordo de Amizade e Cooperação com a Guiné-Bissau
2º -Acordo de Amizade e Cooperação com Cabo Verde
3º -Acordo de Amizade e Cooperação com São Tomé
4º -Acordo de Cooperação com Moçambique
5º -Acordo de Cooperação com Angola

IV - Legislação que criou as Instituições de Cooperação entre 1974/79

1º - Despacho que criou o Gabinete Coordenador dos Estudos da Cooperação
2º - Dec. Lei nº 791/74 de 31/12 que criou o Gabinete Coordenador da Cooperação
3º - Dec. Lei nº 97/75 de 1/3 que criou o Gabinete de Estudos e Planeamento no MNE
4º - Dec. Lei nº 158-A/75 de 26/3 que criou a Secretaria de Estado da Cooperação Externa
5º - Despacho que criou a Comissão de Coordenação dos Negócios no Domínio Económico e Financeiro
6º - Dec. Lei nº 532-A/75 de 25/9 que criou o Ministério da Cooperação
7º - Dec. Lei nº 97-A/76 de 31/1 que criou o Instituto para a Cooperação Económica
8º - Dec. Lei nº 197/76 de 18/3 que criou a estrutura geral do Ministério da Cooperação
9º - Dec. Lei nº 486/79 de 18/12 que criou na estrutura do MNE a DGC
10º - Dec. Lei nº 487/79 de 18/12 que criou a Lei Orgânica do ICE
11º - Dec. Lei nº 532/79 de 31/12, Lei Orgânica do Laboratório Nacional de Investigação Científica e Tecnológica
12º - Dec. Lei nº 367/80 de 10/9 que manteve o GCC
13º - Dec. Lei nº 439-A/83 de 23/12 que extinguiu o GCC

APÊNDICES

1º - Quadro Sinóptico da Descolonização
2º - Quadro Sinóptico das Origens da Cooperação Portuguesa
3º - Diplomatas portugueses acreditados nos novos países de língua portuguesa
4º - Diplomatas dos novos países de língua portuguesa acreditados em Portugal

ENTREVISTAS

1º - Luís Gaspar da Silva - 9/05/2011
2º - Vítor Manuel Trigueiros Crespo -14 /7/2011
3º - Joaquim Alberto Chissano - 09/01/2013
4º - Paulo Manuel Lages David Ennes - 20/05/2013
5º - António Ramalho Eanes - 17 e 25/07/2013

Introdução

0 objetivo deste trabalho é o de tentar clarificar como e porquê surgiu uma política de cooperação em Portugal, na conjuntura difícil da pós-descolonização, como se desenvolveu, quem foram os seus principais mentores e executores - "Arquitetos, Mestres de Obra e Operários" - e quais as suas motivações e realizações. Em suma, quem foram os que, conseguiram erguer uma obra que perdura até aos dias de hoje. A eles se deve a manutenção e crescente afirmação do importante pilar da identidade portuguesa que é a lusofonia e que, independentemente de opiniões críticas, acaba por ser, no mundo global, um valor acrescentado para todos e para cada um dos países que constituem esta comunidade.

Os tempos eram outros e a conjuntura política nacional e internacional era muito difícil, condicionando e limitando, muitas vezes, os propósitos dos decisores políticos e dirigentes, bem como a coerência e a eficácia das suas decisões.

Passados mais de quarenta anos sobre as independências das então designadas Províncias Ultramarinas africanas,[1] importa dar a conhecer as verdadeiras razões que estiveram por detrás da primeira fase da Cooperação Portuguesa, ainda hoje um dos principais vetores da política externa portuguesa.

Para uma total compreensão desta temática é forçoso abordar o tema da Descolonização, numa lógica de narrativa global, mas não deixando de explorar algumas pistas decorrentes das leituras efetuadas, cruzando-as com as entrevistas realizadas, procurando depois retirar, quando tal se justifique, as possíveis e necessárias ilações dos factos ocorridos. Esta abordagem justifica-se, por um lado, porque a Descolonização foi o processo indutor de todos os acontecimentos subsequentes e, em certos aspetos, pelo que ainda hoje se passa ao nível das relações bilaterais com alguns países de língua oficial portuguesa; por outro lado, porque muitas das figuras intervenientes foram preponderantes em ambos os processos e, assim sendo, torna-se fundamental analisar o papel, as motivações e as responsabilidades de cada um, tentando desmistificar alguns lugares comuns.

A situação de Timor não será abordada. Embora a Declaração de Independência tenha sido feita neste período, a mesma não se concretizou, pelo que não houve qualquer tipo de cooperação. O estudo limita-se, assim, ao espaço africano.

Porquê o interesse pela temática?

1. Excetuando o caso da Guiné-Bissau cuja independência foi concedida por Portugal em setembro de 1974, as restantes Províncias Ultramarinas acederam à independência ao longo do ano de 1975.

Segundo Fortin, "quanto mais uma investigação for baseada em conhecimentos empíricos pertinentes, mais os seus resultados serão suscetíveis de enriquecer o campo do conhecimento do assunto em questão"[2]. Desta forma, melhor se compreende a natural motivação para a realização deste trabalho, que procura a razão e o porquê de factos decorridos num tempo histórico muito marcante para os portugueses e aos quais o autor, de várias formas, acabou por estar ligado: como militar, entre 1974/76, e, depois, como técnico na área da cooperação, numa longa carreira de trinta dos quarenta anos da existência desta política.

E se, como afirmam Michelle Lessard–Hebert, Gabriel Goyette e Gérald Boutin, "o investigador deve também tentar identificar os seus próprios valores e a possível influência destes sobre a orientação da investigação"[3] é chegada a hora de rever ideias feitas e conceitos adquiridos, mas, sobretudo, de investigar do ponto de vista histórico a primeira década, que não acompanhou diretamente e que é, afinal, a que se entronca nas origens de um dos principais vetores da política externa portuguesa.

Para David Fox, "o bom investigador histórico é uma pessoa que, depois de muitos anos de experiência num tema e de manter e acreditar num ponto de vista concreto, pode romper com esse ponto de vista à luz dos novos materiais que a investigação histórica desenterrou".[4] Na realidade, uma investigação pode ter por base anteriores estudos, capazes de despertar uma outra visão do problema e de conduzir à formulação de nova explicação.

Foram estes os princípios norteadores da presente investigação, embora com plena consciência das dificuldades que se podem levantar quando se estuda o tempo presente, onde o historiador se obriga a separar a emotividade do rigor científico exigido na análise e tratamento das fontes que produzem memória histórica.

A proximidade, em lugar de dificuldade, é uma vantagem, pois que a documentação sobre o passado recente é bem mais abundante, além de ser mais fácil compreender os factos contemporâneos vivenciados. Esta tese é defendida por Ciro Flamarion Cardoso que critica mesmo os que defendem que o objeto de estudo para o historiador seja "o passado", enquanto o presente é campo de estudo das Ciências Sociais, dado que "o

[2] Marie Fabienne Fortin, *O Processo de Investigação da Conceção à Realização,* Loures, Décarie Editeur, 1999, p. 74.
[3] Michelle Lessard-Hebert Gabriel Goyette e Gérald Boutin, *Investigacion Qualitativa. Fundamentos e Práticas,* Lisboa, Instituto Piaget,1994, pp. 132-133.
[4] David Fox, *El Proceso de Investigacion en Educacion*, revision tecnica a cargo de Eduardo Lopez Lopez, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, S.A., 1981, pp. 459-450.

historiador tem uma sensibilidade maior para o processo de transformação em sua fluidez".[5]

Identificado o assunto, importa delimitar o seu âmbito temporal. O estudo situa-se entre o início da fase de Descolonização, em 1974, e o final da década de setenta do século XX.

Começa por analisar como decorreram as negociações até à conclusão dos tratados de independência e posteriores acordos específicos para a cooperação bilateral. Analisa igualmente a necessidade de planear uma nova estratégia, que passava pela mudança de paradigma onde, sem abandonar a assistência, se pudesse avançar para a cooperação, alicerçada em interesses mútuos e, ao mesmo tempo, se criavam estruturas de suporte para atingir estes objetivos.

No final de 1979, depois de vários anos de maturação e de conflitualidade sobre o modelo a seguir, surgiram duas estruturas governamentais capazes de dar corpo à estratégia que se desejava implementar: o Instituto de Cooperação Económica (ICE) e a Direção Geral de Cooperação (DGC).

Foram estes organismos, cada um virado para áreas específicas de atuação e dotados de meios mais adequados às suas missões, os verdadeiros pilares do edifício em que assentou a Cooperação Portuguesa, a partir do início da década de oitenta do século passado e que, progressivamente se foi construindo.

Depois da formulação da questão e do seu enquadramento temporal, importa descrever o quadro conceptual da mesma.

Há que fazer um esclarecimento prévio: no texto, o uso da terminologia "Colónias" ou "Províncias Ultramarinas" não pressupõe qualquer tipo de interpretação política, apenas o reconhecimento da existência de ambas as designações; sendo colónias, não deixavam de ser, sob o ponto de vista jurídico-constitucional, territórios ultramarinos e, nesse sentido, ambos os termos são, indiscriminadamente, aqui utilizados.

Da mesma forma se usa, em Portugal, a terminologia Guerra Colonial para um processo que, em alguns casos, durou treze anos de luta, mas que, para os africanos, foi uma Guerra de Libertação Nacional e culminou com a conquista desse desiderato e a saída dos portugueses. O historiador congolês Elikia M`Bokolo, reconhecido especialista em História contemporânea de África, defende que, mais do que falar em descolonização

[5] *E*ntrevista com o Professor Ciro Flamarion Cardoso, *História Agora*, 19 de março de 2007, disponível em: http://www.historiagora.com/hist%C3%B3ria-agora-n%C2%BA1/3/10-entrevista-com-o-professor-ciro-flamarion-cardoso, consultado em 6/3/2014.

africana se deveria falar em independências africanas, pois "nenhuma potência colonial havia programado aquilo que na Europa se designa como descolonização". Sobre o caso português, que individualiza, considera-o ainda mais evidente, dado que "a mais antiga potência colonial, [estava] completamente intoxicada pelo mito de uma "*nação lusitana*" das quais as colónias eram parte integrante".[6]

Relativamente ao referido quadro, primeiramente abordamos a complicada situação interna portuguesa e o panorama internacional, condicionantes do projeto inicial de descolonização após a revolução e que, por isso mesmo, justificam uma abordagem geral mas sem pretensões de exaustividade. Daqui se poderá inferir como foi difícil a construção de um país novo, democrático e aberto ao mundo, cujo processo descolonizador era condição imperativa para a sua aceitação e apoio internacional.

De seguida, analisamos a própria descolonização e as suas consequências, a forma como decorreram as negociações para a concessão das independências, o estabelecimento de relações diplomáticas e os acordos de cooperação. Não poderia ficar de fora a resolução do contencioso, que foi a herança envenenada da descolonização e os efeitos da integração de mais de meio milhão de "retornados".

Veremos que, apesar das sequelas deixadas pela guerra colonial, os laços não se quebraram, porque funcionou, e muito, aquilo a que se chama o "capital social", enquanto capital apreendido nas relações pessoais, em busca de laços de confiança e de cooperação, com proveitos esperados a todos os níveis, e através do qual foi possível ultrapassar carências ou fraturas de natureza política e ideológica.

Por isso, e porque a História não é feita apenas de factos e conjunturas, mas também de pessoas e vontades que, por vezes, mudam o seu curso, era imprescindível falar do papel dos militares e dos cooperantes, graças aos quais foi possível manter acesa a chama de uma relação fraterna entre povos que comunicam na mesma língua e consolidar relações baseadas numa política de cooperação. Por conseguinte, teve de ser abordado o papel dos principais políticos, alguns deles militares envolvidos na política que marcaram esses tempos, bem como o de alguns diplomatas, dirigentes e técnicos da

[6] Élikia M`Bokolo, "Mais qu`avons – nous fait de l´independence? *Le Monde Afrique*, "Disponível em : http://www.lemonde.fr/afrique/article/2015/02/27/elikia-m-bokolo-mais-qu-avons-nous-fait-de-l independance_4584857_3212.html, consultado em 14/04/2015.

cooperação, que no terreno executaram o que superiormente era decidido, e sem os quais nada seria possível concretizar.[7]

Tornou-se, assim, inevitável surgirem repetições na narrativa dos factos, pois não podíamos deixar de analisar, concomitantemente, as motivações dos principais intervenientes neste processo histórico.

Por fim resta falar, embora apenas sumariamente e, em jeito de balanço, do que foi feito em matéria de cooperação no período em estudo.

Quanto aos métodos utilizados para a recolha de dados recorreu-se à análise documental, comparando textos e fazendo novas leituras, complementando estas leituras e a sua análise interpretativa com a história oral baseada em entrevistas.

Relativamente à análise documental sobre a descolonização existe muita bibliografia e até *websites*, alguns sob a forma de memórias, com a subjetividade que lhe está implícita, mas também existe boa investigação que permite um conhecimento mais seguro dos fatos ocorridos. Esta, porém, não tem estabelecido o nexo histórico entre o processo de descolonização e a emergência da Cooperação. Existe muito ainda por revelar e arquivos por consultar, porque vai sendo desclassificada documentação até há pouco sujeita ao período legal de proteção.

Se a opinião geral aponta para uma descolonização que foi a possível face aos condicionalismos surgidos, interna e externamente, a revisão bibliográfica e os novos dados surgidos parecem indiciar que havia outros caminhos.

Sobre a forma como decorreu o processo, as opiniões dividem-se entre os muito críticos, que a consideram a maior tragédia do século XX, e os que a justificam face às condicionantes da época.

Para o cidadão comum e, principalmente, para os mais afetados pelo processo que foram os "retornados", a responsabilidade da descolonização cabe inteiramente aos políticos, designadamente a Mário Soares e Almeida Santos. Mas a realidade hoje conhecida aponta para outras versões que é preciso explorar.

Tentaremos mostrar que os grandes responsáveis por esse facto histórico foram os militares, cabendo depois aos políticos agir em conformidade com as linhas por eles traçadas. A forma como o processo tinha decorrido em Moçambique, podia bem indiciar o que viria a ocorrer em Angola.

[7] Outros poderiam ter sido citados, para além dos que aqui constam, mas na impossibilidade de a todos referir, estes representarão a vontade coletiva.

Dado que Mário Soares e Almeida Santos, embora subalternizados, permaneceram no governo e no núcleo negociador, acabaram por aparecer aos olhos da opinião pública como ligados a estes dois processos. Os políticos tornaram-se nos agentes da política traçada pelos militares do MFA e, deles sobressai Ernesto Melo Antunes, o negociador principal da descolonização, à frente das delegações ou nos bastidores. Existiu, assim, uma inversão de papéis, da guerra para a paz.

Quanto à política de cooperação muito se tem escrito sobre o tema, sobretudo a partir do regresso de Portugal ao Comité de Apoio ao Desenvolvimento (CAD), em 1991, e do primeiro exame desse organismo à política de cooperação desenvolvida por Portugal, logo em 1993. Quase tudo, no entanto, está por fazer no que concerne às suas origens onde, mais uma vez, como se irá demonstrar, aparece a figura de Melo Antunes como grande responsável pela ideia da criação de uma política de cooperação capaz de conduzir a um novo tipo de relações entre países livres e soberanos, unidos pela língua e pela história. Nesta análise não se deixará de tentar desconstruir o mito de que não existia uma estratégia e que a cooperação obedeceu, sobretudo, a impulsos dos vários intervenientes.

Sobre esse período prevalecem os estudos académicos, debates e conferências e algumas memórias, das quais se destacam as de um dos maiores africanistas da História contemporânea, Costa Oliveira, e ainda o embaixador Luís Gaspar da Silva, os primeiros responsáveis pelos dois organismos já referidos: o Instituto para a Cooperação Económica e a Direcção Geral de Cooperação.

Se esta é a realidade em termos de fontes impressas, ao nível de fontes primárias arquivísticas, existe um mundo por explorar.

Entre os arquivos consultados, esteve o Histórico Ultramarino por onde se iniciaram as pesquisas. Vieram, posteriormente, a revelar-se de extrema importância o Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e o da Cooperação, atual Arquivo do Camões-Instituto da Cooperação e da Língua.

O primeiro, porque foi uma importante fonte de informação fundamental para as perguntas colocadas aos entrevistados, em função das pistas que a diversa documentação proveniente dos postos diplomáticos possibilitou. O segundo, porque expôs um importante manancial de informação, nomeadamente sobre as negociações técnicas ocorridas neste período, as áreas privilegiadas de cooperação e as várias tentativas, dos sucessivos governos, na procura da melhor solução para a reforma da cooperação que haveria de surgir em 1979.

Resta, por fim, referir o Arquivo dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, cujo acesso é reservado e onde se poderia imaginar vir a encontrar um manancial inédito de informação. Após solicitação ao Gabinete do ministro, explicados os fundamentos da pesquisa, o acesso foi autorizado. No entanto, as expectativas transformaram-se em completa desilusão, pois a documentação ali existente, para a área em estudo, é de importância muito relativa e, em muitos casos, apenas sobreposta à já existente no Arquivo Histórico Diplomático do próprio Ministério. Digno de realce, apenas se encontrou um apontamento relativo ao pedido de orientações feito por Jorge Sampaio, chefe da delegação portuguesa que negociava, em Maputo, o dificílimo contencioso, bem como a resposta que lhe foi enviada.

Seria normal que, num arquivo desta natureza, existissem memorandos e informações de natureza relevante, ou as orientações políticas enviadas para as representações portuguesas em África que elucidassem dúvidas levantadas pela correspondência analisada. Assim, só consultando os arquivos das embaixadas em África, se poderão, eventualmente, encontrar respostas para essas dúvidas. É caso para perguntar se o Arquivo no Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) não será mais importante que o arquivo pessoal de cada um dos atores políticos que por lá passaram, naquela importante fase da História contemporânea.

As entrevistas contribuíram para alargar, precisar e retificar o campo de investigação nos arquivos tradicionais. Como referem Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt, "uma e outra são complementares e enriquecem-se mutuamente".[8] No mesmo sentido se pronuncia Phillipe Joutard, na sua obra dedicada à história e à memória, onde alega que ambas formam uma aliança necessária. Muitas das vezes só elas podem revelar certos fatos que, sem estes testemunhos por ausência de prova material, ficariam para sempre no esquecimento. Paul Thompson foi o grande defensor e divulgador deste método de investigação histórica, nascido na primeira metade do século XX, nos Estados Unidos da América (EUA), e que se estendeu à Europa, nos anos setenta e oitenta. O método foi, inicialmente, muito criticado e marginalizado pela comunidade académica, pela sua subjetividade, mas tem vindo a ser adotado, cada vez mais, por

[8] Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 2005, p. 61.

muitos historiadores que lhe reconhecem uma importante complementaridade face aos métodos tradicionais de investigação.[9]

Para Phillipe Joutard, os anglo-saxões são os grandes defensores da chamada "história oral",[10] uma expressão que se generalizou em todo o mundo, à exceção da França: Entre outros, cita os exemplos de Pierre Goubert, manifestamente contrário à história oral, e de Jean-Jacques Becker, que a aceita com algumas reservas, por ter o inconveniente de ser escrita *à posteriori* e as recordações, voluntária ou involuntariamente, poderem transformar os factos. Este último, acrescenta: "mesmo os académicos convencidos do interesse dos testemunhos orais e que foram os primeiros a constituí-los, como sejam Dominique Schnapper e Danièle Hanet, não vêm neste método uma rutura radical e recusam obstinadamente falar em história oral: a História implica fontes cruzadas e tratamento crítico e nas nossas sociedades, o oral puro não existe. Elas preferem então qualificar o seu trabalho como arquivos orais". Em face disto, Philippe Joutard opina: "pela minha parte, apesar de ser sensível à argumentação de Dominique Schnapper - não existe, com efeito, oralidade pura - eu prefiro apesar da ambiguidade manter a expressão «história oral»".[11]

A história oral é rica pela narração viva de quem vivenciou os factos, mas nem sempre fidedigna, porque, consciente ou inconscientemente, em face da distância temporal, permite alguma reflexão e filtragem no que se diz, omite, ou eventualmente até já esqueceu; pode até permitir a recriação voluntária ou involuntária dos acontecimentos por parte do entrevistado. Contudo, é sempre viável o confronto entre os depoimentos e a documentação para verificar da sua fiabilidade.[12]

No presente caso, apesar das reservas e como algumas perguntas persistiam sem resposta após a consulta às fontes, impunha-se o uso deste método com as necessárias cautelas. Foram intervenientes no processo políticos, civis e militares, para além de técnicos experientes desta época. Os entrevistados foram: um antigo Presidente da República, o General António Ramalho Eanes, um ministro, o Almirante Vítor Crespo, único ministro da Cooperação existente em Portugal e dois secretários de Estado; embaixador Paulo Ennes e embaixador Luís Gaspar da Silva que nesta altura era o

[9] Paul Thompson, *La voz del passado. História Oral.*1988 http://www.leesred.com/ipc/thompson_ho.pdf, acedido em 19/05/2014.
[10] *Vide* também Philipe Joutard sobre os primórdios da história oral, em *Ces voix qui nous viennent du passé*, Paris, Hachette, 1983.
[11] Philippe Joutard, *Histoire et mémoire conflits et aliance*, Paris, Ed. La Découverte, 2013, pp. 149-151.
[12] No âmbito da história oral é de referir o trabalho da Professora brasileira Ângela de Castro Gomes, da Universidade Federal Fluminense, grande defensora do método e que tem trabalhado em ligação aos meios académicos portugueses.

primeiro diretor geral da cooperação e, só mais tarde, veio a ser secretário de Estado. Depois ainda foram recolhidos testemunhos do antigo presidente do Instituto para a Cooperação Económica, Costa Oliveira, bem como de técnicos que, no terreno, participaram em negociações ou em ações ditas de cooperação. Finalmente ainda, recolheram-se testemunhos inéditos de colaboradores diretos de um outro importante ator, entretanto falecido, o Coronel Melo Antunes.

Como, num trabalho desta natureza, era imprescindível ouvir a outra parte, daqueles que de uma, ou outra forma, lutaram pela libertação e que fizeram parte desta história comum, não poderia deixar de ser ouvido o principal negociador do lado moçambicano, o ex-Primeiro-ministro do Governo de Transição, depois ministro dos Negócios Estrangeiros e por fim Presidente de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano. A entrevista que concedeu foi muito importante para conhecer outra versão, dos mesmos factos, sobre a história da independência de Moçambique que, como se sabe, foi bastante problemática na forma como decorreu o processo negocial. Foi, seguramente, a mais espontânea de todas as entrevistas e o valor do seu depoimento permitiu certas revelações passíveis de serem cruzadas com outras informações e dar, assim, mais luz sobre os factos.

Não tivemos oportunidade de entrevistar outras personalidades das ex-colónias portuguesas, que nesta época desempenharam papéis de relevo, como por exemplo Pedro Pires, ex-Primeiro-ministro e ex-Presidente da República de Cabo Verde, principal negociador do lado guineense e cabo-verdiano. Certamente teria enriquecido esta investigação,

Foram ainda solicitadas outras entrevistas a importantes atores que marcaram este período histórico: alguns não responderam e outros tendo manifestado uma abertura inicial, optaram depois por não responder aos pedidos formulados. Também não foi permitido aceder a um importante arquivo particular, apesar dos pedidos nesse sentido.

Porém, o material recolhido parece ter sido suficiente, sendo que algum dele poderá e deverá merecer, um dia, outro tipo de tratamento. É o caso da extensa entrevista ao General Ramalho Eanes que vai muito além da interpretação e explicação dos factos e das medidas tomadas que, no entender de outros entrevistados, atores relevantes deste período, tiveram uma importância fulcral para garantir a solidez dos laços entre os povos africanos e europeu que falam a mesma língua, e lançaram as bases de uma cooperação

sustentada até aos dias de hoje. Esta entrevista semidirigida,[13] de algumas horas, é um excelente testemunho dos factos, mas igualmente reveladora da personalidade do militar, do político, e também do cidadão António Ramalho Eanes.

Neste percurso metodológico importa reter a opinião de Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt, para quem "o método das entrevistas está sempre associado a um método de análise de conteúdo"[14], enquanto Laurence Bardin alerta para as dificuldades que este tipo de pesquisa encerra, abordando o nível latente e o nível manifesto da entrevista[15]. A análise de conteúdo ajuda a descobrir o que se poderá subentender ou, até, o que se esconde no uso dos estereótipos.

À fase das entrevistas sucedeu a fase do tratamento dos dados, utilizando, para o efeito, a análise de conteúdo.

Este estudo privilegia a abordagem histórica qualitativa com estudos multicasos que, nas ciências humanas, focam os testemunhos, mas que pressupõem, pelo menos, uma comparação entre dois.[16]

Trata-se, no fundo, de um projeto de análise de História Política e Social do Portugal contemporâneo, de certa forma ligado à História das Relações Internacionais que, a jusante, deixa em aberto todo um vasto campo de investigação.

Das leituras e entrevistas efetuadas resultou a confirmação de certos conhecimentos relativos ao ponto de partida, mas, também, de novos aspetos a ter em conta ou a clarificar. Tudo aponta no sentido da existência de um homem a quem se deve, não só a consolidação dos laços, mas até a manutenção e reforço da política de cooperação. É isso que se tentará demonstrar: o papel decisivo que o Presidente Ramalho Eanes teve para conseguir reatar os laços que outros governantes viriam a consolidar. A ele se deveu, não só a difícil pacificação interna, numa conjuntura de enorme crispação, como também a criação de condições para a consolidação de uma política de cooperação.

Uma das partes fundamentais do trabalho será, seguramente, a "Evolução da Arquitetura Institucional", porque é ali que se irá refletir toda a conflitualidade existente ao nível político, mas igualmente técnico, com visões diferentes dos Ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros sobre o modelo a implementar, ao qual, na altura, o

[13] Para este tipo de entrevista, *Vide* Luís Pardal. e Eugénia Soares Lopes, *Métodos e Técnicas de Investigação Social,* Porto, Areal Editores, 2011, p. 41. *Vide* ainda Michelle Lessard-Hébert, Gabriel Goyette e Gérald Boutin, *op. cit.,* pp. 162-164, que a rotula de "entrevista clínica", na procura de eventual confirmação da hipótese.
[14] Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt, *op. cit.* p.195.
[15] Laurence Bardin, *Análise de Conteúdo,* Lisboa, Edições 70, 1979, pp. 13-25.
[16] Michelle Lessard-Hébert, Gabriel Goyette e Gérald Boutin, *op. cit.,* p. 167.

Presidente não ficou indiferente. E ao analisar-se esta evolução, faz-se a história das origens da cooperação portuguesa

Importa, por fim, assinalar que, passados todos estes anos, a Cooperação continua a ser, independentemente da orientação política de cada governo, uma das principais vertentes da Política Externa Portuguesa, ou não fossem os portugueses, entre todos os povos europeus, dos que melhor aceitam e defendem a existência da política de cooperação.

1. Portugal e a Independência das Colónias em África

1.1. Os antecedentes

O conceito de descolonização é relativamente recente, tendo apenas surgido em meados do século XX. Relaciona-se com a libertação dos povos de um poder exterior que, de alguma forma, os privava da sua liberdade e os explorava. Com o final da 2ª Grande Mundial, as independências começaram na Ásia, estenderam-se à África do Norte e chegaram à África subsariana.

A Organização das Nações Unidas (ONU) chamou a si a condução deste processo e Portugal, em lugar de seguir os ventos da história, e descolonizar, empenhou-se numa guerra sem sentido ao longo de treze anos. Para uns, foi a Guerra de África, para outros a Guerra Colonial, mas para a maior parte dos africanos foi a Guerra de Libertação Nacional.

A política do Estado Novo relativamente à descolonização foi de total rejeição das orientações da comunidade internacional, agarrada à tese de que Portugal não possuía colónias e que os seus espaços ultramarinos eram províncias, conforme estava definido na Constituição. Pela Lei 2066/53 de 27 de junho, o governo do Estado Novo tinha decretado o fim do colonialismo. Foi a partir daí que apareceu a nova designação de províncias ultramarinas. Por isso mesmo, o Governo não admitia a sua inserção no âmbito das resoluções da ONU, nºs 1514 (XV), de 14 de dezembro, 1541 (XV) e 1542 (XV), de 15 de dezembro de 1960[17], que enquadravam o colonialismo português nas novas orientações para os territórios não autónomos, em aditamento ao que estava previsto na Carta das Nações Unidas de 26 de junho de 1945, nº 2, do art.1º do capítulo I, conjugado com o art. 73º, do Cap. XI[18].

Portugal foi admitido, em 14 de dezembro de 1955, como membro das Nações Unidas. A 24 de fevereiro de 1956, o secretário-geral das Nações Unidas da altura, o sueco Dag Hammarskjöld, solicitou formalmente que o país informasse se administrava territórios enquadráveis no art. 73º, do capítulo XI, da Carta das Nações Unidas, tendo em vista o cumprimento das obrigações aí previstas. Portugal respondeu a 6 de novembro com a indicação de que não administrava territórios não autónomos, mas apenas

[17] Em Anexo I.
[18] Artigo em Anexo I. A Carta das Nações Unidas só foi publicada em Portugal no D.R., Série A, nº 117 de 22 de maio de 1991.

Províncias Ultramarinas, onde se arrogava o direito exclusivo de aplicar a sua ordem constitucional e, portanto, não se sentia obrigado a transmitir qualquer informação.

De imediato surgiu forte contestação, tendo alguns países apresentado uma proposta de resolução onde propunham a criação de um comité especial para estudar a aplicação do preceituado no capítulo XI, em conformidade com as respostas recebidas. Como, naquela altura, a Assembleia considerava como questão importante qualquer uma que fosse levantada com base no art. 73º, para ser aprovada teria de ter uma maioria de dois terços e a votação saldou-se por um resultado de 35 votos a favor e 35 contra, para além de 5 ausências e outras tantas abstenções.

A questão colonial passou para a ordem do dia internacional, muito por força dos efeitos da Conferência de Bandung e da força crescente do pan-africanismo e da entrada na ONU, de dezoito novos Estados recém-descolonizados, sendo dezassete africanos, o que levou a uma grande transformação no peso da Assembleia Geral a favor da corrente emancipalista.

Em 12 de dezembro de 1959, a Assembleia Geral das Nações Unidas elegeu o Comité dos Seis, cuja missão era definir o conceito de território não autónomo e acompanhar as suas implicações, em conformidade com o referido art.73º.

Em 29 de abril de 1960, Portugal ainda continuava na defesa da tese de que não possuía territórios não autónomos, não reconhecendo competência à Assembleia Geral para exigir aos estados membros informações sobre territórios considerados ultramarinos.

Contudo, em 14 de dezembro de 1960, a XV Assembleia Geral aprovava a Resolução 1514 que iria, doravante, condenar qualquer tipo de colonialismo e proclamar o direito dos povos à autodeterminação. Portugal votou a favor, com o argumento de que concordava com o espírito da mesma, embora não se considerando abrangido por ela, dado não se considerar colonialista.

Mas, no dia seguinte, era aprovada a Resolução nº 1541, desta vez com o voto contra de Portugal, definindo claramente o que devia ser entendido por território não autónomo, baseada no Relatório elaborado pelo Comité dos Seis, e impunha a obrigação da prestação de informações ao país que o administrasse.

Ficava consagrado o princípio de que um território, nesta categoria, seria aquele que estivesse geograficamente separado do Estado que tivesse a sua administração e que dele divergisse étnica e culturalmente. Também seria colocado nesta categoria, todo aquele que estivesse arbitrariamente colocado numa posição de subordinação.

Ainda nessa sessão, e nesse mesmo dia, foi aprovada a Resolução 1542, que atingia profundamente Portugal ao enquadrar os territórios por si administrados no âmbito dos territórios não autónomos, com as implicações daí decorrentes. Ficavam, assim, abrangidos por esta designação os territórios africanos sob administração portuguesa, onde se incluía ainda, nesta data, S. João Batista de Ajudá, bem como os territórios orientais, desde a Índia portuguesa a Timor, passando por Macau.

Terminava na altura a abordagem técnica e jurídica que caracterizou, nesta questão, as relações entre Portugal e a ONU e que permitiu a aceitação da argumentação portuguesa, passando doravante a prevalecer a abordagem eminentemente política, baseada nestas três resoluções e não tanto na Carta.

Em 1963, foi aprovada pelo Conselho de Segurança, sem votos contra e apenas a abstenção da França, Estados Unidos da América e Grã-Bretanha, a mais forte resolução contra Portugal que considerava ter uma política de ameaça à Paz e à Segurança Internacional. Nesta resolução convidava-se Portugal a reconhecer sem demora a independência dos territórios não europeus.

Salazar continuava imune aos apelos externos e, face ao anacronismo da sua política colonial, o regime respondia com a máxima "a Pátria não se discute – defende-se", numa altura em que a guerra de libertação colonial, contra Portugal, já se tinha iniciado em África e os territórios indianos já tinham sido perdidos.

A 25 de maio desse ano foi criada a Organização de Unidade Africana (OUA). A par da ONU, será um dos dois mais importantes instrumentos na luta contra o colonialismo. Nasceu depois do forte impulso recebido da Conferência de Bandung, na Indonésia, no que se refere à luta contra o apartheid e o colonialismo em África.

Esta organização tinha um peso muito considerável na ONU, fruto da enorme influência que o bloco afro-asiático possuía, na altura, devido ao número de países, sobretudo africanos, recém-admitidos. Com isso tinham feito desequilibrar a balança do poder bipolar e até tinham ajudado a eleger um secretário-geral do Terceiro Mundo, U. Thant, natural da Birmânia, que desempenhou dois mandatos, entre 1961 e 1972. Coube assim, a esta organização, um importante papel na concertação e apoio à luta dos povos colonizados e aos seus movimentos de libertação. Pouco a pouco, tornou-se fundamental na pressão internacional, na concertação de posições e no apoio material à luta armada dos movimentos por si reconhecidos.

Quando, em Portugal, Marcelo Caetano substituiu Salazar na chefia do Governo, dada a sua anterior posição sobre o futuro das colónias, pensou-se que a solução para o problema poderia ser encontrada politicamente, com o consequente fim da guerra.

Marcelo não conseguiu impor as ideias que defendera, em 1962, a favor de um estado federal, a que Salazar nem se dignou responder. Os duros do regime, encabeçados pelo Presidente Américo Thomaz, não o permitiram e a guerra continuou consumindo pessoas e o erário público.

Entretanto, os nacionalistas africanos conseguiram uma importante vitória diplomática quando, em 1 de julho de 1970, o Papa Paulo VI recebeu, no Vaticano, em audiência particular, Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos. Os dois primeiros eram líderes dos movimentos que combatiam Portugal em Angola e na Guiné, enquanto o terceiro era um alto quadro da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo). O facto teve uma repercussão enorme em todo o mundo, com efeitos devastadores para a posição portuguesa.

Embora sabendo que ia hostilizar um país tradicionalmente católico, o Santo Padre estava a ir ao encontro do que defendera na Encíclica "Populorum Progressio", de 1967, e que o Cardeal D. Aquiles Silvestrini, que na altura trabalhava na Cúria Romana, tão bem descreveu, em 1999, na Rádio Vaticano: "Enquanto os países colonizadores, alguns de modo especial, tardavam em reconhecer e promover o direito dos povos africanos a tomarem nas mãos o próprio destino, a Igreja Católica, através desta Encíclica de Paulo VI, exprimia uma visão global de respeito e apoio em relação a todos os povos". Para Paulo VI, segundo aquele Cardeal, "o desenvolvimento é o novo grande nome da paz". Amílcar Cabral aproveitou para lançar um apelo imediato a todos os católicos, e em especial aos portugueses, para seguirem o exemplo do Papa e os apoiarem.[19]

Leopoldo Amado aborda na sua tese de doutoramento, vertida em livro, o caso da Guiné-Bissau, a ação da ONU e a pressão contra Portugal.[20] Refere que, entre 2 e 8 de abril de 1972, os nacionalistas do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) conseguiram um importante triunfo diplomático que o Governo português não conseguiu travar: a visita de uma delegação do Comité de Descolonização da ONU às áreas sob domínio militar dos nacionalistas guineenses que, acompanhada por

[19] *Rádio Vaticano. Paulo VI e a descolonização".Pai de todos" o testemunho do Cardeal Silvestrini,* disponível em: *http://pt.radiovaticana.va/news/2012/08/14/paulo_vi_e_a_descoloniza%C3%A7%C3%A3o._pai_de_todos._o_testemunho_do_cardeal/por-612503*, consultado em 29/04/2013.

[20] Leopoldo Amado, *Guerra Colonial & Guerra de Libertação Nacional 1950-1974 – o caso da Guiné-Bissau*, Lisboa, IPAD, 2011, p. 395.

alguns meios de informação, constatou o efetivo controle militar e administrativo de uma grande parte do território, bem como o apoio da população e as realizações sociais já em curso.

Tratava-se de mostrar à comunidade internacional que Portugal já não dominava todo o território. Deste facto resultou o pleno reconhecimento, do PAIGC como legítimo representante do povo guineense na 27ª sessão da Assembleia Geral da ONU. Na 4ª Comissão da 28ª sessão da dita Assembleia Geral, Portugal foi considerado ocupante ilegítimo.

A 13 de abril desse ano, o Comité de Descolonização apelava à comunidade internacional, em Conacry, que apoiasse, por todas as formas, os movimentos independentistas na luta contra o colonialismo português, pelo direito à autodeterminação e independência. Este Comité decidiu, nessa ocasião, admitir como observadores os movimentos de libertação, sendo que, ao PAIGC, lhe foi reconhecida a representatividade dos povos da Guiné e Cabo Verde.

Entretanto, a OUA, que vinha aumentando as verbas concedidas aos movimentos de libertação, decidiu aumentá-las em 50%, em junho de 1972.[21]

Os territórios portugueses estavam cada vez mais pressionados, mas o regime não cedia, apesar dos longos anos que levava já a luta armada e com a situação militarmente insustentável na Guiné, dada a carência de meios humanos e militares, ameaçando vir a tornar-se um desastre completo, até pela influência que iria provocar nos outros teatros de operações.

Consciente de que a guerra não tinha solução militar, mas sim política, Spínola enquanto governador-geral da Guiné e comandante-chefe, devidamente autorizado por Marcelo Caetano, encontrou-se no Senegal, a 18 de maio de 1972, com o Presidente Senghor, a convite deste, para conversações sobre o futuro da Guiné. Esse encontro foi rodeado da máxima segurança pois, em 20 de abril desse mesmo ano, ou seja, no mês anterior, o PAIGC tinha morto três Majores do Estado-Maior da Guiné que tinham ido ao seu encontro para conversações.

Segundo o General Spínola, o mesmo foi efetuado "com vista à análise das possibilidades de mediação entre os contendores, apresentando como ponto de partida um cessar-fogo e a concessão de, pelo menos, dez anos de autonomia progressiva com vista a uma ulterior independência no quadro de uma comunidade luso-afro-brasileira ou, apenas

[21] Idem, *ibidem*, pp. 318-319.

luso-africana".[22] Como resultado deste encontro, acabou por ser notória a influência mútua entre Senghor e Spínola, o que foi confirmado pelo então Tenente-coronel Carlos Fabião, um dos oficiais mais próximos de Spínola, numa entrevista concedida a Maria João Avillez.[23]

Marcelo Caetano não aceitou a proposta, alegando preferir perder a guerra do que negociar a paz com "terroristas", e tudo continuou como dantes, ou seja, com a situação no terreno cada vez mais difícil para as tropas que começavam a dar sinais de crescente insatisfação. A intransigência foi de tal ordem que, ainda segundo o General Spínola, Marcelo Caetano vai recusar uma outra proposta, verdadeiramente surpreendente, feita pelo próprio Amílcar Cabral, que se dispunha a ir ao seu encontro "eventualmente em Bissau" para negociações. Mas Marcelo Caetano recusou liminarmente, dizendo "que estava fora de causa qualquer hipótese de acordo político e que se encontrava preparado para aceitar se necessário, uma derrota militar". [24]

Em agosto de 1973, o General Spínola deixou a Guiné, após o termo da sua missão, consciente do colapso. Os meios que pediu e que não lhe foram concedidos não poderiam evitá-lo, mas apenas retardá-lo.

Para piorar a situação portuguesa ao nível internacional, em setembro de 1973, em Madina do Boé, o PAIGC declarou unilateralmente a independência da Guiné, sendo imediatamente reconhecida por cerca de quarenta Estados.[25]

O Governo, diplomaticamente e de forma oficiosa, procurava, finalmente, uma saída para o problema, embora António José Telo considere que se poderá especular se seria verdadeira a vontade de concretizar a proposta que foi apresentada ao PAIGC, em Londres, por um emissário pessoal do ministro dos Negócios Estrangeiros Rui Patrício.

Enquanto este ministro de Marcelo Caetano rejeitou que tal tenha acontecido, o embaixador Villas-Boas, em 20 de novembro de 2008, num colóquio sobre diplomacia portuguesa entre 1968-1974, em que ambos estiveram presentes, explicou que "as teses

---

[22] António Spínola, *País sem Rumo, contributo para a História de uma Revolução,* Lisboa, Scire, 1978, p. 33.

[23] Nessa entrevista, Fabião conta que, logo a seguir à Revolução, ele e o embaixador Nunes Barata, a mando de Spínola, por já conhecerem Senghor do encontro no Senegal, foram a Paris ao seu encontro e este mandou comunicar a Spínola que o que fora idealizado, entre eles dois anos atrás, já estava ultrapassado face à Declaração de Independência da Guiné e ao reconhecimento da mesma por 82 países. Recomendou que, agora, a única coisa possível era reconhecer a independência deste novo País, pois tal seria um gesto importante para a OUA, mas Spínola não aceitou. Disponível em: http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=ecfabiao, consultado em 27/04/2014.

[24] António Spínola, *País sem Rumo, contributo para a História de uma Revolução, op. cit.*, p. 41.

[25] Quando ocorreu o 25 de Abril a Guiné-Bissau já era reconhecida por 82 Estados, mais do que aqueles que mantinham, nessa altura, relações com Portugal.

de Spínola, no sentido do "federalismo", não eram muito diferentes das de Caetano. No seu entender, Caetano sabia que "a guerra de África não levava a lado nenhum" e que "a única solução era política" (…) e Caetano enviara-o, como "emissário pessoal", à Costa do Marfim e à República Centro-Africana, para explicar "os detalhes da nova política africana" - um projeto que, de início, também incluía o Senegal. E, nesse colóquio, relatou em pormenor a negociação com o PAIGC, em março de 1974, em Londres, ainda na qualidade de emissário do Governo português. Segundo afirmou, "era necessário obter o cessar-fogo na Guiné", ao mesmo tempo que assegurou que o governo o instruíra para "falar de todos os assuntos, incluindo a independência política" da Guiné.[26]

Em Moçambique, por esta altura, já Jorge Jardim, influente homem de negócios português no meio colonial moçambicano, com excelentes ligações nos países limítrofes, conseguira um acordo, em setembro de 1973, com a Frelimo, confirmado por Almeida Santos, com a intermediação do Presidente da Zâmbia, para uma descolonização negociada e sem traumas. Porém, Marcelo Caetano viria a rejeitá-lo em 17 de abril de 1974.[27]

Foi neste quadro que o General Spínola decidiu escrever o livro *Portugal e o Futuro*,[28] dado que, como ele próprio admitia, não havia uma solução militar para a guerra, pois "não há memória de se ter ganho uma guerra subversiva no plano militar".[29]

Naquele célebre livro, saído ao público em início de 1974, Spínola começava por justificar a sua publicação como forma de contribuir para o debate em torno do problema ultramarino, que reputava como o "primeiro problema nacional do presente" e apontava a sua solução para o problema, que passava pela criação de uma terceira via. Recusava a eternização do conflito e a traição ao passado, propondo a criação de um novo rumo através do diálogo, em direção a uma "verdadeira comunidade lusa, aceite que não imposta, e mantida pela firme vontade dos seus integrantes; vontade alicerçada numa

---

[26] Disponível em: http://expresso.sapo.pt/o-25-de-abril-foi-a-auto-derrota-de-uma-nacao=f458768#ixzz3NI6oiUr9, consultado em 23/01/2015. *Vide* igualmente *História Contemporânea de Portugal*, vol. II, *Do 25 de Abril à Atualidade*, Lisboa, Editorial Presença, 2008, p.179.

[27] João Paulo Guerra, *Descolonização Portuguesa. O Regresso das Caravelas*, Prefácio de Melo Antunes, [1ª ed.], Lisboa, Oficina do Livro, 2009, pp. 51-52.

[28] Já em 1962 tinha sido publicado um livro (reeditado, em 2009, pela Âncora Editora) com muito em comum, da autoria de Manuel José Homem de Mello, *Portugal, o Ultramar e o Futuro*, onde o autor, sem apontar uma solução para o problema com que se deparava, fazia sentir que a solução não era aquela que o regime defendia. Segundo o autor, Portugal não poderia garantir o domínio colonial e a presença dos portugueses através da força que não possuía, mas "através da proverbial maneira de os portugueses saberem conviver com os povos tropicais". Em síntese, seria preciso criar "novos brasis" evoluindo sem descontinuidade". João Paulo Guerra, *op. cit.*, [1ª ed.], p. 37.

[29] António Spínola, *Portugal e o Futuro*, 3ª edição, Lisboa, Arcádia, 1974, p. 239.

autêntica comunhão de interesses e aspirações e na solidariedade decorrente de uma sólida e fraterna cooperação".[30]

Propunha a livre expressão do direito à autodeterminação, convicto que os africanos, a quem seria dada uma autonomia progressiva "nos precisos termos constitucionais", iriam querer continuar numa Comunidade Lusíada. Desta forma, desmontar-se-ia a ideia que o mundo tinha contra Portugal e, tudo isto, salvaguardando "quantos, africanos e europeus, construíram no Ultramar as suas vidas, alimentando todas as suas esperanças à sombra da Bandeira Portuguesa".[31]

Para reforço da sua ideia, considerava que "sem os territórios africanos, o País ficará reduzido a um canto sem expressão numa Europa que se agiganta, e sem trunfos potenciais para jogar em favor do seu valimento no concerto das Nações".[32]

O General Spínola defendia uma solução política para o problema "ultramarino" e já Costa Gomes havia sub-repticiamente deixado essa mensagem, num artigo publicado no *Diário Popular,* em abril de 1961, na sequência da "Abrilada".[33]

Em boa verdade, a ideia de conceder uma autonomia progressiva aos territórios era uma das antigas linhas de pensamento do Professor Marcelo Caetano[34] e já o General Spínola lho havia recordado, em fevereiro de 1973, um ano antes do aparecimento do livro que foi o princípio do fim do regime. A diferença é que esta carta permaneceu secreta, enquanto o livro se tornou público e ganhou uma enorme projeção.

Naquela carta, Spínola voltava a lembrar as propostas constantes noutras missivas, anteriormente enviadas a Marcelo: uma em 1970 e outra em 1972.[35] Na primeira propunha uma solução para o problema ultramarino que passava por uma autonomia progressiva, com participação crescente dos africanos, concedendo-lhes progressivamente o estatuto de estados federados. Desta forma poderia criar-se um clima de aceitação internacional que permitiria, na sua ótica, ser o condutor do processo. A segunda, era

---

[30] Idem, *ibidem,* pp.12-16. Note-se que, também já em 1973, António Champalimaud, no Relatório e Contas do seu Banco Pinto e Sotto Mayor, a propósito dos elevados encargos com a defesa, propunha, em alternativa, que se apostasse na cooperação como indispensável para assegurar a permanência e a estabilidade, apontando indiretamente, mas implicitamente para a concessão das independências, o que levou Marcelo, já no exílio, a considerar que aquele industrial quis derrubar o regime.

[31] Idem, *ibidem*, pp. 148-150.

[32] Idem, *ibidem,* p. 234.

[33] Luís Nuno Rodrigues, *Marechal Costa Gomes. No centro da tempestade - Biografia*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2008, p. 68. *Vide* igualmente, *Costa Gomes. Sobre Portugal. Diálogos com Alexandre Manuel,* Lisboa, A Regra do Jogo, 1979, p.120-121. *Vide.*3.2.2.2., *infra.*

[34] *Costa Gomes, Sobre Portugal, Diálogos com Alexandre Manuel, op. cit.*, pp. 33-34.

[35] António de Spínola, *País sem Rumo, contributo para a História de uma Revolução, op. cit.*, pp.48-49.

relativa à porta que se abriu com a proposta do Presidente Senghor em abril de 1972, para um cessar-fogo na Guiné, a qual Marcelo inviabilizou, mas que Spínola nunca esqueceu.

A publicação do livro acabou por provocar grande agitação no seio do regime. De tal ordem que o Presidente Américo Thomaz impôs ao Presidente do Conselho a exoneração imediata dos dois máximos responsáveis pelas Forças Armadas, que não acreditavam na capacidade das forças que comandavam para resolver a guerra, e, contra a superior orientação política, desejavam uma solução negociada. Tal veio a acontecer a 14 de março de 1974 depois de ambos se terem recusado a solidarizar-se com o governo, no episódio que ficou conhecido como "Brigada do Reumático". Mas a situação era já incontrolável. O livro serviu de detonador para o que já se pressagiava e as reações em cadeia que o livro provocou levaram à revolução.

Como é sabido, tudo começou com uma tomada de posição de jovens capitães que se sentiram lesados e se organizaram para manifestar o seu descontentamento contra o Dec. Lei 353/73.[36] Ao fim de alguns meses conseguiram a sua revogação, mas o movimento já tinha extravasado os objetivos meramente corporativos passando a visar, igualmente, objetivos de cariz político, no quadro dos quais o fim da guerra era o desiderato principal a atingir, dentro do princípio defendido no livro do General Spínola, de que a saída era política e não militar. Tudo o mais viria por acréscimo.

A conspiração ia tomando forma: o Movimento dos Capitães transformou-se em Movimento dos Oficiais das Forças Armadas (MOFA) e a ele se juntaram elementos mais politizados, transformando-se posteriormente no Movimento das Forças Armadas (MFA), alargando a sua base de apoio a sargentos e praças.

Os conspiradores tinham consciência da necessidade de envolverem oficiais mais graduados na conjura e, daí, aproximaram-se de oficiais superiores que admiravam, como o chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), General Costa Gomes, para quem iam as preferências de liderança. [37] Na versão de Spínola, a liderança foi distribuída pela Comissão Política do Movimento, entregando a presidência a Costa Gomes, reservando para ele a chefia das Forças Armadas. Todavia, Costa Gomes, tendo conhecimento dos planos para a revolução, nunca se quis envolver, ao contrário do vice-chefe, General António de Spínola, que, através dos oficiais que lhe eram próximos e estavam envolvidos, não deixou de acompanhar o Movimento dos Capitães e,

[36] D.G., de 13 de julho de 1973, revogado a 22 de dezembro de 1973 depois de uma reestruturação governativa que levou à substituição do ministro e secretário de Estado da Defesa.
[37] *Vide* desenvolvimento em 3.2.1 e 3.2.2.2, *infra*.

posteriormente, negociar os termos do documento num sentido mais moderado, que deveria ser divulgado à Nação em caso de triunfo do MFA.[38]

No dia da Revolução, foi o General Spínola que apoiou os revoltosos, ao invés de Costa Gomes que se manteve incontactável durante todo o dia. Também foi Spínola o general escolhido por Marcelo Caetano para lhe entregar o poder, evitando que este "caísse na rua", conforme as palavras do chefe do Governo.

Na primeira reunião da Junta de Salvação Nacional (JSN), na noite da revolução, foi Costa Gomes quem acabou por propor o nome de Spínola para presidir à JSN e ser o futuro presidente da República, em face do protagonismo desse dia e da dimensão política e militar que aquele general já conquistara.

1.2 O contexto interno após o 25 de Abril

Pouco dias após o 25 de Abril de 1974 começaram a chegar a Portugal muitos dos exilados políticos que tinham deixado o país, em razão das profundas divergências com a orientação política do Estado Novo. A Guerra Colonial tinha sido uma das razões que obrigou muitos a exilarem-se.

Entre eles contava-se o antigo candidato à Presidência da República, Professor Rui Luís Gomes que, em 1958, tivera que abandonar o país por ter defendido publicamente a autodeterminação para os territórios ultramarinos portugueses. Ao regressar, ainda no aeroporto, afirmou que já esperava, para breve, este desfecho, dado o isolamento do governo, aos níveis interno e externo, acrescentando de seguida:

> "O problema das colónias portuguesas de África tem uma solução única e inadiável: independência. Hoje não é permitido ter outra opinião acerca do assunto. Portugal não pode caminhar para uma verdadeira democracia enquanto estiver na posição de povo colonialista. Considero a resolução do problema colonial essencial para a marcha do povo português rumo a um país novo disposto a assumir o seu papel no mundo".[39]

Mais à frente, sobre o Programa apresentado ao país na madrugada do dia seguinte à revolução que, pelos vistos, não o surpreendeu, afirmou que continha aquilo que os democratas vinham dizendo desde 1945 e, por isso, era o mínimo que se podia exigir: "Já no aspecto colonial me parece que a posição do programa é um pouco mais atrasada". [40]

---

38 António Spínola, *País sem Rumo, contributo para a História de uma Revolução, op. cit.pp. 89-121.*
[39] *25 de Abril Documentos,* coordenação dos jornalistas Afonso Praça, Albertino Antunes e outros, Lisboa, Casa Viva Editora, 1974, pp. 76-77.
[40] Idem, *ibidem*, pp. 76-77.

Foram, de fato, palavras assertivas. Mas ele ignorava, nessa altura, como quase todo o país, as negociações que, à última hora, puseram em causa o espírito de união entre os vencedores.

A posição "um pouco mais atrasada" que surpreendeu o académico à chegada resultava, afinal, do facto do Programa do MFA, apresentado ao país na noite da revolução pelo presidente da Junta de Salvação Nacional [41], António de Spínola, não ser o documento final negociado entre o MFA e aquele general antes do triunfo da revolução. Para surpresa dos militares, Spínola impôs-lhes, no final do dia 25 de Abril, uma alteração do texto, antes da sua publicitação. Acabou por ser uma dura negociação que se arrastou pela madrugada do dia 26 de abril e que acabou por desvirtuar o sentido da solução para a chamada "questão ultramarina".[42]

Tudo se resumia, de certa forma, ao conteúdo expresso no ponto nº 8 do comunicado que foi lido ao país, do qual fora cirurgicamente eliminada a alínea c) do anterior documento. Quer o texto previamente aprovado pelo General, quer o que saiu da negociação ocorrida naquela noite, remetiam para a Nação a definição da futura política ultramarina. Assim, partindo deste pressuposto, entendia-se que tal definição deveria basear-se em princípios como o reconhecimento de que a solução das guerras, no Ultramar, não poderia ser militar, mas sim política e, por isso, o problema deveria ser livremente debatido pelo país, por forma a lançar os fundamentos de uma política ultramarina capaz de levar à paz. A rejeitada alínea c) deste ponto 8[43] também previa o que Spínola e os outros elementos da JSN[44], naquela altura, consideraram não poder aceitar: "o claro reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e a adoção acelerada de medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos, com efetiva e larga participação das populações autóctones".[45]

No livro onde narra estes pormenores, Spínola, para além de justificar os cortes com a necessidade de evitar partidarizações, afirma que a Comissão Coordenadora do

[41] A JSN foi formada em 25/4/74, por escolha dos oficiais do MFA, por oficiais Generais e Almirantes para garantir a transição do poder, em conformidade com o previsto no Programa do MFA. Um protocolo anexo a este Programa continha as regras que levaram à escolha dos sete membros dos três ramos das F.A. No período compreendido entre 25/4 e 14/4/74 os poderes da Junta abrangiam os do anterior P.R. e P.M.

[42] 0 Programa do M.F.A. foi divulgado no Jornal *A República* em 26 de abril de 1974 em Anexo I e o oficial foi publicado em anexo à Lei Constitucional 3/74 de 14 de maio. DG, 1ª S, nº 112, de 14 de maio de 1974, igualmente em Anexo I.

[43] Em Anexo I.

[44] *Vide* desenvolvimento *infra*.

[45] Numa leitura crítica desse documento do MFA poder-se-á questionar como seria possível compatibilizar o princípio democrático de fazer participar a Nação na definição de uma nova política ultramarina, com a condicionante da imposição do reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos.

MFA[46] apareceu "pela primeira vez em cena a solicitar-me a publicação do segundo programa do MFA (…) [dado que] tinham-se comprometido a publicar aquele documento nos jornais da manhã".[47] Acrescentou que acabou por ser uma longa maratona negocial à volta do documento, "tendo nele sido introduzidas várias alterações, justamente aquelas que no desenvolvimento da Revolução não foram respeitadas".[48]

A sua ideia era a de que certas medidas poderiam ter reflexos negativos e, por outro lado, considerava deverem ser comunicadas ao país apenas as linhas gerais do Programa, sendo que os pormenores deveriam ser incluídos no Programa do Governo Provisório. Spínola alimentava o desejo de ver constituída uma Comunidade Luso-Afro-Brasileira como teorizara no livro *Portugal e o Futuro*, daí a decisão expressa no documento, de envolver a Nação na procura de uma solução, era a vontade de Spínola.

Começava aqui o braço de ferro entre Spínola e o MFA. E, se a primeira batalha foi ganha pelo General, a vitória final, como adiante se verá, acabaria por sorrir aos militares do MFA à volta da sua Comissão Coordenadora, recuperando o que perderam nessa noite, e obrigando Spínola à demissão.

Resulta de tudo isto a clara luta entre duas tendências que, embora unidas conjunturalmente, se opunham quanto aos fins imediatos a atingir no campo da descolonização.

Porém, logo após a Revolução, confrontados com as diferenças sobre o futuro do Ultramar, em face da recusa de Spínola em aceitar, no imediato e como princípio, o direito à autodeterminação, a delicadeza da situação ditou prudência ao MFA, até porque Spínola, nesta primeira fase, via aumentar a sua popularidade. De presidente da Junta de Salvação Nacional a Presidente da República foi um ápice, vindo a assumir funções a 15 de maio de 1975.

Após a revolução, a questão mais premente que se impunha resolver, paralelamente à necessidade de conseguirem o cessar-fogo para atingir a paz, prendia-se com a rápida aceitação internacional da nova realidade política portuguesa.

---

[46] A Comissão Coordenadora, ex-Comissão Política do MFA, foi institucionalizada em 27 de abril e era constituída pelo Coronel Vasco Gonçalves, o mais graduado, e pelos Majores Melo Antunes e Vítor Alves, todos do Exército; pelos Majores Pereira Pinto e Capitão Costa Martins, da Força Aérea; pelos Capitães-tenentes Vítor Crespo e Almada Contreiras, da Marinha.

[47] António de Spínola, *Ao Serviço de Portugal*, 2º ed., Lisboa, Ática/ Livraria Bertrand, 1976, pp. 13-14.

[48] *Vide*, Grupo de Pesquisa sobre a Descolonização Portuguesa, *A Descolonização Portuguesa, Aproximação a um estudo*, vol. I, Lisboa, Instituto Democracia e Liberdade, 1979, p. 410, onde se criticam as alegações justificativas que Spínola formulou, relativamente à rejeição do Programa que a Comissão Coordenadora apresentou à JSN, na noite da revolução, considerando que "os revolucionários terão procedido coerentemente dentro da sua ética, ao invés de quem aceitou cobri-los, supondo que poderia utilizá-los para fazer vingar as suas conceções".

Assim sendo, e mesmo antes da existência de um novo governo, o presidente da Junta de Salvação Nacional pediu a Mário Soares, que acabara de regressar do exílio, para visitar algumas das principais capitais europeias à procura de apoio para a revolução portuguesa, dadas as ligações que mantinha com a Internacional Socialista enquanto dirigente do Partido Socialista. Soares aceitou e conseguiu desempenhar essa missão com pleno êxito.

Faltava, ainda, a António de Spínola conseguir a normalização interna. Cabia-lhe, enquanto presidente da JSN e segundo o Programa do MFA, formar um Governo Provisório onde alguns dirigentes dos principais partidos já constituídos acabariam por ser incorporados. Note-se que os partidos, apesar de estarem omissos no Programa do MFA e da Lei dos Partidos só ter surgido com o Dec. Lei nº 595/74 de 7 de novembro[49], acabaram por estar, desde o início, associados à nova conjuntura política.

A escolha da personalidade que iria chefiar o I Governo Provisório provocou o segundo embate entre Spínola e a Comissão Coordenadora. Apresentaram a Spínola três sugestões para o cargo de Primeiro-ministro (Miller Guerra, Pereira de Moura e Raul Rego), mas ele preferiu escolher o conhecido e moderado Professor Catedrático de Direito Adelino da Palma Carlos, depois de analisar o perfil de cada um, como ele próprio confessou.[50] De novo, o General Spínola levou a melhor sobre o MFA.

Relativamente à eventual escolha de Raul Rego, Mário Soares conta que, ao chegar a Santa Apolónia vindo do exílio, foi por ele recebido e lhe terá confidenciado o convite de Spínola para o cargo, alvitrando que isso se devia ao facto dos capitães acharem que deviam muito ao jornal *República*, do qual era diretor, por ser a única voz da Oposição Democrática ao fascismo. De imediato, Mário Soares opôs-se a esta designação, dado que o cargo que ele tinha na direção do partido não o indicava para Primeiro-ministro.[51] Curiosamente, o Presidente sempre negou que alguma vez tenha abordado Raul Rego, ao contrário do que fez com os outros dois, por já o conhecer e achar que ele não tinha perfil para o cargo, até porque contava com ele para a pasta da Comunicação Social. Cruzam-se assim versões, só em parte coincidentes, para o mesmo episódio, o que se vai tornar frequente em outras ocasiões.

[49] D. G., 1ª S., nº 259 de 7 de novembro de 1974.
[50] António de Spínola, *País sem Rumo, Contributo para a História de uma Revolução* Lisboa, *op. cit.*, pp. 129-132.
[51]Mário Soares, *Portugal que Revolução, Diálogo com Dominique Pouchin*, Lisboa, Perspetivas e Realidades, 1976, p. 25.

Com a aprovação da Lei nº3/74 de 14 de maio definiu-se a nova estrutura institucional até à aprovação, pela Assembleia Constituinte, da futura Constituição, saída de eleições que, segundo o programa, deveriam ser realizadas no espaço de um ano. Essa estrutura seria constituída pelo Presidente da República, Junta de Salvação Nacional, Conselho de Estado, Governo Provisório e Tribunais. Mantinha transitoriamente em vigor a anterior Constituição de 1933, salvo naquilo que contrariasse os princípios do MFA, nomeadamente nos preceitos relativos às províncias ultramarinas, como seja o da integridade territorial prevista nos artigosº.1º e 2º.

Relativamente à questão da Paz, ela passaria, num primeiro momento, por conseguir que os adversários que, no terreno, combatiam as forças armadas portuguesas, aceitassem um cessar-fogo. Foi dado um primeiro passo quando, no preâmbulo do Dec. Lei nº 203/74 de 15 de maio, onde constava o Programa do I Governo Provisório, se previa a autodeterminação, como princípio a respeitar na decisão sobre o futuro das populações residentes nos territórios ultramarinos. Fruto das enormes pressões que já se tinham feito sentir, interna e sobretudo externamente, poder-se-á inferir que, admitindo a autodeterminação se reconhecia, embora ainda sem referência expressa, que existia um problema colonial e não apenas ultramarino. Menos de um mês após a revolução, algo parecia estar a mudar.

Esta cedência não era uma porta aberta para a independência, segundo entendimento quer do chefe do Governo, quer do chefe do Estado. Seria, quando muito, uma consulta livre e democrática às populações sobre a vontade de continuarem ligados, de alguma forma, à antiga potência colonizadora ou, pelo contrário, a escolha do direito à completa soberania, mas nunca poderia entender-se como o direito exclusivo a esta última.[52]

Na posse do primeiro Governo Provisório, a 16 de maio de 1974, Spínola garantiu, de viva voz, o direito dos povos à autodeterminação, através do princípio da consulta às populações, onde livremente escolheriam uma das opções apresentadas. Pouco tempo depois, aquando da tomada de posse dos novos governadores de Angola e Moçambique, após encontros falhados com o PAIGC que recusava a consulta popular, Spínola voltava ao assunto, salientando as virtudes democráticas do ato e não impor

[52] No preâmbulo do Dec. Lei 203/74 de 15 de maio, que continha o Programa do Governo, individualizavam-se os dois conceitos; assim autodeterminação era o direito de um povo livremente escolher o seu destino, enquanto a independência imediata era a aceitação duma vontade que não seria a desse povo.

qualquer solução. Ele acreditava que o resultado da consulta seria um qualquer tipo de ligação a Portugal, embora com autonomia própria.

Era, no fundo, a materialização da tese expressa no livro, que fora o catalisador do 25 de Abril. Visava a constituição "de uma verdadeira comunidade lusa, aceite que não imposta, e mantida pela firme vontade dos seus integrantes; vontade alicerçada numa verdadeira comunhão de interesses e aspirações e na solidariedade decorrente de uma sólida e fraterna cooperação".[53] Ou, como disse Mário Soares a propósito do que pretendia o Presidente Spínola para a Descolonização, "a constituição de um processo sob controlo armado, para chegar a uma espécie de Commonwealth portuguesa".[54]

Com esta convicção, Spínola não facilitou nas negociações iniciais.

Enquanto isto, os movimentos nacionalistas não abrandavam a guerra e, em alguns casos, até a intensificaram, para desespero das tropas portuguesas que, expectantes, viam a guerra continuar e os soldados a morrer, apesar das promessas de Abril: "de 25 de Abril de 1974 até ao termo dos combates, ainda morreram nos três teatros de operações, 530 militares portugueses, 159 dos quais em resultado direto de ações de combate".[55] Os adversários só concordavam com o cessar-fogo proposto por Portugal quando, por um lado, existisse o reconhecimento do direito à independência e já não à autodeterminação e, por outro, fossem aceites como os únicos e legítimos representantes dos seus povos nas negociações com Portugal.

Na metrópole, como então se designava Portugal continental, Spínola tentava impor a normalização e acabar com a revolução, isto é, fazer regressar os militares aos quartéis. A 30 de maio, na tomada de posse do Conselho de Estado, que ficou a exercer os poderes constitucionais até à aprovação da nova Constituição, onde tinham sido incluídos os militares da Comissão Coordenadora do MFA, realçava o papel das Forças Armadas e, em forma de agradecimento, dizia que estas bem podiam estar orgulhosas pelo que fizeram, mas que chegara a altura, conforme a ética e o dever militar impunham, de passarem a responsabilidade para as novas estruturas que iriam fazer a transição para um Estado de direito após as eleições a realizar dentro de um ano.

---

[53] António de Spínola, *Portugal e o Futuro, op. cit.* pp., 15-16.
[54] Mário Soares, *Mário Soares Memória Viva*, Ed. Quasi, Vila Nova de Famalicão, 2003, p. 97.
[55] João Paulo Guerra, *Descolonização Portuguesa. O Regresso das Caravelas*, *op. cit.*, p. 79. *Vide* igualmente *O Expresso*, Joaquim Vieira, "Os que não voltaram", nº 1122 de 30 de abril de 1994. Segundo números fornecidos pelo Estado-Maior do Exército e apresentados pelo jornal *Expresso* de 30 de maio de 1994. Segundo este jornal faleceram ao todo na guerra colonial 8831 militares e ficaram deficientes cerca de 20.000.

Se esta mensagem tinha destinatário, parece que não foi recebida. O MFA, através da sua Comissão Coordenadora, criada como garante do cumprimento dos princípios do Movimento, encontrava-se estrategicamente localizada no Palácio de São Bento e prometia não desistir dos seus ideais, mantendo-se vigilante para conseguir o cumprimento dos mesmos.

A questão colonial era a verdadeira grande disputa entre o grupo reunido em volta do Presidente Spínola, do chefe do Governo Adelino da Palma Carlos e de outros ministros e militares afetos à linha dita spinolista e o grupo dos militares, formado à volta da Comissão Coordenadora, das delegações do MFA nos territórios ultramarinos, a quase totalidade das lideranças políticas representadas no Governo e ainda uma extrema-esquerda muito ativa.

Melo Antunes, homem chave da descolonização a partir do II Governo Provisório como ministro sem Pasta, sempre admitiu o confronto entre as ideias de Spínola e as da Comissão Coordenadora à qual pertencia. Vítor Crespo, militar de Abril e membro da Comissão Coordenadora do MFA, em artigo publicado no Jornal *A Luta* de finais de 1975, retrata na perfeição a visão destes militares sobre o problema: [56]

"Defrontámo-nos essencialmente com três concepções que chamarei respectivamente de neocolonialismo, de abandono e de cooperação.[57] A primeira personificou-a a figura do ex-General Spínola (…) A segunda era a tese do "abandono", aparentemente mais inofensiva, não deixaria de ser menos perigosa [para os interesses de Portugal e dos africanos]. Mas a tese que sempre defendemos (…) foi a tese da "cooperação". Necessariamente ela tinha que se opor às duas anteriores".[58]

A propósito da primeira, considerava que só iria servir os grandes interesses do imperialismo internacional e foi precisa muita coragem a "alguns raros oficiais que, ao nível das instâncias superiores do poder do Estado, travaram luta feroz", para que Spínola não impusesse a sua tese. Era a confirmação da recusa das superiores orientações de Spínola.

Quanto à segunda, admitia que a luta fora "muito mais longa e persistente" contra "a exaltação egoísta dos pseudo avanços revolucionários internos" e afirmava que "não era voltando as costas que se iria fazer frutificar a amizade, a solidariedade e o interesse

[56] Vítor Crespo, "Balanço da Descolonização", Jornal *A Luta, apud* Aniceto Afonso, "Portugal de Abril", *História Contemporânea de Portugal*, vol. 2, dirigido por João Medina, Lisboa, Amigos do Livro, 1985, pp. 272-275.
[57] António José Telo, *História Contemporânea de Portugal*, vol. II, *Do 25 de Abril à Atualidade*, Lisboa, Editorial Presença, 2008, pp. 152-156, considera que não houve uma, mas sim seis políticas de descolonização que se combateram mutuamente e que acabaram por causar "a confusão e incoerência tremenda que foi o processo", acabando por triunfar a da Comissão Coordenadora do MFA.
[58] Face ao exposto, poder-se-ia inferir que, já neste contexto descolonizador, a preocupação destes militares era assegurar a cooperação depois das independências.

mútuo dos povos português e das colónias". Também aqui não fala em nomes, mas não deixava de fazer duras críticas ao Partido Comunista Português (PCP) e aos grupos de extrema-esquerda.

Mário Soares admite que, naquela época, não existia uma visão política homogénea no seio do governo provisório, mas sim três visões distintas sobre a questão fraturante da altura – a descolonização: a visão federalista de Spínola (e do seu Primeiro-ministro, que na altura tinham o apoio da JSN[59]); a dos militares, afetos ao MFA, encabeçados pelo Major Melo Antunes, que lhe sucedeu como ministro dos Negócios Estrangeiros e que, apesar de, no seu entender, ser terceiro-mundista, "a sua ideia de descolonização negociada" estava mais próximo da sua; e, por fim, a do Partido Comunista, com uma visão internacionalista, que pretendia "fazer entrar as antigas colónias portuguesas na esfera de influência soviética, uma vez que elas albergavam no seu seio movimentos de tendência comunista".[60] A ideia de Soares era, no fundo, a mesma ideia de Vítor Crespo mas expressa de outra forma.

Mário Soares, apesar de não comungar das ideias de Spínola sobre a descolonização, exceto no seu faseamento, foi sempre fiel ao cumprimento das suas orientações, pois não queria criar um conflito aberto com o Presidente e acreditava que as independências se iriam impor. E, assim, se nos discursos oficiais ia transmitindo a versão oficial, a nível particular deixava bem claro que essa não era a sua perspetiva.[61]

Almeida Santos, outro dos governantes mais ligados à descolonização como ministro da Coordenação Interterritorial, na altura, independente, embora tenha sido fiel cumpridor das orientações superiores, não deixava de afirmar publicamente que o direito à autodeterminação abrangia o reconhecimento do direito à independência dos territórios ultramarinos portugueses.

Havia visões coincidentes de vários quadrantes sobre a questão da descolonização e, apesar de alguns respeitarem as orientações superiores, nenhum parecia comungar das ideias do chefe de Estado.

Em matéria de descolonização, para o MFA, era forçoso impor, rapidamente, aquilo que tinham perdido na noite da revolução. Contudo, as ideias de Spínola e a

[59] O próprio General Costa Gomes, na época membro da Junta, alinhava de início pelas teses do Presidente Spínola, como decorre das suas declarações na visita que fez a Luanda, na primeira semana de maio de 1974.
[60] Mário Soares, *Mário Soares Memória Viva*, Vila Nova de Famalicão, Ed. Quasi, 2003, pp. 97-98.
[61] David Castaño, *Mário Soares e a Revolução,* Lisboa, Ed. D. Quixote,1ª ed, 2013, p. 131.

manifesta impotência do ministro Mário Soares, responsável pelas negociações, tornavam esse objetivo difícil de atingir.

A lealdade institucional era mera figura de retórica num tema tão fraturante como o da descolonização. Esta confrontação, durante o I Governo Provisório, levou o Primeiro-ministro Palma Carlos, junto do Conselho de Estado, a uma tentativa de clarificação de poderes; visando em última análise, alterar o calendário eleitoral, subvertendo o que estava previsto para o ano seguinte no Programa do MFA. Pretendia provocar eleições presidenciais antes das eleições para a Assembleia Constituinte o que seria uma espécie de plebiscito à eleição de Spínola, por forma a dar-lhe uma legitimidade própria que suportasse as próprias ações do Governo. Só assim, no seu entender, seria possível dar exequibilidade ao ponto 8 do programa do MFA em tempo útil: "A política ultramarina do Governo Provisório, tendo em atenção que a sua definição competirá à Nação" e, em particular, a sua alínea b) "Criação de condições para um debate franco e aberto a nível nacional do problema ultramarino". Para Freitas do Amaral, na altura membro do Conselho de Estado, o Primeiro-ministro pretendia fazer um referendo sobre a emancipação das colónias, para depois poder, de forma legítima, reconhecer a independência àquelas que a pretendessem.[62]

Mas o Conselho de Estado, cujo papel era importantíssimo na época, e a maior parte dos partidos políticos mantiveram uma firme oposição. Não consentiram a alteração por esta não estar em conformidade com a ordem jurídica. Segundo Freitas do Amaral só existiam duas alternativas: ou a "Constituição de 1933, mas que proibia em absoluto a alienação de qualquer parcela do território nacional, ou o Programa do MFA, que não falava nem em auto-determinação nem em independência". Desta forma, só podia fracassar o plano que visava o reforço dos poderes presidenciais para assim ter legitimidade e conseguir levar avante a sua política.

Recorde-se que, esta proposta, vinha na sequência da confrontação ocorrida anteriormente na reunião da Manutenção Militar, convocada pelo General Spínola em 13 de junho de 1974, onde o Presidente Spínola tentou, sem sucesso, colocar sob o seu comando as Forças Armadas e todo o poder político revolucionário, desde a Junta de Salvação Nacional que lhe era leal, ao Governo Provisório e ao próprio Conselho de Estado. O MFA opôs-se-lhe através da sua Comissão Coordenadora, com Vasco Gonçalves a fazer fortes críticas ao Governo, provocando a sua fragilização.

[62] Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução, Memórias Políticas (1941-1975)*, 6ª edição, Vendas Novas, Ed. Bertrand/ Nomen, 1996, p. 218.

Em face deste desaire, Palma Carlos considerou não ter condições para continuar no exercício do cargo e apresentou a demissão a 9 de julho. Contrariamente ao esperado, esta decisão acabou por abrir a porta à entrada dos "militares de Abril" no novo governo.

Spínola convidou Firmino Miguel para o cargo de Primeiro-ministro, que recusou. Escolheu, então, para a chefia do Governo, Vasco Gonçalves, que tomou posse a 17 de julho. Tratava-se de um dos militares envolvidos na preparação da Revolução do 25 de Abril, dos mais ativos na confrontação de ideias ocorrida na manutenção militar, mas que, apesar disso, era considerado por Spínola e Soares, como este próprio confessou, um moderado capaz de fazer a ponte com a ala revolucionária do MFA[63]. Ambos se enganaram redondamente, como o tempo viria a demonstrar. Desta vez, terminava mal para Spínola este novo confronto com as estruturas militares do MFA. A alteração de forças estava em marcha.

Do I para o II Governo Provisório, Spínola deixou de controlar o poder político e a sua influência junto das Forças Armadas diminuía a olhos vistos. O numeroso grupo de militares que entrou no governo estava unido à volta de um ideal que não era o seu e o confronto parecia inevitável. Também os partidos viram a sua margem de manobra cada vez mais reduzida, exceto o PCP, que se foi colando aos militares e aos governos de Vasco Gonçalves. A grande confrontação estava para vir e deu-se em torno da descolonização e da forma como se processaria.

Segundo Ramalho Eanes, no braço de força com a Comissão Coordenadora do MFA, a perspetiva descolonizadora conservadora de Spínola não encontrava o mínimo eco em Melo Antunes, responsável pela condução do processo negocial, como ministro sem Pasta do II Governo Provisório, que vislumbrava, com muita generosidade, mas carregado de utopia, aquilo que se constituía como um dos princípios basilares da revolução.[64]

Mas já não era só a Comissão Coordenadora que se opunha às ideias do Presidente pois, até no próprio Conselho de Estado, mesmo "aqueles Generais que moldaram o Programa do MFA, de acordo com a sua visão mais conservadora, vieram depois a reconhecer que tinham de mudar de posição", face à constatação da dura realidade que os vai fazer aprovar "o marco jurídico da descolonização". Esta altercação

[63] *Vide*, Mário Soares, *Mário Soares, Memória Viva*, 1ª ed., Vila Nova de Famalicão, Ed. Quasi, abril de 2003. p. 107 e também em *Mário Soares. Um político assume-se. Ensaio Autobiográfico Político e Ideológico*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2011, p. 216.

[64] Segundo a perspetiva de Ramalho Eanes, abordada na entrevista concedida ao autor, ambas as posições aqui abordadas apresentavam defeitos.

seria justificada pelos encontros de Spínola com Nixon, nos Açores, e com Senghor, no aeroporto em Lisboa. Às notícias provenientes das frentes militares e a ação da extrema-esquerda contra a ida de mais soldados para as colónias, aliadas à expectativa de que a ONU iria reconhecer brevemente a Guiné Bissau como Estado soberano, acrescia, ainda, a pressão de muitos países ocidentais e organizações internacionais, para que a descolonização fosse rapidamente definida por Portugal. Tudo isto forçou, em quinze dias, o *volte face* que conduziu à aprovação da Lei 6/74 pelo Conselho de Estado que veio esclarecer, num só artigo, o Programa do MFA e a "repor o ponto que o próprio Spínola tinha conseguido apagar na Pontinha".[65]

Sem que Spínola tivesse rubricado a Lei nº 6/74 ela surgiu publicada, para surpresa do ministro da Coordenação Interterritorial Almeida Santos e, aparentemente, do próprio Presidente. Por proposta de Almeida Santos, em 27 de julho incluiu-se um artigo 3º que explicitava a quem competia a responsabilidade pela descolonização e como se devia processar, alteração esta que obteve a concordância do Presidente, que a promulgou, transformando-se na Lei nº 7/74, ficando conhecida como a Lei da Descolonização que aceitava o direito dos povos ultramarinos à autodeterminação, com todas as consequências, incluindo o direito à independência.[66]

Numa entrevista ao jornal *Público,* Almeida Santos contou a propósito que "o Conselho de Estado aproveitou essa fase de fragilização de Spínola para lhe propor a referida Lei", dando a entender, que foi aquele órgão a provocar o facto consumado, da Lei 6/74, embora afirme desconhecer quem a mandou publicar. [67]

Mas o que teria levado o Conselho de Estado a aprová-la? Segundo Freitas do Amaral foram as condicionantes externas, nomeadamente a urgência de resolver a questão da Guiné, prestes a ser reconhecida pela ONU como estado independente, o que seria extraordinariamente humilhante para Portugal e forçava a procura de uma solução, uma vez que "o Presidente Spínola recusava-se a reconhecer a independência de qualquer território ultramarino (…) sem uma base de legitimidade constitucional que lhe permitisse fazê-lo".[68] Explicou como, então, se encontrou a solução, criticada por muitos, a ponto de haver quem apresentasse queixa contra todos os responsáveis da Nação

[65] *Vide,* Maria José Tíscar Santiago, *O 25 de Abril e o Conselho de Estado. A Questão das Atas,* Lisboa, Edições Colibri, 2012, pp. 216-218.
[66] Pedro Rafael dos Santos e Isabel Oneto, "Almeida Santos, Descolonização assentou em lei anónima", Revista Visão de 07/04/1994, p. 37, disponível em http://www.espoliadosultramar.com/ip15.html, consultado em 15/05/2013.
[67] São José Almeida, entrevista a Almeida Santos, "30 Anos do 25 de Abril - Quem mandou no processo de descolonização foi o MFA", *Público,* 10 de abril de 2004, p. 10.
[68] Diogo Freitas do Amaral, *op. cit.*, p. 218.

envolvidos na descolonização, onde se incluíam os membros do Conselho de Estado.[69] Quer a Constituição de 1933 (na parte ainda em vigor), quer o Programa do MFA não permitiam, respetivamente, alienar territórios ou ultrapassar a Nação na definição de uma política ultramarina. Em face dessa impossibilidade, recorreram a dois trechos do Programa para fundamentarem a alteração que acabou por vingar e que "consentiam uma interpretação muito diferente e uma leitura favorável às necessidades imediatas do País":

- o príncípio de que a solução para o problema do Ultramar era política e não militar;

- o princípio que referia a necessidade de serem lançados os fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.[70]

A proposta tomou a forma de esclarecimento relativamente ao alcance do nº 8 do capítulo B do Programa do MFA. Na nova Lei, o artigo 2º tinha como base os preceitos da Carta das Nações Unidas, consagrando o direito à autodeterminação, com todas as suas consequências, incluindo a aceitação da independência. Isto conduzia a uma derrogação do artigo 1º da Constituição de 1933 que não permitia qualquer alienação territorial ou de soberania do território nacional. [71] Acabou por ser uma resposta às exigências da Comunidade Internacional.

Seguramente com intenção, os legisladores apenas referiram que a consulta se faria com base nos preceitos da Carta das Nações Unidas, de 26 de junho de 1945, quando o deveriam ter feito sobretudo com base nas resoluções atrás referidas de 1960, pois tinha-se alterado a forma como a ONU via a questão colonial.[72] Se até aí a sua análise se fundamentava exclusivamente na vertente jurídica, daí em diante passou a basear-se numa abordagem política, de que as resoluções nºs 1514, 1541 e 1542 eram exemplo. Torna-se evidente que, nesta fase, o Presidente Spínola já aceitava a autodeterminação e até aceitaria as independências, caso as populações assim o decidissem na consulta que ele desejava fazer.[73]

O processo era imparável e os movimentos nacionalistas, bem apoiados internacionalmente e concertados entre si, ignoraram e rejeitaram as novas movimentações políticas nos territórios ultramarinos.

---

[69]Diogo Freitas do Amaral, *op. cit.*, pp. 219-220. *Vide* todo o processo em Silvino Silvério Marques, Luís Aguiar e Gilberto Santos Castro, *Os Descolonizadores e o Crime de Traição à Pátria*, 3ª ed., Lisboa, Ulisseia, 1983.

[70] Diogo Freitas do Amaral, *op. cit.*, pp. 218-219.

[71] *Vide* sobre a matéria, *A Descolonização Portuguesa 2. Aproximação a um estudo*, Grupo de Pesquisa sobre a Descolonização portuguesa, Lisboa, IDL - Instituto Amaro da Costa, 1982, pp. 3-9.

[72] Em conformidade com o que ficou expresso em 1.1.

[73] *Vide* sobre o assunto 1.3, e 3.2.2.1, *infra.*

Face ao impasse que se seguiu, coube ao MFA um importante papel na definição e imposição dos interlocutores portugueses nas negociações, pois foram as delegações do MFA que pressionaram o Governo no sentido de entabular negociações apenas com os movimentos que combateram militarmente pela independência desses territórios: "a guerra e a sua legitimidade revolucionária e ainda o poder internacional e diplomático, foram reconhecendo os principais movimentos de guerrilha, como os interlocutores indispensáveis em caso de negociações".[74] Estas acabaram por ser feitas, no limite, em todos eles, apenas com os movimentos nacionalistas reconhecidos pela OUA. Não esquecer que os movimentos africanos que lutavam contra Portugal estavam, por um lado, em perfeita sintonia entre si, tal como foi admitido pelo comandante Pedro Pires a Mário Soares, durante as negociações em Argel; e, por outro, respeitavam as orientações provenientes da OUA, no sentido de que, sem reconhecimento, não haveria cessar-fogo, bem pelo contrário, deveriam intensificar-se os combates, o que foi seguido à risca pela Frelimo.

A Portugal, faltavam meios para impor condições. Aquilo que, no fundo, Spínola desejava era uma paz negociada, mas apoiada na força das armas. Isso já não era possível, quer pela força crescente do adversário, quer pela desmotivação de grande parte dos militares portugueses em continuar a combater e a impor a razão da sua força, quer, ainda, porque o adversário conhecia as vulnerabilidades portuguesas, como se pode inferir do relatório do chefe da delegação guineense às negociações de independência, comandante Pedro Pires, ou do mencionado pelo chefe da delegação moçambicana, o ex-Presidente Joaquim Chissano.[75] Não se pode partir para uma qualquer negociação em pé de desigualdade, sob pena de uma derrota previamente anunciada.

Confrontados com todas estas condicionantes e sem grande margem negocial, a 26 de agosto de 1974, foi celebrado o Acordo de Argel para a Independência da Guiné. A 7 de setembro, foi a vez do Acordo de Lusaca, para a independência de Moçambique, o segundo e último dos acordos negociados ainda com Spínola no poder, mas já com o ministro sem Pasta, Melo Antunes, a chefiar os negociadores, menos colaborante com o Presidente Spínola do que, anteriormente, Mário Soares. Relativamente à negociação da descolonização angolana, Spínola desejava reservá-la para si, de forma a evitar o destino

[74] António Costa Pinto, *O fim do Império Português. A Cena Internacional, a Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961 – 1975*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 87.
[75] Entrevista concedida ao autor no hotel Pestana em Lisboa a 9/01/2013.

que se estava a verificar com as outras colónias, tentando angariar apoios externos, mas sem qualquer sucesso.

Como o rumo deste processo, em que tanto se tinha empenhado, não lhe foi favorável, apelou ao levantamento nacional de uma maioria que, até ali, permanecia silenciosa e que ele acreditava estar do seu lado, marcando a sua data para 28 de setembro de 1974. Solicitava, assim, o apoio popular maciço às suas teses, de forma a legitimar a sua autoridade e implementar a política que os órgãos do poder não lhe consentiam. A Comissão Coordenadora do MFA, atenta à manobra, não o permitiu e a manifestação não passou de uma pretensão.

Ao longo destes meses, foi-se tornando cada vez mais evidente a confrontação entre duas visões sobre o modo de executar o Programa das Forças Armadas: a visão de Spínola e a dos progressistas do MFA, com os quais nunca se entendeu. Isso ficou implícito na sua comunicação ao país, para dar conta da decisão e dos motivos que o levaram à demissão. Isolado, amargurado e revoltado, a 30 de setembro acabou por se demitir, agarrado aos seus princípios e em choque profundo com os que o rodeavam. Terminavam, assim, tantos sonhos e projetos que alimentou, para o futuro de Portugal.

Ficava aberta a porta para o homem que, embora muito desejado, não tinha querido ser Presidente em 25 de Abril, como sempre afirmou, mas para cujas funções foi empurrado nesse mesmo dia.

Contudo, não se afigurava fácil para Costa Gomes o exercício do poder. A 1 de outubro de 1974 tomou posse o III Governo Provisório, que se manteve em funções até 26 de março de 1975. De certa forma, era a continuação do anterior executivo de Vasco Gonçalves, onde ainda se reforçou a influência dos militares da Coordenadora: para além de Melo Antunes, passou a ter uma importância acrescida o ministro Vítor Alves, que já tinha sido o coordenador do Programa do II Governo.[76]

Transitando do anterior Governo, o ministro sem Pasta Melo Antunes assumira parte das competências anteriormente atribuídas ao ministro dos Negócios Estrangeiros. O ministro sem Pasta Vítor Alves vê reforçadas as suas competências, do II para o III Governo, com uma representatividade externa que se poderá considerar complementar às atribuições do MNE, ao realizar uma ronda por algumas capitais europeias, solicitando apoio para a nova governação portuguesa. [77]

[76] Maria Inácia Rezola, *Melo Antunes, Uma Biografia Política*, Lisboa, Âncora Editora, 2012, p. 217.
[77] Vítor Alves era Major no 25 de Abril e foi um dos mais ativos do MFA, responsável pela vertente política e militar. Fez parte da Comissão Coordenadora, ministro sem Pasta dos II e III Governos

Em abono desta tese podem ler-se alguns dos relatórios confidenciais da II Repartição do Estado Maior do Exército elaborados para o CEMGFA e que nos mostram a intensa atividade levada a cabo por este militar, sobretudo durante o mês de novembro de 1974.[78] O Relatório nº1, respeitante aos acontecimentos ocorridos em 5 e 6 de novembro, ao analisar as chamadas "Tomadas de posição política relacionadas com Portugal", dá ênfase à forma "como a posição do Major Vítor Alves tem aumentado desde a saída do General Spínola" e, citando o *Financial Times* e outros, alude às visitas que este tem feito à Alemanha, França, Itália, Bélgica e Grã-Bretanha, no sentido de aumentar a cooperação com estes países. O relatório nº6 destaca "a importância das visitas de Vítor Alves, particularmente a Itália, onde foi recebido pelo Presidente da República, a pedido deste último" e o relatório nº7, relativo a 13 e 14 de novembro de 1974, diz o seguinte: "nas suas viagens por Bruxelas e outros países, Vítor Alves e o embaixador itinerante, Vieira de Almeida, vão obtendo apoios e colaboração de vários países, nos vários *dossiers* da modernização e evolução da economia portuguesa". Veja-se ainda o nº 8, concernente a 14 e 15 de novembro, onde constava que a BBC dava grande relevo à visita de Vítor Alves a Inglaterra como convidado de honra na 20ª Assembleia Anual Parlamentar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO). Nesta viagem "foi distinguido com uma conversa privada com a Rainha e o Príncipe de Gales".

Na verdade, analisando o mês de novembro através da descrição feita pelo próprio Mário Soares[79], constata-se que, como ministro dos Negócios Estrangeiros, ele apenas se deslocou à Tunísia e ao Congo, enquanto o seu colega de Governo brilhava no seu espaço europeu de eleição onde, afinal, Soares era o português mais conhecido nos meandros da diplomacia internacional. Será que o périplo de Vítor Alves teria sido meramente complementar aos esforços do ministro dos Negócios Estrangeiros, aproveitando-se a conjuntura favorável a Portugal no exterior devido ao papel dos militares?

Surpreendentemente, depois destas importantes referências, o papel de Vítor Alves esfumou-se dos relatórios, voltando a ser apenas referido no nº 82, de 5 e 6 de

---

Provisórios entre 17 de julho e 26 de março de 1975 e ainda membro do Conselho de Estado e após a sua extinção, acabou por ser nomeado para o Conselho da Revolução. Desempenhou ainda outros cargos, entre os quais novamente o de ministro, agora na Pasta da Educação do VI Governo Provisório, na sequência do seu ativo papel no Grupo dos Nove.

[78] José Manuel Duarte de Jesus, *Os Relatórios Confidenciais da II Repartição do Estado Maior do Exército para o CEMGFA, 5 de novembro 1974/11 junho 1975*, prefácio do General Garcia Leandro, Coimbra, Almedina, 2013, pp. 32, 38, 39, 42, 120.

[79] Mário Soares, *Mário Soares um político assume-se. Ensaio Autobiográfico Político e Ideológico, op. cit.*, pp. 229-231.

março de 1975, que dá conta da sua ida e de Melo Antunes a Madrid, onde foram informados "quanto ao alarme dos militares espanhóis relativo a um golpe de esquerda em Portugal".

Entretanto, este moderado "militar de Abril", na sequência da reformulação originada pelo 11 de Março, já não voltou a ser convidado para o IV Governo e a razão estava na incompatibilidade surgida entre ele e o Primeiro-ministro Vasco Gonçalves. A partir daqui ficou como membro do Conselho da Revolução e, por isso, não seria expectável encontrar muito mais referências a atividades suas. Volta a ser referido no relatório nº143, de 3 e 4 de junho de 1975, numa missão ao Zaire, por causa de Angola, eventualmente a pedido do então ministro dos Negócios Estrangeiros, Melo Antunes. Mas este eclipse demorou apenas alguns meses, pois foi um dos subscritores do "Documento dos Nove" que levou à queda do homem que o tinha excluído do Governo. Será novamente convidado para fazer parte do VI Governo Provisório com a importante pasta da Educação, a quem se deve a criação das Universidades da Madeira, Açores e Aberta.

Depois da análise do percurso desta importante figura de Abril, redator do programa do MFA, membro da influente Comissão Coordenadora, membro do Conselho de Estado e do Conselho da Revolução e influente ministro sem Pasta, é relevante agora, falar do processo descolonizador que, depois da saída do General Spínola, se tornou bem mais célere.

Almeida Santos tinha concluído as negociações para a independência de São Tomé e de Cabo Verde, respetivamente em 26 de novembro e 19 de dezembro, enquanto o grande responsável pela descolonização, Melo Antunes, se concentrava no complicado processo angolano.

Importa acrescentar que, pelo Dec. Lei nº 792/74 de 31 de dezembro[80], foi publicado o diploma que institucionalizou a Comissão Nacional de Descolonização, órgão supremo para acompanhar o processo e avaliação das negociações para a concessão das independências. Se é verdade que estas estavam praticamente concluídas, ainda faltava negociar a mais importante de todas, a de Angola, para além de ser necessário acompanhar a fase de transição de todos os outros. Era através desta Comissão que se procurava fazer a articulação entre o Governo e os militares. Curiosamente, ela tinha sido criada por despacho do anterior Presidente da República, em 5 de setembro de 1974, para

[80] DR 1º S., nº 303 de 31 de dezembro de 1974.

dar apoio à descolonização de Angola, na qual ele próprio se queria empenhar. Devido às alterações políticas subsequentes, só naquela data foi publicado o diploma em *Diário da República*.[81]

O último dos acordos, que regulou os termos da Independência de Angola, acabou por ser negociado no início do ano seguinte em 15 de janeiro de 1975, em Alvor, sendo Melo Antunes o chefe da delegação portuguesa.

No final de 1974, se a situação política era complicada, a situação económica não o era menos e, de novo, Melo Antunes, sempre ele, foi incumbido de apresentar um plano para a revitalização da economia.[82] Para esse fim, constituiu e coordenou uma equipa de especialistas que elaboraram um plano, aprovado em Conselho de Ministros. Este plano passou a ser vulgarmente conhecido como "Plano Melo Antunes", mas cuja designação oficial era "Programa de Ação Política Económica e Social", composto por setenta medidas de curto prazo, distribuídas ao longo de sete capítulos, que abrangiam diversos setores.[83] Na sua apresentação, o governo anunciava que era sua intenção diminuir as desigualdades sociais, "sem no entanto afetar o sector privado, seguindo-se um caminho socializante em que os sectores público e privado terão papel importante".[84] Artur Santos Silva caracterizou-o como "o controle do económico pelo político, consagrando o sistema de economia de mercado".[85]

O ano de 1975 iria ser muito difícil devido à forte agitação política, económica e social que varreu o país. Não foi fácil ao Presidente Costa Gomes desempenhar o seu cargo e, sobretudo, gerir as sequelas das duas tentativas de golpes de Estado então ocorridas. A primeira, aconteceu em 11 de Março[86], por iniciativa do General Spínola, com o intuito de travar o rumo que o país seguia e voltar à chefia da Nação. Acabou por desencadear uma resposta mais agressiva por parte da esquerda revolucionária, numa

[81] *Vide* desenvolvimento em 2.1.3 *infra*.
[82] Recorde-se que o Programa do MFA previa: no âmbito das "medidas a curto prazo", alíneas a) e b) do ponto 6º, o lançamento de novas políticas ao nível económico e social, postas ao serviço do Povo Português, particularmente dos mais desfavorecidos.
[83] O Jornal *a Capital* de 21/2/75 trazia um destacável com o referido Programa. *Vide* desenvolvimento em 3.2.3.3, *infra*.
[84] Relatório nº 119 de 28 e 29 de abril de 1975, José Manuel Duarte de Jesus, *Os Relatórios Confidenciais da II Repartição do Estado Maior do Exército para o CEMGFA, op. cit.*, p. 57.
[85] Comunicação ao congresso de homenagem a Melo Antunes, realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, 27/28 de novembro de 2009.
[86] José Manuel Duarte de Jesus, *op. cit.*, relatório nº 85 relativo a 10 e 11 de março de 1975, p. 124, podia ler-se que o CEMGFA estava informado desde a véspera do que ia ocorrer a 11 de março, através dos contactos dos serviços de informação militar com o serviço de informação de um país europeu amigo. E, no relatório nº 38 de 31 de março de 1975, pode ler-se que na Guiné foi desmontada uma tentativa contrarrevolucionária que tinha sido preparada contando com o triunfo do golpe em Lisboa e que visaria a interrupção da descolonização de Cabo Verde. Também em Luanda igual tentativa tinha sido desmontada.

crescente aliança do MFA, cada vez mais interventivo, com o PCP. Na sequência do 11 de Março formou-se um novo Governo Provisório e procedeu-se a uma autêntica revolução, que colocou em causa muito do que o General Spínola tinha arquitetado após o 25 de Abril. O Conselho de Estado e a JSN foram extintos e, em seu lugar, surge o Conselho da Revolução (C.R.), criado pela Lei 5/75 de 14 de março[87], como órgão do Estado, que tomou posse a 16 de março. Era constituído apenas por militares e acabou, na prática, por assumir as funções dos órgãos extintos. Tornou-se o verdadeiro motor político-militar nesta nova fase do processo revolucionário.

O Movimento das Forças Armadas ficou, então, formalmente institucionalizado, com base, por um lado, no Conselho da Revolução, que passou a ser o órgão executivo do movimento a quem competia a direção da Revolução e, por outro, na Assembleia do MFA, a quem aquele respondia.[88] Esta Assembleia viria a ser muito importante no apoio ao Governo de Vasco Gonçalves, consubstanciado na aprovação do Documento Guia da Aliança Povo – MFA, surgido a 8 de julho, repudiado pelo PS, PSD e CDS e defendido pelas forças mais à esquerda.

Se há quem costume designar como Processo Revolucionário em Curso (PREC) o tempo compreendido entre a Revolução do 25 de Abril e a aprovação da 1º Constituição Democrática, aquela expressão deve ser considerada sobretudo, para o período entre o 11 de Março de 1975 e o 25 de Novembro de 1975, fruto da crescente agitação política e social que quase arrastou o país para a guerra civil. Mário Soares caracteriza o PREC como a fase em que se começou a estruturar a aliança entre o Povo (leia-se o PCP) e o Movimento das Forças Armadas, organizado e politicamente estruturado, como garantia do novo regime, a caminho do socialismo.[89] Diogo Freitas do Amaral, na época presidente do CDS e ex-membro do Conselho de Estado, analisava a situação da seguinte forma: "Com o 11 de Março, «o bloco revolucionário», constituído pelo PCP e pela extrema-esquerda, tornou-se maioritário na Assembleia do MFA e no Conselho da Revolução e, em menos de dois meses, espezinhou o Programa do MFA anunciado aos portugueses em 26 de abril de 1974, e deu os passos decisivos para a concretização acelerada da revolução socialista".[90]

---

[87] DR.1ªS., nº 62 de 14 de março

[88] O Chefe do Estado, no ato da tomada de posse do C.R., realçou o papel que lhe competia como "motor da Revolução", enquanto à Assembleia Nacional caberia representar, em termos progressistas, o sentimento autêntico de todas as Forças Armadas, do General ao Soldado.

[89] *Mário Soares um político assume-se*, *op. cit.*, p. 237.

[90] Diogo Freitas do Amaral, *op. cit.*, Venda Nova, Bertrand / Nomen, 1996, p. 354.

Como resultado desta viragem à esquerda surgiram diversas medidas tomadas pelo IV Governo Provisório, que tomou posse a 26 de março de 1975, e que acabaram por ser o rosto mais visível das alterações efetuadas, desde a nacionalização da Banca e dos Seguros, da siderurgia às empresas de transportes, até às medidas que impuseram a Reforma Agrária.

A medida mais emblemática foi, sem dúvida, a das nacionalizações. Relativamente às que recaíram sobre a banca e os seguros, em 24 de março de 1975, Medeiros Ferreira defendeu que "essa atribuição ao Estado do poder financeiro permitir-lhe-á melhor gerir as consequências económicas da descolonização e imprimir-lhe maior capacidade de controlo da atividade económica".[91] De facto, esta medida permitiu que o Estado português, na negociação sobre o contencioso colonial com os novos Estados, defendesse melhor estes interesses, agora também seus, já que os bens particulares, de uma forma geral, não foram alvo de negociação.

Como seria previsível, num período cada vez mais revolucionário, executar o plano moderado de Melo Antunes deixou de fazer sentido e o mesmo acabou por não ser aplicado. Mário Murteira, ministro do Plano e da Coordenação Económica, novo homem forte da economia, referindo-se a ele, chegou a afirmar que não havia condições para a aplicação de um plano de transição a médio prazo.

Melo Antunes, quando soube da tentativa de Golpe do General Spínola, estava em Argel a ser recebido pelo Presidente Boumedienne, a quem ia pedir o apoio para a política portuguesa de descolonização. Com ele estava Gonçalves de Costa, chefe do seu gabinete e a quem chamava "a sua consciência de direita"[92] e Aventino Teixeira. O Presidente tinha iniciado o seu discurso no Palácio Presidencial quando lhe foi entregue uma mensagem proveniente da Agência Espanhola de Notícias (EFE), que o informava da tentativa de golpe em Portugal, instalando-se imediatamente a dúvida sobre o seu resultado.

Melo Antunes ficou expectante relativamente ao evoluir da situação e receoso de vir a ser preso no regresso via Madrid, já que, aos olhos de Spínola, era um perigoso esquerdista. Mas a evolução dos acontecimentos tranquilizou-o; ao chegar, fez a declaração intitulada "o caminho para o socialismo".

---

[91] José Medeiros Ferreira, *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril. O período pré-institucional. Testemunhos Contemporâneos,* direção António Reis, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, pp. 176-177.

[92] Conversa informal sobre a tese com o ex-chefe de gabinete de Melo Antunes, Gonçalves da Costa, no Restaurante do Mercado de Alcântara [s. d.]

No novo Governo que se formou, apesar de não ser da mesma linha ideológica de Vasco Gonçalves, foi atribuída a Melo Antunes uma pasta de enorme prestígio, como era, e continua a ser, a dos Negócios Estrangeiros. O chefe do IV Governo Provisório, Vasco Gonçalves, a quem, naturalmente, competiu a constituição do executivo, parece ter retirado, por esta via, a pasta que poderia continuar a dar visibilidade e permitir contactos no exterior a Mário Soares.

Para o jornal francês *Le Monde*, a substituição de Mário Soares por Melo Antunes devia-se a um recuo da tendência atlântica e europeia, em favor da tendência nacionalista estilo terceiro-mundista.[93]

A propósito desta viragem política, Costa Gomes garantia "que o povo é o soberano do seu destino e que o desejo de independência nacional limitará a ligação a qualquer dos blocos políticos estratégicos e que, para além de sermos europeus temos fortes ligações com os árabes e africanos"[94]. Estava dado o mote sobre a política que Melo Antunes se empenhava em traçar e que o Presidente sufragava.[95] Tratava-se de implementar uma política de maior aproximação aos países não-alinhados, com quem contava para apoiar Portugal a atingir os seus objetivos, sem, no entanto, virar costas ao Ocidente. Melo Antunes assegurava e tranquilizava os parceiros ocidentais sobre a fidelidade à NATO, enquanto se desdobrava nas visitas a países europeus como a Alemanha, Holanda e Bélgica, bem como aos países africanos, sem esquecer a Espanha, logo em junho de 1975.

Contra o PREC tinha-se iniciado uma forte contestação política devida, sobretudo, à oposição do Partido Socialista (PS) de Mário Soares, com apoio do Partido Popular Democrático (PPD), contra a política do Governo de Vasco Gonçalves e, principalmente, pela força que lhe adveio da vitória do PS nas eleições de abril para a Assembleia Constituinte.

Estas eleições foram realizadas na data limite, ou seja, em 25 de Abril de 1975, em conformidade com o compromisso decorrente do Programa do MFA, que prometia convocar, no prazo de um ano, eleições por sufrágio direto e universal, para uma Assembleia Constituinte que elaboraria a futura constituição portuguesa.

---

[93] José Manuel Duarte de Jesus, *op. Cit.*, relatório nº 98 de 27 a 31 de março de 1975, p.147.
[94] Idem, *ibidem*, relatório nº 122 de 2 a 5 de maio de 1975, p.180.
[95] Vide desenvolvimento desta política, 3.2.3.3, infra.

Foram as primeiras eleições livres realizadas em Portugal desde o longínquo ano de 1926, com uma participação de 91% da população, ganhas pelo PS com 37,9% dos votos expressos.

A Constituição foi aprovada em 2 de abril de 1976. Se, por um lado, revelava uma linha demasiado ideológica, visando o caminho para o socialismo como meta a atingir e que se foi esbatendo ao longo de sucessivas revisões, por outro, deixou um legado que ainda hoje é estruturante da sociedade portuguesa. Disso é exemplo a democracia pluralista e representativa, a conquista dos direitos fundamentais dos cidadãos e o aparecimento do poder autárquico que veio revolucionar fortemente o desenvolvimento do país através da descentralização administrativa, que combateu a tendência para desenvolver os grandes centros urbanos. Criaram-se, a partir daqui infraestruturas essenciais no interior do país e o esbatimento das assimetrias nacionais.

Entretanto, nesse mês de julho de 1975, o PS e o PPD, devido ao chamado "caso República", ordenam a saída dos seus representantes do Governo, com grande impacto e preocupação nacional e internacional. Para testar o apoio da sociedade portuguesa, o PS organiza duas grandes manifestações em Lisboa, na Fonte Luminosa, e no Porto, nas Antas, contra o governo de Vasco Gonçalves que, pela adesão que tiveram, contribuíram para a sua demissão.

Mário Soares era a grande aposta ocidental contra o Partido Comunista e contra Vasco Gonçalves, devido ao apoio da Internacional Socialista.[96]

Este apoio ocidental continuou numa espécie de disputa Europa/América que veio beneficiar em muito o Partido Socialista. Algum tempo depois, era de facto no seu líder que estavam depositadas as esperanças americanas para alterar o rumo político em Portugal.

Valeu a Mário Soares o apoio de Frank Carlucci, o novo embaixador, que entretanto, tinha sido colocado em Portugal para travar os desígnios do Partido Comunista. Este, ao contrário de Kissinger, apostou em Soares e no moderado "Grupo dos Nove" e, dessa forma, conseguiram inverter a situação em Portugal.[97] A atuação de Soares levou àquilo que André Malraux um dia chamou de primeira vitória dos mencheviques sobre os bolcheviques.[98]

[96] *Vide* desenvolvimento em1.3, *infra.*
[97] Consumado com o 25 de Novembro..
[98] O papel de Mário Soares será desenvolvido no capítulo referente ao próprio Mário Soares, enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros, em 3.2.3.1, *infra*.

Apesar da contestação à política que vinha a ser seguida nesse *Verão Quente*, sentida com maior intensidade no Norte, mas que ameaçava a coesão nacional, Costa Gomes insistiu em formar o V Governo, a 8 de agosto, novamente com Vasco Gonçalves, mas agora só apoiado pelo PCP e por alguns militares de confiança. Nesta altura, a influência política do Partido Comunista no aparelho militar era enorme, tal como referiu Mário Soares: "é verdade que os nossos [PS e PCP] se infiltraram no aparelho militar. Os comunistas que tinham um plano secreto de tomada do poder, fizeram-no com mais eficácia".[99]

O novo governo teve uma duração efémera, mantendo-se em funções até 19 de setembro, fruto da contínua contestação política[100] e, agora, também militar, na sequência do surgimento de um grupo moderado de militares adversos à sistemática politização das Forças Armadas. Para este facto, muito contribuiu um documento que foi entregue ao Presidente da República, a 7 de agosto, na véspera da tomada de posse do novo Governo[101], subscrito pelos Majores Melo Antunes, Costa Neves, Canto e Castro e Vítor Alves, pelos Brigadeiros Franco Charais, Pezarat Correia, pelo Capitão de Fragata Vítor Crespo e pelos capitães Sousa e Castro e Vasco Lourenço. Entre os muitos que vieram depois juntar-se a este grupo e deram o seu apoio, estava o Tenente-coronel Ramalho Eanes. O documento ficou conhecido como *Documento dos Nove,* que se demarcava da via revolucionária e punha em causa o caminho seguido. Esta situação veio abrir fraturas no MFA e provocou alterações ao nível da composição do próprio Conselho da Revolução, alterando o sistema de forças que até aí eram suporte do Governo.

A sociedade portuguesa estava fortemente dividida entre o apoio ao PC ou ao PS. A 19 de agosto, *Os Nove* e Otelo Saraiva de Carvalho, militar de outra tendência revolucionária de base populista, mas não comunista, e homem forte do Comando Operacional do Continente (COPCON), tiveram uma reunião com o Presidente Costa Gomes e apresentaram-lhe um guia de ação designado *Plano Político do MFA*. Consciente da rutura político-militar com que se defrontava, Costa Gomes, que até aí

[99] Dominique Pouchin, *Mário Soares Memória Viva*, *op. cit*., pp. 97-98.
[100] A biografia do General, da autoria do Investigador Luís Nuno Rodrigues, *Marechal Costa Gomes no Centro da Tempestade*, dá a conhecer uma outra razão. Trata-se da forma habilidosa e, pelos vistos, bem sucedida, como o embaixador Carlucci ia condicionando a resposta americana ao pedido de apoio para a ponte aérea solicitado pelo Presidente Costa Gomes, à manutenção do governo comunista de Vasco Gonçalves e até à sua nomeação como CEMGFA. E a verdade é que Vasco Gonçalves terminou ali a sua carreira.
[101] Segundo defende Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e sua Influência na Transição Espanhola*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1993, p. 238, a razão da aposta neste Governo, condenado à partida, foi apenas a de assegurar que a descolonização de Angola se consumasse em conformidade com a política não assumida de apoio ao MPLA.

apoiara Vasco Gonçalves, cedeu e decidiu formar um novo governo sem aquele elemento. A união de esforços do PS e Grupo dos Nove, como confessa Mário Soares, onde teve um papel fundamental o Comandante Gomes Mota[102], ligado aos dois lados, acabou por dar os seus frutos.

Vasco Gonçalves tinha-se distinguido na contestação ao I Governo Provisório na Reunião da Manutenção Militar em 13 de julho de 1974 e daí chegou, rapidamente, à chefia do II Governo. Foi uma Assembleia do MFA, reunida em Tancos, a 5 de setembro de 1975, que ditou a sua queda, e até a chefia do Estado Maior General das Forças Armadas lhe foi vedada depois da sua exoneração do cargo de Primeiro-ministro.

Para além do seu fim como político, era o seu fim como militar influente. Estava consumado, o *volte face* e a substituição dos esquerdistas pelos moderados não tardou.

A 19 de setembro, Costa Gomes investiu o VI Governo, liderado por outro militar, representante da Armada no Conselho da Revolução. Tratava-se do Contra-Almirante Pinheiro de Azevedo, mas agora com o apoio político do PS e do PSD; o PCP pôde manter um elemento da sua confiança. Segundo Vítor Crespo, membro deste Governo, o novo Primeiro-ministro fora, outrora, um apoiante incondicional de Vasco Gonçalves, mas na altura estava completamente alinhado com o PS, o que causou alguma preocupação aos militares membros do governo e afetos ao "Grupo dos Nove", que representavam a outra face do poder governamental e não queriam um governo alinhado com o PS, tal como não tinham permitido o alinhamento do governo anterior com o PCP.

A agitação social não parava e, agora, era a esquerda que se mobilizava: a 12 de novembro, os trabalhadores da construção civil cercaram a Assembleia Constituinte para forçar a sua dissolução; como consequência, a 19 de novembro, dá-se o inédito de uma auto suspensão de funções por parte do próprio governo.

Fruto da aliança conjuntural entre o *Grupo dos Nove* e o PS e face à situação explosiva em Lisboa, a direção do PS tinha, no dia 25 de Novembro, rumado ao Porto onde os esperavam no Quartel-General do Norte, Pires Veloso e Lemos Pires, preparados para o pior. Estava eminente um choque entre o norte e o sul que poderia ter degenerado em Guerra Civil.

De facto, um levantamento militar eclodiu nesse mesmo dia, e o Presidente Costa Gomes, posto à prova num momento decisivo da história, acabou por se decidir no apoio aos moderados. Foi fundamental a decisão de, por um lado, condenar a ação dos

[102] *Cf.*, a narrativa do autor, José Gomes Mota, *A resistência: subsídios para o estudo da crise político-militar do verão de 1975*, prefácio de Sousa e Castro, Lisboa, Jornal Expresso, 1976.

paraquedistas que se tinham revoltado, exigindo a demissão do chefe de Estado Maior da Força Aérea CEMFA e, por outro, neutralizar uma possível ação do COPCON chamando o seu comandante operacional a Belém. Mais importante foi o facto de ter declarado o Estado de Emergência na Região Militar de Lisboa (RML) e colocado, todos os comandos militares sob a sua responsabilidade, cortando pela base qualquer hipótese de uma escalada militar e uma guerra civil. Apesar da aparente hesitação inicial, o Presidente acabou por favorecer uma resposta dos militares moderados, conotados com o "Grupo dos Nove*",* e cuja estratégia militar coube ao Tenente-coronel Ramalho Eanes.

Vasco Gonçalves refere-se ao 25 de Novembro como um plano orquestrado e aguardado pelo citado Grupo, argumentando com o facto da resposta vitoriosa ter partido do Regimento de Comandos da Amadora, afeto aos *Nove*, onde se instalou o posto de comando de Ramalho Eanes, o que, segundo ele, foi confirmado numa comunicação apresentada posteriormente em Madrid, por um militar que confirmou, este facto.[103]

Nas suas memórias, Vasco Gonçalves afirma: "penso que o objectivo da direção do PS e de Mário Soares era precisamente provocar o surgimento no Sul da tal «Comuna de Lisboa», para que viesse depois a ser esmagada por forças militares a partir do Norte, tudo com o apoio externo, logístico, naval e aéreo dos norte americanos e ingleses, naquilo que veio a ser designado como o «Plano Callagan»".[104]

Ainda segundo Vasco Gonçalves, num debate entre Gerald Ford e Carter, aquele vangloriou-se do papel que os EUA, através da CIA, tinham tido no derrube do comunismo em Portugal.[105]

Quarenta anos depois confirmou-se aquilo que muitos suspeitavam através das revelações recentes do Departamento de Estado Americano: são informações muito significativas para o estudo deste período. Por agora, já estão desclassificados documentos e debates ocorridos no Comité dos Quarenta, o organismo que, sob a direção de Henry Kissinger, supervisionava operações clandestinas e onde estavam inseridos os serviços secretos americanos, Central Intelligence Agency (CIA)[106], embora de forma parcial e sem revelação de nomes.[107]

---

[103] Maria Manuela Cruzeiro, entrevista, *Vasco Gonçalves, Um General na Revolução*, Lisboa, Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, Ed. Notícias, 2002, p. 272.
[104] Idem, *ibidem*. *Vide* desenvolvimento em 1.3 *infra e 3.2.3.1.*
[105] *Vide*, *Companheiro Vasco*, Porto, Inova, 1977, pp.175-1977.
[106] "Desclassificados documentos secretos dos EUA sobre Verão Quente de 1975", disponível em: http://sicnoticias.sapo.pt/especiais/40anos25abril/2014-08-23-desclassificados-documentos-secretos-dos-eua-sobre-verao-quente-de1975, consultado em 23/08/2014.
[107] Para uma análise mais aprofundada do tema, nomeadamente sobre o papel da CIA em Portugal sob a direção do embaixador Carlucci, o apoio prestado pelos americanos a Mário Soares e a Melo Antunes e o

Em 27 de setembro de 1974, já tinha aprovado, em conjunto com os Serviços Secretos, o primeiro plano de operações clandestinas para Portugal, para que os comunistas não tomassem o poder, a que deram continuidade através de uma série de iniciativas no decurso de 1975, que incluiu o apoio aos partidos políticos em condições de se oporem ao Partido Comunista, em especial ao PS.

Com base na investigação possível nos arquivos americanos, o historiador Tiago Moreira de Sá está convencido que o apoio deste país não incidiu, apenas, sobre os partidos políticos moderados, mas visou igualmente o grupo dos militares moderados em torno de Melo Antunes. Fundamenta-se no facto de, a propósito de um pedido português para o reforço da ajuda americana na rápida concretização da ponte aérea de Luanda para Lisboa, mesmo o embaixador americano, apoiante de Soares, ter feito grandes elogios à figura de Melo Antunes: "enfrentou os comunistas numa altura em que era perigoso fazê-lo e na altura tivemos confiança no grupo de Melo Antunes para prometer-lhe um apoio sem limites. Não vejo nenhuma razão para alterar a nossa abordagem agora que ele está no poder".[108]

Torna-se evidente que, quer Mário Soares quer Melo Antunes e o grupo que representava, tiveram o apoio total dos americanos nesta conjuntura. A propósito do referido pedido refira-se que, nesta altura, Melo Antunes já tinha voltado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) com o VI Governo Provisório, e o pedido de ajuda fora formulado a Carlucci, a 22 de setembro, por António Caldas, elemento da Presidência da República e coordenador responsável em Lisboa pela ponte aérea, enquanto em Luanda essa tarefa cabia ao Tenente-coronel Gonçalves Ribeiro. No telegrama para Washington a solicitar a aquiescência americana, o embaixador dizia que, embora Caldas fosse "amigável e pró-ocidental, preferia responder a este pedido através de Melo Antunes". E, na verdade, a resposta positiva ao pedido português é dada diretamente a Melo Antunes, na sua visita aos EUA, durante o encontro que manteve a 10 de outubro de 1975, com o Presidente Gerald Ford e o secretário de Estado Henry Kissinger, recebendo do governo americano a promessa de um apoio financeiro de 85 milhões de dólares.[109]

---

incentivo ao Grupo dos Nove, o confronto entre as ideias triunfantes de Carlucci/Kissinger e ainda o plano americano na eventualidade de estalar uma guerra civil em Portugal, Vide, Bernardino Gomes, Tiago Moreira de Sá, *Carlucci vs. Kissinger, Os EUA e a Revolução Portuguesa*, Lisboa, D. Quixote, 2008.

[108] Tiago Moreira de Sá, *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola, op. cit.*, p. 251.

[109] Idem, *ibidem*, p. 250.

Os chefes da diplomacia dos dois países tinham-se conhecido em Bonn, capital da Alemanha Federal, em maio de 1975, quando da primeira passagem de Melo Antunes pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e decidiram estabelecer um canal direto entre ambos, concretizado na pessoa do Tenente-coronel Gonçalves da Costa, chefe de gabinete de Melo Antunes.[110] Longe iam os tempos da sua desconfiança face aos americanos que revelava em 1974 e que disso dera conta quer aos seus colaboradores, quer a Almeida e Costa na viagem para Dar es Salam.[111]

Mais um apoio, a juntar aos 187 milhões de dólares recebidos da Comunidade Económica Europeia (CEE) na reunião ministerial ocorrida no Luxemburgo, em 6 e 7 de outubro de 1975, menos de um mês após o início de funções. A CEE decidira financiar o novo Governo como forma de ajudar a consolidar o regime democrático em Portugal.

Relembre-se, no entanto, que Melo Antunes não era apologista de abrir negociações para um Estatuto de Parceria e muito menos para uma futura adesão, face à debilidade da economia portuguesa.

Em resumo, pode dizer.se que, enquanto os europeus, sobretudo os mais destacados da Internacional Socialista, apostaram no político Mário Soares para inverter o rumo comunista que a Revolução estava a tomar, os americanos e os ingleses, a acreditar na teoria do "Plano Callagan", envolveram-se ao nível político mas, se necessário fosse, também se teriam envolvido ao nível militar, para impedir a implantação, neste recanto da Europa e em plena Guerra Fria, de uma frente comunista ao arrepio do que se discutia em Helsínquia.

O sucesso da operação militar desencadeada pelos moderados no 25 de Novembro, chefiada por Ramalho Eanes, acabou por projetar este militar para outros patamares. O primeiro, e imediato, foi o da chefia do Estado-Maior do Exército, em dezembro de 1975, onde se distinguiu na difícil tarefa de reestruturar e pacificar as Forças Armadas; seguiu-se-lhe, meses depois, o de vencedor das primeiras eleições Presidenciais após o 25 de Abril.

Quanto a Costa Gomes, tantas vezes acusado de inseguro e hesitante nas suas decisões, mas classificado, por outros, de sensato e ponderado, teve o mérito de, numa época tão difícil, o PREC, se ter batido contra a corrente dominante, defendendo a realização das eleições para a Constituinte, em cumprimento do programa do MFA, que

[110] Jornal *Expresso* de 28/03/2009, *apud*, José Pedro Castanheira, *Jorge Sampaio - Uma Biografia*, Vol. I, *História de uma Geração*, Edições Nelson de Matos, Lisboa, Porto Editora, 2012, p. 506.
[111] *Vide* em 1.4. *infra*.

previa a realização de eleições no prazo máximo de um ano após o triunfo da revolução, acabando por levar até ao fim todas as eleições previstas.

Depois das eleições para a Constituinte em 1975, seguiram-se as Legislativas um ano depois, a 25 de abril de 1976, ganhas novamente pelo PS com 34,8%, dando origem a um governo minoritário, com uma fraca base de apoio, o que nada de bom pressagiava.

Entretanto, a 27 de julho desse ano, realizaram-se também as eleições para a Presidência da República, onde os portugueses, por sufrágio direto e universal, escolheram entre quatro candidatos - três militares e um civil - o nome do sucessor de Costa Gomes. O próprio Primeiro-ministro, Pinheiro de Azevedo, tinha-se demitido para concorrer a estas eleições, esperando, em vão, um eventual apoio do PS. Acabou por ser de novo um militar, não "de Abril", mas "de Novembro", Ramalho Eanes, o vencedor com 61,59% dos votos, com o apoio do PS, PSD e CDS. O segundo candidato, com 16,46%, foi Otelo Saraiva de Carvalho, que ficou irremediavelmente afastado com o projeto político que representava.

Com a vitória expressiva de Ramalho Eanes, garantia-se a transição para a democratização da vida política nacional. Durante o seu segundo mandato, em 1982, a Constituição foi revista, levando à extinção do Conselho da Revolução, terminando, com ele, a tutela política militar na sociedade portuguesa. Por essa altura, Adriano Moreira, ao tempo Professor na Universidade Católica do Rio de Janeiro, questionado sobre a forma como internacionalmente, se via a evolução da vida política portuguesa, sustentou a sua resposta no pressuposto de que "não obstante todas as limitações […], o nosso sistema tem felizmente um elemento de legitimidade suprema, que é o Presidente da República, que a recebeu não de fonte castrense, mas do voto".[112]

Para terminar o ciclo de eleições, já com Ramalho Eanes na presidência e Mário Soares como Primeiro-ministro, realizaram-se, a 12 de dezembro de 1976, as eleições para as Autarquias Locais, com a vitória do PS (33%) à frente do PSD (24%).

O VI Governo, apesar das muitas provações por que passou, começava finalmente a criar condições para que se materializasse o tão prometido apoio externo e o regresso da confiança dos agentes económicos. A realidade impunha mais pragmatismo e menos terceiro-mundismo, e obrigava a não descurar o apoio europeu e americano, de quem virão a receber significativo apoio.

[112] Adriano Moreira, *A Nação Abandonada*, Braga, Editorial Intervenção, 1977, p. 110.

Em julho de 1976, na sequência da vitória nas primeiras eleições legislativas, tomava posse o I Governo Constitucional, chefiado por Mário Soares, sem maioria absoluta, constituído por militantes do PS e independentes. O ministro dos Negócios Estrangeiros era agora Medeiros Ferreira, anterior secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, imposto pelo PS no VI Governo Provisório, com Melo Antunes como ministro. O relacionamento interno entre estes antigos amigos, que a política separara, foi de quase ausência de contatos e desconfiança mútua. Disso é exemplo o episódio, quase sigiloso, da deslocação de Melo Antunes a Roma, em 15 e 16 de junho de 1976, para se encontrar com o seu homólogo moçambicano, a fim de debater a política africana e, em particular, o período difícil que as relações bilaterais atravessavam. Desse encontro resultou um comunicado conjunto, muito pouco esclarecedor, como se queixava o representante diplomático português em Maputo, que lamentava não ter recebido um relatório, nem sequer um simples apontamento.[113] À luz desta desconfiança, percebe-se o "esquecimento".

Ao nível da política externa, António Costa Pinto refere que "com o mito das colónias encerrado, as elites democráticas conseguiam consolidar na opinião pública a opção europeia".[114]

Não seria por acaso que Medeiros Ferreira, no seu programa político como ministro dos Negócios Estrangeiros, apenas na última alínea se referia a uma política com África, em sintonia com a linha que ele designava de terceiro-mundista e que nunca perfilhara como secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

Desta forma, e como consequência da nova fase da política externa pró-atlantista e pró-europeísta, foi apresentado, por este ministro, o pedido de adesão ao Conselho da Europa, verdadeira antecâmara da Comunidade Económica Europeia (CEE), sem o qual nunca poderia pedir a adesão à CEE, o grande objetivo do europeísta confesso e Primeiro-ministro Mário Soares. A assinatura do ato formal de adesão teve lugar em 22 de setembro de 1976, tornando-se Portugal no 19º Estado da Europa Ocidental a quem era reconhecida uma Democracia representativa. Era uma forma de apoio a Portugal para trilhar, em segurança, esse caminho.

Depois deste sucesso, a 28 de março de 1977, Medeiros Ferreira apresentou, formalmente a candidatura à adesão à CEE, com o apoio dos partidos políticos

[113] AHD-PAA, 1974/77, 980, 945, "Relatório do Conselheiro de Embaixada Manuel Antunes Caldas Faria", Embaixada de Portugal em Maputo, 31 de dezembro de 1976.
[114] António Costa Pinto, "Série Fim do Império" (VI), *Público*, 22/01/2015, *op. cit.*, p. 33.

representados no Parlamento, à exceção do PCP e dos Verdes. O pedido foi aceite pelo Conselho Europeu, reunido a 5 de abril, no Luxemburgo. Mas só em meados do ano seguinte a Comissão, depois de analisar a solicitação, deu parecer positivo. As negociações para preparar a adesão iniciaram-se a 17 de outubro de 1978. Contudo, o ato formal de adesão só foi celebrado a 12 de junho de 1985, enquanto a entrada como membro efetivo se efetuou a 1 de janeiro de 1986.

Era um governo com uma política externa prioritariamente virada para o ocidente, que procurava vincar a aliança militar com a Organização do Tratado do Atlântico Norte e a aliança económica com a Europa, seguindo os ditames da política externa americana relativamente a África. Este facto prejudicou o relacionamento entre Portugal e os novos países independentes pois, a juntar aos resquícios de uma guerra contra o antigo colonizador, impunha-se um forte confronto ideológico entre os peões das estratégias das duas superpotências.[115]

Medeiros Ferreira, pró-europeísta convicto, que, como mencionado, se tinha incompatibilizado com Melo Antunes por razões políticas e partidárias, onde África esteve presente, acabou também por se incompatibilizar com o líder do partido e seu Primeiro-ministro, Mário Soares, por razões também ligadas a África.[116] A sua demissão, então mal esclarecida, terá sido o resultado indireto do relacionamento entre Angola e Portugal, com o Primeiro-ministro Mário Soares a ultrapassar o seu ministro, por duas vezes, sendo que, na segunda, Medeiros Ferreira apresentou a demissão.[117] Para António José Telo a desconfiança de Mário Soares sobre um eventual entendimento entre Medeiros Ferreira e o Presidente Eanes é que levou Soares a demitir o seu MNE.[118] Soares terá forçado esta demissão, colocando Ramalho Eanes perante um verdadeiro ultimato: ou assinava o decreto com a demissão do ministro ou recebia a demissão do Governo. O Presidente hesitou, mas acabou por assinar a demissão. [119]

---

[115] Francisco Pinto Balsemão avançou com outra explicação para as relações com África, na intervenção que teve na primeira parte do debate intitulado "Portugal perante a África: que política?", iniciativa do *Jornal* e publicado na sua edição do Ano IV, nº180 de 6 a 1 de outubro de 1978: relativamente às colónias tinha havido duas políticas externas; uma conduzida pelo então Presidente Eanes, de contatos diretos e aproximação que Victor Sá Machado, enquanto MNE do 2º Governo Constitucional, dera seguimento positivo; a outra, que ele considerava ser separada da primeira, ligava-se à atuação do PS e nomeadamente da Internacional Socialista na sua estratégia global para África (p. 11).

[116] *I*gualmente sobre o assunto, *Vide* 3.2.2.3, *infra*.

[117] *Vide*, Rui Mateus, *Contos Proibidos, Memórias de um PS Desconhecido,* Lisboa, D. Quixote, 1996, p.126.

[118] António José Telo, *História Contemporânea de Portugal*, vol. II, *Do 25 de Abril à Atualidade, op. cit.*, p. 202.

[119]Idem, *ibidem*, p.202.

Mário Soares passou a acumular a pasta dos Negócios Estrangeiros com a de chefe do Governo, desde outubro de 1977 até ao final de janeiro de 1978.

A 7 de dezembro de 1977, o Governo minoritário sentia necessidade de garantir um voto de confiança na Assembleia para poder governar, face à contestação das suas políticas e aos persistentes problemas económicos. A recusa do voto de confiança provocou a queda do executivo. O Presidente Eanes, após um acordo parlamentar com incidência governativa, deu posse ao novo Governo, o II Constitucional, de coligação entre o PS e o CDS.

Foi o período em que o Presidente Eanes, confrontado com o mau e arrastado relacionamento com os novos Estados de expressão portuguesa, que poderia trazer graves consequências para o interesse do país, decidiu intervir nas relações externas, dando início àquilo que alguns apelidaram de *Diplomacia Paralela*.[120]

Com a economia de novo em profunda crise o Governo foi obrigado a recorrer ao apoio do Fundo Monetário internacional (FMI) que impôs duras medidas de austeridade, como o agravamento dos preços de bens e serviços o que provocou forte agitação social. Porém, com a desvalorização do escudo, conseguiu-se alguma estabilização económica.

Mas, se a economia tendia para a estabilidade, a política nem tanto, e as contradições entre dois projetos bem diferentes presentes no Governo acabaram por emergir, resultando no fim da coligação, em 25 de junho, após a denúncia do acordo por parte do CDS. O Presidente da República exonera, novamente, o Primeiro-ministro Mário Soares.

Como não foi possível encontrar, dentro do espetro político da altura outra maioria parlamentar, apesar do apelo e do prazo dado aos partidos para encontrarem uma alternativa, Ramalho Eanes tentou ultrapassar o impasse político recorrendo a uma iniciativa presidencial que os partidos consideraram não democrática: avançou para governos de iniciativa, com personalidades que lhe transmitiam confiança e competência, num espaço temporal que foi mais longo do que o desejável.

Foram três as experiências a que teve de recorrer, em virtude dos partidos não facilitaram o seu desempenho, por considerarem estar perante uma ingerência presidencial. Na primeira nasceu o III Governo Constitucional, sob a liderança de Nobre da Costa e teve efémera duração, pois o seu Programa foi reprovado na Assembleia da República. Seguiu-se o IV Governo, chefiado por Mota Pinto, com independentes, que

[120] *Vide* desenvolvimento em *infra* 3.2.2.3.

durou cerca de sete meses; as políticas que executou não tiveram o apoio necessário e o próprio Primeiro-ministro apresentou a demissão. Em seguida, perante a crescente rejeição das iniciativas presidenciais para ultrapassar, sem sucesso, esta fase, o Presidente Eanes decidiu-se pela dissolução da Assembleia da República e pela marcação de eleições legislativas intercalares, para que se pudesse concluir a primeira legislatura e ultrapassar a grave crise institucional. Até lá, e com um horizonte temporal de apenas cinco meses, nomeou para chefiar o executivo a única mulher que até hoje dirigiu um governo em Portugal, Maria de Lourdes Pintassilgo, que já antes fora a primeira mulher a desempenhar o cargo de ministra, para o caso dos Assuntos Sociais, nos II e III Governos Provisórios. Ficava à frente do V Governo Constitucional. Com todas as condicionantes, desde logo temporais, acabou por ser um governo com um desempenho importante do ponto de vista económico e com medidas de largo alcance social. Foi também este governo que aprovou a primeira grande reforma institucional da cooperação, como adiante se verá.

As eleições seguintes, a 2 de dezembro de 1979, deram a vitória por maioria absoluta (42,2%) a um novo governo de coligação entre o PSD, CDS e PPM, formando a Aliança Democrática, que tomou posse a 3 de janeiro de 1980.

Em síntese, podemos concluir que a revolução, a descolonização e a consequente abertura internacional mudaram profundamente Portugal e provocaram grandes mudanças para as quais o país e os portugueses não se encontravam preparados. E isto, devido a vários fatores: os ajustamentos que resultaram da transformação do modelo económico e da perda dos mercados; o choque financeiro causado pela integração dos espoliados que, em 1976, representaram 11% das despesas do Estado; as consecutivas alterações políticas e governamentais.

1.3 O contexto externo e a abertura ao mundo

A grande prioridade do I Governo Provisório era ser reconhecido internacionalmente e quebrar o isolamento a que o regime anterior estivera sujeito. Mas depressa se constatou que a comunidade internacional exigia o compromisso português em descolonizar, sob pena de prolongar o isolamento, o que limitou a estratégia temporal que o Presidente Spínola preconizava.

O ministro dos Negócios Estrangeiros da altura era Mário Soares que, numa palestra, muitos anos depois, dava conta dos objetivos então traçados:[121]

Primeiro, quebrar o isolamento internacional.

Segundo, acabar com as guerras coloniais através de negociações e, desta forma, garantir a paz com os movimentos de libertação. Soares confessou que, no seu íntimo, admitia que "essas negociações deveriam conduzir ao reconhecimento do direito à autodeterminação e, se essa fosse a vontade das populações, à independência".

O terceiro objectivo, era consolidar uma "democracia pluralista de tipo ocidental (…) o que significava, logicamente, dizer não a aventuras de tipo «terceiro-mundista», ou do tipo totalitário com o intuito de implantar um regime de «democracia popular»".

O quarto, era encontrar um contraponto à "descolonização necessária e inevitável" e, para isso, Soares só via um caminho: a adesão à Comunidade Económica Europeia.

O mais imperioso era a descolonização, o resto viria por acréscimo. Por isso, Soares iniciou uma série de contactos com dirigentes ocidentais, mas também com os seus homólogos africanos e do Leste, de quem se poderia esperar maior apoio na defesa dos interesses portugueses.

O reconhecimento internacional da Junta de Salvação Nacional foi conseguido rapidamente e, mais curioso, foram os países anteriormente próximos do antigo regime que de pronto reconheceram a nova realidade política, como o Brasil e a África do Sul, respetivamente em 27 e 28 de abril. Mas, foi o reconhecimento da Espanha, Estados Unidos da América e República Federal da Alemanha, no dia 29 de abril, que acelerou a aceitação internacional. Faltavam, ainda, os países africanos membros da OUA que aguardavam a posição portuguesa relativamente à descolonização.

A opção pelo plebiscito, consagrada no Programa do MFA anunciado ao país na madrugada de 26 de abril de 1974, trouxera alguma apreensão. Contudo, a imagem de Portugal no exterior passou a beneficiar de muita simpatia, inclusive nas Nações Unidas e em alguns países africanos e socialistas.

O Presidente Spínola tentava ganhar tempo, e, se ao princípio ainda admitiu poder auscultar a Nação sobre o futuro da política ultramarina, pouco depois apenas se sustentava na interpretação literal do conceito de autodeterminação, esperando que a

[121] Mário Soares, "Portugal e a opção Europeia: um breve depoimento", *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático,* II Curso Livre de História Contemporânea, Lisboa,15 a 20 novembro de 1999, Organização Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, Coordenação científica de José Medeiros Ferreira, Lisboa, Edições Colibri, Fundação Mário Soares, Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, março de 2001, p. 66-67.

consulta às populações possibilitasse algum tipo de ligação a Portugal.[122] Contudo, a pressão internacional era cada vez maior, sobretudo junto dos membros do governo mais ligados à questão ultramarina. Vejamos alguns exemplos dessa pressão, quer proveniente de instituições, quer de Estados:

A primeira veio precisamente da Europa, quando no início de maio de 1974, Mário Soares fez o périplo para obter a aceitação do novo regime em Portugal, mesmo antes de ser indigitado ministro dos Negócios Estrangeiros. Desde os nórdicos à velha aliada Inglaterra, ninguém facilitava. Ingleses e americanos não admitiam a Portugal outra solução que não fosse a concessão do direito à autodeterminação. Outra questão era a negociação dos prazos, o estabelecimento de calendários para a sua realização e até a fórmula de aplicação.

Entretanto, a OUA e os países africanos estavam expectantes. Pretendiam que se chegasse a um rápido entendimento para conseguir a paz nas colónias, e que as novas autoridades portuguesas manifestassem, quanto antes, o compromisso de conceder a independência aos seus territórios africanos pela simples e direta transferência de poder para os movimentos de libertação que a OUA reconhecesse como legítimos representantes dos seus povos.

Nas vésperas da publicação do Dec. Lei nº 203/74, de 15 de maio, que traçava as grandes linhas de atuação do novo governo, já a pressão das representações nacionais na ONU se fazia sentir sobre Portugal, abandonando a posição de compreensão e tolerância pela mudança, que afinal tardava, enquanto a guerra permanecia.

Nesse mesmo dia 15 de maio, o General António de Spínola tomou posse do cargo de Presidente da República, seguindo-se, a 16 de maio, a posse do I Governo Provisório. Imediatamente, o secretário-geral da ONU aproveitou o momento de congratular o novo governo para formular votos de que este reconhecesse o direito dos povos à autodeterminação e independência, em conformidade com as resoluções das Nações Unidas, e iniciava conversações para que a paz fosse, em breve, uma realidade. Ofereceu, desde logo, o apoio a futuras negociações com os movimentos de libertação e enviou a Portugal um representante para convencer o Presidente desta necessidade.

No final de maio, já as Nações Unidas começavam a descrer na vontade das autoridades portuguesas e o Presidente da Comissão de Descolonização, o tanzaniano Salim Salim, apelava para que as resoluções da ONU fossem respeitadas, rejeitando

[122] *Vide* desenvolvimento em 1.2 *supra* e em 3.2.2.1, *infra.*

qualquer negociação que não fosse com os movimentos de libertação, legítimos representantes dos seus povos, devendo incidir sobre as modalidades da autodeterminação e da independência. Ao mesmo tempo, apelava aos nacionalistas para prosseguirem na luta contra Portugal, se este não se pronunciasse abertamente a favor da independência dos territórios coloniais.

Em conformidade com esta orientação, depois de um mês sem resultados visíveis, no início de junho de 1974, os Ministros dos Negócios Estrangeiros da OUA aprovaram uma Resolução, com uma atitude enérgica para com Portugal por parte dos movimentos de libertação, não devendo considerar qualquer compromisso com vista a um cessar-fogo sem que o país se comprometesse com o direito dos povos à autodeterminação e independência. Foi exatamente isto que, dias antes, Samora Machel dissera a Mário Soares em Lusaca, numa reunião exploratória organizada pelo presidente Kenneth Kaunda.

No dia 16 de junho, a XI Cimeira Anual da OUA, reunida em Mogadixo, aprovou uma resolução relativa à descolonização portuguesa, exigindo a Portugal um claro compromisso sobre o direito à independência das suas colónias, sob pena de não apoiar o estabelecimento de relações de qualquer país com Portugal, nem qualquer tipo de cooperação com as novas autoridades portuguesas. Exigiam, ainda, que as negociações fossem feitas apenas com os representantes dos movimentos de libertação e que Portugal reconhecesse a República da Guiné-Bissau. Estava definitivamente enterrado o otimismo do ministro Mário Soares quanto ao eventual apoio da organização ao início de um processo de negociação e imediato cessar-fogo.

Nas Nações Unidas a situação começava a deixar de ser favorável a Portugal após as expetativas iniciais. Até o Presidente da Comissão Especial para o Apartheid apelava para o fim urgente da guerra e o reconhecimento da independência dos territórios africanos, enquanto o Presidente da Comissão de Descolonização solicitava o apoio dos parceiros portugueses na NATO para pressionarem Portugal, exigindo que este afirmasse, claramente, quais as suas intenções para com os territórios africanos.

A ocasião para tal foi a deslocação de Mário Soares a Otava, no Canadá, onde decorreu uma reunião da NATO. A propósito desta reunião e para mostrar a alteração do posicionamento do ministro dos Negócios Estrangeiros português, escreveu David Castaño:

"Mário Soares, que num primeiro momento se revelara defensor da realização de um qualquer tipo de consulta, mesmo para o caso guineense, deixava claro nas altas esferas internacionais que passara a ser

partidário do reconhecimento imediato da Guiné-Bissau. Numa reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da NATO, realizada em Otava, nos dias 18 e 19 de Junho, Soares informou Callaghan que o caso guineense era peculiar e que a independência poderia vir a ser alcançada sem a realização prévia de uma consulta popular, uma vez que o território gozava de um estatuto especial na ONU e era reconhecido como Estado por inúmeros países".[123]

Do Canadá, Mário Soares seguiu para Nova Iorque, onde se encontrou nas Nações Unidas com o secretário geral Kurt Waldheim. Dele escutou o aviso de que não bastava dizer que respeitava as resoluções da ONU, como Portugal já afirmava, e depois apenas aceitar o princípio da autodeterminação, mas não o direito à independência. Mário Soares deu-lhe conta das dificuldades existentes, dadas as posições contraditórias no próprio governo, e aproveitou a oportunidade para convidar o secretário-geral a vir a Portugal expressar a posição da comunidade internacional, ajudando, desta forma, a ultrapassar mais rapidamente o impasse relativo à independência da Guiné.

Entretanto, ocorreu a queda do Governo em Portugal, em 17 de julho de 1974, fruto da impossibilidade de ultrapassar a luta interna sobre os caminhos a seguir na descolonização.

Com a entrada dos novos elementos no Governo, maioritariamente partidários da componente progressista do MFA, corrente original do Movimento que sempre desejou uma rápida e efetiva descolonização, ganhou uma força considerável, face ao conservadorismo do Presidente Spínola.

Uma semana antes da vinda a Lisboa de Kurt Waldheim, António de Spínola estava igualmente pressionado pelo previsível colapso militar que se prefigurava em África, onde as tropas se recusavam a combater, e pela ameaça do reconhecimento internacional da Independência da Guiné antes de Portugal conceder *de jure* essa mesma independência.[124] Acabou por promulgar a Lei 7/74, conhecida como *Lei da Descolonização*.

Esta decisão foi muito bem acolhida internacionalmente, mas o secretário-geral, na visita efetuada entre 2 e 4 de agosto, não deixou de reafirmar às autoridades portuguesas a posição das Nações Unidas quanto aos territórios sob administração colonial e, ao mesmo tempo, fazer eco da postura da Organização de Unidade Africana

[123] David Castaño, "Abrindo a caixa de Pandora. Mário Soares e o início da descolonização", IPRI-UNL e Tinta da China, disponível em: http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992012000300006&script=sci_arttext, consultado em 18/11/2014.

[124] Mário Soares conseguiu protelar o agendamento do pedido do representante do PAIGC, contando para isso com a boa vontade do secretário-geral face à projetada visita a Lisboa e com a conivência dos americanos, acabando por vir a ser Portugal a patrocinar a entrada da Guiné-Bissau na ONU, depois da Independência.

em relação ao reconhecimento dos movimentos de libertação como legítimos representantes desses territórios.[125]

Como resultado desta visita e do comunicado conjunto, que foi divulgado confirmando as obrigações do Governo português quanto ao capítulo XI da Carta (Declaração Relativa a Territórios não Autónomos), em conformidade com a resolução 1514 da XV Assembleia Geral da ONU, alterou-se a imagem de Portugal no mundo pois comprometera-se, sem possibilidade de recuo, à descolonização e à independência dos territórios ultramarinos. A partir daqui acreditava-se que as relações de Portugal com a organização passariam a ser diferentes, até porque na sua Sede, em representação de Portugal, o anterior embaixador marcelista António Patrício, fora substituído pelo Professor Veiga Simão[126] que, apesar de ter sido ministro da Educação de Marcelo Caetano, era da total confiança do Presidente António Spínola. Veiga Simão tinha um projeto para levar a cabo a descolonização em cooperação com as Nações Unidas para, desta forma, poder internacionalizar a transferência do poder. Chamou-lhe "A Descolonização e as Nações Unidas".[127]

Porém, o MFA e o CEMGFA, General Costa Gomes, opuseram-se, por considerarem desprestigiante para o país a interferência da ONU e, por isso, impuseram negociações diretas entre Portugal e os Movimentos em guerra.[128]

Como já foi assinalado, o II Governo iniciara uma nova e decisiva fase, sob a liderança do Major Melo Antunes, e não de Mário Soares, no contexto da descolonização. Apesar das orientações expressas do Presidente Spínola, o novo responsável conseguia impor-se, de acordo com os princípios que vinha defendendo com a Comissão Coordenadora do MFA, renunciando a qualquer tipo de consulta às populações dos

[125] Era por demais evidente o forte apoio internacional de que dispunham, mas igualmente a concertação de posições que souberam manter ao nível da Conferência das Organizações Nacionalistas da Colónias Portuguesas (CONCP), rejeitando qualquer cessar-fogo, sem um acordo político prévio que, como se sabe, passava pela consagração do direito à independência e não da autodeterminação e, ainda, do direito dos movimentos independentistas a assumirem a representatividade dos seus povos.

[126] José Pedro Castanheira, em *Jorge Sampaio - Uuma Biografia, História de uma Geração,* vol. I, Lisboa, Editora Nelson de Matos, Porto Editora, 2012, conta que o então MNE Mário Soares escolheu Jorge Sampaio para este lugar em Nova York, mas Spínola considerava-o esquerdista e convidou Veiga Simão (p. 468). Descreve-se em pormenor este episódio e como posteriormente Jorge Sampaio, enquanto secretário de Estado e o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Melo Antunes, demitiram Veiga Simão e colocaram no seu lugar José Manuel Galvão Teles (p. 525-526).

[127] David Castaño, *op. cit.*, p. 76, refere que igualmente Almeida Santos defendia em agosto de 1974 esse envolvimento, tal como Mário Soares já o fizera em junho, junto do MNE inglês James Calaghan, mas que este o desaconselhou, porque no seu entender não deixariam de seguir a posição da OUA e abririam um precedente para Angola.

[128] António Spínola, *País sem Rumo, Contributo para a História de uma Revolução op. cit.,* pp. 270-271.

territórios, em que os Movimentos em luta conquistaram o direito à representação popular e aceitando apenas essa consulta nos que não tiveram conflito armado.

Em 3 de agosto de 1974, Portugal entregou nas Nações Unidas um Memorando onde confirmava as suas obrigações, com base no Capítulo XI da Carta das Nações Unidas, que Spínola usou para justificar a sua posição.

Na sequência dos encontros anteriores, uma delegação chefiada por Melo Antunes chegou finalmente a acordo com a Frelimo em Lusaca, para a independência de Moçambique, a 7 de setembro de 1974.

A 10 de setembro teve lugar, em Lisboa, a cerimónia da Independência da primeira colónia portuguesa. A diplomacia portuguesa, com o apoio dos EUA, conseguira contornar a ameaça feita pelas Nações Unidas de admitir a Guiné na ONU antes da concessão da Independência *de jure* por parte de Portugal, o que teria representado uma humilhação. Desta forma, Portugal acabou por conseguir um sucesso não negligenciável, ao ser ele próprio o proponente da admissão nas Nações Unidas da sua antiga colónia, na 29ª Sessão da Assembleia Geral, que se iniciou pouco tempo depois.

Ainda faltava muito para que a descolonização estivesse concluída e a Diplomacia portuguesa tinha de continuar ativa. A 13 de setembro de 1974, Mário Soares, numa Conferência de Imprensa no MNE, subordinada ao tema *A Nova Política Externa Portuguesa,* afirmava: "temos tido alguma dificuldade em convencer os países de África da nossa boa-fé e da nossa honestidade no processo de descolonização, todavia já demos passos sensíveis em relação à OUA"; em seguida, deu conta dos contactos mantidos por si, ou por delegados em seu nome, com os mais altos responsáveis daquela organização; destacava, ainda, que graças aos contactos mantidos com o Senegal, Argélia, Zâmbia, Tanzânia, Nigéria, Argélia e Somália, estavam no caminho de modificar a situação relativamente à OUA, assegurando que, na próxima visita a Nova Iorque, se iria encontrar com os Ministros dos Negócios Estrangeiros desta organização africana para os convencer da boa-fé de Portugal.[129]

Enquanto isso, Spínola, em desespero de causa, tentava encontrar apoios externos para a sua política descolonizadora que, obviamente, não era aquela que estava a ser seguida e escapara ao seu controlo. Apesar do fracasso do encontro de junho com Nixon nos Açores, encontrou-se com Mobutu no Sal. O Zaire, potência regional apoiada pelos

[129] Aniceto Afonso, "Do 25 de Abril aos Nossos Dias", *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos Aos Nossos Dias,* vol. III, direção de João Medina, Amadora, Clube Internacional do Livro, 1995, pp. 139-143.

EUA, tinha grande influência no processo angolano e tinha o MPLA como um adversário a eliminar. Nesta fase, os americanos com quem Spínola se havia reunido, apoiavam a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Zaire era o seu peão africano no tabuleiro geopolítico regional. O diplomata português António Monteiro foi um observador atento e participativo neste processo.[130] Na Universidade Nova de Lisboa, na cerimónia da apresentação do livro *Os Estados Unidos na Descolonização de Angola*, afirmava que os EUA apoiaram este encontro por consideravam que Mobutu acabaria por dominar Angola e que o seu apoio, aliado ao do Zaire e, ainda, ao da China, seriam suficientes para a vitória e posterior domínio de Angola por parte da FNLA que tinha a sua base naquele país.

Vasco Gonçalves, enquanto Primeiro-ministro do II Governo Provisório, diz ter advertido Spínola das consequências de ele se vir a encontrar com Mobutu e aconselharam-no a prestar mais atenção ao papel importante que a Zâmbia e a Tanzânia estavam a desempenhar no processo da independência de Moçambique.[131] Mas Spínola levou avante o encontro com o Presidente do Zaire, pelo interesse que tinha em conduzir o processo angolano, embora manifestando igualmente interesse nos outros encontros.

A 23 de setembro, o ministro dos Negócios Estrangeiros já se encontrava em Nova Iorque para preparar a visita do Presidente Spínola à ONU. Nesse dia, o seu discurso na Assembleia Geral intitulava-se "O novo Portugal e as Nações Unidas", pois era importante dar garantias públicas de que Portugal aderia à Carta das Nações Unidas no respeitante ao direito à autodeterminação dos povos.

Mas o Presidente Spínola, no contexto de uma grave crise interna provocada por uma gorada manifestação em seu apoio, demitiu-se pouco antes do previsto discurso nas Nações Unidas.

Quem concretizou a visita foi o novo Presidente, Costa Gomes, a 17 de outubro de 1974, na primeira ida de um chefe de Estado português às Nações Unidas. O seu discurso não gorou as expetativas: prometeu total empenho em concluir a descolonização e simultaneamente em consolidar o regime democrático em Portugal. Diplomaticamente, saudou, em particular, os povos africanos pela confiança que tinham depositado no país e

[130] O embaixador e ex-MNE António Monteiro foi o primeiro Cônsul de Portugal em Brazzaville, após a abertura de relações diplomáticas, inicialmente apenas como Consulado em substituição da Missão portuguesa integrada na Embaixada de Espanha. As relações na altura conheceram altos e baixos, incluindo o encerramento da Embaixada e a sua expulsão do país como a que ocorreu em maio de 1975. Melo Antunes conseguiu reabri-la e fazê-lo regressar, para ser novamente expulso em junho, só regressando em janeiro de 1976.

[131] Vários, *Companheiro Vasco*, 1ª Ed., Porto, Editorial Inova, 1977, pp. 174-175.

pela vontade em concluir este processo, como ficou provado pelo estabelecimento de relações diplomáticas. Foi um discurso muito apreciado e que ajudou a consolidar a imagem do novo Portugal, o que foi notório, por exemplo, nas palavras de simpatia que o Presidente da Somália, Siad Barre, presidente em exercício da OUA, então pronunciou.

Fruto deste novo ambiente, foi retomada a colaboração com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a própria ONU recomendava o apoio das outras organizações e agências especializadas para o novo Portugal.

As negociações para as independências continuavam. Em novembro, foi assinado um novo acordo em Argel, agora com o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), visando a independência de São Tomé e Príncipe e, em dezembro, surgiu o acordo de Lisboa, para a independência de Cabo Verde.

Em janeiro de 1975, era aprovado, em Alvor, o Acordo para a Independência de Angola, com a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), entre mensagens de parabéns provenientes de todo o lado, inclusive do próprio Kurt Waldheim. Poucos dias depois este dizia que a Guiné-Bissau fora admitida como membro da ONU na 29ª sessão da Assembleia Geral e as restantes ex-colónias portuguesas sê-lo-iam na sessão seguinte. Para além das reações positivas do Senegal, Nigéria, Quénia, Zâmbia e Grã-Bretanha ao Acordo, falava-se na possibilidade de Portugal vir a ser escolhido para a Presidência da 30ª Assembleia da ONU, em resultado do prestígio alcançado.[132]

Estava dado o primeiro passo para a OUA levantar a interdição às relações diplomáticas com Portugal, com alguns africanos a comprometerem-se a avançar mais depressa que outros. Entre os mais avançados estavam a República Centro Africana, a Tanzânia, o Zaire, o Sudão e a Nigéria e, entre os mais recalcitrantes, a República da Guiné, que só admitia fazê-lo, mesmo que ficasse isolada, quando Portugal descolonizasse todas as parcelas dos seus territórios coloniais. Finalmente, o Conselho de Ministros da OUA, na 24ª Sessão ordinária, recomendou o reatamento de relações de todos os países africanos com Portugal.

Em 12 de junho de 1975, a convite de Almeida Santos, deslocou-se a Portugal para realizar uma sessão de trabalho a Comissão de Descolonização, também conhecida

[132] (s.a.), "Reações Internacionais ao Acordo da Penina – Portugal na Presidência da 30ª Assembleia Geral da ONU", *O Século*, 17/1/75, p. 7.

como *Comité dos 24*, que se tinha oferecido para colaborar na descolonização. Foi um acontecimento importante, porque era a primeira vez que uma sessão deste órgão ocorria na Europa. Constituiu uma oportunidade para sensibilizar os seus membros para as dificuldades sentidas pelos portugueses em cumprir a tarefa que se propunham realizar e aproveitar para solicitar a ajuda possível, já que as necessidades conjunturais que o país atravessava condicionavam o auxílio que algumas colónias precisavam para suprir carências urgentes, como era o caso de Cabo Verde.

Da delegação portuguesa, para além do ministro da Coordenação Interterritorial, fizeram parte o ministro dos Negócios Estrangeiros, Melo Antunes (que também discursou fazendo a apologia de um novo Portugal como intermediário entre a Europa e o Terceiro Mundo, sem intuitos neocolonialistas)[133], o representante de Portugal na ONU, embaixador Veiga Simão, e o futuro embaixador José Manuel Galvão Teles que o viria a substituir.

A opinião sobre Portugal era agora bem diferente. Após o encerramento dos trabalhos, o presidente da Comissão da Descolonização deu conta de que o Primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, lhe havia sugerido a entrada de Portugal naquela organização, e que ele acreditava nessa possibilidade, dada a experiência do país nesta matéria.

Porém, alguns acontecimentos trágicos e inesperados iriam sobrevir em breve. Em Luanda, em abril desse ano, rebentaria a violência entre fações rivais, e que as Forças Armadas Portuguesas não foram capazes de conter. Ao facto, juntou-se o fracasso, igualmente por falta de segurança, da visita da missão conjunta ONU / OUA à capital angolana.

A imagem de Portugal degradava-se cada vez mais por não conseguir controlar a envolvência externa na luta entre os três movimentos nacionalistas angolanos. Ficou ainda manchada, no final do ano, com a invasão de Timor pela Indonésia. Depois de todos estes incidentes, os sucessos iniciais iam sendo completamente ultrapassados pelos fracassos.

Importa, porém, sublinhar o apoio que Portugal recebeu de alguns países africanos, durante o complicado processo da descolonização. Foi o caso por exemplo do Senegal que, nas instâncias internacionais, esteve sempre ao lado dos que apoiaram os

[133] AHD-PEA, Questões Ultramarinas, ano de 1975.Circular POI 9, Proc. POI 4.1, *Direcção Geral dos Organismos Internacionais do MNE*, "Reunião do Comité dos 24 em Lisboa", 25 de junho de 1975. Este documento contém uma síntese da descolonização até à altura, descreve o que foi abordado nesta reunião, a resolução adotada e contém igualmente os discursos ali pronunciados.

esforços portugueses neste difícil período da transição. O Presidente Leopold Senghor, com a sua intermediação, deu um grande contributo para o início da descolonização. Tinha-se encontrado com Mário Soares em Paris, quando do périplo que este fez no início de maio de 1974, a pedido de Spínola, ainda antes de ser empossado como MNE. Posteriormente, a 16 desse mesmo mês, em Dacar, foi ele que possibilitou o primeiro encontro entre o recém-empossado ministro dos Negócios Estrangeiros e o líder do PAIGC, Aristides Pereira, que abriu as portas às futuras negociações e a um cessar fogo. Senghor ainda haveria de se encontrar novamente com Mário Soares, em Paris, a 14 de setembro desse ano, no regresso de Lusaca, onde decorrera a assinatura do Acordo com a Frelimo. Em 27 de janeiro de 1975, encetou uma visita a Portugal, a primeira de um chefe de Estado africano após o 25 de Abril, tendo-lhe sido prestado um reconhecimento público pelo seu relacionamento com um país, a quem, segundo o próprio afirmou, o ligavam laços sanguíneos.[134]

Alguns dos países que, outrora, tinham amparado a retaguarda dos movimentos nacionalistas que combatiam as Forças Armadas portuguesas, foram os primeiros que, no período posterior à Revolução, compreenderam e apoiaram a mudança que se prefigurava nas relações com África.

Foi o caso da Argélia, conhecida pelo seu apoio à luta contra o colonialismo português e que, posteriormente, deu um contributo fundamental na ajuda à descolonização e no apoio internacional à causa portuguesa.

O ex-Presidente moçambicano Joaquim Chissano, na entrevista concedida ao autor, [135]deu conta do apoio que receberam da Argélia, na luta da Frelimo contra o regime colonialista português, designadamente na formação militar dada ao primeiro grupo de 250 guerrilheiros que integrava o próprio Samora Machel. Posteriormente, participou nos esforços da Frelimo na formação de quadros e no apoio político que lhe era prestado.

Este apoio era extensivo a outros movimentos anticolonialistas, como foi por exemplo o caso do PAIGC durante as negociações com Portugal.[136] David Castaño refere que "a diplomacia britânica suspeitava do envolvimento do governo argelino na estratégia

[134] "Portugal está no bom caminho ao desenvolver a cooperação com todos os Estados Lusófonos", *A Capital*, 3/3/79, p. 4.
[135] Entrevista concedida ao autor no hotel Pestana em Lisboa a 9/01/2013.
[136] Assim se compreende que Melo Antunes e outros elementos do MFA fizessem de Argel um ponto de encontro, para os contactos oficiosos com representantes dos movimentos de libertação africanos.

de endurecimento do PAIGC, em Dacar, até para que houvesse avanços nas negociações com a Frelimo".[137]

Do mesmo modo, como refere Almeida Santos nas suas *Quase Memórias,* foi também graças à influência do presidente argelino sobre a delegação santomense que foi possível a celebração do Acordo de Independência com São Tomé e Príncipe, na capital argelina, em 26 de novembro de 1974.

Chegada a hora de apostar na paz e na negociação, o governo argelino não regateou esforços diplomáticos com os portugueses, na OUA e na ONU, procurando ser um facilitador entre Portugal e os estados africanos, entre Portugal e a OUA e entre Portugal e os estados àrabes.

Segundo Mário Soares[138], aquando da visita oficial do Presidente Costa Gomes às Nações Unidas, o presidente da Assembleia Geral e antigo MNE argelino, Abdelaziz Bouteflika foi inexcedível em atenções com a comitiva portuguesa, mostrando, por um lado, a simpatia que a Argélia nutria pela revolução portuguesa e, por outro, a excelência do relacionamento que a nova diplomacia cultivava.

No início de dezembro de 1974, na audiência concedida na ONU ao ministro da Coordenação Interterritorial Almeida Santos, na presença do embaixador Veiga Simão, voltou a mostrar o interesse com que acompanhava o evoluir da política de descolonização, avaliando os efeitos que, no seu entender, iria provocar nos destinos da Namíbia, Rodésia e até mesmo da África do Sul. Deixou ainda algumas linhas de orientação, por forma a potencializar a manifesta boa vontade que alguns países árabes tinham para com Portugal. Era uma mensagem que tinha declaradamente como destinatários o Presidente da República Costa Gomes e o ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares. Sobre a reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da OUA, programada para fevereiro, informou que a Argélia apoiaria ao máximo as decisões que ali seriam tomadas a favor de Portugal. Sugeriu que o ministro Mário Soares deveria desenvolver uma ação diplomática imediata em diferentes capitais africanas, para que estes importantes países estivessem ao lado da Argélia na referida reunião de fevereiro. Indicou como prioritárias Conacri, Kinshasa, Brazaville, Dar es Salem e Lusaca terminando com a visita ao presidente da OUA. Ao Gabão, República Centro

[137] "Guinea Bissau: possible aplication for U.N. membership", telegrama da Embaixada dos EUA em Londres para o Departamento de Estado, 5-7-1974, Londres 08430. State Department Cables, *apud,* David Castaño, "Mário Soares e a Revolução", Lisboa, op. cit., p. 150.

[138]Mário Soares, *Mário Soares um político assume-se, Ensaio Autobiográfico Político e Ideológico, op.cit.*, pp. 227-228.

Africana, Costa do Marfim e Senegal conviria mandar representantes do ministro. Terminou dizendo que o ministro "perderia uma semana, mas ganharia um ano de diplomacia".[139]

Face a tudo o que precede compreende-se, porque é que Melo Antunes tornou Argel num ponto fulcral do seu relacionamento externo.

O caso da Zâmbia também foi paradigmático, como aliado fundamental de Portugal nas relações com a OUA e, sobretudo, no diálogo com a Frelimo, embora só tenha estabelecido relações oficiais com os portugueses em abril de 1975, após a decisão histórica da OUA a favor das relações com Portugal. No início de maio, o Presidente Kenneth Kaunda aceitou o convite para visitar Portugal, como sinal de reconhecimento pelo papel que vinha desempenhando na ligação entre Portugal e os movimentos de libertação.

O primeiro encontro oficial entre a delegação portuguesa e moçambicana decorreu em 5 e 6 de junho de 1974, em Lusaca, sob os auspícios do Presidente Kaunda; ali regressariam para as negociações finais, que deram lugar à assinatura do acordo para a Independência a Moçambique, a 7 de setembro. O contributo de Kaunda verificou-se, ainda, na procura de soluções para a crise angolana.

Outro país fundamental no âmbito das negociações com a Frelimo e no suporte que deu a Portugal junto da OUA foi a Tanzânia, que recebeu algumas das altas individualidades políticas portuguesas. Em Dar es Salaam decorreram duas das negociações entre portugueses e a Frelimo; uma delas levou, secretamente, Melo Antunes àquela capital onde, com o apoio do Presidente Nyerere, se criaram as bases para um futuro entendimento. Foi ainda ali que, durante o período de transição, em março de 1975, teve lugar uma reunião entre Melo Antunes e a Frelimo sobre o contencioso existente com Portugal.

Em 1978, aquando da apresentação de credenciais do primeiro embaixador de Portugal na Tanzânia, o Presidente manifestou-lhe a alegria com que o recebia e a certeza de que Portugal ainda tinha muito para dar ao continente africano. Aproveitou para se congratular pela melhoria das relações com Moçambique e pelo papel dos cooperantes, afirmando "que Moçambique se poderia considerar feliz pelas infraestruturas que lhe

[139] O relato destas informações é do representante português, Veiga Simão, e constam do AHD/Arquivo do Ministro 1974, Telegrama nº 1043, nº geral 14751, recebido da Embaixada de Portugal na ONU em Nova Iorque, em 8 de dezembro de 1974.

tinham sido deixadas e que lhe davam grandes vantagens no início da sua independência".[140]

Forçoso será recordar, também, o Presidente Mobutu do Zaire que, de algum modo, tentou um entendimento com as autoridades portuguesas sobre a questão angolana. Mas a sua ligação à FNLA e a forma como tentou controlar o futuro de Cabinda prejudicavam o aprofundamento das relações.

Importa, ainda assinalar o papel que alguns países de Leste, como a Roménia, tiveram como facilitadores no relacionamento com os países africanos.

Atendendo a que, neste contexto, o envolvimento das superpotências não pode deixar de ser abordado, para melhor compreensão da questão, é necessário recuar um pouco no tempo.

Num mundo bipolar como o de então, para evitar a influência soviética em África, a administração Kennedy começara, no início dos anos sessenta, a condenar o colonialismo português em Angola e a apoiar os nacionalistas da União dos Povos de Angola (UPA), de Holden Roberto. Este agrupamento era igualmente apoiado pelo Zaire, do aliado americano Mobutu.

A posição americana para com o colonialismo português mudara no seio da ONU, e o embaixador americano em Lisboa, avisou antecipadamente o chefe de Estado português de que isto iria acontecer. Mas Salazar manteve-se inflexível e avesso a mudanças na sua política africana

Costa Gomes, numa referência a este episódio, afirmou que o embaixador americano Charles Elbrick, nessa altura, comunicou às autoridades portuguesas que o seu país se comprometia a fornecer um auxílio generoso a Portugal se este admitisse realizar, num espaço de tempo não definido, um referendo nas colónias, admitindo a autodeterminação e a independência".[141]

Salazar recusou frontalmente esta proposta e não deixou de criticar a mudança política americana.

Com o início da guerra colonial, em 1961, ano negro do regime, o ministro da Defesa português, General Botelho Moniz, a quem informalmente o embaixador americano Charles Burke Elbrick, seu amigo pessoal, também comunicara a alteração da

[140] AHD- PAA 157, Proc. 981,8, 1975/78, Telegrama nº 365, nº geral 6454, da Embaixada de Portugal em Maputo, nº 365, nº geral 6454 em 18 de abril de 1978.
[141] Maria Manuela Cruzeiro, *Costa Gomes, o último Marechal*, Lisboa, Editorial Notícias, 1988, p.110. e também Witney W. Schneidman, *Confronto em África, Washington e a Queda do Império Colonial Português*, Lisboa, Tribuna da História, 2005, p.51.

política de Washington, tentou um golpe de estado, sem sucesso, que visava o afastamento de Salazar e a alteração desta política.

Depois da morte de Kennedy, a política norte americana para com Portugal não foi clara nem precisa. Navegou ao sabor das circunstâncias e dos intervenientes, sem deixar de ter presente a importância geoestratégica da Base Aérea das Lages, para o Ocidente.

O sucessor de Kennedy, Johnson, ficou muito mais condicionado no que concerne à política africana, devido à intervenção americana no Vietnam. Apesar disso, os americanos fizeram nova tentativa junto do Governo português, sem êxito. Era o "Plano Anderson", nome do então embaixador em Lisboa, Almirante George Anderson que, a troco do apoio económico americano propunha, entre outros aspetos, um plebiscito sob supervisão da ONU e da OUA, nos territórios africanos sobre administração portuguesa, como contrapartida à suspensão das atividades contra Portugal por parte dos nacionalistas africanos. Se estes violassem o acordo, os americanos ajudariam Portugal com a venda de armas e também na própria ONU.[142]

Nixon mostrou-se menos apoiante dos nacionalistas e defensor dos regimes de minoria branca em África. Foi durante o seu mandato que se deu a mudança de regime em Portugal, acolhida inicialmente com alguma indiferença, como se constata pela inconsequência do seu encontro com Spínola. Mas a preocupação americana aumentou depois, devido à existência de um governo fortemente influenciado pelo Partido Comunista, tendo em conta que Portugal pertencia à NATO. Portugal foi posto de quarentena, durante algum tempo, perdendo o acesso a informações altamente secretas e tendo, inclusivamente, sido afastado do Grupo de Planeamento Nuclear da Organização.[143] A isto juntou-se a preocupação com a descolonização angolana, face à ameaça de Cuba e da União Soviética (URSS).

O secretário de Estado americano, Henry Kissinger, via com muito pessimismo a situação interna portuguesa, controlada pelo governo de Vasco Gonçalves, sem vislumbrar como, ou quem, pudesse fazer infletir a situação. Mário Soares fora durante muito tempo, olhado pelos americanos como fraco e incapaz de travar o avanço

[142] *Vide* sobre o assunto, Tiago Moreira de Sá, *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Alfragide, Publicações D. Quixote, 2011, p. 36. e ainda sobre o "Plano Anderson" e sobretudo sobre o importante papel deste embaixador americano em Lisboa, *vide* Witney W. Schneidman, *Confronto em África, Washington e a Queda do Império Colonial Português*, op. cit., pp. 106-118.

[143] *Vide* José Manuel Duarte de Jesus, *Os Relatórios Confidenciais da II Repartição do Estado Maior do Exército para o CEMGFA*, Coimbra, Almedina, 2013, *op. cit.*, pp. 145 e *passim* e Witney W. Schneidman, *op. cit*, pp. 237-240.

comunista em Portugal. Valeu-lhe, como atrás já foi referido, a aposta que nele foi feita pelo novo embaixador americano em Portugal, em 1975.[144]

Nesta fase, o PCP estava por sua conta e risco, sem o apoio do governo soviético e eventualmente, apenas com o apoio da República Democrática Alemã (RDA).

Relativamente ao encontro que manteve com Andrei Gromiko, em Moscovo, em janeiro de 1975, ainda como MNE, Mário Soares afirma em resposta à sua inquietação quanto às atitudes de conquista do poder por parte do PCP que, no seu entender, poderiam por em causa a *détente*, o seu homólogo soviético ter-lhe-á dito que a URSS mantinha uma política de não ingerência em Portugal, da seguinte forma: "o Estado é uma coisa e não muda a sua política, mas o Partido – o PCUS – é outra. Se o PCUS apoia o PCP é uma questão que lhe diz respeito, não ao Estado soviético",[145]e noutra passagem, Gromiko afirmou: "só o povo português tem o direito de decidir do seu futuro".[146]

Tito Wagner corrobora esta tese afirmando que, em junho de 1975, o dirigente soviético Leónidas Brejnev tinha obrigado a Alemanha Oriental, que se encontrava muito ativa, a abandonar qualquer atividade política em Portugal, porque isso poderia ir contra o espírito de Helsínquia.[147] Note-se que, já em abril de 1975, o Jornal *Informaciones* noticiava que a RFA fez séria advertência a Moscovo sobre Portugal (…), a RFA está neste momento a desempenhar um papel importante (…), o PS tem fortes apoios da II Internacional (…), o papel diplomático de Bona em Moscovo corresponde a um acordo entre Schmidt, Olof Palme e Harold Wilson, que teriam, de resto, feito diligências paralelas".[148]

Mas como a situação política em Portugal vinha a ser controlada pelo PCP, o apoio que a Internacional Socialista forneceu a Mário Soares e ao Partido Socialista, tornou-se evidente após a reunião havida em 2 de agosto desse ano, de 1975, em Haga, nos arredores de Estocolmo.

---

[144] AHD-PAA, 44,1975, 334,10, 330/EUA, "Presidente Ford e Portugal", Ofício nº 410 da Embaixada Portuguesa em Washington, 8 de maio de 1975. Nele era mencionado um artigo publicado no Jornal *New York Times Magazine,* de 20 de abril de 1975, onde o Presidente americano Gerald Ford, se referia ao novo Embaixador Frank Carlucci, da seguinte forma: "I`m glad we have got Frank Carlucci over there. He is a good man".

[145] Mário Soares, *Mário Soares um político assume-se, Ensaio Autobiográfico Político e Ideológico, op. cit.*, pp. 235, 236.

[146] Relatório 130 de 14 e 15 de maio, José Manuel Duarte de Jesus, *Os Relatórios Confidenciais da II Repartição do Estado – Maior do Exército para o CEMG FA, op. cit.*, p. 191.

[147] Tito Wagner, "Portugal e a RDA durante a Revolução dos Cravos" em *Relações Internacionais,* nº 11, 2006, pp. 81, 86, *apud*, *História de Portugal*, [2ª ed.], Rui Ramos (coordenador), Bernardo Vasconcelos e Sousa, Nuno Gonçalo Monteiro, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009, p. 742.

[148] José Manuel Duarte de Jesus, *op. cit*., p. 163.

Nesta autêntica cimeira socialista estiveram cerca de uma dúzia dos políticos mais relevantes da altura, a maioria governantes europeus, como o inglês Harold Wilson, o alemão Helmut Schmidt e o israelita Ytzhak Rabin, além de outros socialistas importantes como Willy Brandt, James Callaghan e François Mitterrand. Ali foi criado um Comité Internacional de Apoio,[149] o designado "Comité de Amizade e Solidariedade com a Democracia e o Socialismo em Portugal".[150]

Segundo afirma Rui Mateus, figura importante das Relações Internacionais do PS na época, foi este Comité que, para além de se unir aos EUA no apoio a Mário Soares, conseguiu mostrar que o problema português era muito mais do que uma disputa americana/soviética, pois envolvia a própria Europa, e, se os comunistas tomassem o poder pela força em Portugal, ameaçaram denunciar os Acordos de Helsínquia. Desta forma, Brejnev teve de comprometer-se em não dar força ao PCP, sob pena de pôr em causa o desanuviamento. Em abono do que afirma, cita Willy Brandt: "sem esse envolvimento internacional pela democracia a tentativa de golpe em Lisboa, em novembro de 1975, não teria tão facilmente sido desmobilizada".[151]

Nesta perspetiva, o 25 de Novembro teve uma forte envolvência das democracias ocidentais, como Vasco Gonçalves defendeu.[152]

A URSS, como se viu, não se quis envolver na disputa política interna portuguesa, para não comprometer o processo de Helsínquia, que era prioritário para a sua política externa. Mas, enquanto isso, a envolvência era absoluta em África e, neste caso específico, em Angola, em confronto direto contra a ingerência chinesa e americana. Sempre fora apoiante militar incondicional da luta anticolonial, sobretudo do PAIGC que, aliás, foi determinante para a derrocada de Portugal na Guiné, mas também do MPLA e, por isso, acabou por estar nos meandros do conflito interno angolano.

---

[149] José Medeiros Ferreira, *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril. O período pré–constitucional. Testemunhos Contemporâneos,* direção António Reis, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, p. 269.

[150] Criado em 17 de janeiro de 1976, o designado Comité de Apoio de Amizade e Solidariedade com a Democracia e o Socialismo em Portugal, reuniu-se em Elsinore, na Dinamarca, para reiterar o seu apoio e evitar a crescente influência americana junto do PS. Seguiu-se, a 13 de março, no Porto, uma autêntica Cimeira da Internacional Socialista, para manifestar o seu apoio antes da realização das eleições para a Assembleia Constituinte, no mês seguinte. Como se sabe, voltariam a ser ganhas pelo PS.

[150] Mário Soares, entrevista com Dominique Pouchin, *Mário Soares Memória Viva, op. cit*., pp. 97-98.

[151] *Vide* Rui Mateus, *Contos Proibidos Memórias de um PS Desconhecido, op. cit*., pp. 83, 84, 95, 96.

[152] Mário Soares tem sempre afirmado que o apoio americano não foi fundamental, mas sim o ocidental e, em particular, cita o que recebeu dos ingleses e dos nórdicos. Sobre a envolvência dos EUA/CIA. *Cfr.* declarações de Vasco Gonçalves em *Companheiro Vasco, op. cit.,* pp. 175-177. Este assunto foi desenvolvido em 1.2. *supra.*

O apoio russo incidia principalmente no plano técnico-militar e revelou-se fundamental ao conjugar-se depois com a ação no terreno dos experientes e conhecedores militares cubanos. Em finais de 1974, a URSS começou a enviar armas para o MPLA e, em janeiro de 1975, já estavam em Angola oficiais e instrutores cubanos. O fornecimento do armamento aumentou de intensidade entre março e julho de 1975, quer em qualidade quer em quantidade. Em agosto, os militares cubanos chegavam em força para ajudar o MPLA a travar a ação conjunta dos sul-africanos, UNITA e FNLA. Só graças a este apoio foi possível a vitória final sobre os outros dois movimentos.

A propósito desta conjunção de esforços de apoio ao MPLA, refira-se a análise feita pelo embaixador de Portugal em Havana, José Fernandes Fafe, numa missiva enviada para o ministro dos Negócios Estrangeiros[153], considerando que, aos olhos de todos os diplomatas acreditados em Cuba, fora este país que influenciara a URSS na intervenção em Angola: "neste momento, importa-nos sobretudo ter consciência da dependência (pode dizer-se absoluta) de Cuba da URSS, da influência (relativa) de Cuba na URSS e do avanço de Cuba para o 1º plano da política mundial". Na sua ótica, Cuba era, mais do que qualquer outro país, a cunha soviética no Movimento dos Não Alinhados. [154]

Melo Antunes, refletindo sobre esta luta indireta entre as superpotências, considerava que "era fazer a guerra por cadáveres interpostos".[155]

Falta fazer uma referência, naquela conjuntura, às importantes e sensíveis relações luso-espanholas.

A Espanha, na altura com o General Franco, constituía séria preocupação, pois podia vir a ser um grande problema para Portugal, até porque apoiava o General Spínola que ali tinha procurado refúgio após o 11 de setembro. Melo Antunes fez então uma curta viagem de cinco horas a Madrid, em 10 de junho de 1975, onde dialogou com o seu homólogo, embaixador Pedro Cortina Mauri, para tranquilizar o Governo espanhol sobre a evolução política em Portugal.

Após os graves acontecimentos sucedidos em Lisboa em setembro de 1975, com o assalto ao Consulado e incêndio da Embaixada em Lisboa que se foi juntar ao contencioso já existente pela ocupação de terras a espanhóis no contexto da reforma

[153] AHD-PEA Maço 10 – 1976/1977 e AHD-PEA Maço 29 – 1976.
[154] Para enfatizar o resultado do bom entendimento entre soviéticos e cubanos o embaixador acrescentava: "aí houve de facto uma boa colaboração soviético-cubana. Uma colaboração na divisão do trabalho. Os cubanos davam a carne e os soviéticos o canhão". Idem, *ibidem.*
[155] "Melo Antunes, a Consciência da Revolução", *Público Magazine*, de 9 de janeiro de 1994, p. 21.

agrária, as relações ficaram enormemente afetadas e a ameaça espanhola voltava a pairar. De imediato, Melo Antunes procurou tranquilizar os parceiros ibéricos que, apesar das relações estarem bastante deterioradas, foram comedidos nas reações, tendo-se Portugal responsabilizado por todos os danos morais e materiais ocorridos. Por isso, as relações não tardaram a entrar numa nova fase.

No entender de António José Telo, foram sobretudo a morte do Presidente Franco a 20 de novembro de 1975 e o golpe do 25 de Novembro de 1975 que contiveram a fase política profundamente revolucionária que se vivia em Portugal e que viabilizaram as condições para um relacionamento bem mais consistente entre Portugal e a Espanha.[156] Assim sendo, acabou por ocorrer um encontro em 12 de fevereiro de 1976, entre o ministro Melo Antunes e o seu homólogo espanhol José Maria Areil, na cidade da Guarda, que ficou conhecido como "o Espírito da Guarda"[157] e que relançou as relações bilaterais.[158]

Mas, ao mesmo tempo que o Governo tinha agora uma política externa pragmática, mantinha um discurso de preferência por uma política terceiro-mundista, como confessou o então ministro da Cooperação, Vítor Crespo, justificando ser essa a via mais útil a Portugal e à sua economia, dadas as características e as competências da sua capacidade produtiva.[159]

José Manuel Galvão Teles recordou que "nessa época, os dirigentes do Partido Socialista chamavam a uma política de aproximação com as antigas colónias uma opção terceiro-mundista". Incluía como autores destas afirmações não só Mário Soares, como Medeiros Ferreira. Acrescentou, ainda, que o Partido Socialista tinha "uma política clara de aproximação ao mundo ocidental (…) e um certo desleixo quanto às relações com os países africanos e Timor".[160]

---

[156] António José Telo, *História Contemporânea de Portugal*, vol II, *op. cit.*, p. 191-193.

[157] No espírito deste acontecimento histórico se poderá enquadrar a criação em maio de 2001, por iniciativa do filósofo Eduardo Lourenço, do Centro de Estudos Ibéricos na cidade da Guarda, epicentro pela sua equidistância, de dois grandes polos ibéricos de cultura, Coimbra e Salamanca.

[158] Em resultado deste encontro, mas já sem Melo Antunes nos Negócios Estrangeiros, vai ser assinado, em novembro de 1977, o Tratado de Amizade e Cooperação, atualmente em vigor e que substituiu o Pacto Ibérico de Franco e Salazar. Em 1983, acrescentou-se a este Tratado um Protocolo Adicional, levando à institucionalização das Cimeiras Luso Espanholas.

[159] Entrevista concedida ao autor no Clube Naval em Lisboa a 14/07/2011.

[160] José Manuel Galvão Telles, "A Revolução e a Política Externa", *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático*, II Curso Livre de História Contemporânea, Lisboa,15 a 20 novembro de 1999, Organização Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, coordenação científica de José Medeiros Ferreira, Lisboa, Edições Colibri, Fundação Mário Soares, Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, março de 2001, p. 30.

A grande viragem de Portugal para a Europa foi efetivada a partir de 23 de julho de 1976, com a tomada de posse do 1º Governo Constitucional, em cujo programa constava um novo rumo para a política externa portuguesa, bem diferente do seguido pelo executivo anterior. Com Mário Soares como Primeiro-ministro e Medeiros Ferreira nos Negócios Estrangeiros,[161] a viragem europeísta era uma realidade, a par da assunção da fidelidade à NATO e aos EUA.

Mário Soares contraria a ideia de que o seu Governo tenha rompido totalmente com o Terceiro Mundo:

"ao contrário das teorias segundo as quais a nossa opção europeia era prejudicial a uma maior aproximação ao Terceiro Mundo e a um melhor relacionamento com os países africanos de língua portuguesa, sempre pensei (e continuo a pensar) que foi a opção europeia que nos deu a possibilidade de passarmos a cumprir melhor as nossas responsabilidades em relação a África (…) foi nessa linha de orientação que, muitos anos depois, se veio a constituir a Comunidade de Países de Língua Portuguesa".[162]

Em abono destas afirmações estão os telegramas trocados entre o MNE e o embaixador Costa Lobo, da Representação de Portugal junto da ONU em Nova Iorque, em que o Ministério pretendia averiguar a disponibilidade de vários países africanos, das Caraíbas e do Pacífico, para estabelecer relações diplomáticas, política que tinha sido lançada por Melo Antunes enquanto anterior ministro.[163]

Na ótica da aproximação à Europa, o I Governo Constitucional em 20 de setembro de 1976, afirmava a sua intenção de pedir a adesão à Comunidade Económica Europeia. Para ser admitido à CEE, era requisito necessário pertencer ao Conselho da Europa e Portugal só o podia integrar quando a democracia fosse instalada no país. Esse obstáculo, como já foi referido, foi ultrapassado a 22 desse mês, com as instituições já em pleno funcionamento.

Em fevereiro do ano seguinte, e de novo em março, o Primeiro-ministro Mário Soares e Medeiros Ferreira visitaram as capitais europeias para pedir o apoio à adesão de Portugal às Comunidades. A consolidação democrática e os interesses Europeus em África foram as armas usadas para convencer os europeus das vantagens da adesão

[161] Medeiros Ferreira foi secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros no VI Governo Provisório, sendo ministro Melo Antunes, com o qual teve grandes conflitos por não concordar com a política terceiro-mundista e ser apoiante confesso da opção europeia.

[162] Mário Soares, "Portugal e a opção Europeia: um breve depoimento", *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático, op. cit.*, p. 77.

[163] AHD/IDI, PAA, Processo: 981,8, 1975/78, Telegrama nº 46 da Missão Permanente de Portugal em Nova York, de 28/02/77 e coleção de telegramas recebidos no ano de 1976, Despacho Telegráfico nº 144 de 15/04/76.

portuguesa. Segundo o jornal alemão *Der Spiegel*[164], Mário Soares, numa visita a Bona, ter-se-ia oferecido como medianeiro entre as ex-colónias e a Comunidade Europeia. [165]

Depois deste périplo, o pedido foi finalmente apresentado em Bruxelas, a 28 de março. Mas só um ano depois, a 19 de maio de 1978, a Comissão termina a sua análise com um parecer positivo, iniciando-se as negociações a 17 de outubro, no Luxemburgo, com vista à adesão. O caminho ficava aberto, mas demorou muito a percorrer. Só a 10 de junho de 1985, foi formalmente assinado no Mosteiro dos Jerónimos, o Tratado que abriu a porta a Portugal para que a entrada se consumasse a 1 de janeiro de 1986.

Em novembro desse ano, Portugal foi pela primeira vez eleito membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o que em grande parte se deveu ao apoio que internacionalmente o Governo português passou a granjear.

1.4. As independências, os acordos e suas consequências

Em outubro de 1974, uma Informação de serviço do Ministério dos Negócios Estrangeiros apontava para o facto de Portugal se estar a debater com dois conceitos diferentes na sua ligação aos novos estados.

"A descolonização e a cooperação, conceitos aparentemente de significado antagónico, na medida em que um significa ruptura e o outro uma aproximação. O que se pretende é exactamente superar tal antagonismo e que os dois conceitos se insiram num processo evolutivo que, garantindo a independência do novo Estado, vá, por outro lado, assegurar uma continuidade de interesses e tradições entre este e a antiga Metrópole".[166]

E, mais à frente: "Não são os acordos que constituem a base real da Cooperação. Eles são apenas o instrumento dessa cooperação. A realidade subjacente a tais acordos, essa sim é que a garante e lhe dá conteúdo". No documento, chamava-se ainda a atenção para a existência de dois modelos de concretização dos acordos de cooperação entre a Metrópole e o novo país. Num deles podia-se conceder a independência e negociavam-se depois os acordos de cooperação ou vice-versa; no outro concedia-se a independência ao

[164] *Der Spiegel* de 26/06/78.

[165] Esta tese do trunfo de Angola nas negociações com a CEE, também é avançada pelo jornalista Gunnar Selgärd, do jornal *Aftenposten*, que a Embaixada de Portugal na capital norueguesa afirmava ser especialista em assuntos portugueses. AHD-PAA, 147, 980,944, telegrama da embaixada de Portugal em Oslo, nº 172, nº geral 13819, de 12 de julho de 1978.

[166] AHD-PAA-10, 1974/78, Fernando Reino e Alexandre Lencastre da Veiga, Informação de serviço, 15/10/74.

mesmo tempo que ficava expressa a intenção de levar a cabo a cooperação. Acabou por ser este o modelo aplicado na descolonização portuguesa, rumo à cooperação.

Mas desde o triunfo da revolução até às independências, o percurso foi sinuoso.

Logo no início, começaram a surgir as primeiras dificuldades entre os principais protagonistas político-militares, fruto das diferenças de opinião sobre o destino a dar aos territórios ultramarinos. Em confronto, e como atrás ficou expresso, estavam duas teses antagónicas.

Se os militares triunfantes, através da sua Comissão Coordenadora, não visavam senão a descolonização, com a independência dos territórios através de negociações diretas com os movimentos que combateram pela libertação dos seus povos, Spínola, apoiado na JSN, pretendia conduzir a descolonização segundo o seu ponto de vista, com negociações, apoiadas na força armada, auscultando o sentido das populações. Mas, como referido, algum tempo depois, foi obrigado a ceder.

Desde muito cedo, outra das grandes dúvidas que atravessava o espetro político-militar da altura era se a descolonização devia ser total ou parcial, mas acabou por ser rapidamente desfeita, pelo facto do PAIGC começar por exigir, não só o direito ao reconhecimento da independência da Guiné Bissau, mas também a independência de Cabo Verde. Por arrastamento, abriu-se o caminho para a independência de São Tomé e Príncipe, pese embora o facto de, neste território, como no de Cabo Verde, não ~~t~~er decorrido uma guerra de libertação.

A este propósito, Almeida Santos, que acabou por ser o responsável por estas duas negociações, afirma que "não tinha havido guerra, mas houve a mesma pressão. A hora era das independências. Não havia outra solução. Até porque ao contrário do que se julga, a pressão em São Tomé e em Cabo Verde, foi igual à dos outros".[167]

As Negociações:

Foram Mário Soares, enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros, e Almeida Santos, como ministro da Coordenação Interterritorial, os iniciadores das negociações para as independências dos antigos territórios africanos sobre administração portuguesa. O segundo acompanhou todas as negociações e, como é sabido, deve-se à sua base jurídica o essencial da formulação e redação dos textos. Como chefe da delegação às negociações com os representantes dos movimentos nacionalistas, apenas negociou e

[167] São José Almeida, entrevista Almeida Santos, "Melo Antunes e Almeida e Costa acordam com a Frelimo as bases do futuro Acordo de Lusaca", *Público,* 11 de abril de 2004, p. 14.

aprovou o Tratado de Argel com São Tomé e Príncipe, em 26 de novembro de 1974, e o compromisso de Lisboa com Cabo Verde, em 19 de dezembro de 1974.

Para além do ministro da Coordenação Interterritorial, a competência específica da negociação deveria caber, naturalmente, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, ainda que o seu titular, Mário Soares, apenas tenha levado a cabo as negociações com o PAIGC para a independência da Guiné, concluídas em agosto de 1974. Foi ainda ele que iniciou, em Lusaca, aquela que foi a primeira negociação com Moçambique a 5 de julho de 1974, mas apenas a nível exploratório, e sem mandato negocial para assumir posições vinculativas. As posteriores negociações já não o tiveram como protagonista, embora fizesse parte da delegação que negociou e assinou o Tratado de Lusaca, já sob a liderança do ministro sem Pasta Ernesto Melo Antunes, que entrara no II Governo com a missão de conduzir a descolonização, em particular as negociações com Moçambique e Angola.

Todavia, Almeida Santos e Mário Soares tiveram igualmente um importante papel diplomático, quer ao nível dos contactos bilaterais, formais e até informais, quer nos encontros com os organismos internacionais, onde se fizeram ouvir, para dar a conhecer a nova realidade política em Portugal e obter a aceitação para um regime democrático, que prometia acabar com a guerra e negociar a questão ultramarina.

Almeida Santos tem, sobre estas negociações, uma opinião que merece alguma reflexão, dado que esteve envolvido em todo o processo. Nas suas memórias deixou bem clara a incapacidade dos negociadores civis, em virtude das enormes pressões a que estavam sujeitos, e apontava como principal responsável a "componente militar, liderada pela Comissão Coordenadora do MFA e suas delegações no espaço colonial". [168] Para concluir, dizia:

"Fica assim evidenciado o diminuto grau de influência que, na formação da vontade subjacente aos acordos de descolonização, tiveram os negociadores civis. Nomeadamente, mas não só, o Dr. Mário Soares e eu. Eu ainda pude impor, até certo ponto, a minha vontade no caso dos acordos sobre os territórios de Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Timor. O Dr. Mário Soares nem isso. Relativamente aos acordos com Moçambique e Angola – os mais discutidos e criticados - o nosso papel foi insignificante. Limitámo-nos a aprimorar-lhes a forma e pouco mais". [169]

Mário Soares, que foi ultrapassado por Melo Antunes como negociador, não se revê na forma como foram conduzidas as negociações e chegou a fazer esta subtil afirmação, que é bem o espelho daquilo que pensa: "não assinei os acordos com

[168] António de Almeida Santos, *Quase Memórias do Colonialismo e da Descolonização,1º vol.*,1ª ed., Lisboa, Casa das Letras, 2006, p. 344.
[169] Idem, *ibidem*, p. 343.

Moçambique, mas apenas assisti, após os acordos, ao ato de independência de Moçambique, no Maputo, assim como também não negociei, uma vez que já não era ministro dos Negócios Estrangeiros, a independência de São Tomé e de Cabo Verde".[170]

Vítor Crespo, na entrevista que concedeu ao autor, desmentiu as acusações no respeitante às negociações com Moçambique: "não houve divergências entre ninguém, todos colaborávamos para conseguir o máximo, sem qualquer divergência".[171]

Na mesma linha, outro dos mais influentes "militares de Abril", o Tenente-coronel Vítor Alves, deixou uma crítica velada a alguns dos atores políticos da altura: "estranha-se hoje ver políticos que patrioticamente intervieram no processo de descolonização, procurarem, por todos os meios, o afastamento de um momento que foi também o seu. É altura de dizer que a expressão "descolonização exemplar" não foi inventada por um militar".[172] Ficava óbvio quem era o destinatário. Melo Antunes, de entre todos os militares aquele que mais responsabilidades teve no processo descolonizador, alinhou no mesmo sentido: "eu digo que tenho uma visão comprometida da História, mas isso implica honestidade intelectual para ajuizar os factos, e não adequà-los *à posteriori*, aos nossos interesses e justificações particulares".[173]

Mas, afinal, que visão das negociações tem o principal negociador e chefe da delegação moçambicana às negociações para a independência?

Na entrevista com Joaquim Chissano, na parte respeitante às negociações a que presidia, as suas palavras dão suficiente crédito às afirmações de que não havia sintonia entre os negociadores e que foram os militares que acabaram por impor as suas ideias, mais em sintonia com as da Frelimo:

"Os militares não mostraram nenhuma hesitação quanto à descolonização. Essa questão do governo de transição de 20 anos veio de certos políticos, mas pessoas como o Vítor Alves, Melo Antunes, Otelo Saraiva de Carvalho, estiveram sempre claros quanto ao direito da descolonização (…) tivemos que negociar com os militares separadamente e depois é que voltámos à mesa das negociações com todo aquele aparato".[174]

Não é, pois, difícil perceber que se estava a referir às reuniões iniciais, desde a exploratória de Lusaca, presidida por Mário Soares, depois à que se seguiu em Lusaka, e

[170] Mário Soares, *Mário Soares Memória Viva, op. cit.,* p. 102.
[171] Entrevista concedida ao autor no Clube Naval em Lisboa a 14/07/2011.
[172] Vítor Alves, "Colonialismo e Descolonização*", Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 15/16/17 maio de 1985, pp. 1-9, disponível em: www.ces.uc.pt/rccs/includes/download.php?id=252, consultado em 19/7/2013.
[173] Melo Antunes, "Prólogo", João Paulo Guerra, *Descolonização Portuguesa, O Regresso das Caravelas*, [1ª ed.], *op. cit*., p. 15.
[174] Entrevista concedida ao autor no hotel Pestana em Lisboa em 9/01/2013.

que apenas contou do lado português com os militares Melo Antunes e Almeida e Costa, o que conduziu a ferozes críticas dos outros negociadores civis e do próprio Presidente da República, que se consideraram ultrapassados. Por fim, deve igualmente ter pensado na reunião seguinte, ainda, em Dar es Salam, onde a delegação era composta por políticos e militares, mas cujos trabalhos foram muito criticados pelos políticos presentes, dada a forma como decorreram.

Como se vê, entre os intervenientes civis e militares, ainda hoje não é pacífica a aceitação de responsabilidades.

Analisemos agora, embora sumariamente, como decorreu o processo de independência com cada um dos territórios africanos sob administração colonial portuguesa e o novo tipo de relacionamento bilateral que se seguiu à independência, aproveitando para abordar os acordos que foram concluídos, no período em análise, com uma pequena referência a alguns deles. [175]

Com os três países de menor dimensão territorial, foram concluídos acordos Gerais de Cooperação e Amizade, enquanto com Angola e Moçambique apenas se concluíram Acordos Gerais de Cooperação, mostrando como era difícil ultrapassar, ainda que semanticamente, os resquícios decorrentes de uma longa guerra.

De entre os novos países, aqueles com os quais mais rapidamente foi possível passar das relações políticas, meramente institucionais, para relações de cooperação, foram a República da Guiné, seguida imediatamente por Cabo Verde e logo depois por São Tomé e Príncipe, embora com este último de forma intermitente. Com Moçambique, parecia ir dar-se início a um relacionamento promissor, tendo os dois países negociado um Acordo Geral de Cooperação que se poderá considerar dos mais completos, mas depressa a relação se complicou e acabou por colocar em causa essa cooperação.

Todos estes acordos foram assinados ao longo do ano de 1975, tendo ficado apenas a faltar Angola, dado que o não reconhecimento atempado do Governo do MPLA, por parte de Portugal, pôs em causa este relacionamento desde o início, apenas conhecendo alguma melhoria a partir da Cimeira de Bissau, em 1978, entre os presidentes Ramalho Eanes e Agostinho Neto. Mas, até o Acordo Geral de Cooperação aí assinado, foi o menos extenso e ambicioso de todos os que foram assinados.

[175] A coletânea de todos os acordos que foram concluídos neste período, poderá ser consultada no livro de Jorge Bacelar Gouveia, *Acordos de Cooperação entre Portugal e os Estados Africanos Lusófonos,* 2ª edição revista, Lisboa, Edição da Cooperação Portuguesa e Revista da Cooperação, 1998.

Curioso é o facto de, após tantos anos de guerra, entre todas as áreas da cooperação bilateral entre Portugal e os PALOP, uma das que mais facilmente se institucionalizou e com excelentes resultados que ainda hoje largamente perduram, foi a da Cooperação Técnico-Militar. Começou logo com a Guiné, estendeu-se a Moçambique e depois a Angola. Inimigos na guerra, aliados na paz, com admiração e respeito mútuo.

As negociações com a Guiné

O PAIGC foi formado em 1956 por estudantes de Cabo Verde e da Guiné que tinham passado pela Casa de Estudantes do Império, onde tinha sido criado em 1951 o Centro de Estudos Africanos, verdadeiro alfobre do despertar das consciências independentistas.

Inicialmente tentaram, por meios pacíficos, atingir os seus objetivos, mas o "massacre de Pidjiguiti", contra os estivadores negros no porto de Bissau em agosto de 1959, veio acirrar os ânimos contra a colonização portuguesa e mostrar ao PAIGC que a via pacífica não atingiria o seu objetivo libertador. Apesar de tal situação, ainda tentaram negociar com o regime, mas como nada conseguiram, no dia 23 de janeiro de 1963 iniciaram a luta armada que se prolongou até 1974.

A negociação do Acordo para a Independência da Guiné-Bissau não foi fácil.

Em primeiro lugar, porque entre maio e julho de 1974, existia em Portugal uma grande indefinição sobre a descolonização. Depois, estava o facto de o antigo Governador e Comandante-chefe das Forças Armadas na Guiné ser, na altura, o homem que tinha nas suas mãos a decisão sobre a independência, o que era no mínimo constrangedor para ele. Por outro lado, era preciso não esquecer que o PAIGC já tinha declarado a independência unilateral, em 24 de setembro de 1973, em Madina do Boé. Após o 25 de Abril já eram mais de oitenta os Estados que a reconheciam, *de jure,* mais do que aqueles que mantinham relações com Portugal. E por fim, porque o PAIGC se preparava para em breve solicitar à Assembleia Geral das Nações Unidas o pedido de admissão como novo Estado, o que representaria um enorme revés político para Portugal.

Entretanto, tinham surgido no território, fruto da abertura manifestada pela JSN a favor de uma consulta às populações locais, alguns grupos políticos, que aceitaram o princípio e se apresentaram, a saber:

Frente de Libertação Nacional da Guiné, (FLING) sedeados em Dacar e que desde 1964 não mais tinham combatido Portugal;

Frente Unida para a Libertação, (FUL), dissidente do PAIGC;

Liga Popular dos Guinéus, (LPG);

Movimento Democrático da Guiné, (MDG.).

Apenas a Comissão da Juventude para a União e Progresso dos Povos, (CJUPP), que não concordou com o princípio da consulta às populações, se manifestou abertamente na capital contra a decisão e pela entrega direta do poder ao PAIGC.

O Presidente da JSN, General Spínola, dada a empatia criada com o Presidente Senghor, procura o seu apoio para conseguir o cessar – fogo com o PAIGC, e enviou ao seu encontro, em Paris, os seus representantes de confiança, o Tenente-coronel Carlos Fabião e o futuro embaixador Nunes Barata, mas sem qualquer sucesso.

Todavia, como a paz era um objetivo inadiável e prioritário, o Governo português, pressionado interna e externamente, teve de negociar diretamente e apenas com quem combatia. Logo após a tomada de posse do I Governo Provisório, Mário Soares manteve uma reunião com os representantes do PAIGC, em Dakar, sob os auspícios de Senghor. Esse encontro que decorreu a 16 de maio acabou por ser proveitoso, tendo conseguido um cessar-fogo de facto, mas não *de jure*, o que foi suficiente para se poder manter na Guiné uma situação mais calma do que nos outros territórios.

Ficavam claras as diferenças que separavam as duas partes, que se agravaram em Londres, a 25 de maio, num novo encontro entre Mário Soares e o comandante Pedro Pires, pelo PAIGC, e depois a 13 de junho, em Argel, devido às dificuldades impostas por Spínola, que desejava uma rápida negociação, julgando poder protelar e negociar, apoiado numas forças armadas que, ilusoriamente, controlariam o território.

Entretanto, decorriam contactos não oficiais com o PAIGC. A 1 de julho, surgiu a decisão, tomada pela Assembleia do MFA na Guiné, de reconhecer o PAIGC como único representante do povo guineense, a quem deveria ser transmitido o poder, retomando rapidamente as negociações que se encontravam suspensas e reconhecendo, sem mais, a independência da Guiné. Desta forma, merece destaque, o papel desempenhado pelo novo governador e Comandante-chefe do território, Brigadeiro Carlos Fabião, escolhido pelo Presidente entre os seus mais próximos, e que, afinal, também apoiou uma descolonização completa e rápida a favor do PAIGC.

A 15 de julho, à revelia do Presidente Spínola, as autoridades militares portuguesas, chefiadas por Carlos Fabião, acordaram um cessar-fogo completo no interior do território.

Ficava cada vez mais difícil a ideia de Spínola em auscultar a vontade da população, enquanto os simpatizantes do PAIGC tomavam cada vez mais consciência da vitória.

Entretanto, a publicação da chamada "Lei da Descolonização" e a vinda a Portugal do secretário-geral da ONU abriram a porta da retoma das negociações, o que levou a que, no dia 9 de agosto, se celebrasse em Argel um Protocolo de Acordo, onde se assumiu a intenção portuguesa de reconhecer *de jure* a independência da Guiné e o direito do povo cabo-verdiano à autodeterminação e independência.

Finalmente, e de novo em Argel, a 26 de agosto de 1974,[176] foi celebrado o Acordo para a Independência, apenas com o movimento que combateu contra Portugal, na qualidade de representante do povo da Guiné Bissau, em conformidade com a pressão internacional. A data estabelecida para a independência, foi fixada para 10 de setembro.

Ficava finalmente formalizado o cessar-fogo *de jure*, e era igualmente reconhecido por Portugal o direito do povo de Cabo Verde à autodeterminação e à sua independência. Nos termos deste acordo, considerava-se que esta independência era condição necessária para o bom relacionamento entre Portugal e a Guiné.

Portugal conseguia algo pelo que se tinha batido: a separação do processo guineense do de Cabo Verde.

A composição das duas delegações que negociaram a primeira descolonização do Império português em África, foi a seguinte:

Pela parte guineense:

Comandante Pedro Pires que chefiava, Comandante Umarú Djalo, Comandante Lúcio Soares, José Araújo, Otto Schacht e ainda o embaixador Luís Oliveira Sanca.

Pela parte portuguesa:

Mário Soares que chefiava, enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros, António de Almeida Santos, ministro da Coordenação Interterritorial, Capitão-de-mar e guerra Vicente Almeida d´Eça, Major de infantaria Hugo Manuel Rodrigues Santos.

Segundo o artigo 4º do acordo, ficou, desde logo, previsto o estabelecimento de relações de cooperação nos domínios económico, financeiro, cultural e técnico.

Juntamente com este acordo, foi negociado um anexo que se destinava a regular a coexistência entre as forças portuguesas e guineenses no território, entre o cessar-fogo e a saída das mesmas, que ficou aprazada para 31 de outubro de 1974.

No caso específico desta negociação com a Guiné, ficou decidido pagar os vencimentos até ao final desse ano de 1974 aos guineenses que tivessem servido nas Forças Armadas portuguesas e que viessem a ser dispensados. Portugal comprometeu-se

[176] D. G., 1ª S., Supl., nº 202 de 30 de agosto de 1974.

também em ficar a pagar pensões de reforma, de invalidez e de sangue aos guineenses que a elas tivessem direito.

O ex-Presidente Ramalho Eanes fez uma análise retrospetiva do acordo: "Deveríamos ter sido nós a mobilizar meios para desmobilizarmos as forças armadas. Nós tínhamos meios. E ainda por cima um exército de homens que não sabia fazer mais nada, tinham andado com a espingarda nas mãos desde sempre e a espingarda era, para eles, tudo (…) portanto, o que se deveria ter feito, eles, nós, era um processo de desmobilização, de indemnização e de requalificação desta gente. Os grandes chefes, eles eram graduados em Tenentes-coronéis, ou Coronéis ou não sei quê, tinham pensão de reforma e cortava-se a ligação deles com a hierarquia militar e a todos os outros se davam meios e se fazia uma requalificação e se atribuíam, eventualmente, cargos, de tal maneira que eles pudessem ter uma outra atividade. E assim não estariam disponíveis para qualquer ação, por estarem ativos ou estarem ameaçados com a desmobilização, entrar num golpe".[177]

Depois do entendimento, faltava a nomeação de embaixadores nos dois países, para que as relações diplomáticas se materializassem e se pudesse dar início a um verdadeiro relacionamento Estado a Estado, embora já tivesse sido colocado um diplomata em Bissau, desde setembro de 1974, Pedro Ribeiro de Meneses, com o objetivo de preparar a futura estrutura de Missão. O referido diplomata ficou como encarregado de negócios, até à chegada, em 19 de novembro, do primeiro embaixador português acreditado numa ex-colónia, João de Sá Coutinho, que ali exerceu funções durante mais de dois anos.

A Guiné-Bissau, por seu lado, designou Cândido Gomes Monteiro como encarregado de negócios. Se inicialmente, colocara como representante na capital portuguesa um encarregado de negócios, em 1975 foi designado Júlio Semedo para primeiro embaixador em Lisboa, cujo *agrément* tinha sido concedido pelo Governo português a 9 de dezembro de 1974. Foi depois substituído, em 1979, pelo embaixador Filinto Elísio João José de Barros.

Tal como previsto no Acordo de Independência, foi negociado e posteriormente aprovado, a 11 de junho de 1975, o Acordo Geral de Cooperação e Amizade. [178] Era o primeiro acordo celebrado entre Portugal e uma sua antiga colónia, e uma forma especial de os governantes de então mostrarem que desejavam mais do que uma cooperação ao nível das relações bilaterais.

No documento ficaram desenhadas, no artigo 1º, as várias áreas de uma futura cooperação, enquanto o artigo 2º formalizava a vontade de celebração de um acordo cultural para difusão da cultura e da língua comum, o facto elucidativo da escolha

[177] Entrevista concedida ao autor no seu Gabinete em Lisboa em 17/07/2013.
[178] Publicado no D. G., 1ª S., nº 22 de 27 de janeiro de 1976. Entrou em vigor com a troca dos instrumentos de ratificação no D. R., 1ª S., nº 161 de 14 de julho de 1977.

efetuada pelas novas autoridades. No fundo, este acordo serviu de guia orientador para outros que se seguiram.

As dificuldades económicas e financeiras com que a Guiné Bissau se deparou logo no primeiro ano foram terríveis, quer pela escassez de provimentos quer pela própria impreparação para lidar com as questões financeiras dos novos dirigentes, que os levou a tomar decisões políticas altamente danosas para as finanças públicas. Em meados de junho de 1975, face às dificuldades crescentes, foi assinado o Acordo de Empréstimo, sob a forma de Crédito Ligado, a conceder pelo Governo português para ajudar no fornecimento de mercadorias com origem portuguesa.[179]

Em conformidade com o previsto no nº 2, do artigo 1º, do referido Acordo Geral de Cooperação e Amizade, foi assinado um acordo em Lisboa, a 22 de junho de 1975, com a designação de Acordo de Cooperação Científica e Técnica,[180] visando o desenvolvimento das áreas económica, cultural e social. O primeiro capítulo referia-se às ações de cooperação, prevendo, por exemplo, a institucionalização do envio de docentes portugueses para a Guiné e de missões de cooperação científica e técnica e, em sentido inverso, oferecia a possibilidade de "facultar amplamente" as portas dos estabelecimentos de ensino e de formação profissional "aos candidatos que lhe forem indicados pelo Estado da Guiné Bissau", bem como receber igualmente guineenses para estágios profissionais em organismos públicos ou privados. No segundo capítulo, definia-se, desde logo, entre as partes, os deveres e direitos dos cooperantes e a responsabilidade dos Estados perante estes cidadãos. Para acompanhar a evolução da cooperação e definir a programação do ano seguinte foi criada uma Comissão Mista, que iria reunir anualmente, de forma alternada, num e no outro país.[181]

Ainda na mesma data, foi assinado um outro acordo de grande importância, agora relativo a serviços aéreos, para manter as ligações abertas e facilitar a circulação de pessoas e de mercadorias.[182]

---

[179] Publicado no D. G., 1ª S., nº 22, de 27 de janeiro de 1976. Note-se que a Argélia foi igualmente muito importante no apoio prestado neste âmbito.
[180] Publicado no D. G., 1ª S., nº 22 de 27 de janeiro de 1976.
[181] Em 1 de junho de 1977, foi celebrado o Protocolo Adicional nº 1 ao Acordo de Cooperação Científica e Técnica que tinha "em vista facilitar a interpretação e aplicação do Acordo". Foi publicado no D. R., 1ª S., nº193, de 22 de agosto de 1977. E tendo presente a necessidade de facilitar e regulamentar as missões de cooperação militar que decorriam desde o pós-independência, foi decidido criar missões militares, integradas nas respetivas Embaixadas. A assinatura do Protocolo Adicional nº 2 ao citado acordo, foi realizada em 19 de fevereiro de 1979 e o texto publicado no D.R., 1ª S., nº 183 de 8 de agosto de 1984. E ainda surgiria um 3º Protocolo no D.R., 1ª S.-A, nº 17, de 21 de janeiro de 1991.
[182] Publicado no D. G.,1ª S., nº 22 de 27 de janeiro de 1976.

Depois da ultrapassagem de alguns problemas, entretanto surgidos, no relacionamento entre ambos, retomaram-se as negociações e chegou-se a 21 de junho de 1976, a um Acordo Especial sobre Funcionários, relativo aos pensionistas da função pública que tinham trabalhado na Guiné,[183] e a outro relativo às Instituições de Previdência, para garantir a manutenção das pensões aos beneficiários das Caixas Mútuas, como a Caixa de Previdência dos Funcionários Públicos, Caixa de Auxílio dos Correios e Telecomunicações e do Montepio das Alfândegas,[184] e ainda um Acordo Especial relativo às pensões devidas por serviços prestados às Forças Armadas Portuguesas.[185]

Ainda no mesmo dia 21 de junho, foi assinado o Acordo Especial Regulador do Estatuto de Pessoas e Regime dos seus Bens,[186] que apesar de alguns problemas que tinham surgido e que lesaram os interesses portugueses, acabou por permitir negociar a contento das partes, sem os traumas que ocorreram, sobretudo em Moçambique e Angola, e até em São Tomé e Príncipe.

Importa ainda referir o Acordo sobre a Transferência do Departamento do Banco Nacional Ultramarino na Guiné Bissau, também assinado nessa data, para regulamentar a transferência dos ativos e passivos deste banco emissor português na antiga colónia, sucedendo-lhe o Banco Nacional da Guiné Bissau "em todos os direitos e obrigações que se integram na esfera jurídica do Departamento do Banco Nacional Ultramarino na Guiné Bissau". Ficava previsto, neste acordo, a possibilidade de Portugal prestar toda a assistência técnica necessária, se para tal fosse solicitado, incluindo o envio de cooperantes.[187]

Seguiu-se outro acordo relativo aos Créditos do Banco de Fomento Nacional na Guiné Bissau.[188] Nessa mesma data foi celebrado o Acordo Especial Relativo aos Interesses Empresariais, onde se garantia que o Governo guineense não pretendia, na altura, proceder a qualquer nacionalização, mas, caso tal ocorresse, seria objeto de "uma justa indemnização. Por outro lado, relativamente à Cicer, Casa Gouveia e Sacor-Cidla,

[183] Publicado no D. R., 1ª S., nº 3 de 5 de janeiro de 1977.
[184] Publicado no D. R., 1ª S., nº6 de 8 de janeiro de 1977. Foi possível negociar aqui o que nem Angola nem Moçambique admitiram e que lesou milhares de cidadãos portugueses, que foram obrigados a inscreverem-se nestes sistemas mútuos, quando empregados nas colónias e, depois das independências, ficaram sem o dinheiro que descontaram quando os Montepios foram nacionalizados.
[185] Publicado no D. R., 1ª S., nº 5 de 7 de janeiro de 1977.
[186] Publicado no D. R., 1ª S., nº 5 de 7 de janeiro de 1977.
[187] Publicado no D. R., 1ª S., nº 7 de 10 de janeiro de 1977.
[188] Publicado no D. R., 1ª S., nº 3 de 5 de janeiro de 1977.

em face da importância e dimensão das Empresas estabeleceram princípios de entendimento".[189]

Todos estes acordos, assinados no mesmo dia, resultaram afinal do êxito conversações entre Portugal e a Guiné Bissau, que decorreram entre 9 e 21 de junho de 1976.

A 14 de janeiro de 1977 procedeu-se a um Acordo Especial para a aplicação da Tarifa Postal Interna aos objetos da Correspondência a Permutar.[190] Surgiu ainda outro Acordo Especial relativo aos Objetos Contra Reembolso a Permutar,[191] e o Acordo Especial para a Permuta de Encomendas Postais[192] todos cobertos pelo Acordo de Cooperação no Domínio dos Serviços Postais e de Telecomunicações.[193]Baseado neste, surgiu ainda o Acordo Especial sobre Telecomunicações.[194]

Face à importância das pescas para a economia guineense e igualmente para a frota pesqueira portuguesa, foi celebrado a 20 de maio de 1977 o Acordo de Cooperação no Domínio da Pesca que, para além dos interesses económicos subjacentes, permitia incentivar a cooperação científica e técnica ligada a esta área em variados domínios de entre os quais se poderia destacar a concessão de bolsas de estudo para cursos ou estágios a realizar em Portugal.[195]

Ainda ligado ao mar, foi assinado a 27 de maio o Acordo de Cooperação nos Domínios do Desenvolvimento Marítimo, Cartografia e Segurança da Navegação.[196]

Entretanto, com base nos "princípios informadores do Acordo de Cooperação Científica e Técnica", foi a 15 de julho de 1977, celebrado o Acordo nº 1 de Cooperação para Financiamento de Ações no Domínio do Ensino[197], por ter sido necessário assegurar os pagamentos da parte guineense na ação relativa ao ensino escolar do ano de 1975-1976.

Pelas mesmas razões, mas agora para assegurar os pagamentos da ação relativa ao ano escolar 1976-1977, foi celebrado o Acordo nº2 de Cooperação para Financiamento de Ações no Domínio do Ensino.[198]

---

[189] Publicado no D. R., 1ª S., nº 8 de 11 de janeiro de 1977.
[190] Publicado no D. R., 1ª S., nº 91 de 19 de abril de 1977.
[191] Publicado no D. R., 1ª S., nº 92 de 20 de abril de 1977.
[192] Publicado no D. R., 1ª S., nº 96 de 26 de abril de 1977.
[193] Publicado no D. R., 1ª S., nº 94 de 22 de abril de 1977.
[194] Publicado no D. R., 1ª S., nº 96 de 26 de abril de 1977.
[195] Publicado no D. R., 1ª S., nº 195 de 24 de agosto de 1977.
[196] Publicado no D. R., 1ª S., nº 288 de 15 de dezembro de 1977.
[197] Publicado no D. R., 1ª S., nº 250 de 30 de outubro de 1978.
[198] Publicado no D. R., 1ª S., nº 251 de 31 de outubro de 1978.

Todavia, foi a 13 de janeiro de 1978 que os dois países celebraram um dos acordos com mais impacto na vida das pessoas, no domínio da Saúde.[199] Era uma questão que, desde o início, se tornou um dos maiores problemas para as autoridades resolverem. Os médicos portugueses regressaram ao seu país e foram poucos os que lá quiseram ficar. Este acordo permitia, daí em diante, a "formação de técnicos médicos ou de técnicos auxiliares de medicina, quer no domínio da medicina hospitalar, quer no domínio da saúde pública", os quais podiam, inclusivamente, fazer cursos intensivos nesta área, quer em Portugal quer na Guiné. A formação de médicos era enquadrada na oferta de bolsas anuais, em várias áreas, incluindo a da medicina, para a frequência de estabelecimentos do ensino superior em Portugal. Ficava ainda aberta a possibilidade de colaboração nos programas de saúde pública, se para tal fossem solicitados. A principal questão contemplada, dadas as enormes carências hospitalares da Guiné, era a da possibilidade de o Estado Português assegurar o tratamento, até ao limite anual de quinze doentes evacuados para Portugal.

Nessa data, foi também celebrado o acordo relativo à Cooperação e Assistência Técnica no Domínio da Aviação Civil[200], muito necessário ao normal funcionamento dos Serviços da Aviação Civil na Guiné, como reconheciam aquelas autoridades; essa cooperação ia desde o apoio à manutenção, formação e treino e assessoria técnica.

Em conformidade com o previsto nos Acordos Gerais de Cooperação e Amizade, e no de Cooperação Científica e Técnica, foi assinado, ainda a 13 de janeiro de 1978,[201] o Acordo de Cooperação nos Domínios do Ensino e da Formação Profissional, para dar um enquadramento mais apropriado ao acesso aos guineenses a "estabelecimentos portugueses de ensino e de formação profissional, bem como a estágios profissionais em organismos públicos e privados". Para este fim, o Estado português passava a ter agora um acordo específico para continuar a oferecer bolsas de estudo para a frequência de estabelecimentos de ensino superior, médio ou secundário, ou ainda para Estágios de formação profissional.

O referido diploma dispunha que, anualmente, o Estado guineense solicitasse o pedido de bolsas, com a indicação dos cursos, especialidades ou estágios pretendidos e Portugal avaliasse as suas capacidades, respondendo com o número de ofertas de bolsas possíveis e em conformidade com os cursos solicitados.

[199] Publicado no D. R., 1ª S., nº 89 de 17 de abril de 1978.
[200] Publicado no D. R., 1ª S., nº 91 de 19 de abril de 1978.
[201] Publicado no D. R., 1ª S., nº 90 de 18 de abril de 1978.

Posteriormente, cabia à Guiné fornecer a relação nominal dos candidatos pré-selecionados para os cursos pretendidos, e enviar a documentação necessária para organizar os processos de candidatura. Por fim, o Estado português informava a lista dos candidatos selecionados.

O diploma regulava ainda os benefícios a atribuir aos bolseiros, mas igualmente os deveres que se obrigavam a cumprir.

O processo decorria sempre através das Embaixadas, e em Portugal era acompanhado pelo Gabinete Coordenador da Cooperação, em concertação com os ministérios sectoriais responsáveis.

Adotava-se, deste modo, um modelo, aperfeiçoado ao longo dos anos, que apontava na área do ensino e formação profissional, não apenas com a Guiné, mas também, como adiante se verá, com todos os outros países de língua portuguesa. Foi neste setor, do ensino e formação profissional que, seguramente, durante décadas, Portugal mais investiu, como forma de ajudar a ultrapassar as carências técnico-científicas dos jovens países, mas igualmente porque era, e continua a ser, uma das áreas com maior retorno a vários níveis.

Na mesma data, procedeu-se também à assinatura do Acordo Comercial,[202] que ia permitir o estreitamento das relações comerciais, numa altura em que a Guiné-Bissau tinha grandes dificuldades no abastecimento.

Resta falar do Acordo Cultural[203], previsto logo no Acordo de Cooperação e Amizade, foi assinado nesse mesmo dia, e previa "incentivar o intercâmbio cultural, artístico, científico e desportivo entre ambos os povos, assim como a difusão da língua portuguesa". Foi depois complementado com o Protocolo Adicional ao Acordo Cultural, assinado a 13 de maio de 1980.[204]

Face à urgente necessidade reconhecida pela Guiné de proceder ao planeamento global do tráfego marítimo e fluvial e elaboração de projetos e obras, celebrou-se a 21 de agosto de 1978, entre os dois países, um acordo relativo à cooperação no domínio dos Portos.

O ano de 1978 foi um momento de não retorno nas relações bilaterais entre Portugal e a Guiné-Bissau. Começou com a visita a Portugal do Presidente Luís Cabral, em janeiro desse ano. Foi graças ao Presidente Cabral que se tornou possível o encontro

[202] Publicado no D. R., 1ª S., nº 151 de 4 de julho de 1978.
[203] Publicado no D. R., 1ª S., nº 298, 2º Supl., de 28 de dezembro de 1979.
[204] Publicado no D. R., 1º S., nº 297, Supl., de 5 de fevereiro de 1981.

em Bissau que iria mudar as relações entre Angola e Portugal, facto do qual a Guiné acabaria por retirar naturais dividendos.

No ano seguinte, mais concretamente a 24 de fevereiro, foi celebrado o importante Acordo de Cooperação Consular,[205] para proteção dos interesses dos dois países e respetivos cidadãos, e ligado, a este assinou-se o Acordo sobre Migração.[206]

Ainda nessa mesma data, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica e de Intercâmbio no Domínio da Comunicação Social[207], de forma a melhorar este setor, inclusivamente ao nível da formação profissional.

Finalmente, a 13 de maio de 1980, foi formalizado o Acordo Especial de Cooperação no Domínio da Assistência aos Diminuídos de Guerra[208], guineenses que haviam combatido no exército colonial português, a quem era preciso reintegrar e dar assistência. Desta forma, colocava-se um ponto final no compromisso que o Governo português havia assumido no Acordo de Argel, em 1974, e que ainda não havia cumprido.

Não se pense que todo este acervo resultou de um fácil entendimento. Muito do que aqui fica expresso, resulta, também, das negociações levadas a cabo nas várias rondas relativas ao contencioso que houve que discutir e que no ponto seguinte se irá analisar. Essas rondas não foram fáceis, dado que alguns dos seus elementos estavam mais preparados para debater questões de natureza política do que de ordem técnica.

As negociações com Moçambique

As negociações entre Portugal e a Frelimo constituíram um autêntico enredo que ainda hoje, passados tantos anos, alimentam discussão à volta da matéria. Enquanto se arrastavam as negociações com a Guiné, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, que para o efeito se deslocara a Londres, encontrou naquela cidade Kenneth Kaunda, Presidente da Zâmbia; graças à sua intermediação, ficou aprazado para Lusaca um encontro com o líder da Frelimo. Com o acordo do Presidente Spínola, realizou-se na capital zambiana o primeiro encontro entre os representantes do Governo português e os da Frelimo, nos dias 5 e 6 de junho, com a presença do próprio líder Samora Machel, o qual não passou de um encontro exploratório, que apenas serviu para os intervenientes se conhecerem e perceberem que as suas posições, na altura, eram inconciliáveis.

[205] Publicado no D. R., 1ª S., nº 204 de 5 de setembro de 1981.
[206] Publicado no D. R., 1ª S., nº 204 de 5 de setembro de 1981.
[207] Publicado no D. R., 1ª S., nº 203 de 4 de setembro de 1981.
[208] Publicado no D. R., 1ª S., nº 148 de 1 de julho de 1981.

Fizeram parte da delegação portuguesa, para além do ministro dos Negócios Estrangeiros, Manuel Sá Machado, do MNE, o Tenente-coronel Nuno Lousada, em representação da delegação do MFA de Moçambique, e o Major Otelo Saraiva de Carvalho, em representação do MFA. As orientações que levavam iam no sentido de abordarem a possibilidade de se negociar rapidamente um cessar-fogo e, posteriormente, iniciar negociações com vista à autodeterminação, num período alargado de tempo que, segundo Joaquim Chissano, apontava inicialmente para um horizonte de 20 anos.

Otelo Saraiva de Carvalho, em plena reunião, e ao arrepio das orientações que lhes tinham sido expressas pelo presidente Spínola, manifestou-se no sentido de deixarem de falar em cessar-fogo, uma vez que a guerra estava perdida, e passarem a falar de independência.

Esta manifestação pessoal perturbou o encontro, mas era reveladora do sentimento do núcleo duro do MFA, que aquele "militar de Abril" representava.

Em Moçambique, à semelhança dos outros territórios, surgiram grupos políticos que se afirmavam como alternativa à Frelimo. Entre eles, e com alguma força, estavam a Frente Integracionista de Continuidade Ocidental (FICO), movimento de colonos brancos, a Frente Unida de Moçambique, (FUMO) constituída por dissidentes da Frelimo e o Grupo de Unidade de Moçambique (GUMO), liderado pela moçambicana Joana Simeão e por Máximo Dias e que muitos acusavam de ser apoiado pelos brancos separatistas.

Mais tarde, aquela dirigente acabou presa pela Frelimo e, segundo um Relatório confidencial, "confessou ter mantido contatos com o ex-Presidente Spínola antes da sua demissão e regressara a Moçambique com o seu apoio para organizar um movimento nacionalista que constituísse uma alternativa para a Frelimo".[209]

No entanto, Samora Machel não transigia quanto ao reconhecimento da Frelimo como único representante do povo Moçambicano e no direito à independência, sem o que não haveria cessar-fogo. Daqui resultou, logo à partida, um extremar de posições que só vieram acirrar ainda mais as ações da Frelimo contra o exército português, já, então, remetido à defensiva e à salvaguarda das populações, por ordem do chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, General Costa Gomes.

No fundo a Frelimo usava a tática recomendada pela OUA aos movimentos, que consistia em adotar uma política enérgica contra Portugal para o obrigar a ceder.

---

[209] José Manuel Duarte de Jesus, *Os Relatórios Confidenciais da II Repartição do Estado Maior do Exército para o CEMGFA*, relatório confidencial, nº 115 de 22 e 23 de abril de 1975, *op. cit.*, p.171.

Entretanto, foi decidido que, apenas, perante razões objetivas se voltaria às negociações, mas os contactos políticos, apesar desse insucesso inicial em Lusaca, não tinham parado e, oficiosamente, os encontros mantinham-se.

Almeida Santos e Melo Antunes, na altura membros do II Governo Provisório, acompanhados de Vítor da Cunha Rego, representante do ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares e seu chefe de gabinete, tiveram um encontro, em Amesterdão, a 20 de julho de 1974, com o dirigente da Frelimo Óscar Monteiro, antigo estudante goês, proveniente de Moçambique e um dos que passaram pela Casa dos Estudantes do Império.

Não se tem valorizado este encontro como merece, eventualmente por falta de informações sobre o mesmo, mas o que ali foi dito é pertinente para este estudo. Para tal, importa conhecer outra visão para além da dos dois negociadores presentes e que consta do relatório elaborado pelo gabinete do MNE, pressupostamente da autoria de Cunha Rego.[210]

Almeida Santos, segundo o que é relatado neste documento, revelou que o encontro se destinou a divulgar as últimas ocorrências em Portugal, designadamente a nova Lei 6/74[211] que, segundo afirmou, "interpretava o ponto número 8 da Lei B do Programa das Forças Armadas" e a remodelação ministerial recentemente acontecida no país. Estes dois factos, no entender de Almeida Santos, abriam novas perspetivas ao processo de descolonização.

Óscar Monteiro, segundo o mesmo relatório, deu a conhecer a nova posição da Frelimo e que se revelava contrária à intransigência manifestada no encontro exploratório de 5 de junho, em Lusaka, entre Soares e Machel.[212] Na sua nova postura, a Frelimo sublinhava que a "aceitação exigida do princípio da independência, não implicava exigências quanto à discussão imediata dos mecanismos e do calendário para a efetivação dessa independência". Mas esta cedência era acompanhada por uma exigência já conhecida: a Frelimo só negociaria se fosse considerada a única organização política representativa da emancipação de Moçambique. Almeida Santos garantiu-lhe, então, que "o Governo português aceitava desde já no plano de facto essa representatividade", mas

[210] AHD, PAA 66, Processo 945 Moçambique Independência 1974/ 78, [s.a.], Apontamento do Gabinete do Ministro, 22/07/74.
[211] Publicado no D. G., 1ª S., nº 161 de 12 de julho de 1974.
[212] Na entrevista concedida ao autor pelo antigo chefe de Estado moçambicano e membro destacado da delegação da Frelimo às negociações com Portugal, Joaquim Chissano foi referido que, no encontro de Lusaka, os negociadores políticos portugueses tinham proposto, como já foi referido, uma transição de 20 anos e que, como tática de negociação, a Frelimo propôs três anos, mas dando a entender que nem eles nem os militares portugueses nunca comungaram dessa ideia.

importava negociar a legitimidade jurídica e, por isso, propôs a realização de um referendo que lhe aportaria essa legitimidade e que, no seu entender, a Frelimo não deixaria de ganhar. Todavia, acrescentou que o Governo português estava aberto a todas as propostas e adiantou várias hipóteses para esta analisar.

Almeida Santos avançou, ainda, uma informação de caráter económico que referia estarem previstos vários projetos de investimento, desde uma fábrica de alumínio, à extração de carvão, siderúrgicos e açucareiros, mas isso exigia um acordo rápido entre a Frelimo e o Governo português, até para tranquilizar a população de raiz europeia e, porque "não via utilidade para a Frelimo no êxodo de técnicos portugueses".

Óscar Monteiro reforçou que, uma vez reconhecido, por Portugal, o direito inequívoco à independência e, sendo a Frelimo o único movimento moçambicano presente nas negociações, não seriam exigidas datas para a transferência do poder. Acrescentou que não punha em causa a vontade e a sinceridade das pessoas que personificavam o 25 de Abril, mas não podiam deixar de temer os neocolonialistas. Cunha Rego tranquilizou-o dizendo que o Primeiro-ministro Vasco Gonçalves já tinha manifestado o seu repúdio por qualquer tentativa dessa natureza. Melo Antunes interveio, dizendo que se houvesse uma ameaça externa de invasão a Moçambique (aludia, certamente, à Rodésia ou à África do Sul) as tropas portuguesas estariam ao lado da Frelimo.

Monteiro terminou garantindo que se Portugal cumprir aqueles dois requisitos "as outras questões serão fáceis de resolver". Em nome do ministro dos Negócios Estrangeiros, Cunha Rego solicitou que fossem propostas datas e locais para futuros contactos e discussão dos problemas comuns. Óscar Monteiro, não se comprometendo, assegurou que conduziria o pedido para a direção da Frelimo decidir.

Desta reunião podem extrair-se as seguintes evidências:

-Mário Soares destacou-se pela sua ausência. Fez-se representar pelo seu chefe de gabinete, depois de lhe ser retirado o pelouro da descolonização, entregue ao novo ministro Melo Antunes.

-A participação, "aparentemente" secundária, de Melo Antunes, futuro homem forte do processo descolonizador, atitude que permitiu a Almeida Santos liderar este encontro. Este último usou, com sucesso, nas negociações posteriores para as independências de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde, a mesma estratégia que consistia em convencer os interlocutores de que só um referendo daria uma legitimidade incontestada, sem lugar para dúvidas quanto à vitória. Assinala-se que a Frelimo não aceitou esta sugestão,

mantendo-se firme na exigência do direito à independência e de ser reconhecido como o único interlocutor nas negociações com Portugal. Quanto às questões do calendário e dos mecanismos para a efetivação da independência, que supunha uma cedência por parte desta organização, acabaram por não estar plasmadas nas negociações oficiais.

Uma semana depois deste encontro, é publicada, em Portugal, a Lei nº 7/74 que abre portas à descolonização e ao recomeço oficial das negociações, agora com perspetivas bem mais promissoras para os interesses emancipalistas das colónias.

Neste contexto negocial, em que o secretismo ainda imperava, importa referir outro goês no exílio, Aquino de Bragança,[213] que, no pós-revolução, se tinha deslocado a Portugal como jornalista do *Jeune Áfrique*, e que, como revelou Joaquim Chissano na entrevista, fora um informador privilegiado da Frelimo sobre o que se passava em Portugal e o papel dos militares que eram, naquela altura, quem mandava em Portugal. Aquino veio a ter um papel importante no futuro das negociações, pelas boas relações que mantinha com os dois lados.[214] Foi ele que propiciou um novo encontro que pretenderam que fosse secreto, envolvendo o Major Melo Antunes, na altura responsável pelo processo descolonizador português, acompanhado apenas pelo Comandante Almeida e Costa, recentemente chegado de Moçambique.

Deslocaram-se a Dar es Salam, onde, a 31 de julho de 1974, se encontraram com Samora Machel[215], com a mediação do Presidente tanzaniano Julius Nyerere. Ali terão negociado com uma Frelimo inflexível nas suas exigências, as linhas gerais de um futuro acordo, mas que alguns consideram ter sido já um pré-acordo.[216] Almeida Santos considera que "houve uma pré-negociação por ele [Melo Antunes] levada a efeito que

[213] Aquino de Bragança era um goês, formado em Engenharia Química na Índia, que abraçou a vida jornalística e a causa da independência dos povos africanos. Esteve em 1961 na formação da CONCP em Casablanca, pois tornara-se grande amigo dos nacionalistas africanos que combatiam Portugal. Fixou residência em Moçambique no período de transição para a Independência. Durante o período de negociações que levaram à celebração do Acordo de Lusaca e mesmo depois disso, manteve estreitas relações com os negociadores portugueses. Morreu no mesmo acidente de avião em que perdeu a vida o Presidente Samora Machel.

[214] Foi Manuel Alegre, que já conhecia Aquino desde os tempos do exílio em Argel, que lhe apresentou Melo Antunes quando ele lhe perguntou qual era o militar com quem se podia falar sobre descolonização.

[215] Pela Frelimo, estiveram presentes Samora Machel, Marcelino dos Santos, Óscar Monteiro, Jorge Rebelo e Armando Panguene.

[216] *Vide* Maria Manuela Cruzeiro, *Melo Antunes o Sonhador Pragmático*, *op. cit.*, p. 99, 112. Melo Antunes, neste livro, discorda dessa acusação de pré-negociação e reafirma que ali apenas se clarificaram as posições, embora reconhecesse a justiça das pretensões da Frelimo.

vinculou, no essencial, as negociações seguintes e limitou a margem de manobra dos subsequentes negociadores".[217]

Ainda sobre esta reunião, Almeida e Costa considerava que ocorreram factos estranhos: por um lado, não conseguiram comunicar com Lisboa, e por outro, ficaram em hotéis separados. No seu entender Melo Antunes terá aproveitado para falar sozinho com outras pessoas, sobretudo de Angola, pois acabou por convidá-lo, a ele, para um encontro com Agostinho Neto. Fica no ar mais uma interrogação: teria sido uma tática da organização do encontro, ou um pedido de Melo Antunes, para ter a liberdade que desejava, temendo que Almeida e Costa fosse o "controleiro" ao serviço do Presidente Spínola como este costumava fazer nestas missões?

Sobre esta negociação, Melo Antunes refere que a deslocação se fizera "com plena concordância" do Presidente Spínola, Costa Gomes e Vasco Gonçalves e, pelo menos, o conhecimento e acordo de Mário Soares e Almeida Santos".[218] Mais tarde, António de Spínola viria a formular acusações de traição quer pelos resultados do encontro quer porque, segundo ele, nem sequer foi informado da sua realização.[219]

E, se Spínola nega veementemente ter sido informado, também Almeida Santos garante o mesmo, embora estranhe que Spínola, quando soube desta deslocação e dos seus resultados, não tenha reagido de forma igual à que depois fez transparecer no seu livro.

No entanto, o Almirante Vítor Crespo, à margem duma cerimónia realizada a propósito do quadragésimo aniversário do 25 de Abril, no quartel da Pontinha, retomou alguns aspetos da entrevista que concedeu no âmbito desta tese e assegurou que, do encontro secreto de Melo Antunes em Dar es Salam, este lhe garantira, e tinha razões para acreditar, que dele não resultara nenhuma pré-negociação.

Naquele encontro, Vítor Crespo acabou por fazer uma importante revelação: logo a seguir ao encontro na Tanzânia, Aquino de Bragança, esteve vários dias em Lisboa em conversações com Melo Antunes e com ele próprio. Acabaram por delinear um projeto de acordo que era bem mais completo do que aquele que acabou por vir a ser aprovado em Lusaca. Previa, inclusivamente, negociações prévias ao acordo final, relativamente ao

---

[217] Almeida Santos, do C*olonialismo e da Descolonização*, vol.1, Casa das Letras 2006, p. 349 e no mesmo sentido vai a entrevista ao *Público* "30 Anos do 25 de Abril - Melo Antunes e Almeida e Costa acordam com a Frelimo as bases do futuro Acordo de Lusaca" de 11/04/2014, p. 13.

[218] *Portugal Democrático*, "A Descolonização portuguesa: mitos e realidades", *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos nossos dias,* direção *de* João Medina, vol. XIV, Amadora, Clube Internacional do Livro, 1995, p. 191

[219] António de Spínola, *País sem Rumo*, Lisboa, Scire,1978, pp. 297-306.

contencioso e não *à posteriori*, como acabou por acontecer em resultado do compromisso oficial, assinado a 7 de setembro na Zâmbia, com os resultados hoje conhecidos.

Este projeto de acordo permaneceu secreto e acabou por ser inviabilizado, segundo Vítor Crespo, pelos receios que a Frelimo teve de que esse plano viesse a ser mais demorado e Spínola ainda tivesse alguma hipótese de conseguir alterar o que já fora conseguido. Melo Antunes também comungava do mesmo receio, pois confidenciou ao seu adjunto, Faria Pais, que receava que os americanos interviessem em apoio das teses de Spínola, prejudicando as negociações já em curso para a independência.

Nesta altura Melo Antunes temia os americanos. Acreditava estar a ser vigiado pela CIA e deu a conhecer tal receio a Almeida e Costa. Por isso, quando se deslocaram a Dar es Salam para as negociações secretas com a Frelimo dirigiram-se primeiro a Madrid e daí para Roma, Nairobi e Dar es Salam, onde chegaram a 30 de julho de 1974.[220]

As reuniões foram duras e, no final, Melo Antunes, negociando mais como representante do MFA do que como membro do governo, segundo António José Telo, estava negociado no essencial o que iriam ser as bases do acordo de independência.[221]Por tudo isto, o processo foi acelerado e a reunião seguinte ficou logo agendada para meados desse mês de agosto, igualmente naquela capital.

Não será despiciendo pensar que a Frelimo também tenha recuado no plano secreto de Lisboa, referido por Victor Crespo, quando ganhou o importante trunfo de mostrar a Portugal e ao mundo que até os inimigos de ontem se entregavam às suas forças armadas. Por isso, era cada vez mais notória a posição de força que exibiam nas negociações, não havendo necessidade de contemporizações de qualquer espécie.

Assim, ocorreu nova negociação oficial a 15 e 16 de agosto, de novo em Dar es Salam, mas, agora, contando com a presença de Melo Antunes, Almeida Santos e Mário Soares, estando a delegação portuguesa instruída para ser dura nas negociações, face às notícias que tinham chegado a Portugal sobre a captura de uma companhia de militares pela Frelimo. Na reunião, os portugueses foram confrontados com uma gravação em que militares portugueses se entregavam e confraternizavam voluntariamente.[222] Ficava,

---

[220] Armando Rafael, "Especial, 30 Anos da Revolução dos Cravos - A Missão secreta de Dar-es-Salam", *Diário de Notícias*, 20/04/2004, p. 10. Disponível em: http://www.dn.pt/especiais/interior.aspx?content_id=1210755&especial=A%20revolu%E7%E3o%20de%20Abril&seccao=POL%CDTICA, consultado em 13/09/2015.

[221] António José Telo, *História Contemporânea de Portugal*. Vol. II, *Do 25 de Abril à Actualidade*, op. cit., p. 176.

[222] Almeida Santos, *Quase Memórias*, *Da Descolonização de cada Território em Particular,2º vol.*, Lisboa, Casa das Letras, 2006, pp. 66-70.

desde logo, em causa a versão oficial que afirmava que a Companhia de Omar[223] fora surpreendida e não se havia rendido. [224]

Este facto não facilitou a vida aos negociadores portugueses.[225] Acresce que os moçambicanos tinham perfeita consciência da posição de força em que negociavam pois, para além das divisões no seio do Governo e da própria delegação portuguesa, conheciam previamente qual era a posição das Forças Armadas portuguesas, como já ficou provado.

Minados por dentro e por fora, não era fácil a tarefa dos negociadores portugueses, cada vez mais pressionados pela parte moçambicana. Ficou então aprazada para Lusaca, na Zâmbia, aquela que foi a negociação final.

Desta forma, foi celebrado a 7 de setembro o Acordo conducente à independência de Moçambique, que, pela Frelimo, apenas foi assinado por Samora Machel e pelo lado português, foram oito as individualidades presentes que o assinaram, desde representantes do MFA, a membros do Governo e do Conselho de Estado.[226] Assim, salvaguardava-se um eventual volte face político em Portugal.[227]

A delegação portuguesa era composta pelo ministro sem Pasta Ernesto Melo Antunes, o ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares, o ministro da Coordenação Interterritorial António de Almeida Santos, o conselheiro de Estado Victor Manuel Trigueiros Crespo, o secretário do Trabalho e Segurança Social do Governo Provisório de Moçambique Antero Sobral, e os militares Nuno Alexandre Lousada, Vasco Fernando Leote de Almeida e Costa, e Luís António de Moura Casanova Ferreira.[228]

---

[223] Omar/Namatil era uma base militar portuguesa, no distrito de Cabo Delgado em Moçambique, junto à fronteira com a Tanzânia.

[224] Esta é a tese defendida por militares como Vítor Crespo, na entrevista concedida ao autor, por Pezarat Correia e pelo General Sousa Menezes, citados por Almeida Santos em *Quase Memórias*, 2º vol., op. cit., p. 69. *Vide* também em 3.2.1, *infra*.

[225] Existe neste episódio uma contradição entre as versões dos protagonistas. Se Almeida Santos, que não esteve no encontro secreto do início do mês de agosto, na capital tanzaniana, refere o episódio da cassete como tendo ocorrido no segundo encontro em meados do mês. Almeida e Costa que não esteve nesta reunião com Almeida Santos, mas apenas no encontro secreto, numa entrevista ao DN, em 21/04/2004, referiu que no dia 2 de agosto no encontro de Dar-es-Salam, ele e Melo Antunes, foram confrontados com as gravações das entrevistas feitas aos militares da Companhia de Omar, apelando à rendição, o que para ambos foi muito constrangedor e levou Melo Antunes, irritado, a dizer um impropério e a considerar que assim não se podia fazer nada. Armando Rafael, "Especial, 30 Anos da Revolução dos Cravos - A Missão secreta de Dar es Salam", *Diário de Notícias*, 20/04/2004, p. 10.

[226] Publicado no D.G., 1ª S., nº 210/74, 2º Suplemento de 9 de setembro de 1974.

[227] Joaquim Chissano afirmou na entrevista ao autor que a Frelimo sempre desconfiou de Spínola. Revelou também o temor que sentiam pela continuação do colonialismo, numa entrevista à Deutshe Welle, "Receávamos que o Movimento dos Capitães não desse certo", http://www.dw.de/receávamos-que-o movimento-dos-capitães-não-desse-certo-diz-chissano/a-17589690 , consultado em 20/01/2015.

[228] Almeida Santos no jornal *Público* de 11/04/2004, p. 13, afirma que conseguiram evitar que ficasse expresso que Portugal reconhecia a Frelimo como único e legítimo representante do povo moçambicano, embora fosse com eles que negociaram.

Acabou por não ficar prevista, e nem sequer foi negociada, a salvaguarda e proteção dos bens dos portugueses pois, segundo Vítor Crespo, este assunto seria resolvido *a posteriori*, por decreto. A causa desta alteração ao programa previamente preparado ter-se-ia devido ao facto da delegação da Frelimo ser eminentemente política e não se encontrar dotada de conhecimentos técnicos capazes de negociar e, por isso, foi decidido remeter as questões de natureza financeira, de pessoas e bens para o período de transição.

Este facto indicia claramente que, após os encontros anteriores, estas questões estariam previamente agendadas para discussão nesta ronda final, mas a Frelimo, deliberadamente, decidiu ignorá-las, preferindo e conseguindo discuti-las posteriormente, ganhando assim tempo e oportunidade que acabaram por se revelar preciosos para os seus objetivos.

O acordo formalizava, finalmente, à semelhança do ocorrido com o PAIGC para a independência da Guiné Bissau, o cessar-fogo e a criação duma Comissão Militar Mista que deveria assegurar o seu cumprimento.[229]

A transferência progressiva de poderes para a Frelimo ficava assegurada através da constituição de um Governo de Transição, até à data da independência, com os seguintes órgãos:

-O Alto-comissário,[230] a quem competia representar o Presidente da República, e que deveria assegurar o normal cumprimento dos compromissos acordados e garantir a ordem interna, assistido pelo Primeiro-ministro.

-O Governo, a quem competia assegurar a transferência progressiva do poder e exercer as prorrogativas executivas e legislativas. Era composto por um Primeiro-ministro, cuja escolha competia à Frelimo, que designou Joaquim Chissano, e mais nove ministros, sendo seis deste Movimento e apenas três escolhidos pelo Alto-comissário.

[229] Segundo refere Melo Antunes, em *Portugal Democrático*, "A Descolonização portuguesa: mitos e realidades", *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos nossos dias,* direção *de* João Medina, vol. XIV, Amadora, Clube Internacional do Livro,1995, p. 195, esta Comissão Mista teve um trabalho meritório e foi um excelente exemplo do que poderia vir a ser, no futuro, a cooperação entre as partes, não só na pacificação quando a isso foi chamada como, igualmente, na forma de concertar a entrega de tudo o que deveria passar para as mãos da Frelimo. Foi um trabalho que, segundo Melo Antunes, muito se deve ao Alto-comissário Vítor Crespo e ao chefe do Estado Maior do Comando Chefe, General Sousa Meneses.

[230] O cargo de Alto-comissário resulta de uma experiência que remonta a 20 de agosto de 1920, consagrada na Lei 1022, pela qual este representante da I República ficava com as atribuições que cabiam ao ministro das Colónias. Com a Ditadura Militar, a 20 de outubro de 1926, pelo Decreto 12521, passam a ser designados Comissários gerais, denominação e estatuto que se vai manter até que no pós-revolução, com a Lei 8/74 de 9 de setembro, vai ressurgir o cargo de Alto-comissário, sendo o primeiro o de Moçambique, seguindo-se Cabo Verde, Angola e São Tomé.

Esta foi uma cedência que provocou de imediato, como era de esperar, um forte efeito psicológico na comunidade branca.

Na discussão do acordo, os negociadores portugueses conseguiram um ganho que acabou por, de algum modo, surpreender e cujo exemplo veio a ser seguido, posteriormente, por Angola no acordo do Alvor: o futuro Governo moçambicano aceitou a responsabilidade sobre os compromissos financeiros assumidos por Portugal, desde que os investimentos tivessem sido feitos no interesse do povo moçambicano. A definição do que se enquadraria neste âmbito é que foi, na maior parte difícil, de acertar.

Mas, dentro da harmonia em que as negociações decorreram, ficou desde logo prevista a criação de Comissões Técnicas Mistas para debater e resolver, no período de transição, o contencioso pendente que ali não foi possível dirimir.

Para que Moçambique pudesse vir a ter uma política financeira independente, foi decidida a criação de um Banco Central Emissor, através da cedência de todo o ativo e passivo do Departamento local do Banco Nacional Ultramarino.

O futuro Estatuto dos Cidadãos seria resolvido por acordos especiais, dentro de um verdadeiro espírito de amizade. De igual modo, ficou previsto o desenvolvimento de ações de cooperação nos domínios cultural, económico, financeiro e técnico.

Note-se que o Presidente Spínola, embora não tivesse grande simpatia pelo que foi acordado nem pela forma como decorreram as negociações, afirmou que o êxito ou o fracasso do mesmo iria depender da forma como fosse aplicado antes e depois da independência. Apesar de tudo, queria acreditar que o mesmo abria a perspetiva do estabelecimento de uma futura cooperação com Moçambique.

Como dado importante, refira-se que, até um mês antes da independência, Samora Machel conservou-se fora do território, não se envolvendo deliberadamente na gestão dos compromissos assumidos, deixando aparentemente a Joaquim Chissano, Primeiro-ministro do Governo de Transição, a gestão do acordo.

Como era desejo da Frelimo, ficou acordada a independência de Moçambique para 25 de junho de 1975, dia do aniversário da sua fundação.

Quando a notícia do que ocorrera em Lusaca chegou a Moçambique, os “colonos” reagiram de forma descontrolada em Lourenço Marques contra a cedência do poder em exclusivo à Frelimo, esquecendo os interesses de outros moçambicanos como, por exemplo, o GUMO ou a FICO, que Spínola recebera no mês de agosto, no Buçaco, e, a quem, segundo parece, teria prometido ajuda.

Assim, apesar dos bons auspícios iniciais, a transição começava mal.

Os distúrbios começaram com a ocupação do Rádio Clube de Moçambique, como sinal de protesto, por manifestantes brancos e negros, no final da tarde do dia da celebração do acordo. Seguiram-se três dias de graves tumultos, sobretudo nos subúrbios de Lourenço Marques, entre simpatizantes da Frelimo e colonos portugueses que foram fortemente reprimidos, e que, originaram um número indeterminado de mortes, que se pensa terem ultrapassado um milhar, para além de inúmeros feridos.

A desconfiança mútua estava instalada e punha em causa um futuro de convivência harmoniosa.

De um lado, os colonos que desconfiavam da Frelimo como único interlocutor e futuro detentor do poder e, do outro, a maior parte da população de origem africana que considerava, finalmente, poder livrar-se do homem branco e que começaram a manifestar-se, por vezes, de forma incontrolável e violenta.

As provocações passaram a ser mútuas, até que, em 21 de outubro, uma provocação gratuita a um jovem africano, por parte de um elemento dos Comandos, originou uma resposta dos guerrilheiros da Frelimo, acabando por envolver toda a companhia do soldado português, alastrando posteriormente a simpatizantes que assaltaram e incendiaram bens de vária natureza, provocando danos enormes aos colonos brancos.

Os desacatos só foram travados dois dias depois, graças à intervenção do Alto-comissário e do Primeiro-ministro, que mandaram avançar para o terreno uma enorme força conjunta que terminou com os confrontos. Como resultado deste grave episódio morreram quarenta e nove pessoas, europeus e africanos, além de mais de uma centena e meia de feridos.

Bem tentava Joaquim Chissano tranquilizar a população de origem portuguesa, para evitar a fuga generalizada que provocaria o colapso da economia moçambicana devido à falta de quadros, mas os confrontos e as contínuas declarações revolucionárias de cariz nacionalista de Samora Machel, que ele ia atenuando como podia, não eram nada tranquilizadoras para os portugueses.

Em Lisboa, o governo fazia também o que podia. Pelo Dec. Lei nº 143/75 de 20 de março[231] avisava os trabalhadores do Estado ou dos corpos administrativos colocados em Moçambique, e que se encontrassem na altura em Portugal, "com expedientes injustificados" ou licenças graciosas, que deveriam regressar a Moçambique sob pena de sansões. Aos que não tivessem meios para tal, o Estado suportaria as despesas da viagem.

[231] D. G., 1ª S., nº 67 de 29 de março de 1975.

Apesar das ameaças, a situação não era muito favorável à permanência dos portugueses e a vontade de regressar não era nenhuma.

Mesmo neste contexto, as negociações técnicas iniciaram-se em conformidade com o que ficara acordado e, para Vítor Crespo, no final, exceto as questões financeiras, tudo o resto ficou resolvido.

Note-se que, nas vésperas da independência, e à revelia do Governo de Transição, o Alto-comissário autorizou e tratou com o diplomata português já ali colocado, a forma burocrática de receber como depósito, nos Consulados de Lourenço Marques e da Beira, o dinheiro que os portugueses lhes quisessem confiar, por forma a poderem transferir no futuro esses fundos para Portugal, conseguindo, deste modo, e foi caso único, que o dinheiro não fosse "nacionalizado", como aconteceu a todo o que ficou em Moçambique, quer nos Bancos, quer nas Associações Mutualistas.

Tal como ficara acordado, a independência foi de facto proclamada a 25 de junho de 1975, dia de aniversário da fundação da Frelimo, no que foi considerado pelos colonos como mais uma inadmissível afronta a todos os que se não reviam naquela organização e uma cedência dos negociadores portugueses para agradar aos antigos inimigos.

Apesar daquele mau começo, o período de transição acabou por correr satisfatoriamente, pese embora as dificuldades que os negociadores portugueses encontraram no contencioso que acabou por não ficar encerrado.[232]

O período pós-independência prometia complicações, apesar da assinatura do Acordo Geral de Cooperação, em 2 de outubro desse ano, pois nos bastidores da negociação o alerta estava dado, Moçambique recusara-se a assinar um acordo designado "Acordo Geral de Cooperação e Amizade", à semelhança do que fora assinado com os três pequenos países lusófonos, já independentes.

Para garantir o futuro das relações, Portugal enviou para Lourenço Marques, a 10 de março de 1975, o diplomata António Martins da Cruz, afeto ao Alto-Comissariado, com a missão de preparar a instalação da futura Embaixada onde o Alto-comissário se veio a instalar oito dias antes da independência, abandonando o Palácio do Governador. No dia seguinte a esta cerimónia, a 26 de junho, Luís Roma de Albuquerque foi nomeado Encarregado de Negócios. No entanto, o pedido de *agrément* para o embaixador foi rapidamente autorizado e logo a 28 de julho, foi nomeado como embaixador "político" Albertino Almeida, homem da confiança do ministro Melo Antunes e plenamente

[232] O contencioso será tratado separadamente em 1.5.

identificado com o ideal da Frelimo.[233] O tempo da sua missão foi muito curto, pois permaneceu no posto apenas até dezembro, face às muitas adversidades que encontrou, aliadas às acusações de dependência ideológica das autoridades moçambicanas e inabilidade profissional. O cônsul português na cidade da Beira dizia que ele era "o pior que podia acontecer aos interesses de Portugal em Moçambique" e que ele sabia "tanto da arte diplomática como os elefantes sabem de pesca submarina". [234]

Como consequência deste afastamento, os três funcionários diplomáticos portugueses, que nessa altura se encontravam acreditados em Maputo, foram expulsos pelas autoridades moçambicanas, numa afronta a Portugal. Agravou-se a partir daqui o relacionamento bilateral com evidente preocupação para o lado português, face às medidas tomadas pelo lado moçambicano. Depois daquela data, a representação passou a ser feita apenas ao nível de encarregado de negócios, primeiro por Manuel Caldas Faria e depois por António Portugal e apenas em 28 de julho de 1977, foi nomeado um novo embaixador, o diplomata António Vaz Pereira. Do lado moçambicano, como resultado do difícil relacionamento político, só em julho de 1977 foi enviado como representante diplomático para Portugal o primeiro embaixador, Armando Alexandre Panguene.

Viviam-se tempos difíceis e o relacionamento tinha-se complicado pois, segundo Vítor Crespo, a juntar aos distúrbios, a radicalização ideológica de Samora Machel, antes e, sobretudo, após a sua chegada à Presidência da República, veio pôr em causa muito do contencioso que fora negociado e tornar bem difícil as relações entre ambos os Estados. Se, fruto das promessas feitas pelo Governo de Transição, muitos portugueses ficaram em Moçambique como cooperantes e a própria PSP tinha ficado mais seis meses como garante da ordem pública para os que queriam ficar, devido à perseguição e prisão de muitos deles, que passaram a ser acusados de reacionários, os portugueses, iam cada vez mais, abandonando o país, descrentes da possibilidade de uma permanência em paz e segurança, e as relações iam esfriando cada vez mais. Segundo o antigo Alto-comissário:

---

[233] AHD-PAA 980,945- 1974/77. Telegrama do Consulado na Beira, nº 258, nº geral 13168 de 16 de julho de 1976. Da correspondência entre a Embaixada e o ministério, resulta evidente a sua simpatia ideológica com a Frelimo, MPLA e MLSTP, referindo-se-lhes como "Camaradas", o que talvez justifique a sua escolha para o cargo em Moçambique, apesar de não ser, seguramente, da mesma ideologia do ministro Melo Antunes. A propósito das várias facilidades que lhes vinha dando, pessoais e institucionais, *vide* AHD-PAA 980,945-1974/75. Telegrama nº 93, nº geral 12222 de 12 de agosto de 1975, assinado pelo próprio embaixador Albertino Almeida. Enquanto embaixador em Lourenço Marques, eram insistentes os seus telegramas a favor de uma tomada de posição portuguesa a favor do MPLA, de que é elucidativa a seguinte frase, que ele diz ter dito, embora não oficialmente, ao Presidente Samora Machel: "consideramos única solução correcta passa pelo reforço aliança MPLA com forças progressistas Governo português". AHD-PAA 149, 980,945-1975-78. Telegrama nº 138, nº geral 13619 de 3 de setembro de 1975.

[234] *Vide* os Telegramas da altura e a entrevista de Vítor Crespo ao *Expresso*, [s.a.], "TAP aumenta ligações com Angola e Moçambique", 13 de junho de 1975, pp. 1, 6.

"50% dos funcionários públicos que estavam em Moçambique ficaram com o Estatuto de Cooperante, que era um estatuto agradável e, portanto, muitos domínios da atividade administrativa, técnica, económica, médica, de saúde em geral, agronomia, sei lá, caminhos de ferro. Praticamente toda a atividade superior em Moçambique estava baseada em técnicos portugueses, cooperantes, que ficaram. Ora, portanto, quando esses técnicos 6 meses depois deixaram de ter condições para viver em Moçambique e tiveram que retirar, dificultou a economia e a vida".

Face a esta debandada, aumentou ainda mais a aproximação de Samora Machel à União Soviética e aos países de Leste, que lhe vão conceder, para além do apoio técnico e militar, os cooperantes que iriam substituir, e mal, os portugueses, como se veio a comprovar tempos depois. [235]

Aos portugueses, na hora da partida, até os bens que podiam levar em conformidade com os acordos rubricados, eram muitas vezes confiscados ou, então, colocadas enormes dificuldades no seu envio para Portugal.

Para aqueles que tinham saído com receio do futuro, e que não tinham regressado, a situação complicou-se ainda mais pois, em menos de um ano após a independência, com a publicação do Dec. Lei nº 5/76 de 5 de fevereiro, o governo moçambicano nacionalizou os imóveis daqueles que se ausentaram, para além de seis meses, sem justificação, e iniciou-se igualmente a intervenção em empresas privadas. Os que ficaram, segundo Vítor Crespo, apenas perdiam os seus bens se fossem "acusados em Tribunal de cometer crimes contra o interesse nacional".

Só em 28 de janeiro de 1977 se assinou outro acordo entre Portugal e Moçambique, o Acordo de Transporte Aéreo[236], o que indicia bem o estado das relações entre os dois países, e deveu-se ao interesse comum das transportadoras aéreas em resolver o problema das ligações entre os dois países.

Por fim, resta abordar a assinatura do Acordo Especial de Cooperação no Domínio do Setor Elétrico, celebrado a 20 de fevereiro de 1978,[237] no qual ficava previsto o apoio da cooperação portuguesa na manutenção das instalações elétricas e na formação técnica e profissional dos moçambicanos neste setor. Para tal, era incentivada a contratação de técnicos portugueses e a continuação dos que ainda lá se encontravam, através do estatuto de cooperante, que então se regulamentava. O Governo moçambicano também

[235] O cônsul de Portugal na Beira informava que a vinda de técnicos estrangeiros era um fracasso por serem fracos e caros. Dava o exemplo de dois pilotos russos na Beira que ganhavam 120 contos, sendo 80 deles em moeda forte e já tinham tido imensos acidentes "por saberem tão pouco sua arte", enquanto relativamente aos portugueses regateiam e recusam melhorias. AHD- PAA 945,1- 1974/75. Telegrama nº 363, nº geral 20307 do Consulado na Beira de 18 de novembro de 1976.
[236] Publicado no D. R., 1ª S., nº 118 de 21 de maio de 1977.
[237] Publicado no D. R., 1ª S., nº 191 de 20 de agosto de 1979.

assegurava ao cooperante, caso fosse do seu interesse, colocação após o termo do seu contrato. Foi então criada uma Comissão Mista para acompanhamento do acordo, com periodicidade anual.

Caso existissem boas relações, não seria normal a celebração de um número tão limitado de acordos. Em boa verdade, o arrastar do contencioso, que foi relativamente fácil de resolver com a Guiné e São Tomé, e ainda mais fácil com Cabo Verde, dando origem a uma maior vontade de cooperar, não foi nada fácil com Moçambique e pior ainda com Angola.

As negociações com São Tomé

À semelhança de Cabo Verde, também em São Tomé não tinha ocorrido luta armada contra o colonialismo português. Todavia, tendo em conta a repressão colonial, depois do triste episódio de Batepá, em 1953, para obrigar os são-tomenses a trabalhar nas roças, nada ficou como antigamente. Em 1960 surgia o Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe, embora sem expressão interna. Em 1972, os seus dirigentes encontravam-se no exílio, no Gabão, e decidiram transformar aquele agrupamento, já reconhecido pela OUA desde 1962 como legítimo e único representante do povo santomense, no Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP).

Naquele território só se sentiu alguma agitação política após a publicação da Lei 7/74, de 27 de julho. Começava a vislumbrar-se a possibilidade de independência, e a vontade expressa pelo Presidente Spínola de auscultar a população, fez aparecer alguns pequenos partidos políticos como a Ação Cívica Pró-MLSTP, o Centro Democrático e ainda a Frente Popular Livre.

Também aqui, o parceiro para negociar foi imposto mais pelo MFA local que pela força do movimento nacionalista. Em 12 de outubro de 1974, na cidade de São Tomé, os oficiais decidiram que a única estrutura representativa daquele povo nas negociações com Portugal seria o MLSTP, e tal decisão acabou por ser acolhida pelo governo de Lisboa.

Os encontros prévios já decorriam, o primeiro a 28 de setembro de 1974, em Libreville e, novamente, a 3 de outubro; mas, oficialmente, só se iniciaram as negociações no mês seguinte em Argel, e concluídas a 26 de novembro de 1974, com a celebração de um Protocolo de Acordo.[238] Reconhecia o direito do povo santomense à

[238]Foi publicado no D.G., 1ª S., nº 17 de 21 de janeiro de 1975 e um 3ª Suplemento ao D.G., 1ª S. nº 293 de 17 de dezembro de 1974, com o Protocolo do Acordo. *Vide, Público,* S. J. A., "Melo Antunes e Almeida e Costa acordam com a Frelimo as bases do futuro Acordo de Lusaca", de 11 de abril de 2004, pp. 12-14.

autodeterminação e à independência e o MLSTP como o seu único representante, e fixava o calendário e o processo para a descolonização.

Almeida Santos, que chefiou a delegação portuguesa, foi a Argel discutir os termos da independência com Miguel Trovoada e usou a mesma argumentação que resultara com Pedro Pires para Cabo Verde. Segundo relata[239], mostrou-lhe a vantagem de serem legitimados pela via eleitoral, pois não teriam adversários à altura. E, como não fizeram a guerra, não teriam qualquer legitimidade militar. Terminou dizendo: "Desculpem, mas no caso de São Tomé eu não aceito outra coisa que não seja uma legitimação democrática". No entanto, ao contrário do que ocorrera com Pedro Pires quando lhe fez a mesma observação, Trovoada não aceitou: desejava a independência pura e simples, com a transferência de poder diretamente para o MLSTP. Perante a recusa, as negociações foram interrompidas. Já no hotel, Almeida Santos telefonou ao seu anfitrião, o Presidente Bouteflika da Argélia, dando conta do sucedido e explicando que prometera fazer uma lei eleitoral se eles fizessem a consulta popular. Depois, pediu o apoio do Presidente para "pôr juízo na cabeça deles, dado não terem a menor legitimidade para exigir a entrega imediata do poder". O Presidente concordou, e prometeu falar com a delegação santomense; na verdade, o acordo era fechado no dia seguinte.

A delegação portuguesa era constituída pelo ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, pelo secretário de estado dos Negócios Estrangeiros, Professor Jorge Campinos, pelo secretário-adjunto do Governo de S. Tomé e Príncipe, Major José Maria Moreira de Azevedo e pelo Capitão Armando Marques Ramos. A delegação do Movimento de Libertação foi constituída por Miguel Trovoada, membro do bureau político e do secretariado executivo e encarregado das Relações Exteriores do MLSTP, pelo engenheiro José Fret, membro do bureau político e do secretariado executivo e encarregado da propaganda e informação, Gastão Torres, membro do bureau político, e por Pedro Umbelina, igualmente membro do bureau político.

O acordo, que tomou o nome da cidade onde foi negociado, beneficiou, e muito, da experiência das negociações anteriores, tendo ficado logo decidido a constituição de um Banco Central emissor, tendo por base o Departamento local do Banco Nacional Ultramarino. Para estimular a compreensão e amizade entre os dois povos, ficaram também previstas ações de cooperação, a variados níveis, desde o económico e financeiro ao cultural e técnico. Através do artigo 14º, o governo santomense garantia a proteção dos

[239] Citada entrevista de Almeida Santos ao *Público*, p. 14.

cidadãos portugueses e dos seus interesses legítimos. Esta expressão constou, posteriormente, no articulado no artigo 54º do Acordo do Alvor. Investigações recentes de Alexandra Marques revelaram que os negociadores portugueses empregaram deliberadamente de forma dúbia a expressão "interesses legítimos", o que veio a jogar em favor dos independentistas e contra os colonos.[240]

Talvez por isso, o Governo de Transição em São Tomé não perdeu tempo e nacionalizou as propriedades agrícolas do território, logo a 30 de setembro de 1975, criando o primeiro foco de contencioso que se foi arrastando durante muito tempo.

No Acordo de Argel ficou também prevista a realização de eleições para a Assembleia Constituinte, por voto secreto e universal, a 7 de julho, pese, embora, as mesmas serem uma espécie de referendo ao MLSTP, único partido admitido a escrutínio. À semelhança dos restantes acordos, foi decidido formar, para este período intermédio, um governo de transição com funções legislativas e executivas, composto por um Primeiro-ministro escolhido pelo MLSTP e cinco ministros, cabendo quatro ao Movimento e apenas um a Portugal, para além do Alto-comissário em representação do Presidente da República. Com a publicação da Lei 12/74, de 17 de dezembro, foi criado aquele cargo, para o qual transitou o Governador Pires Veloso.

Na primeira comunicação ao país, o designado Primeiro-ministro Leonel d`Alva garantia a segurança de pessoas e bens, em conformidade com o texto do acordo, e apelava à cooperação e empenhamento de todos no futuro do país. Afinal, contra todas as expetativas, acabou por não ser pacífico este período, levando ao abandono de muitos quadros e comerciantes devido aos radicalismos criados pelos governantes afetos à tendência Associação Cívica,[241] que tinham ficado com as Pastas da Justiça e do Trabalho e que, posteriormente, o MLSTP acabou por controlar, dissolvendo aquela organização e expulsando do território os seus elementos.

A 12 de julho de 1975, conforme o previsto, a Assembleia Constituinte então eleita, proclamou a independência da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Nesse mesmo dia foi assinado o Acordo Geral de Cooperação e Amizade,[242] que marcou o início da cooperação entre os dois países. A 3 de dezembro desse ano foi assinado um novo Acordo, agora relativo à Cooperação Científica e Técnica, onde

[240] *Vide* desenvolvimento em 1.4, *infra*.
[241] Os membros deste agrupamento político extremista eram maioritariamente santomenses provenientes do continente que, logo após a Revolução, formaram a Associação Cívica Pró-MLSTP e acabaram por fazer parte do Governo de Transição.
[242] Publicado no D.G., 1ª S., nº 20, de 24 de janeiro de 1976. Entrou em vigor com a troca dos instrumentos de ratificação assinada a 16 de janeiro e publicada no citado D.G.

Portugal se comprometia, tanto quanto lhe fosse possível, a colocar ao serviço de São Tomé cooperantes, nos domínios científico e técnico, como por exemplo, professores e investigadores em agricultura tropical. Também garantia um certo número de bolsas de estudo em Portugal aos jovens santomenses, quer para estágios de formação profissional, quer para a frequência do sistema de ensino. Eram ainda regulados os direitos e deveres dos cooperantes, cujos contratos eram normalmente por dois anos, renováveis por períodos sucessivos de um ano.

A 23 de março de 1976, na vigência do VI Governo Provisório, através do Ministério da Cooperação, assinaram-se muitos dos acordos existentes com este novo país, declarando-se o fim do contencioso colonial com a resolução dos casos pendentes, o que não correspondia inteiramente à verdade, como se verá na negociação do contencioso.[243]

Um dos mais importantes acordos então assinados foi o acordo sobre a transferência do Departamento do Banco Nacional Ultramarino, em São Tomé e Príncipe[244], com as devidas cláusulas de salvaguarda. Ficava previsto o envio de cooperantes portugueses para assessorar tecnicamente, se solicitados, e ainda o Acordo sobre o Banco de Fomento Nacional[245], para regularização dos créditos deste banco em São Tomé.

Foi também assinado o Acordo Judiciário[246], bem como o Acordo sobre a Indústria dos Seguros[247], onde se previa, a formação de uma companhia própria de seguros, no prazo de um ano, e a possibilidade de ser prorrogado por mais outro ano. Até lá, os seguros ficavam sob a responsabilidade da Companhia Tranquilidade. Definia-se que o Estado português poderia participar no seu capital social. Regulava-se o património e garantia-se o funcionamento e a formação do pessoal com o apoio desta Companhia.

Surgia, ainda, um acordo sobre o Funcionalismo Público[248], onde se fixava a repartição dos encargos para os portugueses e para os santomenses, as modalidades de transferência de pensões, descontos para a Caixa de Previdência dos Funcionários Públicos de São Tomé e Príncipe e economias dos funcionários que regressassem a Portugal.

[243] Desenvolvimento em 1.5.
[244] Publicado no D. R., 1ª S., nº 161, 2º Suplemento de 12 de julho de 1976.
[245] Publicado no D. R., 1ª S., nº 161, 2º Suplemento de 12 de julho de 1976.
[246] Publicado no D. R., 1ª S., nº 161, 2º Suplemento de 12 de julho de 1976.
[247] Publicado no D. R., 1ª S., nº 161, 2º Suplemento de 12 de julho de 1976.
[248] Publicado no D. R., 1º S., nº 161, 2º Suplemento de 12 de julho de 1976.

Igualmente, foi assinado um Acordo Especial de Cooperação sobre a constituição de uma Instituição de Previdência Social naquele país.

À semelhança do que ocorrera com outros países, também se assinou um Acordo de Transporte Aéreo[249] para garantir ligações regulares entre as partes, dado o isolamento natural provocado pela insularidade.

Outros acordos concluídos nessa data incidiram sobre os Correios, com um Acordo Especial para a Aplicação da Tarifa Postal Interna aos objetos de correspondência a permutar[250] e outro acordo Especial relativo aos objetos contra reembolso a permutar.[251] Também as telecomunicações foram visadas, com a celebração do acordo sobre Telecomunicações.[252]

Posteriormente, a 22 de outubro de 1976, outro importante acordo foi alcançado e com grande impacto público, dadas as debilidades do país em termos de saúde: o Acordo no Domínio da Saúde[253], que possibilitou a vinda de muitos doentes para Portugal, que, de outra forma, não teria sido possível tratar ou até salvar. Ficava ainda garantida a formação de técnicos médicos e paramédicos de saúde pública ou de medicina hospitalar, quer em Portugal, quer em São Tomé e Príncipe. Portugal podia, se lhe fosse solicitado, colaborar em programas de Saúde Pública.

Porém, este espírito de bom entendimento iria mudar pouco tempo depois, fruto do confronto ideológico também, aqui, presente. Em função da nova realidade, as relações diplomáticas esfriaram e a cooperação foi afetada pelo circunstancialismo do relacionamento político.

Note-se que, ainda antes da independência, em 27 de junho de 1975, o Governo português tinha colocado como adjunto do Alto-comissário um diplomata, João Rocha Páris, ao qual caberia preparar a futura representação diplomática portuguesa.

A 12 de julho, Amândio da Silva Pinto, foi indigitado para o cargo de embaixador e ali se manteve até 20 de maio de 1977. Devido ao estado a que tinham chegado, entretanto, as relações, retirou-se e a representação diplomática portuguesa ficou assegurada apenas ao nível de encarregado de negócios, através do diplomata Silvino Moreira Ribeiro. Esta situação durou até que a 13 de janeiro de 1979, depois de uma recusa do governo santomense em conceder o "*agrément*" ao embaixador que Portugal

[249] Publicado no D. R., 1ª S., nº 161, 2º Suplemento de 12 de julho de 1976.
[250] Publicado no D. R., 1ª S., nº 161, 2º Suplemento de 12 de julho de 1976.
[251] Publicado no D. R., 1ª S., nº 161, 2º Suplemento de 12 de julho de 1976.
[252] Publicado no D. R., 1ª S., nº 161, 2º Suplemento de 12 de julho de 1976.
[253] Publicado no D. R., 1ª S., nº52, de 3 de março de 1977.

indigitara e em resultado do novo tipo de relacionamento, Francisco Knopfli foi designado para embaixador naquele país, retomando-se, assim, a normalidade das relações.

Para este *volte face*, muito contribuiu a ida, a São Tomé, do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração João Vieira de Lima, em julho de 1978, um mês depois do celebrado "espírito de Bissau", que também teve repercussões em São Tomé.

Em resultado da visita, acabaram assinados vários acordos, com destaque para o que tinha uma dimensão cultural[254], celebrado a 17 de julho de 1978. Foi significativa a sua assinatura naquela conjuntura, dado o seu potencial para a manutenção dos laços que uniam os dois povos. Por esta via, ficava garantido aos santomenses a concessão de "bolsas de estudo para iniciarem ou prosseguirem estudos, realizarem estágios ou frequentarem cursos de aperfeiçoamento". Dada a importância da matéria, foi decidido criar uma Comissão Mista para acompanhar este Acordo.

Também foram concluídos um Acordo Comercial[255], tendo em vista o incremento do comércio por forma a dar mais sentido e reforço às relações económicas e um Acordo de Transportes Marítimos[256] e, por fim, um Acordo Geral sobre Migração.[257]

O caminho ficava aberto para um relacionamento noutros moldes e ficou aprazada a ida de uma Missão Técnica portuguesa a São Tomé, no ano seguinte, para estudar a resposta a uma série de pedidos que tinham sido feitos ao nível das infraestruturas, como, o alargamento do Aeroporto. Este projeto de cooperação acabou por ser executado pela cooperação portuguesa com o apoio do Banco Mundial.

Em 25 de outubro de 1979, para melhorar a Comunicação Social e dar mais formação e melhores condições de trabalho a estes profissionais, assinou-se o Acordo de Assistência Técnica e de Cooperação no Domínio da Comunicação Social.[258]

Enquanto Portugal tinha indigitado um embaixador logo em julho de 1975, São Tomé e Príncipe só em 1976 indicou Maria do Nascimento da Graça Amorim como embaixadora. Em 1979 esta diplomata foi substituída pelo embaixador Flávio Quaresma Pires dos Santos.

[254] Publicado no D. R., 1ª S., nº 287 de 15 de dezembro de 1978.
[255] Publicado no D. R. 1ª S., nº 95 de 24 de abril de 1979.
[256] Publicado no D. R. 1ª S., nº 262 de 13 de novembro de 1979.
[257] Publicado no D. R. 1ª S., nº 288 de 16 de dezembro de 1978.
[258] Publicado no D. R.,1ª S., nº 100 de 2 de maio de 1989.

As negociações com Cabo Verde

A negociação da independência das ilhas de Cabo Verde foi uma exigência do PAIGC, pois aquele Movimento era constituído por naturais da Guiné, mas também das ilhas de Cabo Verde. A própria ONU, através da Resolução A/2918 de 14 de novembro de 1972, havia reconhecido o PAIGC como legítimo representante dos dois povos.

Se a guerra contra Portugal se fez em terra guineense, já que, por força da geografia, era difícil acontecer nas ilhas, na hora das negociações, a independência do arquipélago não podia ser esquecida.

Em Portugal, esta exigência provocou alguma confusão nas autoridades. Contudo, a posição de intransigência do PAIGC e o apoio que recebeu da estrutura do MFA em Cabo Verde, levaram Spínola a ceder, embora tenha conseguido impor uma negociação separada.

O Presidente diria, mais tarde, que receava que a influência da URSS sobre a Guiné levasse a qualquer tipo de acordo que trouxesse vantagens geoestratégicas para o bloco soviético.

Para separar as negociações foi preciso ser inflexível: "em 1974, o único trunfo português nas negociações de Argel foi precisamente a ameaça de abandono imediato que fez o PAIGC, assustado, renunciar à união com Cabo Verde".[259]

Depois de difíceis negociações que tinham começado logo no início de maio, o acordo que concedeu a independência à Guiné Bissau só foi assinado em Argel, a 26 de agosto de 1974 e ratificado pelo Presidente Spínola, a 29 desse mês. Entre os nove artigos do acordo, dois eram dedicados a Cabo Verde e continham o reconhecimento do direito do povo cabo-verdiano à independência, como condição necessária para a paz e a cooperação entre a Guiné e Portugal, apesar das futuras negociações decorrerem em separado[260].

Note-se que, em Cabo Verde, não estava a ser nada fácil o período que se seguiu ao 25 de Abril. Formaram-se rapidamente três tendências, no âmbito do processo de abertura democrática que Spínola pretendia impor a toda a sociedade, até para diminuir a influência dos movimentos de libertação.

A mais forte era, seguramente, a "delegação" do Partido que, na Guiné, lutara contra o colonialismo português - o PAIGC - fundado em 1956. Outra tendência era a União do Povo das Ilhas de Cabo Verde (UPICV), que visava a independência, mas sem

[259] *História de Portugal*, coordenação de *R*ui Ramos, 2009, *op. cit*., p. 719.
[260] Publicado no D. G., 1ª Série, nº 202/74 de 30 de agosto de 1974.

qualquer espécie de ligação à Guiné. Tinha uma importante base de apoio na comunidade cabo-verdiana dos Estados Unidos, ou não tivesse sido fundado em Rhode Island, no longínquo ano de 1959, e reavivado após o 25 de Abril na Ilha de Santiago. Por fim, um terceiro grupo, a União Democrática de Cabo Verde (UDCV), que surgiu em maio de 1974, e que defendia a autodeterminação como meio de atingir a independência, mas ficando Cabo Verde ligado de uma forma federal a Portugal. Era, no fundo, a tese spinolista que alguns diziam ser por ele apoiada e que pouco tempo mais sobreviveu após o seu abandono do poder. Este grupo englobava intelectuais como o conhecido Baltasar Lopes da Silva, um dos mais representativos membros do movimento da *Claridade*.

Todavia, a realidade revelou-se bem diferente do que este multipartidarismo poderia prever. A 1 de novembro de 1974, com o pretexto de evitar confrontos com o PAIGC, o MFA não permitiu a realização de uma manifestação da UPICV. Pouco a pouco, as autoridades portuguesas, sobretudo os militares, fomentaram uma aproximação ao PAIGC, depois da saída de cena de Spínola, e cortaram a liberdade de expressão e manifestação das outras forças partidárias.

O processo de independência teve as suas especificidades. Valeu o Acordo de Argel para a independência da Guiné, que referia, igualmente, o direito à independência de Cabo Verde. Nesse sentido, decorreram posteriormente negociações em Lisboa, com uma delegação do PAIGC, relativamente à questão cabo-verdiana, a quem foi garantida a participação exclusiva do Movimento, no período de transição, ao lado das autoridades portuguesas. Segundo Medeiros Ferreira, com Cabo Verde "não há qualquer acordo publicado, como os de Argel, Lusaca ou Alvor (…) embora tivesse havido um documento formalizado a 19 de dezembro de 1974, onde se previa a eleição de uma assembleia constituinte em Cabo Verde que decidiria sobre o futuro político do território". Trata-se da Lei 13/74 que aprovou o Estatuto Orgânico de Cabo Verde para o período de transição, que terminaria a 5 de julho de 1975.[261]

De facto, não havia nenhum acordo publicado, como aconteceu com os restantes, mas ele existia.[262] Foi assinado, mas não publicado, um Protocolo de Acordo entre o Governo português e o PAIGC. [263]

---

[261] José Medeiros Ferreira, *Portugal em Transe (1974/1985), v*ol. XV *da História de Portugal,* direção de José Mattoso, Mem Martins, Círculo de Leitores e Autores, 2008, p. 70.

[262] Segundo Pezarat Correia, "Portugal na hora da descolonização", *Portugal Contemporâneo, vol*.3, direção de António Reis, Lisboa, Publicações Alfa, 1996, pp. 526-527, a justificação da não publicação do Acordo no Diário do Governo seria devido ao facto de dias antes da formalização do mesmo, tinha sido publicado o Estatuto Orgânico de Cabo Verde para o período de transição e este Estatuto cobria em grande parte o texto do Acordo.

Almeida Santos, que o redigiu, relata que Pedro Pires, na altura o mais alto responsável do PAIGC em Cabo Verde, andava nas ilhas a fazer propaganda revolucionária. Decidiu chamá-lo a Lisboa, para o convencer a aceitar a realização de uma consulta popular que, na sua opinião, ganhariam por 90%, salvando a face do Governo português. Uma vitória democrática destas nunca mais seria contestada, enquanto o poder recebido das mãos dos militares poderia sempre vir a ser contestado.

Dois dias depois estavam reunidos em Lisboa à volta de um acordo apenas feito por si, e sobre o qual Pedro Pires ia, num aspeto ou noutro, dando a sua opinião. Telefonou depois ao Presidente Costa Gomes, dando-lhe conta do facto e solicitando uma reunião urgente com o ministro dos Negócios Estrangeiros e com o ministro sem Pasta Melo Antunes, para proceder à sua assinatura.

Ainda relativamente à Lei 13/74 de 17 de dezembro que aprovou o Estatuto Orgânico de Cabo Verde para o período de transição, que terminaria a 5 de julho de 1975, definia o modelo de governação e o calendário do processo de descolonização. Dele constava a criação de dois órgãos: o Alto-comissário, nomeado pelo Presidente da República, e que representava a soberania portuguesa; o Governo de Transição, que tinha os poderes executivo e legislativo e que incluía o Alto-comissário, o Primeiro-ministro e mais cinco ministros, dos quais três pertenciam ao PAIGC (da Justiça e Assuntos Sociais, Coordenação Económica e Trabalho, Educação e Cultura) e dois nomeados pelo Presidente da República (da Administração Interna e do Equipamento Social e Ambiente).

Previa também a realização de eleições para uma Assembleia Constituinte até 5 de julho de 1975, por voto direto secreto e universal, que decidiria sobre o futuro do território

A composição das delegações que negociaram o Acordo de Lisboa foi a seguinte:

Por Portugal, António de Almeida Santos, ministro da Condenação Interterritorial, que presidia; Major Melo Antunes, ministro sem pasta; Mário Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros.

Pelo PAIGC, Comandante Pedro Pires, Membro de Comité Executivo da Luta e Presidente da Comissão Nacional de Cabo Verde do PAIGC; Amaro Alexandre da Luz,

---

[263] IAN/TT: *Descolonização de Cabo Verde – Governo de Transição,* "Cópia do Acordo entre o Governo Português e o PAIGC de 19 de dezembro de 1974". Caixa 1, cap.1, nº1 / MF 6129, pp. 3-8. Documento em anexo II.

Membro da Comissão Nacional de Cabo Verde do PAIGC; José Luís Fernandes, Membro da Comissão Nacional de Cabo Verde do PAIGC.

O Alto-comissário escolhido por Portugal para superintender a transição foi o Comodoro Almeida d`Eça, nomeado pela Lei 10/74 de 15 de novembro de 1974, e a tomada de posse do governo ocorreu a 31 de dezembro de 1975.

A escolha portuguesa para a pasta do Equipamento Social e Ambiente recaiu no Tenente-coronel Vasco Wilton que, anos depois, no contexto da Conferência da Arrábida, de 2 de outubro de 1998, relatou a forma como decorreu aquela missão. O seu Departamento governamental foi criado em dezembro de 1974 e, de imediato, procedeu a um levantamento das estruturas existentes e ao apuramento das atividades em curso e a necessitar de concretização.

De entre as medidas que vinham sendo executadas ou a executar, no âmbito do Plano de Fomento para Cabo Verde, estavam previstas a conclusão do cais acostável na cidade da Praia, a compra de dois aviões turbo hélices e a modernização do aeroporto do Sal, mas havia, ainda a pesquisa de águas subterrâneas e o fomento à habitação. No Orçamento Geral do Estado Português para 1975, ainda relativo a encargos com o Plano de Fomento, ficara prevista uma verba global para Cabo Verde de 149.000 contos e outra separada, para o aeroporto do Sal, de 24.000 contos. Existia ainda outra rúbrica, do orçamento atribuído à colónia, onde figurava a verba de 30.000 contos

No entanto, o Governo de Transição queria mais: apostava em instalações hospitalares e escolares, abastecimento de água e desenvolvimento de infraestruturas geradoras de riqueza, para as quais Portugal já não tinha capacidade de apoio face à difícil conjuntura que atravessava. [264] Decidiram então convidar a ONU, através do "Comité dos 24", para visitar o território, a fim de aferir as muitas carências sentidas pela população. A satisfação de muitas necessidades existentes em Cabo Verde só seria possível com ajuda externa, mas o Plano de Assistência da ONU era escasso, orientava-se sobretudo para a formação de técnicos cabo-verdianos e para o fornecimento de variado equipamento, em vários sectores, num total de trinta e dois mil e quatrocentos e cinquenta contos, o equivalente a seiscentos e setenta mil contos à data de 1998.[265]

---

[264] IAN/TT: *Descolonização de Cabo Verde – Governo de Transição,* "Levantamento do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente de Cabo Verde, em dezembro de 1974, decorrente do Acordo entre o Governo Português e o PAIGC", Exposição apresentada pelo General Vasco Wilton Pereira, na Conferência da Arrábida a 2 de outubro de 1998". Caixa 4, cap.17 / MF 6131, pp.403-407.

[265] IAN/TT: *Descolonização de Cabo Verde – Governo de Transição,* "Levantamento do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente de Cabo Verde, em dezembro de 1974 decorrente do Acordo entre o

Essa visita ao território ocorreu entre o fim de fevereiro e o princípio de março de 1975 e a delegação foi chefiada pelo diplomata sírio Haissam Kelani que, no final, prometeu sensibilizar a comunidade internacional para apoiar Cabo Verde quer ao nível bilateral, quer multilateral.

Mais tarde, Almeida D`Eça, nas Conferências da Arrábida, veio dar conta que nem a ONU nem os outros países viriam a apoiar Cabo Verde como se esperava e, à parte algumas ajudas pontuais ao nível bilateral, e da UNICEF e da UNESCO ao nível multilateral no capítulo do ensino, apenas puderam contar com Portugal.[266] Segundo o antigo presidente do ICE, Costa Oliveira, "face á situação de extrema carência do país, Portugal concedeu-lhes, ainda em 1975, um subsídio não reembolsável de 300 mil contos".[267]

O convite à ONU partira do PAIGC, secundado por Portugal e, durante a estadia em Cabo Verde, este partido garantiu, aos representantes internacionais, através do seu dirigente Abílio Duarte, que "a situação política em Cabo Verde com o Governo de Transição era exemplar, no sentido de uma real descolonização".[268]

Carlos Reis, então titular da pasta da Justiça e Assuntos Sociais pelo PAIGC, veio, mais tarde, num depoimento de 2003, confessar que, no início do Governo de Transição tinham algum receio e preocupação com o evoluir da situação no território. Isto porque ainda havia muita agitação social e, em Portugal, a instabilidade política era real sendo que "alguns segmentos da sociedade política portuguesa de simpatia spinolista, quer nas Forças Armadas quer na Sociedade Civil, desejavam para Cabo Verde o modelo federativo rejeitando, desde logo, o reconhecimento do direito do povo à independência".[269]

A realidade, porém, mostrou que o entendimento acabou por ser perfeito, segundo o relatório militar elaborado pelo General Fernando Morgado, e apresentado também na referida Conferência da Arrábida sob o título "Aspectos mais salientes relativos ao sector

---

Governo Português e o PAIGC", Exposição apresentada pelo General Vasco Wilton Pereira, na Conferência da Arrábida a 2 de outubro de 1998". Caixa 4, cap.17 / MF 6131, pp.403-407.

[266] IAN/TT: *Descolonização de Cabo Verde – Governo de Transição* "Ultima parte da Exposição apresentada pelo Vice-Almirante Almeida D`Eça", Conferência da Arrábida a 2 de outubro de 1998, Caixa 4, cap. 17 / MF.6131, pp.447-455.

[267] Jorge Eduardo da Costa Oliveira, *Memórias de África 1961-2004: figuras e factos da minha vida,* Lisboa, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2015, p. 203-204.

[268] IAN/TT: *Descolonização de Cabo Verde – Governo de Transição* "Ultima parte da Exposição apresentada pelo Vice-Almirante Almeida D`Eça", Conferência da Arrábida a 2 de outubro de 1998, Caixa 4, cap. 17 / MF.6131, pp.447-455.

[269] IAN/TT: *Descolonização de Cabo Verde – Governo de Transição,* "Depoimento do Dr. Carlos Reis, ex. ministro da Justiça e dos Assuntos Sociais do Governo de Transição" feito na Cidade da Praia, em 13 de fevereiro de 2003, Caixa 4, cap. 18 / MF 6131, pp. 457-462.

militar", verificando-se até, no controle da agitação social e política do território, quando as forças de segurança portuguesas atuaram em sintonia com o PAIGC para eliminar, à nascença, qualquer manifestação contrária, detendo sob custódia militar 58 indivíduos acusados de perturbar a ordem pública. Ainda assim, segundo afirmou, ninguém ficou preso em Cabo Verde, ao contrário do que ocorreu noutras partes do espaço ultramarino.

Digno de uma especial referência, foi a criação de uma Comissão Militar Mista para formar as futuras Forças Armadas do Estado de Cabo Verde, que vieram a revelar-se um caso de sucesso.[270]

A 30 de junho de 1975, decorreu o sufrágio direto e universal para a constituição de uma Assembleia Constituinte, que iria decidir sobre o futuro do território. Na opinião de Costa Oliveira, antigo Presidente do ICE, "foi mais um simulacro de democracia do que uma verdadeira e livre consulta popular, pois com o apoio do MFA local o único partido candidato à Assembleia Nacional foi o PAIGC e todos os outros foram excluídos".[271] A 5 de julho, os 56 cidadãos eleitos por círculos eleitorais em listas plurinominais eram todos simpatizantes do PAIGC. Declararam a independência da República de Cabo Verde e escolheram o cabo-verdiano Aristides Pereira, que sucedera a Amílcar Cabral na liderança do PAIGC, como primeiro Presidente do novo país, sendo Pedro Pires o Primeiro-ministro.

Note-se que, em conformidade com o artigo 14º do Acordo de Lisboa, a salvaguarda dos cidadãos residentes em Cabo Verde e os seus legítimos interesses, acabaram por ficar contemplados.

Após as independências, Guiné e Cabo Verde apresentaram-se como Estados diferentes, com representações distintas; ou seja, na hora da independência impôs-se a separação, até que uma decisão em contrário fosse assumida por ambos. O tempo veio provar que Portugal tinha razão pois, tendo caminhado juntos na guerra, na paz, a vontade era de evoluírem de forma autónoma. O golpe do Primeiro-ministro guineense Nino Vieira, em novembro de 1980, contra o Presidente Luís Cabral, irmão do criador do PAIGC e da unidade dos dois povos na luta pela independência, enterrou definitivamente esse projeto.

---

[270] IAN/TT: *Descolonização de Cabo Verde – Governo de Transição*, "Aspectos mais salientes relativos ao serviço militar no período de 24 de Dez 74 a 05 julho 75", Exposição apresentada pelo General Amílcar Fernandes Morgado nos Cursos da Arrábida em 2 de outubro de 1998. Caixa 4, capilha 17 / MF 6131, pp. 418-446.

[271] Jorge Eduardo da Costa Oliveira, *Memórias de África 1961-2004: figuras e factos da minha vida*, Lisboa, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2015, p. 203.

A partir daí, surgiu o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV). Este novo país acabou por conseguir ultrapassar as divergências internas iniciais e impor um espírito de concórdia e aceitação das diferenças que permitiram a abertura à democracia pluripartidária, em 1992, sem qualquer conflito interno, ao contrário do que aconteceu nos outros ex-territórios ultramarinos portugueses.

É um verdadeiro caso de estudo, não só devido a essa estabilidade política com alternativa democrática, mas, também, devido ao excelente aproveitamento que tem feito da ajuda internacional, com a perseverança que caracteriza este povo e nas condições adversas com que a natureza dotou o arquipélago. Graças ao bom desempenho económico, já saiu do grupo dos países considerados menos desenvolvidos.

Ao nível da cooperação bilateral, Portugal tem desempenhado, desde o primeiro momento, um papel de vanguarda na ajuda a este jovem país, o qual, graças à excelência da sua programação e visão prospetiva, aliados à boa execução, tem sabido fazer uma gestão criteriosa dos recursos postos à sua disposição.[272]

Tudo começou com o Acordo Geral de Cooperação e Amizade[273] celebrado na Cidade da Praia, a 5 de julho de 1975. Nesse mesmo dia, foi assinado o Acordo de Cooperação Científica e Técnica,[274] que obedecia à mesma estrutura matricial do guineense, compreendendo as Ações de Cooperação e o Estatuto do Cooperante. Foram-lhe posteriormente acrescentados dois protocolos adicionais, nº 1 e nº 2, para efeitos de melhor interpretação e aplicação do Estatuto do Cooperante.[275]

Numa altura em que existia em Portugal um Ministério da Cooperação, muitos acordos foram firmados nesta fase. Um deles foi o Acordo no Domínio da Meteorologia, a 4 de novembro de 1975[276], seguido do Acordo relativo à Assistência Técnica no domínio da Meteorologia.[277]

Logo a 1 de janeiro de 1976, os dois países celebram um importante Acordo relativo à Assistência Técnica no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral,[278] a prestar

[272] Costa Oliveira em *Memórias de África,1961-2004, op. cit.,* 203-204, considera que os cabo-verdianos fizeram do seu país, "o maior sucesso, eu diria, o único sucesso da atribulada descolonização portuguesa". E conta que, na década de oitenta, o então encarregado de missão da Comunidade Europeia lhe confessara que "Cabo Verde era o país africano que melhor apresentava os seus planos e mais claramente prestava as suas contas". *Memórias de África,1961-2004,* Lisboa, IPAD, 2005.
[273] Publicado no D.G., 1ª S., nº 22 de 27 de janeiro de 1976. Entrou em vigor com a troca dos instrumentos de ratificação pelo D. R., 1ª S., de 12 de outubro de 1976.
[274] Publicado no D. G., 1ª S., nº 32 de 7 de fevereiro de 1976.
[275] Publicado no D. R., 1ª S., nº 118 de 22 de maio de 1980 e D.R., 1ª S., nº 182, de 7 de agosto de 1984.
[276] Publicado no D. G., 1ª S., nº 286 de 12 de dezembro de 1975.
[277] Publicado no D. R., 1ª S., nº 155, 3º Suplemento de 5 de julho de 1976.
[278] Publicado no D. R., 1ª S., nº 155, 3º Suplemento de 5 de julho de 1976.

por Portugal em variados domínios, desde a manutenção à formação, ou seja, tudo o necessário ao normal funcionamento do aeroporto.

Importa destacar o acordo alcançado a 16 de fevereiro de 1976, relativo ao Transporte Aéreo[279], fundamental no contexto geográfico do país. Tal como outro, assinado no mesmo dia, sobre Cooperação nos Domínios do Desenvolvimento Marítimo, Cartografia e Segurança da Navegação[280], seguido do Acordo Geral sobre Migração, muito importante para um país como Cabo Verde, com uma enorme comunidade em Portugal[281].

A 15 de abril chegava-se a acordo numa questão nem sempre pacífica: a Transferência do Departamento do Banco Nacional Ultramarino em Cabo Verde. Portugal prometia assistência técnica, nomeadamente, através de cooperantes.[282] Nesse mesmo dia, ocorreu um dos mais importantes acordos celebrados com este país, pela importância das infraestruturas e pelos valores envolvidos, que decorrem dos compromissos do Plano de Fomento em vigor aquando da revolução, e que representou um enorme esforço financeiro para Portugal. Tratou-se do Acordo respeitante a Obras e Investimentos, iniciado na vigência do Plano de Fomento em Cabo Verde[283], complementado a 9 de abril de 1980 com um Protocolo de Acordo sobre o Porto de Longo Curso da Praia[284], afetado por problemas técnicos não previstos e que exigiram novos apoios. Também foi assinado o Acordo relativo à Congel – Companhia de Pesca e Congelação de Cabo Verde, SARL[285], de forma a resolver os problemas financeiros desta empresa, em que ambos os países tinham interesses e o Acordo relativo a um Subsídio não Reembolsável, solicitado pelo governo cabo-verdiano face às necessidades de tesouraria que atravessava.[286]

Ainda a 15 de abril de 1976, foi assinado um Acordo Especial Regulador do Estatuto de Pessoas e Regime dos seus Bens.[287] Tratava-se de executar o compromisso celebrado em Lisboa, a 19 de dezembro de 1974, e que reflectia, sempre, a excelência das relações entre os dois países. Foi igualmente assinado nesta data um Acordo sobre o

[279] Publicado no D. R., 1ª S., nº 155, 3º Suplemento de 5 de julho de 1976.
[280] Publicado no D. R., 1ª S., nº 155, 3º Suplemento de 5 de julho de 1976.
[281] Publicado no D. R., 1ª S., nº 155, 3º Suplemento de 5 de julho de 1976
[282] Publicado no D. R., 1ª S., nº 155, 3º Suplemento, de 5 de julho de 1976.
[283] Publicado no D. R., 1º S., nº 155, 3º Suplemento, de 5 de julho de 1976.
[284] Publicado no D. R., 1º S., nº 161 de 15 de julho de 1980.
[285] Publicado no D. R., 1ª S., nº 115, Suplemento de 5 de julho de 1976.
[286] Publicado no D. R., 1ª S., nº 155, Suplemento de 5 de julho de 1976.
[287] Publicado no D. R., 1ª S., nº 155, 3º Suplemento de 5 de julho de 1976.

Banco de Fomento Nacional[288], ajustando as condições para a cedência ao Banco de Cabo Verde, do ativo e do passivo do Departamento local daquele Banco português. Outro acordo celebrado dizia respeito aos Funcionários Públicos[289] e destinava-se a regular a questão das aposentações dos funcionários públicos que prestaram serviço naquele território.

A 4 de novembro desse ano assinou-se o Acordo de Cooperação nos Domínios do Ensino e da Formação Profissional[290] para apoiar uma das valências mais necessárias ao desenvolvimento de uma nação, a Educação dos jovens e a Formação Profissional dos trabalhadores através de bolsas de estudo que eram regulamentadas.Sendo um dos setores onde as capacidades portuguesas mais se revelaram e onde Portugal mais apostou, foi em Cabo Verde onde, indubitavelmente, mais se aproveitaram esses recursos em todas as áreas.

A propósito desta realidade, atente-se no pensamento dos principais dirigentes da altura. O Primeiro-ministro Pedro Pires, numa audiência ao embaixador português em Cabo Verde, em abril de 1977, admitiu estar particularmente interessado em recorrer prioritariamente a Portugal para as necessidades de cooperação técnica e científica, dado que a língua comum tornava mais eficaz a atuação dos técnicos cooperantes, na ótica da transmissão de conhecimentos "que deveria nortear todo o tipo de cooperação". Levou mais longe o seu interesse pela cooperação portuguesa, ao admitir que era intenção do seu Governo "utilizar auxílios financeiros de terceiros países e organismos internacionais, para assegurar preferencialmente o concurso de técnicos portugueses"[291].

O Presidente da República Aristides Pereira, em junho do ano seguinte, numa audiência que concedeu ao então secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Emigração, João Lima, afirmou que não podia existir progresso "quando não se desenvolve na harmonia com o antigo país colonizador". Dava, como exemplo, o caso da Guiné Conakri que nada tinha progredido desde a data da independência e, vendo o erro cometido, estava agora a voltar-se para a França. Ainda segundo a informação do embaixador, o Presidente que "pende profundamente a favor de Portugal"[292] ao referir o

[288] Publicado no D. R., 1ª S., nº 155, 3º Suplemento de 5 de julho de 1976.
[289] Publicado no D. R., 1ª S., nº 155, 3º Suplemento de 5 de julho de 1976.
[290] Publicado no D. R., 1ª S., nº 51 de 2 de março de 1977, com um Protocolo Respeitante ao Acesso de Nacionais Cabo-Verdianos aos Centros de Formação Profissional Portugueses, publicado no D. R., 1ª S., nº 152 de 4 de julho de 1979.
[291] AHD, PAA Prov. Maço 140, nº geral 8238, telegrama da Embaixada de Portugal na Praia de 28 de abril de 1977.
[292] De profundamente antiportuguês, enquanto principal dirigente do PAIGC antes da independência da Guiné Bissau, a grande amigo de Portugal como Presidente de Cabo Verde, um percurso de assinalar.

caso da Guiné Conakri e a ideia de "revolução", afirmou sorrindo, que "não há revolução com fome".[293]

Voltando à celebração dos acordos, é necessário não esquecer a assinatura do Acordo Judiciário[294], em 4 de novembro de 1976 que foi importante por força da matéria em causa e porque também garantia formação dos funcionários cabo-verdianos naquela área. Nesse dia, foi conseguido outro importante acordo, neste caso no Domínio da Saúde[295], que contemplava a possibilidade de tratamento de um determinado número mensal de doentes em Portugal; regulamentando os encargos com transporte e tratamentos, a cooperação portuguesa oferecia formação a técnicos médicos e para-médicos cabo-verdianos, quer no domínio da medicina hospitalar, quer na de saúde pública. Se solicitado, Portugal podia ainda colaborar em programas de saúde pública a levar a cabo pelo governo de Cabo Verde.

A 21 de janeiro de 1977, foi firmado o Acordo Consular[296], cuja existência era premente, dada a numerosa comunidade cabo-verdiana existente em Portugal.

Na mesma data foi assinado outro dos habituais acordos entre Portugal e os jovens estados de língua portuguesa, o Acordo Cultural[297], que veio incentivar a cooperação em vários domínios, desde a educação à comunicação social, passando pela educação física. Foram, ainda, aprovados vários acordos na área dos Correios e Telecomunicações: o Acordo Especial sobre Telecomunicações[298], o Acordo Especial para aplicação da Tarifa Postal Interna aos objetos de correspondência a permutar entre os países[299] e o Tratado de Cooperação no Domínio dos Serviços Postais e de Telecomunicações.[300]

A 6 de dezembro de 1977, foi a vez do Acordo de Cooperação no Domínio dos Transportes Marítimos[301], de grande importância para a economia dos dois países, dadas as relações comerciais existentes, mas sobretudo para Cabo Verde, afetado pela insularidade, mas aberto ao mundo. A imprensa portuguesa ligada aos setores mais

[293] AHD, PAA Prov. Maço 140, nº geral 12398, nº A-61, telegrama da Embaixada de Portugal na Praia de 23 de junho de 1978.
[294] D. R., 1ª S., nº 155, 3º Suplemento de 5 de julho de 1976.
[295] D. R., 1ª S., nº 52 de 3 de março de 1977, com um Protocolo Adicional publicado no D. R., 1ª S., nº 267 de 18 de novembro de 1980.
[296] D. R. 1ª S., nº 83 de 9 de abril de 1977, com um Protocolo Adicional publicado no D. R., 1ª S., nº 232 de 7 de outubro de 1980.
[297] D. R., 1ª S., nº 83 de 9 de abril de 1977, com um Protocolo Adicional publicado no D. R., 1ª S., nº 125 de 31 de maio de 1979.
[298] D. R. 1ª S., nº 83 de 9 de abril de 1977.
[299] D.R., 1ª S., nº 87 de 14 de abril de 1977, alterado pelo Protocolo Adicional Publicado no D. R., 1ª S., nº 26 de 31 de janeiro de 1980.
[300] D. R., 1ª S., nº 91 de 19 de abril de 1977.
[301] D. R., 1ª S., nº 257 de 7 de novembro de 1979.

conservadores, à semelhança das notícias publicadas sobre outras antigas colónias como Angola, que tanto embaraço provocava ao Governo português, dava informações, que o Primeiro-ministro caboverdiano, Pedro Pires, afirmava serem falsas ou incorretas. Apesar disso, garantia compreender a dificuldade do Governo português em intervir. Como era absolutamente contrário a qualquer tipo de pressão, considerava ser a Embaixada do seu país que devia habilitar os meios de informação com as condições necessárias para que eles pudessem informar corretamente[302]. Apesar deste contratempo, nem por isso as relações saíram afetadas.

Em 31 de maio de 1978 foi celebrado o Protocolo relativo ao Regime de Taxas de Fretes, a praticar entre os portos das partes contratantes.[303]

Em 26 de janeiro de 1979 voltam a ser negociadas as taxas e fretes marítimos com a conclusão do Protocolo sobre o regime de Taxas e Fretes a praticar entre os portos das partes contratantes.[304] Importa também referir a assinatura de um protocolo respeitante ao acesso de nacionais cabo-verdianos aos Centros de Formação Profissional portugueses[305], tendo em linha de conta a necessidade de se definirem os termos desta cooperação e, também, do Acordo de Cooperação Técnica e de Intercâmbio no domínio da Comunicação Social[306], para prestar assistência técnica e formação de profissionais da comunicação e promover ações conjuntas neste setor.

Por fim, a 20 de abril de 1980, procedeu-se à assinatura do Acordo de Cooperação no domínio das Pescas[307] para projetos comuns, melhor aproveitamento dos recursos, formação e concessão de bolsas em Portugal, e do Acordo Comercial[308], em que ficavam asseguradas as vantagens deste relacionamento, concedendo mutuamente o tratamento de nação mais favorecida e pretendendo incrementar as relações comerciais. Para acompanhamento deste último criou-se uma Comissão Mista.

Resta abordar a ligação diplomática entre Portugal e Cabo Verde.

Como sinal de um perfeito entendimento, o Governo cabo-verdiano indigitou para embaixador na capital portuguesa, logo a 1 de outubro de 1975, o credenciado escritor que estivera exilado na Suécia, Corsino António Fortes, que aqui permaneceu até 1981. Ao chegar a Portugal, o novo embaixador afirmou: "Não há dúvida nenhuma de que a

[302] AHD-PAA Prov. Maço 140, telegrama geral 8238, recebido da Embaixada de Portugal na Praia em 28 de abril de 1977.
[303] D. R.,1ª S., nº 171 de 27 de julho de 1978.
[304] D. R., 1ª S., nº 130 de 6 de junho de 1979.
[305] D. R., 1ª S., nº 152 de 4 de julho de 1979.
[306] D. R., 1ª S., nº 130 de 6 de junho de 1979.
[307] D. R., 1ª S., nº 256 de 5 de novembro de 1980.
[308] D. R., 1ª S., nº 267 de 18 de novembro de 1980.

República de Cabo Verde teve um grande empenho em criar a sua primeira embaixada no mundo, justamente em Portugal…" [309]

Por seu lado, Portugal tinha enviado para a Cidade da Praia, a 30 de junho de 1975, o diplomata Manuel Barreiros, que ali ficou como encarregado de negócios depois da independência. Só em junho de 1977, com a construção da embaixada foi colocado como embaixador, José Manuel Cornélio da Silva. Seguiu-se-lhe, no posto, o diplomata Filipe Guterres que, a 17 de julho de 1979, ficou como encarregado de negócios até à chegada do novo embaixador, Duarte Vaz Pinto de Castro, a 3 de novembro desse ano.

As negociações com Angola

Tendo as negociações com a Guiné e com Moçambique corrido a contragosto de Spínola, este, como já foi dito, procurou conduzir a descolonização de Angola. Almeida Santos, nas suas *Quase Memórias*, afirma que Spínola cometeu dois erros graves na condução do processo por ele protagonizado: por um lado "a aceitação da indicação do Almirante Rosa Coutinho como presidente da nova Junta Governativa de Angola e, por outro, "como primeiro acto de salvação de Angola, ter promovido uma reunião com representantes das "forças vivas" do território deixando de fora, como se não existissem, os movimentos de libertação".[310]

Spínola pensava que, desta forma, esbateria a força dos movimentos guerrilheiros e poderia ainda vir a constituir, pela vontade das forças políticas que então começavam a surgir, um novo estado independente que formasse, com Portugal e o Brasil, a tão desejada Comunidade Luso-Afro-Brasileira.[311]

Por despacho exarado em 5 de setembro de 1974, criou a Comissão Nacional de Descolonização e um Gabinete de Apoio, na tentativa de retirar o assunto da esfera governamental, que não conseguia controlar, e ter nesta sede a legitimidade que procurava para então poder encabeçar a descolonização de Angola segundo o princípio da autodeterminação.

Mais uma vez, foi determinante a posição dos militares: cerca de meia centena de oficiais que se reuniram em Luanda, a 18 de setembro de 1974. Em conformidade com a posição que o MFA vinha defendendo, decidiram que a descolonização seria feita apenas com aqueles que tinham a legitimidade derivada da luta travada contra o regime

[309] [s.a.], "Razões da primazia da primeira embaixada em Portugal", *O Primeiro de Janeiro,* 4 de dezembro de 1975.
[310] Almeida Santos, *Quase Memórias, Do Colonialismo e da Descolonização, vol. I, op. cit*., p. 358.
[311] *Vide* desenvolvimento em 1.1, *supra*.

colonialista, e não como Spínola pretendia, com uma consulta à população, mobilizando antecipadamente a população branca.

Recorde-se que, apesar desta tomada de posição dos militares, nas vésperas da sua renúncia, Spínola teimava no seu projeto e ainda recebeu uma vintena de pessoas em representação das forças vivas daquela província, nas quais, como se disse, não constavam os movimentos de libertação.

Depois da demissão de Spínola, a 30 de setembro de 1974, a condução do processo descolonizador de Angola passou, também, para as mãos do homem escolhido pelo MFA, o ministro sem Pasta Melo Antunes, que já conduzira as negociações com Moçambique.

No entanto, a sua missão não se afigurava nada fácil pois, no território angolano, ao contrário dos outros quatro, apresentavam-se três interlocutores nacionalistas, reconhecidos pela OUA como legítimos representantes do povo.

Portugal tentava encontrar uma forma de, individualmente, conseguir a concertação entre eles, da mesma forma como conseguiu o acordo para o cessar-fogo.

O primeiro Movimento a negociar com os representantes das Forças Armadas Portuguesas foi a UNITA, a 14 de julho de 1974, seguido, a 15 de outubro, da FNLA, e, a 21 de outubro, do MPLA.[312]

É de assinalar, o papel levado a cabo pela OUA e por alguns líderes de países africanos, que serviram de intermediários entre os movimentos rivais. É o caso de Jomo Kenyatta, do Quénia, que a 5 de janeiro de 1975 viabilizou o Acordo de Mombaça, de onde saíu uma plataforma de entendimento para as negociações com Portugal, visando a independência de Angola. Este entendimento rejeitava a presença de qualquer outro interlocutor como representante do povo angolano e assumiram negociações mínimas com os portugueses para depois negociarem o máximo entre si.

Depois foi preciso ultrapassar as dificuldades relativas ao local onde iriam decorrer as negociações, já que surgiram algumas objeções, com alguns deles, face às localidades propostas quer em África quer na Europa quer até nos Açores.

É um aspeto interessante que, nos estudos dedicados ao Acordo, parece nunca ter sido valorizado. Num documento existente no Arquivo da Cooperação, como sendo resultado de sugestões de Angola com a classificação de Secreto, consta que "em princípio", a reunião cimeira com os movimentos de libertação de Angola estava marcada

[312] Pedro Pezarat Correia afirma, que já a 14 de junho, o MFA se deslocara à Zona de implantação da UNITA e negociara o cessar-fogo, portanto um mês antes da versão oficial defendida pelo Presidente Spínola. *Vide*, "O processo de descolonização de Angola do «25 abril» ao «Alvor»" disponível em: www.25abril.org>get...document, consultado em 30/07/2015.

para 18 de dezembro de 1974, em São Miguel nos Açores. No referido documento propunha-se a delegação portuguesa e definiam-se já os princípios e procedimentos a seguir pelas quatro delegações. Porém, no ponto 1.2 do documento, alertavam para o facto de se notarem da parte da UNITA, "alguns indícios de objeção quanto ao local, mostrando preferência por uma capital africana. No caso de se ter de ir para essa solução sugere-se Dakar ou Dar–es–Salam". E, no ponto 1.3, acrescentava-se que "neste caso será provavelmente necessário adiar a Conferência para princípios de janeiro" [313].

Pelos vistos, com base nas sugestões dos participantes, esteve tudo acertado para os Açores; aqui se teria decidido o futuro de Angola se a UNITA à última da hora, não se tivesse oposto ao local.

Finalmente, ficou decidido realizar o encontro no Algarve, entre 10 e 15 de janeiro de 1975.[314]

Depois de complexas negociações, com Portugal de um lado e a UNITA, FNLA e o MPLA, do outro, assinaram o Acordo do Alvor[315], a 15 de janeiro de 1975, reconhecendo o direito à independência, que ficou marcada para 11 de novembro de 1975.

A numerosa delegação portuguesa era composta por Melo Antunes enquanto ministro sem Pasta, que chefiava, Mário Soares enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros e Almeida Santos enquanto ministro da Coordenação Interterritorial.

Do lado angolano estavam, entre muitos outros:

Pela FNLA: o seu Presidente Holden Roberto e o encarregado das Relações Exteriores Johnny Eduardo;

Pelo MPLA: o Presidente António Agostinho Neto e o membro do Bureau Político Lúcio Lara;

Pela UNITA: o Presidente Jonas Malheiro Savimbi e o secretário das Relações Exteriores Jorge Sangumba.

---

[313] Arquivo da Cooperação, 08.02/01, Diversos Documentos Relativos ao Acordo Assinado no Alvor, Fotocópias, "Reunião Cimeira com os Movimentos de Libertação de Angola- Sugestões de Angola",[s.d.].

[314] Mário Soares conta nas, pp. 230 e 231 do livro *Mário Soares um político assume-se,* que enquanto MNE se deslocou em novembro de 1974 a Kinshasa, para conversações com Holden Roberto e Jonas Savimbi e que lá apareceu, também, uma delegação do MPLA chefiada por Iko Carreira e propôs-lhes a ideia de uma reunião a três, em Lisboa, para debater o futuro de Angola. Já no citado livro de José Manuel Duarte de Jesus, no relatório confidencial nº 16 de 26 e 27 de dezembro, pp. 51 e 52, pode ler-se que Soares declarara em Kinshasa, onde se encontrara com Holden Roberto e Jonas Savimbi, (não se refere a presença de alguém do MPLA) que tinha ficado assente a realização em dezembro, em Portugal, de uma mesa redonda para constituírem um Governo Provisório para Angola, formado pelos diversos movimentos. De notar que, neste contexto há ainda a registar um encontro em Tunes, a 7 de novembro se 1974, entre Soares e Johnny Eduardo, representante da FNLA.

[315] DG., 1ª S. nº 23, Supl., de 28 de janeiro de 1975.

Toda a negociação decorreu sob profunda desconfiança entre eles, mas também entre eles e Portugal, sobretudo por parte da FNLA e da UNITA. Estes últimos chegaram a pôr em causa a forma como Portugal dispôs as delegações no próprio Hotel. A partir de então, Holden Roberto e Jonas Savimbi nunca se cansaram de acusar Portugal de ter demonstrado uma clara preferência pelo MPLA nas negociações e, depois, no período de transição.

Anos mais tarde, Almeida Santos admitiria a hipótese de o acordo ter sido previamente negociado, tendo como fonte o antigo Alto-comissário português em Angola, General Silva Cardoso, que considerava que o Acordo de Alvor "fora cozinhado" em Argel, entre Melo Antunes e Agostinho Neto, em novembro de 1974[316]. Almeida Santos acredita nesta tese, e faz uma comparação, no mínimo polémica, quando estabelece um paralelismo entre o que aconteceu em Argel, entre Melo Antunes e Agostinho Neto, com o que tinha já acontecido em Dar-es-Salam, no primeiro encontro entre Melo Antunes e Samora Machel. No fundo, a mesma suspeita sobre o que ele teria negociado sozinho, abrindo o caminho por onde forçosamente, ambos os processos teriam que caminhar.[317]

No livro anteriormente referido, Silva Cardoso criticou duramente a estratégia de apoio do MFA ao MPLA e acusa Melo Antunes e Pezarat Correia de terem cozinhado o Acordo. Foi ainda mais longe, ao afirmar que o projeto conjunto dos três Movimentos, apresentado no Alvor, era a proposta que o MPLA "cozinhara" em Argel e que este movimento levou para a reunião de Mombaça[318], onde Portugal foi impedido de estar presente, e onde os Movimentos aprovaram o documento na íntegra. [319]

O então Brigadeiro Pezarat Correia, o outro militar que tinha acompanhado com Silva Cardoso o ministro a Argel, sempre negou que o Acordo de Alvor tenha sido ali negociado. Falta ouvir a versão do outro elemento da comitiva, o embaixador Fernando Reino que, eventualmente, nas memórias que prometeu escrever, abordará este assunto.

Do lado angolano, não se conhecem declarações dos presentes na reunião, Agostinho Neto, Iko Carreira, Paulo Jorge e Afonso Van-Dunen.

---

[316] Almeida Santos, *Quase Memórias, Do Colonialismo e da Descolonização, vol. II. op. cit., p.* 344.
[317] Idem, *ibidem*, p.169. *Vide* igualmente a entrevista de Almeida Santos ao *Público*, com S. J. A., "Melo Antunes e Almeida e Costa acordam com a Frelimo as bases do futuro Acordo de Lusaca", de 11 de abril de 2004, pp.12-14.
[318] Holden Roberto afirmou, alguns anos depois, que Mombaça foi importante porque permitiu, com base num texto negocial apresentado pela FNLA, se pusessem, finalmente, de acordo sobre as posições comuns a defender com o Governo português.
[319] General Silva Cardoso, *Angola. Anatomia de uma Tragédia*, Lisboa, Oficina do Livro, 2000, p. 582.

No estudo feito por Alexandra Marques sobre a descolonização de Angola e da análise que fez à ata desta reunião de Argel, em 18 de novembro de 1974, apenas se pode constatar que ali "foi definida a colaboração do MFA, no reforço político e militar do MPLA, de modo a ser preponderante no futuro. Ambas as partes partilhavam a mesma aversão à FNLA e sabiam que Savimbi era imprevisível"[320].

As declarações de Lopo do Nascimento, importante quadro do MPLA, proferidas na Fundação Gulbenkian em Lisboa por ocasião das comemorações dos 40 anos do 25 de Abril, foram também nesse sentido, ao referir que não estavam certos do rumo que a descolonização ia seguir naquela altura, mas que afinal, "o que foi fundamental, para nos dar uma linha de orientação, foi quando o MFA retomou nas suas mãos esse processo e houve um encontro a 18 de dezembro de 1974, entre o presidente Agostinho Neto e o Major Melo Antunes"[321].

Aquele histórico dirigente do MPLA remete para dezembro de 1974 a certeza do rumo pretendido. Mas, afinal, o que de tão importante foi debatido em Argel que permitiu traçar o caminho a seguir?

Segundo afirma no seu livro autobiográfico, o então Tenente-coronel Gonçalves Ribeiro, que fazia parte da delegação portuguesa no Alvor, no pequeno-almoço do dia 10 de janeiro, data do início da Cimeira, foi-lhes entregue "um Projeto de Acordo entre o Estado Português e a FNLA, o MPLA, e a UNITA, por eles elaborado durante a pré-cimeira de Mombaça […] e provocou o total esvaziamento da agenda, pelo que passou a substitui-la, como única referência e suporte exclusivo". E acrescenta que o seu conteúdo revelava um claro propósito de subalternizar Portugal e os seus interesses e, por isso, houve que "burilar, ajustar e aperfeiçoar o texto recebido" de forma a defender esses interesses, o que foi conseguido, segundo afirmou, graças "à capacidade jurídica do Dr. Almeida Santos e à natural sagacidade de Melo Antunes".[322]

Coexistem várias versões do que se passou no Alvor, que não sendo coincidentes, se cruzam entre si e permitem concluir pela não veracidade da tese de que tudo fora "cozinhado" antecipadamente em Argel. Melo Antunes refuta, em absoluto, qualquer negociação prévia. Embora omitindo a concertação de objetivos futuros com o MPLA,

---

[320] Alexandra Marques, *Segredos da Descolonização de Angola*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2013, p. 115.
[321] Lopo do Nascimento, "receávamos que o movimento dos capitães não desse certo", disponível em: http://www.dw.de/receávamos-que-o-movimento-dos-capitães-não-desse-certo-diz chissano/a-17589690, consultado em 20/01/2015.
[322] General Gonçalves Ribeiro, *A Vertigem da Descolonização. Da Agonia do Êxodo à Cidadania Plena*, Lisboa, Inquérito, 2002, p. 187.

referida por Alexandra Marques, admitiu que procurou ouvir a posição do MPLA, mas foi bem claro quanto à posição portuguesa de não se desviar do objetivo fundamental: a independência de Angola no quadro da Lei 7/74. Reconhecia que existiam três movimentos com quem teriam de negociar e, por isso, Portugal apelava para um entendimento prévio entre eles.[323] Quanto às negociações, tendo em consideração o relato pormenorizado feito pela delegação portuguesa, pode deduzir-se que foram extenuantes, outro fator que parece não se compaginar com qualquer entendimento prévio.

À medida que as negociações avançavam, notava-se que os intervenientes africanos ficavam mais à vontade, mais interventivos e conscientes do que queriam, no que concerne às propostas apresentadas por Melo Antunes. Embora concertados desde o encontro de Mombaça, existiam divergências de pontos de vista, o que por vezes complicava o resultado final. Quando tinham dúvidas a estratégia era sempre a mesma: "depois se verá…"[324].

O ministro sem Pasta conduziu sempre as reuniões com alguma firmeza e aceitação geral, embora tenha tido um sério percalço, ao propor a inclusão da população branca de Angola no Governo de Transição. Esta proposta foi de imediato rejeitada pelos parceiros africanos, à semelhança de outras sugestões; desde os poderes do Alto-comissário, em que a delegação portuguesa cedeu bastante, à cooperação diplomática bilateral, à questão dos colaboracionistas e, sobretudo, ao património dos portugueses.

Todavia, ao lado do papel de lider que coube a Melo Antunes, refira-se o desempenhado por Mário Soares, sobretudo ao nível dos seus conhecimentos jurídicos que, por vezes, chegaram a ser conflituantes com as propostas em análise, acabando por serem importantes nas fórmulas e termos a usar.

Almeida Santos procurou ser um moderador nas suas intervenções, embora, anos mais tarde, tenha afirmado que ele e Mário Soares se limitaram a colocar em bom português um texto pré-negociado, no qual não acreditou. Por isso, tentou outra solução: adiar as eleições para depois da independência e iniciar, desde logo, um sistema de presidência rotativa. Porém, o MPLA inviabilizou esta solução.[325]

No final da Cimeira do Alvor, Agostinho Neto mostrou-se otimista, considerando que, se os movimentos se mantivessem unidos, haveria condições para a verdadeira

[323] Maria Manuel Cruzeiro, *Melo Antunes, o Sonhador Pragmático*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004, pp. 160-161.
[324] Esta estratégia vai de encontro ao referido por Holden Roberto.
[325] Almeida Santos, *Quase Memória, da Descolonização de cada Território em Particular,* vol. II, *op. cit.*, p. 174-179.

libertação do povo angolano. E alertou para o perigo dos apetites estrangeiros pelas riquezas de Angola, esclarecendo, para que não restassem dúvidas: "não falo de Portugal, onde a orientação atual, é-me muito agradável dizer isso, é no sentido de descolonizar completamente e estamos absolutamente convencidos com os contactos que temos tido (…), que Portugal não deseja fingir que está a descolonizar"[326].

Pelo menos o MPLA mostrava-se satisfeito, embora cauteloso, com o que fora conseguido e acreditava na sinceridade dos descolonizadores. Anos mais tarde, Melo Antunes lamentou o fracasso deste acordo, embora admitisse que a base conceptual da descolonização fosse aquela. Assumiu alguns erros no processo, nomeadamente não ter condicionado as eleições e a transferência do poder à necessária estabilidade, e ter aceite o curto período previsto para a transição que, afinal, não seria para fazer a paz, mas sim, a guerra.

No Acordo ficou formalizado um cessar-fogo com Portugal, que afinal já era observado. Para além do reconhecimento dos três movimentos como os únicos e legítimos representantes do povo angolano, ficava considerada a integridade territorial de Angola, incluindo o enclave de Cabinda. Tal como em todos os outros Acordos, ficava prevista a criação de um Banco Central emissor, que assumiria o passivo e o ativo do Banco de Angola.

Uma vez que, pelo seu alcance, o acesso à cidadania angolana era um dos pontos mais importantes, ficou decidido que todos os indivíduos nascidos em Angola, desde que não declarassem desejar conservar a nacionalidade que já tinham, ou optar por outra, seriam considerados angolanos. De igual modo, poderiam ser considerados angolanos os que, embora não tendo lá nascido, mas estivessem radicados em Angola, requeressem a cidadania. Por fim, deixava-se a porta aberta para um tratamento especial na concessão da cidadania aos portugueses residentes em Angola, ou dos angolanos residentes em Portugal.

Embora mais aparente que real, ficou também expresso o desejo de se estabelecer uma cooperação construtiva em todos os domínios, nomeadamente no cultural, técnico, científico, económico, comercial, monetário, financeiro e militar.

O Acordo acabou por ficar muito extenso, e ali couberam os pontos mais sensíveis que hoje podem merecer uma análise mais aprofundada. À semelhança do conseguido com Moçambique, ficou acordado que os angolanos assumiriam os encargos financeiros

[326] Título do jornal *O Século*, "Agostinho Neto ao chegar a Lisboa. Temos condições ótimas para um mínimo de entendimento",17/01/1975, pp. 6-7.

do Estado Português com os projetos ali realizados, desde que tivessem sido feitos em proveito do povo angolano.[327]

Foi Almeida Santos que ajudou a encontrar a solução, quando dos dois lados se apresentavam contas a haver, afirmando que "em Moçambique, o problema resolvera-se porque as condições impostas pelo Presidente Machel tinham sido razoáveis. Talvez Luanda pudesse fazer o mesmo (…) até porque as boas contas fazem os bons amigos".[328] Com esta frase, acabou por vencer as resistências.

Já relativamente aos bens dos particulares, a proposta dos movimentos era clara quanto aos objetivos a atingir. Prometia respeitar os bens e interesses dos portugueses, "domiciliados em Angola", desde que não se opusessem ao direito do povo angolano "ao seu legítimo património".

Não se falava dos bens e interesses dos não residentes. E o que se deveria entender por "legítimo património dos angolanos"?

A contraproposta portuguesa mais não foi do que assumir, por outras palavras, o que os angolanos desejavam obter, para desta maneira formular a proposta que daria força jurídica às expropriações e nacionalizações "dos bens e interesses legítimos dos portugueses domiciliados em Angola", sem provocar uma debandada em massa.

À volta da legitimidade e não da legalidade, gravitaria no futuro a questão do direito de posse, tal como afirmou Melo Antunes: "o problema é que poderá ser legal dentro do quadro colonial, mas não ser legítimo. A norma de legitimidade agora é que deve entrar em vigor a fim de se considerar os bens que são realmente legítimos"[329]. Segundo Alexandra Marques, para não restarem dúvidas da sintonia absoluta da delegação portuguesa com os angolanos, foi explicado que o termo "legítimo" facilitaria o processo de expropriações ao futuro Governo. Mário Soares apoiou a ideia referindo que: "esta qualificação é do vosso interesse, a não ser que entendam de forma contrária".

Almeida Santos precisou e limitou a discussão, afirmando que "o que está no nosso espírito corresponde àquilo que está no vosso. É uma expressão ampla, mas não é ambígua". Melo Antunes concluiu o diálogo, declarando: "no fundo, quem define o critério da legitimidade são os movimentos de libertação".[330]

---

[327] Os factos que se seguem, relativos à negociação no Alvor, foram retirados do livro de Alexandra Marques, *Segredos da Descolonização de Angola, op. cit.*

[328] *Vide,* Alexandra Marques, *Segredos da Descolonização de Angola, op. cit.,* p.194.

[329] *Vide,* Alexandra Marques, op., cit., pp. 201-207.

[330] Idem, i*bidem,* pp.205-207.

A delegação portuguesa temia que, a ficar escrita outra formulação, poder-se-ia dar uma revolta generalizada, um êxodo preocupante dos colonos e um julgamento crítico muito negativo sobre a defesa dos seus interesses. No que concerne a esta preocupação, a contraproposta portuguesa acabou por ser aceite.

Este acordo, embora tomasse como modelo o de Lusaca, foi complementado com o aparentemente importante artigo 54, para salvaguarda de pessoas e bens.[331] Sabe-se, agora, que a realidade era diferente e, passado pouco mais de um ano desde esse compromisso, o Governo do MPLA aprovou a Lei de 26 de fevereiro de 1976, que nacionalizou e confiscou empresas e outros bens.[332]

Ainda mais constrangedor para Portugal foi a forma como os negociadores permitiram que fosse possível acertar, num Anexo Secreto há pouco desclassificado que, no futuro, as novas autoridades angolanas pudessem vir a punir os atos considerados criminosos, levados a cabo contra o povo angolano, por parte de angolanos ou portugueses residentes em Angola, e integrados sob a iniciativa da administração colonial[333]. Ou seja, todos os atos cometidos por aqueles que serviram os interesses da política colonial ficariam, no futuro, à mercê daqueles contra os quais combateram. Tal como na Guiné, relativamente aos comandos africanos abandonados à sua triste sorte, Portugal mostrava-se de novo mal-agradecido, independentemente do lado certo ou errado da história em que combateram.

O mais grave é que, com a justificação de que a divulgação deste Anexo poderia levar à fuga da população, foi a própria delegação portuguesa a propor e a convencer os movimentos a um pacto de silêncio.

Quanto aos órgãos de soberania responsáveis pelo exercício do poder até à independência, ficou assente que seriam constituídos por um Alto-comissário, (escolha da competência do Presidente da República, que se decidiu pelo então Brigadeiro Silva Cardoso) e por um Governo de Transição.

A este Governo caberia a função legislativa, para além da responsabilidade de organizar eleições gerais para a Assembleia Constituinte, no prazo de 9 meses, tendo iniciado funções a 31 de janeiro de 1975.[334] Seria constituído pelos quatro intervenientes

[331] Artigo 54, do Acordo do Alvor: "A FNLA, a UNITA e o MPLA" comprometem-se a respeitar os bens e interesses legítimos dos portugueses domiciliados em Angola

[332] Três dias depois, o Governo português reconhecia o governo do MPLA.

[333] *Vide,* Alexandra Marques, *Segredos da Descolonização de Angola, op. cit.,* pp. 208-211.

[334] Almeida Santos considera que, tal como em São Tomé e Cabo Verde, também aqui se previa "uma consulta popular", não referendária, mas eleitoral, mas não houve oportunidade de a materializar, *Vide*,

no processo, com três ministros cada, a quem seriam distribuídas as pastas a criar. Portugal não ousou cometer o mesmo erro que em Lusaca e garantiu o mesmo número de lugares. Seria, por sua vez, presidido pelo Colégio Presidencial, constituído por três membros[335], um de cada um dos movimentos de libertação, a quem competia rotativamente a coordenação e a direção do Governo de Transição.

Relativamente ao Alto-comissário, caber-lhe-ia, entre outros: o dever de representar as autoridades portuguesas; de promulgar a legislação do Governo de Transição; assegurar a política externa; dirigir, em conjunto com o Colégio Presidencial, a futura Comissão Nacional de Defesa, elemento fundamental para a criação de uma força militar mista, embrião das futuras Forças Armadas, que seria composta, nesta fase, por militares portugueses e dos três movimentos. Esta força nunca veio a ser efetivamente criada porque os movimentos, desconfiados entre si, não transferiram, como combinado, as suas forças militares, mas, apenas, pequenas unidades que nunca foram além da formação de patrulhas mistas. Também não chegou a funcionar o previsto Estado-Maior Unificado, onde poderá estar uma das causas da guerra civil.

Apesar do Governo de Transição estar sediado em Luanda, as direções políticas dos movimentos não estavam ali fixadas, procurando manter-se nas regiões onde tinham as respetivas bases de apoio. Enquanto o MPLA, de Agostinho Neto, se fixou na capital, a UNITA, de Jonas Savimbi, manteve a direção política nas matas do Leste de Angola e a direção administrativa em Nova Lisboa, e a FNLA, de Holden Roberto, apesar de ser convidada a integrar-se no espaço nacional, nunca renunciou à sua sede no Zaire.

Na realidade, menos de dois meses após o início das funções governativas conjuntas, as divergências entre os três movimentos eram insanáveis, não deixando de se agravar, até à rutura total, pois era impossível governar com tamanha desconfiança e rivalidade entre cada um deles e entre todos e Portugal. Apenas na rejeição da pretensa independência de Cabinda, desejada pela FLEC, eram unânimes e deixaram-no firmado nos acordos que subscreveram em Mombaça e Nakuru.

Da confrontação política passou-se, em pouco tempo, à violência física, embora no princípio limitada ao MPLA e à FNLA. Este último tinha uma superioridade inicial enorme, em potencial humano e, até, militar, face aos outros dois, até que, após a indefinição das batalhas de Luanda, em finais de março e finais de abril, e com mais

---

Almeida Santos, *Quase Memórias*, 2º vol, "Da Descolonização de cada Território em Particular", op. cit., p. 251.

[335] O representante do MPLA no Colégio Presidencial era Lopo do Nascimento, da UNITA José N`Dele e da FNLA Johnny Eduardo.

evidência após a batalha de Luanda, em julho, aqueles movimentos e a própria UNITA, vão enveredar mais abertamente pelo recurso ao apoio externo. A partir de agosto começou a internacionalização do conflito e o seu considerável agravamento, com cada movimento a controlar diferentes áreas geográficas, enquanto os militares portugueses, ainda espalhados pelo território, eram concentrados nas cidades principais, evitando envolver-se nos confrontos. Enquanto isso, Angola despovoava-se da população europeia, sendo uma grande parte, quadros que teriam sido fundamentais para o pós-independência.

Apesar dos fortes antagonismos, ainda ocorreu entre 16 e 21 de junho de 1975, por mediação externa, uma tentativa de concertação feita à margem do Governo português e, em desrespeito pelo artigo 58 do Acordo do Alvor, o que pressagiava já a vontade conjunta em afastar Portugal do processo de descolonização.[336] Dessa tentativa resultou a celebração do Acordo de Nakuru, onde prometiam renunciar ao uso da força e honrar os compromissos assumidos. Na verdade, duas semanas depois, tudo foi desrespeitado com os confrontos entre o MPLA e a FNLA.

Os movimentos não estavam sós nesta luta. Veja-se, como exemplo da envolvência externa, a narrativa de Tiago Moreira de Sá, a propósito do envolvimento americano em Angola. A 19 de abril de 1975, ocorreu um almoço na Casa Branca que terá mudado a política dos EUA relativamente a África. Estiveram presentes o Presidente Gerald Ford, o secretário de Estado Henry Kissinger e o Presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda. Este último, dizendo falar em nome dos presidentes dos países vizinhos, Nyerere da Tanzânia, Mobutu do Zaire e Samora Machel de Moçambique, convenceu Ford de que a URSS estava a intervir em Angola com conselheiros militares e armamento, ajudando o MPLA a tomar o poder. Os Estados Unidos deviam intervir para travar este apoio, em defesa dos países vizinhos. Como o conflito entre os três movimentos também se agravava, o Presidente da Zâmbia apresentou uma solução: que os americanos apostassem em Savimbi como o líder do compromisso e, com este objectivo, não regateavam elogios às suas virtudes e capacidades, assegurando, pelos vistos abusivamente, que também o ministro Português dos Negócios Estrangeiros, Melo Antunes, com receio dos apoios comunistas do MPLA, estava disposto a passar a apoiar o líder da UNITA. Kaunda terá

[336] Melo Antunes em 26 /3/75, pouco depois de ser nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros, desloca-se com Almeida Santos a Angola tentando convencer os três movimentos a regressar ao espírito de Alvor. Melo Antunes regressa no mês seguinte, a 8/4/75, para tentar uma aliança Neto/Savimbi, depois de se ter encontrado com os presidentes Nyerere e Kaunda para receber o seu apoio a esta proposta. Mas a ideia não foi avante.

afirmado aos americanos que "Angola não podia cortar os seus laços com a Metrópole"[337].

Vítor Crespo, confrontado com a afirmação, atribuída a Melo Antunes, de apoio a Savimbi, não lhe deu nenhum crédito. Segundo ele, a visão que ambos tinham sobre a UNITA era a de que este movimento poderia ser visto como um parceiro capaz de um entendimento com o MPLA: "chegámos a favorecer a UNITA, relativamente à FNLA, isso sim. Quer dizer, fizemos *loby* mais pela UNITA do que pela FNLA", mas garante que nunca deixaram de defender um entendimento entre os três, em conformidade com o que fora acordado.[338]

Para António Costa Pinto, Melo Antunes ainda tentou convencer Henry Kissinger a apoiar o MPLA,[339] o que ele nunca aceitou, como se sabe.

Resulta evidente que, embora oficialmente, Portugal sempre procurasse o entendimento entre os movimentos, desconfiava dos propósitos da FNLA e não descartou um entendimento entre a UNITA e o MPLA. O MFA e as chefias militares, incluindo o próprio Melo Antunes, que sempre o assumiu, mostraram simpatia para com o MPLA, quer durante a "governação" de Rosa Coutinho, no período anterior ao Acordo de Alvor, quer no período de transição, apesar da oposição do Alto-comissário Silva Cardoso.

Oficialmente, Portugal praticava uma política de "Neutralidade Ativa"[340], que ia desde os contactos diretos com os beligerantes até aos pedidos de apoio a países amigos e à própria OUA, como conta o Almirante Vítor Crespo na entrevista concedida, para tentar impor um cessar-fogo, por forma a que a disputa armada desse lugar a uma disputa política.

Curiosamente, a propósito deste princípio, o então Alto-comissário tinha outra interpretação. Nas suas memórias, Silva Cardoso refere que, em julho de 1975, na chamada batalha de Luanda, perante o avanço das forças da FNLA, que do Norte se acercavam de Luanda, recebeu instruções do Presidente Costa Gomes, em conformidade com as propostas que este recebera da Comissão Coordenadora do MFA de Angola, para impedir a todo o custo a entrada das forças da FNLA, com zairenses, na capital.[341] No seu entender, estava desvendado o significado da expressão "Neutralidade Ativa": tratava-se

[337] Tiago Moreira de Sá, *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola, op. cit.,* pp. 19-21.
[338] Entrevista concedida ao autor no Clube Naval em Lisboa, em 14/07/2011.
[339] Witney Wright Schneidman, *"American Foreign Policy and the Fall of the Portuguese Empire", apud,* António Costa Pinto, no livro *O Fim do Império Português, op., cit.,* p. 79.
[340] A Política de "Neutralidade Ativa" tinha sido definida em maio, pelo Conselho da Revolução.
[341] Melo Antunes admitiu em entrevista ao *Público Magazine* de 9 de janeiro de 1994, ter sido ele como MNE, após consulta ao Presidente, que instruiu os comandos para, de qualquer forma, se oporem a que a FNLA entrasse em Luanda, devido ao fato destes estarem infiltrados de zairenses e homens da CIA, p. 20.

de ser neutral neste conflito, mas passar a ativo se o MPLA precisasse de ajuda, "reforçar o MPLA, ou pelo menos, cooperar com as FAPLA". Dado entender que, "como militar, não podia cumprir a ordem" que lhe era dada, telefonou a Costa Gomes e apresentou a demissão do cargo, cessando funções a 2 de agosto de 1975.[342] Foi substituído pelo Almirante Leonel Cardoso, a 26 de agosto, que ali ficou até à independência.

Entretanto, dadas as constantes violações do acordo pela generalização do conflito que envolvia já os três movimentos, e com uma verdadeira guerra civil instalada, a FNLA e a UNITA abandonaram o Governo de Transição e, como consequência de tudo isto, Portugal suspendeu o Acordo[343].

Caberia então ao Alto-comissário assumir as funções do Colégio Presidencial, mas a iniciativa não resultou como esperavam, porque o MPLA manteve os seus representantes, não se demitindo das suas responsabilidades, e o Governo português desdobrou-se em iniciativas para resolver o conflito.

Vítor Crespo, enquanto ministro da Cooperação, e o ministro dos Negócios Estrangeiros Melo Antunes, foram os negociadores de serviço.[344]

Relativamente a estes contactos, Vitor Crespo, na entrevista já citada, referiu-se a estas iniciativas e fez algumas apreciações sobre o que achava relativamente a cada um dos líderes angolanos. Agostinho Neto, do MPLA, era o menos "regionalista", o mais bem preparado para a governação e o mais ligado a Portugal, fruto das amizades aqui construídas durante a formação escolar, o que era, aliás, comum a muitos destes militantes. Ele próprio referiu a amizade que tinha, por essa via, com Lúcio Lara, do MPLA, com quem se encontrou nesta missão.

Quanto a Jonas Savimbi da UNITA, reconheciam nele um homem capaz e bem preparado, com quem era fácil falar, e que tinha uma enorme influência sobre uma importante zona de Angola.

Já relativamente a Holden Roberto, da FNLA, as desconfianças eram enormes, pelo que esse movimento "tradicionalista" representava e porque estaria completamente enfeudado pelos interesses e apetites zairenses.

---

[342] *Vide* Silva Cardoso, *Angola, Anatomia de uma tragédia*, 5ª ed., Lisboa, Oficina do Livro, 2001, pp. 655-656.

[343] Dec-Lei nº 458-A/75 de 22 de agosto.

[344] Melo Antunes na entrevista ao *Público Magazine* de 9/01/94, a propósito de Angola, falou das violações do Acordo de Alvor e da sua ida a Angola, no verão de 1975, para falar com o Agostinho Neto, mas confessou que o diálogo não correu nada bem entre ambos e daí resultou que durante muito tempo até teve dificuldade em contatar elementos do MPLA a ele ligados.

Vítor Crespo foi ao seu encontro, no norte de Angola, mas não houve a mínima abertura da sua parte; mostrou-se tão consciente da superioridade da FNLA que não admitiu qualquer negociação, dizendo abertamente que, para além do apoio do Zaire, tinha o total apoio dos Estados Unidos, não deixando de lembrar aos portugueses que, afinal, os EUA representavam a política ocidental.

Após os encontros com cada um dos interlocutores angolanos, o ministro da Cooperação deslocou-se à 12ª Cimeira da OUA, em Kampala, a 5 de novembro de 1975, e depois de, inexplicavelmente, a delegação ter ficado retida e incomunicável no Hotel por alguns dias, o ministro acabou por ser convidado pelo Presidente Idi Amin, anfitrião da Cimeira e seu Presidente em exercício, para nela discursar, o que foi inédito para um europeu e levantou muita celeuma entre algumas delegações. No seu discurso pediu o envolvimento da Organização na procura da paz em Angola. Depois, aproveitou a ocasião para pedir, igualmente, o apoio do representante de Moçambique, Joaquim Chissano, de quem tinha ficado amigo, e do Presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, para se encontrar uma solução de paz. Mas a posição dos países de língua portuguesa, através da CONCP, era unânime e não permitia outra solução que não fosse o claro apoio ao MPLA.

Na data aprazada para a passagem do testemunho, o Alto-comissário Leonel Cardoso não entregou o poder ao MPLA, que controlava a capital depois da vitória na batalha de Luanda, nem a nenhum dos outros movimentos, mas sim ao povo angolano, conforme a decisão saída do Conselho de Ministros.

Nesse dia, 11 de novembro de 1975, nascia em Luanda a República Popular de Angola, embora a UNITA tivesse, por sua vez, proclamado a independência no Huambo e a FNLA no Ambriz.[345]

À volta deste procedimento, no dia da independência, por parte da potência colonial, o antigo ministro da Cooperação e então membro do Governo, Vítor Crespo,

[345] A cerimónia da independência não contou com qualquer representante do Governo português, pois o Alto-comissário cessou funções à meia noite do dia anterior e o representante do Presidente da República ao ato, o ministro Vítor Crespo, ficou impossibilitado de seguir para Luanda na véspera da cerimónia no voo da TAP, pois a companhia alegou que, devido à tempestade que se abateu sobre Lisboa, o voo ficava cancelado. Vítor Crespo confessa na entrevista que este comunicado, ainda hoje, o deixava com algumas dúvidas, "que houve mau tempo, houve, mas ainda estou para saber se impedia aquele voo da TAP de se realizar ou não". Já o Coronel J. Villalobos Filipe, que também estava incluído na prevista comitiva chefiada por Vítor Crespo, e que deveria seguir para Luanda em representação de Portugal, em conformidade com a decisão da Comissão Nacional de Descolonização, não teve dúvidas em afirmar numa mesa redonda em Coimbra, a 30 de abril de 2005, organizada pelo Centro de Documentação 25 de Abril daquela Universidade, em conjunto com o Fórum dos Estudantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que a ida foi travada por decisão do governo.

conta na entrevista que vem sendo referida, que a opinião dos ministros afetos à "linha dos Nove", bem como o independente ministro da Justiça, Pinheiro Farinha, era de considerarem o reconhecimento do governo que estava na capital, Luanda, "sem reconhecer propriamente o MPLA".

Não seria exatamente o que o MPLA desejaria - ser reconhecido como o único e legítimo representante do povo de Angola - mas tinha sido positivo para Portugal e teriam tido, do seu lado, o Presidente da República. Os representantes do PS, liderados por Mário Soares, e ainda os do PPD, sob a liderança de Sá Carneiro, eram absolutamente contra a declaração nos termos propostos pelos "Nove" porque, argumentavam, violava o Acordo do Alvor.

Face à diferença de opiniões sobre a matéria, Costa Gomes convocou um Conselho de Ministros extraordinário, na véspera da data da independência, quando se combatia fortemente à volta de Luanda, e em que o vencedor era ainda incerto. Foi o único por ele presidido, onde estiveram presentes também os membros do Conselho da Revolução que eram partidários da tese dos "Nove", e, ainda segundo Vítor Crespo, os secretários gerais dos partidos que não estavam representados no governo. Não houve consenso e não houve reconhecimento. [346]

Para Vítor Crespo, o Governo português, devido à pressão de Soares e de Sá Carneiro, ambos muito próximos dos americanos, impediu este reconhecimento e nem a vontade do Presidente Costa Gomes tinha conseguido mudar o sentido maioritário de voto do governo liderado pelo Almirante Pinheiro de Azevedo, que considerava ter sido completamente controlado pelo PS. O Primeiro-ministro chegou a ameaçar demitir o governo se a decisão a tomar não viesse a ser aquela que acabou por ser a posição oficial portuguesa.

O reconhecimento só veio a ocorrer, conforme o relato pessoal feito pelo chefe de gabinete de Melo Antunes, Tenente-coronel Gonçalves da Costa e confirmado posteriormente pelo Almirante Vítor Crespo, porque o embaixador belga em Lisboa, que o Almirante dizia ser como que um elemento do "Grupo dos Nove", estava, na altura, como representante da Comunidade Económica Europeia, dado que a Bélgica ocupava a Presidência, e avisou o Governo, através do MNE, que nesse dia, pelas três horas da tarde, a Comunidade iria reconhecer a República Popular de Angola. Portugal fora

[346] O embaixador de Portugal nas Nações Unidas, José Manuel Galvão Teles, avisou o ministro dos Negócios Estrangeiros que alguns dos aliados de Portugal, como o Brasil, mas sobretudo os países da CONCP, reunidos em Lourenço Marques, reconheciam por unanimidade o Governo do MPLA. Isto dava mais força à posição dos "Nove", mas a oposição foi ainda mais forte.

avisado, e se tal viesse a acontecer, as consequências ainda seriam piores, pois até aí ainda estava "bem acompanhado". Até o Vaticano já tinha reconhecido o regime angolano.

A versão do então embaixador de Portugal na ONU, José Manuel Galvão Teles, na sua intervenção na Gulbenkian, por ocasião do Congresso de homenagem a Melo Antunes, é outra: tivera um almoço com o representante francês, em fevereiro desse ano de 1976, em Nova Iorque, onde aquele lhe comunicou, em nome da CEE, que iriam reconhecer Angola. O embaixador informou imediatamente o MNE português dessa iminência, e do possível reconhecimento dos EUA e, entre outas considerações, alertou para o facto de várias Missões Diplomáticas estranharem bastante a posição portuguesa de continuar sem dar o seu reconhecimento, o que poderia ter reflexos na questão timorense por parte dos países africanos. A partir daqui, Galvão Teles garantiu que as consequências foram as esperadas, pois o Conselho de Ministros, presidido pelo Presidente Costa Gomes, reuniu-se para debater o problema. Ali, leu o telegrama do embaixador. [347]O Primeiro-ministro terá dado um murro na mesa, e afirmado: "quem é esse senhor para falar da maldade ou bondade das ações do Governo, vai mas é já para a rua". No entanto, o representante português afirmou que Costa Gomes e Melo Antunes lhe deram o seu apoio e a demissão não se concretizou.

Mais um facto histórico, com duas versões apresentadas, mas, independentemente dos pormenores, a verdade é que, apenas debaixo desta pressão, Portugal viria a reconhecer a RPA, a 22 de fevereiro de 1976, quase três meses depois da data da independência e depois de mais de oitenta países o terem feito.

Apesar do reconhecimento oficial do novo Estado, as relações bilaterais não foram incrementadas e até permaneceram complicadas. Em maio desse ano, o Governo angolano cortou relações com Portugal devido às ações hostis ali praticadas contra Angola, sobretudo por parte de alguma imprensa.[348] Só depois de um encontro ocorrido sob proposta portuguesa, na cidade da Praia, em Cabo Verde, a 30 de setembro de 1976, entre os dois Ministros dos Negócios Estrangeiros, Eduardo dos Santos e Medeiros Ferreira, foi possível reatar as relações.

[347] No livro, Costa Gomes, *Sobre Portugal, diálogos com Alexandre Manuel, op. cit., pp. 165-175*, vem transcrita a súmula da reunião extraordinária que aprovou o reconhecimento da República Popular de Angola. O episódio narrado pelo embaixador, encontra-se aqui expresso.

[348] Foi neste mês que Angola nacionalizou todas as propriedades rurais e procedeu à criação de cooperativas agrícolas.

Portugal, durante a 31ª sessão da Assembleia Geral da ONU, apoiou a entrada de Angola na Organização, a 11 de dezembro de 1976. Mas, apesar do reatamento das relações, o ressentimento persistia, dado que era impossível parar a campanha em Portugal contra o governo angolano, levada a cabo pelos "retornados", partidos e imprensa que os apoiava, e porque no MPLA ainda não tinham esquecido o reconhecimento tardio da RPA.

A propósito deste ressentimento, o Presidente Agostinho Neto aproveitou uma reunião com uma delegação do PS que visitava Luanda, em agosto de 1977, na altura do I Governo Constitucional liderado por Mário Soares, para afirmar o seguinte: "nem sempre a posição dos políticos portugueses foi clara, acreditávamos que os progressistas dariam todo o seu apoio ao MPLA, mas isso não aconteceu e assim o nosso povo ficou traumatizado. O facto de Portugal não ter logo reconhecido Angola, foi quase o último a fazê-lo, provocou certa resistência às relações com Portugal", mas acrescentou uma frase de grande significado, "houve sempre laços de amizade com Portugal que poderá em Angola ter um lugar privilegiado" [349].

De forma clara e frontal, Agostinho Neto dizia aquilo que entendia dever dizer a um partido e a um país, do qual tinha contado receber apoio para o reconhecimento, aquando da transferência do poder em Luanda, a 11 de setembro de 1975, e que afinal acabou por ser o que mais se opôs a esse reconhecimento.

Contudo, já era evidente, nessa fase, o seu esforço de aproximação a Portugal e ao Ocidente, nomeadamente, através da Internacional Socialista da qual o PS fazia parte, e com quem contava para inverter a posição de apoio da administração americana à UNITA. Desta forma, o Governo angolano podia vir a ser admitido na ONU e por outro, evitava a extrema dependência do bloco Leste, a que Angola estava sujeita.

Todavia, a realidade mostrou que nem o Governo português nem o Ocidente souberam compreender esse desejo de aproximação, e Agostinho Neto sofrera uma tentativa de derrube, em maio de 1977, por parte de Nito Alves, um histórico do MPLA, mas indefetível da URSS, em desacordo com a política que o MPLA de Neto estava a seguir.

Como, em finais de janeiro de 1978, o Governo PS foi substituído por uma coligação PS/CDS, esta alteração política veio complicar ainda mais a hipótese de

[349] "Declarações do Dr. Agostinho Neto na reunião após divulgação do comunicado comum entre o P.S. e o MPLA", AHD- PAA Prov. Maço 145, 980,944, Geral, Angola set./out.,1977.

relacionamento, dado que este último partido não escondia a sua simpatia pela UNITA para além de ter um eleitorado constituído por muitos "retornados".

As relações entre Portugal e Angola só entrariam numa nova fase graças ao Presidente Ramalho Eanes, que conseguiu recuperar os laços que se haviam quebrado, Por sua iniciativa levou a cabo um encontro com o presidentes Agostinho Neto, na cidade de Bissau, entre 24 e 26 de junho de 1978, apoiado pelo Presidente guineense, naquele que ficou conhecido como "O Espírito de Bissau".[350] A empatia entre os dois estadistas foi de tal ordem, que levou o Presidente angolano a declarar: "temos um caso particular nas relações internacionais: é o caso de Portugal. Sempre dissemos que nós queríamos estabelecer laços de amizade e de solidariedade, de cooperação, os mais estreitos possível com o povo português e através dos seus elementos dirigentes e mais tarde ou mais cedo nós vamos estabelecer esses laços"[351].

Fruto desta nova fase do relacionamento, foi ali assinado, em 26 de junho de 1978, o já há muito falado Acordo Geral de Cooperação e Amizade[352]. Era um sinal de que era preciso virar a página, numa altura em que Angola procurava aproximar-se do Ocidente, e Portugal era o caminho mais curto e mais aconselhado para nele entrar. Como verdadeiro sinal da vontade de ambas as partes em incrementar o relacionamento, o citado Acordo previa a criação de uma Comissão Mista Permanente de Cooperação que iria acompanhar, no futuro, o desenvolvimento das relações nos mais diversos domínios.[353]

Mário Soares, na sua ronda europeia, fazia valer esses créditos junto dos seus futuros parceiros europeus, e convencê-los da importância portuguesa relativamente a África.[354]

Para aproveitar o degelo com o Ocidente, e não apenas com Portugal, o Comissário Europeu, Claude Cheisson, responsável pela política de auxílio ao desenvolvimento, deslocou-se a Luanda no início de julho desse ano, a convite do Presidente angolano,

---

[350] *Vide* desenvolvimento deste acontecimento histórico em 3.2.2.3, *infra.*

[351] AHD, PAA 147, 980, 41, Telegrama da Embaixada de Portugal em Luanda nº 562, nº geral 12 646 de 27/06/78.

[352] Fruto das constantes alterações governamentais em Portugal, este acordo só foi publicado com a Lei 6/79, no D. R., 1ª S., nº 34 de 9 de fevereiro de 1979 e entrou em vigor após a troca dos instrumentos de ratificação, publicados no D. R., 1ª S., nº 221 de 24 de setembro de 1979. Mas caíra o termo "Amizade"

[353] Mas fruto das sucessivas alterações políticas que Portugal atravessava e que dificultaram a sua implementação, só iriam reunir pela primeira vez em Lisboa em julho de 1979.

[354] Ramalho Eanes, embora acredite que Mário Soares tenha usado esse argumento, considera que a Europa não precisaria de Portugal, pois tinha um excelente instrumento para as relações com os ACP, o Acordo de Lomé.

visando uma futura adesão à Convenção de Lomé no seguimento do que já fora conseguido pela Guiné, São Tomé e Cabo Verde.[355]

Porém, a crise política em Portugal continuava. Depois de sete meses, o Governo PS/CDS chegava ao fim e entrou-se numa fase de grande perturbação institucional, com três governos de iniciativa presidencial, entre 29 de agosto de 1978 e 3 de janeiro de 1980. Foi durante este período que, finalmente, se virou uma página no relacionamento bilateral, mais concretamente com o IV Governo Constitucional, chefiado pelo Professor Mota Pinto e o V, chefiado pela Engenheira Maria de Lourdes Pintassilgo, com manifesta vontade de publicar aquilo que se andava a negociar.

Foi apenas com o IV Governo que se publicou, a 9 de fevereiro de 1979, o documento jurídico que deveria ter sido o documento enquadrador da cooperação, o Acordo Geral de Cooperação que os presidentes Eanes e Neto tinham conseguido negociar em Bissau, em 26 de junho de 1978. O atraso na publicação, pela parte portuguesa, começava a ameaçar de novo o relacionamento, pois a parte angolana não compreendia o adiamento da entrada em vigor do diploma.[356]

Finalmente, fruto desta decisão, foi possível realizar em Lisboa, em julho de 1979, a primeira reunião da Comissão Mista de Cooperação Luso-Angolana, por onde deveria passar, no futuro, o desenvolvimento destas relações.

Como prova de uma renovada confiança, já fora assinado, em Luanda, a 20 de janeiro de 1979, um Acordo Comercial[357] rapidamente publicado, que viria a dar um grande incremento às relações comerciais, bastante favoráveis a Portugal.

Seguiu-se, a 17 de fevereiro de 1979, o Acordo Especial no Sector Eléctrico[358] também prontamente publicado e que veio resolver os problemas numa área com particular importância para Angola. Portugal tinha grandes interesses nesse sector, em particular pela possibilidade que se abria para a resolução de uma parte do contencioso com Angola, dada a nacionalização da importante empresa portuguesa desta área, com parte do capital público, a Sociedade Nacional de Estudos e Financiamento de Empreendimentos Ultramarinos, SARL (SONEFE). O acordo foi fácil de alcançar para este caso específico, ao contrário do que aconteceu na maior parte dos outros casos,

[355] AHD-PAA, 944/2AT, telegrama da Embaixada de Portugal em Londres, nº 328, nº geral 13027, recebido em 1/07/1978. Ainda AHD-PAA, Maço 45, 944/FRA, telegrama da Embaixada de Portugal em Paris, nº A-344, nº geral 13332, recebido em 7/07/1978.
[356] Para este resultado não terá sido despiciente a influência quer do presidente Eanes, quer de Melo Antunes, com quem Mota Pinto tinha grande afinidade.
[357] D. R., 1ª S., nº 84 de 10 de abril de 1979.
[358] D. R., 1ª S., nº 87 de 14 de abril de 1979.

porque a empresa era credora, de uma especial gratidão, por parte do governo angolano, pois, mesmo nos piores tempos da guerra civil, nunca a empresa deixou de fornecer energia a Luanda. Inaugurava-se, com este Acordo, a contratação e envio oficial de cooperantes portugueses para Angola, embora adstritos àquele setor e nele constavam as condições a usufruir pelo cooperante e família, bem como os seus direitos e deveres.

Seguiu-se, a 28 de abril de 1979, o Acordo sobre a Marinha Mercante,[359] para incrementar o comércio e, assim, apoiar as respetivas economias. Nesse mesmo dia foi assinado, em complemento do anterior, o Acordo Especial de Cooperação no Domínio dos Transportes Marítimos[360] que regulamentava a cooperação nesta outra área, estando previsto, à semelhança do negociado no setor elétrico, o envio de cooperantes e regulamentando-se os direitos e deveres. Embora estes Acordos Especiais de Cooperação já previssem os direitos e deveres destes cooperantes, a regulamentação geral só veio a ser efetivada no final da década seguinte.[361]

Para finalizar, registe-se ainda a assinatura do Acordo Cultural [362], a 20 de julho de 1979, para "desenvolver a cooperação e o intercâmbio nos domínios da ciência, da cultura e da técnica", concedendo bolsas de estudo para frequência de cursos ou estágios e o reconhecimento de graus e títulos académicos. Para um melhor acompanhamento deste importante Acordo, ficou prevista a criação de uma Comissão Mista.

Ao nível diplomático, Portugal colocara em Luanda um diplomata, em julho de 1975, com a missão de manter o diálogo antes e após a independência, com os responsáveis angolanos. Após a independência ficou como chefe dos serviços de instalação da representação portuguesa. Mas como Portugal demorou a proceder ao reconhecimento do governo do MPLA, as autoridades angolanas não lhe permitiram qualquer atividade diplomática. Em janeiro de 1976, o Governo português decidiu-se pela abertura de um Consulado Geral em Luanda. Agostinho Neto não perdoaria o atraso no reconhecimento do seu Governo e, consequentemente, a decisão do antigo colonizador de fazer-se representar diplomaticamente apenas ao nível de Consulado.[363]

---

[359] D. R., 1ª S., nº 164 de 18 de julho de 1979.
[360] D. R., 1ª S., nº 298 de 28 de dezembro de 1979.
[361] Através do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Económica, assinado em Luanda a 10 de novembro de 1988, D. R., 1ª S., nº 155, de 7 de julho de 1990. Nele comprometiam-se "a promover, estimular e desenvolver, em regime de reciprocidade ações de cooperação nos domínios económico e técnico-científico" que veio ser a base da contratação futura dos cooperantes nestes domínios. Era um diploma muito minucioso e completo para salvaguarda dos direitos e deveres dos cooperantes. Igualmente regulamentava o envio das missões técnicas de cooperação. O acompanhamento dos processos de cooperantes cabia em Portugal ao Instituto de Cooperação Económica.
[362] D. R., 1ª S., nº 298 de 28 de dezembro de 1979.
[363] Rui Mateus, *Contos Proibidos. Memórias de um PS Desconhecido, op. cit.,* p. 128.

Apesar do reconhecimento ter ocorrido a 22 de fevereiro, só a 2 de abril de 1976 foi publicado o despacho que criou a Embaixada de Portugal em Luanda que Melo Antunes desejava que viesse a ser uma das mais importantes em África e mesmo no mundo. Dois meses depois do reconhecimento, isto é, a 16 de abril de 1976, Carlos Teixeira da Mota foi enviado para Luanda como encarregado de negócios, onde apenas se manteve um mês dado o corte de relações com Portugal, levado a cabo por Angola, por não lhe terem sido dadas as satisfações diplomáticas exigidas após o atentado à bomba à Casa de Angola no Porto.

Foi um caso único entre Portugal e uma sua antiga colónia, apesar dos períodos mais ou menos difíceis que este relacionamento atravessou.

Normalizadas as relações a 14 de outubro de 1976, após o encontro em 30 de setembro entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros na Cidade da Praia, em Cabo Verde, seguiu para Luanda um novo encarregado de negócios, Vasco Valente, que se manteve no posto até à chegada do primeiro embaixador de Portugal, João de Sá Coutinho, que transitara de Bissau, onde fora igualmente o primeiro representante diplomático português ao nível de embaixador. Contudo, fruto do difícil período que as relações atravessavam, a sua designação e posterior apresentação de credenciais ao Presidente Agostinho Neto, só veio a ocorrer em 27 de fevereiro de 1977. Manteve-se em funções até 27 de março de 1980, durante um período de intensa atividade diplomática. [364]

Os angolanos iriam protelar ainda mais a vinda do seu embaixador para Lisboa, argumentando com a falta de funcionários competentes. O seu representante, embaixador Adriano João Sebastião, acabou por apresentar cartas credenciais ao Presidente Ramalho Eanes apenas a 16 de junho de 1978, em vésperas do encontro em Bissau, mantendo-se em Portugal até 1982.

1.5. O contencioso por resolver

Apesar de no capítulo anterior se ter abordado a temática negocial que levou à concretização dos Acordos de Independência e aos subsequentes que daí resultaram, importa agora abordar pormenorizadamente a questão do contencioso e suas

[364] *Vide* nº 3 do Apêndice.

consequências que, nesta primeira fase, pôs em causa as promessas iniciais e envenenou o relacionamento entre Portugal e as suas antigas colónias.

Medeiros Ferreira, considerava que o contencioso criava tais embaraços que levavam a economia a situar-se ao nível da política.[365]

As negociações não foram fáceis com os dirigentes das antigas colónias e alguns consideraram, inclusivamente, que não existia qualquer direito de Portugal a pedir indemnizações pois, existindo direitos a revindicar, esses eram dos africanos. O episódio contado por Joaquim Chissano, relativo à reação de Samora Machel quando foi abordada a questão do contencioso durante as negociações, é elucidativo dessa realidade. Samora Machel afirmou a certa altura das negociações:

"Bom, vamos aceitar que há contencioso, o que é que vocês reclamam? (…) porque houve muitos aeroportos que foram construídos e depois linhas férreas.

Então vamos lá fazer as contas (...) vocês começaram a mandar trabalhadores para as minas. Quando é que começaram? E quanto é que recebiam por cada cabeça em ouro? E depois, vocês, colheram algodão aqui, e quanto é que pagavam de salário para os que produziam algodão? E quanto é que custava o algodão para ir para Portugal? E quanto é que custavam as camisas e os lençóis e tudo o que a gente comprava e importava de Portugal? Vamos fazer todas as contas (…) e enumerou uma série de coisas e então aí o resultado foi que não há mais contencioso".[366]

No entanto, apesar das críticas, o contencioso acabou por ser objeto de negociações, nas quais foi possível chegar a um acordo completo, mais rapidamente, no caso de Cabo Verde, mais demorado, no caso da Guiné. Noutras ainda, apesar de oficialmente encerrados, nunca foi completamente resolvido, pelo menos na ótica daqueles que foram espoliados dos seus bens, e que nunca baixaram os braços na longa luta que vêm travando.

Quando da vinda do Secretário-geral Kurt Waldheim a Lisboa, no início de agosto de 1974, foi-lhe apresentado um estudo que Almeida Santos mandara fazer, para tentar uma possível indemnização, a cargo de instituições internacionais, pelos bens deixados nas ex-colónias e que, em valores de 1973, apontavam para um investimento privado em Angola superior a 190 milhões de contos e, em Moçambique, chegava aos 150 milhões. A ONU recusou esse compromisso uma vez que outras nações também haviam solicitado apoio financeiro internacional sem sucesso. No arquivo do Camões Instituto da

[365] *Vide*, José Medeiros Ferreira, "A Descolonização: seu processo e consequências", *Portugal em Transe (1974/1985), vol.* XV da *História de Portugal. XV*, direção de José Mattoso, Rio de Mouro, Lexicultural, 2002, pp. 100-101.
[366] Entrevista concedida ao autor no hotel Pestana em Lisboa a 9/01/2013.

Cooperação e da Língua, encontram-se inventariadas as situações conhecidas naquela altura e a estimativa dos encargos.[367]

Mais tarde, a estratégia mudou. Na altura em que os "retornados" não paravam de chegar a Portugal na esperança vã, como hoje se sabe, de que por via das negociações do contencioso pudessem ser pagas as indemnizações pelas enormes perdas sofridas, para as quais era preciso quantificar os dados, "os "retornados" foram convidados, através de alguns meios de comunicação, a fazer chegar provas da titularidade dos seus bens à Secretaria de Estado da Integração Administrativa.

Mas se ainda havia ilusão sobre o que os esperava, ela deveria ter ficado desfeita ao lerem a entrevista dada um ano após a revolução, por Almeida Santos. Explicava de forma bem clara, as bases da negociação do contencioso que estava, então, na ordem do dia: "milagres, ninguém deve esperar. Alguns dos pontos em discussão revestem-se de particular melindre (…) estamos a negociar, com os olhos postos no futuro, embora sem descurar o presente. (…) Que isso implique o sacrifício ocasional de alguns interesses, individuais ou coletivos, é contratempo que não pode nem deve deter quem raciocina e age em termos de interesse nacional não parcializado".[368] Como que a justificar estas fortes afirmações, acrescentou: "era sobretudo, a constatação da inflexibilidade negocial que em certos aspetos, os movimentos nacionalistas deram prova, mais do que a identificação, que em alguns casos também existia, com a justiça das exigências das delegações contrárias".[369]

Evidentemente que se tornava difícil, em 1975, ano das independências, falar em contencioso derivado das expropriações e nacionalizações nos antigos territórios ultramarinos. Esta dificuldade resultava não só da conjuntura negocial, mas também da similitude do que estava a ocorrer em Portugal, após o 11 de março e também pela solidariedade ideológica do V Governo que levou Vasco Gonçalves a por um ponto final nas reivindicações e a declarar que não existia contencioso com as colónias.

António José Telo, referindo-se ao êxodo de centenas de milhares de portugueses que viram as propriedades ocupadas e expropriadas através da legislação aprovada, pelas

[367] Arquivo da Cooperação, Cota: 08.01/05, Anexos "Descolonização, Cooperação Técnica e Assistência Financeira", 1974-1975.AHD-Arquivo do Ministro, GM 176, ano 1976/77. *Vide* igualmente José Medeiros Ferreira, *Portugal em Transe (1974/1985), Vol. XV da História de Portugal,* direção de José Mattoso, Mem Martins, Círculo de Leitores e Autores, 2008, p.100. Também o antigo Presidente do ICE, Costa Oliveira, refere este facto, com os mesmos valores, mas incluindo neles os investimentos feitos na Guiné. Jorge Eduardo da Costa Oliveira, *Memórias de África, op. cit.,* pp. 210-211.

[368] *Vide* Rui Cartaxana, entrevista Almeida Santos no S.I., "Da Descolonização à Cooperação", Lisboa, 26/04/1975, p. 21.

[369] Idem, *ibidem,* pp. 18-21.

novas autoridades após as independências, diz que "o Governo português não estava na melhor posição moral para contestar esta política, pois ele próprio tinha feito algo de semelhante, nomeadamente na zona da reforma agrária. A partir de 1976, porém, é desenvolvido um esforço para salvaguardar dentro do possível posições e interesses. Era um esforço pragmático, que aproveitava as diferentes legislações nacionais e tinha uma aplicação flexível e diferenciada de caso para caso".[370]

Se as indemnizações para os privados ficaram excluídas das negociações, principalmente em Moçambique e Angola, houve uma exceção: a SONEFE, a grande hidroelétrica de Angola e Moçambique, em que os acionistas; público e privados, viram reconhecidos os direitos a uma indemnização". [371]

A par das expropriações e nacionalizações de bens de particulares, também os bens públicos foram expropriados, mas nestes ainda foi possível negociar.

Contudo, apesar de ter sido aceite negociar o "contencioso público", as negociações não foram fáceis e envolveram questões complicadas de natureza múltipla; jurídica, política e sobretudo financeira, que por vezes, exigiu a formação de complexas equipas negociais. Estavam, neste caso, dívidas de Estado a Estado, transferência dos Departamentos dos Bancos Emissores (Banco de Angola e Banco Nacional Ultramarino), Banco de Fomento Nacional, de créditos da Caixa Geral de Depósitos, Sociedade Financeira Portuguesa, Bancos Comerciais, Companhias de Seguros, situações inerentes à Zona Monetária do Escudo e outras.[372]

As matérias mais difíceis eram, seguramente, as de natureza económica e financeira. E o problema mais urgente foi desde logo a negociação com Moçambique, quer pela natureza das questões, quer pela sua dimensão.

Sublinhe-se a importância que teve no processo o Ministério das Finanças, dado o seu conhecimento específico dos problemas para os quais não estavam preparados nem capacitados o Ministério da Cooperação, no breve período em que durou, nem o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Este facto é reconhecido nas entrevistas concedidas pelo antigo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração Paulo Ennes,[373] e pelo antigo ministro da Cooperação Vítor Crespo que, questionado sobre o assunto, expressou a sua admiração pelo excelente apoio recebido durante as

[370] António José Telo, *História Contemporânea de Portugal, vol. II, do 25 de Abril à Atualidade*, op. cit., p. 217.
[371] Jorge Eduardo da Costa Oliveira, *Memórias de África, op. cit.*, p. 212. *Vide* igualmente desenvolvimento em1.5 infra.
[372] Jorge Eduardo da Costa Oliveira, *Memórias de África, op. cit.*, p. 211.
[373] Entrevista concedida ao autor no seu escritório em Lisboa em 20/05/2013.

negociações do contencioso que chefiou, da parte do então secretário de Estado do Ministério das Finanças, Sousa Franco.[374]

Para além das questões técnicas que foi preciso negociar, exigiam-se decisões políticas difíceis e com implicações futuras que, em alguns casos, chegaram até aos nossos dias, como foi o caso do acordo sobre Cabora-Bassa.

Medeiros Ferreira sublinha a dimensão dos encargos financeiros que Portugal teve de arcar após as independências. Em primeiro lugar, surgiam os compromissos assumidos com o financiamento daquela barragem e, de seguida, os compromissos relativos aos encargos que Portugal assumiu, em sede de negociação, relativos ao cumprimento do IV Plano de Fomento de Cabo Verde (1974-79).

Costa Oliveira, um dos responsáveis na altura pelo Instituto para a Cooperação Económica, organismo que passou a acompanhar estas negociações, é da mesma opinião e refere a propósito:

"somente as despesas com a reconstrução e ampliação do porto da Praia, consumiram, durante alguns anos, metade das verbas de que o ICE dispunha para acções de cooperação com o conjunto daqueles estados. Por outro lado, os elevados dispêndios suportados pelo Estado Português, com Cabora Bassa, reflectiram-se negativamente, ano após ano, nas verbas atribuídas à cooperação do ICE, obrigando esta a confinar-se dentro dos limites de actuação mais modestos". [375]

Por estas palavras podemos perceber o que foi a negociação do contencioso, o peso da herança e as suas consequências.

Refira-se, finalmente, a opinião do antigo Presidente Ramalho Eanes, uma das pessoas mais conhecedoras da questão que envenenou, durante anos, as relações bilaterais com os novos Estados, que no exercício do cargo muito contribuiu para a sua ultrapassagem e cuja opinião pode ser considerada como a bissetriz do problema:

"(…) durante muito tempo, nós agarrámo-nos ao Contencioso. Foi uma posição, em meu entender que se compreendia por razões que tinham muito a ver com a direita portuguesa muito então utilizada pelos retornados e pela Descolonização, mas que era irrealista. Porque, obviamente, ao nosso Ativo, ou aquilo que nós queríamos que fosse o nosso Ativo, eles juntariam sempre aquilo que consideravam o Passivo da descolonização, de maneira que nós estaríamos sempre em débito. Mas, a partir dessa altura, e por isso, quem teve uma posição correta sobre essa questão, foi o então primeiro-ministro Sá Carneiro, porque esta decisão era uma decisão executiva, é ele que, enfim, dá diretivas, emite diretivas para que a questão do contencioso seja …, seja, não descartada, mas colocada em segundo lugar e que, naturalmente, se procure, com isso, estimular a cooperação entre os países". [376]

[374] Entrevista concedida ao autor no Cube Naval em Lisboa em 14/7/2011.
[375] Jorge Eduardo da Costa Oliveira, *Memórias de África, op. cit.,* 2005, p.218.
[376] Entrevista concedida ao autor no seu Gabinete em Lisboa em 25 de julho de 2013.

Em abono desta declaração note-se que, em janeiro de 79, durante o IV Governo de iniciativa presidencial, quando se projetava a criação de um novo organismo estruturante para a cooperação portuguesa, na Presidência da República foi elaborado um parecer orientador bastante crítico, sobre o diploma que fora enviado ao Presidente, depois de aprovado no último Conselho de Ministros do III Governo. Este recusou-se a aprová-lo porque manter-se-ia a confusão existente entre cooperação e contencioso.

Analisemos, em seguida, o contencioso, país a país, onde se irá complementar o que foi abordado no ponto anterior.

Guiné

Com a primeira colónia portuguesa a chegar à independência, rapidamente se iniciaram ações urgentes de cooperação a pedido das suas autoridades. Simultâneamente começaram as discussões relativas ao contencioso dos bens ali deixados.

O processo não foi pacífico, atendendo à forma como ocorreu a guerra naquele território. Mas conseguiu-se chegar a um entendimento, porque "a Guiné-Bissau não se lançou numa política de indiscriminadas nacionalizações das empresas portuguesas (…) optou pela alteração negociada do estatuto das mais importantes dessas empresas. Tal é a origem da chamada <cooperação empresarial> que hoje existe entre os dois países".[377]

Vejamos como correram estas negociações e as fases em que podem ser divididas.

O primeiro encontro, apenas exploratório, ocorreu entre 2 e 12 de outubro de 1974, com a deslocação de uma missão à Guiné Bissau, de uma missão, maioritariamente constituída por inspetores superiores do Ministério da Coordenação Interterritorial, com o objetivo de realizar um estudo para a resolução das questões suscitadas pela transferência da Administração Portuguesa na Guiné.[378] Esse primeiro contato não foi auspicioso. Nenhuma autoridade local recebeu a delegação à chegada. Apesar das tentativas do Encarregado de Negócios português em Bissau para encontrar interlocutores, o PAIGC não indicou ninguém. A missão, no dia 6 de outubro, equacionou a possibilidade de regressar a Portugal no mesmo avião militar que a tinha levado. No dia 7 decorreu um primeiro encontro informal com um elemento do PAIGC, mas só no dia 9 de outubro teve lugar a tão esperada reunião. Nela participou uma numerosa delegação chefiada por Vasco Cabral, comissário de Estado da Economia e Finanças. Dos contatos estabelecidos

[377] [s.a.] "Eanes na Guiné, Acordo técnico-militar examinado em Bissau", *Jornal Novo*, 23/02/1979, p. 9.
[378] Arquivo da Cooperação, Guiné Bissau, 08.04/02, "Relatório da deslocação à Guiné-Bissau da Comissão para estudo e resolução das questões suscitadas pela transferência da Administração Portuguesa na Guiné 2-12 outubro de 1974".

ficou evidente que enquanto os dirigentes mais idosos do PAIGC mostravam fortes ligações a Portugal, os mais novos eram muito mais críticos e mais duros sobre o passado colonial português.

Todos desejavam a cooperação portuguesa, mas encaravam-na como pagamento de uma dívida para com o povo da Guiné e "exigiam" a vinda de médicos, engenheiros e professores a cargo de Portugal. Entre os assuntos abordados, trataram prioritariamente da questão do aeroporto, que poderia ficar inoperacional e, por isso, precisava com toda a urgência de especialistas. Prontamente, a missão encaminhou o pedido para Lisboa. Foi também debatida a questão da transferência de ativos financeiros da Guiné, a que era preciso por cobro. Também a questão do Banco Emissor, no caso o BNU, foi abordada e considerada muito importante, assim como a questão da dívida da Guiné a Portugal, que a parte guineense considerava não exigível. No final, os portugueses ficaram com a sensação de que os negociadores guineenses tinham pouco conhecimento da realidade e estavam mal preparados, para negociar, sob o ponto de vista técnico.[379] A discussão do contencioso, numa primeira abordagem, prometia dificuldades, embora a delegação portuguesa tenha saído da Guiné com manifestações de amizade.

Algum tempo depois do encontro exploratório de outubro de 1974, o engenheiro Lourival Vilela que já chefiara a missão exploratória, regressou a Bissau para novos contatos que possibilitaram o início das negociações oficiais sobre o contencioso, que decorreram em várias fases.

1ª Fase: Lisboa, 8 a 23 de abril de 1975.

A delegação portuguesa foi chefiada por Jorge Sampaio, enquanto secretário de Estado da Cooperação Externa e, pela parte guineense, Otto Schacht, comissário de Estado de Transportes e Comunicações. Foram aprofundadas as questões relativas ao novo tipo de relações, nomeadamente nos domínios económico, financeiro, cultural e técnico.

2ª Fase: Bissau, 8 a 14 de maio de 1975.

A delegação guineense era chefiada por Vasco Cabral, comissário de Estado da Economia e Finanças e, pela parte portuguesa, por Fernando Reino, diretor do Gabinete Coordenador para a Cooperação.

[379] Já nas negociações com a Frelimo conducentes ao Acordo de Lusaca, como aqui é referido, os negociadores portugueses sentiram que os negociadores moçambicanos só estavam preparados para negociar questões políticas.

Começam então, verdadeiramente, as negociações sobre o contencioso e nelas surgia, com destaque, o problema da cedência do Departamento local do Banco Nacional Ultramarino, que era o Banco Emissor.

Um pedido de empréstimo a Portugal foi outra questão sensível a ser abordada. A parte guineense aceitou que o empréstimo fosse ligado,[380] mas não aceitou, como os portugueses desejavam, que o empréstimo fosse negociado na globalidade com as outras matérias, que era uma regra negocial adotada pela delegação portuguesa; argumentavam que o empréstimo já lhes tinha sido prometido.

3ª Fase: Estoril, 17 a 22 de junho de 1975. A delegação portuguesa foi, de novo, chefiada por Jorge Sampaio secretário de Estado da Cooperação Externa, desta vez acompanhado por Jorge Campinos, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e por José Almeida Serra, secretário de Estado das Finanças, o que indiciava bem as dificuldades esperadas. A parte guineense, presidida novamente por Vasco Cabral, o comissário de Estado da Economia e Finanças. Continuou a debater-se os aspetos ligados ao Banco Nacional Ultramarino (BNU) e outras questões financeiras decorrentes ainda da administração colonial. Foram também analisados os efeitos das nacionalizações ao nível das empresas e dos seguros. Fez-se ainda o habitual ponto de situação sobre a cooperação em curso e foi assinado, entre outros, o acordo para a concessão do empréstimo, ligado, de 200.000 contos.

Segue-se um hiato temporal nas negociações, fruto do período difícil que a conjuntura revolucionária portuguesa atravessava, que não possibilitava qualquer tipo de negociação e muito menos de acordo.

No VI Governo foi criado um Ministério específico para a Cooperação, mas a orientação política e estratégica na altura, como já foi referido, era de negociar tudo na globalidade, sem separar cooperação e contencioso. Entendiam os governantes que, desta forma, os parceiros de negociação poderiam ser mais flexíveis no contencioso, para poderem vir a obter maiores ganhos na cooperação. O Ministro da Cooperação Vítor Crespo, com uma longa experiência de negociador em Moçambique, foi convidado para visitar Bissau a fim de avaliar e analisar as questões relativas à cooperação, nos campos da educação e do ensino.

[380] Ajuda ligada é a ajuda acordada com a condição de os serviços, bens ou equipamentos serem adquiridos no país doador. Disponível em: http://www.instituto-camoes.pt/glossario-da-cooperacao/root/centro-recursos/glossario-cooperacaodisponível acedido em 15/09/2015. Este assunto já foi aflorado em 1.4. supra.

4ª Fase: Lisboa, 13 a 19 de janeiro. A delegação portuguesa era chefiada por Vítor Crespo, Ministro da Cooperação, acompanhado pelo secretário de Estado da Cooperação José Gomes Mota e a parte guineense era, como sempre, chefiada por Vasco Cabral, comissário de Estado do Desenvolvimento Económico e Planificação acompanhado pelo comissário Sem Pasta, José Araújo e pelo comissário das Finanças Carlos Correia, facto indiciador do que esperavam da reunião.

O BNU acabou por ser o centro das discussões, os guineenses queixavam-se que ele continuava a funcionar em Bissau, como se não tivesse ocorrido a independência. A Guiné já fundara o seu próprio Banco, e queria agora que ele funcionasse a partir daquele Departamento local. Quando Portugal, voltou à estratégia da negociação na globalidade, a Guiné rejeitou frontalmente que esta questão fosse envolvida, aceitando, porém, que se negociassem as outras cinco: servidores do Estado, pensões, interesses empresariais, segurança de Pessoas e Bens e Dívida Pública. Não houve acordo, chegou-se ao fim sem acordo e as negociações ficaram num impasse.

O secretário de Estado da Cooperação tentou encontrar uma solução para o problema e, no mês seguinte, partiu para a Guiné para negociações diretas, mas a disputa ainda agravou mais e, de parte a parte, tomaram-se medidas radicais, como o fecho do BNU em Bissau e o congelamento das contas da Guiné em Portugal. A partir daí, a Guiné criou uma moeda própria, o Peso, e proibiu a circulação do escudo guineense.

Enquanto as relações se agravavam, o Ministro da Cooperação conseguia encerrar o contencioso com São Tomé, em março, e com Cabo Verde, em abril, o que indiretamente facilitou a vontade comum de uma solução também para a Guiné. Uma nova ronda de negociações foi marcada para Lisboa, o que vai ocorrer em meados desse ano.

Neste intervalo de tempo, o secretário de Estado da Cooperação Gomes Mota havia-se demitido, depois dos problemas negociais que tivera em março, em Moçambique, e que vinham na sequência dos anteriores problemas com a Guiné, no mês anterior.[381]

5º Fase: Lisboa, 9 a 21 de junho de 1976. A delegação portuguesa foi de novo chefiada por Vítor Crespo, enquanto o secretário de Estado que desta vez o acompanhou foi o das Finanças, António Sousa Franco. A delegação guineense era de novo chefiada pelo principal negociador de todo o contencioso com Portugal, o comissário de Estado do Desenvolvimento Económico e Planificação Vasco Cabral.

[381] AHD-PAA 31, 942,1., Queirós de Barros, Informação de serviço, "Relações de Portugal com a Guiné-Bissau", 30/06/1976.

Desta vez foi possível o acordo. No termo das negociações, ambas as partes se mostravam satisfeitas e proclamavam que o contencioso estava encerrado.

No comunicado conjunto afirmava-se que, na globalidade, Portugal perdoaria a dívida pública à Guiné, que em 31 de dezembro de 1974 orçava em 1.562.000 contos, assumindo que a mesma decorria do passado colonial.

Em resultado dos trabalhos, foi possível chegar a um entendimento sobre várias matérias:

-Acordo Especial relativo aos interesses empresariais. A Guiné garantia não estar a prever nacionalizações e, se ocorressem, teria de haver indemnizações.

-Acordo Especial relativo às Instituições de Previdência. A Guiné responsabilizava-se pela continuação do pagamento das pensões de reforma das várias Instituições outrora ali existentes, quer a portugueses quer a guineenses.

- Acordo Especial regulador do Estatuto de Pessoas e Regime dos seus Bens. Era uma forma de dar um certo grau de segurança aos cidadãos, dos dois países, dado que no Acordo de Argel nada ficara previsto.

-Acordo Especial sobre Funcionários. Ficava repartida essa responsabilidade quanto aos Funcionários Públicos que tenham servido na Guiné, cabendo a cada um dos Estados a responsabilidade pelos seus nacionais.

Para a parte guineense importavam sobremaneira outros que também foram negociados:

- Acordo sobre a Transferência do Departamento do Banco Nacional Ultramarino.

- Acordo Especial relativo às pensões devidas por serviços prestados às Forças Armadas Portuguesas. Era já um compromisso que vinha desde o Acordo de Argel, agora definitivamente assumido, o do pagamento de pensões de sangue, de invalidez e de reforma aos antigos combatentes guineenses no exército português.

- Acordo relativo aos créditos do Banco de Fomento Nacional na Guiné-Bissau. Fazia-se a transferência de créditos, que o BFN tinha a haver, para o Banco Nacional da Guiné-Bissau.

- Acordo de Empréstimo sob a forma de crédito ligado no valor de 200.000 contos para compra de bens e serviços a Portugal.

Chegava assim ao fim um ciclo de negociações muito complexo. A este propósito, Vítor Crespo referia:

"no fim, tudo acabou com um acordo completo, informal, das duas partes. Negociações dificílimas como era natural, depois de uma guerra daquelas estar a tratar de matérias financeiras, numa perspetiva estritamente financeira é difícil, mas foi o que nós fizemos. Começámos as negociações numa perspetiva

estritamente técnica, ingénua, como se não tivesse havido guerra e claro, depois teve de haver cedências".[382]

Moçambique

Em Lusaca, segundo relatou o Almirante Vítor Crespo, os membros da delegação portuguesa estavam bem preparados para negociar tudo pois até haviam estudado os Acordos de Evian, entre outros acordos que tinham sido feitos entre países europeus e países africanos:

"Quando chegámos verificámos que a parte moçambicana não tinha técnicos, nem estava preparada para um acordo desta natureza, estava preparada para um acordo político, sobre independência, sobre questões políticas ligadas ao cessar-fogo e o essencial das relações de transição, portanto não estava preparada para fazer um acordo que envolvesse questões financeiras, e acordos de relações entre os dois países e portanto, decidiu-se que isso não seria feito ali, mas seria feito num clima de bom entendimento no período de transição e portanto seria feito por uma equipa a nomear pela Frelimo e uma equipa a nomear por Portugal sobre a direção do Alto-comissário de Moçambique".[383]

Face àquilo que depois se passou na fase de transição, em que a parte moçambicana complicou imenso a resolução do contencioso, resta saber se a estratégia da Frelimo, em Lusaca, não seria negociar, antes de mais e acima de tudo, os aspetos políticos da independência, sem os misturar com as questões financeiras do contencioso que, iriam complicar o resultado final, sem esquecer que, como disso já deu conta Joaquim Chissano, temia um volte face, à última hora, por parte de Spínola. A ser verdade esta hipótese, cai pela base aquilo em que a Delegação portuguesa acreditou e que Vítor Crespo deixou expresso, ou seja, a impreparação dos moçambicanos em Lusaca para negociarem questões técnico/financeiras.

Como ficara previsto em Lusaca, o Alto-comissário propôs a criação de uma Comissão Mista, a que chamou de Cúpula, para debater as questões em aberto durante o período de transição. A 16 de dezembro de 1974,a Frelimo fez-lhe chegar o seu acordo à constituição da Comissão bem como a composição da sua equipa negocial e uma listagem dos assuntos considerados prioritários, propondo que se distribuíssem por quatro subcomissões, o que foi aceite por Portugal.[384] Coube ao Ministério das Finanças, em coordenação com o Ministério da Economia, a responsabilidade pela constituição do

[382] Entrevista concedida ao autor no Clube Naval em Lisboa em 14/07/2011.
[383] Entrevista concedida ao autor no Clube Naval em Lisboa em 14/07/2011.
[384] Arquivo da Cooperação, Cota: 08.06.03, Informação de serviço, do Secretariado Geral do Alto comissário, 15 de janeiro de 1975. Contem um levantamento dos principais assuntos que se iriam colocar nas negociações de Angola e Moçambique e ainda os que foram propostos pela Frelimo para serem discutidos.

Grupo de Trabalho, que acabou por estar na base da ideia que levou à criação, no MNE, da Secretaria de Estado da Cooperação Externa.

Iª Fase. Decorreu entre 20 e 27 de janeiro de 1975. Uma missão organizada pelo Ministério das Finanças, com o apoio do Ministério da Economia, sob a supervisão política do Alto-comissário,[385] deslocou-se a Lourenço Marques, para negociações, em conformidade com o que ficara estabelecido.

O *Diário de Notícias*, de 29 de janeiro desse ano, trazia uma notícia acompanhada de uma foto, com os elementos da delegação portuguesa à chegada ao aeroporto, encimada pela legenda: "Foi frutuoso o trabalho da missão mista de Portugal e da Frelimo". O início parecia promissor, na linha do trabalho que iria ser desenvolvida pelo Governo de Transição, chefiado pelo Alto-comissário, apesar das fortes reações geradas imediatamente ao Acordo de Lusaca, mas que foram ultrapassadas com a atuação perfeita e bom entendimento entre as partes moçambicana e portuguesa, incluindo as estruturas militares.

Esta primeira delegação foi constituída por Oliveira Marques, Walter Marques, Fernando Reino, Vicente de Carvalho, Freitas Mota, José Manuel Galvão Teles, Jorge Sampaio, António Martins e Mário de Aguiar.

A 2ª Fase decorreu entre 22 de fevereiro e 2 de março, no Guincho (Cascais). A delegação portuguesa era chefiada desta vez pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Jorge Campinos e pelo secretário de Estado das Pescas Mário Ruivo, sob a égide do ministro dos Negócios Estrangeiros Melo Antunes.

A 3ª Fase voltou a ser em Moçambique, de 8 a 17 de abril, sendo a delegação portuguesa chefiada pelo diretor do Gabinete Coordenador para a Cooperação (GCC), Fernando Reino.

Por fim, a 4ª Fase e última, entre 10 e 17 de junho de 1975, também em Moçambique, agora chefiada pelo secretário de Estado da Cooperação Externa Jorge Sampaio.

Já tinha sido criado em 26 de março de 1975, no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a Secretaria de Estado da Cooperação Externa, liderada por Jorge Sampaio, que em face da sua anterior experiência tomou a seu cargo as negociações do contencioso então existente. Para melhor concertação interna, dado o elevado número de

[385] Na entrevista que concedeu ao autor, Vítor Crespo reivindicou para si, de certa forma, o sucesso destas negociações, ao afirmar que foi ele que convidou os melhores técnicos que existiam, na altura, em Portugal e que para tal tinha total autorização.

técnicos que deveriam intervir em cada setor, foi criada, em 23 de junho de 1976, a Comissão de Coordenação das Negociações nos Domínios Económico e Financeiro com os Novos Estados de Língua Portuguesa, afeta ao Ministério das Finanças, embora recebesse orientações políticas da Secretaria de Estado das Finanças e da Secretaria de Estado da Cooperação Externa.

O contencioso sobre Cabora Bassa[386] era um dos principais problemas que a delegação portuguesa queria resolver. Segundo um documento de trabalho do Ministério dos Negócios Estrangeiros, datado de 1978, e destinado às negociações que ainda decorriam, podia ler-se que a delegação portuguesa havia "pautado basicamente a sua actuação pela necessidade de se chegar a um Acordo sobre Cabora Bassa, assunto que influiu decisivamente sobre o desfecho das negociações em outros domínios".[387] Era a constatação de que, nesta fase, Portugal cedera demais para chegar a acordo, na sua pretensão de obter a concessão da barragem, em troca da responsabilidade total da dívida que na altura andava pelos 35 milhões de contos, incluindo os encargos financeiros.[388]

Dessas cedências, destaca-se "procedendo deliberação da Comissão Nacional de Descolonização [a aceitação do] princípio da inexigibilidade da dívida pública de Moçambique, inventariada na 2ª fase das negociações, ao Tesouro e Sector Público Português, no montante de 12 411 mil contos"[389]. Foi igualmente aceite a transferência gratuita do Banco Nacional Ultramarino, com a inexigibilidade de cerca de 5,3 milhões de contos de atrasados consolidados e que correspondiam ao valor de mercadorias exportadas de Portugal para Moçambique[390]. Apesar destas cedências, a questão de Cabora-Bassa só começou a ser resolvida quando o então Ministro dos Negócios Estrangeiros Melo Antunes, em face do impasse nas negociações, se deslocou a Dar es Salam para se avistar com o líder da Frelimo, ajudando a desbloquear a questão. A partir daí, foi possível ultrapassar o diferendo, com a celebração de um acordo específico, em 16 de junho de 1975, que os moçambicanos respeitaram até ao fim.[391]

Note-se que até já tinha havido um Protocolo inicial de Acordo entre o Governo português e a Frelimo, durante a 3ª fase das negociações, em 14 de abril desse ano,

[386] Após a independência a barragem passou a ser conhecida como Cahora Bassa.
[387] Arquivo da Cooperação, 08.06/10, Moçambique, Preparação das Negociações janeiro/1978.
[388] Arquivo da Cooperação, 08.06/10, Moçambique, Preparação das Negociações janeiro/1978.
[389] Arquivo da Cooperação, 08.06/10, Moçambique, Preparação das Negociações janeiro/1978.
[390] Arquivo da Cooperação, 08.06/10, Moçambique, Preparação das Negociações janeiro/1978.
[391] António José Telo, na *História Contemporânea de Portugal*, vol. II, *Do 25 de Abril à Actualidade*, op. cit., p 217.considera que neste assunto foi Moçambique que insistiu para que Portugal mantivesse a sua cota, para não herdar os enormes créditos contraídos por Portugal para a construção da Barragem, quando não acreditavam ser viável após 1975 a venda da eletricidade à África do Sul.

relativo a este empreendimento hidroelétrico. Ficara expresso que aquele Movimento de Libertação aceitaria que a energia ali produzida fosse vendida à República da África do Sul, e que, no futuro, o contrato existente com a Empresa Pública de Eletricidade da África do Sul (ESCON), nomeadamente em relação ao preço, poderia ser revisto. Era um bom contrato para Portugal, e que teria sido muito proveitoso, ajudando a abater o enorme passivo, se não tivesse ocorrido a guerra civil moçambicana, que provocou grandes dificuldades e até a paragem do fornecimento de energia à África do Sul, o que veio agravar ainda mais os encargos da dívida.

A construção do megaempreendimento, executado por um consórcio internacional onde estava a empresa portuguesa Sorefame, fora autorizado pelo Dec. Lei nº 49 225, de 4 de setembro de 1969. O custo estimado de 8.787 000 contos compreendia a construção da barragem, e também a criação dos sistemas de produção e transporte, desde a região de Tete até à República da África do Sul, o principal cliente da energia produzida. Os encargos com este empreendimento não se limitaram ao período do domínio colonial, mantiveram-se no de transição e após a independência. No ano de 1977, os compromissos relativos à dívida externa da hidroelétrica correspondiam a metade da dívida pública direta do Estado português. Em 1979, o custo total era avaliado em 36 milhões de contos. Segundo José Medeiros Ferreira, "já se estimou que cerca de 63% dos capitais portugueses a médio e longo prazo com destino ao conjunto dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa, durante o período de 1980 a 1986, foram directamente para Cabora-Bassa".[392] Por aqui se pode avaliar o peso do encargo que resultou para Portugal a assunção de tal responsabilidade.

Mas, se esta questão foi ultrapassada, o restante contencioso que ficara por resolver complicou-se cada vez mais. Vítor Crespo, na sua entrevista ao autor, abordou o assunto na perspetiva dos acordos por ele negociados enquanto Alto-comissário: "deu-se uma rutura, não formal, mas houve desentendimentos graves. E desses acordos foram feitos tábua rasa. E isso não tem nada a ver com a Cooperação nem com o Comissariado, que esses chegaram ao fim. Foram todos rubricados". Em parte, tem razão: ficaram todos rubricados até à 3ª ronda negocial ocorrida em abril de 1975, mas Vítor Crespo não se referiu ao retrocesso da Frelimo, entre a 3ª e a 4ª ronda, que obrigou a uma grande renegociação em cima da data da independência.

[392] Sobre os dados relativos a Cabora Bassa, *vide* José Medeiros Ferreira, "Portugal em Transe" (1974/1985), *História de Portugal,* vol. XV, direção de José Matoso, op. cit., 2008, pp. 101-102.

Quando Jorge Sampaio, então secretário de Estado da Cooperação Externa, partiu para a 4ª e última ronda, em junho de 1975, ainda antes da independência, o Governo português já tinha aprovado aquilo a que se comprometera e o chefe da delegação ia mandatado para encerrar o processo Cabora-Bassa em representação do Estado.[393]

Mas a Frelimo surpreendeu tudo e todos e o resultado de três rondas de negociações ficava sem efeito, por exigência dos novos negociadores moçambicanos, liderados por Óscar Monteiro[394] e Mário Machungo, que presidia. Iniciada a reunião, os representantes da Frelimo renegaram os resultados conseguidos e exigiram que quase todos os protocolos e acordos fossem renegociados e de novo rubricados, desde o de Cabora-Bassa ao de Cooperação Técnica e Científica e, para surpresa dos portugueses, propuseram, inclusivamente, que o Acordo de Cooperação e Amizade não fosse assinado.[395] Caía assim, pela base, quase todo o esforço anteriormente desenvolvido, a dez dias da data prevista para a independência. A barragem voltava a envenenar a reunião, mas, como já foi referido, a 16 de junho, nessa quarta e última fase, o acordo foi finalmente rubricado pelos chefes da delegação, após negociações intensas de bastidores. Relativamente ao restante contencioso, sobretudo banca e seguros, muito ficava por negociar, ao arrepio do compromisso firmado em Lusaca.

Portugal cumpriu a sua parte e a independência foi declarada na data aprazada.

Mas, os problemas ficaram por resolver e, arrastando-se, agravaram as relações, muito devido à forma como Samora Machel e os mais radicais da Frelimo dificultavam a vida aos portugueses.

À semelhança do que acontecia nas outras ex-colónias, os mais radicais contra Portugal e contra os colonos portugueses ali radicados, eram precisamente aqueles que, tendo vivido em Portugal, fugiram e aderiram aos movimentos nacionalistas, tal como alguns portugueses que viviam nos territórios e que optaram por ficar.[396]

Esta era uma realidade com que havia de se contar, porém alguns dos ministros na vigência do VI Governo Provisório tinham grande ligação aos novos governantes moçambicanos, até pelo conhecimento derivado das negociações para a independência.[397]

---

[393] Sobre estas negociações *vide* José Pedro Castanheira, *Jorge Sampaio - uma Biografia*, vol. I, op. cit., pp. 601-619.

[394] Óscar Monteiro tinha sido o representante da Frelimo, no encontro informal ocorrido em Amesterdão com Almeida Santos e Melo Antunes em julho de 1974. *Cf.*, 1.4, *supra.*

[395] Este Acordo veio a ser assinado a 2 de outubro de 1975, mas deixou cair a "Amizade" e ficou-se pela Cooperação.

[396] *Cf.* José Pedro Castanheira, *Jorge Sampaio - uma Biografia*, vol. I, op. cit., p.613.

[397] Estavam, neste caso, Melo Antunes que liderou as negociações e que por esta altura era o Chefe da

No início de 1976, foi decidido, enviar a Moçambique, o secretário-geral do MNE, embaixador Tomás Andersen, com a missão de desbloquear a situação de centenas de compatriotas que estavam detidos pelas autoridades. Entre 7 e 13 de março desse ano, o secretário de Estado da Cooperação, José Gomes Mota, que pertencera anteriormente ao Gabinete do Alto-comissário em Moçambique, deslocou-se também a Maputo com a missão de encontrar uma plataforma de entendimento político que enquadrasse a resolução dos problemas técnicos, económicos, financeiros e da cooperação. Conforme relatou Vítor Crespo, na entrevista ao autor, Portugal desejava definir o estatuto da comunidade portuguesa, mas Moçambique estava frontalmente contra, e as negociações ficaram num impasse. Então, Samora Machel na presença do secretário de Estado Português, contatou pelo telefone o Primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo que o desautorizou. Este governante sentindo-se humilhado, ao chegar a Portugal apresentou a demissão. Independentemente de se aceitar esta versão como causa única para a demissão, a verdade é que o contencioso fazia uma baixa no Governo, e as relações com Moçambique ficaram ainda mais complicadas.

Em 16 de junho de 1976, numa viagem de surpresa a Roma, só posteriormente divulgada, Melo Antunes encontrou-se com o seu homólogo moçambicano Joaquim Chissano, para ultrapassar, com sucesso, o melindre provocado pela ida de Gomes Mota a Moçambique e a suspensão das relações que daí adveio. Porém, segundo informou a Embaixada de Portugal em Moçambique, quer Gomes Mota, quando se deslocou em missão a Maputo, quer depois Melo Antunes em Roma, tentaram, sem qualquer êxito, convencer o Ministro dos Negócios Estrangeiros Joaquim Chissano, a discutir a legislação moçambicana sobre nacionalizações e nacionalidade. [398]

Em finais desse ano, já na vigência do I Governo Constitucional de Mário Soares, rumou a Maputo outra delegação, chefiada por José de Oliveira Marques, mas de pouco adiantaram as negociações; daí em diante, o contencioso ficou sem um fim à vista.

Entretanto, as relações complicavam-se cada vez mais entre os dois países, a que não seria alheia a forma como eram tratados os portugueses e os seus interesses, tudo acentuado pela conflitualidade ideológica entre os governos. Talvez por essa razão em 1977, não houve qualquer tentativa de desbloqueio do contencioso. No final do ano, o contencioso extremava-se fruto da Lei 5/77 da República de Moçambique de 31 de

---

Diplomacia portuguesa e Vítor Crespo, que fez parte da delegação, veio a ser o Alto-comissário no periodo de transição e era, nesta altura, ministro da Cooperação.

[398] AHD-PAA 149, 945,7, 980,945 geral 1975/78. Telegrama nº 512/513, nº geral 18585 a 18586 da Embaixada de Portugal em Maputo de 21 de outubro de 1976.

dezembro, que nacionalizou a banca e decretou o encerramento dos bancos portugueses Pinto e Sotto Maior e o de Fomento Nacional, com a respetiva transferência dos depósitos ali existentes para os cofres moçambicanos, acompanhados das respetivas coberturas. De igual modo se pode entender a Lei 18/77, através da qual foi decidido que reverteriam para o Estado as partes sociais e direitos delas emergentes dos sócios de sociedades não anónimas que, injustificadamente, tivessem deixado de participar na atividade das empresas ou que tivessem perdido, ou viessem a perder, a residência em Moçambique.[399]

A parte moçambicana continuava a reivindicar os depósitos que, à última hora, o Alto-comissário tinha decidido autorizar à guarda do Governo português nos Consulados da Beira e Lourenço Marques, no valor de 2,77 milhões de contos. Deles, Portugal nunca abriu mão.

O crescente radicalismo ideológico da liderança marxista-leninista da Frelimo e do seu Presidente[400] colocava em perigo a permanência dos portugueses em Moçambique, muitos deles presos e maltratados. Esta crescente insegurança levou à saída de um número cada vez maior de portugueses.

Se as dificuldades de relacionamento já eram grandes durante o Governo socialista, agravaram-se muito mais com o executivo da coligação PS/CDS, que tomou posse no início de 1978. Dois dias após a tomada de posse, a 25 de janeiro, face à publicação da Lei que afetara a banca portuguesa em Moçambique[401], com o acordo do Presidente Ramalho Eanes[402], Mário Soares nomeou Jorge Sampaio, já com larga experiência, para novas negociações[403]. A missão integrou também o Capitão Aniceto Afonso, como enviado especial do Presidente Ramalho Eanes, para facilitar o relacionamento político, dado o modo informal com que se relacionava e os conhecimentos que ali possuía.

Mais uma vez, foi a delegação portuguesa a deslocar-se a Maputo. A única exceção ocorreu na primeira das reuniões que se realizaram na fase inicial, durante o Governo de Transição.

---

[399] Era a versão atualizada do Dec. Lei nº 16/75 de 13/2, publicado pelo Governo de Transição que aprovou, em certos casos, a intervenção estatal.

[400] Para agravar ainda mais a situação, contribuiu o início da Guerra Civil em Moçambique, em maio de 1977, sendo a Renamo apoiada pela Rodésia e mais tarde pela África do Sul, o que obrigou a um reforço da ligação do Governo da Frelimo ao Bloco Leste, pela necessidade de apoio militar.

[401] Arquivo da Cooperação, Cota 08.06.10, Moçambique, Preparação da Negociações I, janeiro/78.

[402] *Vide* desenvolvimento deste poder presidencial, *infra* 3.2.2.3.

[403] *Vide*, José Pedro Castanheira, "J*orge Sampaio - uma Biografia"*, vol. I, *op. cit.*, p. 601 e ainda a entrevista concedida ao autor por Vítor Crespo no Clube Naval em Lisboa a 14/7/2011.

Embora as negociações tenham começado dentro de um espírito de muita abertura, em 31 de janeiro, acabaram suspensas para consultas a 5 de fevereiro, por vontade da delegação portuguesa, já que nada se avançava face ao posicionamento essencialmente político das discussões que invocavam sempre a época colonial. Chegou-se pelo menos a um acordo informal, e de princípio, sobre a questão dos depósitos consulares que, ao ser levantada pela delegação moçambicana, causou imediato mal-estar.

Em Portugal, o ministro Sá Machado reiterava a confiança na delegação nacional e preparou, com o Ministério das Finanças e com Jorge Sampaio, a nova missão que seguiria para Maputo em julho desse ano de 1978. Mas, antes de sair, Jorge Sampaio deslocou-se a Belém, como era hábito na altura, onde foram analisados os termos da missão, estando presentes, para além de Sampaio, o ministro dos Negócios estrangeiros e o subsecretário de Estado do Tesouro.

Desta vez, o resultado da reunião foi ainda mais decepcionante: o desentendimento começou logo na marcação da agenda e continuou sempre ao longo das sessões. Do lado moçambicano presidia um dos duros do regime, Sérgio Vieira, moçambicano de origem goesa que a Embaixada Portuguesa em Maputo, já em 1976, informava por telegrama o ministro dos Negócios Estrangeiros que este diretor do gabinete da Presidência, era em conjunto com o ministro de Estado na Presidência, Óscar Monteiro e o ministro da Informação, Jorge Rebelo, "o grupo de ascendência goesa que apoia ideologicamente o Presidente Machel e fornece o suporte teórico de esquerda da posição da Frelimo".[404] Sérgio Vieira estava impregnado de um radicalismo ideológico que ficou célebre pelas suas preleções inflamadas aos funcionários, enquanto governador do Banco de Moçambique, na defesa do proletariado. Mais tarde, o próprio Samora Machel veio acusar este alto quadro do seu gabinete de ter sido o instigador do anti-portuguesismo.[405]

Durante os trabalhos, surgiu de novo a questão dos depósitos efetuados nos consulados, o que veio complicar a situação já de si difícil. Enquanto Jorge Sampaio tentava defender a honra de Portugal, Sérgio Vieira não dava tréguas à acusação e mais uma missão chegou ao fim, sem qualquer resultado, tendo sido acordada uma nova reunião, de novo em Maputo. Tal como em janeiro desse ano, Sampaio via-se obrigado a suspender as negociações, porque a delegação não tinha as competências adequadas para lidar com a situação.

[404] AHD-PAA 945, 980,945, Telegrama nº 438, nº geral 15629 de 31 de agosto de 1976.
[405] José Pedro Castanheira, *Jorge Sampaio - Uma Biografia*, vol., I, op. cit., p.607.

No seu relatório, Jorge Sampaio alertou que, sem outro tipo de mandato político, qualquer reunião seria infrutífera. Em agosto, caía o governo e o Presidente Eanes decidiu-se por um executivo da sua confiança, convidando Nobre da Costa a formar governo. Este nomeou de novo Jorge Sampaio para uma terceira ronda, em Maputo, entre 6 e 11 de novembro.

Pelo meio, houve negociações para a revisão do acordo sobre tarifas elétricas envolvendo Portugal, a África do Sul e Moçambique.

Em novembro de 1978, as relações com Moçambique continuavam muito complicadas. Contudo, a agenda alargou-se e, para além do contencioso dos bancos e seguros, passou a envolver, entre outros assuntos, as questões relativas às companhias aéreas dos dois países. A composição das duas delegações manteve-se inalterada. E logo no início, Sérgio Vieira considerou a proposta que a delegação portuguesa apresentou como ofensiva para o povo moçambicano e lançou diversos impropérios contra Portugal.[406] Sampaio protestou veementemente, considerou gravíssimo o que aconteceu e pediu a interrupção dos trabalhos para consultas com o MNE e com o Presidente da República.[407] As ofensas de cariz político foram piores que as anteriores, com discursos anticoloniais inflamados contra Portugal, rejeitando as propostas portuguesas por, no seu entender, estarem ainda eivadas desse espírito.[408] Em consequência, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Carlos Correia Gago, mandou regressar a delegação e pediu a suspensão das negociações, sem rompimento, alegando não estarem reunidas as condições necessárias para a sua continuação.

Por seu lado, os moçambicanos, tinham noção da desorganização reinante em Portugal e tiravam partido disso. Sampaio, no seu relatório sobre a missão, chamava a atenção para a impossibilidade de discutir questões cada vez mais políticas, com mandatos técnicos. Mas, antes de abandonar Maputo, o Presidente Machel recebeu Jorge Sampaio, como sempre fazia e, surpreendentemente, depois de reuniões tão complicadas,

---

[406] Idem, *ibidem*, pp. 612-613.

[407] O chefe da delegação portuguesa revelou, mais tarde, a José Pedro Castanheira que o Presidente nunca deixava de lhe responder, até porque era o único que, desde o princípio, se mantinha no poder, ao contrário dos governos que mudavam frequentemente. Igualmente Costa Oliveira e Paulo Ennes eram da mesma opinião sobre a importância do apoio recebido de Belém. *Vide* desenvolvimento 3.2.2.3 *infra.*

[408] Sérgio Vieira, em 1976, foi alvo de uma atitude vexatória no aeroporto de Lisboa, quando se encontrava em trânsito para Maputo, por parte da Guarda Fiscal que o considerou como refratário do exército português e o reteve por algum tempo, para interrogatório, quando já se encontrava no avião e apesar de ter mostrado o passaporte diplomático. Este episódio originou fortes críticas a Portugal por parte da imprensa moçambicana, que acusava Portugal de colonial-fascista e levou à apresentação de um protesto diplomático. *Vide*, AHD-PAA 945, 980,945. Telegramas da Embaixada de Portugal em Maputo, nº 483, nº geral 17853-17854, 9 de outubro de 1976. O protesto diplomático apresentado na Embaixada Portuguesa, através da Nota nº 13/DEA/POR/B/1.13/76, é datado de 30 de setembro de 1976.

mostrou-se mais aberto para com os portugueses, desejando a sua cooperação. Mas, alertava: se Portugal mantivesse a apatia que vinha revelando, ao fim de 5 anos perdiam-se os ganhos adquiridos. [409] Esta afirmação é interessante sobretudo quando cruzada com as declarações de Ramalho Eanes, na entrevista que concedeu ao autor, e onde se expressou da mesma forma relativamente às relações humanas existentes, apenas variando no horizonte temporal mais escasso, ou seja, 3 anos.

Em resultado desta abertura, em dezembro, já na vigência do IV Governo, o Presidente Eanes enviou o General Sousa Menezes a Maputo, pessoa que o Presidente Machel muito estimava. Fruto da boa vontade demonstrada, o já anunciado encerramento dos bancos foi adiado, mas afinal, por poucos meses.

No princípio do ano seguia, novamente para Maputo, uma missão preparatória da próxima delegação negocial portuguesa. Era composta pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Paulo Ennes, o diplomata Paulouro das Neves e Costa Oliveira, membro da comissão instaladora do ICE. Foram recebidos por Joaquim Chissano, ministro dos Negócios Estrangeiros. Estava aberto o caminho para a nova missão.

O Primeiro-ministro Mota Pinto nomeou Álvaro Barreto, seu ministro da Indústria e Tecnologia, para chefiar a nova missão, deixando Jorge Sampaio de estar à frente da delegação portuguesa. Para Paulo Ennes, que a integrou, "essa missão correu muito mal porque enquanto nós lá estávamos, inclusivamente, foi anunciado o fuzilamento de um cidadão português". Perante o fracasso da reunião, agravado pela notícia daquele trágico acontecimento, "o Álvaro Barreto deu um murro na mesa e abandonámos as negociações".[410] Mais uma vez as negociações acabaram suspensas.

Finalmente, o novo governo, chefiado por Francisco Sá Carneiro, saído de eleições legislativas no final de 1979, mudou de estratégia e anunciou que já não existia qualquer tipo de contencioso com Moçambique. Subsequentemente, Sérgio Vieira que tão provocador fora com Jorge Sampaio durante as reuniões a que presidiu, em 1978, anunciou que era mais fácil negociar o contencioso com a direita do que com a esquerda, sendo que a única exceção fora o Governo de Vasco Gonçalves.[411]

---

[409] Em julho desse ano o Presidente Luís Cabral, após visita a Maputo, confessou ao embaixador português em Bissau que Samora Machel estava profundamente interessado em criar um quadro institucional que permitisse aumentar substancialmente a cooperação técnica portuguesa, referindo em particular a área das pescas. AHD-PAA Prov. S/Nº3, Telegrama da Embaixada portuguesa em Bissau, nº A-35, nº geral 14578, recebido em 21 de julho de 1978.

[410] Entrevista concedida ao autor no seu escritório em Lisboa a 20/05/2013.

[411] José Pedro Castanheira, *Jorge Sampaio - Uma Biografia*, vol. I, op. cit., p. 618.

Também Jorge Sampaio, admitiu que Sá Carneiro "foi o único Primeiro-ministro com coragem e força política para impor uma mudança estratégica".[412] A missão seguinte, já eminentemente política e novamente chefiada pelo então ministro da Indústria e Energia Álvaro Barreto, ultrapassou muitas das barreiras anteriormente colocadas. Pouco a pouco, foram obtidos resultados completamente diferentes e a cooperação começou a ser uma realidade, em parte devido ao estreitamento das relações entre os dois presidentes.

Cabo Verde

Na sequência do acordo de Lisboa, ainda durante o Governo de transição, ocorreu na cidade da Praia, de 5 a 7 de maio de 1975, um encontro exploratório para estabelecer as bases da cooperação e preparar a agenda da 1ª fase de conversações, porque o processo decorreu de forma faseada. Esteve presente o Alto-comissário e o diretor do Gabinete Coordenador para a Cooperação.[413]

1ª Fase: As primeiras conversações decorreram na cidade da Praia, ainda sob a responsabilidade do Alto-comissário Vicente de Almeida d'Eça. Foi abordada a necessidade de se fazer um pedido aos organismos internacionais para ajudar a combater as graves dificuldades económicas e financeiras que Portugal, sozinho, naquela conjuntura, não conseguia suportar. Foi também debatida a hipótese de serem criadas empresas mistas, públicas e privadas, relacionados com seguros, cimentos ou transportes. Para o BNU, desejava-se encontrar uma solução comum à que fosse estabelecida para a Guiné. Sobre os direitos a conceder aos funcionários públicos, a situação exigia alguma ponderação, pois os encargos a assumir pareciam de monta. [414]

2ª Fase: Realizou-se entre 11 e 15 de junho de 1975 no Estoril. Sob a orientação do Gabinete Coordenador para a Cooperação, era então Jorge Sampaio o responsável pela pasta da Cooperação Externa. Era a última reunião antes da independência. Foram discutidos vários assuntos relativos a áreas que importava serem apoiadas pela cooperação portuguesa; entre outros, os assuntos relativos aos emigrantes, serviços

[412] Idem, *ibidem*, p. 618.
[413] Arquivo da Cooperação, 08.03/01, GCC, Cabo Verde/ Conversações 1ª Fase. "Relatório sobre as Negociações exploratórias com Cabo Verde", [s.d.]
[414] Arquivo da Cooperação, GCC, Ferreira Leite, nº 14/SEF/1976, "Cooperação Portugal- Cabo Verde", 10/01/1976.

aéreos, marítimos, comércio, pescas, meteorologia e apoio financeiro a conceder por Portugal. Começaram, além disso, a discutir-se alguns textos de futuros acordos como o Geral de Cooperação e Amizade e o de Cooperação Científica e Técnica. Estes iriam ser assinados no próprio dia da independência na cidade da Praia.[415]

3ª Fase: Desta vez decorreu em Lisboa entre 5 e 16 de fevereiro de 1976. Do lado português presidia o secretário de Estado da Cooperação, Comandante Gomes Mota, e do lado cabo-verdiano, o Ministro da Economia, Lopes da Silva.

Surgiram, nessa data, as primeiras solicitações concretas para ações de cooperação, e foram analisados e discutidos projetos de acordos, alguns rubricados e três deles até foram logo assinados, pela importância vital de que se revestiam para o país: casos relativos aos Transportes Aéreos, ao Desenvolvimento Marítimo, Cartografia e Segurança na Navegação e ainda o Geral sobre Migrações, dado o peso da comunidade cabo-verdiana em Portugal.[416]

Apesar de esporádicas, já tinham ocorrido, em Cabo Verde, nacionalizações de prédios rústicos pertencentes a nacionais portugueses, levadas a cabo por força do Dec. 6/75 de 23 de julho. Contudo, não se avançou muito na procura de uma solução para os problemas do contencioso que continuaram num impasse.

3ª Fase: Decorreu entre 14 e 15 de abril de 1976, na Praia. A questão principal, como declarou na altura o Ministro da Cooperação Vítor Crespo, era a da liquidação do passado colonial e de todos os laços injustos entre os dois povos. [417]

Foram celebrados os seguintes acordos:

- Transferência do Departamento do BNU;
- Transferência do Ativo e do Passivo do Banco de Fomento Nacional para o Banco de Cabo Verde;
- Empréstimo reembolsável de 125.000 contos;
- Empréstimo não reembolsável de 170.000 contos respeitantes à parte ainda não utilizada, do subsídio de 300 milhões concedidos em 1975:
- Sobre os Funcionários Públicos.:
- Acordo Regulador do Estatuto de Pessoas e Regime dos seus Bens[418];

[415] Arquivo da Cooperação, GCC, Ferreira Leite, Informação de serviço nº 14/SEF/1976, "Cooperação Portugal- Cabo Verde", 10/01/1976.
[416] Arquivo da Cooperação, GCC, Ferreira Leite, Informação de serviço nº 14/SEF/1976, "Cooperação Portugal- Cabo Verde", 10/01/1976.
[417] Arquivo da Cooperação, GCC, Ferreira Leite, Informação de serviço nº 14/SEF/1976, "Cooperação Portugal- Cabo Verde", 10/01/1976.
[418] Era uma forma de acautelar estes direitos que no Acordo de Lisboa estavam omissos.

- Acordo sobre o contencioso relativo à empresa GONGEL;
- Acordo sobre as obras e investimentos iniciados no âmbito na vigência do Plano de Fomento de Cabo Verde, nomeadamente a conclusão das obras no porto da Praia e no Hospital de São Vicente, Dessalinização de S. Vicente, Aviões, Aeroporto e Sistema de Telecomunicações, tudo no valor de 192 milhões de contos.[419]

Referindo-se a estas negociações, o antigo Ministro Vítor Crespo considerou que "até correram bastante bem. Quer dizer, no essencial as negociações com Cabo Verde foram difíceis, como foram todas as negociações nessa altura, mas acabámos por chegar a um acordo (…) de todas foram as mais fáceis". [420]Em boa verdade, foram estas negociações que facilitaram, depois, o curso das que decorreram com a Guiné.

São Tomé

Apesar do artigo 14º do Acordo de Argel salvaguardar os interesses dos portugueses em São Tomé e Príncipe após a independência, a verdade é que, as dificuldades no relacionamento, iriam começar em consequência da opção por uma reforma agrária, com a nacionalização das Sociedades Agrícolas, pelo Dec. Lei 24/75 de 30 de setembro de 1975.

Antes e após a independência em 12 de julho de 1975 decorerram as seguintes fases de negociações:

1ª Fase: Entre 2 e 7 de junho de 1975, em São Tomé, tiveram lugar as primeiras conversações exploratórias.[421] A delegação portuguesa era chefiada pelo diretor do Gabinete Coordenador para a Cooperação Fernando Reino. Vários assuntos foram levantados, como os interesses empresariais portugueses, problemas financeiros decorrentes da administração colonial, a transferência do Departamento local do BNU e as ligações a Portugal por via aérea e marítima.

Foram trabalhados projetos de acordos como o Geral de Cooperação e Amizade, e o de Cooperação Científica e Técnica, que irão ser assinados pouco tempo depois.

Abriram-se possibilidades para o recrutamento de cooperantes e foram pedidas várias missões técnicas e a cedência de material e bens alimentares. O caminho ficava aberto para a cooperação.

---

[419] *Vide* em 1.5., *supra.*
[420] Entrevista concedida ao autor, no Clube Naval em Lisboa, em 14 de julho de 2011.
[421] Arquivo da Cooperação, 08.07/02, Cooperação Portugal/São Tomé. E Arquivo da Cooperação, 08.07/03, Negociações com São Tomé e Príncipe, I Fase de 2 a 7 /6/1975.

2ª Fase: A reunião realizou-se em Lisboa, entre 8 e 22 de março de 1976. A delegação portuguesa foi chefiada pelo ministro da Cooperação Vítor Crespo, acompanhado pelo secretário de Estado das Finanças, António Sousa Franco, enquanto do lado santomense era chefiada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros Leonel Mário D´Alva, secundado pelo ministro Celestino Costa. As conversações decorreram à volta dos temas habituais: o primeiro relativo ao Contencioso colonial e o segundo sobre o estabelecimento de formas corretas de cooperação.[422]

A estratégia negocial portuguesa mantinha-se inalterada, ou seja, negociar na globalidade, mas isso provocou um natural choque de interesses. Portugal até considerava conceder a inexigibilidade da dívida santomense anterior a 1974, no montante de 473.060 contos, desde que a resolução fosse concertada no conjunto das restantes questões económicas e financeiras. Os santomenses estavam contra, pois consideravam que alguns dos pontos da agenda poderiam ser facilmente resolvidos, enquanto outros só com o tempo lá se chegaria. Além disso, argumentavam que a questão da transferência do BPN que ficara prometida em Argel, já deveria ter sido feita e, não agora, inserida no conjunto das negociações.

No final, chegou-se oficialmente a um "completo acordo" sobre todos os pontos da Agenda, embora a questão das vinte e oito roças fosse transferida para uma Comissão Mista a criar para o efeito. Portugal insistia nas indemnizações das Roças, porque a maior parte pertencia agora, não a particulares, mas ao Estado português, por força das nacionalizações, nomeadamente do BNU e da CUF, que tinham nelas grandes participações. No sentido oposto, o governo santomense considerava que não eram devidas quaisquer indemnizações aos anteriores proprietários, que nem viviam em São Tomé, mas em Portugal e noutros países. A existirem indemnizações, elas teriam que ser pagas ao seu povo, pois aquelas empresas eram responsáveis pela monocultura ali existente, pela grande exploração de que foram vítimas e pela sabotagem económica que tinham provocado desde a independência.

Um dos pontos mais difíceis de resolver dizia respeito aos direitos dos trabalhadores portugueses nas empresas nacionalizadas. Acabou por ficar prevista a transferência das economias dos que regressaram, ou viessem a regressar a Portugal, bem

[422] Arquivo da Cooperação, 08.07/06, Conversações 2º Fase, Rep., D. de S.T.P. Documentos. [s.d.]. E ainda Arquivo da Cooperação, 08.07/08, S. Tomé, Conversações. março 1976 "Comunicado Conjunto", 23 de março de 1976.

como dos descontos que lá fizeram para a Caixa Sindical. Aos reformados ficava autorizada a possibilidade de transferirem, para Portugal, as suas pensões de reforma.

Consumou-se, por fim, a transferência do Departamento do BNU e a regularização dos créditos do Banco de Fomento Nacional em São Tomé e Príncipe.

Dois dos pontos mais importantes em discussão acabaram por não ser completamente

resolvidos. Mas, para não comprometer o sucesso desta ronda de negociações, ficaram os mesmos de ser tratados numa futura Comissão Mista. Acabaram assim por ser dilatados no tempo, através da formulação de duas Declarações de Intenções: uma sobre o Estatuto de Pessoas e Bens, que não aceitavam negociar, e outra sobre a Nacionalização das Roças, que não aceitavam indemnizar.

Importa esclarecer melhor estes dois pontos, que de certa forma estavam interligados. Em setembro de 1975, o governo santomense nacionalizara as empresas agrícolas que lá existiam. Mais tarde, em março de 1976, oficiosamente, fez saber a Portugal que os termos do decreto que, nacionalizara as roças, continha lapsos, pois não espelhava nem a vontade nem a atuação do Governo, porque apenas tinham nacionalizado o património existente no seu território e não as empresas em si.

Desta forma, rejeitavam toda e qualquer obrigação que as empresas, fortemente endividadas perante a banca, pudessem ter de liquidar. Rejeitavam, igualmente, as responsabilidades pelas reformas dos antigos funcionários das roças, já reformados.

O Governo de São Tomé passou a argumentar que só admitia pagar indemnizações por qualquer medida que afetasse os portugueses ou os seus bens, a partir da data da assinatura da Declaração de Intenções sobre o Estatuto das Pessoas e Regime dos Bens.

O comunicado final, divulgado após uma maratona de quinze dias de discussão, afirmava que se tinha atingido um "completo acordo", e que o contencioso estava encerrado, abrindo o caminho da cooperação. Tratava-se, porém, de uma forma engenhosa de ultrapassar o problema de um não acordo que, por arrastamento, poderia complicar também as negociações a decorrer com os restantes Estados saídos da descolonização portuguesa. O sucesso com um, podia ser a porta aberta para os outros,

Em outubro desse ano, o Primeiro-ministro santomense visitou Portugal, mas as diferenças ideológicas foram-se acentuando e, durante algum tempo, as relações complicaram-se e atingiram um novo pico quando as autoridades daquele país decidiram impor aos particulares estrangeiros, a venda de propriedades urbanas ao Governo.

Só depois de algumas tentativas mútuas de aproximação, como se verá no capítulo sobre a cooperação, foi viabilizada a realização da Comissão Mista, onde as matérias voltarão a ser abordadas, mas a outro nível.

Angola

A principal causa do difícil relacionamento entre Portugal e Angola, entre 1975 e 1978, residia na tomada de posição inicial de Lisboa relativamente ao Governo do MPLA. Depois do seu reconhecimento a 23 de fevereiro de 1976, numa altura em que se esperava uma alteração significativa das relações, o governo angolano tomou medidas lesivas dos interesses dos portugueses com a publicação das Leis de Nacionalização e Confisco, Lei nº3/76 de 3 de março e Lei nº 43/76 de 10 de junho, levando ao extremo com o corte de relações em 18 de maio. Só iriam ser restabelecidas a 30 de setembro de 1976, como já foi referido[423] depois do encontro entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira e Eduardo dos Santos, na cidade da Praia.

No final deste encontro, ficou assente o desejo de uma maior liberdade de circulação entre os dois países, através da facilidade na atribuição de vistos, o que nunca se concretizou. Prometeu-se mais cooperação em todos os domínios e a resolução do contencioso através de negociações, prevendo-se inclusivamente a constituição de Comissões para tal fim. Era uma tomada de posição bem diferente da que tinha o Ministro das Finanças angolano, cuja posição acabou por prevalecer nas relações entre os dois países.

Segundo Costa Oliveira,[424] as diferenças de pontos de vista começaram logo em 1976, durante a visita do ministro das Finanças angolano a Portugal, após o estabelecimento das relações diplomáticas. Quando lhe propuseram negociar o contencioso, afirmou que Angola não reconhecia a existência de qualquer tipo de contencioso pois, se eles tinham sido colonizados, eles é que tinham sido espoliados; logo, não admitiam pagar qualquer indemnização pelas nacionalizações. Também Agostinho Neto, aquando da Cimeira em Bissau entre os dois presidentes, corroborou esta postura da não existência de contencioso com Portugal.

No que concerne ao desenvolvimento da cooperação, e até à realização da referida Cimeira, onde se veio a assinar o Acordo Geral de Cooperação abrindo caminho para outros setores, tudo se resumia a um Acordo Aéreo, um acordo entre a Marconi e os CTT

[423] *Vide* em 1.4. *supra*.
[424] Em conversa com o autor, fornecendo dados para a elaboração da Tese.

de Angola e ações esporádicas. Às tentativas do Governo português de avançar nesta área, incluindo a apresentação de um projeto de acordo, no verão de 1977, prometiam-se respostas que acabavam por nunca chegar.

Ainda relativamente ao contencioso, assinale-se que os processos como o encerramento dos bancos portugueses e dos seguros, acompanhados pelas preocupações com os profissionais que lá trabalhavam, foram fatores que ampliaram a conflitualidade. A este mal-estar acrescia a provocação feita com as nacionalizações, que o Governo angolano fizera[425] acautelando ostensivamente o capital estrangeiro e penalizando, apenas, o capital português.[426] O caso da Diamang foi paradigmático pela forma como Angola encarava as relações com Portugal, conduzindo a uma reação violenta e de igual proporção da parte portuguesa, como referiu o então Presidente da República Ramalho Eanes.

No caso da SONEFE, proprietária da Barragem de Cambambe, os angolanos aceitaram pagar aos acionistas o valor do capital integral das ações da empresa.[427]
O Estado português, em face dos direitos nesta empresa e pela liquidação dos débitos do então Banco de Fomento, por troca de cartas de ratificação entre os dois presidentes, ficou com uma conta em divisas no Banco Nacional de Angola, num valor superior a 5 milhões de dólares norte-americanos, destinada a ações de cooperação, cuja gestão ficou a cargo do Banco de Portugal.

1.6. A integração dos "retornados"

O número estimado de portugueses que regressaram ao seu país em consequência da descolonização situava-se entre meio milhão e um milhão. A maior parte dos autores que estudou o fenómeno aponta para valores entre os seiscentos e os oitocentos mil, o que de qualquer forma, significava cerca de 8 % do total da população portuguesa.

O primeiro recenseamento efetuado no pós-25 de Abril para apurar, tanto quanto possível, a realidade do fenómeno do "retorno", foi mandado executar pelo Dec. Lei nº836-B/76 de 30 de novembro e foi concluído a 28 de fevereiro de 1977. Tinha como

[425] Num Despacho de 24/04/78, o MNE solicitou ao MIOC um estudo sobre o contencioso patrimonial com Angola e que consta no Arquivo da Cooperação, Cota: 09/02/01.
[426] Arquivo da Cooperação, Cota: 09.02/01, Relatório Dossier Económico 1978, "Relações entre Portugal e Angola (maio/1978), Grupo de Trabalho com Sá Coutinho, Leite Cruz e Paulouro das Neves.
[427] *Vide* em 1.4, *supra*.

balizas temporais o período entre 1 de setembro de 1974 e 30 de novembro de 1976, e foi das primeiras tarefas levadas a cabo pelo Comissariado para os Desalojados.

Foi, porém, na sequência do XII Recenseamento Geral à População Portuguesa, realizado em 1981, e seu posterior aproveitamento científico, que poderemos obter uma ideia aproximada da dimensão do movimento então designado dos *"*retornados*"* e como se integraram na sociedade portuguesa. Valores aproximados porque alguns não responderam, outros não se integraram por variadíssimas razões e rumaram para outros lugares, escapando à contagem global dos que "retornavam" das províncias ultramarinas. Todavia, mais de meio milhão referiu que era proveniente de África, na sequência da descolonização (quinhentos e cinco mil e oitenta e sete).

Com o tratamento dos dados recolhidos neste recenseamento, o sociólogo Rui Pena Pires elaborou um dos capítulos da sua tese de doutoramento, relativa à integração dos *"*retornados*"* na sociedade portuguesa, entretanto já publicada em livro.[428] Considerou ter sido possível proceder, pela primeira vez, a uma avaliação e caraterização minimamente rigorosa daquele fluxo migratório, que serviu para desmentir os números que a imprensa portuguesa na altura referia, ou seja, cerca de um milhão de pessoas.[429]

Deste estudo resulta que de entre estes compatriotas, 61% eram provenientes de Angola, 34% de Moçambique e apenas 5% de outras colónias; quase dois terços tinham nascido em Portugal (63%). De entre eles, 75% dos jovens com menos de vinte anos, eram naturais das ex-Colónias. Quanto à sua dispersão pelo todo nacional, o estudo chegou à conclusão que cerca de 53% regressou ao distrito da sua naturalidade. A razão deste fenómeno prende-se com a necessidade de um maior suporte afetivo, profissional e até cultural, o que acabou por ser positivo, principalmente para travar o crescimento negativo da população e gerar o aumento e rejuvenescimento do interior tão afetado pela imigração.[430] A verdade é que esta dispersão foi preparada de modo a evitar que acontecessem em Portugal os graves problemas que ocorreram em França, com os "Pieds Noir", que se concentraram maioritariamente na região de Marselha, depois do êxodo do Norte de África. Vejamos de onde tinham partido e para onde a maior parte regressou:

Região Centro: 36%

Região Norte: 32%

Região de Lisboa: 20%

[428] Rui Pena Pires, *Migrações e Integração. Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, 1ª Ed., Oeiras, Celta Editora, 2003.
[429] Idem, *ibidem*, p. 200.
[430] Idem, *ibidem*, p. 205

Região Sul: 20%

Ilhas: 4%

Tomando ainda por base este estudo, a população portuguesa, que era na altura de nove milhões e oitocentos mil habitantes, ficou maior e melhor preparada e qualificada, pois os que chegaram eram academicamente mais qualificados:

"Considerando apenas a população com 30 e mais anos, começa por ser esclarecedor o resultado da comparação entre a percentagem de analfabetos nas duas populações: 6% entre os "retornados", contra 30% na restante população portuguesa. No outro extremo da escala das qualificações, o contraste é também significativo: 5% dos "retornados" concluíram um curso superior, o que, no entanto, só aconteceu para 2 % da restante população". [431]

Embora a saída da população europeia de Guiné e Moçambique se tenha começado a fazer sentir logo a partir de junho de 1974, alguns vinham apenas por precaução, até em gozo da licença graciosa e pensando eventualmente em regressar.

Mas foi especialmente devido aos graves tumultos ocorridos na sequência da assinatura do Acordo de Lusaca que se iniciaram os problemas que iriam marcar o período de transição e a população europeia que vivia em Moçambique ficou profundamente alarmada e com desejo de regressar a Portugal. Posteriormente, com o radicalismo pós-independência, a situação ainda se agravou mais.

Não foi somente em Moçambique que tal ocorreu. Na realidade, assistiu-se, pouco a pouco, a um êxodo que, sobretudo em Angola, foi alarmante, em resultado dos conflitos que, interrompidos por breves períodos de acalmia, degeneraram numa guerra civil. Note-se que os primeiros refugiados de Angola não foram os brancos fugidos à violência, mas sim os negros cabo-verdianos que habitavam os Musseques de Luanda, tendo de ser evacuados numa ponte aérea, rumo a Cabo Verde.

Muitos foram os países que acolheram os refugiados de Moçambique e Angola. Destaca-se o Brasil, seguido da República da África do Sul, Venezuela e Canadá, mas Portugal foi o principal porto de abrigo para tantos que, tendo partido à procura de uma vida melhor, tiveram de regressar, tão ou mais pobres do que partiram, para se salvarem. Era, na feliz designação de João Paulo Guerra, *O Regresso das Caravelas*, passados cinco séculos em que os portugueses espalharam raízes pelos cinco cantos do mundo.[432]

---

[431] Idem, *ibidem*, p. 212

[432]João Paulo Guerra, *Descolonização Portuguesa. O Regresso das Caravelas,* [1 ª ed.], *op. cit.*, Alfragide, Oficina do Livro, 2009.

Portugal já conhecera esta dolorosa realidade no passado. Primeiro, com os goeses, na sequência da invasão do território pela União Indiana, seguidos dos refugiados do Zaire, na chamada *zairinização,* em finais de 1973. Nessa altura, o diminuto número de nacionais que foram obrigados a regressar não atingiu o dramatismo que estes vieram a gerar. O retorno do Zaire até se encarou como consequência normal do processo de descolonização em África.[433]

Se para alguns foi o regresso às origens, para outros, talvez a maioria, sobretudo a segunda geração ou aqueles que eram fruto da consanguinidade europeia e africana e que nunca tinham estado em Portugal, foi a contingência de serem obrigados a abandonar a sua terra mãe. Como designá-los? Foi a dúvida com que se depararam as autoridades de então, e a resposta não era fácil, porque não se tratava de uma questão do foro semântico, mas sim jurídico, que poderia ter implicações de outra natureza. Como veremos, a designação foi variando até chegar àquela que oficialmente hoje é adotada.

À partida, eram portugueses, porque todas as pessoas que tivessem nascido nesta ou noutra província ultramarina, eram considerados portugueses, por efeitos da lei existente na altura em que a "Pátria portuguesa era una e indivisível".[434] Este princípio vinha desde a revogação do Estatuto do Indigenato, da autoria do então Ministro do Ultramar, Adriano Moreira, em 1961.

Chamavam-se a si próprios "deslocados" e "refugiados", mas o Governo, ainda que indiretamente, haveria mais tarde de os designar como *"*retornados", após a criação do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais, a que se juntou a criação de uma Secretaria de Estado dos Retornados, ambos em 1975. Muito mais tarde, e até hoje, aqueles que deixaram em África os seus bens passaram, também, a ser designados de "espoliados", após a criação em 1992 do Gabinete de Apoio aos Espoliados.

Se o Acordo de Lusaca, entre Portugal e a Frelimo, era omisso relativamente aos bens da população portuguesa residente no território moçambicano, mais tarde, no Acordo de Alvor, possivelmente fruto desta experiência, já se encontrava previsto no artigo 54º, o respeito pelos "bens e interesses legítimos dos portugueses domiciliados em Angola", e no artigo 24º, "a segurança de pessoas e bens" e "os direitos e as liberdades individuais e coletivas". Mas, como o Acordo foi suspenso por iniciativa portuguesa, face aos atropelos cometidos pelos três parceiros angolanos, o mesmo pode ter deixado de ter

[433] Após o 25 de Abril a Comissão dos Espoliados do Zaire, referiu que tinham sido de, aproximadamente, 2,5 milhões de contos, os bens dos portugueses que ali foram espoliados. AHU, Fundo do IARN, M/7/1 a M/1975, Secção M.
[434] Dec. Lei nº 43893/61 de 6 de setembro, *D.G.*,1ª Série, nº 207.

qualquer validade jurídica.[435] Esta tese era, aliás, defendida por alguns políticos portugueses de então, como Medeiros Ferreira, entendendo que o Tratado deveria ter sido renegociado.

Depois da independência, o governo angolano decidiu intervir sobre os interesses e bens dos portugueses que tinham abandonado, aquele território. As razões prendiam-se não só com questões de natureza económica, mas também ideológica e política. Por um lado, o facto do reconhecimento tardio do Governo do MPLA em nada ter ajudado à salvaguarda dos interesses portugueses no território; por outro, os exemplos das nacionalizações que, em 1975, também ocorreram em Portugal, davam força àquele objetivo e não será despicienda a influência do PCP e da sua práxis sobre o MPLA. Havia, ainda, um antecedente importante: a publicação do Dec. Lei nº 128/75 de 7/10, [436] pelo Alto-comissário Português, ainda em funções, sobre a intervenção estatal nas empresas privadas, face à desagregação a que já se assistia na altura, em Angola e que colocava em causa o aparelho produtivo.

Assim, poucos meses após a independência o Governo do MPLA promulgou a Lei nº 3/76 de 3 de março[437], "Lei da Nacionalização e confisco de Empresas e outros Bens", que legitimava o confisco com base em sabotagem económica e as nacionalizações dos bens daqueles que se ausentassem no estrangeiro, injustificadamente, por mais de quarenta e cinco dias.

Há que conjugar ainda esta Lei, com o artigo 1.º, n.º 1 da Lei n.º 43/76 de 19 de junho, que abriu a porta ao confisco de imóveis e frações autónomas, em consequência da ausência injustificada dos seus proprietários por um período superior a quarenta e cinco dias. Posteriormente, a Lei nº 7/95 de 1 de setembro veio considerar definitivamente confiscados e tornados património estatal, independentemente de qualquer outro formalismo, os imóveis e frações autónomas abrangidos pelas citadas leis.

No caso moçambicano, o Dec. Lei nº 5/76, publicado pelo Governo moçambicano no *Boletim da República* de 5 de fevereiro, previa a nacionalização de imóveis e o início da intervenção nas empresas.

---

[435] No livro de Alexandra Marques, *Segredos da Descolonização de Angola, op. cit.*, pp. 194, 201-20, esta razão é de certa forma desmontada, face às cedências da delegação portuguesa, mantidas secretas, no âmbito da negociação do Acordo. *Cf.*, em 1.4, *supra* e 3.2.3.2, *infra*.

[436] Boletim Oficial nº 234, 1ª S., *Vide* para o caso o artigo de Manuel Ennes Ferreira "Nacionalização e confisco do capital português na indústria transformadora de Angola (1975-1990)", *Análise Social*, vol. XXXVII (162), 2002, pp. 65,70.

[437] D.R., nº 52, 1ª S., de 3 de março de 1976.

O problema dos bens arrastou-se, e a Agência Lusa referia, a 5 de abril de 1999, que o Primeiro-ministro moçambicano, Pascoal Mocumbi, nesse mesmo dia tinha afirmado no Parlamento moçambicano, que o governo colocara um ponto final na questão dos bens abrangidos pela lei das nacionalizações e que os anteriores proprietários tinham tido um prazo de noventa dias para os reclamarem, após a publicação do referido Dec. Lei. Acrescentou que "esses edifícios e bens nacionalizados são peças estruturantes do sistema de educação e saúde que em todo o país servem gerações a níveis nunca antes vistos em Moçambique", e que essas nacionalizações garantiram "que muitos moçambicanos passassem a viver de facto nas suas cidades em casas condignas".[438]

Almeida Santos, a propósito da culpa que os colonos imputam ao Governo por não ter sabido acautelar os seus interesses, sendo que, a ele, o acusavam particularmente de tudo e mais alguma coisa, refere que nunca se defendeu, porque os compreendia e porque, "faz jeito ter à mão um bode expiatório". Refutava a acusação, perguntando, quais eram afinal esses direitos e o que é que, podendo ter sido feito, não o fora esclarecendo que era "errado quando se imagina que subsistem direitos que deixaram de existir, quando se supõe possível o que efetivamente não o é".[439]

Por si só esta frase explicava tudo. Mas complementou, dizendo que tinham herdado um país divorciado do Ultramar, uma guerra perdida, onde as tropas se recusavam a combater e abraçavam os inimigos da véspera. E questionava: "Como se poderia negociar de igual para igual (…) quem nestas circunstâncias, define os direitos que se conservam e os direitos que se perdem. O novo ou o velho soberano?"[440]

Note-se que as autoridades portuguesas não imaginavam a dimensão do fenómeno do retorno que veio a acontecer.

Na altura era fundamental não criar um clima de pânico que pudesse alastrar e provocar o êxodo das populações destes territórios. Se tal ocorresse, poderia provocar perturbação de toda a ordem num país à procura da estabilidade económica, política e social, acrescida da desmobilização de dezenas de milhares de soldados, a quem era preciso dar uma ocupação. Também afetaria os futuros interesses portugueses nos novos

---

[438] Moçambique "Ponto final" na devolução dos bens a "espoliados" diz PM, Disponível em http://www2.lusa.pt/cgi-bin/noticia.pl/?vsat/05ABR99/0440 , consultado em 05/04/1999

[439] Depois das revelações da historiadora Alexandra Marques, no livro *Segredos da Descolonização de Angola*, relativos à forma como os negociadores portugueses, nas negociações do Acordo de Alvor, em janeiro de 1975, entregaram à sua sorte, os bens dos portugueses, percebe-se hoje melhor a razão destas afirmações feitas pouco tempo depois.

[440] Rui Cartaxana, entrevista Almeida Santos no S.I., "Da Descolonização à Cooperação", *op. cit.*, pp. 1-28.

Estados e afetaria inclusivamente esses mesmos Estados que se veriam a braços com a falta de quadros, vitais para a sua sobrevivência.

Entretanto, face à tragédia que se avizinhava, logo após a chegada dos primeiros portugueses fugidos de Moçambique, numa altura de forte radicalização política, os órgãos de informação nacionais começaram por ignorar o problema. A explicação parece simples e complexa ao mesmo tempo.

De início, também não se aperceberam da gravidade do facto histórico que estava a ocorrer. Depois, passaram a ser controlados politicamente, e esta era uma das questões que não era conveniente abordar para não gerar um clima de perturbação interna. E, sobretudo, porque havia uma imagem externa que se impunha preservar, com vista a facilitar a aceitação e o apoio internacional do país, da sua política e da sua nova liderança: Portugal era visto, lá fora, com respeito e admiração, por isso, era preferível ignorar ou, no mínimo, desdramatizar, como fizeram algumas das mais altas individualidades nacionais.

Se a maior parte da imprensa portuguesa parecia continuar desatenta ao drama, o mesmo não se passava com o jornal *Expresso* que, em 13 de junho de 1975, já dava conta da fuga dos portugueses de Angola e dos graves problemas que tal originava. No chamado Verão Quente, face aos reflexos que o drama estava a provocar, a imprensa portuguesa já não o podia ocultar, mas continuava bastante crítica em relação a esses refugiados.

As autoridades político-militares portuguesas procuravam, de todas as formas, travar a debandada, mas sem sucesso. Numa primeira fase, tentando desdramatizar e acalmar, através da ida do General Costa Gomes a Angola e a Moçambique, em maio de 1974, seguida, ainda neste mês, da deslocação, a Angola, do Ministro Almeida Santos, responsável pela Coordenação Interterritorial, prometendo que seria dada, em breve, uma ampla autonomia administrativa àqueles dois territórios. Apelou, também, a todos os que, de Angola, queriam vir para Portugal para repensarem a sua decisão, tendo em conta as condições que poderiam vir a encontrar. Mais tarde, foi o Ministro sem Pasta, Melo Antunes, já responsável pela descolonização, que rumou para Angola, tentando apaziguar a situação.

O Primeiro-ministro Vasco Gonçalves referia, a 21 de setembro de 1974: "Pensamos que só um número muito restrito de brancos regressará de África, visto que é

preocupação do Governo português, e os acordos agora celebrados demonstram-no cabalmente, assegurar o futuro dos brancos nesses territórios".[441]

Em 29 de setembro, o Alto-comissário de Moçambique, referindo-se aos graves acontecimentos ocorridos nesse país, na sequência da assinatura do Acordo de Lusaca, afirmava: "estou, contudo, certo que as coisas voltarão, os brancos vivem agora num estado emocional temporário, mas as tropas portuguesas e da Frelimo, estão a trabalhar e prontas a evitar perturbações". Acrescentava: "o que houve aqui foi um clima de medo que provocou decisões não racionais (…) sem emoções teriam continuado aqui". [442]

Como as mensagens e os apelos não resultaram, assistiu-se a alguma forma de pressão e até agressividade, também ao nível militar, como se pode constatar pelo texto do Boletim Informativo das Forças Armadas nº 19, de 30 de maio de 1975:

"não menos graves serão para Portugal as consequências dum afluxo significativo a partir de Angola: aumento da taxa de desemprego para um valor crítico, com o consequente aumento da instabilidade social; enfraquecimento dos laços culturais, políticos e económicos a estabelecer com Angola de imediato e primordial para a revolução portuguesa; redução das possibilidades de ligação ao terceiro mundo; sociedade portuguesa de população traumatizada e talvez couraçada contra a revolução, que identifica como causa dos seus males; e finalmente, o aproveitamento que a reação interna e internacional não deixará de fazer, na tentativa de desacreditar a descolonização e, por ela, todo o processo revolucionário português e o MFA".[443]

A propósito dos graves problemas que se verificavam, o Alto-comissário de Angola, Almirante Rosa Coutinho, declarava ao *Diário de Notícias*, em 25 de setembro de 1974: "sempre há os elementos menos evoluídos que têm medo de perder as suas regalias". No mesmo sentido, acabou por alinhar, posteriormente, o Alto-comissário de Moçambique, Victor Crespo, numa entrevista de 5 de fevereiro ao jornal *O Século*, dizia: "continua a haver pessoas racistas que não abdicam dos seus privilégios. Essas pessoas, naturalmente, não têm vocação para viver em Moçambique (…) Moçambique é uma grande nação onde cabem todas as pessoas que queiram trabalhar".[444]

Começava a ser cada vez mais difícil ignorar e ou escamotear a realidade. A partir de março de 1975, os três movimentos que se tinham sentado à mesa das negociações, no

---

[441] "Bravos "Retornados, Espoliados, Deslocados", Disponível em http://www.xirico.com/c-_htm/tri/retornados.php, consultado em 11/09/2013.
[442] Idem, *ibidem.*
[443] "A Situação Económica e as Nossas Tarefas", http://casacomum.net/cc/visualizador?pasta=04436.019, consultado em 24/05/2014.
[444] "Bravos "Retornados, Espoliados, Deslocados…", http://www.xirico.com/c_htm/tri/retornados.php, consultado em 11/09/2013. *Vide* outra ameaça para forçar o regresso a Moçambique, no D.G., 1ª S., nº 67 de 20/03/1975.

Alvor, voltaram aos confrontos cada vez mais violentos, preocupando a população e obrigadando-a a refugiar-se em Portugal.

O IV Governo Provisório decidiu criar uma estrutura para assistência e apoio à integração de famílias ou indivíduos que, residindo ou trabalhando nos territórios ultramarinos, tivessem de vir para Portugal, por serem afetados pelo processo de descolonização em marcha, como aconteceu noutras situações em África. Visava, ainda, apoiar o eventual regresso dos emigrantes, se se viesse a verificar uma crise de emprego na Europa. Note-se a subtileza do articulado, onde se misturava a preocupação com o retorno dos nossos emigrantes, face à crise europeia, dissimulando-se, deste modo, o foco do problema.

É assim que surge, através do Dec. Lei nº 169/75 de 31 de março, o Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais (IARN), na dependência inicial do Primeiro-ministro,[445] cujo objetivo era estudar e propor medidas de integração e resolver os casos relativos à descolonização e retorno de emigrantes. Relativamente ao seu público-alvo, ficaram assim rotulados com o nome com que viriam a ser vulgarmente conhecidos até hoje, independentemente de outras designações que, entretanto, lhes vieram a ser atribuídas.

O que se pretendia, já não era, apenas, acolher e apoiar na emergência, para a qual o ministro Almeida Santos até tinha criado uma pequena estrutura informal, o Grupo de Apoio aos Desalojados do Ultramar, mas, face à dimensão do problema, integrar os milhares de compatriotas que continuavam a chegar, cada vez em maior número.

Com a criação do IARN, foram extintos: a Comissão Administrativa e de Assistência aos Desalojados, criada pelo Dec. Lei nº47222 de 29/9/66, no tempo do Estado Novo, para apoio aos deslocados da Índia, e depois do Zaire, e que, após a Revolução, havia sido integrada no âmbito do Ministério da Coordenação Interterritorial; o Centro de Apoio aos Trabalhadores Ultramarinos, integrado na Secretaria de Estado da Emigração. Ambos vinham, desde há muito, a apoiar situações meramente pontuais.

Da dependência inicial do Primeiro-ministro, o IARN passou, em 28 de abril, menos de um mês após a sua criação, para a alçada do Ministério da Coordenação Interterritorial (MCI).

Se o apoio inicial, para os poucos que iam chegando, era abrangente, não tardariam as alterações legislativas, apesar da forte contestação que provocaram como, por exemplo, a alteração à Lei da Nacionalidade[446] que, alguns, chegaram a considerar

[445] D. G., 1ª S. nº 75 de 31 de março de 1975.
[446] Lei n.º 2098, de 29 de julho de 1959.

racista. A partir de então, indivíduos nascidos como portugueses sob a Lei da Nacionalidade, deixavam de o ser, por efeito das malhas apertadas da nova lei.[447]

Almeida Santos, responsável pela Lei, precavendo e desincentivando um eventual regresso maciço de África, tomou a decisão de restringir a concessão da nacionalidade aos portugueses e seus descendentes até ao terceiro grau, quando domiciliados em território ultramarino tornado independente. [448],

Todos os outros acabavam por perder regalias até aí atribuídas, como o direito à assistência que vinha sendo concedida desde a criação do IARN, e o direito ao ingresso no Quadro Geral de Adidos (QGA),[449] para ocuparem uma eventual vaga na Administração Pública Portuguesa. Isto era possibilitado àqueles que tinham trabalhado no Funcionalismo Público Ultramarino, quer no Estado, quer nos corpos administrativos, por nomeação ou com contrato de provimento. Assim, à medida que iam ocorrendo as independências, aqueles que o desejassem podiam regressar e requerer o seu ingresso nesse quadro, criado junto do Ministério da Coordenação Interterritorial.

Para incentivar a permanência nos novos Estados após a independência, autorizava-se que este pedido de ingresso pudesse ser feito a qualquer altura, com base no nº 3 do artigo 1º do citado Dec. Lei; no nº 8 do mesmo artigo, complementado com o Dec. Lei nº 169 – A/75 de 31 de março, ofereciam-se vantagens materiais e funcionais aos que decidissem ficar pelo menos mais um ou dois anos.[450]

Com a extinção do MCI, através do Dec. Lei nº 412- B/75 de 7 de agosto, foi criada a Secretaria de Estado da Descolonização, na dependência direta do Primeiro-ministro, passando o IARN para a sua tutela. Este continuava a ser o pilar do processo e, como forma de evitar certas burocracias e aligeirar as decisões, através do Dec. Lei nº 494/75 de 10 de setembro, foi criada uma Comissão Instaladora para gerir o Instituto que se

[447] Dec. Lei nº 308-A/75, de 24 de junho.

[448] Almeida Santos refere no livro *Quase Memórias*, vol. I, *Do Colonialismo e da Descolonização*, *op. cit*., pp. 275-283 que, na defesa da sua tese de catástrofe demográfica e social, chegou a pedir que o deixassem ir embora e fizessem depois outra Lei melhor, mas acabou por vencer a sua tese. Já Jorge Sampaio, que esteve no Conselho de Ministros onde a Lei acabou por ser aprovada, dá uma outra versão no livro de José Pedro Castanheira, *Jorge Sampaio - Uma Biografia, vol. I*, op. cit., pp. 506-507.

[449] O Dec. Lei nº 23/75 de 22 de janeiro, que criou o QGA no âmbito do MCI, visava regular a situação dos funcionários do Estado ou dos corpos administrativos do Ultramar, quando esses territórios fossem independentes. Este diploma foi depois complementado pelo Dec. Lei nº 270 – A/75 de 30 de maio e pelo Dec. Lei nº 409 – B/75, de 6 de agosto. Posteriormente, surge, ainda, neste âmbito o Dec. Lei nº 294/76 de 24 de abril e o Dec. Lei nº 819/76 de 12 de novembro. Em 1979, foi publicado, para corrigir injustiças relativas quanto ao tempo de serviço prestado, o Dec. Lei nº 247/79 de 2 de julho.

[450] Note-se que, em Moçambique, o Alto-comissário ainda tentou, mas a Comissão Nacional de Descolonização (CND) não autorizou que os Funcionários Públicos fossem obrigados a permanecer no território.

dispersava por onze locais em Lisboa. Era a forma mais fácil de evitar burocracias e aligeirar decisões.

Com a criação do Ministério da Cooperação, pelo Dec. Lei nº 532-A/75 de 25 de setembro, a Secretaria de Estado da Descolonização passa para o seu âmbito.

Após o aparecimento da Secretaria de Estado dos "Retornados", o IARN foi integrado nesta nova Secretaria de Estado, passando a anterior competência do Primeiro-ministro para o ministro dos Assuntos Sociais, mas permanecendo a competência do Ministro da Cooperação, no que concerne ao processo de descolonização, incluindo o transporte e alojamento dos "retornados".

Se, de início, os Governos Provisórios criavam dificuldades para desincentivar possíveis "regressos", em que até o transporte dos refugiados de Luanda ia sendo protelado, a partir dos meados de 1975, foi preciso responder com celeridade ao êxodo, por terra, mar e ar, devido ao agravamento da situação em Angola. A partir de setembro, o IARN, com apoio internacional, montou a maior ponte aérea que alguma vez se tinha visto.

Foi relevante o papel desempenhado pelo secretário do Alto-comissário em Angola, o Tenente-coronel António Gonçalves Ribeiro, por ter acompanhado os primeiros que manifestaram vontade de partir nos aviões comerciais que deixaram Angola, discretamente, para não provocar pânico generalizado. Todavia, não havia capacidade de resposta para o crescente número dos que exprimiam essa vontade, o que o levou a deslocar-se a Portugal para encontrar uma solução. Encontrou-se com o Primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo que, focado na preocupante situação interna portuguesa e desdenhando dos *"*retornados", não lhe deu a devida atenção. Coube, por isso, ao Presidente da República, General Costa Gomes, atender à sua pretensão e tomar a decisão de centralizar a questão na Presidência da República.

Os contactos externos feitos pela Presidência, nomeadamente o pedido de apoio aos EUA, acabaram por ser fundamentais para o lançamento da chamada ponte aérea, que trouxe para Portugal centenas de milhares de angolanos e moçambicanos. A primeira fase decorreu de junho de 1975 a 31 de outubro, depois, foi prolongada até 3 de novembro, sendo o seu pico atingido entre setembro e início de novembro. Esta fuga era complementada por via marítima, sobretudo com cargas e viaturas e, em menor número, por via terreste, para sul. Também a partir de abril de 1976 se assistiu à chegada de um novo contingente, com a particularidade de os provenientes de Moçambique serem em maior número, do que os de Angola.

É importante referir o apoio prestado, a nível nacional e internacional, quer por organizações privadas, como a Cáritas ou a Igreja Evangélica Norueguesa, quer por organizações internacionais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); a Organização de Socorros das Nações Unidas para Casos de Catástrofe (UNDRO); a Cruz Vermelha Internacional (CVI) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO).

Quanto aos empréstimos concedidos por organizações internacionais, destacam-se os do Banco Europeu de Investimentos (BEI), destinado ao apoio à reintegração dos "retornados", bem como do Conselho da Europa, depois da adesão portuguesa àquela organização europeia, em 22 de setembro de 1976.

Convem, também, não esquecer a ajuda pública bilateral atribuída a Portugal em dinheiro e em géneros, por vários países, para a integração de portugueses fugidos à guerra, bem como a cedência de aviões para a ponte aérea. Estão, neste caso, os Estados Unidos da América, a República da África do Sul, o Brasil, a Inglaterra, a França, a Venezuela, a Suécia, a Noruega, a Holanda, a Bélgica, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e as duas Alemanhas.

Entretanto, o VI Governo Provisório, relutantemente, foi pressionado a aumentar o apoio aos que não paravam de chegar, sobretudo de Angola. Para esse fim, criou, em 16 de outubro de 1975, como foi referido, a Secretaria de Estado dos Retornados, no âmbito do Ministério dos Assuntos Sociais que já integrava as Secretarias de Estado da Saúde e da Segurança Social. O seu objetivo era estudar a situação e planear medidas a curto e médio prazo, tendentes à plena integração desta população no todo nacional.

Para a execução destas medidas, o Instituto não parava de alargar as suas atribuições e o número de funcionários aumentava em conformidade. Criado com um quadro orgânico de sessenta funcionários, oito meses depois já chegava aos mil trezentos e oitenta e cinco, o que demonstra bem a ligeireza inicial com que se encarou o problema, que decorria do facto das autoridades político-militares terem falhado, por completo, as previsões sobre as consequências da descolonização. Se, no começo, apenas eram concedidos subsídios de emergência para assegurar a subsistência no primeiro mês após a chegada, passou depois a atribuir subsídios de assistência de natureza variada, pois nem todos os que chegaram tinham família ou quem os pudesse ajudar. Como adiante se verá, mais tarde passou também a conceder empréstimos e subsídios; para promover a criação dos próprios empregos e aquisição ou construção de habitações, por forma a facilitar a integração e eliminar a contestação gerada pelas Associações dos "Retornados". Para este

último objetivo, foi organizado um grupo interministerial, chamada "Comissão para o Alojamento de Refugiados" que, a partir de março de 1976, começou a desocupar as unidades hoteleiras onde, durante muito tempo, permaneceram os *"*retornados*"*. Segundo dados do próprio governo, entre 31 de dezembro de 1976 e a mesma data do ano seguinte, foi pago o alojamento a cinquenta mil pessoas.

Com o primeiro Governo Constitucional, saído de eleições gerais, foi feita uma nova e grande remodelação para esta área: extinguiu-se a Secretaria de Estado dos Retornados, substituída em 10 de setembro de 1976 por efeito do Dec. Lei nº 683- B/76, pelo Comissariado para os Desalojados.[451] Com o Dec. Lei nº 683- A/76 de 10 de setembro, dada a extinção do Ministério da Cooperação, extinguiu-se, igualmente, a Secretaria de Estado da Descolonização e as suas responsabilidades foram acometidas à Secretaria de Estado da Integração Administrativa.

Deixavam, assim, de ser designados *"*retornados" e passavam a ser "desalojados". O Comissariado ficou na Presidência do Conselho de Ministros (PCM) e, portanto, afeto ao Primeiro-ministro, e foi chefiado pelo Alto-comissário Gonçalves Ribeiro que, como mencionado, se havia distinguido nas primeiras ações de apoio aos "retornados" de Angola. A sua nomeação era justificável pelo prestígio adquirido a partir da ideia da ponte aérea, pela qual se bateu, até com riscos para a sua carreira militar. Muitos ficaram-lhe eternamente agradecidos. Nas manifestações dos "desalojados" contra o VI Governo, o nome de Gonçalves Ribeiro era muitas vezes invocado como alternativa.

O IARN continuava a ser o braço executor, de forma descentralizada, através das cinco delegações espalhadas pelo país, sendo a sua sede em Lisboa. Até ao final de 1976, ajudou doze mil seiscentos e quarenta e duas pessoas a emigrar, na sua maior parte, para o Brasil.

Para melhor conhecer a realidade, e poder racionalizar os benefícios, o comissário mandou executar um recenseamento, com limite em outubro de 1976, para apurar o número real dos verdadeiros *"*Desalojados*"*, depois do descontrolo que foi a chegada massiva de portugueses fugidos à guerra angolana. Pretendia apurar os dados reais com que os organismos competentes se iriam deparar, de modo a gerir eficazmente os subsídios e, inclusive, aumentar consideravelmente o tipo de benefícios e apoios a

[451] Segundo conta o General Gonçalves Ribeiro, que chefiou o Comissariado, o nome acabou por ficar "para os" e não "dos" "desalojados", para não ficar refém das Associações que haviam sugerido o seu nome. General Gonçalves Ribeiro, *A Vertigem da Descolonização. Da Agonia do Êxodo à Cidadania Plena,* Mem Martins, Editorial Inquérito, 2002, p. 408.

atribuir. Foi o que aconteceu, com o Dec. Lei nº 259/77 de 21 de junho, pelo qual o governo decidiu conferir um subsídio especial de desemprego aos *"*retornados*"*.

Em julho de 1976, fora criada a Comissão Interministerial de Financiamento a Retornados (CIFRE) para definir uma política de apoio, através da concessão de crédito, que viabilizasse a criação de negócios em áreas a definir e levasse à plena integração destes portugueses. Ao novo Comissariado passou a caber a coordenação do IARN e da CIFRE, dentro da lógica de que já não se perseguia uma política de assistência e, muito menos, de auxílio de emergência, mas sim de integração.

Uma das medidas tomadas pelo Comissariado, e gerida pela CIFRE, foi lançada no final do ano de 1976. Previa a concessão de crédito para novos projetos empresariais, juros bonificados, visando a criação de emprego que gerasse riqueza e absorvesse aquelas centenas de milhares de pessoas. Foram previstos 7 milhões de contos para apoio a estes projetos. Depois foi determinado afetar 15 milhões de contos para um Plano de Integração, a vigorar ente 1977 e 1980.

Pela análise ao Relatório e Contas das atividades desenvolvidas até 31 de dezembro de 1978, verifica-se que, só nos dois primeiros anos de atividade, entre 1977 e 1978, foram atribuídas verbas na ordem dos 12 milhões de contos para um total de 7500 iniciativas, através de uma concessão de crédito descentralizada para os níveis concelhio e distrital. Foram, assim, criados 55 mil postos de trabalho.

As atividades inicialmente contempladas para as candidaturas eram as ago-industriais e indústrias alimentares, agricultura, apicultura, pecuária intensiva e piscicultura, aproveitamento da floresta, indústrias de metalomecânica, aproveitamento de reciclagem e turismo. Mas, pelo enorme número de pedidos e a concentração em determinadas áreas, foi preciso fazer alguns acertos; no início de 1978 fecharam-se algumas delas, como a do turismo.

Segundo Medeiros Ferreira, o programa ultrapassou em muito o financiamento inicial, pois "o número total de projetos financiados pelos fundos CIFRE foi de 8350, num investimento global da ordem dos vinte milhões de contos, lançados no mercado em cerca de ano e meio e criando perto de 65.000 postos de trabalho".[452]

[452] José Medeiros Ferreira, "A Descolonização: seu processo e consequências", *Portugal em Transe (1974/1985),* Vol. XV *da História de Portugal,* direção de José Mattoso, op. cit., p. 98.

Num artigo de São José Almeida, no *Público,* os números divergem, e nele é referido que as verbas do CIFRE resultaram de doações internacionais do governo sueco, tendo chegado aos 18 milhões de contos. [453]

A ação do Comissariado tinha-se alargado a todo o país, através das Comissões Regionais, Distritais e Municipais de apoio à integração dos *"*Desalojados*"*. Mas como seria expectável e desejável, as suas tarefas, bem como as suas estruturas, foram-se extinguindo progressivamente.

Pelo Despacho Normativo nº 239/77, de 17 de dezembro, determinou-se a extinção das delegações do Comissariado nas áreas onde o número de "Desalojados" não se justificasse. Finalmente, pelo Dec. Lei nº 350/79, de 30 de agosto, o próprio Comissariado foi formalmente extinto, assim como as estruturas regionais ainda existentes.

O IARN, que, com a criação do Comissariado, tinha alterado a sua estrutura para se adequar à orgânica então definida, passou por nova alteração com o Decreto Regulamentar nº 20/79 de 11 de maio, com um ajuste do pessoal às necessidades. Depois da extinção do Comissariado foi integrado no Ministério dos Assuntos Sociais, com o Dec. Lei nº 350/79 de 30 de agosto, mantendo apenas a competência na área do alojamento e da alimentação; com a implementação descentralizada do sistema da segurança social, através da criação dos centros regionais, as anteriores competências nesta área e os recursos humanos foram progressivamente transferidos para aquele serviço público.

Pelo Dec. Lei nº 394/80, de 25 de setembro, a assistência na doença que era prestada aos servidores das ex-Províncias, então já aposentados ou desligados do serviço, foi transferida para a ADSE. Por fim, com o Dec. Lei 351/81 de 26 de dezembro, decidiu-se que o subsídio especial de desemprego iria findar a 31 de dezembro de 1982 e, a partir daí, não haveria qualquer outra medida de discriminação positiva para estes portugueses no que toca à proteção no desemprego e na segurança social, considerando-se concluído o processo de integração.[454] O IARN acabou, também, por ser extinto, pelo Dec. Lei nº97/81 de 2 de maio, mantendo-se a fase liquidatária até junho de 1983.

---

[453] São José Almeida, "Retornados Uma história de sucesso por contar "*Público* de 20/04/2014, disponível em: http://www.publico.pt/temas/jornal/retornados-uma-historia-de-sucesso-por-contar-28145408, consultado em 16/09/2015.

[454] *Vide* especificamente para a temática dos *"*retornados*"*, o livro do General Gonçalves Ribeiro, *A Vertigem da Descolonização; Da Agonia do Êxodo à cidadania Plena*, Mem Martins, Editorial Inquérito, 2002, bem como os volumes *A Descolonização Portuguesa 1. Aproximação a um estudo*, do Grupo de Pesquisa sobre a Descolonização portuguesa, Lisboa, Instituto Democracia e Liberdade, 1979 e *A*

Um longo caminho foi percorrido, com muita dor e sacrifícios, culminando na melhoria das condições de vida de uma parte da população portuguesa que foi apanhada pela história. O esforço financeiro foi enorme, embora não se tenham encontrado referência aos valores totais envolvidos na operação de integração entre 1974 e 1982; registe-se que, só no período crítico de 1976, as despesas com os "retornados" atingiram 11% das despesas do Estado.[455]

Formas de Luta dos "retornados"

A luta por maiores apoios, por uma melhor inserção na sociedade portuguesa e pelo direito às indemnizações, como preceituava o artigo17º da Declaração dos Direitos do Homem, só foi possível parcialmente e, ainda assim, fruto da ação desenvolvida pelas organizações representativas, que souberam lutar pela defesa dos seus interesses.

A primeira forma de organização designava-se Comissão de Deslocados do Ultramar. Foi criada no início de 1975, para lutar contra as adversidades, nomeadamente as que lhes eram impostas pelo próprio Governo, com as constantes revisões legislativas do Quadro Geral de Adidos.

Em junho daquele ano, a Comissão de Refugiados de Angola, como se autointitulava, instalada no INATEL da Costa da Caparica, fez uma manifestação de protesto. Recusava o nome "deslocados", pois consideravam-se refugiados da guerra que estalara em Angola e exigiam a rápida intervenção do governo para trazer de Luanda os inúmeros portugueses que ali aguardavam transporte. Além disso, revoltavam-se contra a forma como eram tratados pelo próprio governo e contra o estigma da sociedade que os considerava parasitas, exploradores e ex-privilegiados.

A sua primeira grande ação de protesto, mal sucedida, foi a ocupação do Banco de Angola, em Lisboa, em 1 de setembro de 1975. Exigiam a troca imediata da moeda dos territórios ultramarinos sujeitos à descolonização pela moeda corrente em Portugal. Reivindicavam que os bens depositados nos Bancos Ultramarinos em nome dos portugueses ficassem sob responsabilidade do Governo português. Exigiam também que que se procedesse à rápida transferência dos cerca de duzentos e cinquenta mil portugueses que aguardavam transporte para Portugal, pois tinham conhecimento que americanos e brasileiros haviam oferecido ajuda que o governo protelava. Por esta razão,

---

Descolonização Portuguesa 2. Aproximação a um estudo, Grupo de Pesquisa sobre a Descolonização Portuguesa, Lisboa, Instituto Amaro da Costa, 1982.

[455] OCDE, *Études Económiques*, Portugal, Paris, novembro de 1976, pp. 10-12, *apud*, *História de Portugal*, [2ª ed.], coordenada por Rui Ramos, p. 720.

apenas chegavam cerca de cem refugiados por dia. Como se sabe, a "ponte aérea" que se realizou algum tempo depois, possibilitou a chegada de quatro mil refugiados por dia, durante cerca de dois meses.

Em consequência da tentativa de ocupação do Banco de Angola, para pressionar o Governo a autorizar a transferência do dinheiro para Portugal e para exigir o adiamento da independência até que a negociação sobre o direito aos bens fosse resolvida, foi criada a Associação dos Portugueses Refugiados do Ultramar.

Em outubro de 1975, cedendo às pressões interna e externa, o VI Governo Provisório criou, como se disse, uma Secretaria de Estado dos Retornados para melhor acompanhar os seus problemas e o IARN passou da dependência direta do Primeiro-ministro para a do Ministro dos Assuntos Sociais.

Nos finais de outubro desse ano, a Casa de Angola, afeta ao MPLA, foi também invadida em sinal de protesto.

Logo no princípio de fevereiro, uma delegação representativa dos "deslocados" foi a São Bento entregar ao Primeiro-ministro um caderno reivindicativo, onde exigia melhor assistência e menos perseguição. De seguida, no Palácio dos Desportos do Porto, realizou-se o Plenário das Comissões Nacionais dos Deslocados Ultramarinos, onde foi exigida menos burocracia na utilização dos fundos do IARN, colocados à sua disposição para projetos de investimento e criação de empregos. Também deixaram expresso um voto de protesto contra o Ministro da Cooperação Vítor Crespo, pela sua atuação e declarações contra os "retornados".

Como os problemas continuavam por resolver e as razões de protesto contra a burocracia eram muitas e fundamentadas, um grupo ocupa a Secretaria de Estado dos Retornados, ainda nesse mês, exigindo a substituição imediata do secretário de Estado, Amândio de Azevedo, e do Ministro da Cooperação, Vítor Crespo, pelo antigo secretário do Alto-comissário em Angola, Tenente-coronel Gonçalves Ribeiro que, como se viu, acabou por ser nomeado Alto-comissário para os Desalojados, pelo 1º Governo Constitucional, após a extinção da Secretaria de Estado dos Retornados e criação do Comissariado para os Desalojados.

No mês seguinte, em março, voltaram a São Bento, onde entregaram novas exigências ao Primeiro-ministro, Almirante Pinheiro de Azevedo, designadamente a constituição de uma Comissão Nacional de Avaliação de Bens Portugueses nos antigos territórios do Ultramar. Essa Comissão teria um prazo, até 31 de outubro desse ano para concluir o seu trabalho, cabendo depois ao governo indemnizar cada expropriado em

moeda forte ou em ouro até ao final do ano. Era isto que se exigia ao Governo português, que os não tinha protegido.

Recorde-se que o Governo, antes da revolução, também não autorizava a transferência de dinheiro para o exterior, salvo em casos devidamente justificados, como forma de obrigar a investir nas Províncias Ultramarinas, pelo que os valores depositados ficaram lá todos. Após a descolonização, o novo Governo ignorou também o direito aos descontos mensais, em Instituições de Previdência Social locais, que, segundo os "retornados", eram mesmo obrigatórios, por força das leis ultramarinas, porque essas Instituições e os valores depositados foram nacionalizados e nunca transferidos.

Desde as primeiras tomadas de posição pelo direito aos bens mobiliários e imobiliários levadas a cabo pelas diversas Associações, até aos dias de hoje, a luta pela reposição do que afirmam ser os seus direitos nunca mais deixou de ser travada por pais e filhos. O pedido de cópias dos documentos existentes no Arquivo dos Espoliados à guarda do M.N.E. tem sido recorrente, ao longo dos anos, para ações na Justiça contra o Estado português, até agora sem sucesso.

Finalmente, foi a partir da década de noventa, com a criação do Gabinete de Apoio aos Espoliados, que este grupo de cidadãos deixou de ser conhecido como *"*deslocados" para, passarem a ser chamados pela atual designação de "espoliados", à semelhança do que aconteceu noutros países europeus que igualmente descolonizaram. A diferença é que, ali, foram indemnizados e, aqui, não.

O Arquivo dos Espoliados

Até hoje, este contencioso continua em aberto, e os "retornados" ou os seus herdeiros, quando aqueles não mostraram interesse, continuam a procurar o Ministério dos Negócios Estrangeiros no sentido de salvaguardar e registar os documentos comprovativos da pertença dos bens. Pretendem, igualmente, acautelar o pagamento de uma futura indemnização, na expetativa de que algum dia seja possível negociar com os Estados Lusófonos, como têm o cuidado de referir nos requerimentos enviados aos vários organismos no âmbito do M.N.E. que têm tido a responsabilidade por este processo.

Muitos se interrogam sobre o motivo deste Arquivo não estar sob responsabilidade do Ministério das Finanças, porque o que os "espoliados" exigem é, sobretudo, o pagamento das indemnizações, pois os restantes problemas, como o direito ao pagamento de pensões, foram sendo, de uma ou outra forma, resolvidos. A provável razão é simples: se, com a publicação da Lei nº 80/77 de 26 de outubro, nomeadamente nº 1 do artigo 40,

o Estado português rejeitou qualquer responsabilidade sobre o direito às indemnizações por bens sitos nas antigas colónias, remetendo essa obrigação para os Estados que ficaram na posse dos mesmos, não faria sentido o Ministério das Finanças deter esta documentação, pois não tem qualquer intenção de indemnizar. Se existir alguma hipótese de negociação, caberá ao M.N.E. encetar diligências nesse sentido.

Em 26 de abril de 1975, na entrevista que deu ao *Século Ilustrado,* Almeida Santos pensava dessa forma, pois, a propósito dos bens deixados em Moçambique pelos colonos que abandonaram o território, afirmava que "só ao nível dos acordos de cooperação podiam ser negociados". Tudo se revelou infrutífero, até agora, e os "espoliados" persistem na sua luta.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros, através do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, tem agora a responsabilidade pelo Arquivo dos Espoliados. Mas a 31 de julho de 1976, foi logo manifestada, ao Instituto para a Cooperação Económica, a primeira preocupação pela gestão e tratamento de um Arquivo dos *"*Retornados". Era uma decisão que decorria naturalmente do Diploma que criou o ICE, cujas atribuições integravam a salvaguarda dos interesses públicos e privados dos portugueses afetados pelo processo de descolonização.

Em 1982, o Presidente do ICE, Jorge Costa Oliveira, consciente da importância daquele acervo, até por experiência própria enquanto funcionário superior no Ministério da Coordenação Interterritorial, criou uma equipa coordenada pela Engª Elsa Esteves, recorrendo a jovens contratados que vieram a ser técnicos valiosos para o Instituto e para a causa da Cooperação, com o objetivo de fazerem a sistematização, tratamento e salvaguarda do arquivo.

Foi elaborado um processo por pessoa, com um número e o montante dos bens deixados em África, apurado com base nos valores matriciais, ou, na sua ausência, nos valores indicados pelos interessados. De seguida, as fichas foram entregues ao Instituto Superior Técnico que as tratou informaticamente e devolveu a listagem dos processos devidamente ordenados. Coube, posteriormente, ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil, fazer a microfilmagem dos milhares de processos, já existentes nessa altura. Para além do tratamento informático dos pedidos de indemnização, agregou-se o tratamento manual de outros problemas, tais como pedidos de reembolsos de fretes marítimos, pensões e depósitos consulares em Maputo e na Beira, únicos sítios onde tal foi permitido.

Em resultado deste trabalho, apuraram-se cerca de quarenta e seis mil processos de Angola, Moçambique e Guiné, ordenados por ordem alfabética e por número de processo, discriminando os vários tipos de pedidos e valores parciais e globais, em cada país. A codificação seguida foi a seguinte:

01- Conversão da moeda
02- Descongelamento de contas bancárias
03- Indemnizações por bens imóveis
04- Indemnizações por bens móveis
05- Indemnizações por despesas
06- Pagamento de indemnizações por despedimento
07- Pagamento de honorários por trabalho extraordinário
08- Pagamento e vencimentos em atraso
09- Suspensão de dívidas em instituições de crédito
10- Transferência de capitais
11- Transferência de pensões
12- Transferência de rendimentos por bens imóveis
13- Transferência de juros de obrigações
14- Transferência de rendimentos, quotas e ações
15- Transferência e seguros
16- Participações financeiras
17- Depósitos em empresas
18- Depósitos em consulados

Depois de 1986, os documentos deixaram de ser organizados e tratados, alegadamente por falta de pessoal, para tarefas que obrigavam à existência de conflitualidade ao nível das suas próprias competências. Não era fácil conciliar a defesa dos interesses públicos, a que se juntava a constante pressão dos privados e, simultaneamente, procurar manter normais relações de cooperação com esses mesmos Estados. Foi, depois, decidido criar, em 1992, o Gabinete de Apoio aos Espoliados (GAE),[456] com um limite temporal de apenas cinco anos, para resolver o contencioso colonial. O GAE, consciente da importância do Arquivo que herdou do ICE, informatizou-o e atualizou-o com um novo modelo de classificação.

[456] Resolução do Conselho de Ministros nº13/92, publicada no D. R., 1ª S., B, nº 113, de 16/05/92.

Após a sua extinção, o Governo mandou suspender a receção de novos pedidos de registo de bens, o que acabou por acontecer até que, em 2003, as associações representativas dos "espoliados" conseguiram que o secretário de Estado da Cooperação, revogasse a anterior decisão. Ainda hoje, esporadicamente, continuam a surgir pedidos de registo de bens. A responsabilidade pelo acompanhamento deste assunto, continua a ser atribuída, informalmente, aos diversos organismos que se têm vindo a suceder na área da cooperação, sem que o governo lhes tenha atribuído competências para o efeito.

Em 2005, lançaram-se as bases para a realização de um concurso público para a modernização do Arquivo dos Espoliados, com a necessária adequação dos modelos de classificação ali existentes, visando a indexação nas diferentes áreas do Arquivo, desde o registo de bens mobiliários aos imobiliários, dos dinheiros aos títulos e a participações financeiras e até pensões e reformas. No entanto, após a queda do Governo, e apesar de já estar apurada a empresa a quem seria atribuído o trabalho, a modernização ficou estagnada, sob o pretexto da falta de verbas. Em 2014, o Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, voltou a retomar o projeto que, por fases, tem vindo a ser levado a cabo.

Depois de tantos organismos de tutela - Direção Geral de Economia, Instituto da Cooperação Económica que montou verdadeiramente o Arquivo, Gabinete de Apoio aos Espoliados, Instituto da Cooperação Portuguesa, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e, por fim, Camões Instituto da Cooperação e da Língua que receberam, montaram e guardaram a documentação, o Arquivo está quase todo microfilmado. É morosa esta pesquisa documental, pois coexistem vários modelos de organização. Antes que ocorra a sua degradação, é imperioso completar a digitalização e indexação temática, com campos definidos, para posterior sistematização e classificação homogénea, o que atualmente se procura fazer.

Trata-se de um acervo riquíssimo do ponto de vista histórico, repositório do fim do império e suas implicações, um verdadeiro tesouro para os historiadores do futuro, que está em perigo de deterioração. A História julgará quem, ao longo dos tempos, tão pouco fez pela sua preservação.

O Arquivo é fechado, e só os próprios interessados ou os seus herdeiros, podem pedir cópias dos documentos ali depositados à guarda do MNE. Muitos fazem-no com o intuito de conhecer o que os seus parentes lá entregaram, outros, como já foi referido, para intentarem ações judiciais contra o Estado Português. Até hoje, nenhuma das muitas

ações que decorreram nos Tribunais condenou o Estado Português a indemnizar qualquer "Espoliado" o que abriria uma autêntica Caixa de Pandora.

Importa acrescentar que existe um outro Arquivo ligado aos "retornados" que engloba outro tipo de documentação, devidamente tratado e à guarda do Arquivo Histórico e Ultramarino. Trata-se do espólio do antigo IARN, que integra, para além da documentação individual relativa ao apoio e assistência prestados por este organismo aos "retornados" de África e Timor, a documentação proveniente dos organismos responsáveis pelo apoio concedido pelo anterior regime, aos deslocados da India e refugiados do Zaire.[457] São cerca de duzentos e quinze mil processos, devidamente inventariados, abrangendo o período compreendido entre 1964 e 1982.

O Papel do Estado na questão dos "retornados"

Ficou claro que os governos provisórios encararam com alguma apreensão a chegada destes portugueses. Por um lado, devido a razões de solidariedade ideológica com os novos Estados que ficariam altamente prejudicados com o êxodo destes quadros; por outro, devido à pressão que provocariam numa sociedade em profunda alteração política, económica e social. Por fim, era expectável a revolta que traziam consigo, provocada pelas descolonizações traumáticas que viveram e que poderia chocar com a mentalidade revolucionária da época em Portugal.

Por isso, tudo fizeram para evitar a sua vinda e não facilitaram a integração. Depois, a situação foi mudando e as condições melhorando. O IARN teve em todo o processo um papel fundamental, quer ao nível da assistência, quer do apoio à integração. Quanto à salvaguarda dos bens, como já se viu, o Estado português declinou essa responsabilidade por considerá-la incomportável. Contudo, inicialmente, ainda ensaiou algumas tentativas para ajudar a recuperar o que lá ficou. No período revolucionário posterior ao 25 de Abril, publicaram-se as grandes linhas de atuação do I Governo Provisório com o Dec. Lei nº 203/74 de 15 de maio. Na alínea c), do nº 7, desse Diploma, na parte dedicada à Política Ultramarina, garantia-se o dever de manter operações defensivas destinadas a salvaguardar a vida e os haveres dos residentes de qualquer cor ou credo.

[457] Em carta dirigida ao então ministro da Coordenação Económica, do 1º Governo Provisório, Vasco Vieira de Almeida, atualmente arquivada no Arquivo Histórico Ultramarino não integrada em pasta própria, a Comissão dos Espoliados do Zaire afirmava que em 1975, era de aproximadamente 2,5 milhões de contos o valor dos bens espoliados aos portugueses no Zaire. AHU, Fundo do IARN, M/7/1 a M/1975, Secção M.

Segundo informações recolhidas junto de Costa Oliveira, profundo conhecedor daquele período, enquanto inspetor superior do Ministério da Coordenação Interterritorial, coube a Almeida Santos, como ministro da Coordenação Interterritorial e ao seu secretário de Estado dos Assuntos Económicos, engenheiro Castro Fontes, ambos ligados a Moçambique, mandatá-lo para a criação de uma pequena estrutura no Palácio das Laranjeiras, que apoiasse estes "Refugiados" e recebesse as suas declarações sobre os bens que lhes tinham sido expropriados e ou nacionalizados, na "eventual" salvaguarda do direito a uma indemnização futura.

A partir daqui, foi decidido criar um grupo de trabalho liderado por José Manuel Serrão, do qual fizeram parte Antunes da Silva, Gustavo Neto de Miranda e José Pereira Neto, com a missão de elaborar os cálculos dos montantes envolvidos, baseados em valores macroeconómicos. Só de investimentos privados em Angola, Moçambique e Guiné, fez-se uma estimativa que rondaria, em 1973, os trezentos e quarenta milhões de contos, valores que, em 2005, representariam doze mil novecentos e noventa milhões de contos.[458]

Quando foi criado o IARN, a alínea i) do artigoº 3º do Dec. Lei 169/75, de 31 de março, manifestava o compromisso de, em conjunto com o MNE, serem celebrados acordos com as autoridades dos territórios ou países estrangeiros, no sentido de serem obtidas ou garantidas indemnizações pelos bens deixados nesses países.

A realidade mostrou-se cada vez mais dura para os interesses destes portugueses, com a aprovação da Lei 80/77 de 26 de outubro, onde, ao abrigo do artigo 40º, se acautelavam os interesses do Estado português para não ter de vir a pagar as reclamadas indemnizações.[459] Até hoje, nem as instâncias nacionais[460], nem as internacionais, lhes

[458] José Eduardo Costa Oliveira, *Memórias de África,* op. cit., pp. 210-211. *Vide* igualmente AHD- Arquivo do ministro, GM. 176/, Ano1976/77. Neste documento, embora também sejam estes os valores apurados, referem-se apenas a Angola e Moçambique, respetivamente na ordem dos 190 milhões e 150 milhões.
[459] Lei nº 80/77 de 26 de outubro, D.R.,1ª S., nº 248.
[460]A jurisprudência portuguesa baseia-se no facto de que o artigo 40º, nºs 1º e 2º, da Lei nº 80/77, de 26/10, repudia, inequivocamente, qualquer responsabilidade por atos de nacionalização, expropriação ou privação de posse e fruição de bens sitos nas antigas colónias. Tal está de harmonia com os princípios gerais de Direito (comum e internacional), que determinam que a indemnização é devida por quem praticou os atos lesivos, e reproduz o direito internacional em vigor nesse âmbito, nomeadamente a Ata nº2 -c) da Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos Estados, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 12/12/74 e as Resoluções nºs 626 e 1803 (XVII) desta data. Daqui decorre que cada Estado tem o direito de nacionalizar, expropriar ou transferir a propriedade dos bens dos estrangeiros mediante indemnização adequada e que as divergências a esse respeito deverão ser decididas de acordo com a legislação interna do Estado que adotou essas medidas e pelos tribunais desse Estado". *Vide*, Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, disponível em:
http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/3c82098e3a7365a08025722e004f606f?OpenDocument, consultado em 20/05/2015.

têm valido, como é o caso do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, a que alguns têm recorrido, na vã esperança de obrigar o Estado Português a este pagamento.

Afinal, o Gabinete de Apoio aos Espoliados, criado para resolver os seus problemas, acabou por não ter condições para ir além da regularização da devolução da maior parte dos três mil depósitos deixados à guarda dos Consulados da Beira e Maputo. Mas este processo acabou por ficar envolto em mais uma polémica, pois o Estado devolveu o dinheiro, mas obrigou os legítimos proprietários a não invocar direito a juros. Houve alguns que receberam o dinheiro que tinham depositado e, de seguida, colocaram o Estado em Tribunal, para obter a correção monetária dos valores depositados.[461] Era um outro processo que chegava também à barra dos tribunais. Nestas circunstâncias, era muito difícil ao GAE resolver um problema cuja principal exigência era de natureza patrimonial, algo do foro político e não técnico.

A 21 de dezembro de 2004, a Associação dos Espoliados de Moçambique apresentou, na Assembleia da República, a Petição nº 301/VI (4ª), contendo cinco mil quinhentas e cinquenta assinaturas, para evitar que os prazos fizessem prescrever a luta que vinham travando.

Logo após, foi publicado o Despacho Conjunto nº 107/2005 de 4 de janeiro[462], com o objetivo de constituir um Grupo de Trabalho cuja missão era estudar e propor uma solução para o problema dos "espoliados*".*[463] Exigia-se um levantamento rigoroso dos casos existentes e a quantificação dos valores envolvidos, o apuramento de toda a legislação nacional ou estrangeira já publicada, passível de ter relevância para o processo e a apresentação, no prazo de um ano, de soluções para resolver este problema. O Grupo era constituído apenas por três altos funcionários em representação do Ministério das Finanças e da Administração Pública, que coordenava, dado que a exigência dos deslocados continuava a ser a indemnização pela perda dos seus bens, do Ministro da Segurança Social da Família e da Criança e, finalmente, do Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas. Só realizaram uma reunião de trabalho, onde não esteve presente o representante do MNE, durante a qual os membros em representação das Finanças e da Segurança Social se demitiram, alegando falta de

[461] Foram 2,77 milhões depositados à época.
[462] Despacho conjunto nº 107/2005, de 4 de janeiro, publicado no D.R., 2ª S., nº 24, de 3 de fevereiro de 2005.
[463] Os governos iam-se sucedendo e nada era feito em prol dos "retornados" desde o final do G.A.E. Nesta altura criaram-se, novamente, grandes expetativas. Mais uma vez completamente goradas.

condições. Decorrido o ano previsto para a realização do trabalho, nenhum resultado foi apresentado.

Uma certeza, porém, existe: estes "espoliados", ou alguém por eles, passados quarenta anos, persistem na luta por um direito que não se cansam de reclamar. Sozinhos, com o apoio de advogados ou das respetivas Associações de Espoliados de Angola (AEANG) ou de Moçambique (AEMO), vão batendo a todas as portas na esperança que alguma se abra.[464]

A sua integração foi um caso de sucesso e a batalha que travaram pela reconstrução das suas vidas é um verdadeiro caso de estudo. Se é verdade que quarenta e cinco mil funcionários coloniais conseguiram colocação no Estado, através do Quadro Geral de Adidos, assim como os bancários através dos bancos nacionais, por todo o país surgiram novas oficinas, pequenas e grandes unidades industriais e até explorações agrícolas, à frente das quais estava um "retornado".

Hoje em dia, é habitual ouvir dizer que em muitos lugares, apesar do choque inicial, acabou por ser benéfica a descolonização para Portugal. O historiador Rui Ramos justifica esta tese dizendo que, em 1976, já a OCDE havia concluído que o abandono das colónias tinha beneficiado Portugal. África nunca tivera a importância do Brasil e o divórcio económico já era óbvio em 1974.[465]

Como disse, um dia, Agostinho da Silva[466], "Portugal foi reconstruído pela energia dos retornados". Recorde-se que a integração desses homens e mulheres no Portugal continental foi equivalente a 5,1% do total da população portuguesa da altura e, sendo essencialmente uma população jovem, veio revigorar o tecido produtivo português.

Depois de termos analisado os antecedentes e o contexto em que se processou a descolonização, bem como os efeitos colaterais que provocou, passamos à análise das estruturas que em Portugal, acompanharam este processo.

---

[464] Estas Associações, de Angola e Moçambique, foram criadas, respetivamente em 1986 e 1987, com o objetivo central de exigir ao Estado Português uma indemnização pelos bens deixados em África. Estão filiados na Confederation Europeéne des Spoilés d´Outre Mer (CESOM), com sede em Roma.

[465] Rui Ramos (coordenador), *História de Portugal*, *op. cit.*, pp. 719-720.

[466] Fernando Dacosta, "A surpreendente energia dos retornados", *Público* de 26, abril 1995, disponível em: http://www.espoliadosultramar.com/n4.html, consultado em 16/09/2015

2. A evolução da arquitetura institucional

2.1. As Estruturas da Descolonização

Com a "Revolução dos Cravos", o país reencontrou-se com a sua veia humanista e abandonou definitivamente a veia conquistadora. Por isso, não será de estranhar que, na 1ª Constituição Democrática, aprovada em abril de 1976, viessem expressos os seguintes princípios no capítulo relativo às relações internacionais:

> "1º Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do respeito dos direitos do homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade.
>
> (…)
>
> 3º Portugal reconhece o direito dos povos à autodeterminação e independência e ao desenvolvimento, bem como o direito à insurreição contra todas as formas de opressão.
>
> 4º Portugal mantém laços privilegiados de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa".

Embora o escopo principal deste trabalho seja as origens da Cooperação, não podia deixar de abordar aquilo que afinal, induziu essa mesma cooperação, ou seja, a descolonização e as estruturas a ela ligadas.

2.1.1. Ministério da Coordenação Interterritorial

O superministério que, antes da revolução de 25 de Abril, dirigia a política relativa às Províncias Ultramarinas, separada quase totalmente dos assuntos internos da metrópole, chamava-se Ministério do Ultramar. Era responsável pela gestão de territórios com uma extensão equiparada à de toda a Europa Ocidental. A sua designação provinha da revisão constitucional de 1951, que alterou a denominação de "Colónias" para "Províncias Ultramarinas". Sucederia ao antigo Ministério da Marinha e das Colónias, cuja existência remontava, por sua vez, ao início da 1ª República. Com a revolução democrática, de início manteve o mesmo nome e atribuições, mas com o Dec. Lei nº 203/74 de 15 de maio, da Junta de Salvação Nacional e no âmbito da organização do I Governo Provisório, teve o seu fim dando lugar ao Ministério da Coordenação Interterritorial (MCI). Tinha a missão de se ocupar dos assuntos respeitantes às relações

entre Portugal europeu e os territórios do Ultramar, nos planos político, económico e social, indo de encontro à proposta que lhe fora entregue pelo MFA que, no entanto, havia proposto ao General Spínola o nome de Ministério da Coordenação Nacional. Curioso é o facto de, em vésperas da Revolução, a 23 de abril de 1974, na proposta do MFA ainda constar a designação de Ministério do Ultramar.[467]

Repare-se na subtileza: não invocava as independências ou as relações com futuros Estados nas competências do novo organismo, pois não fazia parte das preocupações imediatas dos legisladores. Mas, se havia uma clara vontade de cortar com o passado, mudando até o nome do ministério e não procedendo, apenas, à alteração da sua orgânica e dos seus objetivos, custa a entender porque é que, no próprio programa do MFA, a referência às Províncias Ultramarinas era absolutamente clara. Eventualmente, também aqui se revelavam as duas correntes que se digladiavam no interior do Movimento, a progressista e a conservadora.

Neste novo ministério, foram criadas duas Secretarias de Estado; a da Administração e a dos Assuntos Económicos. Pelo Dec. Lei nº 125/75 de 12/3, acabaram por vir a ser extintas a Inspeção Superior de Administração Ultramarina, a Direção Geral de Justiça, o Gabinete de Negócios Políticos e os organismos consultivos de cúpula do Ministério do Ultramar (Conselho Ultramarino, Conselho Superior Judiciário do Ultramar e Conselho Superior de Fomento) que também tinham sido integrados no MCI.

Nestas Secretarias de Estado foram integrados inúmeros serviços que fizeram a transição e que não foram extintos devido à importância das suas atribuições.

O ministro Almeida Santos tinha noção de que este era um ministério com duração efémera pois, numa entrevista em 1975, afirmava:

"o meu Ministério nasceu com vocação suicida. Fadado para, transitoriamente, coordenar territórios em vias de descolonização, acabará naturalmente, por falta de objeto, quando os territórios passarem a nações. Aí começarão a cooperação e as relações exteriores com as novas nações, no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Secretaria de Estado da Cooperação Externa, que nele deve ser integrada".[468]

Porém, Fernando Reino, diretor do Gabinete Coordenador para a Cooperação, dizia que o ministro colocava a hipótese do seu ministério continuar com outro nome, falando-

[467] Maria José Tíscar Santiago, *O 25 de Abril e o Conselho de Estado, op. cit.,* p. 72.
[468] Rui Cartaxana entrevista Almeida Santos no S.I., "Da Descolonização à Cooperação", *op. cit.*, pp. 18-28, 72-76.

se em Ministério da Cooperação e das Comunidades.[469] Para se fundamentar, baseava-se no teor da Portaria 15/75, de 9 de janeiro.

Passar-se-ia então da descolonização à prática da cooperação, mas a ideia não foi avante. O motivo reside no facto de, numa época de tanta conflitualidade, e com o V Governo muito marcado pela ideologia, se considerar perigoso que um organismo tão importante, mas conotado com o estertor do colonialismo, ficasse ligado à cooperação. Os novos países poderiam interpretar tal facto como uma atitude neocolonialista, o que ninguém desejava alimentar.

Na realidade, este ministério, após as independências, deixou de fazer sentido por terem sido esgotadas as suas atribuições. Foi extinto pelo Dec. Lei nº 412- B/75 de 7 de agosto, na vigência do V Governo Provisório, e transformado em Secretaria de Estado da Descolonização.

Entre os organismos do MCI que transitaram para outros ministérios contam-se a Direção Geral de Economia, a Inspeção Geral de Minas, o Gabinete do Plano e Integração Económica, o Gabinete do Plano do Zambeze, o Gabinete do Plano do Cunene, a Junta de Investigações Científicas do Ultramar. Nesta última tinham sido integrados desde 1 de janeiro de 1974, pelo Dec. nº 583/ 73 de 6 de novembro, o Museu e Jardim Agrícola do Ultramar e o Arquivo Histórico Ultramarino. Por despacho de 27 de outubro de 1975, todos estes organismos foram integrados na Secretaria de Estado da Cooperação do Ministério da Cooperação.

A Junta de Investigações Científicas do Ultramar foi posteriormente integrada no Ministério da Educação e Investigação Científica, pelo Dec. Lei nº 769-C/76 de 23 de outubro. No ano seguinte, pelo Dec. Lei n.º 291/77 de 19 de julho, foi determinado que, por Portaria, se fizesse a sua adaptação às novas realidades de investigação.

A Secretaria de Estado da Descolonização integrou os seguintes organismos: Direção Geral da Administração Civil e Direção Geral da Fazenda (a estes dois organismos competia a resolução dos problemas referentes ao funcionalismo dos territórios ultramarinos), Direção Geral da Educação, Direção Geral de Saúde e Assistência (onde estavam afetos quer o Hospital do Ultramar, renomeado Hospital Egas

[469] Fernando Reino considerava que era essa a solução preferida de Almeida Santos, e que esse ministério integraria depois o Gabinete que até tinha as suas instalações cedidas pelo MCI. Nesse parecer propunha-se, em alternativa, que o GCC fosse integrado na Secretaria de Estado da Cooperação Externa, no âmbito do MNE para uma política externa efetivamente coordenada com estruturas integradas. Arquivo da Cooperação, 01.01.04, GCC, Parecer enviado ao PM de 3/5/75.

Moniz [470], quer o internacionalmente reconhecido Instituto de Higiene e Medicina Tropical[471]), Direção Geral de Obras Públicas e Comunicações (junto desta funcionava o Centro de Documentação Técnico Económico), Conselho Superior Técnico Aduaneiro, Inspeção Superior das Alfândegas, Agência Geral do Ultramar e o Gabinete Militar e da Marinha.

2.1.2. Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros

Para apoiar as tarefas do ministro dos Negócios Estrangeiros, o Governo criou, através do Dec. Lei nº 260/74 de 18 de junho, a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, que, no entanto, só vai ser implementada no II Governo Provisório. Mário Soares continuou como ministro dos Negócios Estrangeiros acompanhado, agora, pelo secretário de Estado Jorge Campinos.

Provavelmente o Professor Jorge Campinos já estaria com ele na fase da Descolonização pois, eventualmente confundindo o lugar desempenhado na altura, Mário Soares refere que, "em 22 de maio passei uma semana em Londres, com o Almeida Santos e o Jorge Campinos, meu secretário de Estado, a negociar com a delegação do PAIGC, chefiada pelo Comandante Pedro Pires".[472]

Soares comete um lapso ao chamar-lhe seu "secretário de Estado", pois a Secretaria de Estado, nesta data, não existia, pelo que Jorge Campinos seria, provavelmente, um dos membros do seu gabinete.

Também o seu papel, no âmbito das negociações sobre a descolonização, ficou de certa forma esvaziado pelo facto de o seu Ministro ter sido ultrapassado em matéria de negociações para a descolonização, pelo Ministro sem Pasta, Melo Antunes.

Fernando Reino, em 2 de setembro desse ano de 1974, numa Informação de serviço[473] dava conta das competências do MNE em matéria de acompanhamento da descolonização e da cooperação. A primeira cabia à Direcção Geral dos Negócios Económicos e à Direcção Geral dos Negócios Políticos, através das Repartições de África, Ásia e Oceânia. Já relativamente à cooperação e à assistência técnica, eram

[470] Este Hospital, logo após a extinção do MCI esteve afeto à Secretaria de Estado da Descolonização, mas no mês seguinte pelo Dec. Lei nº 506-B/75 de 18/9, foi integrado no Ministério dos Assuntos Sociais.
[471] Posteriormente foi integrado na Secretaria de Estado da Saúde pelo Dec. Lei nº 506/76 de 21 de junho.
[472] Mário Soares, *Mário Soares um político assume-se*, op. cit., p. 211.
[473] Arquivo da Cooperação, 08. 01/01, CND, Informações e Análises 1974.

divididas por várias repartições, conforme assumiam características bilaterais ou multilaterais.

Assim sendo, embora não liderassem, cabia-lhes o acompanhamento das relações externas que, nesta fase, eram bastante complicadas, em virtude da política descolonizadora seguida pelo Presidente António de Spínola.

No âmbito do III Governo Provisório, o Dec. Lei nº 97/75 criara, para apoio do Ministro e do SENE, um Gabinete de Estudos e Planeamento, cujo diretor era Nuno Brederode Santos. Um ano após a sua criação, numa Informação de serviço, a propósito da reestruturação dos serviços da Cooperação, Fernando Reino dava conta que o Gabinete de Estudos ainda não tivera o verdadeiro arranque, porque não lhe tinham sido definidas competências e âmbito de ação nem, sequer, a forma de coordenação com os serviços das várias Direções Gerais. Foi mais um exemplo do voluntarismo que caracterizou os primeiros tempos após a revolução.

2.1.3. Comissão Nacional de Descolonização

Como a descolonização caminhava rapidamente, na sequência da promulgação da Lei nº 7/74 de 27 de julho, António de Spínola decidiu, por Despacho de 5 de setembro de 1974, criar a Comissão Nacional de Descolonização (CND) e respetivo Gabinete Coordenador dos Estudos do Processo de Descolonização junto da Presidência da República. Formalmente, visava criar uma estrutura para apoiar o processo descolonizador na sua fase final. Mas, dado que a descolonização lhe escapava quase por completo, sobretudo devido às atribuições conferidas a Melo Antunes, podia também ser entendida como uma manobra para retirar o processo da esfera governamental, alargando a abrangência da sua composição, e reforçando a pretensão do seu projeto para Angola.[474]

Desta Comissão faziam parte o Presidente da República, que presidia, o Primeiro-ministro, o chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), os Ministros da Defesa, dos Negócios Estrangeiros e da Coordenação Interterritorial, o embaixador de Portugal junto da ONU e outros membros do Governo ou altas individualidades cuja presença o Presidente julgasse pertinente.

Mas, neste formato, a sua atividade foi pouco mais que inócua.

[474] Em anexo IV.

Almeida Santos, um dos principais intervenientes do processo descolonizador, pronunciou-se muito criticamente sobre esta Comissão, numa entrevista que concedeu ao jornal *Público*, considerando que foi um organismo criado por sugestão de Veiga Simão, mas que acabou por se revelar inútil. Reunia-se para tratar dos problemas da descolonização no âmbito da Presidência, mas "não tratou, acompanhava e dava consultas". O Governo, enquanto órgão, nunca quis saber da descolonização.[475]

Relativamente ao Gabinete Coordenador dos Estudos do Processo de Descolonização, caber-lhe-ia gerir o que fora, ou viesse a ser acordado, no âmbito da descolonização, e negociar os acordos complementares que se previam vir ocorrer. [476]

Mas, nessa altura, a linha que separava a descolonização da cooperação era muito ténue ou mesmo inexistente. Foi este Gabinete que, através da circular nº 64 de 4 de novembro de 1974, e por via do MNE, fez chegar às missões diplomáticas portuguesas nos países ou organizações internacionais, mais ligadas às tarefas de cooperação, uma orientação para que lhes fossem solicitados os modelos práticos de actuação, de forma a estudar e colher experiências. Foi no seu âmbito que se deu início, ainda em fase embrionária, ao envio dos primeiros cooperantes, médicos e professores para a Guiné-Bissau.

Após a demissão de Spínola, aquelas estruturas não tiveram os resultados que o seu mentor pretendera atingir e, com a liderança do General Costa Gomes, foram revistas e finalmente institucionalizadas, em *Diário da República*.

Para João Paulo Guerra, a proposta partiu de Vasco Gonçalves e, segundo afirmou este antigo Primeiro-ministro, foi ali que se passaram a tomar as decisões.[477]

Só com esta revisão ficaram juridicamente criadas quer a Comissão, quer um novo Gabinete. A filosofia subjacente ao novo diploma, Dec. Lei nº 792/74[478], era envolver aqueles que, direta ou indirectamente, estavam ligados ao processo. Mas, acabavam por ser também aqueles que, simultaneamente, eram da confiança do Presidente da República, para melhor o acompanhar e ajudar a decidir em conformidade, enquanto decorresse o processo de descolonização. Mais do que tomar decisões, debatia e dava instruções e orientações políticas às delegações nacionais que negociavam os acordos de independência.

---

[475] São José Almeida, entrevista com Almeida Santos, "30 Anos do 25 de Abril – Quem mandou no processo de descolonização foi o MFA", *Público* de 10/04/2004, pp. 10-12.
[476] Cabia aos Ministérios envolvidos nomear representantes para apoio deste Gabinete. Mário Soares nomeou os Drs. Alexandre Eduardo Lencastre da Veiga e Manuel Lopes de Sá Machado.
[477] João Paulo Guerra, em *Descolonização Portuguesa. O Regresso das Caravelas*, op. cit., p. 83.
[478] DR 1º S., nº 303 de 31 de dezembro de 1974.

Nesta nova versão a CND era constituída pelo Presidente da República, que presidia, pelo Primeiro-ministro, pelo CEMGFA, um Ministro sem Pasta, pelo MNE e pelo Ministro da Coordenação Interterritorial, pelo embaixador de Portugal junto das Nações Unidas, se estivesse em Lisboa na data da reunião, tal como os Altos-comissários. Poderiam ainda ser convocados outros membros do Governo ou altas individualidades, cuja presença o Presidente da Republica julgasse indispensável ouvir.

Sobre este "novo" organismo, atente-se na opinião de um dos mais destacados membros do MFA, o Tenente-coronel Vítor Alves, na altura membro do Governo, e que referia a Comissão Nacional de Descolonização como o órgão de cúpula onde se fazia o acompanhamento político de cada um dos processos em curso.[479] A mudança foi significativa da primeira para a segunda fase.

2.1.4. Secretaria de Estado da Descolonização

O pós-descolonização exigia um organismo específico, pelas consequências que daí iriam advir, e que era preciso acautelar, sobretudo com a chegada crescente de milhares de cidadãos em fuga. Como se viu, as atribuições do Ministério da Coordenação Interterritorial haviam-se esgotado, e por isso, muito naturalmente, ele foi extinto pelo Dec. Lei nº 412-B/75 de 7 de agosto que criou, em seu lugar, uma Secretaria de Estado da Descolonização, na dependência direta do Primeiro-ministro. A criação de uma Secretaria de Estado foi, de certa forma, compensada pelo facto de ficar na dependência direta do chefe do Governo.

Para a dirigir foi escolhido o Desembargador Jorge Ferro Ribeiro, antecessor do Alto-comissário Vítor Crespo em Moçambique, mas, após a queda do V Governo, com cerca de um mês de duração, acabou por ser nomeado secretário-geral do Ministério da Cooperação, pelo novo Ministro da Cooperação, por despacho de 14 de outubro. Ficou, também, com competência delegada do ministro para coadjuvar o Secretario de Estado da Descolonização, Capitão-tenente João Cristóvão Moreira, no exercício das suas funções executivas. Note-se que esta Secretaria de Estado deixara de estar sob a alçada do Primeiro-ministro, para passar a fazer parte do novo Ministério da Cooperação. Neste passaram a coexistir áreas potencialmente conflituantes, como a descolonização e a

[479] Vítor Alves, "Colonialismo e Descolonização*", Revista Crítica de Ciências Sociais,* nº 15/16/17 maio de 1985, pp.1-9, disponível em: www.ces.uc.pt/rccs/includes/download.php?id=252, consultado em 19/7/2013.

cooperação, tão próximas e tão distantes, por força da herança do contencioso. [480] Para a execução das tarefas que lhe competiam, foram integrados os seguintes organismos e serviços do extinto MCI: Direcção Geral da Administração Civil, Direcção Geral de Educação, Direcção Geral da Fazenda, Direcção Geral de Saúde e Assistência, Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações, Conselho Superior Técnico Aduaneiro, Inspecção Superior das Alfândegas, Agência Geral do Ultramar e Gabinete Militar e da Marinha.

Meses depois, na sequência da realização das primeiras eleições legislativas ganhas pelo PS, tomou posse o I Governo Constitucional que decidiu extinguir esta Secretaria de Estado, sendo então os serviços integrados na Secretaria de Estado da Integração Administrativa, através do Dec. Lei nº 683- A/76 de 10 de setembro.

2.1.5. Secretaria de Estado dos Retornados

No âmbito do VI Governo, fora criada a Secretaria de Estado dos Retornados, onde o IARN tinha sido integrado pelo Dec. Lei nº 584 – B/ 75 de 16 de outubro, passando a fazer parte do Ministério dos Assuntos Sociais. Com esta decisão, pretendia-se a integração plena dos "retornados", mas, conscientes da insuficiência de meios daquele Instituto e perante a crescente procura, foi decidido que esta integração possibilitasse o aproveitamento de economias de escala através da utilização de outros mecanismos no âmbito da Segurança Social e da Saúde.

Com a queda do VI Governo Provisório, após as eleições legislativas, no citado Dec. Lei nº 683-A/76 consta a orgânica do Governo e, igualmente, a extinção desta outra Secretaria de Estado.

Pelo Dec. Lei nº 683 – B/76 acabou por ser criado, em sua substituição, mas desta vez afeto à Presidência do Conselho de Ministros, o Comissariado para os Desalojados, dirigido pelo Alto-Comissário, Coronel Gonçalves Ribeiro, que só viria a ser extinto em 1979, após a conclusão de um trabalho em que a integração dos "retornados" ficou, se não concluída, pelo menos definitivamente traçada.

[480] Já o diretor do GCC anteriormente se queixava num parecer ao PM, sobre a "forçada co-habitação que se veio a revelar inconveniente" com o MCI, misturando descolonização e cooperação. Arquivo da Cooperação, 01.01.04. GCC, "Parecer" enviado ao PM em 3 de maio de 1975.

2.2. As Estruturas da Cooperação

Existem várias formas de definir o conceito de cooperação e, até, de caracterizar o que são verdadeiramente ações de cooperação.

O antigo responsável português pelas relações externas, Medeiros Ferreira, considera que "em termos internacionais está consagrado que a cooperação se destina a apoiar o desenvolvimento dos Estados, centrado no homem e na cultura de cada povo, tendo por objetivo promover e acelerar esse desenvolvimento nos domínios económico, cultural e social, aprofundando e diversificando as relações entre Estados beneficiados e doadores, num espírito de solidariedade e interesse mútuo, segundo a Convenção de Lomé".[481]

Para o embaixador Mário Viçoso Neves, "a cooperação não é essencialmente uma acção de ajuda num único sentido, ou mesmo de auxílio mútuo, mas uma atitude muito mais ampla que os países poderão tomar, uns em relação aos outros, para explorar todas as possibilidades de melhoria das condições de vida dos povos".[482]

Numa primeira fase pós-independência, repleta de idealismos e humanismo, parece ter sido este o conceito de cooperação que se desejou adotar, pouco preocupado com o sentido único, ou não, do auxílio a prestar.[483]

Hoje em dia, para além do conceito específico de Cooperação *win-win*, existe a designada "Cooperação para o Desenvolvimento". O seu uso restringe-se às relações entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, procurando sempre, e apenas, o desenvolvimento do outro.

Fazendo uma breve análise retrospetiva para enquadramento do tema, convém recordar que Portugal, no anterior regime, era considerado internacionalmente como um país colonialista e, ao mesmo tempo, era membro fundador do Comité de Apoio ao Desenvolvimento (CAD), desde 1961, onde se definiam e tentavam homogeneizar as estratégias dos doadores para a ajuda a conceder aos países em desenvolvimento. Citando Medeiros Ferreira, "a cooperação em Portugal era um conceito que sempre se associou às

[481] José Medeiros Ferreira, *Portugal em Transe (1974/1985), vol. XV da História de Portugal,* direção de José Mattoso, Círculo de Leitores e Autores, op. cit., p. 106.
[482] Arquivo da Cooperação, 01.01.01, DGC, "Questões Decorrentes da Descolonização e Problemas Da Cooperação".
[483] No capítulo 4 *infra* será desenvolvida esta temática da Cooperação e do balanço possível.

relações com as ex-colónias, embora não se esgote nelas e depois das independências das colónias, fora uma novidade como vertente das acções externas do Estado português".[484]

A independência da Guiné, em setembro de 1974, abriu as portas, de par em par, a esta nova realidade, mas faltava consagrá-la como vontade nacional. Porém, no nº 4, do artigo 7º, da Constituição da República portuguesa de 1976, a vontade da Nação ficou, desde logo, expressa da seguinte forma: "Portugal mantém laços privilegiados de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa". E como linha de rumo, traçada desde início, ficou igualmente expresso na alínea d), do nº 2, do artigo 78; que incumbia ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais, "desenvolver as relações culturais com todos os povos, especialmente os de língua portuguesa, e assegurar a defesa e a promoção da cultura portuguesa no estrangeiro".[485]

E, daí em diante, como também refere António Rebelo de Sousa, "a prioridade conferida às relações com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP foi assumida em todos os programas de Governo dos diversos Governos Constitucionais, desde 1976 e até ao presente".

Com a Descolonização, ficara aberta a porta para o aprofundamento das relações em novos moldes, centradas agora na cooperação para o desenvolvimento, baseada nas necessidades dos países africanos de língua portuguesa e não na ajuda prestada anteriormente às antigas colónias, designadas como Províncias Ultramarinas.

A situação tornou-se inédita, pouco tempo depois: Portugal abandonou o CAD, em resultado do descalabro da sua economia, e passou a ser considerado um país em desenvolvimento e, por isso, recetor de ajuda, mantendo, contudo, a cooperação em curso com os novos Estados. Apenas em 3 de dezembro de 1991, já depois de ter aderido, em 1986, à Comunidade Económica Europeia (CEE), e de ter começado a dar os primeiros passos significativos na área da cooperação multilateral,[486] Portugal voltaria a ser readmitido no seio do CAD, em face da recuperação económica que tinha vindo a encetar e que lhe permitiu voltar a ser considerado como potencial doador internacional.

A quantificação da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) a partir de 1989 é o primeiro passo para a adequação das estruturas e dos métodos da política de cooperação portuguesa às exigências impostas por aquela organização multilateral, no sentido se uma

[484] *Vide* José Medeiros Ferreira, "*Portugal em Transe",* (1974-1985), Vol. XV da *História de Portugal*, direção de José Mattoso, Lisboa, Editorial Círculo dos Leitores e Autores, 2008, pp. 102, 106.
[485] António Rebelo de Sousa, *Da Teoria da Relatividade Económica Aplicada à Economia Internacional e às Políticas de Cooperação*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2004, p.313.
[486] Idem, *ibidem,* p. 322.

maior coordenação, transparência, rigor nas informações e dados disponibilizados, nomeadamente quanto aos montantes concedidos.[487] Diga-se que este já foi um outro patamar na escala do aperfeiçoamento da cooperação portuguesa para o desenvolvimento.

Apesar da vontade para institucionalizar esta nova realidade, após a descolonização faltava, na altura, muito para sedimentar uma verdadeira política de cooperação, para a qual era absolutamente fundamental a existência não só de estratégia e de capacidade de execução, mas também de planeamento e coordenação. Para que ela se materializasse em projetos e ações, era preciso criar organismos específicos e dotá-los com atribuições bem definidas e meios capazes para levar a cabo este novo desígnio nacional.

Para se ter noção de como, inicialmente, este percurso foi sinuoso, vinculando muita vontade e solidariedade, mas pouca experiência e meios adequados, procede-se de seguida, a uma análise circunstanciada de como, no período temporal entre 1974 e 1980, se desenrolou a evolução da arquitetura institucional da cooperação portuguesa.

Para que se faça esta história, é preciso falar das pessoas e dos organismos que foram sendo criados, das motivações, das múltiplas propostas e contrapropostas, eivadas de interesses, na maior parte das vezes de raiz corporativa, centradas em grande parte na disputa pela liderança, entre o pragmatismo das Finanças e o idealismo dos Estrangeiros e que levaram, no final, quase salomonicamente, à criação do ICE e da DGC.

Colocados perante esta realidade, optou-se por seguir a sua evolução por ordem cronológica, embora realçando a criação do Gabinete Coordenador para a Cooperação, organismo que atravessou todo este período, o único existente no início e que, depois, teve de partilhar as tarefas com outros que foram sendo criados. Pelo meio, foi dado várias vezes como extinto, mas sobreviveu até 1983.

Depois de analisado, separadamente, o GCC, segue-se a análise ao que foi acontecendo na área da cooperação, com os diversos departamentos responsáveis pela definição e acompanhamento desta política e a conexão entre eles. É necessário, desde já, alertar para a profusão de diplomas e de projetos de diplomas que irão surgir, espelho das indecisões e confusões sobre o rumo a seguir. Tome-se, como exemplo, a justificação escrita do embaixador Mário Neves sobre a dificuldade que sentiu na procura de elementos para satisfazer um pedido do Ministro:

"Diplomas de vária índole, alguns criando organismos em sobreposição de outros que não chegaram a dispor de tempo para prestar provas da sua capacidade, informações parciais ou exaustivas acerca da

[487] A 1ª avaliação do CAD, à Política de Cooperação em Portugal, data de 1993.

cooperação em geral ou de certos aspectos peculiares, projectos sem apreciação oportuna dimanados de diferentes origens, eis uma densa floresta de documentação em que não foi fácil penetrar".[488]

Estas dificuldades iriam continuar depois dele.

2.2.1. Gabinete Coordenador para a Cooperação

Com a publicação do Dec. Lei nº 791 /74 de 31 de dezembro,[489] nascia o Gabinete Coordenador da Cooperação e desaparecia o anterior Gabinete Coordenador dos Estudos do Processo de Descolonização que, apesar de desprovido de enquadramento legal e estar mais vocacionado para acompanhar a descolonização, os portugueses e seus bens, previa já as competências necessárias para propor e coordenar assuntos ligados à cooperação. Foi da sua responsabilidade a primeira ação de cooperação.

Com o aparecimento do Gabinete Coordenador para a Cooperação, subordinado à Presidência da República, surgia o primeiro organismo oficial da Cooperação portuguesa, pioneiro dos organismos criados com esta finalidade.

As competências atribuídas eram muito limitadas inicialmente e não iam além de elaborar ou coordenar estudos, em conjunto com outros departamentos nacionais sobre matérias de cooperação, emitir pareceres, elaborar relatórios e formular sugestões.

Mas a cooperação era muito mais do que isso, exigia ação e capacidade de atuação. A prática veio demonstrar que a conceção simplista que se lhe atribuía era desadequada, quando confrontada com as necessidades que começaram a surgir e que não podiam ficar sem uma pronta e rápida ajuda. Só a título excecional, e "de forma supletiva", é que o Gabinete, nos termos das suas atribuições, poderia dar execução própria àquilo que os ministérios competentes não fossem capazes de levar a cabo.

Segundo Helena Campos, técnica superior proveniente, como a grande maioria, dos quadros do antigo Ministério do Ultramar, e que fazia parte do reduzido núcleo original do GCC, a cooperação, no início, era genérica e casuística. Tratava-se de assegurar o envio de médicos e professores, em articulação com os Ministérios da Saúde e da Educação, a quem competia o recrutamento, cabendo ao GCC a elaboração dos processos, processar pagamentos e acompanhar os técnicos através da Embaixada

[488]Arquivo da Cooperação, 01.01.01, DGC, "Questões Decorrentes da Descolonização e Problemas da Cooperação".
[489] D. G., 1º S., nº 303, de 31 de dezembro de 1974, em Anexo IV.

portuguesa.[490] A maior parte destas carências resultaram da saída dos profissionais que aí as executavam antes da independência, e que eram militares ou seus familiares.

A estrutura inicial deste pequeno organismo, em conformidade com a legislação que o gerou, ficou constituída da seguinte forma: ao nível diretivo, era composta por três membros permanentes, escolhidos pelo Presidente da República, entre os quais designava o diretor do Gabinete, cabendo aos outros dois coadjuvá-lo com a categoria de diretores adjuntos e substituí-lo sempre que necessário, em razão da sua antiguidade ou por nomeação do Presidente; um Conselho Administrativo, composto por um Presidente e dois vogais, que aquele propunha e o Presidente da República nomeava. Tinha a seu cargo a elaboração do orçamento que era atribuído anualmente ao GCC e onde, face ao caráter excecional deste organismo, nem o Ministério das Finanças nem o Tribunal de Contas intervinham, fosse na aprovação orçamental, fosse nas contas de gerência, que era da competência do Presidente da República.

O primeiro diretor do GCC, foi o ministro plenipotenciário de 2ª classe, Fernando Reino, que menos de um ano depois, em 20 de agosto de 1975, apresentou o pedido de demissão para regressar à carreira diplomática, mas que apenas teve efeitos em 15 de novembro desse ano.[491] Sucedeu-lhe, o Major Rui Lobato de Faria Ravara que já fazia parte daquela estrutura como diretor adjunto, por substituição de outro militar, o Major António Arnão Metelo, que tinha sido indigitado para o V Governo Provisório.

Como não tinha quadro próprio, podia requisitar funcionários públicos que poderiam ser destacados ou em comissão eventual de serviço. Podia, também, admitir pessoal em regime de prestação de serviços para a execução de tarefas eventuais ou extraordinárias, que exigissem pessoal especializado. Na realidade, recorreu-se fundamentalmente a funcionários do Ministério da Coordenação Interterritorial para garantir o seu funcionamento inicial, tendo sido poucos os que vieram de outros ministérios ou eram estranhos à Função Pública.

Em março de 1975, aquando da criação da Secretaria de Estado da Cooperação Externa no Ministério dos Negócios Estrangeiros, chegou a pensar-se integrar o GCC, até porque passou a funcionar verdadeiramente como executivo de apoio a esta Secretaria de Estado. Ainda foi elaborado um projeto de Dec. Lei, enviado ao Conselho de Ministros em julho, com o parecer positivo dos Ministros das Finanças e da Administração

[490] De início, como o orçamento do GCC inserido no da Presidência era apenas para o seu funcionamento, o pagamento dos primeiros cooperantes era feito por verbas do MCI.
[491] D. G., 1ª S., nº 265, de 15 de novembro de 1975.

Interna.[492] Nele se previa o alargamento das atribuições, deixando de ser um organismo essencialmente de estudo e conceção, para passar a ser, verdadeiramente, de coordenação e, sobretudo, de dinamização e acompanhamento de ações e programas, a nível bilateral e multilateral, não só na ótica de doador como de recetor de cooperação técnica e ajuda ao desenvolvimento. Isto sem por em causa a competência já atribuída aos outros departamentos governamentais. Tal não se concretizou, em face da agitação política que se vivia e porque o IV Governo Provisório teria pouco tempo pela frente.

Mais tarde, continuaram a ser aproveitados funcionários ligados à antiga administração colonial, que tinham sido incorporados no Ministério da Cooperação, onde também passou a estar inserido o GCC, no qual, após a extinção deste ministério, muitos foram colocados. Para além disso, foram admitidos novos funcionários que, com o seu dinamismo e conhecimentos teóricos, alguns adquiridos no estrangeiro, vieram completar o conhecimento dos funcionários que anteriormente tinham estado ligados ao espaço colonial. Esta segunda opção era muito mais do agrado do diretor do Gabinete que se lamentava de não ter tido bons resultados com a opção do aproveitamento de antigos funcionários coloniais.[493]

À medida que iam avançando as negociações com as antigas colónias, fruto dos acordos de cooperação assinados, nos quais tinha participação ativa, o GCC fazia também a preparação, direção e coordenação das reuniões preparatórias e o posterior acompanhamento das comissões mistas. Cabiam aos seus técnicos o acompanhamento e a gestão das bolsas de estudo oferecidas para ensino e formação profissional dos nacionais dos países africanos lusófonos, quer pelo Governo português, quer pelas organizações internacionais como, por exemplo, a ONU e a CEE, para além da gestão de um dos mais importantes vetores da cooperação, a contratação e acompanhamento dos cooperantes em função das necessidades anuais que eram formuladas.

Apesar do aumento de responsabilidades, o GCC continuava a não ter funções executivas, nem quadro orgânico, com notório prejuízo para as carreiras dos funcionários. Confrontados com as dificuldades que emergiam do contencioso, para o qual o Ministro tinha pedido a sua colaboração, tornava-se óbvio criar outro tipo de estrutura, com novas atribuições.

[492] AHD- 01.01.02, Projeto de Dec. Lei, [s.d.].
[493] Arquivo da Cooperação, 01.01.04, Parecer do GCC enviado ao PM, em 3 de maio de 1975.

Entretanto, gorada a hipótese da sua inserção no Ministério dos Negócios Estrangeiros, só tinha saído da Presidência da República quando, como atrás foi referido, se inseriu na estrutura governamental, com a passagem para o Ministério da Cooperação, através do Dec. Lei nº 532-A/75 de 25 de setembro,[494] levando consigo os funcionários, o património e a dotação orçamental atribuída para o exercício do ano de 1975, e que constava do orçamento da Presidência da República.

Em 1976, as dotações que lhe foram atribuídas encontravam-se inscritas no capítulo sexto do Orçamento Geral do Estado, com a designação de "Gabinete Coordenador para a Cooperação".

O especialista em direito da cooperação, e funcionário do GCC, Luís Ferreira Leite, justificava que o Gabinete, enquanto dependente da Presidência da República, era uma entidade "sem funções executivas, concretas e materiais", mas competiam-lhe as funções de coordenação e centralização da cooperação. Ao passar para a orgânica da administração pública, inserido no Ministério da Cooperação, tornara-se "um serviço que estaria para além dos próprios Ministérios, enquanto coordenador das suas actividades e para aquém, enquanto àqueles continuava adstrita a competência para a execução das acções de cooperação".[495]

Por despacho do Primeiro-ministro, de 27 de outubro de 1975, aquele organismo foi posteriormente colocado na dependência da Secretaria de Estado da Cooperação, mas, com a publicação da Lei Orgânica do Ministério da Cooperação, pelo Dec. Lei nº197/76 de 18 de março, ficou prevista a sua extinção até ao dia 30 de junho, em resultado da profunda alteração provocada pelos novos organismos que o diploma em apreço criava. Como, entretanto, o diploma tardou e já um novo Governo estava à porta na sequência das primeiras eleições legislativas, as alterações não foram executadas.

Foi o Ministério da Cooperação que acabou por ser extinto e alguns dos organismos que o constituíam foram integrados no MNE. Com esta absorção, abriu-se, finalmente, a porta do Ministério dos Negócios Estrangeiros à cooperação e a uma grande quantidade de pessoal técnico. Na altura, a carreira diplomática não recebeu com agrado os técnicos, nem a nova área, nada compatível com aquilo que eram as habituais competências dos

[494] D. G., 1ª S., nº 222, 2º Supl., de 25 de setembro de 1975.
[495] Luís Ferreira Leite, *Introdução ao Direito da Cooperação*, Lisboa, Moraes Editores, 1978, pp. 113-114.

diplomatas.[496] Mas, pelos conhecimentos que detinham e aportaram sobre a realidade africana, bem como por alguma experiência obtida na área da cooperação, tornaram-se uma mais-valia, indispensável, daí em diante, para o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Em 15 de setembro de 1976, o Ministro escolheu para chefiar o GCC o então conselheiro da carreira diplomática, José de Mattos Parreira, que se manteve no posto, até à publicação do diploma que, em finais de 1979, previa a extinção do Gabinete e a criação da DGC. Iniciou-se com este organismo uma tradição não de *jure* mas *de facto*, que acabou por se "institucionalizar", e se traduziu na atribuição da chefia dos organismos da área da cooperação, na estrita dependência do MNE, a diplomatas de carreira e não aos técnicos especialistas da matéria. [497] Garantiam-se assim lugares de chefia aos diplomatas, enquanto estivessem em Portugal. Por outro lado, sendo a Cooperação um vetor da política externa, ela devia ser conduzida por profissionais da política externa, aliado ao facto de que, no relacionamento com as Embaixadas nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), para acompanhamento das ações no terreno, era importante o relacionamento entre "pares". Esta prática acabou por se tornar como que uma norma, que só foi quebrada no século XXI no que concerne ao responsável máximo, não deixando, porèm, de permanecer alguém da carreira diplomática no Conselho Diretivo.

Como Medeiros Ferreira não aceitava o modelo anteriormente desenhado para a Cooperação, a 1 de setembro de 1976 nomeou o embaixador Leite Cruz para chefiar o que designou como Missão Integradora dos Organismos da Cooperação (MIOC), para proceder à imediata integração dos organismos que o MNE iria herdar da Secretaria de Estado da Cooperação. Mas o recém-empossado diretor do GCC, organismo que também fora um dos que transitaram do Ministério da Cooperação, antecipando-se a qualquer previsível reestruturação, fez-lhe chegar um memorando[498] muito completo, que, mais do

[496] Afirmações retiradas da entrevista do embaixador Paulo Ennes que vem sendo referida. Como prova mais evidente deste facto, note-se que no âmbito deste ministério, começou a ser editada em julho de 1978, pelo Gabinete de Estudos e Planeamento, quase dois anos após esta integração, a revista *Política Externa, Estudos e Documentos.* Apenas foram publicados quatro números, dos quais dois ainda em 1978 e o último, um número duplo, foi publicado em 1980. Repare-se que, em nenhum deles se encontra qualquer artigo relativo a questões de cooperação, pese embora em todos eles sobressaiam as questões europeias.

[497] A exceção a esta prática foi o Instituto para a Cooperação Económica, mas este Instituto não dependia apenas do MNE. Na altura do debate do projeto para a criação da Direção Geral de Cooperação, o parecer de alguns ministérios entre eles o das Finanças, foi o de considerar este propósito injustificável, mas o MNE levou a ideia avante.

[498] Arquivo da Cooperação, 01.01/09, "Memorando". Gabinete Coordenador da Cooperação/ Ministério dos Negócios Estrangeiros, 6 de agosto de 1976.

que um simples balanço de atividade, era um repositório de realizações e um enumerado de problemas a ultrapassar, de assuntos urgentes a resolver, entre os quais as maiores preocupações eram as instalações e o orçamento.

O ministro deu-lhe seguimento. Quanto à primeira preocupação, por falta de verba, não satisfez o desejo de alugar instalações próprias no Restelo; mas, como o GCC tinha o compromisso de abandonar o edifício, onde acabou por ficar o CEMGFA, instalou-o de forma provisória, que afinal se tornou definitiva, nas instalações alugadas pelo Governo anterior para o Instituto para a Cooperação Económica, na Avenida da Liberdade, nº192.

Quanto à segunda, a vertente orçamental, o Ministro aquiesceu. Logo a partir de 1977, à autonomia administrativa que lhe tinha sido atribuída desde início, o GCC passava a juntar a autonomia financeira. Daí em diante, coube-lhe a gestão das verbas do orçamento próprio para a cooperação, provenientes do orçamento global do MNE e destinadas a projetos específicos na área.

Uma Informação de serviço do GCC,[499] de julho de 1977, fornece dados importantes para o estudo desta fase. Nela se pode observar que, no período entre julho de 1976 e junho de 1977, primeiro ano do governo constitucional, as despesas liquidadas pelo Gabinete tinham sido, aproximadamente, de 43 035 contos, mas muitos outros encargos tinham sido pagos pela Direção Geral da Fazenda, pelo que o Gabinete, pretensamente coordenador da cooperação, não conhecia a totalidade das verbas gastas.

Só a partir de 1977 é que, no orçamento privativo do GCC, aprovado em simultâneo com o Orçamento Geral do Estado (OGE) e consagrados na rubrica "Cooperação com os novos Estados independentes e Macau", passaram a constar os montantes atribuídos para a gestão própria das atividades da cooperação. Os recursos humanos foram reforçados consideravelmente, embora sem nunca ter existido um quadro próprio. Assim permaneceu o GCC até final do ano de 1979 quando, por força do artigoº 12º do Dec. Lei nº 201-A/79 que pôs em vigor o OGE, ainda lhe competia a gestão da verba de 252 000 contos e a elaboração do Programa de Aplicação da mesma, para aprovação conjunta dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças.

Na sequência deste reforço de competências, acabou por se tornar um organismo imprescindível, razão pela qual se foi mantendo enquanto se pensava, não numa reestruturação, mas na sua substituição.

[499] Arquivo da Cooperação, 09.01/02, Informação de serviço nº 223/SA/77, "Despesas da Cooperação", de 6/7/77.

A alteração implementada ao nível das competências levou o Conselho Administrativo a aprovar um novo Regulamento,[500] que vigorou até ao final da sua existência. A natureza da sua nomeação passou a ministerial, enquanto anteriormente fora nomeado pelo Presidente da República. Mantinham-se um presidente e dois vogais, que reuniam ordinariamente, uma vez por mês. A agenda era da responsabilidade do vogal secretário, embora, mais tarde, o Conselho passasse a escolher um secretário para o trabalho específico, libertando o vogal destas tarefas. Eram lavradas atas de todas as reuniões.

Cabia ao Conselho superintender a elaboração do Orçamento Anual do Gabinete e dos orçamentos suplementares necessários, bem como o Programa de Aplicação de verbas para distribuição da dotação inscrita no Orçamento para despesas com a cooperação e fiscalizar a sua aplicação. No final de cada ano, o Conselho Administrativo tinha a responsabilidade de repor os saldos nos cofres do Estado e submeter a Conta de Gerência do Gabinete à aprovação do Tribunal de Contas.

Mas, se a competência do GCC fora reforçada pela via orçamental, este organismo começou a perder influência, após a chegada do II Governo Constitucional, com o ministro Vítor Sá Machado.

Em janeiro de 1978, o embaixador Leite Cruz foi designado representante do MNE nas negociações sobre o contencioso em Maputo, chefiadas por Jorge Sampaio, o que causou um mal disfarçado incómodo a Mattos Parreira, habitualmente indigitado representante nas negociações. Mas, como era ao MIOC que competia a coordenação de todos os organismos existentes neste âmbito no MNE, o ministro entendeu que a representação externa também seria da sua competência, e acabou por preterir o representante do GCC.

O diretor do Gabinete chegou a elaborar uma extensa Informação de serviço, intitulada "A competência do Gabinete Coordenador para a Cooperação",[501] onde apresentava os problemas que o GCC enfrentava e que somavam: falta de instalações adequadas, inexistência de uma Lei Orgânica com prejuízo para os seus funcionários que não podiam progredir na carreira, informações que lhe eram sonegadas e que punham em causa o pleno exercício das suas competências de coordenador, de negociador de acordos, ou até de elaboração de Programas Gerais de Cooperação e até a ultrapassagem, por

[500]Arquivo da Cooperação, 02.02.01/02, Gabinete Coordenador para a Cooperação, "Regulamento do Conselho Administrativo", 6/10/1977.
[501] Arquivo da Cooperação, 07.04/01, Informações 1977, Mattos Parreira, Informação de serviço, nº 128/77, "A competência do Gabinete Coordenador para a Cooperação", 18 de abril de 1977.

outros serviços, de responsabilidades suas de que resultava uma evidente perda de estatuto. Ao mesmo tempo que apresentava os bloqueios, propunha medidas para os solucionar e que também clarificariam as competências.

Mas nada sucedeu. Em novembro desse ano, já na vigência do III Governo, o diretor do GCC chegou a queixar-se ao então ministro Correia Gago, do teor de um Despacho seu, de 4 de novembro, que atribuía competências ao MIOC e à Direção Geral de Economia, na preparação da Comissão Mista com Angola, secundarizando de novo o Gabinete, sem levar em linha de conta as suas atribuições específicas. Consequentemente, manifestou-lhe a mágoa dos funcionários por não terem uma Lei Orgânica, nem um quadro que lhes garantisse os legítimos direitos, nem sequer instalações que proporcionassem condições de trabalho aceitáveis, apesar da sua dedicação, "nomeadamente desde que passaram a fazer parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros".[502]

O problema das instalações agudizava-se cada vez mais, porque não se procedera a qualquer tipo de integração ou fusão dos organismos, conforme desejara Medeiros Ferreira e, por outro lado, com o III Governo, o ICE ganhara uma importância acrescida, com mais missões atribuídas, de modo que a coabitação nas instalações do ICE, na Avenida da Liberdade, nº192, gerava problemas. Refira-se uma queixa da Comissão Instaladora do Instituto, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Correia Gago, dizendo que o Gabinete estava, há dois anos, transitoriamente, a ocupar parte das suas instalações, enquanto o ICE precisava do espaço para os seus técnicos. Mas, também, esta queixa não teve consequências.

Entretanto, no IV Governo, por despacho de 7 de fevereiro de 1979, o ministro Freitas Cruz extinguiu o MIOC, por já não se justificar a sua existência, mantendo, porém, o GCC e confirmando como seu diretor, o ministro plenipotenciário de primeira, José Mattos Parreira. Este Gabinete não deixara de ter uma importância acrescida no âmbito do MNE e dos projetos e ações que eram executados, em virtude da existência de um orçamento próprio para a cooperação.

Apenas a título de exemplo, refira-se este dado: aquando da realização da primeira reunião da Comissão Mista Permanente de Cooperação com São Tomé, realizada naquela cidade entre 15 e 18 de julho de 1978, foi abordada a questão de uma futura ligação aérea entre São Tomé e Lisboa, apesar de ser bastante deficitária. A verdade é que os estudos já

[502] AHD, Arquivo dos Ministros 1978, Gabinete Coordenador para a Cooperação, Carta ao "Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros".

tinham sido feitos e até existia um despacho do secretário de Estado da Emigração e dos Negócios Estrangeiros, de 15/09/77, estipulando que tais encargos deveriam correr pelas verbas da Cooperação, afetas ao orçamento privativo do GCC para ações de cooperação.

Perto do termo da sua missão à frente do Gabinete, o seu diretor escrevia um artigo, no nº 10 da revista *Nação e Defesa*, onde deixou a sua visão sobre o Gabinete e o papel que lhe fora confiado. Era quase um elogio *in memoriam* e uma crítica construtiva. Em seu entender, mau grado a descolonização apressada e os escassos recursos de que sempre dispôs, o Gabinete prestou o apoio possível, embora pudesse ter sido feito mais nesta área e com os mesmos recursos, se "tivesse sido criado, a curto prazo, um serviço com o nível e as potencialidades requeridas pelo novo e importante sector da nossa política externa. O GCC, improvisação admissível nos primeiros meses da Revolução, deveria ter sido rapidamente substituído por serviço adequado".[503]

A sua importância foi indiscutível, assim como o contributo para o papel de Portugal no apoio aos países africanos de língua portuguesa, como resulta da leitura duma Informação de serviço onde aparecem as múltiplas solicitações que constituíam a sua missão.[504]

Com a promulgação da Lei nº 486/79 de 18 de dezembro de 1979,[505] que criou a Direção Geral de Cooperação, ficava consumada, como há muito se esperava, a sua extinção, bem como a dos restantes serviços integrados no MNE e provenientes do antigo Ministério da Cooperação. Tinha chegado a hora da reestruturação, que andava a ser preparada desde 1976 e acabava por envolver os resquícios que ficaram do antigo Ministério do Ultramar e o primeiro organismo criado após a revolução, já para se ocupar da cooperação.

Com a entrada em funcionamento da DGC sem que estivesse dotada de orçamento próprio, a solução passava, de acordo com o Dec. Lei nº 4/80 de 7 de fevereiro, pelo recurso ao regime duodecimal, das verbas do orçamento privativo do GCC. Essas verbas continuaram a ser geridas pelo Gabinete, que ainda não tinha sido extinto, por razões de funcionalidade, e cuja presidência era exercida cumulativamente pelo diretor geral da cooperação.

---

[503] José de Matos Parreira, "As Relações de Cooperação ente Portugal e os Novos Países Africanos de Expressão Portuguesa", *Nação e Defesa*, Lisboa, Ano IV, nº 10, abril-junho de 1979, p.222.
[504] Arquivo da Cooperação, 01.01.12, Anexo à Informação de serviço, "Direção Geral de Cooperação. Projeto de Dec. Lei", 18 de junho de 1979.
[505] D. R., 1ª S., nº290 de 18 de ezembro de 1979, em Anexo IV.

Posteriormente, foi decidido que as verbas destinadas à cooperação, nos termos do Dec. Lei nº 183/ A/80, embora continuando a ser, geridas transitoriamente, pelo GCC até à sua extinção, eram agora apenas verbas do orçamento do MNE, para onde foi transferida a referida rubrica.

A sua utilização continuava a obedecer a um "Programa de Aplicação de Verbas", elaborado e aprovado pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças e do Plano, segundo as regras da Contabilidade Pública, na dependência da 7ª Delegação da Contabilidade Pública, onde se discriminavam as ações e os respetivos custos, sendo que a verba para a cooperação, no montante de 252 000 contos, seria distribuída pelos dois organismos, o ICE e a DGC, a quem competia a sua aplicação. [506] Da referida verba, 166 002,5 contos caberiam à DGC, enquanto ao ICE caberiam 49 497,5, sendo o resto para reforço de outras dotações. Porém, a gestão das mesmas continuava a ser da responsabilidade do Conselho Administrativo do GCC.[507]

Este Gabinete só foi definitivamente extinto pelo IX Governo Constitucional, com o Dec. Lei nº 439 – A/83,[508] do qual fazia parte como secretário de Estado da Cooperação o embaixador Gaspar da Silva, o primeiro diretor geral da cooperação e, nessa qualidade, responsável pelo GCC. Nesta legislação podia ler-se que o Gabinete "esgotou as suas atribuições na medida em que a Direcção Geral de Cooperação e o Instituto para a Cooperação Económica as absorveram gradualmente e acrescentava a necessidade de dotar a Direcção Geral de Cooperação de autonomia administrativa e de um dispositivo que permita gerir as dotações para a cooperação, até à data confiadas ao Gabinete, que lhe vierem a ser consignadas no Orçamento Geral do Estado, em conformidade com o estabelecimento da sua lei orgânica".

Encerrava, definitivamente, o Gabinete, que teve um papel muito significativo nas origens da cooperação portuguesa, embora, e apesar do nome, seja difícil afirmar que foi efetivamente o coordenador dessa mesma cooperação.

Dado que o GCC atravessou todo o período em análise, teremos de recuar a 1975 e analisar, sequencialmente, todos os organismos que foram sendo criados, explicar porque surgiram e qual foi a sua articulação com o GCC para, desta forma, compreendermos a evolução da "arquitetura institucional".

---

[506] *Vide* encargos assumidos pelo GCC, para a cooperação com os cinco países em 1980, Arquivo da Cooperação, 02.02.01.06, "Memória descritiva" de 14 de agosto de 1980.

[507] Como sinal da sua desvalorização, a presidência do Conselho Administrativo nunca mais voltou a ser presidida pelo diretor geral, a quem por inerência, a mesma caberia e foi-se arrastando, chegando, no final, a ser exercida por técnicos e pessoal de chefias administrativas.

[508] D. R., 1ª S., nº 294 de 23 de dezembro de1983.

2.2.2. A Secretaria de Estado da Cooperação Externa

Pelo Dec. Lei nº 158-A/75,[509] foi criado, na orgânica do MNE do IV Governo Provisório, sob proposta do Ministro Melo Antunes, a Secretaria de Estado da Cooperação Externa, chefiada por Jorge Sampaio,[510] que, segundo confessou, mal conhecia Melo Antunes aquando do convite.

A ideia da criação da Cooperação Externa foi de Melo Antunes, e apresenta-a como tendo sido uma " aposta (…) estratégica e reveladora, por si só, de uma concepção de política externa diferente, em que o relacionamento com as (antigas) colónias deixa de ser encarado como de tutela, domínio ou exploração, para assumir um estatuto de igualdade".[511] Também se dizia que a ideia da criação de outra Secretaria de Estado no Ministério seria, precisamente, para retirar protagonismo à dos Negócios Estrangeiros que continuava tutelada por Jorge Campinos, ex-secretário de Estado do anterior ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares.

A sua duração foi efémera, durou até final de julho desse ano de 1975, mas teve a oportunidade de fazer algum acompanhamento das negociações do contencioso.

Por carência de meios humanos e materiais apoiava-se no Gabinete Coordenador para a Cooperação para ser o epicentro coordenador de todas as negociações em curso com as ex-colónias.

2.2.2.1. Comissão Coordenadora das Negociações nos Domínios Económico e Financeiro com os Novos Estados de Língua Portuguesa.

Pensando nas negociações que se começavam a perspetivar com os novos Estados de Língua Portuguesa, o Ministro das Finanças deu conta da necessidade de coordenar as posições das diversas áreas envolvidas e propôs à Comissão Nacional de Descolonização, a criação de uma Comissão de Coordenação de Negociações nos Domínios Económico e Financeiro. Paralelamente, o Alto-comissário em Moçambique, como já foi referido, no capítulo do contencioso, propusera a criação de uma Comissão de Cúpula ao Primeiro-

[509] D. G., 1ª S., nº 72, 2º Supl., de 26 de março de 1975, em Anexo IV.

[510] Recorde-se que Jorge Sampaio havia sido convidado por Mário Soares para o lugar de primeiro embaixador de Portugal no pós 25 de Abril, mas Spínola recusou. Depois disso é convidado ainda por Soares para uma Missão especial às Nações Unidas, conjuntamente com o engenheiro João Cravinho, para demonstrar o empenho português na autodeterminação e obter, assim, o apoio internacional.

[511] José Pedro Castanheira, *Jorge Sampaio - Uma Biografia, História de uma Geração*, vol. I, *op. cit.*, p.505.

ministro que, em conjunto com a Frelimo, viesse a constituir a Comissão Mista prevista no Acordo de Lusaca.

Acabou por ser aprovada a ideia do Ministro das Finanças. Assim, através do despacho do Conselho de Ministros de 23/6/75, foi criada uma Comissão Coordenadora das Negociações nos Domínios Económico e Financeiro com os Novos Estados de Língua Portuguesa[512], subordinada ao Ministério das Finanças.

Nesta Comissão tinham assento os representantes ministeriais, conforme as matérias em análise, bem como representantes das empresas públicas ou nacionalizadas que tinham ou tiveram interesses nos territórios. As nomeações ficaram a cargo do secretário de Estado da Cooperação Externa e do seu homólogo das Finanças, a quem competiria o acompanhamento político da matéria em apreço.

Passado apenas meio ano, já na vigência do VI Governo, concluiu-se que a natureza e a complexidade das questões, a necessidade de salvaguardar, tanto quanto possível, os interesses públicos e privados decorrentes dos processos de nacionalização ou expropriação careciam de um tratamento mais adequado e de uma estrutura e meios capazes de sustentar aquelas tarefas e, simultaneamente, de assegurar a promoção e o desenvolvimento de ações de assistência técnica e de cooperação, em áreas de interesse mútuo.

As independências eram já uma realidade em todos os territórios e, por isso, sentia-se a necessidade de responder aos pedidos que iam surgindo, sem esquecer os interesses que era preciso acautelar. Esta foi a razão pela qual nasceu o Instituto da Cooperação Económica e foi extinta a Comissão Coordenadora,[513] inserindo-se nas estruturas da Secretaria de Estado da Cooperação, no âmbito do Ministério da Cooperação. Instalava-se assim a confusão entre cooperação e contencioso.

2.2.3. Ministério da Cooperação

Pela importância de que se reveste para este estudo a criação do único Ministério existente, até hoje, na área da Cooperação, e à falta de outros elementos, tentou-se averiguar os motivos da sua criação e confrontaram-se as versões possíveis de apurar sobre o assunto.

[512] D. G., 1ª S., 3º Supl., nº 143 de 24 de junho de 1975, no Anexo IV.
[513] AHD - Gabinete do Ministro, Despachos de S.E. o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 1978-1979, Despacho de 7/02/79.

Quando entrevistado para este estudo, o Almirante Vítor Crespo relatou a forma como surgiu o Ministério, que inicialmente nem constava do Programa do Governo. O processo que desencadeou a sua criação foi posterior e, por isso, ele só tomou posse alguns dias depois dos outros membros do executivo, ficando instalado em São Bento.

Independentemente da incoerência das versões encontradas para justificar o aparecimento deste Ministério, de que se dá conta no capítulo dedicado àquele "militar de Abril", pode-se asseverar que ele resultou de vários fatores: a vontade do Presidente Costa Gomes em ver Vítor Crespo no Governo, um homem que respeitava e admirava; a pressão exercida pelo seu amigo Melo Antunes para que fosse mais um elemento do Grupo dos Nove a integrar o Governo; porque o Ministério da Cooperação, passada a conflitualidade ideológica que marcou o Governo anterior, consubstanciava a visão do referido Grupo, vindo, de certa forma, orientar a política externa do VI Governo.

O novo Ministério da Cooperação surgiu com o Dec. Lei nº 532-A/75 de 25 de setembro[514] e integrou, desde logo, o GCC, já que, apesar das naturais limitações, era a instituição que garantia a cooperação. O Ministério abrangia duas Secretarias de Estado, ambas tuteladas por militares do mesmo ramo do Ministro: a já existente Secretaria de Estado da Descolonização, chefiada pelo Capitão-tenente João Cristóvão Moreira, que deixava de estar afeta ao Primeiro-ministro; e a nova Secretaria de Estado da Cooperação, chefiada por outro oficial da Armada, o Comandante Gomes Mota, homem igualmente próximo dos Nove. Segundo a sua Lei Orgânica, surgida seis meses depois através do Dec. Lei nº 197/76 de 18 de março,[515] o objetivo central do Ministério era executar a política de cooperação, a cargo da Secretaria de Estado da Cooperação.

Perante os dados da investigação e do conteúdo da entrevista, pode concluir-se que, embora existisse um Ministério com o nome de Cooperação, a maior parte do seu labor centrou-se no contencioso e na negociação dos Acordos. Vítor Crespo considerou que o trabalho desenvolvido incidiu mais no estabelecimento de acordos do que na sua concretização.

Foi, seguramente, o Governo que mais acordos de cooperação negociou, num total de trinta e seis, o que se deve ao sucesso das diversas negociações que levou a cabo com Cabo Verde, Guiné e São Tomé, antecessoras das comissões mistas e que possibilitaram encerrar o contencioso com os três pequenos novos países, em escassos dez meses de exercício de funções.

[514] D. G., 1ª S., nº 222, 2º Supl., de 25 de setembro de 1975.
[515] D. G., 1ª S., nº 66 de 18 de março de 1976.

As razões que levaram à extinção deste Ministério, que não sobreviveu para além do Governo que o criou, prendem-se, com a sobreposição de tarefas entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério da Cooperação, de certa forma conflituantes, para além de que, segundo afirmou Vítor Crespo, "no essencial havia uma razão fortíssima para passar essa matéria para o MNE, e que era a existência de alguma sensibilidade dos novos países para tratarem os seus assuntos com um ministério que não fosse o MNE. O que verificámos. Tanto assim que, em geral, as delegações passavam pelo MNE antes de irem à Cooperação, isto é, por razões políticas, meramente políticas". Ou seja, para os parceiros africanos, destinatários da cooperação portuguesa, era preferível que a matéria estivesse inserida no contexto mais vasto de um relacionamento entre iguais, melhor representada pela política externa do que por uma política de cooperação.[516] Na altura comentava-se o caso do Governo de Angola que, no período de relações tensas com Portugal, várias vezes se queixava da existência de um Ministério neocolonialista como interlocutor para a Cooperação.

2.2.3.1. Comissão Interministerial para a Cooperação

Como órgão de apoio à cooperação, junto do Ministro da Cooperação, tinha ficado decidida a criação de uma Comissão Interministerial para a Cooperação.[517] Seria constituída por representantes do MNE e dos departamentos governamentais ligados ao planeamento e execução de ações e programas de cooperação, por forma a assegurar uma desejada coordenação entre todos.

2.2.3.2. Conselho Consultivo para a Cooperação

De igual forma ficara prevista a criação de um Conselho Consultivo para a Cooperação,[518] para apoio do ministro, composto pelo secretário-geral e pelos diretores gerais do Ministério, pelo Presidente do ICE e do Instituto para a Cooperação Científica e Tecnológica (ICCT) e outras individualidades expressamente convidadas, em razão da especificidade da matéria.

[516] Entrevista concedida ao autor no Clube Naval, em Lisboa, a 14 de julho de 2011.
[517] D.G.,1ª S., nº 66 de 18 de março de 1976.
[518] D.G.,1ª S., nº 66 de 18 de março de 1976.

Estas duas estruturas acabaram por não ter funcionalidade, pois o acompanhamento específico das matérias da Cooperação, cabia ao secretário de Estado, Gomes Mota e ele demitiu-se por alturas da publicação desta lei. Embora o ministro avocasse esta área e não o substituísse, estava-se a escassos meses do fim do VI Governo Provisório, o que ocorreu em julho de 1976, logo, não se justificavam grandes alterações.

2.2.3.3. Secretaria de Estado da Cooperação

Esta Secretaria de Estado tinha sido criada como parte integrante do Ministério da Cooperação aquando da sua criação através do Dec. Lei nº 532-A/75 de 25 de setembro. Não existindo quadros para assegurarem o seu normal funcionamento até à publicação do diploma orgânico, foi decidido incorporar serviços e organismos com grande experiência em questões africanas, serviços provenientes do extinto Ministério da Coordenação Interterritorial que, por sua vez, os tinha integrado na sequência da extinção do Ministério do Ultramar. Em conformidade, por despacho do Primeiro-ministro de 27 de outubro de 1975,[519] foram colocadas na sua dependência a Direcção Geral de Economia, Inspecção Geral de Minas, Gabinete de Planeamento e Integração Económica, Gabinete do Plano do Zambeze, [520] Gabinete do Plano do Cunene[521], Junta de Investigações Científicas do Ultramar e, também, o Gabinete Coordenador para a Cooperação, principal e único organismo até então criado especificamente para acompanhar a cooperação.

O diploma orgânico do Ministério foi aprovado seis meses depois da sua criação, pelo Dec. Lei nº 197/76 de 18 de março. Para compreender a sua natureza basta ler esta transcrição: "é naturalmente na Secretaria de Estado da Cooperação que se centra o objectivo principal do Ministério, ao qual cabe assegurar a execução da política de cooperação definida pelo Governo". Nesta data já fora previsto o novo desenho institucional em que assentaria a futura política de cooperação. Por isso, naquele diploma ficaram definidos os departamentos que a constituiriam: Direção Geral para a Cooperação, Instituto para a Cooperação Económica, Instituto para a Cooperação Científica e Tecnológica e o Centro de Informação e Documentação.

[519] D. G., 1ª S., nº 259 de 27 de outubro de 1975.
[520] O Gabinete do Plano do Zambeze foi transferido para o Governo de Transição de Moçambique pelo Dec. Lei nº 276 – B/75 de 4 de junho.
[521] O Gabinete do Plano do Cunene foi transferido para o Estado de Angola pelo Dec. Lei nº 602/75 de 29 de outubro.

No artigo 19º ficava estabelecido que, até 30 de junho de 1976, seriam extintos: Direcção Geral de Economia, Inspecção Geral de Minas, Gabinete de Planeamento e Integração Económica, Gabinete do Plano do Zambeze, Junta de Investigações Científicas do Ultramar e também o Gabinete Coordenador para a Cooperação.

Esta decisão tinha uma explicação lógica, como explicou o antigo ministro Vítor Crespo: pela dificuldade e especificidade de lidar com o contencioso, mas sobretudo, porque era preciso capitalizar o fracasso dos cooperantes de Leste no apoio aos novos países africanos e responder, urgentemente, com a capacidade da assistência técnica portuguesa aos pedidos que alguns governantes já começavam a formular. O secretário de Estado da Cooperação solicitou um projeto de diploma a alguns especialistas, que rapidamente o elaboraram e o entregaram. [522]

Coube, assim, ao secretário de Estado da Cooperação, José de Magalhães Saldanha Gomes Mota, ao Ministro das Finanças, Francisco de Almeida Salgado Zenha, e ao secretário de Estado dos Investimentos Públicos, engenheiro António de Sousa Gomes, o esforço que conduziu ao surgimento do ICE, numa parceria entre os Ministérios da Cooperação e das Finanças que, como dizia Vítor Crespo, era quem tinha dinheiro para fazer a cooperação.

A criação da Direção Geral para a Cooperação derivava da necessidade de manter a prestação da tradicional ajuda e assistência que o GCC vinha coordenando, mas, de uma forma mais estruturada, mais capaz e mais organizada, beneficiando da integração do GCC, organismo que desde o início assegurava a missão da cooperação.

Quanto ao Instituto para a Cooperação Científica e Tecnológica, tratava-se de aproveitar a excelência dos recursos humanos e patrimoniais que, em algumas áreas, eram, reconhecidamente, do melhor que havia a nível mundial.

[522] Segundo Vítor Crespo, o projeto de diploma que criou a Comissão Instaladora do ICE, resultou de vários contributos. Mas, na versão de Costa Oliveira, que veio a ser um dos membros iniciais da Comissão Instaladora, a origem deste organismo foi diferente. O então secretário de Estado da Cooperação Gomes Mota, ter-lhe-á confidenciado que os novos Estados não se entendiam com os organismos de cooperação do Leste (e com os seus cooperantes, que tinham entrado em força nos PALOP) e estavam a pedir apoio a Portugal. Gomes Mota, que tinha sido seu antigo aluno na Universidade, pediu-lhe então um diploma urgente para criar um organismo de cooperação económica que fosse ao encontro destas necessidades. O projeto foi então elaborado em oito dias e rapidamente apresentado ao Conselho de Ministros para aprovação. Dependia de dois ministérios, o da Cooperação e o das Finanças, pois das Finanças, Salgado Zenha, só daria a verba se tivesse nele algum controlo.

2.2.3.3.1. Instituto para a Cooperação Económica / "A Fase Instaladora"

O Instituto para a Cooperação Económica surgiu com o Dec. Lei nº 97-A/76 de 31 de janeiro,[523] só com autonomia administrativa e a dupla tutela do Ministério das Finanças e do Ministério da Cooperação,[524] a quem competia o despacho corrente. Tratava-se, oficialmente, de "um organismo de apoio técnico-administrativo para as negociações e para a cooperação, nos domínios económico e financeiro, com os antigos territórios sob administração portuguesa", mas que poderia vir a alargar as suas atribuições a outros países estrangeiros.

Na realidade, numa fase em que ainda se acreditava na possibilidade de negociar o contencioso, salvaguardando os interesses de Portugal e dos portugueses, pretendeu-se criar um organismo que prestasse apoio técnico ao Governo para a área económica e financeira e apoio às negociações, em torno da salvaguarda dos interesses portugueses públicos e privados, incidindo, sobretudo: na banca, nos seguros, nos grupos financeiros e nos grandes empreendimentos que decorriam das nacionalizações nas antigas colónias.

Num apontamento elaborado no ICE por esta altura,[525] fazia-se um extenso apanhado, a título exemplificativo, das empresas onde o Estado Português tinha posição acionista direta ou indiretamente, onde dera algum tipo de garantia, inclusivamente até através das instituições de crédito nacionalizado. Era um estudo que apenas contemplava as empresas de Moçambique e Angola, sendo que, só neste caso, eram mais de setenta e contemplavam praticamente, todas as grandes empresas ali existentes.[526]

Com isto, desejavam mostrar como seria importante o seu papel na coordenação à gestão das participações do Estado, para além do apoio à gestão dos interesses privados. Ao mesmo tempo, pediam que, em conformidade com o nº 2 do artigo 3º do diploma que criou o ICE, se alargasse desde logo o seu âmbito para além dos Países de Expressão Portuguesa, sob pena de "a curto prazo ser apodado de instrumento neocolonialista ao serviço das autoridades portuguesas".

[523] D. G., 1ª S., nº 26, de 31 de janeiro de 1976. Em Anexo IV.
[524] Segundo Costa Oliveira, o Estado Português por força dos interesses/participações que mantinha em Bancos e Empresas nos Territórios Ultramarinos pensou durante algum tempo, criar uma Sociedade Anónima de Capitais Públicos para gerir as participações do Estado, mas acabaram por decidir-se pela criação de um Instituto Público.
[525] Arquivo da Cooperação, 08.06.10, Moçambique, Preparação das Negociações I, janeiro de 1978 "ICE – O seu papel na coordenação da gestão das participações do Estado Português", 02/05/1977.
[526] Posteriormente num documento igualmente do ICE, são dados mais alguns esclarecimentos relativos aos dados já fornecidos anteriormente. AHD-PAA 63, 944,9. "Informação constante da Comunicação do Instituto para a Cooperação Económica de 2 de maio de 1977".

Perante as perspetivas que se desenhavam para a cooperação técnica e económica, enquanto o já existente Gabinete Coordenador para a Cooperação, como atrás foi referido, não conseguia instalações próprias e adequadas ao exercício das suas funções, o novo Organismo era autorizado a alugar instalações na Avenida da Liberdade e na Avenida Rodrigues Sampaio em Lisboa.

Face à nova realidade institucional, racionalizou-se o anterior aparelho, extinguindo a Comissão de Coordenação das Negociações no Domínio Económico e Financeiro com os Novos Estados de Língua Portuguesa, o Núcleo dos Problemas Empresariais (do Ministério da Coordenação Interterritorial) e ainda o Núcleo de Inspeção de Administração (da Direção Geral de Economia da Secretaria de Estado da Cooperação).

Nos termos do artigo 12º do citado Dec. Lei, estabelecia-se um prazo de noventa dias para fixar o quadro de pessoal do Instituto, por portaria conjunta dos Ministros da Administração Interna, das Finanças e da Cooperação; o nº1, do artigo14º deu origem a uma Comissão Instaladora para gerir o Instituto, presidida por José de Almeida Serra (ex-secretário de Estado das Finanças), e integrando ainda Costa Oliveira, Brás Teixeira, Correia Pinto e António Martins. A Portaria com o pessoal não foi criada no tempo previsto. Para tal demora, muito contribuiu o veto da Secretaria de Estado da Administração Pública que não aceitou a orgânica prevista, com um quadro de pessoal pouco consentâneo com as normas vigentes. Isto apesar dos seus dirigentes terem invocado o facto de poder ser um organismo inovador, quer pela natureza quer pelas funções que teriam de desempenhar. Assim, foi necessário requisitar pessoal, em conformidade com o ponto nº 5 do artigo 10, nos termos do Decreto-Lei n.º 719/74 de 18 de dezembro e legislação complementar.

Com a integração no Ministério dos Negócios Estrangeiros, a Comissão Instaladora foi emagrecendo, por vicissitudes várias, das quais, a mais notória, consistiu na marginalização a que começara a ser votada.[527] Apesar de tudo, o ICE conseguiu manter-se e sobreviveria,[528] graças ao empenho dos elementos restantes da sua Comissão, Costa Oliveira e Correia Pinto. [529]

[527] Logo no I Governo Constitucional, (governo imediatamente seguinte à sua criação) chegou a estar prevista a sua reconversão em Instituto para a Gestão do Património Externo.
[528] A 2ª Fase do ICE será abordada em 2.2.4.3.1, *infra.*
[529] Segundo Costa Oliveira, no 1º Governo Constitucional houve um conflito entre o ministro Medeiros Ferreira e os dirigentes António Martins e Almeida e Serra, por causa do GCC, acabando estes por se demitirem e regressar aos quadros a que pertenciam. Posteriormente também saiu Brás Teixeira que foi convidado para secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros. Ficaram apenas os dois elementos restantes.

2.2.3.3.2. Direção Geral para a Cooperação

Como se viu o Dec. Lei nº 197/76 de 18 de março[530] previa a extinção do Gabinete Coordenador da Cooperação e aprovava a Lei Orgânica do Ministério da Cooperação criando, na Secretaria de Estado da Cooperação, uma Direcção Geral para a Cooperação. Definiram-se, desde logo, as atribuições, mas remeteram-se para um diploma posterior a organização dos serviços, o regime do pessoal e as formas de provimento.

A esta Direção Geral deveria competir a preparação das negociações e dos acordos sobre cooperação, o planeamento e a coordenação dos programas, projetos e ações de cooperação e prestar o apoio administrativo necessário aos cooperantes.

Note-se que um memorando do GCC de 5 de agosto de 1976[531], apresentado ao novo ministro Medeiros Ferreira, mostrava que, afinal, esta Direção Geral resultaria da transformação do Gabinete Coordenador, conforme o projeto de decreto regulamentar que vinha como anexo 6 a este Memorando.

A ideia não chegou a ver a luz do dia, porque o processo não foi concluído atempadamente e a filosofia adotada pelo novo Governo não a contemplava.

2.2.3.3.3. Instituto para a Cooperação Científica e Tecnológica

Por fim, o Instituto para a Cooperação Científica e Tecnológica era responsável por cooperar com outras instituições nacionais: na investigação científica e técnica, no sentido de procurar solução para os problemas ligados ao desenvolvimento das áreas tropicais, em particular para os novos Estados de expressão portuguesa; preparar os cooperantes para a execução das ações acordadas, bem como receber e formar os estagiários principalmente os das ex-colónias; colaborar com organismos internacionais ou de outros Estados e em especial os de expressão portuguesa, no estudo e procura de soluções para questões desta natureza.

[530] Em anexo IV.
[531] Arquivo da Cooperação, 01.01/09, Gabinete Coordenador para a Cooperação, "Memorando", 6 de agosto de 1976.

2.2.4. Ministério dos Negócios Estrangeiros

Em reunião de Conselho de Ministros do I Governo Constitucional, deliberou-se a extinção do Ministério da Cooperação e respetivas Secretarias de Estado.[532] No Ministério dos Negócios Estrangeiros deviam ser integrados o Gabinete Coordenador para a Cooperação, o Instituto para a Cooperação Económica e os restantes serviços ligados à Cooperação provenientes da extinta Secretaria de Estado da Cooperação.[533]

No MNE extinguiu-se a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e surgiu, em seu lugar, a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração.

A reforma institucional de um sistema herdado do tempo colonial, tinha sido aprovada pelo Governo anterior. Mas, quer o novo Primeiro-ministro Mário Soares, quer o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros Medeiros Ferreira, não se reviam no projeto. Assim, não é de estranhar que este último, acabado de chegar ao Ministério, procurasse, de imediato, racionalizar as estruturas herdadas, optando por não aproveitar o que os seus antecessores haviam idealizado.

Aquele ministro acabou por estar em funções entre 23 de julho de 1976 e 11 de outubro de 1977, mostrando vontade e muita iniciativa, mas sem resultados concretos, dado que o excesso de voluntarismo aportou ainda mais confusão.

Pouco mais de uma semana após a tomada de posse, o chefe de gabinete Eduardo Paz Ferreira, por ofício enviado aos serviços a 3 de agosto de 1976, dava conta do despacho ministerial de 30 de julho, conferindo ao diplomata Fernando Reino as competências e poderes necessários à reestruturação do ministério e organização da área da cooperação internacional no MNE.

Caberia ao antigo diretor do Gabinete Coordenador para a Cooperação apresentar uma solução para o problema. O embaixador Paulo Ennes, na altura diretor geral adjunto no MNE, recorda a forma como o assunto foi tratado:

"O Dr. Medeiros Ferreira chamou todos os Diretores Gerais e Diretores Gerais Adjuntos para discutir esse tema. O Fernando Reino apresentou um esquema de coordenação que eu, francamente não me recordo bem qual era, mas era uma coisa muito complicada em que os vários organismos despachavam com vários Diretores Gerais, segundo se tratassem de questões políticas ou económicas (…) o esquema do

[532] Dec. Lei nº 683-A/76 de 10 de setembro.
[533] *Vide* os esclarecimentos do embaixador Leite Cruz da MIOC sobre o assunto. Arquivo da Cooperação/DGC, 01.01.11.

Fernando Reino não foi aprovado e foi aprovada uma sugestão muito mais simples apresentada pelo embaixador Humberto Morgado,[534] que era o Diretor Geral dos Serviços Centrais".[535]

A proposta de Fernando Reino acabou por não colher a simpatia do coletivo e o ministro não lhe deu seguimento.[536] Nela se propunha a criação de uma Direção Geral da Cooperação Internacional, no contexto de uma reestruturação mais vasta do próprio MNE, há tanto tempo aguardada, para que este ministério, por norma tão conservador, se pudesse adaptar aos novos tempos vividos em Portugal.

Independentemente da solução adoptada, aquele diplomata via agora institucionalizada a hipótese que tanto ambicionou quando dirigiu o Gabinete Coordenador para a Cooperação, ou seja, a integração deste organismo, em particular, e da Cooperação, em geral, no âmbito do MNE.

Recorde-se que ele se tinha batido contra a ideia da inserção e mesmo controle do MCI sobre o GCC. Chegou a elaborar um diploma, para aprovação do Governo, que pretendia a integração na Secretaria de Estado da Cooperação Externa, do MNE, da qual era nessa altura o braço executivo, mas a queda do Governo gorou essa hipótese. Em setembro de 1975, o Gabinete tinha sido incluído no Ministério da Cooperação, ainda a contragosto dos seus propósitos.

Na informação com a proposta solicitada pelo ministro mostrava-se fortemente crítico quanto à criação de um ministério sem estruturas à altura, em lugar de aproveitar os recursos existentes no MNE e noutros ministérios, para além dos pressupostos da sua atuação radicarem, em sua opinião, numa política terceiro-mundista anacrónica. Esta era uma ideia certamente compatível com a posição expressa pelo seu Ministro. Analisando a proposta em pormenor sobressaem, desde logo, a sua complexidade e dimensão.

Dentro da reestruturação, interna, deveria ser retirada da Direção Geral dos Negócios Políticos a vertente da Cultura Externa, que passaria para competência da nova Direção Geral e a coordenaria com a Secretaria de Estado da Cultura e com o Ministério da Educação e Investigação Científica e, logicamente, o Instituto de Alta Cultura.

Outra modificação passaria pela criação de um departamento que se ocupasse das questões políticas e económicas nas relações com os novos Estados, evitando-se a divisão de responsabilidades pelas duas grandes Direções Gerais do MNE: Assuntos Políticos e Assuntos Económicos.

---

[534] Não foi encontrada no Arquivo.
[535] Entrevista concedida ao autor no seu escritório em Lisboa a 20/05/2013.
[536] Arquivo da Cooperação, DGC, 01.01.11, Fernando Reino, "Informação de serviço", 4 de agosto de 1976.

A área da Investigação Científica era considerada muito importante e propunha-se um melhor aproveitamento do Instituto para a Cooperação Científica e Tecnológica (ICCT), para uma relação mais profícua com os países em vias de desenvolvimento, em particular as ex-colónias. Neste domínio, voltava a chamar a atenção sob uma proposta feita, em 19 de maio, à Comissão Nacional de Descolonização para a criação de uma Comissão Nacional com figuras reputadas, que pudessem dar outro enquadramento e aproveitamento aos organismos nesta área, tendo em vista o seu potencial para a cooperação com os países africanos.

Para além da Junta de Investigações Científicas do Ultramar / ICCT, propunha o aproveitamento do Hospital Egas Moniz, do Instituto de Medicina Tropical, do Centro de Doenças do Cafeeiro, entre outros. Sugeria, também, a transferência de todos os assuntos ligados à cooperação técnica e científica, quer bilateral quer multilateral, enquanto doador e recetor. Para este fim seria necessário criar um Grupo de Trabalho *ad hoc*, de nível elevado, que integrasse várias repartições do MNE e o Chefe de Seção do Pacto do Atlântico. No final far-se-ia a coordenação apropriada com os Departamentos Nacionais externos ao Ministério.

Uma das ideias apresentadas na proposta já visava reestruturar o ICE, de modo a ficar na dependência conjunta do MNE e das Finanças e ser dirigido por uma personalidade política, dado o caráter eminentemente político das negociações, o que era assumido pelas delegações africanas. Recorde-se que Fernando Reino, inicialmente, chegou a fazer parte das delegações portuguesas. A proposta previa sempre o acompanhamento das negociações por parte das Direções Gerais dos Negócios Económicos e da nova Direção Geral da Cooperação Internacional. Neste capítulo residia uma importante inovação que passava por cingir o ICE às negociações económicas e financeiras, dissociando-o da "problemática da participação do Estado Português e da gestão de quaisquer interesses de caráter económico e financeiro que entidades públicas ou privadas detenham nos novos Estados". Para isso, deveria criar-se um organismo apropriado no âmbito do Ministério das Finanças.

Estava também prevista a criação de um Serviço Nacional do Recrutamento, cuja missão seria coordenar as candidaturas a lugares a nível nacional e internacional no setor da cooperação e assistência técnica.

Para o fim reservou a parte administrativa e orçamental, mostrando que os pagamentos resultantes de compromissos assumidos e a assumir, no campo da

cooperação, exigiriam certa autonomia administrativa e, se possível, financeira, pois no seio do MNE já existiam vários organismos com autonomia administrativa.

Como disse o embaixador Paulo Ennes na sua entrevista - na altura era subdiretor no MNE, observador atento e interessado nestas questões - a proposta era demasiado confusa e acabou por gerar anticorpos internos, levando o ministro a procurar um modelo alternativo.

Como, no imediato, havia que neutralizar o previsível impacto provocado pela inserção no MNE dos organismos da extinta Secretaria de Estado da Cooperação, Medeiros Ferreira decidiu-se então pela criação de uma nova estrutura, como foi referido quando da abordadem do papel do GCC, que fosse capaz de coordenar todos os organismos herdados do antigo Ministério da Cooperação.

2.2.4.1. Missão Integradora dos Organismos da Cooperação

Por Despacho de 1 de setembro de 1976, Medeiros Ferreira nomeou o embaixador António de Almeida Leite Cruz como chefe de Missão, pedindo-lhe que apresentasse uma proposta de reestruturação do setor. O mesmo despacho designava José Mattos Parreira (que iria ser nomeado no dia quinze desse mês) diretor do Gabinete Coordenador para a Cooperação como elo de ligação entre Leite Cruz e o ministro, a quem reportava os assuntos correntes.

Se a ideia era boa, não foi consequente, pois a MIOC arrastou-se no tempo, acabando por se tornar num organismo paralelo de cooperação. A confusão era enorme e várias vezes surgiu o choque de competências,[537] nomeadamente quando Leite Cruz, designado pelo ministro Sá Machado, integrou as negociações chefiadas por Jorge Sampaio sobre o contencioso em Moçambique, em vez do diretor do Gabinete Coordenador, como normalmente acontecia. Desta forma se perdeu o projeto do ministro Medeiros Ferreira num emaranhado de choques de competências e de propostas que lhe faziam chegar e que só complicaram a decisão final.

Assim se foi perpetuando a MIOC, entre o I e o IV Governo Constitucional, enquanto se continuava a debater a sua necessária reestruturação. Foi o ministro dos Negócios Estrangeiros do IV Governo, Freitas Cruz que, conhecedor de toda aquela realidade enquanto diplomata, se decidiu pela extinção do MIOC, através do despacho de

[537] Como se viu aprofundadamente em 2.2.1, a propósito do GCC, desta iniciativa resultou enorme conflitualidade interna e nada de positivo veio acrescentar, para o objetivo em vista quando da sua criação.

7 de fevereiro de 1979. A partir dessa altura, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros ficava a dar despacho aos organismos herdados do antigo Ministério da Cooperação, até que se aprazasse a reestruturação.

Para compreender o problema em que Medeiros Ferreira se deixou enredar e que acabou por transitar para os ministros seguintes, vejamos a cronologia das propostas que, a seu pedido, lhe foram entregues:

1ªEnquanto o responsável pela MIOC cumpria a missão de coordenar os organismos ligados à cooperação e propor um modelo integrador, Pedro Cabral de Moncada, responsável pela Inspeção Geral de Minas, um dos organismos que transitaram do Ministério da Cooperação e um dos mais importantes do antigo Ministério do Ultramar, elaborou, em 21 de novembro de 1976, o Parecer nº 5/76, onde plasmou a sua visão sobre o âmbito e os objetivos da cooperação.

O ministro apreciou de tal forma o exposto por Cabral Moncada, que o enviou em missão de serviço à Bélgica, França e Republica Federal da Alemanha (RFA), com o objetivo de elaborar um estudo sobre as estruturas de cooperação com o terceiro mundo, existentes naqueles países.

A missão decorreu entre 9 e 29 de janeiro de 1977 e deu origem a um longo Relatório com setenta e três páginas, entregue em 26/2/1977, quase um mês depois do regresso.[538]

2ª: Na sequência desse Relatório, e por despacho do ministro, de 14 de abril de 1977, o diretor do GCC foi encarregue de apresentar, com carater de urgência, um projeto de diploma que criasse a futura estrutura única da cooperação, contando para o efeito com a colaboração dos outros responsáveis dos organismos afetos à cooperação e que ali tinham sido integrados, O mesmo despacho indicava que a questão da cooperação empresarial, apesar do seu elevado interesse, deveria ser ponderada numa segunda fase. Na primeira semana de maio de 1977, o conselheiro Mattos Parreira, entregava ao ministro a proposta que visava a criação de um Instituto para a Cooperação na sua dependência direta.

3ª: Em 26 de julho desse ano, o mesmo ministro, desejando conhecer outras ideias sobre o assunto e tendo já em vista a futura criação de uma Secretaria de Estado de âmbito alargado, proferia um novo despacho. Solicitava, desta vez, ao embaixador de nomeação política Mário Viçoso Neves, que, independentemente das competências

[538] Arquivo da Cooperação, 01.01/10, Missão à Alemanha Federal, Bélgica e França para estudo de assuntos relacionados com a Cooperação entre 9 e 29/1/77, Política Norte-Sul, Lisboa, 26/2/77.

atribuídas por despacho anterior ao embaixador Leite Cruz e a Mattos Parreira, deveria proceder ao estudo das questões decorrentes da descolonização e da cooperação em geral.

O embaixador Mário Neves redigiu um memorando, onde fazia uma extensa análise de um tema que, como mencionou, "envolve o futuro de Portugal". [539]

Começava por dar conta da enorme dificuldade em "fazer um juízo conclusivo" sobre a matéria, dada a "vastidão, a complexidade e a dispersão" do material necessário. Esta explicação pode resumir o estado a que se tinha chegado, no contexto da nova realidade da cooperação em que Portugal se achava envolvido, e que não trazia proveitos a ninguém.

Justificava com "diplomas de vária índole, alguns criando organismos em sobreposição de outros que não chegaram a dispor de tempo para prestar provas da sua capacidade, informações parciais ou exaustivas acerca da cooperação em geral ou de certos aspetos peculiares, projetos sem apreciação oportuna dimanados de diferentes origens, eis uma densa floresta de documentação em que não foi fácil penetrar".

Para o ministro não incorrer nos mesmos erros, sugeria que se começasse por definir uma política e os meios adequados aos objetivos a atingir e, só depois, a natureza do organismo a criar, âmbito de atuação e dependência funcional. Sobre este assunto haveria que ponderar as hipóteses que, entretanto, se apresentavam: um "organismo superior que se ocupasse de todos os aspectos que podem ser abarcados pela cooperação"; um "organismo na Presidência do Conselho", ou "um organismo coordenador, com poderes executivos em diversos sectores, no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros".[540] Acabou por manifestar a sua preferência da seguinte forma: "sendo, efectivamente a cooperação um conjunto de acções de carácter externo, não parece restarem dúvidas de que o lugar mais próprio para localizar o organismo em questão será o Ministério dos Negócios Estrangeiros". Era cirúrgico na apreciação e considerando que pelo facto do organismo necessitar de certa amplitude e autonomia, dada a natureza específica das suas múltiplas competências, "acabou por admitir não se rever numa Direcção Geral e seria melhor uma Secretaria de Estado, mas preferiria que fosse antes um Secretariado".

[539] Arquivo da Cooperação, DGC, 01.01.11 "Questões Decorrentes da Descolonização e Problemas da Cooperação".

[540] Depois de extinta a Secretaria de Estado da Cooperação por este Governo, só no âmbito do VIII Governo Constitucional, em 1981, foi considerada a necessidade de dotar esta importante política com a dignidade de uma Secretaria de Estado. Desde aí, e até hoje, nunca mais deixou de existir, com esta ou outra designação.

Mais uma alternativa que aportava novas dificuldades à decisão do ministro, que se inclinava para a Secretaria de Estado. Para concluir, o embaixador apelava ao ministro para uma decisão rápida, pois a demora ou indecisão poderiam sair caras a Portugal, comprometendo o futuro do relacionamento com as ex-colónias. Estas, apesar de se voltarem a aproximar, quer pelas afinidades ainda existentes, quer para fugir a "tutelas perigosas", poderiam acabar por aceitar as ofertas de outros países que agressivamente se atravessam no caminho de Portugal, desde o Brasil, à Itália, à Alemanha e, sobretudo, à França que procurava liderar a cooperação Norte – Sul.

4ª: O embaixador Leite Cruz, chefe da MIOC, conforme lhe fora pedido, também elaborou a sua proposta para apresentar ao ministro, mas só ficou concluída no final de 1977. Incluía já um projeto de diploma para criação de uma Secretaria de Estado da Cooperação no MNE, que deveria ser a estrutura integradora das relações com os novos Estados de expressão portuguesa.

Nesse diploma, a Secretaria de Estado seria composta por oito serviços e Gabinetes devidamente articulados entre si. Compreendiam o Gabinete do secretário de Estado, de Informação Científica e Tecnológica e ainda o Gabinete de Promoção e Administração da Cooperação, (réplica do Gabinete Coordenador da Cooperação) a quem ficariam "cabendo as importantes atribuições (e só essas, que chegam suficientemente para o justificar) de promover e administrar a cooperação "assistencial" com os novos países de expressão portuguesa". Isto iria possibilitar a "transição desejável de uma fase de cooperação de sentido predominantemente "assistencial", para uma cooperação que, embora incluindo e continuando a primeira, assume agora o carácter, mais vasto e mais orgânico, resultante da sua inserção definitiva na esfera do MNE, ao qual foi confiada, e sob sua liderança". [541]

Os Serviços seriam os seguintes: Administração Civil, Instituto de Economia e Gestão, Serviço de Consulta Jurídica, Contabilidade e Tesouraria e, por fim, Serviços Culturais e da Comunicação, que teriam uma importante missão de divulgação interna e externa, com a imprescindível articulação entre o MNE e os organismos nacionais responsáveis.

Como o Ministro Medeiros Ferreira saíra em outubro do Governo, a proposta acabou por ser entregue ao seu sucessor, Mário Soares, que acumulou com a chefia do Governo. Na posse da proposta do embaixador Leite Cruz, Soares pediu para este lhe

[541] Arquivo da Cooperação, DGC, 01.01.11, Leite Cruz, Informação de erviço, "Projeto de uma Secretaria de Estado da Cooperação no Ministério dos Negócios Estrangeiros" [s.d.].

apresentar uma outra mais modesta, que se limitasse à criação de uma Direção Geral, em lugar da Secretaria de Estado de Cooperação. Mário Soares mostrava que os assuntos da Cooperação não eram, seguramente, o foco principal da sua política externa.

O repto foi aceite e a proposta acabou por ser entregue ao novo ministro da tutela, do II Governo Constitucional, Vítor de Sá Machado. Este pediu o parecer dos vários serviços do MNE ligados à cooperação, mas encarregou o seu adjunto, Roberto Carneiro, e a Assessoria Jurídica, de cuidar que o projeto fosse complementado, desde logo, com a devida regulamentação, pois não constava da proposta do embaixador.

Os responsáveis pelos serviços da cooperação fizeram-lhe chegar um parecer assinado pelos seus cinco responsáveis, à exceção de Mattos Parreira, o que se compreendia, dado que o parecer remetia para uma proposta enviada no ano anterior, ao então ministro Medeiros Ferreira, assinada pelo próprio Mattos Parreira. Esta proposta, como foi referido, apontava para a criação de um Instituto para a Cooperação com funções executivas, coordenadoras e orientadoras, com poderes adequados ao objetivo da Cooperação, e acrescentava, agora, a ideia de estimular a Cooperação Empresarial e privada. Num dos pontos do parecer afirmava-se:

"é pela via da cooperação, como universalmente entendida, que Portugal pode ultrapassar novamente as suas fronteiras e tirar proveito da experiência colhida e da sua vocação universalista que outos não têm. Terá para tanto que fazer um grande esforço e de dispor de um serviço criador, orientador e executivo de elevada hierarquia e capacidade".[542]

Considerava, também, que o projeto em análise para a criação de uma Direção Geral, carecia "de hierarquia e orgânica, capazes de dar resposta aos objetivos".

O parecer dos dirigentes que o MNE herdara de organismos da estrutura colonial mostrava uma visão sobre a política externa que os diplomatas pareciam hesitar em assumir. Mas esses dirigentes não apoiavam a criação de uma Direção Geral e discordavam absolutamente do facto de o diretor geral e os subdiretores gerais da nova estrutura serem obrigatoriamente escolhidos entre diplomatas.

Porém, num despacho de 18 de agosto de 1978, uma semana antes da queda do governo, a propósito da renovação que tentava implementar para modificar; quer o estilo, quer a própria política externa, o ministro dos Negócios Estrangeiros, garantia que "a essa luz se empreenderam por exemplo os trabalhos de estruturação do sector da cooperação, ora em fase conclusiva e cuja institucionalização fica apenas dependente de adequada

[542] Arquivo da Cooperação, 01.01/10, "Parecer sobre o Projeto de Diploma criando a Direção Geral de Cooperação pedido pela Nota do Gabinete do Ministro de 1.5.78", Nota 98/AT/78, de 8 de Junho de 1978.

decisão política".[543] Não houve tempo para que a proposta fosse levada para aprovação, pois o executivo foi demitido.

A configuração de Direção Geral, proposta pelo embaixador Leite Cruz, na qual o próprio ainda fez pequenas alterações e alguns esclarecimentos[544], acabara por convencer o ministro Sá Machado que, ao sair, deixara o trabalho adiantado. É o que se infere da sua entrevista ao semanário *O Jornal*, ao dizer que "estava praticamente criada" e com o diploma pronto, uma Direção Geral de Cooperação que tinha em vista responder às "necessidades específicas colocadas em termos de cooperação pelos novos países", tendo em conta "as capacidades existentes em Portugal para o exercício desse tipo de cooperação". E acrescentou que, procurava ir mais além da cooperação a que alguns designavam assistencialista, visando "uma cooperação, de natureza empresarial, industrial, técnica, tecnológica, científica, etc, de valor económico muito acentuado".[545]

2.2.4.2. Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração

Depois da análise pormenorizada das propostas de reestruturação que surgiram no MNE a pedido do ministro Medeiros Ferreira, verifica-se que coube ao seu sucessor, Vítor Sá Machado, fazer a escolha do modelo preferido. Estava para muito breve a aprovação da estrutura que iria coordenar, no futuro, a política de cooperação, sob a supervisão do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e a preferência apontava para a criação de uma Direção Geral de Cooperação.[546] No Ministério o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração era, desde Medeiros Ferreira, João Lima.

Com a queda do II Governo Constitucional inicia-se o III Governo, onde a Secretaria de Estado foi entregue ao antigo subdiretor geral dos Negócios Económicos, Paulo Ennes.

O novo executivo tinha uma perspetiva completamente diferente para a resolução da questão da cooperação que há tanto tempo andava a ser burilada.

---

[543][s.a.], "Que política externa para África? "Debate, Mesa redonda com Vítor Crespo, João Lima, F. P. Balsemão, Sá Machado e Aboim Inglês sobre a posição de Portugal face aos novos países de expressão portuguesa, *O Jornal*, nº 180 de 6 de outubro de 1978 Ano IV e nº 181, de 13 de outubro de 1978, pp. 14-16.

[544] Arquivo da Cooperação, DGC, 01.01.11, Leite Cruz, "Alguns esclarecimentos e pequenas alterações", *Missão Integradora dos Organismos da Cooperação,* 20 de abril de 1978.

[545] Mesa redonda atrás referida.

[546] *Vide* a mesa redonda organizada pelo semanário *O Jornal, op. cit.* de 6/10/78 onde Sá Machado, até há relativamente pouco tempo MNE, afirmava que, quando saiu, o diploma estava pronto para criar a DGC e que a esta caberia também a área económica.

O novo ministro dos Negócios Estrangeiros, Carlos Correia Gago, deixou de imediato cair o projeto do seu antecessor. Aquele ministro passou a ter a mesma perspetiva que o seu homólogo das Finanças, José da Silva Lopes, quanto ao modelo e à filosofia da política de cooperação, que ia além da mera questão estrutural e institucional que anteriormente se procurava resolver, centralizando no MNE a condução desta política. Analisando o programa deste governo, no capítulo referente à política externa, aquela ideia não estava presente e apenas registava o empenho em continuar a prosseguir os esforços que vinham sendo desenvolvidos.

A grande viragem começou a fazer-se sentir, sobretudo, ao nível das diretrizes que eram dadas à Diplomacia, a quem era feito um rasgado elogio pela dedicação e competência. Nas novas orientações, pedia-se-lhes que não centrassem o seu trabalho no político, como até aqui, mas sim no económico, em face da grave crise financeira que Portugal atravessava, em consequência do desequilíbrio das trocas comerciais com o exterior. No texto ficavam expressas as potencialidades dos portugueses e das suas empresas, tendo em vista o Brasil, mas também os novos países de expressão portuguesa onde se abria um mundo de oportunidades, fruto de uma língua comum, e onde a cooperação, os empresários e os jovens portugueses, tinham mais capacidade de concorrer do que a cooperação internacional que ali acorria cada vez em maior número.

Reside aqui, eventualmente, a razão para a grande mudança que este governo pretendia impor, ao invés do que se podia inferir do Programa de Governo, onde se lia o desejo de continuar o caminho seguido pelos anteriores.

Por despacho de 20 de novembro de 1978, o secretário de Estado das Finanças decidiu que, em virtude da melhoria que se começava a notar nas relações com Angola e Moçambique, devia ser elaborado um Programa de Cooperação Global com os novos Países de Expressão Portuguesa, nos domínios técnico, económico, financeiro e empresarial. Colocava, porém, duas exigências: tomar em atenção a limitada capacidade financeira e os interesses portugueses envolvidos.

Já no IV Governo, com novo secretário de Estado, dado que o anterior tinha sido substituído dias após o referido despacho, mas ainda antes da aguardada resposta, surgiram algumas ideias compatíveis com a nova orientação, num apontamento elaborado pelo ICE,[547]. Logo na introdução, dizia-se que o ICE tinha funções estatutárias de cooperação nos domínios técnico, económico e empresarial, e que lhe caberiam as ações

[547] Arquivo da Cooperação, 13.04.03/04, [s.a.], Documento do ICE para a Reunião da 2ª Comissão Mista Permanente de Cooperação Luso-Guineense de 27/1 a 3/2/79.

de assistência técnica nos domínios económico e financeiro e de apoio à gestão dos interesses de caráter económico e financeiro de qualquer entidade pública ou privada. Mais à frente, pode ler-se que "é parecer do ICE que a cooperação a desenvolver nos campos integrados na sua competência não poderá ter um carácter doador, antes devendo orientar-se sempre à obtenção imediata ou futura, de uma qualquer contrapartida" e depois, entre as contrapartidas, referia-se "assumir o aspecto - mais vago mas não necessariamente menos rendoso - da obtenção de facilidades comerciais, abertura de novos mercados potenciais ou manutenção dos já existentes (…) dum modo geral, portanto a cooperação a desenvolver através do ICE pode subsumir-se a um conceito genérico de investimento". Pelo exposto, pode dizer-se que o ICE soube ler bem o Programa do Governo e, além disso, encarava já a cooperação não apenas na lógica da ajuda assistencialista, mas também na moderna visão metafórica de uma estrada com dois sentidos, em que ambos podem circular com proveito mútuo.

A resposta ao despacho de 20 de novembro surgiu, finalmente, a 12 de março de 1979, com as linhas mestras do programa que fora solicitado.

A 3 de maio, o secretário de Estado do Tesouro, na Informação de serviço do ICE nº 7/79 de 12/03/1979 que propunha para aprovação da tutela, os futuros Programas de Cooperação nas áreas técnica económica e financeira, com Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe, formulava o despacho nº109/79,[548]onde decidia atribuir ao ICE a responsabilidade sobre a gestão dos recursos necessários, com duas premissas: que os estudos e projetos fossem elaborados por empresas portuguesas e que, na medida do possível, os fornecimentos e obras inerentes à execução das propostas também a eles fossem confiadas.

Do III para o IV Governos Constitucionais começava, finalmente, a surgir, uma visão da cooperação que passava pelo rigor de um programa e sua planificação.

Mas para se perceber o virar de página relativa à importância do ICE, é forçoso referir todo o processo que conduziu à aprovação, em Conselho de Ministros, do Diploma Regulamentar e posterior retenção na Presidência da República.

No III Governo, o ministro das Finanças Silva Lopes e o ministro dos Negócios Estrangeiros Correia Gago, aproveitando as reiteradas preocupações da Comissão Instaladora do ICE que há muito se vinha queixando da ausência de regulamentação, resolveram apresentar um projeto de Dec. Lei, para aprovação em Conselho de Ministros.

[548] Arquivo da Cooperação, 13.04.03/03, Ofício 1812, à Comissão Instaladora do ICE, "Programa de cooperação com as Repúblicas de Cabo Verde, Guiné Bissau e S. Tomé e Príncipe", 4/05/1979.

Visava tornar o ICE no elemento estruturante de toda a política de cooperação, ultrapassando completamente o que vinha a ser debatido no MNE e que, como se viu, privilegiava a criação de uma Direção Geral como elemento fundamental da sua visão integradora da política externa.

Mas este entendimento teve um final imprevisível. Na antevéspera do dia marcado para a discussão em Conselho de Ministros, no aeroporto, o secretário de Estado Paulo Ennes apresentou cumprimentos de despedida ao seu ministro, que seguia viagem integrando a comitiva do Presidente da República ao Reino Unido. Como estivera uma semana fora, Ennes ignorava que nessa altura tinha sido concertado e rapidamente trabalhado o novo diploma, que substituiria a proposta do anterior ministro, de criar uma DGC. Tenha-se presente que o Governo, para o qual fora convidado para secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, estava em funções há menos de três meses. No aeroporto, o ministro pedira-lhe que o substituísse, daí a dois dias, no Conselho de Ministros, onde se iria aprovar o tão aguardado Regulamento do ICE, que o chefe de gabinete estava a ultimar. No final do dia, foi informado do conteúdo do novo diploma, que era muito mais do que um simples Regulamento, como revelou num apontamento que elaborou no dia seguinte ao Conselho de Ministros, de que se extraíram os principais factos que a seguir se expõem.[549]

No diploma constava:

"a atribuição ao ICE de todas as actividades de cooperação com os países em desenvolvimento, a transição para o ICE, como supranumerário, de todo o pessoal dos organismos do extinto Ministério da Cooperação e a tutela conjunta das Finanças e do Plano e dos Negócios Estrangeiros, acentuando que caberia a este último o despacho das questões relativas à gestão administrativa e financeira corrente do Instituto".

Era um *volte face* surpreendente. Retorquiu imediatamente, dizendo que achava a ideia inconveniente, mas só se poderia pronunciar definitivamente depois de ler o texto, o que só veio a acontecer na manhã da própria reunião do Conselho onde iria ser aprovado. Quando foi informado do teor do diploma pelo chefe de gabinete, perguntou ainda se o mesmo era do conhecimento das cúpulas do ministério, ou se fora preparado à revelia dos mesmos. Para sua surpresa, foi informado que tinha sido feito sem conhecimento deles, pois "era a única forma de o assunto ir para a frente", e até tinha sérias dúvidas se deveria dar conhecimento do diploma ao secretário-geral.

[549] Arquivo da Cooperação, 01.01.12, "Apontamento, Paulo Ennes", 16/11/78.

Como diplomata, não ficara satisfeito com a explicação do chefe de gabinete. E no dia seguinte, no Conselho de Ministros, abordou o ministro Silva Lopes e disse-lhe "que tinha dúvidas quanto à oportunidade e conteúdo do diploma". O ministro, segundo o apontamento elaborado por Paulo Ennes sobre este assunto, respondeu-lhe que, pelo contrário, o seu ministro, Correia Gago, considerava que era a forma de resolver um problema que se arrastava, e por isso achava muito importante a sua aprovação. Após a apresentação do documento ao Conselho, feita pelo ministro das Finanças, o Primeiro-ministro mostrou-se surpreendido, pois era do seu conhecimento que o MNE sempre se mostrara contrário à atribuição de competências desta natureza ao ICE. Quando usou da palavra, o secretário de Estado afirmou que aquela questão lhe criava "um problema deontológico grave, para o qual pedia a compreensão do Conselho". E explicou que, estando em curso uma reestruturação no MNE onde há muito se previa a criação de uma Direção Geral, o diploma em causa iria esvaziar as futuras competências da mesma. Assim não se podia rever nele, e, para que não restassem dúvidas, garantiu que teria dito isso mesmo ao seu ministro se tivesse sido consultado. Em coerência com a sua argumentação, pediu para não participar na discussão que se ia seguir.

O ministro das Finanças respondeu-lhe que, face ao entendimento de ambos, estariam perante uma oportunidade única "de resolver o problema da separação das entidades que tratam da cooperação e do contencioso. Esta separação teria causado ao país milhares de contos de prejuízo, em cooperação oferecida às antigas colónias sem qualquer contrapartida na resolução do contencioso resultante da Descolonização e o ICE não podia continuar com uma Comissão instaladora ao fim de quase três anos de existência sem dispor de um regulamento". Perante esta argumentação o Primeiro-ministro cedeu, mas, em face da posição tomada pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, sugeriu que a sua aprovação e envio para promulgação do Presidente da República ficasse sujeita à confirmação do titular da pasta, quando este regressasse.

Quando os diplomatas tomaram conhecimento do diploma o descontentamento foi enorme. Um deles terá feito chegar ao ministro Correia Gago[550] uma forte crítica sobre o modelo aprovado.

[550] Arquivo da Cooperação, 01.01.12, embaixador João da Cunha Matos, "Informação Confidencial", 21 de novembro de 1978. Ver ainda, 01.01.11, embaixador João da Cunha Matos, "Apontamento Reservado", 16 de novembro de 1978.

Começava por desmontar a pretensa delimitação do âmbito de atuação do ICE, como constava no Preâmbulo do Diploma, pois a realidade mostrava que, afinal, só servia para "uma ampliação tão considerável de competências, que o ICE passa a absorver a generalidade de atuações e funções que no plano da cooperação (…) se encontravam na dependência directa do Ministério dos Negócios Estrangeiros". Chamava a atenção para um problema muito grave, que se prendia com as competências conjuntas sobre o ICE, pois ao MNE restariam apenas as de gestão administrativa e financeira e não aquelas que resultam das suas competências e atribuições; logo, não vislumbrava como seria possível vir a existir uma articulação futura entre o ICE e os serviços internos e externos do ministério. A objeção fundamental resultava do facto de que a política de cooperação dever ser, no seu entender, um dos pilares da presença de Portugal no mundo, lado a lado com os emigrantes, a integração europeia e a promoção da língua portuguesa. Nesta lógica, não lobrigava como é que um Instituto Público podia formular ou executar uma política que fosse mais além da economia ou finanças, que é o seu foco de atuação, para procurar também razões de natureza histórica, cultural e até sociológica.

Finalmente, a carreira diplomática parecia unida à volta de um ideal.

Ficava clara a conceção que o ministro das Finanças, tinha na senda dos seus antecessores, mas agora com a novidade de ter a seu lado, também, o ministro dos Negócios Estrangeiros, de que seria imprescindível manter a ligação do Contencioso à Cooperação, no pressuposto de que a Cooperação Portuguesa, sendo apreciada e necessária aos novos países, deveria ter contrapartidas, que poderiam ser de natureza económica mas também financeira, sobretudo através da negociação dos contenciosos que se arrastavam. E quem melhor do que o ICE para conseguir tal objetivo? No entendimento dos dois ministros, seguramente, não seria à Direção Geral nem ao MNE a quem se poderia cometer tal desiderato.

Mas este Governo já tinha o destino traçado, e o seguinte, o IV Constitucional, tomou posse daí a menos de uma semana, em 22 de novembro de 1978. O referido diploma acabou por não ser promulgado pelo Presidente Eanes, que, nessa fase da vida nacional, tinha uma voz muito ativa e empenhada na área da política externa.

Em 16 de janeiro de 1979, uma informação da sua assessoria para as relações internacionais era enviada ao MNE com um parecer com a chancela de "Secreto", onde se podia ler o seguinte:

"Não se afigura realista o documento do III Governo Constitucional, pois representa o perpetuar da confusão que tem existido entre contencioso e cooperação, o projecto agora apresentado pelo IV Governo

não exclui a existência do ICE que deverá ser estruturado, mas não com a amplitude que o III Governo queria com uma enorme autonomia". [551]

A tese que Silva Lopes defendera em Conselho de Ministros caía pela base. Começava então a ser burilada uma alternativa, de que adiante se falará, mais consentânea com a visão do Presidente. Recorde-se que Ramalho Eanes, quando entrevistado e, a propósito deste diploma, confirmou que a sua aprovação teria perpetuado a confusão existente ente Cooperação e Contencioso, que tanto mal tinha causado a Portugal.

Neste novo Governo, o titular dos Negócios Estrangeiros era agora um diplomata, o embaixador João de Freitas Cruz, enquanto o das Finanças e do Plano era o Professor Jacinto Nunes, cujo ministério, através do despacho de 3 de maio do seu secretário de Estado do Tesouro, continuava a dar força ao ICE.

Por esta altura tinha sido elaborado novo parecer na Direção Geral dos Negócios Políticos,[552] um dos mais influentes Departamentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que era um verdadeiro manifesto a favor da Cooperação no MNE e, que pela forma sucinta, e clara como expõe o problema, deverá ser aqui apresentada. Vejamos o conteúdo desse parecer, intitulado "A Cooperação como tarefa do MNE":

Do ponto de vista da DGNP, na análise feita ao anterior diploma sobre o ICE, aprovado na última reunião do Conselho de Ministros do III Governo Constitucional, o que estava em jogo era bem mais do que a disputa entre instituições: estava-se perante duas visões diferentes sobre o futuro da cooperação. Por um lado, a visão clássica da cooperação, enquanto vetor da política externa com estruturas necessariamente integradas no MNE; por outro, a que passava por subtrai-la à efetiva direção do MNE, de forma a integrar, com ganhos de escala, o contencioso e a cooperação que se desejava corporizar no ICE. No seu entendimento, a cooperação devia ser semeada e esperar pacientemente que ganhasse solidez, pois ela constituía-se como a semente de um futuro mais estreito, sem misturar dois aspetos tão distintos como Cooperação e Contencioso, que nem países com tradição mais antiga aconselhavam. Ao contrário da posição defendida pelo anterior ministro das Finanças, no Ministério dos Negócios Estrangeiros considerava-se que seria uma ingenuidade usar o Contencioso como meio de pressão, pois, apesar de ser uma mais-valia negocial, era apenas um aspeto complementar e poderia ser contraproducente

[551] Arquivo da Cooperação, 01.01.12, Informação nº2/79 da Assessoria das Relações Internacionais da Presidência da República, "Parecer sobre os Organismos de Cooperação", 16 de janeiro de 1979.
[552] Arquivo da Cooperação, 01.01.12, Direção Geral dos Negócios Políticos, "A Cooperação como tarefa do MNE", 16 de janeiro de 1979.

dada a "vulnerabilidade extrema" da posição que Portugal tinha em Angola e Moçambique. Esta mesma ideia foi abordada pelo Presidente Agostinho Neto na Conferência em Bissau.[553] Assim sendo, era preciso saber esperar e atuar depois em conformidade.

Por outro lado, saindo do MNE o comando da cooperação, podia perder-se o primado da política, quando a cooperação era, cada vez mais, um elemento da estratégia negocial dos Estados. Por fim, ainda segundo o referido parecer da DGNP, recordava-se que, num passado recente, os novos países queriam relacionar-se pela via dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, que consideravam vocacionados "para um relacionamento normal e igualitário entre Estados". Como já foi referido, Vítor Crespo foi testemunha desta realidade.

Com estes pressupostos, chegara a hora do ministro dos Negócios Estrangeiros apresentar o seu projeto de Dec. Lei, enviado para parecer dos outros ministérios, que previa, finalmente, a criação de uma Direção Geral de Cooperação. Mas este diploma, dava-lhe tão grande poder, que provocou, de imediato, um coro de críticas.

O parecer do Ministério da Indústria[554] afirmava:

"…é sem dúvida, da maior utilidade, que exista no Ministério dos Negócios Estrangeiros, um organismo que coordene os elementos informativos em matéria de cooperação bilateral ou multilateral, de modo a ter sempre actualizado um inventário completo da actividade internacional (…) a esse organismo incumbiria ainda, o secretariado das negociações conducentes à elaboração de acordos genéricos nos domínios citados e ao seu acompanhamento".

Note-se a forma subtil como se expressa aquilo a que pretendiam que a DGC fosse reduzida. De seguida, surgiram as críticas: desde logo, a pretensa centralização naquela Direção Geral, da análise de programas, projetos e ações de natureza científica ou tecnológica e de pretender ter poderes para recrutar técnicos e cientistas. Discordava, igualmente, da ideia de ser criado um Fundo para a Cooperação e Desenvolvimento, dotado de autonomia administrativa e financeira, com capacidade para financiar ações, programas e projetos de investigação e desenvolvimento, dado que não estava bem definido o seu aproveitamento. Concluía dizendo que seria "uma Direção Geral de Cooperação com funções essencialmente concentracionistas e pouco cooperantes". Pelo exposto consideravam que o diploma devia ser rejeitado pois não era coerente, e

[553] Seria pura coincidência a defesa que o Presidente Português também fazia desta separação?
[554] Arquivo da Cooperação, 01.01.12, Ministério da Indústria e Tecnologia, "Direção Geral de Cooperação Projeto de Diploma", 26/04/79.

misturava questões de natureza política, com competências económicas e financeiras, científicas e técnicas.

Também o parecer do Gabinete de Informação e Cooperação Internacional do Ministério da Agricultura[555] ilustra bem como outro Departamento do Estado, que em conformidade com a respetiva especialização vinha executando a cooperação de forma descentralizada, olhava apreensivo para esta tentativa de concentração.

Nele se afirmava que, da leitura do preâmbulo e do articulado, se podia concluir tratar-se de um projeto muito ambicioso, pretendendo atribuir funções a uma Direção Geral, mais consentâneas com um super ministério da Cooperação. Em referência ao mesmo preâmbulo, criticava-o por aí se atribuir à DGC, no âmbito das relações internacionais, a execução de uma política de cooperação nos setores cultural, científico e tecnológico e, no restante articulado, poder promover a contratação e a preparação dos cooperantes. Para este gabinete, a futura Direção Geral deveria ter funções coordenadoras, mas não executoras, pois não a concebia como organismo recheado de técnicos especializados em todas as áreas. A cada um, segundo a sua especialização, e ao MNE, a coordenação. De igual forma criticava a ideia de poder vir a recrutar, selecionar e complementar a formação dos cooperantes. Apenas lhe devia caber a articulação com os ministérios competentes na matéria.

Uma Informação de serviço do embaixador João Cunha Matos dava conta da multiplicidade de objeções recebidas, em particular das Finanças, Justiça e Educação. Manifestaram-se contra a coordenação geral da cooperação, desde logo, o Ministério da Educação e o ICE. A criação de um Fundo para a Cooperação e Desenvolvimento foi rejeitada pelos Ministério da Indústria e das Finanças e pelo ICE. A hipotética colocação dos funcionários do GCC, de forma privilegiada, no quadro da DGC, foi igualmente alvo de reprovação.

Estes foram os Departamentos que enviaram pareceres, encontrados no arquivo ou referidos na citada Informação mas, certamente, outros teriam chegado, a julgar pela quantidade de Departamentos ligados a esta cooperação descentralizada, a saber:

Na Secretaria de Estado da Saúde-O Setor das Relações Internacionais no Gabinete de Estudos e Planeamento.

Na Secretaria de Estado da Cultura-A Secção de Difusão da Língua e Cultura Portuguesa no Estrangeiro do Instituto de Cultura Portuguesa.

[555] Arquivo da Cooperação, 01,01.11, [s. a.], Gabinete de Informação e Cooperação Internacional", Comentário ao Projeto de Decreto-Lei que estabelece a Direção Geral de Cooperação no MNE",12/04/79.

No Ministério da Educação e Investigação Científica-A Junta de Investigações Científicas do Ultramar.

No Ministério da Indústria e Tecnologia-A Direcção de Serviços de Relações Económicas Internacionais do Gabinete de Estudos e Planeamento; A Direcção dos Serviços Internacionais da junta de Energia Nuclear; o Conselho Consultivo de Cooperação Científico e Tecnológico.

No Ministério da Justiça-O Gabinete Nacional da Interpol na Polícia Judiciária.

Antes de terminar, impõe-se ainda uma referência, sobre o assunto, ao Parecer da Assessoria Diplomática do Primeiro-ministro que, ao contrário das anteriores posições, era completamente favorável a esta ideia.[556] Acabava por privilegiar a proposta da DGC, com o argumento de que esta era representativa do futuro, enquanto promotora da cooperação, enquanto que a das Finanças assentava na herança colonial representativa do passado. E considerava que devia caber ao ICE-que o Projeto da DGC não excluiu e mantém ligado ao Ministério das Finanças e do Plano-a gestão dos bens públicos nas colónias, e ainda a cooperação empresarial.

Segundo o referido parecer, a separação seria feita pelos próprios países africanos, na sua estrutura organizativa, nunca misturando cooperação com contencioso. Nas palavras do autor do parecer, o diplomata Nuno Valério, "a mesma ideia subjacente teria certamente presidido à afirmação feita pelo senhor Presidente da República, em fevereiro último, na sua visita à Guiné-Bissau, no sentido em que seria integrada no Ministério dos Negócios Estrangeiros uma nova Direcção Geral de Cooperação".

A contestação existente, acabou, contudo, por obrigar a uma reformulação do projeto. Uma Informação do MNE[557] dava conta dos recuos que foi preciso fazer, levando em linha de conta algumas das objeções produzidas.

Aceitava-se a divisão de responsabilidades, reservando-se as matérias de cooperação económica e financeira para o ICE, dado que o seu próprio Decreto contemplava "a sua inserção no MNE (…) e que a acção do ICE se manterá enquadrada nas linhas de uma política externa global" e, por outro lado, porque era efetivamente um órgão vocacionado para o tratamento daquelas matérias.

No que respeitava às matérias socioculturais, científicas e tecnológicas, não foi possível a mesma atribuição específica de responsabilidades pelo facto de existirem

[556] Arquivo da Cooperação, 01.01.12, Nuno Valério, Gabinete do Primeiro-ministro, "Projeto de Decreto criando a Direção Geral de Cooperação do Ministério dos Negócios Estrangeiros", abril de 1979.
[557] Arquivo da Cooperação, 01.01.12, Informação de serviço, "Direcção-Geral de Cooperação, Projeto de Decreto-Lei", 18 de junho de 1979.

variadíssimas entidades capacitadas para exercer ações de cooperação daquela natureza. Como não existia um organismo que as coordenasse nem as representasse externamente, nem tinham, ao contrário do ICE, qualquer ligação orgânica ao MNE, "essencial à inserção das suas actividades de coordenação numa política externa global", ficou decidido atribuir à DGC a responsabilidade de coordenar e apoiar aquelas matérias, em articulação com os respetivos departamentos. Desta forma, salvaguardava-se a autonomia e a capacidade de cooperação, sem sobreposições, quer de organismos públicos quer privados, mantendo o MNE a capacidade de articulação e representação externa na globalidade.

Relativamente à assunção de "outras áreas de Cooperação" que lhe ficariam atribuídas, a justificação prendia-se com o facto de não se enquadrarem no âmbito cultural, científico ou tecnológico, nem naquelas que competiam ao ICE e, por isso, havia que assegurar as novas matérias abertas à cooperação portuguesa, como a militar, a formação de quadros da administração pública e até a ajuda humanitária e de emergência.

Quanto ao questionado Fundo para a Cooperação e Desenvolvimento, que segundo o MNE iria possibilitar meios para uma ação mais expedita, o Ministério das Finanças não se mostrou favorável, por colocar em causa a pretendida coordenação, acabando por ser retirado do projeto.

Estava praticamente fechado o compromisso para a institucionalização do edifício da Cooperação quando chegou ao fim, prematuramente, mais um Governo.

Na procura de uma solução a contento de todos, estiveram envolvidos não só "os previsíveis", como "os menos previsíveis"[558] com vista à aprovação da estrutura final e que deve ter sido do agrado do Presidente, já que a promulgou.

2.2.4.3. Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros

Com a formação do V Governo, ainda de iniciativa presidencial, foi decidido dividir em duas, a anterior Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Emigração, gerando a nova Secretaria de Estado da Emigração para acompanhar os assuntos dos imigrantes, ficando a dos Negócios Estrangeiros com o mesmo secretário de Estado,

[558] O próprio Melo Antunes, nessa época Presidente da Comissão Constitucional, terá dado a sua contribuição na formulação dos diplomas que criaram a Nova Arquitetura da Cooperação Portuguesam, segundo revelou agora o seu adjunto Faria Pais, durante os dois últimos governos de iniciativa presidencial, a pedido do Presidente Ramalho Eanes ou dos próprios Primeiros-ministros Mota Pinto e Lourdes Pintassilgo, de quem era amigo.

Paulo Ennes onde caberia a área da Cooperação. Durante este Governo, chefiado por Maria de Lourdes Pintassilgo, que era um executivo de continuidade com a missão específica de preparar as próximas eleições legislativas, foi possível chegar ao compromisso final entre "as Finanças e os Estrangeiros". Os ministros eram, do lado das Finanças, Sousa Franco, profundo conhecedor da matéria pelo seu desempenho negocial enquanto secretário de Estado e que o antigo ministro da Cooperação Vítor Crespo apreciara sobremaneira nas reuniões das comissões mistas onde ambos estiveram presentes; do lado dos Estrangeiros mantinha-se o embaixador Freitas Cruz, o que facilitava a conclusão do processo.

Porém, o Presidente da República, quinze dias após a tomada de posse do novo Governo, devolvia uma série de Decretos-lei aprovados pelo executivo anterior e ainda não promulgados, para que o novo se pronunciasse. Entre eles, estava o da criação da referida Direção Geral de Cooperação, aprovado em Conselho de Ministros, a 27 de junho de 1979.

O ministro Freitas Cruz, consciente da limitação temporal do seu mandato, respondeu que o projeto já tinha sido objeto de profunda análise pelos ministros interessados e que, no seu entender, era urgente a promulgação imediata do diploma, sob pena de se verificarem atrasos inconvenientes para a execução da política de cooperação de Portugal com os seus parceiros africanos.

A criação de uma nova filosofia da cooperação, assente em princípios de solidariedade internacional, sem descurar os interesses nacionais, estava expressa nos preâmbulos dos novos diplomas, que brevemente seriam aprovados, apontando para a necessidade de se estabelecerem obrigatoriamente vários pressupostos:

- Existência de um órgão (s) no(s) qual(is) pudesse(m) assentar o desenvolvimento de uma nova política, reestruturando o que existia ou criando de novo;

- Coordenação efetiva do MNE, para a qual era imprescindível dotar-se de estruturas capazes de poder apoiar, coordenar e concretizar as ações que não se enquadrassem nas competências dos outros ministérios, numa cooperação que se desejava continuar descentralizada;

- Reforço das dotações afetas à cooperação, com uma gestão responsável, para corresponder às expetativas criadas;

- Rentabilização crescente da inserção portuguesa nos organismos internacionais na dupla vertente doadora e recetora.

E assim, ao fim de quase três anos, surgia, finalmente, o diploma, aprovado em Conselho de Ministros a 31 de outubro 1979, que veio a ser o sustentáculo da futura Política Pública de Cooperação e que deu origem à criação, não de um, mas de dois novos organismos no seio do Ministério dos Negócios Estrangeiros: a nova Direcção Geral de Cooperação (DGC) e um renovado Instituto da Cooperação Económica (ICE), em que assentaria a dupla matriz da cooperação ao longo de mais de vinte anos.

No compromisso final o ICE não obteve as atribuições que o III Governo lhe queria atribuir, mas abarcou mais do que seria expetável, depois da recusa presidencial em promulgar o Dec. Lei que o iria regulamentar, caracterizado pela promiscuidade entre contencioso e cooperação. Mas, em face da posição intransigente do Ministério das Finanças, que de outra forma se recusava assinar, o ICE acabou por não ser secundarizado, conforme confidenciou Costa Oliveira, contemporâneo destas negociações, na altura, membro da Comissão Instaladora do ICE e que viria a ser nomeado seu Presidente, no Governo seguinte, da Aliança Democrática.

Embora o Ministério das Finanças não tenha cedido às pretensões dos Negócios Estrangeiros, este passou, doravante, a ser o rosto visível da Cooperação no plano externo.

A DGC e o ICE foram pensados para serem a base da tão desejada política de cooperação. Mas desta longa espera não saiu, como alguns desejavam, a centralização num único organismo que beneficiasse a coordenação. [559] Repartiram-se as áreas de atuação para melhorar a execução e acompanhamento, mas faltou a necessária visão de conjunto e, até, a coordenação que os dois organismos não potenciaram. Independentemente dos diplomas e dos discursos dos seus dirigentes, e de ambos os organismos estarem na estrutura do MNE e irem a despacho com o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, a cultura institucional era bem diferente. A DGC acabou chefiada por um diplomata, Gaspar da Silva, um homem da casa, que lidava com domínios da cooperação que verdadeiramente se podiam considerar instrumentos de política externa ao serviço do Estado e geridos, obviamente, pelo MNE. O ICE passou a ser chefiado por um economista, Costa Oliveira e perseguia outros objetivos, sendo notória a sua ligação ao Ministério das Finanças, de quem também dependia. Não seria por acaso que o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Paulo Ennes, como

[559] A existência de um único Organismo Público de Cooperação só veio a ser possível em 24/02/94, com a fusão destas duas estruturas.

confidenciou na entrevista, chamava a este membro da Comissão Instaladora do ICE que com ele despachava, "o submarino das finanças".

Segue-se uma breve apreciação destes dois organismos.

2.2.4.3.1. Instituto para a Cooperação Económica

Como atrás ficou exposto,[560] na vigência da Secretaria de Estado da Cooperação, no âmbito do Ministério da Cooperação, foi criado o Instituto para a Cooperação Económica, pelo Dec. Lei nº 97- A/76 de 31 de janeiro, dotado de uma Comissão Instaladora, de existência precária, até à elaboração e aprovação de uma Lei Orgânica. O prazo para a sua elaboração era de noventa dias, mas só foi publicada no final de 1979, através do Dec. Lei nº 487/79 de 18/12.[561]

Nos governos seguintes, tornou-se evidente, a continuada má vontade contra a sua existência, por desejarem um único organismo que centralizasse toda a cooperação no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Esta tendência seria alterada pelo papel relevante que lhe era destinado pelo III Governo Constitucional, mas não convenceu a Presidência da República. O IV Governo preparou uma solução, que veio a ser aprovada pelo executivo seguinte em 18 de dezembro de 1979, ficando finalmente o ICE com a sua Lei Orgânica, mantendo a dupla tutela do Ministério das Finanças e do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O primeiro Presidente do Instituto foi, como já foi afirmado, Costa Oliveira, que transitou da Comissão Instaladora do Organismo, coadjuvado por dois vogais, que constituíam a sua Direção, nomeada por despacho conjunto do Primeiro-ministro e dos ministros da tutela.[562] Cabia ao Presidente despachar com o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros as questões relativas à gestão administrativa e financeira corrente do Instituto, em função da dupla autonomia que lhe foi consignada, em substituição da simples autonomia administrativa que tinha até aí. Os seus programas de atividade anuais de cooperação tinham de ser submetidos aos ministros com tutela conjunta.

Perante a necessidade de assegurar a centralização da representação externa no MNE, foi decidido que, para efeitos orgânicos, este organismo ficaria inserido na

[560] *Vide* em 2.2.3.3.1, *supra*, antecedentes relativos à fase instaladora.
[561] D. R., 1ª S., nº 290 de 18.12.1979. Em Anexo IV
[562] Segundo Costa Oliveira, no 6º Governo Constitucional a tutela pretendeu demitir um dos seus vogais pelo desempenho de um cargo governativo no tempo do designado Processo Revolucionário em Curso (PREC). Só a decisão de protelar o despacho com o secretário de Estado Luís Azevedo Coutinho, sendo ministro dos Negócios Estrangeiros o Prof. Freitas do Amaral, evitou esta demissão, porque 15 dias após o secretário de Estado lhe pedir para elaborar os termos da demissão e combinar o despacho, caía o Governo.

estrutura do MNE, o que veio ao encontro da vontade dos seus funcionários por razões de natureza sobretudo pecuniária.

As atribuições constantes do artigo 4º do citado Dec. Lei eram: "a coordenação e apoio das actividades de assistência técnica e de cooperação bilateral ou multilateral nos domínios técnico-económico, financeiro e empresarial com os países em vias de desenvolvimento, em estreita articulação com os demais serviços do Estado". Também eram atribuições suas, a negociação de acordos nas referidas áreas, bem como a coordenação de programas de recrutamento, formação de cooperantes e sua contratação. Ainda outra atribuição, também importante, e que já vinha do passado, passava por assegurar a defesa dos interesses e direitos públicos ou privados nos territórios agora independentes, e garantir a gestão ou a participação do Estado em empresas com sede nesses países. Por fim, mas não menos marcante, a centralização de toda a informação relativa aos encargos com ações, programas e projetos do setor Público, na área da Cooperação, bem como com os encargos decorrentes da Descolonização. O Estado mostrava preocupação em quantificar aquilo que se viria a chamar Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), para desta forma se poder planificar melhor a Cooperação.

Assim sendo, embora não ficasse com os amplos poderes com que o III Governo, o desejava dotar, o Instituto saiu francamente reforçado, face aquilo que lhe fora atribuído quando da sua criação, em janeiro de 1976.

No artigo 10º da sua Lei Orgânica ficou prevista a criação de uma Comissão de apoio às suas atividades, constituída pela Direção e por representantes dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, da Agricultura e Pescas, Finanças, Coordenação Económica e do Plano, da Indústria, Comércio e Turismo, Transportes e Comunicações, do Gabinete para a Cooperação Económica Externa e representantes dos outros ministérios quando se justificasse, bem como de entidades privadas, quando convocados pelo presidente do ICE. As reuniões tinham periodicidade trimestral e visavam contribuir para uma melhor articulação entre os principais interessados. Era, no fundo, uma forma de alargar o acompanhamento da cooperação a outros responsáveis, em conformidade com o artigo 4º, fazendo a necessária articulação e coordenação.

2.2.4.3.2. Direção Geral de Cooperação

Na mesma data, 18 de dezembro de 1979, no âmbito da já referida reestruturação da cooperação, pelo Dec. Lei 486/79,[563] procedeu-se à criação, na estrutura do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de um novo Organismo, a Direção Geral especificamente vocacionada para a Cooperação, cuja existência fora prevista em 1976, mas não formalizada, no âmbito do Ministério da Cooperação.[564] Apesar de extinta pelo Governo seguinte, a sua planificação nunca deixara de ser pensada e debatida.

O presidente Eanes acarinhou esta ideia, e, nos governos de sua iniciativa, mesmo que indiretamente, marcou posição na gestão do processo. Ainda faltava muito para ser publicada em *Diário da República* e já Ramalho Eanes, durante a visita oficial à Guiné, em fevereiro de 1979, informava em primeira mão, o Presidente Luís Cabral, da eminente criação desta Direção Geral que iria potenciar os efeitos sentidos nos vários domínios de atuação.[565] O Presidente Eanes desejava vê-la como "um corpo especial (…) integrada no Estado, mas com alguma diferenciação, alguma distinção, (…) porque ela teria maior flexibilidade de resposta, teria uma especialidade distintiva maior".[566]

A sua criação levou à extinção de muitos outros organismos, alguns deles ainda criados na vigência do ex-Ministério do Ultramar, que o Dec. Lei 125/75 de 12/3 não extinguira: a Direcção Geral de Economia, a Comissão Interministerial do Café, o Fundo de Fomento e de Propaganda do Café, o Gabinete de Planeamento e Integração Económica, o Fundo de Fomento Mineiro Ultramarino, a Inspecção Geral de Minas, o Gabinete do Plano do Zambeze e o Gabinete Coordenador para a Cooperação. Este último, no entanto, acabou por se manter até 1983, como já se viu, apesar do diploma anunciar a sua dissolução.

A Direcção Geral de Cooperação tinha por missão acompanhar e apoiar, em articulação com os competentes serviços do Estado, as atividades de cooperação nas áreas socioculturais, científicas e tecnológicas, atendendo ao "caráter dinâmico e inovador das relações de cooperação" e todas as ações não enquadráveis nas competências dos outros Ministérios. Também lhe competia a missão do recrutamento e contratação de

[563] DR., 1ª S., nº 290 de 18 de dezembro de 1979. Em Anexo IV
[564] *Vide* em 2.2.3.3.2, *supra*.
[565] AHD-PAA 142, 980,942, [s.a.], "Eanes regressou da Guiné Bissau convicto que os traumas da descolonização já pertencem ao passado", *O Dia*, 26/02/79, p. 20.
[566] Entrevista concedida ao autor no seu gabinete em Lisboa a 17/07/2013.

cooperantes e respetiva formação, preparar e coordenar a negociação dos acordos de cooperação, em ligação com os organismos com competência específica na matéria.

Junto da Direção Geral de Cooperação funcionava um conselho de coordenação, presidido pelo seu diretor geral, onde tinham assento os diversos organismos interessados nas ações de cooperação para que houvesse articulação entre todos e preparassem "a execução das atividades a desenvolver dentro das atribuições da Direcção Geral de Cooperação".

Como não foi regulamentado de início, só após a extinção definitiva do GCC, em 1983, esta Direção Geral ficou com autonomia administrativa para as dotações afetas à Cooperação no Orçamento Geral do Estado, que eram sempre requisitadas à 7ª Delegação da Direção Geral da Contabilidade Pública, situada no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Ficou dotada de um Conselho Administrativo, composto pelo diretor geral de cooperação, que presidia, por dois vogais e um secretário. Cabia, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, designar um vogal e o secretário, enquanto às Finanças competiria designar o outro vogal, que seria o diretor da 7ª Delegação, para assim controlar e gerir melhor as verbas. Continuava a obrigatoriedade, do Programa de Aplicação desta dotação ser aprovado pelo MNE e confirmado pelo Ministério das Finanças.

A escolha do primeiro diretor geral da cooperação recaiu no embaixador Gaspar da Silva, representante de Portugal na India. Os primeiros subdiretores gerais foram igualmente diplomatas, Cornélio da Silva e Pinto da França.

2.2.5. Ministério da Cultura e da Ciência

Embora a cultura não fosse uma das prioridades do Programa do V Governo Constitucional, fazia sentido uma aposta na área das ciências tropicais, fruto da progressiva dinâmica que se quis imprimir à cooperação nas suas várias facetas. Portugal tinha, desde os tempos do Ministério do Ultramar, um dos maiores centros mundiais de investigação na matéria, mas que necessitava de uma grande reestruturação para se adaptar às exigências dos tempos e poder responder com prontidão e eficácia aos pedidos que chegavam das antigas possessões ultramarinas, para além da necessária concertação com os seus congéneres internacionais.

2.2.5.1. Laboratório Nacional de Investigação Científica Tropical

A Junta de Investigações Científicas do Ultramar (JUCI), criada na vigência do antigo Ministério do Ultramar, ganhara uma enorme reputação nacional e internacional pelo seu arquivo, que muitos consideravam o mais completo sobre África, e pela excelência dos seus investigadores. Abarcava diversos ramos da ciência, desde a etnologia à medicina tropical.

Foi um dos organismos que, não podendo ser extinto, dada a sua relevância, deambulou entre ministérios: após a extinção do Ministério do Ultramar, integrou o da Coordenação Interterritorial e posteriormente o da Cooperação. Com a extinção deste último, onde esteve na iminência, como já se viu, de ser transformado em Instituto para a Cooperação Científica e Tecnológica[567], passou depois para o Ministério da Educação e Investigação Científica.

Entretanto, o capital humano constituído pelos seus investigadores estava quase perdido até que, no âmbito do IIº Governo Constitucional, a Resolução do Conselho de Ministros nº103/78 de 14 de junho, deliberou reforçar a estrutura da JICU, reagrupando os investigadores que já se encontravam dispersos por vários ministérios. Esta medida tornou exequível o regresso à sua essência e abriu novamente boas perspetivas para o futuro. Era mais um vetor fundamental da cooperação que importava potenciar antes que fosse tarde, e, por sinal, bem desejado pelos novos países.

Uma das decisões que lhe conferiu outra dignidade foi a sua instalação na parte nobre do Palácio Burnay, onde tinha funcionado o Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, criado pelo Professor Adriano Moreira, e que formou gerações de jovens que se tornaram os quadros da administração colonial. Mas, após o 25 de Abril, o Instituto passou por algumas vicissitudes que culminaram, em dezembro de 1976, com o seu encerramento a fim de ser reestruturado. Reabriu no ano letivo de 1977/78, já com a nova denominação que se mantém até hoje - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – depois de perder parte significativa do seu espaço, em prol da instalação da Direção da JICU.

Ainda relativamente a esta, refira-se que a sua transformação já não foi concretizada pelo II Governo Constitucional, pois chegou ao fim prematuramente. Com o III Governo estava prevista a criação de dois organismos vocacionados para a

[567] *Vide* em 2.2.3.3.3, *supra*.

cooperação: por um lado, o reforço do ICE e, por outro, a criação do Instituto de Investigação Científica Tropical.

No IV Governo, o ministro da Educação e Investigação Científica, engenheiro Valente de Oliveira, apresentou uma nova proposta de alteração. Já não se chamaria Instituto Nacional de Cooperação Científica e Tecnológica, mas Instituto Nacional de Investigação Científica e Tropical. Era a tentativa de concretizar a ideia de ter um organismo vocacionado para os Trópicos e, em particular, para a cooperação científica com os Novos Estados Africanos, de que Portugal tinha o maior e melhor conhecimento.

Apesar do anteprojeto ter sido aprovado em Conselho de Ministros de 18 de junho de 1979, não deixou de ser fortemente criticado por conflituar com as competências do diploma que andava a ser estudado no Ministério dos Negócios Estrangeiros, visando criar uma Direção Geral. Acabou por não ir avante, pois o governo caiu pouco depois. Atente-se na similitude entre este caso e o que ocorreu com o diploma que reforçava os poderes do ICE, contra a vontade do MNE.

Por fim, no V Governo, através do ministro da Cultura e Ciência, Adérito Sedas Nunes, conseguiu-se a concertação com outros ministros, desde logo com o dos Negócios Estrangeiros. O novo organismo na área da investigação tropical acabou por surgir com a designação de Laboratório Nacional de Investigação Científica Tropical, pelo Dec. Lei nº 532/79 de 31/12.[568]

Tinha personalidade jurídica e era dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, gozando ainda de autonomia científica e técnica, o que lhe dava uma considerável margem de manobra. Ficava determinado que iria colaborar com os organismos competentes na matéria, para formular e executar uma política científica nacional, não esquecendo a articulação com o MNE no âmbito da cooperação internacional.

Entre os seus objetivos estava, naturalmente, a promoção e a realização de investigação científica e técnica nas regiões tropicais, em colaboração com os países de expressão portuguesa; a preparação de pessoal investigador e técnico; a criação de grupos de trabalho para estudos naquelas regiões; e a organização de cursos para os cooperantes portugueses melhor se inserirem nos trópicos.

[568] Arquivo da Cooperação, 01.01.12, Apontamento confidencial de Cunha Matos, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 8 de agosto de 1979; AHD, Apontamento manuscrito do Gabinete do Ministro [s.a] [s.d] e assinatura ilegível em 6 de outubro de 1979.

A sua atividade desenvolvia-se em torno de quatro Departamentos: da Ciência e da Terra, de Ciências de Engenharia Geográfica, de Ciências Biológicas, de Ciências Agrícolas, de Ciências Sociais e Humanas. Eram serviços que cobriam os grandes ramos das ciências puras e aplicadas, com enorme experiência nas áreas tropicais, sendo uma mais-valia para a causa da cooperação portuguesa ao serviço do desenvolvimento.

3. A consolidação dos laços

3.1. Da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas à lusofonia.

Em Bissau, a 15 de fevereiro de 1978, na sessão de abertura de um encontro de Ministros da Educação e educadores das ex-colónias portuguesas, incluindo um representante da Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN), o Presidente Luís Cabral aproveitou para fazer uma retrospetiva sobre o início do que classificou como "reafricanização dos espíritos".[569] Tudo começara em Portugal, com carismáticos jovens nacionalistas, entre eles Agostinho Neto e Amílcar Cabral que "desembocou na constituição das primeiras organizações unitárias; o MAC (Movimento Anti – Colonial)[570], a FRAIN (Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional)[571] e a CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas)[572]". Esta última foi, nas suas palavras, o "centro de definição de uma estratégia da luta contra a dominação colonial portuguesa".

De facto, nela se concertaram muitos aspetos da luta por parte dos movimentos que, reconhecidos pela OUA, combatiam o colonialismo português, e que veio a ter a máxima funcionalidade na altura das negociações para as independências. Esta organização, reconhecida como de extrema importância para os seus membros, continuou, após as independências, a ser um ponto de encontro para concertação de políticas entre os Estados membros.

Foi dentro do espírito da CONCP que se realizou este Encontro de Ministros da Educação e educadores em Bissau e onde esteve presente, como convidado, Luís Moita, do (CIDA-C), Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial. O Encontro foi subsidiado pelo Conselho Mundial das Igrejas, com vários temas em agenda. Quanto ao tema "Educação e Identidade Cultural", em torno da ligação escola-comunidade e da promoção dos valores culturais africanos, a discussão centrou-se à volta da problemática

[569] AHD- PAA 10, Proc. 940, Descolonização Geral 1974/78. Telegrama Embaixada Bissau nº 115, nº geral 3014, recebido 16/02/78 e "Luís Cabral: Nos espaços livres das regiões libertadas os nossos Partidos reinventaram a educação", *Revista Educação* nº 4 Bissau, do Comissariado de Estado da Educação Nacional, maio 1978, pp.6-8.
[570] MAC foi criado em Paris, em 1957, por representantes de algumas colónias portuguesas.
[571] FRAIN surge em 1960, em Tunes, mas menos representativa.
[572] CONCP substituiu a anterior logo em 1961, e nasceu em Casablanca.

da língua. Estava em causa conciliar as línguas nacionais com o português e a melhor metodologia de ensino, sendo aquela uma língua estrangeira para a maioria da população.

Segundo os documentos consultados, a discussão foi rica, como é ilustrado pelo excerto da autoria da delegação da República Popular de Moçambique, que acabou por dar o mote à política que veio a ser seguida pelos países africanos de língua portuguesa:

"Tendo em conta o grande número de línguas africanas neste país, deverá ser feito um esforço para o desenvolvimento do português e a sua progressiva utilização pelas massas populares, não pondo de parte o desenvolvimento e estudo das línguas nacionais. Contudo, não se pode prever o prazo para a realização desta tarefa. Esta posição é baseada na realidade do país e é sobretudo uma decisão política"[573].

A embaixada portuguesa informou, que, relativamente à utilização das línguas nacionais no ensino, apenas a Guiné defendera línguas nacionais em detrimento do português. Refira-se que o Delegado Regional da UNESCO para África em visita a Cabo Verde, Sr. Kamian, havia prometido o apoio da organização para a introdução do Crioulo no ensino deste país.[574]

Numa informação de serviço do Ministério dos Negócios Estrangeiros português[575] fazia-se um balanço final relativo ao Encontro, onde se procuraram estratégias comuns para resolução dos problemas existentes entre os membros da antiga CONCP. Do documento consta que Angola e Moçambique consideraram a importância do português como elemento aglutinador das várias etnias, sem excluir o ensino das línguas nacionais. Os restantes países, segundo uma proposta de Cabo Verde, dariam uma especial atenção ao ensino das suas línguas, cabendo ao português o importante papel de língua de comunicação internacional e de acesso a conhecimentos técnicos e científicos. A mesma informação dava conta das muitas dificuldades políticas e materiais que tal desiderato podia acarretar, não sendo fáceis de ultrapassar. Talvez por isso, a conclusão no final do encontro se limitou a salientar a vantagem de "estudar as línguas *tradicionai*s para as fixar, escrever, e para a alfabetização", não ficando estabelecida uma posição comum.

Na sequência deste encontro, altos responsáveis cabo-verdianos e guineenses, de passagem por Lisboa, garantiram que, apesar de se incentivar o estudo das línguas nacionais, não desejavam substituir o português como língua oficial que haviam adotado desde os tempos da luta armada.

[573] AHD-PAA 10, 940, Descolonização Geral 1974/78, telegrama Embaixada Bissau nº 118, nº geral 3118, recebido em 17/02/78.
[574] AHD-PAA 10, 940, Descolonização Geral 1974/78, telegrama Embaixada Bissau nº 26, nº geral 3486, recebido em 25/02/78.
[575] AHD-PAA 10 – Descolonização Geral de 1978, Rocha Páris, "1º Encontro dos Ministros de Educação e Educadores de Moçambique, Angola, S. Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo Verde", Informação de serviço, de 10 de abril de 1978.

O Português passava, assim, neste exame, embora sem uma política comum entre todos. Recorde-se que a moção aprovada no seio da OUA sobre o uso da língua portuguesa na organização, era também um elemento catalisador da sua defesa e importância.

Pode-se, assim, concluir que, deste encontro, saiu reforçada a importância da língua portuguesa como cimento de união entre estes povos e elemento identitário importante e diferenciador no contexto das regiões africanas,[576] nas quais todos e cada um se encontravam inseridos.

Abordam-se, de seguida, as origens e o papel histórico que a CONCP teve na concertação de interesses entre os seus membros, organizações ou Estados.

Entre 18 e 20 de abril de 1961, decorreu em Casablanca um encontro em que estiveram presentes Miguel Trovoada, Marcelino dos Santos, Mário de Andrade e Aristides Pereira. Foi nesta cidade que se criou e instalou a sede da CONCP, reconhecida posteriormente pela OUA, e que teve Marcelino dos Santos como seu primeiro Secretário Executivo.

Aristides Pereira, foi um dos membros fundadores da organização. Numa entrevista realizada na Cidade da Praia em 2011, considerou a organização uma plataforma fundamental para coordenar as ações […] dos movimentos de libertação nas colónias portuguesas"[577]. Teve assim, na opinião de um dos seus fundadores, um papel importante como veículo coordenador da luta comum contra a potência colonizadora.

Com o começo da luta armada, com características específicas em três frentes distintas, a luta pela independência não se compadecia com negociações e concertações. Veja-se este outro passo da mesma entrevista:

"Não há dúvida nenhuma que houve uma baixa da ação da CONCP (…) estava talhada para ter um papel coordenador com os elementos que dispúnhamos na altura (…) Mas depois tudo isso evoluiu (…) nós avançámos para uma fase de luta muito mais intensa principalmente a luta armada que absorvia bastante a nossa atenção. E daí, várias decisões que tínhamos que tomar tinham que ser, principalmente porque estávamos em guerra, justamente na altura tem que se tomar uma decisão, não pode esperar consultas nem nada disso[578]".

---

[576] A propósito dos elementos identitários destes novos países, João Paulo Guerra, no livro *Descolonização Portuguesa, O Regresso das Caravelas*, *op. cit*., afirmou que "na Guiné Bissau, como nas outras ex-colónias portuguesas, foi à volta do Estado e da propriedade estatal que procurou organizar-se a nação. Era o Estado à procura de uma nação e, como aconteceu com todos os processos de descolonização, á procura de um modelo político", p. 142.

[577] Associação Tchiwka de Documentação, "Aristides Pereira nos trilhos da História", Disponível em, http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/aristides-pereira-nos-trilhos-da-historia, acedido em 14/06/2014.

[578] Idem, *ibidem*.

Mais tarde, entre 1974 e 1975, ela veio a revelar-se fundamental como meio de concertação de posições face à potência colonizadora e que conduziu, com o apoio da OUA e da ONU, a uma clara vitória das suas posições negociais. Como exemplo desta concertação, refira-se o testemunho do então negociador guineense Comandante Pedro Pires, no encontro de Argel com Mário Soares, onde lhe disse claramente que já sabia que a posição da Frelimo, transmitida ao Governo português, era igual à deles e ia no sentido de não concordarem com a realização de um referendo sobre a autodeterminação.

Mesmo depois de terminada a descolonização, a concertação continuou. Quando a OUA e Portugal não reconheceram o Governo angolano do MPLA, em novembro de 1975, no final da reunião da Organização em Maputo, os elementos da CONCP ameaçaram tomar uma atitude conjunta contra o antigo colonizador, mesmo ao arrepio da própria Organização de Unidade Africana.

Angola passou a ser quem mais se esforçava por reanimar a CONCP, de forma a coordenar a sua luta na África Austral. Nessa altura, a cumplicidade ideológica e o sistema político eram a matriz comum.

No ano seguinte, os Chefes de Estado destes países africanos começavam a pensar na criação de uma conferência regular ou uma organização comum. O mais entusiasta era o Presidente Luís Cabral, mas o caminho até lá demorou ainda três anos.

Segundo uma comunicação enviada em 6 de março de 1976, pela embaixada portuguesa em Angola, o ministro da Economia de Cabo Verde, Lopes da Silva, deu uma entrevista ao *Jornal de Angola*, onde, referindo-se ao presente e ao futuro desta "Organização", afirmava que depois da independência de todas as colónias, ela não podia continuar a ser uma mera coordenadora da ação diplomática e que deveria tornar-se, urgentemente, num instrumento de desenvolvimento. Para isso, acrescentava, haveria que definir uma ação conjunta em relação a diferentes problemas. Vislumbrava-se já o ponto de viragem em que o pragmatismo superava o idealismo.

Entretanto, em finais de agosto, no Conselho de luta do PAIGC, foi abordada a coordenação da ação diplomática da Guiné e Cabo Verde e também foi debatido o papel da CONCP.

Do debate resultou a rejeição do nome da mesma, admitindo-se a sua transformação numa Organização que, eventualmente, desse uma forma orgânica, às relações entre os novos Estados de expressão portuguesa, tendo em vista formas desenvolvidas de cooperação entre todos. Mas não deixaram de ser céticos quando à existência de um

órgão superior de coordenação, face à dispersão geográfica dos membros do agrupamento.

Segundo a revista *Afrique Défense*,[579] no mês de maio de 1978, numa visita a Bissau, o Primeiro-ministro angolano manifestava a necessidade das antigas colónias portuguesas estreitarem as suas relações exemplares e desenvolverem a cooperação económica e, para tal fim, anunciou estar já prevista, ainda para esse ano, em Luanda, uma reunião de alto nível, provavelmente com os Chefes de Estado.

No final de abril desse mesmo ano, tinha-se realizado no Mindelo a primeira Conferência dos Ministros dos Transportes e Comunicações da ex CONCP, tal como foi designada pelos meios de comunicação social ali presentes. Era a materialização da vontade de dar expressão a novas formas de cooperação, apesar do discurso ideológico ainda estar bem presente. O Primeiro-ministro Pedro Pires, no discurso de abertura, não deixou de aproveitar a presença de todos, para realçar a solidariedade ativa entre os partidos[580] (PAIGC, MPLA, FRELIMO, MLSTP) como fundamental para a vitória na luta contra o colonialismo português, desejando que os laços não só se consolidassem como se estreitassem. Afinal, o ano terminou sem que se realizasse a anunciada reunião de alto nível, prevista para Luanda.

Em janeiro do ano seguinte, numa visita a Portugal, o Presidente de Cabo Verde revelava que o encontro se deveria realizar em breve e que, embora ainda não existisse uma agenda, era possível que dele saísse a decisão de convocar uma cimeira de Chefes de Estado que incluísse a antiga potência colonizadora. O radicalismo ideológico que caraterizou este antigo líder do PAIGC tinha ficado para trás; referindo-se às relações entre Cabo Verde e Portugal, considerou-as muito corretas e até um estímulo provável para a resolução das dificuldades que Portugal tinha com outras colónias, numa referência implícita a Angola e Moçambique.

Em fevereiro de 1979, na sequência de uma reunião prévia de representantes dos ministros, para melhor concertação e troca de experiências entre países com um sistema jurídico comum, imposto pelo colonialismo apesar dos particularismos próprios a cada povo, reuniram-se os Ministros da Justiça em Luanda, ainda com uma forte carga ideológica.

[579] AHD-PAA, Maço 10, proc. 940, 1974/78 Descolonização Geral, telegrama da Embaixada de Portugal em Paris, nº A-269, nº geral 94 47, "Resenha Imprensa- Reunião Países Lusófonos de África", 10 de maio de1978.
[580] Note-se que, para além da identidade ideológica, também o sistema político era comum entre eles.

A propósito deste encontro, a embaixada portuguesa em Maputo informava o MNE que um jornal local dava algum relevo à sua realização em Luanda, acrescentando que "a notícia publicada fora redigida aparentemente, com todo o cuidado de afastar quaisquer possíveis interpretações no sentido de poder tratar-se de manifestação tendência formação grupo de países africanos "Lusófonos". Continuava dando conta de alguns dos temas abordados: "os princípios orientadores da justiça popular e as formas de concretização do princípio da reeducação e reabilitação do delinquente".[581]

Finalmente, em junho de 1979, reuniam-se na capital angolana os presidentes dos cinco países africanos, com o intuito de criar a nova organização, herdeira do espírito da CONCP.

Num editorial da revista *Lusofocus* revelaram-se, posteriormente, os pormenores que rodearam este acontecimento.[582]

Nele se podia ler que esta demora se deveu à dificuldade em ultrapassar as rivalidades entre Agostinho Neto e Samora Machel, nomeadamente quanto ao local da realização da primeira reunião (Luanda ou Maputo), e a dificuldade em Samora Machel aceitar uma organização de matriz linguística que juntasse os cinco. Acabaram por chegar a um acordo e a reunião ocorreu mesmo em Angola, pouco antes da morte de Agostinho Neto. Na sua cruzada contra o antigo colonizador ou os seus símbolos, Machel exigiu que não existisse qualquer indício desta ligação nos documentos oficiais.

Mais se informava que na ata confidencial que resultou deste encontro, ficou registado que "o camarada Presidente Samora Machel afirmou que a República Popular de Moçambique não quer a designação ex-colónias ou países de expressão portuguesa". Foi devido a esta condição que Mário Pinto de Andrade sugeriu o título que acabou por ser aprovado: "1º encontro dos Países Emergentes da Luta de Libertação Nacional em África". Mas esta designação não seria definitiva, pois Samora Machel foi-se tornando menos radical, a que não seria alheio o desanuviamento das relações com Portugal. Por isso, mais tarde, a designação que acabou por ser adotada oficialmente pelos cinco foi a de "Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa" (PALOP), que não chocava por ser uma realidade para todos eles. [583]

Quanto ao conceito de lusofonia, esse ficava a aguardar melhor oportunidade, pois não era fácil de aceitar.

---

[581] AHD-PAA 15, 940, telegrama da Embaixada Portuguesa em Maputo, nº 139 de 20 de maio de 1979.
[582] Revista *LusoFocus*, «Ponto Final, "Os PALOPS"», 20 de novembro de 2002.
[583] Idem, *ibidem*.

Em 1980, realizou-se em Maputo, conforme o combinado, a Iª Cimeira com os mais altos representantes dos cinco.

O *Jornal do Brasil* deu conta do que ali se passara e fazia uma análise do que representou. [584] Pela sua importância, transcreveu as palavras de Samora na cerimónia de abertura: "Apesar das diferentes opções e especificidades de cada país, da distância que nos separa no espaço, deparamos com problemas idênticos entre nós. Conjuntamente planeámos a estratégia da nossa ação durante a luta e foi essa ação que nos permitiu alcançar a liberdade". E a transcrição do discurso continuava: "Queremos agora coordenar as nossas forças e libertar os nossos países do atraso económico em que se encontram, a língua comum já permitiu uma frutuosa cooperação nos campos da saúde, informação e justiça. A utilização da língua portuguesa poderá permitir um maior aprofundamento das relações culturais, artísticas e educativas entre os países".

Samora Machel assumia publicamente a importância da unidade na ação contra Portugal, feita pela CONCP, e que tão relevante foi para os movimentos na sua estratégia negocial pelas independências e apontava, agora, para uma cooperação ainda mais frutuosa, em que a língua comum traria enormes vantagens.

A imprensa moçambicana, segundo aquele jornal, teve alguma dificuldade em definir a reunião pois, apesar da abertura, o governo da Frelimo continuava a recusar a designação de ex colónias portuguesas pela sua conotação negativa. Os moçambicanos faziam humor com a situação dizendo que era a cimeira dos presidentes dos países africanos de expressão portuguesa e Moçambique.

Segundo a mesma edição do *Jornal do Brasil*, Moçambique tinha uma população alfabetizada de 2%, e destes, apenas 5% falavam português e não procuravam a unidade do país na língua, mas na ideologia; mas, nos outros quatro países, defendia-se abertamente a unidade em torno do português.

Distantes pareciam ir os tempos da reunião dos Ministros da Educação em Bissau, em 1978, que abriu este capítulo e onde a representação moçambicana defendia com intransigência, mais que os outros, por razões políticas, a língua portuguesa.

Moçambique manobrava, então, como se vê, em função do estado das relações, mas também da ideologia. Em todo o caso, de 1979 para 1980, algumas concessões foram feitas.

[584][s.a.] "Países de língua portuguesa da África fazem acordo económico", *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31/03/1980.

Como resultado da cimeira, os cinco presidentes (Samora Machel, José Eduardo dos Santos, Luís Cabral, Aristides Pereira e Manuel Pinto da Costa) decidiram assinar um acordo económico nos campos do comércio, transportes, finanças, banca e seguros. Futuramente, seria pensado alargá-lo a outras áreas sociais como a saúde e educação. Para além daquele acordo, também ficou decidido iniciarem em breve os estudos para a implementação de um Mercado Comum.

Ainda no mesmo número do *Jornal do Brasil*, colocava-se uma questão bem pertinente na altura, mas tratando logo de lhe dar a devida resposta: "a importância reconhecida à língua, como fator de união, não deverá chegar ao ponto de admitir a criação de uma comunidade de países lusófonos, que incluiria Portugal e o Brasil? "

Em boa verdade, isso era impensável acontecer, porque a liderança moçambicana, ainda praticante da ideologia marxista, não aceitava a ideia, apontando o exemplo das comunidades anglófonas e francófonas que, segundo eles, estão sobre a dominação económica das antigas metrópoles num autêntico "neocolonialismo".

A 2ª Cimeira ficou aprazada para o primeiro semestre de 1981, em Bissau, e continuaram a ser realizadas até 1992 em S. Tomé.

A seguinte deveria ser realizada em 1993, em Angola, país que percebeu a inexistência de condições para a continuação destas cimeiras, pois dois destes países (S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde) não se identificavam já com a ideologia dos restantes, o que conduziu à sua suspensão. Só com a chegada ao poder, de novo, do MLSTP em São Tomé e do PAICV em Cabo Verde, se começou a pensar, sob a liderança de Angola, em reatar o diálogo entre o Grupo dos Cinco, herdeiros do espírito da CONCP. A ideologia, mais que o pragmatismo comandava ainda, nessa altura, este relacionamento.

Quando, em 1996, foi criada a CPLP, já estavam ultrapassados os radicalismos ideológicos, em face da nova realidade unipolar. O mesmo se tinha passado em relação aos resquícios da luta colonial, solidificados que estavam os laços de amizade e de cooperação entre os povos que falavam a mesma língua, tendo a diplomacia portuguesa, inclusivamente, se empenhado em apoiar ou ser proponente da candidatura das suas ex-colónias à entrada nas Nações Unidas.

Era outra a imagem de Portugal junto dos Estados que irão constituir a nova Organização. Isso mesmo foi afirmado em 1999 pelo embaixador de Cabo Verde em Portugal, José Luís Jesus, numa palestra onde afirmou: "penso que os africanos vêm a CPLP na ótica da utilidade da organização (…) se hoje a CPLP é uma palavra caseira para todos nós no espaço lusófono, não foi sempre assim", acrescentando que, devido ao

melindre colonial, foi preciso esperar uma evolução para que o projeto de criação da Organização fosse aceite. E continuou dizendo:

"no início da nossa independência, por via da regra, os países africanos de língua portuguesa não viam Portugal como parceiro viável. Portugal era visto como o antigo colonizador, sem influência política e sem poder económico. Numa palavra era também coitado como nós (…) o que veio mais tarde dar importância aos olhos principalmente dos que detêm o poder nos países africanos de língua portuguesa, em considerar Portugal um parceiro importante, foi não só o facto de Portugal ter entrado, como também ter começado a desempenhar determinadas tarefas ao nível da União Europeia".

Terminou afirmando que Portugal já não era, para eles, apenas séculos de História e língua comum, mas que "passou a ser um país útil (…) a perspetiva dos africanos é mais pragmática do que a mera pertença à língua portuguesa, que é importante, sem dúvida, mas não explica por si só a sua adesão ao projeto CPLP".[585]

Ficava claro o conceito pragmático e utilitário da Comunidade para os africanos, pelo que Portugal tinha mais interesse para os africanos quanto mais importância tivesse na Europa, sendo que a inversa não deixaria de ser igualmente verdadeira.

Mas se a ideia da criação da Comunidade foi portuguesa, teve de esperar ainda alguns anos até que se materializasse.

Foi graças ao empenhamento do Brasil, sobretudo através da perseverança do embaixador Aparecido de Oliveira, que se conseguiu aquilo que era o sonho de alguns políticos portugueses e que, como vimos, parecia impossível de atingir.

Se a CPLP é hoje uma organização reconhecida internacionalmente e com créditos firmados na área da concertação diplomática, noutra área, a da língua, que deveria ser a pedra de toque numa comunidade desta natureza, não tem passado de promessas, o que se deve, sobretudo, à falta de verbas para impulsionar o Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

Com a entrada de cinco países africanos na ONU, juntando-se aos dois lusófonos que já ali se encontravam, começou a luta pelo reconhecimento do português como língua oficial da mais importante organização internacional. Passou a ser língua oficial da Organização de Unidade Africana e da Organização dos Estados Americanos e, com a entrada de Portugal na Comunidade Europeia, também o português passou a ser uma língua oficial nesta organização. Faltava ainda conseguir o mais importante desiderato de

[585] José Luís Jesus "A CPLP na perspetiva dos Países Africanos", *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático,* II Curso Livre de História Contemporânea, Lisboa, 15 a 20 novembro de 1999, organizado pela Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, coordenação científica de José Medeiros Ferreira, Edições Colibri, Fundação Mário Soares, Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, 2001, pp. 99-104.

afirmação de uma língua: o seu reconhecimento internacional, a par do chinês, espanhol, francês, inglês e russo como uma das mais importantes na Organização das Nações Unidas, quando já o era em termos demográficos.

Por fim, na área da cooperação será aquilo que os países dela quiserem ou puderem fazer; apesar do muito que se tem feito, os africanos queixam-se, sobretudo, e ainda, da falta da criação de uma cidadania lusófona. Mas a integração de Portugal no espaço Schengen impõe limitações inultrapassáveis e, neste campo, só pequenos passos têm vindo a ser dados.

Vale a pena fazer uma reflexão sobre algumas afirmações proferidas, em maio de 2008, à volta do tema, pelo Secretário Executivo da CPLP, embaixador Luís Fonseca, num colóquio cultural da sua iniciativa, em conjunto com o Círculo de Reflexão Lusófona e o Instituto de Estudos Europeus da Universidade Católica.

Segundo aquele diplomata existiam, naquela altura, africanos com muitas reservas e desconforto no uso do termo lusofonia, principalmente nos países onde ainda existem memórias dos conflitos coloniais. Desta forma, e no seu entender, para que a lusofonia pudesse vir a ser o cimento de união da CPLP, seria forçoso que fosse além da língua, trazendo mais-valias para todos os cidadãos. Seria preciso criar uma Comunidade de Povos em complemento da Comunidade de Estados já existente. E, ainda, que se integrassem na visão atual da lusofonia, as componentes que traduzam as realidades e expetativas de todos os países que compõem a CPLP, e não apenas de Portugal e do Brasil.[586]

Talvez por tudo isto, continua a ser um espinho para muita gente. Afinal, este conceito ainda gera muita confusão, sobretudo entre os políticos ligados à luta contra o colonialismo. Veja-se, por exemplo, a posição de Joaquim Chissano, antigo político moçambicano e homem forte do regime, que desempenhou vários cargos no Partido e no Governo, e que substituiu o Presidente Machel após a sua morte. Aquele ex-Presidente deixou implícitas as suas reservas para com a lusofonia, em 7 de janeiro de 2013, nas palavras que proferiu numa conferência em Portugal, por ocasião dos quarenta anos do jornal *Expresso*, onde a considerou uma utopia útil, assente numa língua comum, mas que não poderá sufocar as culturas dos povos. Afirmou ainda que Angola e Moçambique falam português, mas não são lusitanos e que, se a lusofonia é um espaço cultural, tem

[586] Embaixador Luís Fonseca, "CPLP. Reserva e desconforto na utilização do termo lusofonia", *Notícias Lusófonas,*16/05/2008. Disponível em: http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=21028catogory, consultado em 16-05-2008.

ainda muito caminho por andar, pois não é a língua que os poderá unir, mas sim aquilo que fizerem com ela. Sobre a CPLP, referiu que foi a expressão política de uma vontade comum de união, mas que não existe ainda uma perspetiva comum a todos.

Aquino de Bragança, já atrás referido[587], moçambicano de origem goesa, principal conselheiro e ideólogo do Presidente Samora Machel e diretor do Centro de Estudos da Universidade Mondlane, dizia em março de 1980, numa entrevista ao jornal brasileiro *Folha de S. Paulo* que "o aspeto colonialismo é elemento determinante em termos de uma identidade mais profunda e não a língua".[588]

Mas não se julgue que esta aversão ao conceito e sua fundamentação está apenas do lado africano. Em ambos os lados existe quem a defenda e quem a rejeite. Para muitos, não passa de uma miragem, para outros uma tentativa de readaptação do luso-tropicalismo, do brasileiro Gilberto Freyre, virado agora para a cultura.

Como escreveu Joaquim Valentim, "a valorização da lusofonia não encontra correspondência da parte dos africanos que são, em boa medida, interlocutores por excelência dessa lusofonia".[589]

A lusofonia ainda é vista por muitos como um fator de identidade supranacional, como uma forma de tentar impor a hegemonia da língua portuguesa sobre as restantes línguas nacionais; em suma: de impor a cultura portuguesa sobre as restantes.

A propósito, veja-se o que afirma António Pinto Ribeiro:

"para que esta pretensão neocolonial exista, a RTP África, a RTP Internacional e, de uma forma mais *naif*, o *JL*-são os instrumentos adequados. Já o Acordo Ortográfico, por sua vez, é, sobretudo pela forma como foi feito, uma tentativa de resistir ao estilhaço da lusofonia. No entanto também não saem bem aqueles que acusam o referido Acordo de cedência da língua a outros países, como se ela fosse uma propriedade dos portugueses".[590]

Ainda segundo o mesmo autor, "a lusofonia é a última marca de um império que já não existe. É o último impedimento a um trabalho adulto sobre as múltiplas identidades dos países que falam português". E acrescentava:

"Porém a lusofonia, no logro de ser uma pátria de uma língua comum, uma forma torpe de neocolonialismo, é também a prova da incapacidade de construção de um país pós-colonial que não

[587] *Vide* em 1.4, *supra*.
[588] AHD-PAA 72, 945, telegrama da Embaixada de Portugal em Brasília, nº A-27, […], março de 1980.
[589] Valentim, Joaquim, "Identidades e Lusofonia nas Representações Sociais de Portugueses e de Africanos*", apud,* António Pinto Ribeiro, *Jornal Público,* Revista Épsilon, "Política Cultural – para acabar de vez com a Lusofonia", 18 de janeiro de 2013 [s. p.]
[590] António Pinto Ribeiro, *Jornal Público,* Revista Épsilon, "Política Cultural – para acabar de vez com a Lusofonia", 18 de janeiro de 2013 [s. p.]

consegue olhar as suas colónias numa relação de confronto de interesses e de respeito pelas identidades que cada um desses países pretende construir.

Com tudo isto há, por parte da esquerda conservadora, uma pretensa relação, baseada nos afetos e nos negócios; e na direita, uma relação que se baseia na nostalgia, nos negócios e na defesa do uso da língua conforme a sua matriz lusitana".[591]

Se a matriz linguística e cultural portuguesa incomoda alguns, para outros tem virtudes e potencialidades, como opina Guilherme de Oliveira Martins: "A língua portuguesa é um importante veículo de identidade e de diferença, de unidade e de diversidade (…) O que é a identidade da lusofonia? Não uma tendência uniformizadora e eurocêntrica, mas um encontro de forças centrífugas e centrípetas. Daí as várias culturas que têm de ser valorizadas: desde o cais europeu a África e ao Brasil, mas também ao Indico e Extremo Oriente".[592]

Nesta ótica de diversidade de opiniões, outros vão mais longe e consideram que ela é fundamental para o devir de Portugal e dos outros Estados que a usam. Ernâni Lopes, defensor das virtudes e potencialidades da lusofonia, dizia que era um "conceito em processo histórico de construção, em plena projeção para o futuro (…) um permanente processo histórico-estrutural do desenvolvimento, à escala global, de uma matriz linguístico-cultural comum e aberta à multiplicidade e à diversidade das suas expressões sociológicas e historicamente concretizadas".

Na sua visão estão refletidas as várias componentes que caracterizam a lusofonia, como um todo, mas em última análise, não deixa de traçar um objetivo político-económico quando diz "que a lusofonia ainda não é um ator económico global, embora tenha potencial para o ser" e, para tal, existe "o componente político resultante da vontade dos Estados soberanos que ao criarem a CPLP, decidiram criar e usar um amplificador / potenciador / reforçador de poder à escala global".[593]

Note-se que a lusofonia é constituída, no seu conjunto, por 250 milhões de pessoas espalhados por todos os continentes e isto é, reconhecidamente, um valor acrescido, se devidamente potenciado. Neste momento, representam aproximadamente 3,6% da população mundial e 3,85% do PIB mundial.

Numa entrevista, em fevereiro de 2014, o moçambicano Salimo Abdula, presidente da Confederação Empresarial da CPLP, mostrou-se muito otimista relativamente às

[591] António Pinto Ribeiro, "Política Cultural – para acabar de vez com a Lusofonia", *Jornal Público*, Revista Épsilon, 18 de janeiro de 2013 [s. p.]
[592] Guilherme d´Oliveira Martins, "Lusofonia – Desenvolvimento e Cultura – Colaboração ou Mútua Exclusão", *Africana Studia*, nº 18, 1º semestre, 2012, pp.19-22.
[593] Ernâni Rodrigues Lopes, "Lusofonia: conceito e realidade", *Notícias CPLP*, julho-agosto de 2007, p. 4.

potencialidades futuras que a vertente económica da organização encerra: "A riqueza no espaço lusófono pode subir para 10% do PIB mundial, se os países se juntarem e apostarem numa verdadeira comunidade económica, criarem mais valias sobre os abundantes recursos naturais e usarem a "abençoada separação geoestratégica".[594]

Se hoje se fala no valor económico da língua portuguesa, fruto de um estudo encomendado em 2012 pelo Camões - Instituto da Língua e da Cooperação, ao ISCTE,[595] já em 2002, numa altura em que se tinha realizado o I Fórum Empresarial da CPLP e decidida a criação de um Centro de Excelência Empresarial em Luanda, o embaixador brasileiro João Augusto de Médicis, então Secretário Executivo da CPLP, num artigo de opinião intitulado "CPLP- A língua é um grande facilitador de negócios", alertava os empresários para essas potencialidades, explicando as razões porque assim pensava.[596]

Sobre a interdependência e a importância da lusofonia para Portugal veja-se, também, a opinião do Presidente da SEDES, Luís Campos e Cunha, em entrevista ao *Diário de Notícias*, sublinhando que os três pilares da identidade nacional são, em primeiro lugar, a Europa, em segundo, o mar e, em terceiro, a lusofonia. O mar é o cimento que liga os pilares da trilogia da nossa identidade:

- A Europa precisa de Portugal porque somos o país com mais mar;

- A lusofonia precisa de nós porque somos um país da UE e um aliado histórico sempre virado para o Atlântico;

- Portugal precisa da Europa, dos países lusófonos e do mar.[597]

Goste-se, ou não, do termo e do conceito de lusofonia, ele já entrou na retórica diplomática, e segundo um antigo Secretário Executivo da CPLP, embaixador Luís Fonseca, é usado, por Chefes de Estado, membros de governo ou diplomatas. Por outro lado, importa esclarecer que o termo, apesar de ser utilizado por inúmeras figuras públicas e em diferentes ocasiões, não consta nos documentos oficiais da CPLP. Embora a lusofonia tenha sido considerada fundamento da CPLP nos encontros Luso-Afro-Brasileiros anteriores à criação desta organização, o termo não consta do seu Ato Constitutivo.

É sobretudo junto da juventude que ela é melhor acolhida e, por isso, o futuro pode trazer novidades. Serve de exemplo o 3º Festival da Conexão Lusófona, organizado em

[594] [s.a.], "Riqueza do espaço lusófono pode aumentar", Jornal *OJE*, 25/2/2014, p. 11.
[595] Luís Reto, (coordenador), Potencial Económico da Língua Portuguesa, Lisboa, Texto Editora, 2012.
[596] João Augusto de Médicis, "CPLP - A Língua é um grande facilitador de negócios", artigo de opinião, Revista *Informar/Portugal*, Ano II, nº 8, 2002, pp .83-84.
[597] [s.a.], "Governo quer projetos - âncora para nova economia azul", *Diário de Notícias*, 22 de janeiro de 2013, p. 29.

Lisboa a 5 de julho de 2014, pela iniciativa de jovens lusófonos. No final do mesmo, o cantor angolano Paulo Flores, entusiasmado com o sucesso da iniciativa, referindo-se ao evento, à juventude e ao conceito de lusofonia, traçou, de forma objetiva, a bissetriz daquela problemática ao afirmar: "é uma juventude livre dos traumas que a minha geração tem e que complicou a consolidação do conceito da lusofonia em outros tempos. É compensador ver estes jovens com uma posição construtiva".[598]

Merece especial realce a opinião do intelectual e político senegalês, antigo Presidente, Leopold Sédar Senghor que, numa entrevista à televisão francesa, em março de 1980, alertava para a necessidade de se criar uma associação de países inteira ou parcialmente francófonos, uma associação de países lusófonos e outra de países de língua castelhana, para se afirmarem como parceiros condignos dos países anglófonos e, assim, evitar que estes assumissem o monopólio da vida mundial. Não deixou de enunciar a sua perspetiva cultural e humanista, ao dizer que a transformação do mundo terá de ser, primeiramente, cultural, e a simbiose ou mistura das várias culturas será o enriquecimento para todos, do que não resultará, apenas, uma soma de parcelas, mas uma nova visão do mundo.[599]

Numa entrevista ao jornal *A Capital*, Senghor confessava que "quando eu vejo um português, a minha gota de sangue português canta saudades num canto da minha memória ancestral… O português, talvez não como gramática, mas certamente como estilo, é uma simbiose de contribuições europeias, africanas e latino americanas. O português é já um pouco de nós, africanos".[600]

Este sentimento, do poeta presidente, cuja proveniência é despegada de qualquer interesse, acabou por tornar-se, aos olhos de muitos, a mais pura e bela mensagem daquilo que a lusofonia deve ser, acima de tudo o resto: o multiculturalismo, o cimento de uma união que, goste-se ou não, tem perdurado e deseja-se que perdure ao longo dos séculos:

"Sabemos que os Impérios morrem, os governos passam, as raças misturam-se e de tudo o que é humano só a cultura tem a vocação da eternidade".[601]

---

[598] *Festival Conexão Lusófona*, 3ª edição, "A Lusofonia chegou à rua", disponível em: http://parceiro1.hostpop.com.br/view/35010.21126.84807931.htm, consultado em 08/07/2014.
[599] AHD-PAA 153, Proc. 981,6, Ofício do Consulado Geral de Portugal em Bordéus, nº 47/1747 de 10/3/80.
[600] "Presidente Senghor afirma que Portugal está no bom caminho ao desenvolver a cooperação com todos os estados lusófonos", Jornal *A Capital* de 3 de março de 1979, p. 4.
[601] Adriano Moreira, *A Nação Abandonada*, *op. cit*., p. 5.

3.2. Os principais atores e respetivos papéis na consolidação dos laços e na origem da cooperação

Após as independências, a generalidade dos portugueses e africanos deu provas de desejar manter, de alguma forma, os laços criados, o que passava por garantir um relacionamento sem paternalismos, mas de franca e aberta cooperação. Mesmo entre os combatentes que se tinham defrontado, não foi difícil a aproximação logo após o cessar-fogo. Eram como irmãos desavindos que, numa certa fase da vida, apesar de se terem combatido, não deixavam de se admirar até porque ambos foram vítimas, sob formas diferentes, de uma ditadura. Era necessário não deixar destruir esses laços e, mais ainda, cultivá-los através das novas relações entre Estados livres e independentes.

A propósito, Mário Soares conta um episódio que retrata bem esta ideia: aquando do primeiro contacto com a delegação do PAIGC em Londres, alojada na Embaixada da Argélia e chefiada pelo Comandante Pedro Pires, o embaixador argelino que tinha negociado a independência da Argélia com os franceses disse-lhe: "o que me espanta são as relações fraternas que vocês portugueses têm com os guineenses e cabo-verdianos. Sabe que nós, argelinos, só apertámos a mão aos franceses no dia em que assinámos a paz".[602]

Para falar da excelência das relações que levaram à assinatura dos tratados com os territórios ultramarinos, Almeida Santos referia que "as pontes permaneceram lançadas e continuou-se a passar nos dois sentidos". Refere igualmente o exemplo dos franceses e argelinos como termo de comparação, embora o momento não fosse coincidente com o referido por Mário Soares. Almeida Santos explica que "a França e a Argélia só voltaram a apertar as mãos treze anos decorridos sobre a paz de Evian, Portugal e os novos Estados em que as suas ex-colónias se converteram nunca deixaram de apertá-las".[603]

De facto, após a independência, os governantes portugueses tiveram dificuldade em definir o lugar que os novos países africanos iriam ocupar no âmbito da nova política externa e qual o papel que lhes deveria ser destinado face ao contencioso que ficou por resolver para mais de quinhentos mil *"*retornados*"* que fugiram para Portugal e pelas consequências gravosas para ambos, como por exemplo, os mercados que se poderiam perder. Assim, não é de estranhar que a primeiríssima preocupação fosse assinar, com

[602]Mário Soares. *Um político assume-se, Ensaio Autobiográfico Político e Ideológico, op. cit.,* p. 210.
[603] António de Almeida Santos, *Quase Memórias, 2º vol., Da Descolonização de cada Território em Particular, op. cit.,* p. 437.

todos eles, acordos de cooperação. A Cooperação Portuguesa foi a melhor escolha, como ficou demonstrado posteriormente, quando confrontada com outras experiências que não resultaram. Mas, para que ela se consolidasse, foi necessário ultrapassar muitas adversidades. Em primeiro lugar, a forma como Portugal tentou executar a descolonização. Depois, a fase de profunda confrontação ideológica após a independência. Apesar de tudo isso, as relações continuaram, com altos e baixos, tendo demonstrado ser a resposta mais adequada às necessidades dos novos Estados naquela conjuntura. Inicialmente, esta cooperação era feita com evidente amadorismo, baseada em conhecimentos e cumplicidades, sem planeamento e com enquadramento difuso, tentando responder a todas as solicitações e só mais tarde passou ao patamar de política pública, pensada, planeada e executada. À volta deste conceito, Pierre Muller diz que "uma política define obrigatoriamente os fins e os objetivos a atingir (…) para compreender a emergência de uma política pública, será preciso começar por identificar os diferentes atores e compreender as relações que os unem (…) as políticas públicas são o lugar onde as sociedades definem as suas relações com o mundo e com elas próprias". [604] Ora, Portugal precisava de definir, no seu próprio interesse e dos seus novos parceiros, uma relação previsível e adequada às necessidades e capacidades, sempre no respeito pela igualdade entre sujeitos do direito internacional. As potencialidades deste relacionamento eram enormes, quer pelo conhecimento privilegiado que Portugal tinha daqueles territórios, quer pela existência de meios técnicos e humanos mais adequados às necessidades das jovens nações, do que aqueles que foram fornecidos, sobretudo, pelos países do bloco Leste e por Cuba.

Foram muitos os atores que contribuíram com vontade e determinação para a manutenção destes laços que uniam genuinamente, na maior parte dos casos, povos tão distintos, independentemente dos regimes e dos aspetos negativos do colonialismo.

Alguns deles, pelas funções que exerceram e, ou, pelo relevante papel que desempenharam, terão de ser aqui referidos. Em primeiro lugar os militares, porque foram os pioneiros na linha estratégica que permitiu a independência dos territórios ultramarinos, e porque alguns deles tiveram um papel fundamental, enquanto decisores políticos, para que a cooperação fosse a fórmula que ajudou a consolidar os laços que ainda hoje nos unem, como adiante veremos.

[604] Pierre Muller, *Les politiques publiques*, Paris, PUF, 2009, pp. 23, 31, 32.

3.2.1. Os Militares

Os militares, que durante o Estado Novo não deixaram de ser o sustentáculo do regime, foram em alguns casos muito maltratados por Salazar, acabaram por ser os principais responsáveis pela mudança do sistema político em Portugal, com a Revolução de 25 de Abril de 1974 que conduziu Portugal à democracia, permitindo encetar as negociações que levaram à independência das colónias. Assim sendo, torna-se obrigatório falar destes atores e do papel que desempenharam.[605]

Salazar, embora não manifestasse grande apreço pela estrutura militar, procurava não a hostilizar e manteve sempre um militar, que ele se encarregava de controlar, no mais alto cargo da nação. Ficou célebre a forma como tratou Santos Costa, que o serviu como ministro da Defesa durante vinte e dois anos, e que acabou por marginalizar completamente só porque pediu a demissão do cargo para poder frequentar o Curso de Altos Comandos, sem o qual não poderia atingir a patente de General. Também não foi bem aceite entre os militares, a forma como não cuidou da defesa da chamada Índia Portuguesa tendo abandonado à sua sorte os militares ali estacionados. Salazar ignorou "os sinais de Bandung" e crucificou as Forças Armadas, a quem exigiu o impossível, responsabilizando-os, depois, pela perda da primeira parcela do território que ia do Minho a Timor.[606]

O Conselho de Ministros de 21 de março de 1963 veio a condenar Vassalo e Silva e o seu Estado-Maior a penas disciplinares pela sua rendição em Goa em 1961. A pena aplicada foi a da passagem à reserva, mas houve ministros que defenderam o fuzilamento dos traidores à Pátria.[607]

Já com Marcelo Caetano como Primeiro-ministro em 1974, nas vésperas da revolução de abril, a situação política e militar era explosiva. Os militares que até então, apesar dos referidos episódios, tinham sustentado o regime e uma longa guerra em África, cansados, e não logrando um fim para a situação dramática que se vivia, vão provocar a mudança.

---

[605] De entre os historiadores que abordaram o tema dos Militares e a Política nesta fase, *vide* entre outros o José Medeiros Ferreira, *o Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no século XX*, Lisboa, Estampa, 1992 ou ainda Maria Carrilho, *Democracia e Defesa. Sociedade, política e forças armadas em Portugal*, 1ª ed., Lisboa, Pub. D. Quixote, 1994.

[606] Vítor Alves, "Colonialismo e Descolonização*", Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 15/16/17 maio de 1985, pp. 1-9, disponível em: www.ces.uc.pt/rccs/includes/download.php?id=252, consultado em 25/8/2014.

[607] [s.a.], "1961, O ano que fez Salazar perder a voz", *Diário Económico, "Revista do Século XX",* vol.3, 1950-1973, 24/3/2000, pp, 32, 33, 37.

Ainda estava bem viva na memória de muitos oficiais, a recordação dos episódios dramáticos vividos aquando da invasão de Goa por forças da União Indiana e temiam que o mesmo viesse a ocorrer nas colónias, nomeadamente na Guiné, onde a situação militar era problemática. Moçambique não deixava de levantar também alguma preocupação. Apenas em Angola a situação não era tão complicada, porque existiam três movimentos em guerra contra Portugal e também em guerra entre eles. Mas acreditava-se que a perda de uma das parcelas coloniais arrastaria as outras.

Por tudo isto se poderá imaginar como era o espírito dos jovens militares de carreira que, no teatro das operações, conheciam o problema melhor que ninguém. O próprio Spínola, no seu polémico livro, maioritariamente escrito em Bissau onde era Comandante-chefe, demonstra o seu sentimento, afirmando que "o exemplo da India é um precedente bem vivo do porvir que receamos"[608]

Por outro lado, surgiu da parte dos jovens capitães de carreira, a rejeição do Dec. Lei nº 353/73 de 13 de julho e, apesar de um aparente recuo do Governo, também se uniram contra o Dec. Lei nº 409/73 de 20 de agosto do Ministro da Defesa Sá Viana Rebelo. Estes diplomas surgiram devido ao facto de nos diversos teatros de Guerra faltarem comandantes no terreno, ou seja, capitães. Como forma de suprir as necessidades permitia-se a integração de oficiais milicianos do quadro de complemento para o quadro permanente, mas desta forma, iriam ultrapassar os oriundos da Academia Militar. Por isso, corporativamente, entre os militares de carreira surgiu o Movimento dos Capitães.

Numa segunda fase, esses militares foram tomando consciência política, já cansados de uma guerra cada vez mais sem sentido,[609] sobretudo os milicianos, muitos incorporados obrigatoriamente, em consequência da agitação estudantil que marcou a década de sessenta. Os milicianos, mais politizados do que os do quadro, apesar da desconfiança e hostilidade que normalmente existia entre ambos, acabaram por influenciar muitos dos seus companheiros de armas contra o regime.[610]

---

[608] António de Spínola, *Portugal e o Futuro, op. cit.*, p.235

[609] Para alguns historiadores, a origem sociológica dos militares de carreira nos anos sessenta, predominantemente provenientes dos meios rurais, menos elitistas, como acontecera até aí, também justificará esta rutura com a hierarquia política e militar. *Vide* Maria Carrilho, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX: para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Lisboa, Casa da Moeda: Imprensa Nacional, 1985, pp. 336-339. Igualmente, J. Filipe Pinto, *Do império colonial à comunidade de países de língua portuguesa, continuidades e descontinuidades,* Lisboa, Instituto Diplomático MNE, 2005, pp.58-62.

[610]Segundo José Medeiros Ferreira, *Portugal em Transe, op. cit.*, 2008, p. 23, considera ter havido três fases nesta conspiração: 1ª corporativa, 2ª consciencialização política, 3ª organização do golpe militar.

Segundo Rui Ramos, "as sebentas marxistas ajudaram os oficiais portugueses a substituir o mito da defesa do império pelo mito oposto do anti-imperialismo e da libertação nacional, permitindo evacuar África com boa consciência".[611]

Para Maria Carrilho, "o serviço militar serviu para importar a cultura política estudantil para as Forças Armadas nomeadamente através dos cerca de 25 000 oficiais e aspirantes milicianos".[612]

Para alguns dos oficiais Generais conservadores, de que é exemplo o antigo Governador-geral de Angola, Silvino Silvério Marques, em grande parte, esses milicianos foram os responsáveis pela solução encontrada para resolver o problema colonial, como defendeu no prefácio de um livro do General Silva Cardoso:

"Desgraçadamente, surgiu uma geração de jovens oficiais infiltrados por ideologias que serviram interesses hostis à Pátria que haviam jurado defender e servir, e, em convergência, se não em cumplicidade com ela, um grupo de políticos para quem a sua Pátria não era a nossa Pátria histórica e constitucional".[613]

Para Almeida Santos aquela teoria não é assim tão linear e deve ser contextualizada, como se pode concluir de uma entrevista concedida ao jornal *Público*, quando lhe foi colocada a seguinte questão:

"A ideia que passa muitas vezes é que os militares eram todos esquerdistas, mas quando se vê os militares envolvidos temos: em Moçambique; Vítor Crespo, Angola; Silvino Silvério Marques, Timor; Lemos Pires, São Tomé; Pires Veloso, e não são esquerdistas".

Almeida Santos acrescenta que na altura o ambiente dominante era de esquerda e, os que o não eram, "defendiam sem esforço nenhum, posições de esquerda".[614]

Finalmente falta referir o divórcio, cada vez mais acentuado, entre a minoria branca e os militares nos territórios africanos. Em janeiro de 1974, uma fazenda foi assaltada em Moçambique, nas imediações de Vila Perry. Nos dias seguintes, os fazendeiros da região manifestaram-se violentamente com graves insultos às Forças Armadas, perante a passividade das autoridades civis e das forças da ordem. Foi o rastilho para uma tomada de posição dos militares que informaram Lisboa da tentativa de humilhação de que eram

[611] Rui Ramos (coordenador), *História de Portugal*, [2ª ed.], p. 723.
[612] Maria Carrilho, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. XX: para uma explicação sociológica do papel dos militares*, *op. cit.*, p. 456.
[613]General Silva Cardoso, *Angola. Anatomia de uma Tragédia*, 5ª ed., Lisboa, Oficina do Livro, 2001, p. 20.
[614] Almeida Santos, entrevista com S.J.A., "Melo Antunes e Almeida e Costa acordam com a Frelimo as bases do futuro Acordo de Lusaca", *Público,* 11 de abril de 2004, p. 12.

vítimas as Forças Armadas no território. Em carta enviada ao Comando Chefe das Forças Armadas de Moçambique, fazendo eco do descontentamento militar perante os graves insultos de que tinham sido vítimas, o Capitão Vasco Lourenço, exigia a imediata demissão do Governador da Beira e a abertura de um inquérito para apuramento das responsabilidades de quem estaria interessado em deformar a opinião pública contra as Forças Armadas.[615]

Mas a animosidade era recíproca, como dá conta nas suas *Memórias de África*, Costa Oliveira, que entre 1961 e 1973 desempenhou funções governativas em Angola, referindo os comentários que ouvira na altura, relativamente ao pensamento de colonos e empresários angolanos. De certa forma, era também o sentimento que o engenheiro Jorge Jardim, influente empresário moçambicano, expressou em carta dirigida ao Presidente do Conselho, António Oliveira Salazar. Para eles, os oficiais de carreira faziam a guerra com espírito de Comissão de Serviço com o mínimo risco e o máximo proveito, sempre desejosos de repetirem comissões. Em Angola dizia-se inclusivamente que a guerra estava a ser ganha à custa dos jovens oficiais com o apoio das forças nativas especiais.

Também o ex-militar Marques Rêpas dá conta de um boato que circulava entre a população branca de Angola, "segundo o qual já não havia guerra e só os militares afirmavam que ela existia com o fim de justificarem as comissões de serviço e com estas tirarem benefícios".[616]

Salgueiro Maia foi mais longe, afirmando que "a vida no mato e a participação na guerra, mostraram-me uma outra realidade: o mito do trabalho forçado, os castigos corporais, o racismo, tudo o que fazia parte do dia a dia do sistema colonial e que era a negação do que a propaganda do regime dizia (…) o tal Portugal uno, indivisível, inalienável e multirracial (…) era uma fraude".[617]

A historiadora Alexandra Marques, na sua análise à descolonização angolana, refere que, "para os militares, "os portugueses que viviam nas colónias eram tidos como representantes do colonialismo (…) a desresponsabilização do Governo português teve a ver com esta perspetiva ideológica: eles são colonialistas, aproveitaram-se da situação

[615] "Comando Chefe das Forças Armadas de Moçambique", disponível em:http://www.25abril.org/index.php?debug=0&content=2&image=197&serie=1, consultado em 06/12/2013.
[616] F. Marques Rêpas…*E nada mais que a verdade, relatos para a história de uma época, op. cit., p.*102.
[617] João Paulo Guerra, *Descolonização Portuguesa. O Regresso das Caravelas, op. cit.,* p.46.

privilegiada que tinham, na realidade pós-colonial não há espaço para eles e quem decidirá o seu destino são os futuros governantes de Angola".[618].

Nesse sentido, vai uma intervenção de um dos atores do processo da descolonização de Angola, o General, Pedro Pezarat Correia que num artigo sobre a Descolonização afirmou:

"A luta de libertação tinha sido desencadeada pelos movimentos nacionalistas africanos, empurrados para a luta armada pela intransigência do regime colonial português e aquelas massas de colonos brancos, agentes inconscientes da exploração colonial não puderam - nem nunca poderiam - ser absorvidas pela sociedade do novo país independente".[619]

Esta era a realidade antagónica que se vivia, quer em Moçambique, quer em Angola e, até, em Portugal, antes e após o 25 de Abril, o que não pressagiava nada de bom.

Marques Rêpas, na análise que fez sobre este período, considerou que "as Forças Armadas, sofrendo embora o ostracismo a que se sentiam votadas, mantiveram-se firmes. Mas os laços de solidariedade em defesa do regime acabaram por ser muito frágeis, verdadeiramente uns ténues fios que qualquer problema interno podia quebrar". [620]

Analisando agora a evolução da contestação militar ao regime, refira-se que, para uns, o Movimento dos Capitães foi criado em Bissau, quando um grupo de cerca de duas dezenas de capitães se reuniu no Clube Militar em Bissau, a 18 de agosto de 1973, para debater as implicações negativas decorrentes da publicação do Dec. Lei 353/73 de 13 de ju de 1973 e manifestar o seu descontentamento; enquanto para outros, terá sido criado em 9 de setembro de 1973, numa reunião efetuada pelos mesmos motivos, numa herdade em Alcáçovas, onde estiveram presentes mais de uma centena de oficiais e onde se debateu o caminho a seguir para reverter esta ingrata situação.

Na reunião de São Pedro do Estoril, em 24 de setembro de 1973, foi abordada a necessidade de derrubar o Governo, através de um golpe militar, para acabar com a guerra. Era a primeira vez que tal hipótese era levantada, resultando, da sua aprovação, a alteração dos pressupostos do Movimento dos Capitães. A vertente corporativista já não era a única em cima da mesa.

---

[618] Carolina Freitas, "Alexandra Marques, Dentro da Descolonização de Angola", *Jornal de Letras,* nº 1119, 21 de agosto a 3 de setembro de 2013, pp. 34-35.

[619] Pedro Pezarat Correia, "O processo de descolonização de Angola do «25 abril» ao «Alvor»", disponível em: file:///C:/Users/utilizador01/Downloads/DescolonizacaoPezaratCorreia.pdf, p. 4, consultado em 19/06/2015.

[620] F. Marques, Rêpas *... e nada mais que a verdade, relatos para a história de uma época*, *op. cit.*, p.76.

A reunião seguinte ocorreu em Óbidos, a 1 de dezembro do mesmo ano, e nela estiveram presentes oficiais representantes de 86 unidades do país. Decidiu-se o alargamento aos outros ramos das Forças Armadas, passando algum tempo depois a designar-se Movimento dos Oficiais das Forças Armadas, tendo-se incorporado elementos bem mais politizados. Na parte final iria ainda transformar-se no Movimento das Forças Armadas (MFA), alargando a sua representatividade aos Sargentos e Praças.[621]

O Major Melo Antunes foi um desses oficiais politizados que em 5 de fevereiro de 1974, participou numa primeira reunião, a convite da Comissão Coordenadora do ainda designado Movimento dos Oficiais das Forças Armadas.[622] Com ele participavam também pela primeira vez, entre outros, Garcia dos Santos e Costa Brás. Na reunião, debateu-se um texto que acabou por ser rejeitado e que havia sido elaborado por José Maria Azevedo. Depois de uma intervenção política de fundo por parte de Melo Antunes, convidaram-no a elaborar um projeto de programa para o Movimento, em conjunto com Costa Brás, José Maria Azevedo e Sousa e Castro.

Foram instituídos dois órgãos encarregados de planear o golpe: a Comissão Coordenadora e o Secretariado Executivo, e foi escolhido o chefe do Movimento, por larga margem, o General Costa Gomes. Outros nomes sugeridos foram os do General Spínola e também o General Kaúlza de Arriaga. Uma análise destes nomes prova a diversidade de ideias dos elementos que compunham o Movimento, unidos conjunturalmente à volta de um objetivo comum que era o fim da guerra, nem que para isso fosse preciso derrubar o Governo.

A publicação, a 22 de fevereiro de 1974, do livro do General Spínola, *Portugal e o Futuro,* em que se preconizava uma saída política negociada para a guerra, dado que o problema era político e não militar, acabou por ser o catalisador da etapa seguinte. A partir daqui Spínola ganha ascendência entre os militares e credibilidade junto da opinião pública.

No dia 5 do mês seguinte, os elementos do Movimento voltaram a reunir-se, agora em Cascais, sendo aprovado o documento intitulado "o Movimento das Forças Armadas e a Nação", elaborado por um grupo coordenado pelo Major Melo Antunes.

---

[621] *Vide* em 1.1, *supra*.

[622] Melo Antunes garante e detalha, na entrevista realizada por Maria Manuela Cruzeiro e vertida em forma de livro, a sua ligação ao Movimento dos Capitães desde janeiro de 1974, *Melo Antunes, o Sonhador Pragmático, op., cit.*, pp. 47-52.

Pouco depois, em conformidade com um pedido que havia feito, nesse sentido, Melo Antunes foi colocado nos Açores para estar perto da família e o programa no qual tinha tido especial participação, acabou por ser entregue a uma equipa que o deveria aperfeiçoar.

Definitivamente o movimento corporativo dava lugar a um novo movimento de cariz eminentemente político, que visava alterar a matriz política em Portugal. Face a esta nova realidade, e como uma parte dos implicados era seguidora do prestigiado General Spínola, figura mítica de combatente, não é de estranhar o seu envolvimento no apoio que prestou ao grupo, com quem ia discutindo as ideias mestras do documento. Foi assim que, a seu pedido, foram introduzidas algumas alterações no documento redigido pela comissão de que faziam parte Vasco Gonçalves, Costa Brás, Vítor Alves e Franco Charais. O documento final veio a ser aprovado por Spínola a 20 de março de 1974.

Apesar de já não ser o documento original do MFA, ele dava conta da grande insatisfação vivida no seio das Forças Armadas e pretendia apontar uma solução política para o problema ultramarino, indo de encontro à tese que Spínola defendia no seu livro.

No entanto, apesar de um aparente consenso entre os membros do Movimento, Melo Antunes admitiria mais tarde que ele esteve inquinado desde o início, cheio de ambiguidades. Dava o exemplo da solução para a descolonização pois, mesmo entre os oficiais que aderiram ao MFA, "não havia uma completa homogeneidade de pensamento. Havia, talvez, um consenso sobre a necessidade de acabar com as guerras e de buscar uma solução política para a questão colonial".[623]

Em 25 de Abril de 1974, depois de uma tentativa inicial frustrada a 16 de março, designada como "revolta das Caldas", um novo golpe militar, desta vez triunfante, obrigou à deposição do Governo e à entrega do poder ao General Spínola. Foi ele o escolhido pelo Presidente do Conselho, Marcelo Caetano, para receber o poder em nome dos revoltosos, vindo depois a ser o escolhido para presidir à JSN, criada em conformidade com o Programa do MFA.

Feita a revolução, importava consolidar o novo regime de acordo com o "Programa dos três D" -Descolonizar, Desenvolver e Democratizar- inspirado na tese de Medeiros Ferreira, escrita no exílio para o Congresso da Oposição Democrática em Aveiro, a 7 de abril de 1973, e que previa a queda do regime através de um golpe militar.

[623] João Paulo Guerra, *Descolonização Portuguesa. O Regresso das Caravelas*, *op. cit.*, pp. 135-137.

Mas o novo poder, representado pelo General Spínola, não respeitou a vontade dos militares triunfantes. Na noite seguinte à Revolução, pretendeu moldar, a seu jeito, a descolonização, impondo uma nova alteração, desta vez cirúrgica, ao acordo laboriosamente negociado, o que revoltou os militares mais progressistas. Resultava claramente aos olhos de todos que, daí em diante, existiam duas visões e mesmo dois projetos distintos sobre a descolonização, difíceis de compatibilizar e que, embora ambos se reclamassem do MFA, pois muitos dos oficiais que conspiraram contra o anterior Governo eram spinolistas, iriam forçosamente confrontar-se face à necessidade de clarificar o modelo a seguir, com cada um a tentar impor o seu projeto.

Como se viu na parte relativa ao contexto interno, na vigência do II Governo Provisório, o Presidente Spínola, pressionado, acabou por ceder e publicou a Lei nº 7/74, a chamada Lei da Descolonização, em 27 de julho de 1974. Estava aberto o caminho para a paz e, consequentemente, para as independências, tal como era, desde o início, a vontade dos militares que triunfaram no 25 de Abril, organizados na Comissão Coordenadora do MFA, para vigiar o cumprimento do programa do MFA que Spínola havia alterado.

O Presidente cedeu por várias razões, mas de entre todas, eventualmente a mais forte, foi a pressão popular consubstanciada no *slogan* "nem mais um soldado para as colónias", que desmoralizou enormemente as forças em combate, provocando a consequente desobediência militar nos territórios em guerra[624]. Este facto veio condicionar fortemente os seus propósitos de negociar a descolonização, apoiado na força armada.

Mário Soares, um dos principais negociadores da fase inicial do processo de descolonização, foi incisivo nas suas críticas aos militares, considerando que as negociações não correram conforme o que seria desejado porque "se as Forças Armadas tivessem funcionado com um mínimo de coesão, teriam sido um fator essencial de equilíbrio durante as negociações com os movimentos de libertação africanos.[625] Ora o que sucedeu foi exatamente o contrário. A desagregação das Forças Armadas portuguesas foi um fator de grande desequilíbrio, a favor dos africanos, de tal modo que nunca

[624] João Paulo Guerra, *Descolonização Portuguesa, O Regresso das Caravelas*, *op. cit.*, elenca as diversas vezes que os militares, nas cinco parcelas dos territórios africanos, "tomaram posições de força para apressar a descolonização (…) e pelo menos em Moçambique e Cabo Verde, houve ultimatos", pp. 80-81.
[625] Melo Antunes, em "Consciência da Revolução", *Público Magazine*, 9 de janeiro de 1994, pp, 13-22, queixava-se de que "há uma certa tendência em certos setores da sociedade civil – e não só do PS – para considerarem os militares os bodes expiatórios de tudo o que de mau aconteceu".

tivemos força para impor completamente os nossos pontos de vista durante as negociações".[626]

Almeida Santos, ao mesmo tempo que tenta ser compreensivo com a instituição militar, não deixa de ser cáustico. Diz compreender o sentimento dos militares que, em Moçambique, viam morrer mais soldados no pós 25 de Abril do que no período anterior, e afirma que não pode ser culpado quem deu, em vão, 10 a 13 anos ao Governo para preparar a paz.[627]Mas, por outro lado afirma que "quem tem consciência do valor das instituições, quando tem que fazer acusações que podem envolver o desprestígio de algumas instituições, por exemplo a instituição militar, as Forças Armadas Portuguesas, tem que pensar um pouco se deve fazê-lo e em que momento. Por isso eu deixei passar 30 anos, não vou deixar passar muito mais".[628]

Em 2006 surgem os dois volumes de *Quase Memórias*, onde Almeida Santos pretendeu deixar o seu testemunho para a História.

Um dos mais conhecidos episódios de insubordinação militar ocorreu por ocasião da reunião das comissões regionais do MFA em Nampula (Moçambique). Cada vez mais revoltadas pela continuação da guerra, em 22 de julho, as comissões de Cabo Delgado e Tete enviaram um ultimato ao Governo, no sentido de negociar o cessar-fogo até ao final do mês, sob pena de os militares nestes distritos o declararem unilateralmente.

Para além deste episódio existiram outras insubordinações e houve, até, unidades em que os militares, ameaçando os comandantes, se recusaram a participar em qualquer missão operacional. No início de agosto rebentou o escândalo com a companhia de Omar, na fronteira com a Tanzânia que, de acordo com a versão oficial, fora aprisionada, mas na versão da Frelimo, e de acordo com as provas que apresentaram, a companhia ter-se-á entregue aos guerrilheiros.

Para Almeida Santos não restaram dúvidas de que a companhia se entregou à Frelimo, hipotecando a posição de força que os negociadores portugueses julgavam poder vir a impor nas negociações em curso. Esta questão veio a ser abordada numa entrevista de 2004,[629] e voltou a referir-se a ela nas suas memórias.[630]

---

[626] Mário Soares, "Portugal e a opção europeia: um breve depoimento, "*Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático, op. cit.*, p. 76.
[627] *Vide* São José Almeida, entrevista com Almeida Santos, "30 anos do 25 de Abril-Quem mandou no processo de descolonização foi o MFA", *Público,* 10/04/2004, p. 12.
[628] Idem, *ibidem,* p. 10.
[629] Idem, *ibidem*, pp. 12-13.
[630] *Vide* em 1.4, *supra*.

Mário Soares foi mais longe, revelando uma informação colhida junto do antigo Presidente Joaquim Chissano, na altura chefe dos negociadores moçambicanos, segundo o qual alguns "militares portugueses membros das Forças Armadas, elementos do MFA" os informavam com detalhe sobre o que se iria passar",[631] quais as propostas portuguesas e onde deveriam resistir, atraiçoando assim deliberadamente os negociadores portugueses. No mesmo sentido aponta um excerto da entrevista que nos foi concedida por aquele antigo Presidente, quando, questionado sobre o mesmo assunto, admitiu, sem rodeios, que muitas das informações que possuíam lhes chegavam de várias fontes.[632]

Também um artigo de Helena Matos refere, indicando provas, vários episódios protagonizados por alguns militares que atraiçoaram o dever militar das Forças Armadas, entregando documentos altamente confidenciais à Frelimo; é o relato mais completo, do estado a que chegaram os militares em África naquela época.[633]

Interrogado sobre esta questão, de um ponto de vista estritamente militar, o General Ramalho Eanes enquadra-a num período em que, de certa forma, a política se infiltrou nas Forças Armadas, sobretudo, através dos milicianos, não deixando, contudo, de afirmar que "houve casos que eu pessoalmente entendo que foram casos que deviam ser punidos porque atropelavam aquilo que eram as normas militares, quer dizer, uma instituição militar enquanto funciona respeita as normas, mesmo que não concorde com elas".[634]

Entretanto, o MFA, pouco a pouco, ia-se tornando no verdadeiro centro de poder e guia da revolução. Se a descolonização era uma das suas promessas e estava em execução, os seus membros mais ativos, após a queda de Spínola e a formação do III Governo, estavam também nos principais órgãos do poder; desde o Presidente da República General Costa Gomes, ao Primeiro-ministro Coronel Vasco Gonçalves, liderando uma equipa em que mais de metade dos membros lhe eram afetos, bem como no Conselho de Estado, onde a proporção era a mesma.

Os órgãos mais representativos do MFA eram os seguintes: a Comissão Coordenadora do Programa, órgão diretivo com 20 membros designado Conselho Superior do MFA, um órgão consultivo que era a Assembleia Geral do MFA que reunia

---

[631] Mário Soares, "Portugal e a Opção Europeia: um breve depoimento*", Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático, op. cit.*, pp. 73-74.
[632] Entrevista concedida ao autor no hotel Pestana, em Lisboa, a 9 de janeiro de 2013.
[633] *Vide* o artigo de Helena Matos, "Descolonização: o terror do batalhão em cuecas", disponível em: http://observador.pt/especiais/descolonizacao-o-terror-do-batalhao-em cuecas/, consultado em 26/02/2015.
[634] Entrevista concedida ao autor no seu gabinete, em Lisboa, a 17 de julho de 2013.

mensalmente com 200 membros e, ainda, a 5ª Divisão do Estado Maior General das Forças Armadas e o COPCON.

Em janeiro de 1975, no boletim informativo do MFA intitulado *Movimento*, podia ler-se "O MFA e o atual momento político", que "o atual processo político é um processo revolucionário que não terminará com as eleições da Constituinte, mas continuará para além delas; é o MFA por intermédio dos seus órgãos revolucionários, Comissão Coordenadora do programa, Conselho Superior e Assembleia, a quem compete a direção do atual processo revolucionário (…) não podemos por em causa o processo revolucionário e a democracia por excesso de democratismo". [635]

Mário Soares referia a propósito que "depois da revolução apercebemo-nos, aliás, de que muitos civis tinham uma influência real sobre os militares, que não sabiam quase nada de política",[636] e acrescentava que "alguns elementos das nossas Forças Armadas (…) [pretendiam] que o MFA se tornasse numa espécie de movimento de libertação, com tutela sobre os partidos políticos".[637]

Segundo o jornal *Financial Times* de 26 de fevereiro de 1975, Mário Soares afirmara que "o papel do MFA devia ser incorporado na Constituição [mas] só representantes eleitos pelo povo se deviam sentar na Assembleia Constituinte". [638]

Debatia-se, nessa altura, a participação ou não dos militares nas eleições para a Constituinte. A favor estavam o PCP e o seu secretário-geral Álvaro Cunhal, e os elementos mais revolucionários das Forças Armadas. Contra esta participação, e no respeito pelo Programa do MFA, estavam partidos como o PS ou o PSD e militares com o peso de Costa Gomes. Estes últimos seriam o garante do seu cumprimento.

Em 11 de março de 1975, a tentativa infrutífera de regresso ao poder do ex-Presidente Spínola, veio baralhar ainda mais o panorama político militar no país. A resposta imediata foi a extinção do Conselho de Estado e da JSN para permitir quer o afastamento dos civis quer o afastamento das altas patentes menos envolvidas com a realidade política da altura, e a criação, em seu lugar, de dois novos órgãos político-militares de suporte às medidas revolucionárias que se iriam seguir.

---

[635] José Manuel Duarte de Jesus, *Os Relatórios Confidenciais da II Repartição do Estado Maior do Exército para o CEMGF*, op. cit., p. 80.
[636] Mário Soares, *Memória Viva, op. cit.*, p.77.
[637] Mário Soares, "Portugal e a Opção Europeia: um breve depoimento", *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático, op. cit.*, p.75.
[638] *Financial Times* de 26 de fevereiro de 1975, *apud*, José Manuel Duarte de Jesus, *Os Relatórios Confidenciais da II Repartição do Estado Maior do Exército para o CEMGFA*, Relatório nº 78, da 2ª Repartição do Estado-Maior do Exército, de 27 e 28 de fevereiro de 1975, p.115.

O MFA, até então representado pela Comissão Coordenadora e pelo Grupo dos Vinte era, finalmente, institucionalizado pela Lei nº 5/75 de 14 de março, e os órgãos de suporte passaram a ser o recém-criado Conselho da Revolução, (organismo político-militar e tutelar do Governo)[639] e a Assembleia do MFA, constituída por 240 membros, representando oficiais, sargentos e praças, sendo 120 do exército e 60 de cada um dos dois outros ramos. Mantinham-se a Comissão Coordenadora, o COPCON e a 5ª Divisão, que passou a órgão dinamizador de ação cultural, sobretudo no norte do país.

Eduardo Lourenço escrevia, em 1978, uma das suas mais conhecidas obras, o *Labirinto da Saudade*;[640] ao debruçar-se sobre a conjuntura, fazia, de certa forma, uma análise psicanalítica do destino português. Esta obra guiava-se, e de certa forma complementava a outra que havia publicado, em 1975, sobre o papel dos militares, naquela fase conturbada da vida dos portugueses, onde chamava a atenção para o novo papel que os militares passaram a ter na vida nacional e o perigo de se deixarem inebriar, tendo em conta a lisonja de que eram alvo e o convite para se metamorfosearem em poder político de direito. Precisando melhor a ideia, advertia para a possível ameaça de alguns prestigiados dirigentes do MFA, influenciados por movimentos ou partidos, poderem ser tentados a impor uma ditadura militar através de um regime popular autoritário. Concluía este raciocínio avisando que "o MFA pode caucionar uma experiência democrática séria, sonho de cinquenta anos sinistros que seria mais sinistro ainda ver desfeito em fumo".[641]

Olhando para aquele curto espaço de tempo após o 25 de Abril, podemos considerar que Eduardo Lourenço previu o que se seguiria àquele período de profunda instrumentalização das Forças Armadas, com uma intromissão dos partidos na sua missão e *vice–versa.*

Os seus apelos parecem terem sido escutados pelo grupo de militares que apresentou o seu manifesto no princípio de agosto, em forma de Documento dos Nove, e vão ser eles que, no 25 de Novembro travaram a instrumentalização militar que se seguira ao 11 de março. Enquanto no 25 de Abril a ação principal coube ao estratega Otelo Saraiva de Carvalho e a operacional a Salgueiro Maia, no 25 de Novembro esses papéis couberam, respetivamente, a Ramalho Eanes e a Jaime Neves

[639] Este novo órgão resultou da extinção do Conselho de Estado, da JSN e do Conselho dos Vinte.
[640] Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do destino Português*, Lisboa, Gradiva, 7ª edição, 2007.
[641] Eduardo Lourenço, *Os Militares e o Poder seguido de O fim de todas as guerras e a Guerra sem fim*, Lisboa, Gradiva, 2013, p. 65.

Por força dessa atuação, Ramalho Eanes foi nomeado chefe de Estado-Maior do Exército, tendo, no desempenho das suas funções, pacificado e disciplinado as Forças Armadas, acabando com as divisões que minavam o MFA.

Foi da sua lavra, enquanto Chefe do Exército, embora com a aceitação dos seus congéneres da Marinha e da Força Aérea, o documento intitulado *Bases Fundamentais para a Reorganização das Forças Armadas*, aprovado pelo Conselho da Revolução e publicado como Lei nº 17/75, no *Diário do Governo* de 26 de dezembro".[642] "A instituição militar ficava resguardada das consequências da guerra em África, da descolonização e da sua tutela no processo revolucionário desencadeado a 25 de Abril".[643] Para isso, era preciso dar a César, o que é de César, e as Forças Armadas deveriam limitar-se a cumprir o que constava do Programa do MFA, devolvendo-lhes o seu verdadeiro espírito, para desta forma voltarem a granjear o respeito que lhes era devido por parte dos portugueses. [644]

Ramalho Eanes considera:

"as Forças Armadas, em qualquer país e em qualquer regime têm uma ideologia formal que é a hierarquia, a disciplina e, obviamente, a unidade. A revolução e, sobretudo, o período pós-revolucionário quebraram esta ideologia formal. A ideologia formal implica necessariamente uma lealdade única às Forças Armadas (lealdade institucional) e como os militares se dividiram por motivos ideológicos, como acabaram por se ligar a várias formações partidárias, eles quebraram essa lealdade institucional militar"[645]

A propósito desta promiscuidade e da celebração dos Pactos entre o MFA e os partidos, Medeiros Ferreira dizia que "o primeiro pacto MFA–Partidos, datado de 13 de abril de 1975, foi um dos elementos do código genético da revolução que foi transformado graças ao segundo pacto MFA–Partidos, celebrado a 24 de fevereiro de 1976, num elemento do código genético do Estado democrático".[646]

---

[642] Mas Melo Antunes, na entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, vertida em livro, *Melo Antunes, o Sonhador Pragmático, op. cit.,* 2004, admite fortes divergências com Ramalho Eanes por causa desta Lei que, à semelhança de muitos outros, considera "de certa forma" ter sido o atestado de óbito do MFA, p.344.

[643] José Medeiros Ferreira, *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril. O período pré–constitucional, op. cit.,* p. 161.

[644] Ainda no livro de Maria Manuela Cruzeiro, *op. cit.,* pp. 327, 330, 332-334 Melo Antunes mostra-se profundamente desgostoso com a forma como Ramalho Eanes, conduziu este processo, que para pacificar as Forças Armadas, acabou por recuperar os militares de direita e segundo afirma, esquecer e marginalizar os que fizeram a revolução.

[645] Entrevista concedida ao autor no seu gabinete em Lisboa a 17 de julho de 2013.

[646] José Medeiros Ferreira, *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril. O período pré–constitucional, op. cit.,* p. 190.

Note-se que este 2º Pacto MFA-Partidos foi uma iniciativa do Conselho da Revolução, para reformular o 1º Pacto, em conformidade com a nova realidade política e militar saída do 25 de Novembro. [647]

Na verdade, a partir daí, a política foi deixada aos partidos, garantindo a autonomia da instituição militar, com a manutenção do Conselho da Revolução como órgão de soberania, dotado de competências legislativas em questões militares, só vindo a ser extinto em 30 de setembro de 1982, após a primeira revisão da Constituição.

Eanes justifica, desta forma, a manutenção do Conselho da Revolução:

"para que a instituição militar tivesse fronteiras e uma porta de armas que a garantisse institucionalmente, nós deveríamos impedir que as forças partidárias entrassem, não apenas fisicamente, mas também legalmente. Não deveriam ser elas a legislar para a instituição, deveriam ser os próprios militares na medida em que tinham instrução militar e um conhecimento mais completo, mais perfeito e, ainda, porque sendo os órgãos político-militares apartidários, eles teriam mais facilidade em fazer com que as suas normas, com que as suas diretivas políticas, obviamente, pudessem ser inseridas na instituição militar sem grande perturbação"[648]

Facto novo era o compromisso dos partidos e da instituição militar, através do MFA, de que o próximo Presidente da República seria já eleito, não por um colégio eleitoral restrito, como estava previsto no anterior Pacto, mas por sufrágio direto e universal.

É de realçar o prestígio de que os militares gozavam nesta fase da vida nacional, pois, nesse ano, apresentaram-se ao sufrágio universal para a eleição do primeiro Presidente da República em democracia, três militares e só um civil.

Acabou por ser escolhido, logo à primeira volta, o vencedor do 25 de Novembro e candidato preferido pelo Conselho da Revolução. Para os militares, era a garantia de uma transição tranquila, para uma futura subordinação ao poder político, mas era igualmente a evolução na continuidade, ou seja, a garantia de que os militares, embora com um papel diferente, continuavam como figuras tutelares.

A finalizar tome-se ainda uma última referência a Eduardo Lourenço ao advertir para o perigo em que, atualmente, Portugal se deixou cair. Embora reconheça que a situação política e social é diferente, da que existia aquando da Revolução de Abril e

---

[647] Maria Manuela Cruzeiro num artigo intitulado "25 de Novembro- quantos golpes afinal?", na senda do que lhe referiu Melo Antunes na entrevista atrás citada, quando lhe disse que não perdoava a Eanes, as cedências que fez com esta Lei à direita militar e, de certa forma, causar o fim do MFA, também ela afirmou que "através das "Bases para a Reorganização das Forças Armadas, da responsabilidade do já CEME Ramalho Eanes, se passava a certidão de óbito ao MFA", disponível em: http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=th10 , consultado em 23/02/2015.

[648] Entrevista concedida ao autor no seu gabinete em Lisboa a 17 de julho de 2013.

diferente também no que diz respeito ao enquadramento das Forças Armadas no contexto da nação, não deixa de ser preocupante que, a juntar à sociedade civil, surjam "os antigos protagonistas da nossa ainda não de todo ex- mítica revolução das flores, de novo revisitada e cantada na rua e não apenas por memória". Termina com um apelo em forma de "aviso e precaução salutares, destinados a evitar que, uma vez mais, não seja do céu armado que nos caia a solução providencial".[649]

Para acautelar outras interpretações, esclarece que "embora numa perspetiva felizmente diversa, hoje como ontem, as Forças Armadas continuam a ocupar o centro da vida política nacional. Pois que não podia ser de outro modo não há motivo para alarme, que mais não seja por elementar reconhecimento por aqueles que, de iniciativa própria, instauraram entre nós as condições mesmas de acesso à Democracia".[650]

O ponto seguinte aborda o papel desempenhado pelas três figuras máximas da Nação no período em análise, ou seja, os seus presidentes.

3.2.2. Os presidentes

Neste caso, será indispensável abordar o papel desempenhado por cada um dos três presidentes, durante o exercício do cargo, no período compreendido entre 1974 e 1980, dada a riqueza dos acontecimentos que nele ocorreram e dos quais, em certa medida, foram protagonistas.

3.2.2.1. O Presidente António de Spínola

O General António de Spínola foi uma figura central da descolonização portuguesa e um dos mais credenciados chefes militares do anterior regime.

Manuel dos Santos (Manecas), um dos seis principais comandantes do PAIGC, que defrontaram o exército português, não lhe regateou elogios pelo seu desempenho na Guiné:

"O General Spínola veio com uma estratégia de anti guerrilha total. Quer dizer, havia o elemento armado, o elemento de guerra, o elemento político e o elemento social. Ele introduziu todos estes elementos no conflito aqui na Guiné e por isso nos criou algumas dores de cabeça. Nós pensamos que ele foi, de longe, o melhor Comandante-chefe português que passou aqui na Guiné. É óbvio que tivemos capacidade

[649] Eduardo Lourenço, *Os Militares e o Poder seguido de O fim de todas as guerras e a Guerra sem fim, op. cit.*, p. 146.
[650] Idem, *ibidem*, pp, 60-61

de resposta à altura dos desafios que o General Spínola nos apresentou. E quando nós conseguimos os mísseis antiaéreos, o General Spínola, que eu acho que era um homem inteligente, deu-se conta que a solução para o conflito não poderia ser militar, mas negociada".[651]

Por seu lado, Carlos Fabião, um dos militares mais próximos do General Spínola na Guiné, contou um episódio revelador da sua estatura de comandante. Numa reunião com os seus oficiais ter-lhes-á dito que "a guerra subversiva não se ganhava militarmente. E como tal não nos pedia que ganhássemos a guerra, mas que não a perdêssemos e, sobretudo, que lhe déssemos tempo, a ele, Spínola, para, como governador, descobrir a forma política de acabar com a guerra".[652]

A solução poderia ter passado pelo seu encontro com o secretário-geral do PAIGC Amílcar Cabral, no Senegal, mas o Primeiro-ministro Marcelo Caetano, recusou qualquer entendimento com os guerrilheiros.

Em agosto de 1973, Spínola deixou a Guiné, consciente da inevitabilidade de um desastre militar se a solução política não fosse encontrada rapidamente.[653] As suas ideias tiveram um impacto profundo na sociedade portuguesa e no regime. Os portugueses, cansados de treze anos de guerra, acolheram-nas de forma entusiástica, ao contrário da ala mais conservadora do regime, a ponto de o Presidente Thomaz exigir a sua demissão, que veio a acontecer a 14 de março de 1974.

Mas a Revolução de Abril não tardaria e, como se viu, foi Spínola o escolhido para assumir os destinos do país. Abriram-se, assim, finalmente, as portas para que este tentasse levar a cabo a ideia federalista plasmada no livro que abalou os últimos dias do regime, embora isso não fosse propriamente o que constava no Programa do MFA, que o General considerou muito extremista, e sobre o qual foi introduzindo alterações mesmo até ao momento de ser anunciado ao país, já depois do sucesso do golpe. Tentava moldar a descolonização ao seu jeito e forçou a sua revisão. "O Programa voltou, assim, a ser revisto na especialidade, com particular atenção para as medidas cuja entrada imediata em vigor, poderiam ter reflexos negativos nos territórios ultramarinos em guerra".[654]

Mas, fatores de ordem interna e externa encaminharam a solução para aquilo contra a qual Spínola sempre tinha lutado.

---

[651] Manuel dos Santos, "O 25 de Abril nasceu na Guiné", Deutshe Welle, http://www.dw.de/o-25-de-abril-nasceu-na-guiné-diz-manuel-dos-santos/a-17656412,consultado em 20/01/2015.
[652] "Entrevista com Carlos Fabião", disponível em: http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=ecfabiao consultado em 27/04/2014.
[653] António Spínola, *Portugal e o Futuro*, *op. cit.*, p. 239.
[654] Idem, *ibidem*, pp. 106, 120 e 121.

Vencido, mas não convencido, o Presidente acabou por assinar a célebre Lei 7/74, a chamada Lei da Descolonização, julgando, ainda, poder vir a ter uma palavra final.

Como já foi referido, no entender de Almeida Santos[655], Spínola foi traído com a publicação da primeira versão, ou seja, a Lei nº 6/74, na qual se assumia a via da autodeterminação e, até, a independência. Este facto político, que alguém preparou, tornou-se muito difícil de anular naquele contexto, obrigando a uma urgente reformulação da mesma. [656]

Surpreendentemente, Spínola, tão crítico sobre todo o processo descolonizador, não refere o episódio no seu livro *País sem Rumo*, e faz até a apologia da nova lei, afirmando que "estava em consciência de acordo com ela, pois representava, no momento histórico que vivíamos, a única oportunidade de criarmos, ainda, uma Comunidade de expressão portuguesa (…) promulguei-a sem haver feito o referendo popular que desejava, mas com plena convicção de que ela representava a vontade generalizada do Povo Português. E fi-lo (…) a tempo de evitar a vergonha nacional de um colapso por rendição militar".[657] No discurso feito ao país na sequência da promulgação, Spínola assume o espírito da mesma, embora a aceite "como uma fatalidade conjuntural".

Uma hipótese que pode explicar o seu comportamento é a de que Spínola poderia estar a par da proposta legislativa do Conselho de Estado, vertida na Lei nº 6/74, e acreditou que estaria ali a última possibilidade de dar voz às populações, conforme era o seu desejo. Com este artifício ia-se ao encontro das exigências externas sobre Portugal e pela descolonização, fugindo à concessão automática das independências, além de que o artigo 3º da nova Lei 7/74 que acabou aprovada, garantia-lhe algum controlo sobre o processo. De facto, esse artigo conferia ao Presidente da República a autoridade para concluir os Acordos relativos ao direito à autodeterminação, depois de ouvidos a JSN, o Conselho de Estado e o Governo Provisório.

Quem, de facto, parece ter sido apanhado de surpresa com a Lei 6/74, foi Almeida Santos, o ministro da Coordenação Interterritorial, que esteve prestes a demitir-se, mas que acabou por recuar e procurar solucionar a questão. Ao conseguir que aceitassem a proposta de se inserir um novo artigo a essa Lei, acabou por reforçar o papel do Presidente no processo descolonizador, salvando, assim, a sua face.

---

[655] Pedro Rafael dos Santos e Isabel Oneto, "Almeida Santos: Descolonização Assentou em Lei Anónima", *doc. cit.*, p. 37.
[656] *Vide em* 1.2, *supra.*
[657] António Spínola, *País sem Rumo. Contributo para a História de uma Revolução, op. cit.*, p. 262. *Cf.*, em 1.2, *supra.*

Spínola parecia ganhar força política e reconhecimento externo e nas negociações em curso, sobre a Guiné e Moçambique, ainda tentou impor a consulta popular, mas tal foi prontamente rejeitado pelas partes contrárias, ameaçando envenenar o processo de paz. Assim, contrariamente ao que acreditava, esta lei acabou por se constituir como uma completa abertura para as independências. Foi obrigado a ceder e, como ele próprio confessou, com muita mágoa, assinou o Acordo de Argel que tornou a Guiné independente *de jure*.

Spínola, referindo-se a este acordo e à cedência que fora obrigado a fazer, considerou que num lado estava o PAIGC sem força real, mas que acreditava na causa que defendia, e do outro estava "um Governo que representava um país em descalabro em que um ativo setor das Forças Armadas se conluiou com o adversário, enquanto outros se demitiam das suas funções".[658] A tão desejada solução negociada, mas musculada, porque se batia, já não era possível.

Assumida a independência da Guiné e, de seguida, Moçambique, sem a autodeterminação, restava-lhe a esperança de manter alguma ligação entre os novos países e Portugal, deixando sementes para o futuro, através da cooperação que ia ficando prevista nos acordos de independência. Referindo-se ao Acordo de Lusaca, afirmou que "tal como no Acordo de Argel, homologuei-o sob o peso das condicionantes de uma manobra global (…) ao ceder desta forma, restava-me ainda a esperança (…) de estabelecer acordos culturais, técnicos, económicos, e financeiros, previstos no Acordo firmado, de modo a salvaguardar os interesses portugueses". [659]

Na sequência do que defendia, por despacho de 5 de setembro de 1974, criou o Gabinete Coordenador dos Estudos do Processo de Descolonização, sob a direção do Professor Veiga Simão, e que ia além do que o nome indicava, pois também visava dar execução ao que ia ficando previsto nos acordos em matéria de cooperação.

Por outro lado, o Presidente acreditava que nem tudo estava perdido e com a "joia da coroa", Angola, aí tudo poderia ser bem diferente.[660] Spínola terá comentado, no momento da assinatura da Lei nº 7/74, que a descolonização de Angola ficaria por sua conta. Acreditava que ainda poderia "salvar alguma coisa do seu projeto Lusíada", apesar de ter sido ultrapassado pelo desenrolar das negociações. Foi por essa razão que, até às vésperas da sua demissão, ainda recebeu, em Lisboa, alguns dos novos líderes dos grupos

[658] Idem, *ibidem*, p. 283.
[659] Idem, *ibidem*, p. 306.
[660] Maria Manuela Cruzeiro, *Melo Antunes. O Sonhador Pragmático*, 1ª ed., Lisboa, Editorial Notícias, 2004, p. 110.

africanos que, após o 25 de Abril, tentaram disputar a representatividade aos movimentos armados nas negociações com Portugal. Na visão do Presidente, seria por eles que passaria, em grande parte, o direito à autodeterminação e daí a necessidade de auscultar os seus anseios. Na verdade, para dar voz às populações nos territórios ultramarinos, tinham sido criados novos Partidos e Associações Cívicas logo a seguir à revolução, em cumprimento das medidas imediatas de caráter administrativo a impor nas Províncias Ultramarinas, em conformidade com o Programa apresentado ao país em 26 de abril.

Mas o MFA não lhe deu espaço de manobra e todas as iniciativas à procura de apoio interno e até externo para o seu projeto acabaram por fracassar.

Foi fiel aos seus ideais e nem a realidade dos factos que teve de enfrentar o fizeram adaptar-se, como outros, incluindo alguns dos seus indefetíveis. Por isso, acabou acusando de traição a esquerda revolucionária do MFA, não poupando sequer o seu antigo braço direito, o Tenente-coronel Carlos Fabião por, no seu entender, se ter aliado ao PAIGC.[661] Também não esquecia a pressão proveniente das estruturas militares no terreno, referindo concretamente o caso moçambicano, de onde até um ultimato lhe chegara, proveniente da Comissão Regional do MFA, após a reunião ocorrida em Nampula cansados que estavam da guerra e do arrastar das negociações.[662]

Relativamente a Angola, acusa Melo Antunes[663] e Rosa Coutinho [664] de traição e, com Moçambique, acusa Otelo Saraiva de Carvalho.[665] Até com Costa Gomes o presidente Spínola ajustou contas, acusando-o de ser, de algum modo, responsável pelo que se passou em Moçambique, que conhecia muito bem, ao contrário de Spínola, e onde fora mandado em missão, que não teria desempenhado conforme as instruções recebidas.[666] As sugestões de Costa Gomes, que Spínola acolheu, para a escolha de Vítor Crespo e Rosa Coutinho para os altos cargos que exerceram, respetivamente em Moçambique e Angola, não deixaram também de merecer a sua crítica, pelo desempenho que os mesmos tiveram no exercício desses cargos.[667]

Se acusou de deslealdade, e até de traição, muitos dos que o rodearam, vejamos como alguns deles reagiram às acusações. Soares, que foi o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, nos depoimentos que se conhecem, foi talvez o mais cáustico de todos.

[661]António Spínola, *País sem Rumo. Contributo para a História de uma Revolução, op. cit.*, pp. 279-281.
[662]Idem, *ibidem*, *Cf.*em 3.2.1. *supra.*
[663] Idem, *ibidem*, pp. 301, 305, 319.
[664] Idem, *ibidem*, pp. 319-321.
[665] Idem, *ibidem*, p. 297.
[666] Idem, *ibidem*, pp. 291-294.
[667] Idem, *ibidem*, pp. 308, 317, 318, 319 *e passim.*

Começou por referir que, "sendo um homem íntegro e corajoso, tinha pouca experiência política. Com a sua precipitada renúncia ao cargo de Presidente da República, sem avisar ninguém, acabou por ter indiretamente, a meu ver, a enorme responsabilidade da radicalização do processo político".[668] Por outro lado, afirmou que fora um chefe militar muito respeitado, mas que acumulou erros, quer em política externa quer em política interna.[669] E acusou-o de ter "uma conceção e uma prática autoritária do poder, [pois] intervinha prematuramente em todos os assuntos, não hesitava em curto-circuitar a ação dos seus ministros" e cita o caso do encontro que teve com Mobutu, sem lhe dizer nada, embora fosse o seu ministro dos Negócios Estrangeiros[670]. Relativamente aos erros cometidos, Soares dá o exemplo do caso das negociações em Londres, com o PAIGC, que provocou o seu pedido de demissão.[671] Foi mais longe nesta acusação, explicando ter sido a intransigência do Presidente com o PAIGC que o impediu de assinar, em Londres, um acordo em melhores condições do que aquele que acabou por assinar, três meses depois, em Argel. Classificou, portanto, a estratégia do seu Presidente, como de "avanços e recuos, um pouco ao sabor dos seus humores e não propriamente em função de um pensamento político coerente e racional".[672]

Almeida Santos, o ministro da Coordenação Interterritorial em quem Spínola sempre manifestou confiança, afirmou que ele "era um patriota, não há dúvida nenhuma sobre isso. Sonhou com a ideia de comunidade, um bocado fora de época, mas é uma ideia nobre, generosa". Mais há frente admite que ele errou por se ter esquecido que "quando há guerra só podemos obter a paz negociando com quem nos faz a guerra". Terminou a sua análise sobre o comportamento quixotesco de Spínola, dizendo que queria negociar com todos, mas isso é "uma ideia bonita, simplesmente irrealizável".[673]

Costa Gomes, também visado nas acusações de Spínola, defende-se dizendo que a política de sigilo praticada por Spínola nos seus encontros com Nixon e Mobutu não era aceitável, porque nada deixou transparecer, nem para os que o acompanharam,

---

[668] Mário Soares, "Portugal e a opção europeia: um breve depoimento", *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático, op. cit*., p. 72.
[669] Mário Soares, *Memória Viva, op. cit., p.105.*
[670] Mário Soares, *Portugal que Revolução? Diálogo com Dominique Pouchin,* Perspectivas e Realidades, 1976. p. 35.
[671] Relativamente a este episódio, Almeida Santos conta que esteve quase a provocar a demissão de Mário Soares e a situação só foi ultrapassada graças à intervenção de Veiga Simão, que tinha grande influência sobre o Presidente e o levou a ceder.
[672] Mário Soares, "Portugal e a Opção Europeia: um breve depoimento", *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático, op. cit.*, p. 72.
[673] São José Almeida, entrevista com Almeida Santos, "30 Anos do 25 de Abril – Quem mandou no processo de descolonização foi o MFA", *Público,* 10/04/2004, p.10.

demonstrando grande desconfiança por todos os que com ele colaboravam. Refutou em absoluto as acusações de traição, apontando os estragos provocados pelo seu discurso alarmista quando abandonou a Presidência, que levou ao cancelamento de ajudas externas já prometidas. Afirma, a propósito, que "se houve traição, foi a traição que ele fez a si próprio. Continuo, de facto, a defender a teoria de que, no seu íntimo o General Spínola era um autocrata, com grandes conflitos internos quando tinha de ceder à opinião maioritária. Sempre que não faziam aquilo que ele julgava que devia ser feito, dizia-se atraiçoado".[674]

Outro dos visados nas suas críticas, Vítor Crespo, [675] considerou a visão de Spínola sobre a descolonização uma visão neocolonialista, contra a qual "alguns raros oficiais (…) ao nível das instâncias superiores do poder do Estado, travaram luta feroz", para que acabassem por triunfar os "interesses do povo português e das colónias" e não os interesses dos exploradores.

Face a tudo isto, resulta evidente que Spínola tinha uma política para a descolonização e que por ela se bateu incessantemente, apesar de as circunstâncias o terem obrigado a avanços e recuos. O seu objetivo foi sempre o de conseguir construir a desejada comunidade lusíada. A julgar pelos testemunhos aqui deixados e que os factos parecem evidenciar, poderia ter tido uma conduta irrascível, desconfiado e individualista, mas o seu pensamento político foi sempre coerente. Faltou-lhe a oportunidade, no tempo certo, para que o seu projeto de base nacionalista, segundo uns, ou neocolonialista para outros, se pudesse realizar.

Derrotado e isolado, acabou por se demitir a 30 de setembro, agarrado aos seus princípios e em choque profundo com os que o rodeavam. Terminavam, assim, tantos sonhos e projetos que alimentou para o futuro de Portugal.

Maria José Tíscar Santiago considera que "o General António Spínola terá de ficar para a História como o presidente descolonizador português, o que, afinal, em última análise, de alguma maneira o tornará homólogo do seu admirado General Charles De Gaulle".[676]

---

[674] [s.a.], "Discurso Traiçoeiro", *Diário Económico, Revista do Séc. XX*, vol.4, 1974-1999, nº 2302 de 31/03/2000, p. 1.
[675] *Vide*, Vítor Crespo, *A Luta*, "Balanço da Descolonização*", apud* Aniceto Afonso, "Portugal de Abril, do 25 de Abril aos nossos dias", *História Contemporânea de Portugal*, direção de João Medina, 1985, Lisboa, Amigos do Livro, p. 273.
[676] Maria José Tíscar Santiago, *O 25 de Abril e o Conselho de Estado, op. cit.*, p. 218.

3.2.2.2. O Presidente Francisco da Costa Gomes

Costa Gomes, enquanto subsecretário de Estado do Exército, teve consciência da situação melindrosa a que se tinha chegado nas Forças Armadas. Por um lado, o isolamento internacional, fruto das resoluções da ONU contra o colonialismo português, que Salazar não queria admitir, por outro, não existiam meios, nem militares, nem humanos, para defender tão vasto e disperso território. "Assim os militares que vieram a estar envolvidos na tentativa de afastar Oliveira Salazar do poder – a chamada "Abrilada" de 1961 – irão procurar convencer diretamente o Presidente do Conselho, da necessidade de efetuar e de concretizar o conjunto de reformas por eles defendidas, onde se incluem já não apenas a reestruturação das Forças Armadas, mas também algumas medidas que permitissem uma certa abertura do regime e também a sua "moralização"[677]

As principais razões para esta revolta prendem-se com o facto de esses militares terem plena consciência de que a perda da Índia estava para breve e sem hipótese de defesa, como constatou o próprio Costa Gomes na visita que fez ao território; igualmente, pelo facto de ter começado uma forte contestação à presença portuguesa em Angola, por parte da UPA e que, apesar dos avisos americanos, nada foi feito para a prevenir; por fim, pela informação dada pelo embaixador americano em Lisboa, ao ministro Botelho Moniz, da alteração da posição americana de relativa tolerância com o modelo colonial português, para uma total condenação no campo diplomático.[678]

Em conformidade com o seu pensamento, apesar do fracasso da Abrilada e da demissão que lhe foi imposta, Costa Gomes não deixou de publicar, seis dias após esta demissão, um artigo no *Diário Popular,* usando o direito de resposta a um Editorial de 14 de abril de 1961 que o tinha incomodado. Nele enaltecia o brio e o esforço dos militares, mas reconhecia que o problema angolano não era fácil, e era muito mais que um simples problema militar.[679]

Apesar das tomadas de posição contra a ordem instituída, Costa Gomes era militar e não deixou de cumprir, com brilhantismo, as funções que lhe foram confiadas no Ultramar. Acabou por chegar a chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, com

[677] Para uma leitura desta tentativa de golpe *vide* Costa Gomes, *Sobre Portugal, diálogos com Alexandre Manuel, op. cit.*, pp. 103-117. *Vide* igualmente, Luís Nuno Rodrigues, *Marechal Costa Gomes. No centro da tempestade*. *Biografia*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2008, pp. 59-63.
[678] *Vide* em 1.3, *supra*.
[679]Ao Editorial do Diário Popular, de 14 de abril de 1961 intitulado, "Cumpra quem manda", responde Costa Gomes a 19/04/1961, no mesmo jornal. *Vide*, Costa Gomes, *Sobre Portugal. Diálogos com Alexandre Manuel, op. cit*., p.120-121. *Vide* igualmente Luís Nuno Rodrigues, *Marechal Costa Gomes, op. cit*., pp. 68, 69.

Marcelo Caetano como Primeiro-ministro. Também neste cargo, mais uma vez, voltou a estar contra as medidas tomadas pelo regime que servia, quando se solidarizou com a contestação dos Capitães ao Decreto nº 353/73 de 13 de julho, do ministro do Exército Sá Viana Rebelo. Contudo, apesar da solidariedade, não se deixou envolver no processo, mas também não denunciou nem castigou os contestatários. Segundo o General Spínola, Costa Gomes não acreditava que a revolução pudesse triunfar na metrópole, mas sim nas colónias e que por reflexo, provocaria a queda do governo.

Apesar de não se ter querido envolver, Costa Gomes foi escolhido pelo Movimento das Forças Armadas para liderar a revolução. Mas, na hora da verdade, voltou a não se querer comprometer. Quando foi convidado para fazer parte da JSN, aceitou integrá-la, mas sem ser o presidente. Preferiu voltar a ocupar o lugar de CEMGFA, que tão bem conhecia e do qual fora exonerado pouco tempo antes. Segundo afirma, foi ele que propôs o nome de Spínola, considerando que a Presidência lhe estaria melhor entregue.[680]

Como membro da Junta, inicialmente era solidário com a tese de Spínola para a descolonização, com base na ideia original de autodeterminação com consulta às populações, forçando os movimentos a transformarem-se em partidos, retirando-lhes, assim, a legitimidade de representação universal. No início de maio, visitou Angola, e, em conferência de imprensa, afirmou em consonância com o que na altura era a posição oficial da JSN presidida por Spínola: "é nossa intenção continuar a luta contra as guerrilhas, e essa posição manter-se-á até que os guerrilheiros aceitem a nossa oferta para depor as armas e se apresentem como um partido político legal (…) nenhuma província, nenhum grupo, nenhuma raça, terão permissão para impor uma solução que não tenha passado pelo crivo de um teste democrático.[681] Era, inicialmente, dos que acreditaram na hipótese de a descolonização de Angola ter outro destino.

Enquanto CEMGFA, teve de gerir uma contestação cada vez mais generalizada por parte das delegações do MFA nos territórios ultramarinos, e isso levou-o a tomar consciência de que a situação já não estava sob controlo e só havia que negociar. Pouco a pouco, foi-se distanciando das posições do Presidente Spínola, sobretudo após a formação do II Governo Provisório liderado por Vasco Gonçalves. A chegada de outro importante membro da Coordenadora ao governo, Melo Antunes, como ministro sem Pasta, que passou a liderar o processo de descolonização, teve uma influência não despicienda em

[680] Costa Gomes, *Sobre Portugal, Diálogos com Alexandre Manuel, op. cit.*, p. 23
[681] "Ambiguidades em Lisboa", disponível em: http://pissarro.home.sapo.pt/memorias14.htm, consultado em 16/11/2013.

Costa Gomes. Por outro lado, o secretismo de Spínola, nos contactos externos que levou a cabo, também não foram do seu agrado, como revelou mais tarde.

Depois da resignação de Spínola, Costa Gomes acabou, finalmente, por corresponder à vontade maioritária do MFA, que o tinha desejado desde o início para Presidente da Junta de Salvação Nacional e para Presidente da República. Como estava prevista a ida de Spínola à Assembleia Geral das Nações Unidas, coube a Costa Gomes ir discursar em seu lugar, para dar conta da política portuguesa de descolonização. Com um discurso muito virado para aquilo que se esperava de Portugal, voltou a dar credibilidade ao país e a relançar as melhores espetativas para o futuro.

Se a escolha do General Costa Gomes dava mais força à esquerda da revolução, esta força reforçou-se meses depois, após a tentativa do General Spínola de voltar ao poder, em 11 de março de 1975. O seu empenho com a política seguida pelo IV Governo Provisório ficou bem claro com a afirmação sobre a lei das nacionalizações: "foi a lei mais revolucionária, porque acabou de repente com o poderio que, durante muito tempo gozaram os grandes grupos económicos portugueses, ao concentrarem em si quase 90% da riqueza nacional".[682] Se, por um lado, não se opôs e até apoiou as ações mais revolucionárias de então, por outro lado, também foi o principal responsável pelo cumprimento de uma das mais importantes promessas políticas do MFA. Tudo se passou na Assembleia do Movimento, de 11 para 12 de março de 1975, onde se extinguiram o Conselho de Estado e a JSN e se institucionalizou o Conselho da Revolução, Costa Gomes conseguiu impor o respeito por uma das mais importantes promessas feitas pelo MFA, ou seja, a futura realização dentro do prazo previsto, de eleições para a Assembleia Constituinte, eleições que iriam ser determinantes para a estruturação do novo regime constitucional.

As medidas revolucionárias alarmaram os governos ocidentais e, por isso, nesse mesmo mês de março, o Presidente garantia igualmente a fidelidade à NATO.

Contudo, logo a seguir, no chamado "verão quente" foi o suporte de Vasco Gonçalves, insistindo num efémero V Governo, e dando sinais de hesitar no apoio ao plano do Grupo dos Nove no 25 de Novembro. No entanto, graças à sua iniciativa de centralizar o comando da Região Militar de Lisboa e instaurar o recolher obrigatório, acabou por evitar um derramamento de sangue.

[682] Costa Gomes, "Sobre as Nacionalizações", Diário Económico, *Revista do Século XX*, vol. 4º, 1974 – 1999, 2000, p.1.

Melo Antunes elogiou mais tarde o trato político e a perspicácia de Costa Gomes, considerando mesmo ter sido ele quem evitou a guerra civil que, por várias vezes, esteve na eminência de acontecer. Mas não deixou de lhe fazer críticas, ao dizer que não teve consciência do peso dos "Nove" no MFA e na sociedade civil e que errou ao tentar "uma transição com o V Governo que não teve, de facto, qualquer razão de ser (…) e mesmo na constituição do VI Governo revela algumas debilidades de apreciação e de análise política, porque de certa forma, é uma espécie de loucura ter nomeado o Almirante Pinheiro de Azevedo para Primeiro-ministro".[683]

Apesar de tudo, a Costa Gomes se fica a dever, não apenas o ter evitado a guerra civil, mas também o cumprimento do previsto no Programa do MFA que conduziu à realização das primeiras eleições em liberdade a 25 de abril de 1975 e, consequentemente, à posterior aprovação da Constituição, em 2 de abril de 1976. Seguiram-se as primeiras eleições municipais e as legislativas. Por fim, as eleições presidenciais de 27 de junho de 1976 acabando por transmitir o poder a Ramalho Eanes, que se sagrou o grande vencedor dessa consulta democrática ao povo português.

Costa Gomes atravessou um período político extremamente confuso. Alguns acusaram-no de traição; outros de ter seguido a mera política de "navegação à vista"; outros ainda, como Melo Antunes ou Almeida Santos, consideraram-no fundamental para atravessar aquela fase sem ocorrer a guerra civil que tanto se temia. Carlos Fabião, considerado um dos "sete magníficos" spinolistas, mas que chegou a chefe de Estado-Maior do Exército, com Costa Gomes e cujo nome chegou a ser apontado para Primeiro-ministro do VI Governo Provisório, opinou sobre a figura e o papel do Presidente Costa Gomes, considerando-o brilhante por ter conseguido impedir uma guerra civil. Mas quanto ao papel por ele desempenhado neste período, não deixou de lhe fazer uma crítica velada, ao considerar que ele esteve sempre do lado dos mais fortes. Explicou a sua afirmação dizendo que, quando começavam os choques entre fações, ele ficava quieto, mas logo que uma delas começava a subir, dava-lhe o seu apoio. Concluía dizendo que ele jogou sempre, e bem, porque desta forma "evitou cenas do arco-da-velha".[684]

Esta pode ter sido uma política dúbia, mas não deixou de ser pragmática, indefinida, mas realista, face às crispações que se viviam na altura.

---

[683] Maria Manuela Cruzeiro, *Melo Antunes. O Sonhador Pragmático, op. cit*., pp. 230-231.

[684] "Entrevista com Carlos Fabião", Disponível em: http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=ecfabiao , consultado em 19/04/2014.

Ao nível da Cooperação, Costa Gomes não deixou de dar igualmente o seu contributo. Foi já como Presidente da República que se veio institucionalizar a Comissão Nacional de Descolonização, pelo Dec. Lei nº 791/74 de 31 de dezembro, que também criou o Gabinete Coordenador para a Cooperação no âmbito da Presidência da República o que indicia, por si só, a importância que Costa Gomes lhe conferia. Era o embrião de todos os organismos que posteriormente surgiram no domínio da cooperação, com um peso muito grande durante bastante tempo. Como afirmou Victor Crespo na entrevista que concedeu, também ele esteve ligado à iniciativa de criar, uma estrutura dedicada à cooperação, no âmbito do VI Governo Provisório.

Por fim, convém não esquecer o papel determinante que teve, na altura crítica da chegada maciça dos *"*retornados*"*, pois a Presidência da República era um autêntico centro de crise e mobilizadora de apoios nacionais e internacionais. Por ali também passou muito do sucesso da designada ponte aérea.

3.2.2.3. O Presidente António Ramalho Eanes

É normal que numa sociedade, as instituições e as pessoas estejam ligadas a valores e a causas. Por vezes, ações individuais, ou mesmo coletivas, podem provocar ruturas nessa sociedade. Apesar de ser normal o receio das mudanças, elas podem ser benéficas, caso venham a alterar positivamente o futuro coletivo. É nesta ótica que se pode enquadrar o que aconteceu, em 25 de Abril de 1974 e em 25 de Novembro de 1975.

Coube ao primeiro Presidente eleito democraticamente desde a Primeira República, o General António Ramalho Eanes, ser o agente capaz de levar a cabo a mudança, combinando o desempenho ao nível da instituição militar com o do cargo da mais alta magistratura da Nação.

Não era um orador brilhante que arrastasse multidões e a sua figura não era simpática, porque demasiado circunspeto. Mas o porte austero e o seu arreigado apartidarismo inspiravam confiança, numa época de tanta conflitualidade como a que se vivia. Externamente, foi capaz de gerar empatia, respeito e admiração, que se revelaram um capital fundamental para reconquistar a credibilidade que "Abril" abrira, mas que, pouco a pouco, se tinha esfumado com os acontecimentos subsequentes.

Esse capital de credibilidade que apresentava foi marcante, não só ao nível das organizações, mas, também, ao nível das relações pessoais e entre estados. Para Portugal, mergulhado numa tremenda crise, a consolidação das relações com os países africanos de

expressão portuguesa era um imperativo nacional, mas, por variadas razões, de difícil concretização. Paulatinamente, Ramalho Eanes foi conseguindo esse desiderato, fomentando e estreitando relações humanas, contribuindo para o reatar dos laços que se haviam soltado[685] ou mesmo quebrado, partindo de uma relação baseada na confiança pessoal para a confiança nas instituições e no país, rumo a uma estratégia sólida de cooperação que coube ao poder político planear, mas que ele, de certa forma, tutelou. Antes de abordarmos o significativo contributo que legou neste período da história, veja-se como encarou um dos aspetos mais marcantes do seu tempo.

A Descolonização

Embora sem ter desempenhado qualquer papel no âmbito da descolonização, Eanes não deixou de ser um observador atento e preocupado, pois também ele discordava de uma solução militar para a guerra. Foi o que pretendeu dizer no Congresso dos Combatentes do Ultramar – era então Major – quando, em junho de 1973, o Governo quis legitimar a continuação da guerra. Como o ministro Sá Viana Rebelo tinha proibido a participação de oficiais no ativo, acabou por ser um dos quatrocentos oficiais que contestaram, por telegrama, os desígnios do encontro e defenderam a via política para o fim da guerra. Não foi um elemento dinâmico na conspiração que levou ao 25 de Abril porque, nesta data, era subcomandante de um batalhão no Norte de Angola, mas, nessa fase, deparou-se com o fenómeno comum a outras parcelas do território, em que os soldados entendiam que não deveria haver qualquer atividade operacional que colocasse vidas em risco. Eanes, nas reuniões que promoveu, explicava que "continuaria a haver operações enquanto não fosse declarado o fim da guerra, ou um cessar-fogo e (…) nas operações que comandasse, as normas passavam a ser as mesmas, o indivíduo que se portasse mal sofria imediatamente as consequências, e admitia que se o comportamento errado fosse ao limite, a resposta fosse ao limite também".[686]

Teve a coragem que faltou a muitos outros nessa altura, e que provocou casos graves de indisciplina que trouxeram os resultados de todos conhecidos no processo descolonizador. Foi esse exemplo de disciplina e de respeito pela pátria que lhe permitiu responder sem hesitação à questão que lhe foi formulada no contexto da entrevista:

[685] Foram de grande significado pessoal e institucional, pelo carinho da multidão, as suas primeiras visitas à Guiné e a Angola, esta quando do funeral do Presidente Agostinho Neto.
[686] Entrevista concedida ao autor no seu gabinete em Lisboa a 17/07/2013.

Como compreender a postura das delegações do MFA nas colónias que, à sua maneira, boicotavam os esforços dos negociadores portugueses e se os exemplos que já se conheciam de informações passadas aos movimentos não poderiam ser rotulados de traição?[687]

Na resposta, muito ponderada, começou por chamar a atenção para a necessidade de uma atitude prudente, tentando ver a questão globalmente, afirmando que se podia compreender, mas não aceitar. Explicou a psicologia de um soldado numa situação de fim de guerra anunciada, dos fatores externos de natureza ideológica trazida para os quartéis e como, de tudo isto, resultaram atos de indisciplina que "deviam ser punidos porque atropelavam aquilo que eram as normas militares, uma instituição militar respeita as normas, mesmo que não concorde com elas".[688] Pela abordagem da sua experiência pessoal, infere-se que deveria, em primeiro lugar, caber aos comandantes resolver estas situações e não pactuar com elas.

A altercação entre o Major Melo Antunes, como representante da Comissão Coordenadora, e o General Spínola, não a viu como insubordinação militar, mas como disputa política face à diferente visão que ambos tinham sobre a forma de levar a cabo a descolonização. Esta divergência foi responsável por que não houvesse a indispensável unidade na ação política e daí resultar uma descolonização que, segundo ele, "deixou muito a desejar". As razões para o que aconteceu devem-se à forma como foi feita, pois "não defendeu os nossos interesses, não terá defendido inteiramente o interesse das populações locais e em Angola e Moçambique determinou guerras que (…) tiveram a ver com a vida das populações". Mais à frente, nesta entrevista, Eanes retornou à descolonização para criticar os acordos que, entende, foram mal feitos, apesar de conceder que, mesmo que "tivessem sido bem feitos, eles não teriam sido respeitados como era habitual". Do exposto resulta claro que também Ramalho Eanes é um crítico desta descolonização, embora não estivesse contra ela. Vejamos então, o papel que ele, efetivamente, desempenhou.

A Política Interna

[687] Vejam-se as denúncias feitas por Helena Matos "O terror do batalhão em cuecas", *Observador*, disponível em: http://observador.pt/especiais/descolonizacao-o-terror-do-batalhao-em-cuecas/, consultado em 26/02/2015. *Vide* igualmente as revelações sobre estes factos, feitas na entrevista concedida ao autor pelo antigo Presidente e chefe da delegação moçambicana às negociações de independência, revelações já feitas a Mário Soares e por este divulgadas num Curso Livre de História Contemporânea da Universidade Nova, conforme aqui referido.

[688] Entrevista concedida ao autor no seu gabinete em Lisboa a 17/07/2013.

Durante a guerra colonial, Ramalho Eanes cumpriu várias comissões de serviço, tendo passado por todos os teatros de guerra. No dia 25 de Abril prestava serviço em Angola. Conhecia perfeitamente a realidade colonial e combatera, como toda a sua geração, sob o mito "um só Povo, uma só Raça, uma só Nação". Quando regressou a Lisboa, em julho de 1974, foi interiorizando, pouco a pouco, a necessidade de participar na construção de uma nova sociedade.

Com a patente de Tenente-coronel, destacou-se como coordenador e chefe da estratégia militar do "Grupo dos Nove", que travou a radicalização das Forças Armadas, neutralizando a sublevação de 25 de Novembro de 1975. Fruto deste desempenho, foi nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército. Neste cargo, propôs e viu aprovadas pelos seus pares as "Bases Fundamentais para a Reorganização das Forças Armadas", afastando a promiscuidade entre política e militares, conseguindo discipliná-los e pacificar as relações no seu seio.

Apesar da sua inexperiência política, foi a escolha da simpatia do Conselho da Revolução para uma candidatura militar moderada às primeiras eleições democráticas para a Presidência da República, em 27 de julho de 1976. Independente e militar de prestígio, acabou por ser também apoiado por PS, PSD e CDS, tendo sido eleito à primeira volta, com 61,59% dos votos, sob o lema "Presidente de todos os portugueses". Neste primeiro mandato, às funções de Presidente da República aliou as de chefe do Estado Maior General das Forças Armadas e de Presidente do Conselho da Revolução, facilitando a sua extinção na sequência da revisão constitucional de 1982.

No sistema semipresidencial em que decorreu o seu primeiro mandato, e em que lhe cabia um poder arbitral, acabou por ser mais interventivo na gestão política do que aquilo que se esperaria; em nome dos princípios que defendia, teve profundas divergências com os partidos do poder, acabando por demitir governos e escolher outros, por sua livre iniciativa, usando como critério o reconhecimento de competência, independentemente das suas simpatias políticas, como provam os três governos por si nomeados e que sempre integraram personalidades de quadrantes distintos. Foi o primeiro a confiar os destinos do país a uma mulher, Maria de Lourdes Pintassilgo, a única que até hoje, em Portugal, presidiu a um executivo.

Foi acusado de ter cometido erros por excesso de voluntarismo, mas, em sua defesa, alega que as suas decisões procuravam estar em conformidade com os princípios suprapartidários que defendia. Note-se que, com essa postura, arriscou a sua reeleição em finais de 1980. Incompatibilizado com o PS, devido aos dois governos constitucionais

que demitiu,[689] incompatibilizou-se depois com o PPD e foi obrigado a negociar o apoio fundamental que o PS lhe oferecia, a troco de um acordo pré-eleitoral, firmado em novembro de 1980, que o levou à vitória, logo na primeira volta, mas que o obrigou a aceitar a limitação futura dos seus poderes, nomeadamente em termos de política externa e de defesa.

No cômputo final, o desempenho do cargo, aliado à sua verticalidade ética e moral, faz com que ainda hoje, passadas quase quatro décadas, seja uma das raras figuras daqueles conturbados tempos que, atravessando todo o espetro da sociedade portuguesa, recolhe uma admiração generalizada, como prova, por exemplo, a criação em 2013 do prémio bienal "Responsabilidade e Cidadania António Ramalho Eanes".

A Política Externa e a "Diplomacia Paralela"

Como o próprio admite, ao longo dos seus mandatos teve que fazer adaptações de percurso na definição de políticas, de que foram exemplo as relações com Cuba e com os não-alinhados, que sofreram uma alteração significativa do primeiro para o seu segundo mandato.

Apesar da admiração que Ramalho Eanes nutria por Melo Antunes, a quem qualificou como homem de grande preparação intelectual e política, afastou-se da via terceiro-mundista que aquele antigo responsável pelas relações externas portuguesas tinha privilegiado. Ainda assim, enquanto Presidente da República, não deixou de manter um bom relacionamento com os expoentes do não alinhamento, quer com os argelinos, cujo presidente visitou já no segundo mandato, em 1982, quer sobretudo com o carismático Marechal Tito, que visitou em 1979, na sequência da visita deste a Portugal dois anos antes. Eanes referiu que também procurou manter boas relações com Cuba. Visava, pragmaticamente, garantir o seu apoio a Portugal, particularmente nas relações com Angola e com Timor. Mas, como sublinhou, o apoio não foi aquele que se julgava possível conseguir, em particular com Timor, pelo que o relacionamento também foi esfriando.

A relação com os países da NATO foi, seguramente, um dos principais eixos das iniciativas mais conhecidas de Ramalho Eanes, mostrando o interesse de Portugal na ajuda que a aliança lhe poderia prestar, mas não deixando de potenciar a mais-valia

[689] No jornal *A Capital* de 3/3/79, Soares criticava o Presidente Eanes por intervir no plano internacional e não ser, apenas, o árbitro e moderador da vida política nacional, como se esperaria. E não deixou de o criticar pela forma como demitiu o 2º Governo Constitucional que chefiava.

portuguesa, dado que era o único exército que, na época, tinha experiência de guerra contra- revolucionária, o que não era despiciendo num contexto de Guerra Fria.

A NATO quis distinguir o seu empenhamento e essa aproximação, depois do período conturbado de relacionamento pós-revolução, acabando por ser Presidente de Honra da sessão do Conselho do Atlântico, realizada em Londres em maio de 1977, menos de um ano depois da sua eleição para a mais alta magistratura da Nação.

Foi nesta altura que, segundo afirmou na entrevista, se encontrou pela primeira vez com o Presidente americano Jimmy Carter, que o quis ouvir sobre Angola, pois entendia que Portugal tinha "uma competência distintiva em questões africanas, nomeadamente em relação a Angola e Moçambique". Os EUA mantinham o seu interesse por Angola, mas a estratégia estava a mudar e o Presidente Eanes acompanhou essa mudança. Se Nixon e Kissinger apostaram nas intervenções militares contra o MPLA, com Carter e Cyrus Vance a política era de diálogo, de modo a torná-los conscientes de que o Ocidente podia ser alternativa ao comunismo e Portugal a chave para esse fim.

A propósito de uma pergunta que lhe foi feita na entrevista, Eanes respondeu que já não se recordava se tinha sido ele que tentou captar o apoio americano para a aproximação portuguesa a Angola, ou se foram os americanos que propuseram apoiá-la, para, desta forma, Angola se aproximar do Ocidente. E, embora não o conseguisse precisar, inclina-se mais para que a iniciativa fosse deles. De qualquer modo, admitiu que, em larga medida, Portugal veio a ser um instrumento dos Estados Unidos para a aproximação de Angola ao mundo ocidental.

Num facto Eanes é categórico: convenceu os americanos que Angola não era "uma questão fechada" como eles temiam, pois considerava que tão depressa a paz fosse uma realidade, tão depressa teriam necessidade de promover o desenvolvimento do país, obrigando-os a voltar-se para o Ocidente, já que todas as infraestruturas ali existentes, deixadas por Portugal, eram do tipo ocidental, e não havia que fugir a isso. Para ele, só a guerra justificava ainda a presença cubano-soviética. Mas o bom entendimento com os americanos não o levou a sobrepor os interesses da superpotência ocidental (que, na altura, era literalmente seguida por muitos) aos desígnios nacionais, e que, quando muito, poderiam ser complementares. Talvez seja este o motivo pelo qual só visitou oficialmente os EUA em 1981, apesar de lá ter estado antes.

A propósito, Ramalho Eanes afirmava:

"Nós devemos ter uma estratégia nacional e devemos ter as políticas que decorrem dessa estratégia. E havia muitos políticos portugueses, alguns com grandes responsabilidades, que entendiam que nós

deveríamos ter em consideração que pertencíamos a um bloco, que esse bloco tinha uma estratégia global e que nós não podíamos ter atitudes que contrariassem essa estratégia. Dito de outra forma, que nós deveríamos seguir a política americana. Sempre me opus a isso".[690]

Já em 1977, numa mesa redonda, Pinto Balsemão enunciava que, na fase dos primeiros governos constitucionais, havia três políticas externas: a do Presidente, a do Partido Socialista, ligada aos interesses da Internacional Socialista em África e, finalmente, uma política democrata cristã, através do CDS no Governo e no MNE.[691]

Eanes para levar a cabo os objetivos que julgava melhor servirem os interesses nacionais e que não passavam, necessariamente, pelas diretrizes governamentais muito alinhadas com interesses externos, teve de exercer a sua magistratura de influência tutorial - a expressão é sua - separando e demarcando a linha governamental da linha estatal. Sobretudo nas relações com África, ainda muito marcadas pela questão dos "retornados" e pelas diferenças ideológicas entre Portugal e os governos africanos, acrescentava: "Eu diria que deveria haver uma definição estratégica nas relações com os povos e que essa relação se deveria traduzir numa política que iria ser definida pelo presidente do Governo. Mas de que eu era, de alguma maneira, tutor. O Presidente deveria controlar a ação governativa de tal forma que corrigisse desvios e aumentasse a eficácia dessa ação".[692]

Eanes tinha consciência que esta prática acabava por criar confusão ao nível externo, perdendo-se alguma credibilidade pelo facto das decisões no plano governamental nem sempre coincidirem com as suas; porém, quando as entidades estrangeiras indagavam qual era a posição oficial portuguesa, não hesitava em dizer que a palavra final era a sua.[693]

A uma pergunta sobre se era a essa dualidade que se chamava, na altura, "diplomacia paralela", Ramalho Eanes retorquiu que "isso fora uma criação que teve por finalidade intimidar o Presidente da República e bloqueá-lo para que ele não pudesse realizar ações que considerava fundamentais e que, naturalmente, tinham a ver com os interesses do país. Devo dizer-lhe que nunca uma ação das que mereceram essa

[690] João Paulo Guerra, *Descolonização Portuguesa, O Regresso das Caravelas, op. cit.,* pp. 158-159.
[691] *[s.a.]*, "Que política externa para África", Debate, Mesa redonda com Vítor Crespo, João Lima, F. P. Balsemão, Sá Machado e Aboim Inglês sobre a posição de Portugal face aos novos países de expressão portuguesa, *O Jornal,* nº 180 de 6 de outubro de 1978, Ano IV e nº 181, de 13 de outubro de 1978, Ano IV, pp.14-16.
[692] Entrevista concedida ao autor no seu gabinete em Lisboa a 26/07/2013.
[693] Idem, *ibidem*.

designação foi desencadeada sem ser comunicada ao Governo e sem ouvir a opinião do Governo".[694]

O antigo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Paulo Ennes, interveniente direto em episódios que se podem enquadrar naquele tipo de atuação, questionado sobre a diplomacia paralela e os seus efeitos na prática governamental, justificava a posição do Presidente: "nessa altura, havia muita especulação sobre a posição do Presidente da República General Ramalho Eanes, que eu acho que foi sempre extremamente positiva porque ele, de facto, tinha boas relações com muitos dos protagonistas africanos e, que eu me recorde, em nada afetou o funcionamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros nem a ação do respetivo ministro".[695]

Jorge Sampaio, em carta enviada à Presidência[696] nas vésperas da sua ida a Moçambique para negociar o contencioso com o "patrocínio" do Presidente da República, remeteu-lhe o ponto de situação do qual dava também conhecimento aos Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros que o nomearam. Tal procedimento decorria do facto das reuniões prévias de preparação ocorrerem sempre na Presidência com a presença de Eanes, que conduzia as reuniões, para além dos membros designados para fazerem parte da missão e também de um responsável governamental.[697]

No final, esta, e todas as missões, enviavam sempre à Presidência o respetivo relatório, com os resultados obtidos.

Jorge Sampaio, na sua biografia, vai mais longe, afirmando a propósito das negociações sobre este contencioso e em referência ao Presidente:

"ele foi muito importante nessa altura. Fui falando com vários dos ministros que se sucediam, mas o Presidente era o único poder que se mantinha ao longo de sucessivos governos. Reuni-me com ele várias vezes, para expor a situação ou pedir instruções. Foi um elemento seguro para aguentar o país. Por várias

[694] Na entrevista concedida ao autor no seu escritório em Lisboa a 20 de maio de 2013, o embaixador Paulo Ennes refere, a propósito, que tendo sido a visita preparada antecipadamente com a Presidência, após o fracasso da missão a Moçambique chefiada pelo engenheiro Álvaro Barreto, se deslocaram a Belém como era habitual, para informar o Presidente e debater as sequelas do que acontecera. E, nessa mesma reunião, sob proposta do Presidente do ICE que acompanhou a missão, foram aprovadas uma série de medidas a tomar que depois foram comunicadas, como sempre, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.

[695] Entrevista concedida ao autor no seu escritório em Lisboa a 20/05/2013.

[696] Arquivo da Cooperação, 08.06.10, carta de Jorge Sampaio ao chefe da Casa Civil do Presidente da República, 25/01/1978.

[697] Arquivo da Cooperação, 08.06.10, Moçambique, Preparação das Negociações I- janeiro de 1978.
Neste arquivo existe um exemplar manuscrito, intitulado "Notas sobre a reunião de 17/1/78 na Presidência da República- 2ª Reunião" [s.a.], de uma dessas reuniões orientada pelo Presidente Eanes, para preparação desta missão.

vezes como não havia praticamente ministro, ligámos de Maputo para Belém. Era o único que dava resposta".[698]

Mas o acompanhamento dos assuntos de política externa, em particular com os países africanos, causava mau estar nos governos liderados por Mário Soares.

Citem-se, a título de exemplo, três dos casos mais conhecidos, onde, apesar da oposição do governo, o presidente considerando estar em causa o interesse nacional, levou em frente o seu propósito.

O primeiro caso deu-se após a tentativa de golpe de Estado levada a cabo em Angola por Nito Alves, em 27 de maio de 1977. Eanes discutiu com o Primeiro-ministro Mário Soares e o ministro dos Negócios Estrangeiros Medeiros Ferreira se haveria interesse em enviar um representante seu a Luanda. Soares discordava, enquanto Medeiros Ferreira concordava. Eanes acabou por enviá-lo para mostrar a solidariedade portuguesa, apesar das relações entre os dois Estados não serem famosas.[699]

O segundo caso deu-se na vigência do II Governo Constitucional, com a ideia de realizar uma conferência em Bissau, em meados de 1978, com o Presidente Agostinho Neto. O Primeiro-ministro Mário Soares e o ministro dos Negócios Estrangeiros Vítor Sá Machado não incentivaram a ida do Presidente Eanes ao encontro com o Presidente angolano, mas Eanes decidiu ir e, em consequência, mudaram as relações com Angola.

Do primeiro para o segundo caso mudara o ministro dos Negócios Estrangeiros. Ramalho Eanes considera que Medeiros Ferreira, o ministro socialista do I Governo Constitucional presidido por Mário Soares, era um homem com "uma grande formação europeia, mas com uma grande sensibilidade em relação aos interesses portugueses, nomeadamente em África e depois ele e eu fizemos, de alguma maneira, um processo de aprendizagem em comum (…) e havia uma grande cumplicidade (…) uma relação sólida".[700] Este bom entendimento não caiu nada bem ao Primeiro-ministro que não tinha a mesma visão sobre África, nem convivia muito bem com este "presidencialismo". Foi mais um dos desaguisados entre Mário Soares e Medeiros Ferreira, que contribuíram para a sua exoneração.

---

[698] José Pedro Castanheira, Jorge Sampaio - Uma Biografia, Lisboa, Edições Nelson de Matos, Porto Editora, 2012, p. 613.

[699] Segundo António José Telo, *História Contemporânea de Portugal do 25 de Abril à Atualidade*, vol. II, op. cit., p.202. Mário Soares desconfiava do entendimento entre Eanes e Medeiros Ferreira e acabou por forçar a sua demissão, obrigando o Presidente a assinar o decreto ou a receber a demissão do executivo, levando-o, a contragosto, a assinar. Na entrevista que concedeu ao autor, Ramalho Eanes questionado sobre esta demissão, respondeu que ele saiu por qualquer questão com Mário Soares e pelo receio do protagonismo que Medeiros Ferreira começava a ter.

[700] Entrevista concedida ao autor no seu gabinete em Lisboa a 25/07/2013.

Com Sá Machado como novo ministro dos Negócios Estrangeiros do II Governo Constitucional PS/CDS, as relações foram mais distantes e com efeitos negativos, dado que as preferências com o lado africano eram diferentes e a pressão do eleitorado do CDS, com grande peso dos "retornados", também não ajudava. Eanes pensava que, tendo aquele ministro, nascido em Angola e conhecendo bem África, teria um especial interesse pelos assuntos que a ele lhe eram tão caros. Mas perceberia que Sá Machado, apesar de ter "nascido lá, estava demasiado próximo para ganhar distanciação suficiente (…) e, portanto, não misturar afetividades com interesses".[701] Assim, apesar de lhe imputar seriedade e competência, considerou que, por causa da filiação no CDS e da ascendência do seu eleitorado, influenciou o próprio Soares, que deixou de ter o mesmo relacionamento consigo.[702]

Novo choque ocorreu, ainda com este governo, e mais uma vez à volta de Angola, por ocasião do funeral de Agostinho Neto, em setembro de 1978. Eanes, contra a vontade do Governo, foi a Luanda representar Portugal. Mas não se livrou das críticas que consideravam que Portugal tinha sido humilhado, já que o Presidente português fora colocado nas cerimónias fúnebres atrás dos presidentes africanos. Eanes desmontou essa crítica dizendo que era natural, numa altura daquelas, de união continental contra a colonização e, no seu entender, Portugal foi honrado ao ser colocado logo a seguir aos africanos, à frente de todos os outos Chefes de Estado presentes.

Sabendo à partida que não lhe cabia a definição da política externa, mas apenas exercer uma espécie de tutoria sobre a ação do governo, na entrevista concedida para este estudo, foi perguntado ao General Eanes quais eram as suas prioridades neste âmbito. Na resposta declarou que "nós tínhamos entendido" que o relacionamento externo português deveria assentar em três pilares, sem descurar a diversificação das relações com outros países africanos, asiáticos e até do Leste, em função do interesse nacional.

O primeiro pilar dizia respeito ao reforço da ligação com o mundo ocidental que, como atrás se mencionou, se firmava no bom entendimento com os EUA e numa grande reaproximação à NATO. Relativamente à Europa procurou sempre que o relacionamento fosse perfeito e pelo seu lado, durante o primeiro mandato, visitou os países mais importantes e influentes, tendo já em linha de conta a viragem pró-europeia que começou a desenhar-se com o I Governo Constitucional, em 1976, ano da sua investidura como Presidente da República. O primeiro país não ibérico a ser visitado oficialmente foi a

[701] *Vide* em 3.2.2.3, *infra*.
[702] Entrevista concedida ao autor no seu gabinete em Lisboa a 25/07/2013.

Alemanha, em 1977, seguindo-se a velha aliada Inglaterra, em 1978, a França, em 1979 e, numa abertura a Leste, a Roménia, Bulgária e Hungria. No último ano do seu primeiro mandato, foi a vez da Itália e da Noruega.

O segundo pilar, por razões óbvias, dizia respeito ao reforço das relações com a vizinha Espanha, que visitou por duas vezes. A primeira, em 1977, acabou por ser a primeira visita oficial a um país estrangeiro, e a segunda, foi logo no ano seguinte. Recebeu igualmente a visita do Rei Juan Carlos a Portugal. Estas deslocações contribuíram muito para a consolidação das boas relações já existentes entre os dois países.

O terceiro pilar baseava-se no triângulo constituído pelos PALOP, Brasil e países onde Portugal tivesse grandes comunidades de emigrantes, como a Venezuela, justificando assim uma atenção particular nas relações entre os dois Estados. O Brasil estando igualmente no centro da sua atenção, foi visitado em 1978.

Onde garantidamente Eanes mais apostou foi na fundação de um novo tipo de relacionamento entre Portugal e as suas antigas colónias, no rescaldo de uma descolonização traumática, tendo em vista o estabelecimento de uma cooperação com interesses mútuos.

A Cooperação

Eanes entendia a ligação ao antigo Ultramar como prioritária, por várias razões: por ser uma fonte de matérias-primas de que Portugal carecia; por se poder constituir como mercado para os produtos portugueses, ainda de pouca qualidade e fraca tecnologia incorporada; mas, essencialmente, tratando-se de países que careciam de quase tudo (infraestruturas, saúde, educação e transmissões), poderiam lá ser colocados jovens portugueses para ganharem dimensão e trabalharem em grandes áreas e em grandes projetos, e ajudar à capacitação destes países.

Eanes, ao contrário de outros, que na análise ao período pós-independência viram relações de mera assistência, sem qualquer estratégia, foi mais além, embora considerando que, naquela altura, era necessário ser cuidadoso e o ganho imediato acabou por ser a manutenção dos laços afetivos e da língua, através dos quais viriam os negócios.

Este ponto de vista vai de encontro aquilo que Medeiros Ferreira escreveu: “Portugal como país exportador sentiu menos os efeitos da descolonização. A balança

comercial entre Portugal e os antigos países da zona escudo manteve-se excedentária desde 1976, sendo a taxa de cobertura favorável a Portugal".[703]

Relativamente à urgência de abandonar o contencioso e dar lugar à cooperação, questão pela qual muito se bateu, avançou com uma explicação sociológica.[704] No seu entender não se podiam deixar cair os laços de afetividade, dado que ainda "havia um capital das relações humanas que é um capital que se perde ao fim de três anos". As gerações que colaboraram com os portugueses "tinham uma disponibilidade afetiva para voltar a colaborar, e os que tinham competido connosco, contrariamente àquilo que pode parecer, tinham uma ligação afetiva muito grande que é uma ligação que, aliás, existe sempre entre os combatentes dos dois lados quando se encontram". Foram estas as razões que o levaram a apressar a resolução do contencioso e a enviar, em situações especiais, os seus emissários pessoais.

Como que a justificar estas diligências, afirmou: "naquele tempo, por força da Constituição, o Presidente da República tinha uma ação interventiva na política externa, entendia que ela deveria ter estabilidade e uma consistência estratégica e sendo a cooperação um objetivo fundamental dessa estratégia, considerava que Portugal ainda a não conseguira. Assim era necessário definir primeiramente quais os interesses portugueses com cada um desses países e considerar depois quais eram os interesses deles e a partir daí, traçar as estratégias adequadas".[705] Eanes tinha uma ideia bem definida sobre cooperação, e como a levar à prática.

Como afirmou o Almirante Vítor Crespo,[706] a prioridade da cooperação fora alvo de reflexão no seio do Grupo dos Nove, o que foi confirmado por Eanes, reforçando "que se entendia que o país para ter viabilidade carecia de ter um projeto, carecia de ter um novo grande propósito em termos de estratégia e isto era indispensável porque o país foi, durante um século, um país imperial (…) e agora não havia mais impérios e portanto teríamos de nos bastar a nós próprios e teríamos que aqui, como disse o Mouzinho da Silveira, fazer e conseguir aquilo que tínhamos conseguido lá fora".

Tinham chegado à conclusão de que nem a sociedade portuguesa, nem a instituição militar, estavam preparadas para tal e era premente envolver os intelectuais na procura de um rumo para este "novo" país. No entanto, as dificuldades não se fizeram esperar pois,

---

[703] *Vide* José Medeiros Ferreira, *Portugal em Transe (1974/1985), Vol. XV da História de Portugal,* direção de José Mattoso, Mem Martins, Círculo de Leitores e Autores, 2008, p.100.
[704] Entrevista concedida ao autor no seu gabinete em Lisboa a 17/07/2013.
[705] Idem, *ibidem*.
[706] Entrevista concedida ao autor no Clube Naval, em Lisboa, a 14 de julho de 2011.

ainda, segundo Eanes, "a maior parte dos intelectuais se enfeudaram partidariamente e passaram a defender ideologias que não tinham nada a ver com a nossa cultura e que não poderiam ter nada a ver com o nosso futuro".

Confrontados com estas dificuldades, estes homens entenderam que "havia todo o interesse em construir o que fosse possível, para que mais tarde houvesse facilidade em definir uma grande estratégia e entendia-se que a ligação ao Ultramar era fundamental".[707] A cooperação surgiu, assim, como a solução necessária e natural, mas para isso havia que ser pragmático e ultrapassar o contencioso, mesmo que não fosse essa a visão do executivo.

Para isso, houve que enfrentar muitas adversidades. Um exemplo desta forma diferente de encarar a realidade foi o que se passou logo após a realização da Cimeira de Bissau que abriu portas para o reencontro entre Angola e Portugal perspetivando um futuro de cooperação. À chegada a Lisboa, proveniente de Bissau, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Vítor de Sá Machado, foi entrevistado para a RTP e traçou o novo cenário que se abria. Terminou dizendo que "o que foi possível conseguir em Bissau, e isso é naturalmente muito importante, foi chegar a um acordo quanto à necessidade de discutir o contencioso e de esboçar uma estratégia com vista à sua solução".[708] No seu pensamento, o contencioso estava sempre presente, independentemente da importância da cooperação.[709]

O Presidente português, pelo contrário, concentrava os seus esforços no restabelecimento de relações com todos os povos a quem Portugal se sentia fraternalmente ligado, pois esse era, forçosamente, o primeiro passo rumo a um futuro em que a cooperação pudesse fluir normalmente. Para este fim escolheu a Guiné como primeira visita a um país africano de língua portuguesa. Era um sinal de reconhecimento pelo envolvimento de Luís Cabral na reaproximação ente Portugal e os novos países, sobretudo com Angola, mas também porque era necessário mostrar que, com a Guiné, onde a guerra tinha sido mais dura, os fantasmas do passado estavam enterrados e se poderia vir a constituir como exemplo para todos os outros.

Eanes quis voltar aos locais por onde passou como militar e foi recebido de uma forma tão sincera e afetuosa que acabou por se emocionar. Numa crónica do Jornal

---

[707] Idem, *ibidem*.
[708] [s.a.] Sá Machado, Ministro dos Negócios Estrangeiros: Relações entre Portugal e Angola sem «diplomacias paralelas». *Comércio do Porto,* 28 de junho de 1978, p.8.
[709] *Vide* em *3.2.2.3, supra.*

Expresso, o antigo chefe de gabinete de Medeiros Ferreira, Eduardo Paz Ferreira dizia o seguinte:

"O sucesso desta visita a Bissau é, antes do mais, uma importante vitória pessoal de Ramalho Eanes que chamou a si a tarefa melindrosa de conduzir a política de normalização das relações com os novos países de expressão portuguesa e começou a ganhar dividendos claros desta política. Os resultados positivos que o Presidente alcança em matéria de política externa são tão mais significativos quanto esta foi, sem dúvida, a área onde mais se fez sentir a sua intervenção durante o período de mandato".[710]

Para o êxito da aproximação com os países africanos de expressão portuguesa, a que dedicou grande parte do seu tempo, foi preciso paciência e diálogo, muito diálogo, ainda que, por vezes, usando a firmeza que as situações justificavam, sob pena de o interesse nacional ser continuamente espezinhado, em razão do sentimento de culpa que por vezes atacou os negociadores e dirigentes portugueses.

Uma das chaves do sucesso foi a construção dos afetos que soube cultivar. Mas, para aí chegar, foram precisas diplomacia e persistência e investir muito nesta relação de amor e ódio, que caracterizava o relacionamento pós-independência. Esse investimento beneficiou da sua capacidade de ser o primeiro a estender a mão. Incluem-se, neste caso, os convites para as visitas que os Chefes de Estado africanos de língua portuguesa fizeram a Portugal, à exceção de Agostinho Neto que tinha falecido em setembro de 1979.

Refiram-se, a título de exemplo, alguns episódios que revelam Ramalho Eanes como alguém paciente e diplomático na aproximação, mas frontal, e até duro, na defesa dos interesses e princípios pelos quais se batia.

Após o golpe de Estado de Nino Vieira, na Guiné-Bissau, em novembro de 1980, e porque estava em jogo a vida do deposto Luís Cabral, a quem o ligavam laços de grande amizade e profundo reconhecimento, Eanes telefonou ao novo dirigente da Guiné e pediu-lhe que deixasse sair da prisão o ex-Presidente, o mais rápido possível. Foi cuidadoso nesta abordagem, referindo que este gesto não devia ser entendido como uma interferência nos assuntos da Guiné. Nino garantiu-lhe que detinha todo o poder e que, embora não procedesse à sua libertação imediata, o faria ao fim de algum tempo. O tempo foi passando e a libertação não se deu. Após novo telefonema, Nino respondeu a Eanes que a situação se havia complicado, dando a entender que não o libertaria. O Presidente português disse-lhe então que ou ele cumpria a sua promessa ou as relações com Portugal ficariam seriamente afetadas. Eanes considera que, eventualmente, foi esta

[710] Eduardo Paz Ferreira, "As boas relações são possíveis", Jornal *Expresso*, 24 de fevereiro de 1979, p. 8.

diligência conjugada com outras tomadas de posição de Chefes de Estado de língua portuguesa acabaram por permitir a saída de Luís Cabral e o exílio em Portugal.

Quando se deu a nacionalização dos bens da Diamang, em Angola, também foi preciso ser duro com Agostinho Neto. Eanes comentou assim este episódio:

"Tínhamos de tentar ultrapassar um contencioso, através do diálogo, através de discussão aberta e frontal, cujo modelo aliás o Presidente Agostinho Neto conhecia. Ele sabia perfeitamente que nós entendíamos que as relações não eram relações pessoais de amizade, mas eram relações políticas de interesse (…) mas que tinha que ser uma relação serena e prudente".[711]

Vejamos, finalmente, como se desenrolou o processo de aproximação com cada um dos países prioritários para a Cooperação Portuguesa.

Com Cabo Verde

Aristides Pereira, enquanto secretário-geral do PAIGC, manteve sempre um discurso muito duro e crítico para com Portugal. Após ter sido nomeado Presidente da República e de, nessa qualidade, ter visitado Portugal, onde criou grande empatia com o Presidente português, o seu discurso alterou-se profundamente. Em 27 de janeiro de 1979, no termo da sua visita oficial, serviu mesmo de mensageiro do Presidente Eanes para Agostinho Neto, em prol da normalização das relações. Na partida, afirmou entusiasticamente aos jornalistas que o Presidente português poderia vir a ser convidado a participar na próxima Cimeira da CONCP, a realizar em Maputo. Mas os tempos ainda não corriam de feição, e tal acabou por não acontecer.

Relativamente ao Primeiro-ministro Pedro Pires, mais tarde Presidente de Cabo Verde, Ramalho Eanes confessa que, inicialmente, o relacionamento com este chefe do executivo não foi fácil, porque ele estava muito fixado na defesa dos interesses cabo-verdianos. Por outro lado, tinha contra ele o preconceito de que se aproveitara do período do PREC, para levar Vasco Gonçalves a fazer concessões muito especiais. Mas, depois, "com ele e com Aristides Pereira verificou-se, na verdade, uma mudança psicológica muito interessante", admitindo que o contacto com os portugueses mudou a visão destes homens. Concluiu, expressando que "para além da relação política que podia ter sido negativa, havia uma relação humana que era extremamente positiva, (…) aliás isto também tinha tido uma grande influência no Samora".

Com a Guiné

[711] Entrevista concedida ao autor no seu gabinete em Lisboa a 17/07/2013.

O início das relações com a Guiné tinha sido conturbado, mas o período mais crítico fora formalmente ultrapassado com as negociações levadas a cabo no âmbito do VI Governo Provisório. Como sinal da vontade de aproximação e de cultivar uma boa relação, Eanes enviou o embaixador Álvaro Manuel Guerra a Bissau, com uma mensagem para o Presidente Luís Cabral e outra de felicitações para João Bernardo Vieira, pela recondução no cargo de comissário das Forças Armadas.

Mas, sem dúvida, foi a sua relação de amizade com o então Presidente Luís Cabral que configurou muito do que se veio a passar na Guiné e noutros países africanos de expressão portuguesa. Eanes considera que, logo no primeiro encontro, houve uma grande empatia, talvez por ambos serem antigos militares que falavam, sem complexos, da guerra e dos excessos cometidos de ambos os lados, sem que nenhum pudesse acusar o outro. Nessa conversa, onde vigorou a franqueza, Eanes não deixou de lhe mostrar que Portugal era o único país que possuía um conhecimento perfeito da Guiné nos seus múltiplos aspetos, o que o poderia tornar no parceiro ideal para a cooperação, apesar da difícil conjuntura que atravessava.

Quando se abordou a possibilidade de contornar o difícil relacionamento entre Portugal e Angola com apoio do Presidente guineense, Eanes começou por lhe dizer que, em face do seu passado, Portugal tinha necessidade de acabar com o divórcio artificial que existia com os novos países de expressão portuguesa. Considerava que Cabral tinha todas as condições para ser o interlocutor que Angola e Portugal precisavam pois, no conjunto de todos estes países, ele tinha o peso certo para uma missão desta natureza.[712] Esta argumentação resultou, pois Luís Cabral dispôs-se a fazer esse papel, no pressuposto de que isso lhe ia dar mais relevo, mais peso político e vantagens acrescidas para a Guiné em termos de cooperação com Portugal. De uma união de vontades e interesses nasceu esta oportunidade que se conjugou com a vontade de Angola em mudar de parceiros.

Com Angola

"Na nossa relação com os países africanos de expressão oficial portuguesa teve uma importância especial a Conferência de Bissau, pelo tipo de relação que estabeleceu com Agostinho Neto, com Angola, mas também com a ação que a partir dali, em proveito da Guiné, mas também em proveito de Portugal (…) e foi essa ação que acabou por fazer com que se desanuviassem aquilo que eram as relações das outras ex-colónias com Portugal".[713]

[712] Entrevista concedida ao autor no seu gabinete em Lisboa a 17/07/2013.
[713] Entrevista concedida ao autor no seu gabinete em Lisboa a 25/07/2013.

Ramalho Eanes explica assim a importância que teve aquela reunião que legou para a história o sugestivo nome de "O Espírito de Bissau".

Sobre o seu significado, precisou na entrevista a João Paulo Guerra: "Se eu o posso definir, era a preocupação em aproveitar aquilo que o passado de bom nos legou, tentando acabar com preconceitos, que sempre existem quando as independências ocorrem". [714]

Para se chegar a este patamar foram necessários alguns passos anteriores, independentemente de outras questões que se enquadram na definição da política interna angolana, num contexto mais vasto da política internacional da guerra fria.

Quando ocorreu a tentativa de golpe levado a cabo por Nito Alves, Eanes não hesitou em enviar um representante seu, Fonseca Fernandes, antigo membro do governo de transição, que tinha boas relações com o MPLA, para saudar o Presidente Agostinho Neto e mostrar o apoio de Portugal; mas, também, para lhe dizer que Portugal esperava que os presos portugueses fossem tratados com toda a dignidade. Lembre-se que estava preso um antigo ministro português, o Capitão Costa Martins, na sequência da tentativa de golpe. Temia-se que os portugueses implicados pudessem ser executados e que o tratamento prisional a que estavam sujeitos fosse menos digno. Para tal, Portugal oferecia inclusivamente bens alimentares.

Quando ocorreu a revolta no Shaba, Eanes enviou Melo Antunes a Luanda, enquanto para o Zaire seguiu o porta-voz do Conselho da Revolução, Major Canto e Castro.

Em 28 de janeiro de 1978, Melo Antunes foi a Cuba, a convite da Assembleia Popular, na qualidade de Presidente da Comissão Constitucional, e o Presidente Eanes aproveitou para lhe pedir que procurasse saber o mais possível sobre a presença cubana em Angola e como compatibilizar a cooperação que eles prestavam com a cooperação portuguesa, nomeadamente na questão do ensino de português.

Eanes recorreu também a Melo Antunes, dada a excelente relação que este militar cultivou no âmbito do processo descolonizador, para "acertar pormenores" com o Presidente Agostinho Neto, rumo à Conferência ou Cimeira de Bissau, como indistintamente é chamada. Note-se que o termo "acertar pormenores" pode abranger tudo ou muito pouco.

[714] João Paulo Guerra, *Descolonização Portuguesa. O Regresso das Caravelas, op. cit., p.* 159.

Os sinais que lhe chegavam de Bissau, ou mesmo da Embaixada de Portugal em Luanda e, eventualmente, até de Washington, a julgar pelos relatos da imprensa da época, apontavam para um caminho que se apresentava promissor para o entendimento e Portugal poderia ter, no futuro, um papel importante a desempenhar numa aproximação de Angola ao Ocidente. Já por ocasião da visita de uma delegação do PS a Luanda, Agostinho Neto afirmara que sempre existiram laços de amizade entre Angola e Portugal, e garantiu que este seria sempre um país privilegiado, apesar de compreender que alguns poderiam não gostar da política de confiscação dos bens, daqueles que, angolanos ou portugueses, fugiram e não regressaram. Para reforçar o seu empenho nas relações que alguns teimavam em complicar afirmou: "temos que fazer tudo contra essas forças para aumentar a cooperação. É esse o nosso desejo. A imprensa portuguesa às vezes diz ser eu o único amigo de Portugal e isso não é verdade".[715]

A Conferência de Bissau decorreu num clima de harmonia e conjugação de interesses. O próprio Neto terá dito que a saída de muitos portugueses tinha sido grave porque fizeram falta à economia angolana, os quadros eram indispensáveis e manifestou desejo de que alguns regressassem.

Segundo o jornal *The Guardian*, "Neto anunciara em Luanda que de acordo com Portugal autorizava o regresso dos refugiados angolanos, sem discriminação política, considerando ser aquele o sucesso mais importante da Cimeira de Bissau".[716]

Uma das perguntas colocadas a Eanes, na entrevista que lhe foi feita, era relativa à questão dos "retornados", nomeadamente se a questão tinha sido abordada na Cimeira? Eanes afirmou que foi abordada, mas não tratada, quer por razões políticas, ideológicas e até financeiras, quer, sobretudo, porque tal não seria plausível sem uma concertação prévia com Moçambique pela similitude dos casos e suas implicações posteriores.[717]

O Presidente angolano convenceu-se da enorme e sincera vontade de estabelecer relações sem interferências na política interna angolana. O Presidente português conta que, para mostrar a boa-fé das intenções portuguesas, disse que os Estados Unidos poderiam ter duas políticas externas em relação a um país, ou seja, uma formal e outra informal, oculta, porque podem sempre culpar um diretor de uma qualquer instituição para oficialmente se desculparem, mas Portugal não detinha essa capacidade. Para demonstrar a genuinidade do que afirmava, alertou para as dificuldades que a situação

[715] AHD-PAA, Prov. Maço 145, 980, 944, Angola set/out 1977.
[716] AHD-PAA, 944/2AT, 980, 944 Cimeira, telegrama n.º 13027 geral, nº 328, da Embaixada de Portugal em Londres, em 1 de julho de 1978.
[717] Entrevista concedida ao autor no seu gabinete em Lisboa a 25/07/2013.

política interna impunha ao governo, nomeadamente pela pressão dos "retornados" e pela simpatia que alguma imprensa tinha para com a UNITA ou a FNLA.[718]

Conhecedor da profunda ligação existente entre São Tomé e Príncipe e Angola, o Presidente português pediu o apoio do seu homólogo angolano para que promovesse a aproximação entre Portugal e São Tomé, o que na realidade veio a ocorrer.

Nota-se, pela forma como Eanes falou deste encontro, que Agostinho Neto lhe causou forte impressão. Aproveitou para fazer uma revelação interessante: "o Agostinho Neto, contrariamente àquilo que muitas pessoas pensam, era culturalmente um português", e sabia, não só onde havia bons petiscos e bom vinho, como conhecia em pormenor mais sobre literatura portuguesa que ele próprio.[719] Em resultado da mútua empatia, o *Jornal de Angola*, órgão oficioso do governo, anteriormente tão crítico com Portugal, afirmava, a propósito da conferência, que, após o encontro da manhã de domingo, os dois presidentes apareceram abraçados e bem-dispostos.[720] O próprio embaixador de Portugal em Luanda foi testemunha da mudança do estado de espírito do próprio Presidente Neto, na forma como o recebeu numa audiência que solicitara. Nela o Presidente evocou a extraordinária importância da cimeira e que, além disso "para Angola o passado estava esquecido, a guerra estava esquecida. Havia agora que trabalhar na concretização do acordado".[721]

Com São Tomé

Uma das perguntas que foi colocada ao General Eanes tinha por base uma notícia de jornal onde se afirmava que a visita do Presidente Manuel Pinto da Costa a Portugal, em novembro de 1979 é que levou ao pico do relacionamento entre os dois países, e que a cooperação se multiplicara a partir daqui. Eanes não concordou com essa interpretação. Para ele, o sucesso da Conferência de Bissau é que provocou uma inflexão do posicionamento santomense, "aliado à mudança pessoal, muito interessante, de uma conceção política de regime comunista a regime liberal". Foi a partir daqui que, no seu

[718] Esse veio a ser um grande obstáculo pois nalguma imprensa portuguesa, as notícias contra o MPLA, encarregaram-se de complicar mais uma vez o que tão difícilmente fora conseguido. Até à publicação do Acordo de Cooperação assinado em Bissau demorou mais de um ano, como afirmou Eanes na entrevista de 25/7/2013, devido à burocracia, mas também por manifesta má vontade de muitos quadros da Administração relativamente "a Angola".
[719] Entrevista concedida ao autor no seu gabinete em Lisboa a 17/07/2013.
[720] AHD, PAA, Maço 147, 980, 941, telegrama nº geral 12 646, nº 562 da Embaixada de Portugal em Luanda recebido em 27/06/78.
[721] AHD, PAA Maço 145, Proc. 980, 944/ geral, telegrama nº 13487, nº 629 da Representação Portuguesa em Luanda, recebido em 7 /07/78.

entender, as relações se desenvolveram.[722] Mas teve sempre o cuidado de debater, com o seu homólogo, as questões de Estado que necessitaram de ser tratadas, com toda a frontalidade, ainda que com formalidade.

Com Moçambique

As relações com Moçambique foram as mais complicadas, o que não seria previsível pela forma como Melo Antunes conduziu as negociações a contento dos moçambicanos, tal como o próprio Joaquim Chissano manifestou na entrevista.

Nas negociações para a solução do contencioso luso-moçambicano as relações foram-se deteriorando e Eanes tentava intervir, discretamente, para intermediar as relações que o diferente posicionamento ideológico ainda complicava mais.

Como atrás foi referido, no capítulo do Contencioso, em janeiro de 1978, com a concordância do Presidente, o Primeiro-ministro Mário Soares nomeou Jorge Sampaio, para chefiar a delegação portuguesa nas negociações sobre a banca portuguesa em Moçambique. Para facilitar os contactos, o Capitão Aniceto Afonso seguiu como "enviado especial" de Ramalho Eanes na delegação, onde seria o elo de ligação presidencial com as autoridades locais. Na biografia de Jorge Sampaio, escrita por José Pedro Castanheira, a propósito da generalidade das negociações que levou a cabo em Moçambique, revela que o apoio que Ramalho Eanes lhe prestou foi bem mais importante do que aquele que o Governo lhe concedeu.[723]

Em 1979, no Governo de Mota Pinto, valeu-se do General Sousa Menezes para tentar ultrapassar os melindres existentes, após as complicadas missões que, infrutiferamente, Jorge Sampaio executara e que levaram mesmo, à suspensão das reuniões. Este General, antigo Comandante-chefe das Forças Armadas em Moçambique na fase final da Administração colonial portuguesa, executor de uma excelente transição conjunta com as forças militares da Frelimo, era um homem com grande prestígio entre os adversários. Samora Machel admirava-o muito e sempre o recebera com distintas honras. Tratavam-se por tu e admiravam-se mutuamente pelos feitos cometidos. Segundo Eanes, a relação de apreço passou a amizade e haveria de voltar várias vezes a Moçambique a convite de Machel. Através dele, Eanes pretendia mostrar ao Presidente as vantagens decorrentes da cooperação com Portugal, a começar pelo apoio à língua enquanto veículo de unificação num mosaico de nações e servir de base à criação de um

[722] Entrevista concedida ao autor no seu gabinete em Lisboa a 25/07/2013.
[723] *Vide* José Pedro Castanheira, *Jorge Sampaio. Uma Biografia*, *op. cit.*, p. 613.

Estado. Por outro lado, mostrar que não poderia ser o marxismo a servir de unificador, mas sim o progresso. Para ele, era necessário investimento e quadros que Moçambique não tinha e Portugal poderia fornecer, sobretudo quadros conhecedores e competentes, com a mesma língua e isso, naquela altura, já era forçoso eles reconhecerem.

Apesar da atitude mais colaborante do Presidente Samora Machel, o radicalismo existente no seio da Frelimo não deixou que o contencioso fosse ultrapassado e persistiu nos governos seguintes, sem se vislumbrar nenhuma solução, pois ao ativo que os portugueses reivindicavam, os moçambicanos contrapunham o passivo da colonização. Sobre o entendimento, que chegou a ser perfeito com Machel, Eanes confessa que, de início, ambos cultivavam, mutuamente, imagens negativas, devido a problemas decorrentes da guerra colonial, numa das duas vezes que passou por Moçambique em comissão de serviço. E, mais uma vez, foi o Presidente guineense Luís Cabral, respeitado por todos, quem transmitiu opiniões muito positivas de Eanes a Machel, e vice-versa, protagonizando esta aproximação a ponto de estabelecerem contatos pessoais. Como esclarece Eanes, "O Samora sempre que tinha problemas falava comigo".[724] Ou seja, assistia-se à superação do radicalismo ideológico e as convergências eram conseguidas por via telefónica.

Mais uma vez, Eanes soube laborar nesta relação, onde os afetos voltaram a dar frutos. Tomou a iniciativa de convidar o Presidente moçambicano para visitar Portugal, o que permitiu que se conhecessem melhor e, como admite, Machel acabou por ter "uma certa relação com os portugueses que até se pode considerar estranha". Estava certamente a referir-se à simpatia que criou junto do povo português, contrariando os receios que envolveram essa visita, por causa dos "retornados". Eanes também ficou surpreendido com o grau de cultura, "na perspetiva africana", de Machel, que exemplifica com um encontro dele com o escritor Miguel Torga e com o brilhante improviso com que respondeu, em Coimbra, ao discurso do Reitor na Universidade, que o aclamou. "Ele era um homem especial", confessou Eanes.

Apesar desses avanços, só com o Governo da Aliança Democrática a situação melhorou substancialmente: Sá Carneiro declarou o fim do contencioso e a visita do Presidente Eanes a Moçambique causou um grande impacto, como referiu Joaquim Chissano, pela forma franca e respeitosa como a mesma decorreu. Sobre a melhoria das relações, na referida entrevista Eanes recusou parte dos louros, ao afirmar que o Primeiro-

[724] Entrevista concedida ao autor no seu gabinete em Lisboa a 13/07/2013.

ministro Sá Carneiro é quem tinha tido o mérito de sobrepor a cooperação ao contencioso, porque esta decisão era necessariamente uma decisão executiva.

Depois desta explanação sobre a forma como o Presidente Ramalho Eanes exerceu as suas funções, numa época tão especial da vida portuguesa, independentemente da sua forma de intervir e atuar, a verdade é que foi feliz no recurso a figuras públicas prestigiadas, a quem solicitou os bons ofícios em prol dos interesses do Estado, e nas diligências que tomou a seu cargo pessoal, das quais resultou um capital de confiança fundamental para a consolidação dos laços que ainda hoje permanecem.

Segundo o jornalista Fernando Madrinha, foi "um homem que, enquanto chefe militar e Presidente, prestou ao país os inestimáveis serviços que a História registará, mas que se tornou uma referência enquanto cidadão, pelo exemplo de probidade e despreendimento, pelo apego a princípios e valores".[725] Foi em nome desses valores e princípios que Eanes recusou muitas das homenagens que lhe têm querido dedicar, designadamente a distinção de Marechal.

Para terminar refira-se que, no homem que cultivou sempre uma imagem fria e austera, coexiste um lado menos racional e mais emotivo que ficou bem patente durante a visita oficial à Guiné, ao revisitar os lugares onde esteve enquanto militar, sendo recebido entusiasticamente pela população.[726]

Como declarou na entrevista dada à RTP em 2 de dezembro de 2014, "um homem que não chora, para fora ou para dentro, é um homem que já perdeu toda a humanidade".

3.2.3. Os ministros

No âmbito deste estudo não se justificaria, fazer uma análise circunstanciada do trabalho de cada um dos ministros que, desempenharam funções neste período ligados à área da cooperação, até pelas frequentes alterações governamentais, que não permitiram grandes decisões na matéria. Vejamos apenas aqueles que, de alguma forma, marcaram a época pelo papel que desempenharam.

3.2.3.1. O ministro dos Negócios Estrangeiros / Primeiro-ministro Mário Soares

"O povo português compreendeu imediatamente que eu era o homem capaz de abrir essas portas [do isolamento internacional] e que o Partido Socialista seria o artesão

[725] Fernando Madrinha, "Um General Também Chora", *Expresso*, Primeiro Caderno, 30/11/2013, p. 13.
[726] Entrevista concedida ao autor no seu gabinete em Lisboa a 25/07/2013.

incansável de uma política de abertura ao mundo exterior (…) o destino de Portugal está ligado por excelência ao da Europa".[727] Este enunciado é demonstrativo do pensamento de Mário Soares, e da sua fixação pela Europa como o caminho a seguir por Portugal quando outros se inclinavam para alternativas diferentes. E, não menos despiciente, considerava que só ele teria as portas abertas para dialogar com os principais líderes europeus.[728]

Europeísta convicto, foi esta a marca indelével que deixou para a história. Mas não se lhe pode negar o empenho que colocou na causa das independências coloniais, apesar do respeito pelas orientações políticas que lhe vinham da Presidência da República, mesmo quando começou a divergir do pensamento do Presidente.

Na Declaração de Princípios de 1964 da Ação Socialista Portuguesa, que veio dar origem ao Partido Socialista em 1973, a Comissão Diretiva que Mário Soares integrava condenava a Política Colonial de Salazar, conducente a uma guerra sem saída. Era bastante crítico quanto ao facto de não ser reconhecido o direito à autodeterminação e independência dos povos. Com a chegada de Marcelo Caetano à chefia do governo, a política colonial manteve-se, apesar de ligeiras inflexões. Soares, numa conferência de imprensa em Nova Iorque, em 1 de abril de 1970, afirmou que, para os socialistas portugueses, os territórios africanos eram colónias e não Províncias Ultramarinas, em contracorrente com a doutrina oficial do regime, e que deveriam ser iniciadas conversações com os nacionalistas africanos para pôr fim à guerra. Mais tarde, no exílio, era um dos rostos da oposição ao regime, à guerra colonial e aos alegados atropelos das nossas tropas, que tinham sido internacionalmente divulgados. Em 1972, em Paris, editou um livro, que, mais tarde traduzido para português, se intitulou *Portugal Amordaçado* e que se constituíu como uma chamada de atenção internacional contra o regime que vigorava em Portugal. Logo no dia seguinte ao 25 de Abril, o Secretariado Político do PS, ainda no exterior, apelava para a abertura imediata de negociações políticas com os movimentos de libertação e o reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e à independência, o que foi repetido por Mário Soares, ao chegar a Lisboa, a 28 de abril de 1974, vindo de França.

Foi a pensar na sua exposição mediática e nas amizades políticas no exterior que Spínola decidiu, como Presidente da Junta de Salvação Nacional, ainda antes de tomar

[727] Pouchin Dominique, *Portugal que Revolução? Mário Soares., Diálogo com Daniel Pouchin,* Lisboa, Perspetivas e Realidades, 1976, p. 62.
[728] *Idem,* ibidem, pp. 27-28.

posse como Presidente da República, convidar Mário Soares após o seu regresso ao país, para fazer um périplo pela Europa, pedindo o apoio para a revolução portuguesa e o reconhecimento internacional do novo regime. Desta viagem, iniciada a 2 de maio, e que lhe abriu as portas do Palácio das Necessidades, aquando da formação do I Governo Provisório, liderado por Adelino Palma Carlos, ficou a certeza de que os parceiros europeus não aceitavam nada menos que a descolonização em troca do seu apoio.

Soares tinha cumprido o seu primeiro grande objetivo: começar a quebrar o isolamento internacional. Naturalmente, seria a ele que competiria zelar pelo processo da descolonização, enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros, apesar de, como confessou, ter um conceito bem diferente do que tinha Spínola, quanto à descolonização, pois este fazia uma distinção clara entre autodeterminação e independência, pensando desta forma travar o curso da história, enquanto ele considerava que não havia outra saída senão a independência.

Como várias vezes afirmou, a sua estratégia inicial era encetar um processo gradual e longo, contando que as Nações Unidas o iriam auxiliar nessa transferência para as independências. Foi contra isto que a Frelimo se bateu desde início, como referiu Joaquim Chissano, aludindo ao período de transição que os políticos-estaria seguramente a referir-se a Mário Soares-lhes foram propor. A propósito, disse o seguinte: "os militares não mostraram nenhuma hesitação quanto à descolonização. Essa questão do governo de transição de 20 anos veio de certos políticos, mas pessoas como o Vítor Alves, Melo Antunes, Otelo Saraiva de Carvalho, estiveram sempre claros quanto a esse direito".[729]

Acrece que as exigências dos países europeus, a que se juntavam muitos outros como os países não-alinhados e a própria OUA, chocavam com a posição de Spínola que ele esperava que fosse a do governo e que se encarregou de transmitir na cerimónia da tomada de posse, conferindo-lhe um cariz de unidade nacional. Logo, os ministros não deveriam representar as ideias e programas dos partidos a que pertenciam. Soares, embora contrariado, fez por cumprir.

Quanto às opções fundamentais, Spínola considerava que não deveriam ser tomadas sem mandato específico da nação, conforme o que constava no Programa revisto do MFA. Mas depois de fortemente pressionado, foi colocado perante a inevitabilidade das negociações, o Presidente Spínola adotou a versão de que a situação era diferente em cada um dos territórios.[730] Segundo David Castaño, Mário Soares também pareceu

[729] Entrevista concedida ao autor no hotel Pestana, em Lisboa, a 9/01/2013.
[730] David Castaño, "Abrindo a Caixa de Pandora, Mário Soares e o início da Descolonização", Lisboa,

comungar com este princípio pois, dez dias após a tomada de posse, reuniu-se com James Callaghan, seu homólogo britânico, defendendo uma visão próxima da do Presidente Spínola, que desejava separar os casos, em função das realidades distintas.[731]

Numa primeira fase e em consonância com a posição oficial do Presidente, Mário Soares defendia que "Portugal não podia reconhecer imediatamente a Guiné-Bissau, já que não existia um mandado popular nesse sentido e o governo em funções advinha de um golpe militar, pelo que só depois de realizadas eleições em Portugal e consultados os guineenses se poderia dar esse passo"[732]. Mas os acontecimentos não decorreram como esperavam, dado que a concertação entre os movimentos foi mais forte que a vontade da potência colonial e os apoios internacionais não surgiram, levando a que o ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares tivesse de recuar.

Assim, fora dos discursos oficiais onde se mostrava de acordo com Spínola, começou a passar a mensagem de que, pessoalmente, era partidário da independência imediata da Guiné. Soares reconheceu mais tarde, que pouco mais de um mês após a sua entrada no governo foi suficiente para perceber que a sua solução para o problema não coincidia com a de Spínola, embora procurasse, diplomaticamente, fazer uma ponte entre a sua vontade de levar à independência os antigos territórios ultramarinos e o objetivo do Presidente Spínola de negociar o princípio da autodeterminação.

Numa palestra que proferiu muitos anos depois, Soares quis explicar melhor o seu pensamento e ação afirmando que fora imperioso iniciar negociações imediatas com os movimentos onde existiam guerras, deixando para depois S. Tomé e Cabo Verde, mas que no seu espírito estas negociações deveriam conduzir ao reconhecimento do direito à autodeterminação e, se as populações assim o desejassem, à independência.[733]

Para que não fracassassem as chamadas negociações de Londres, que travava com o PAIGC, Soares teve de se incompatibilizar com Spínola, de modo a obter a concessão de um mandato para fazer a paz, como atesta Almeida Santos que o acompanhou nestas negociações. Soares vai mais longe, ao afirmar que se chegou a demitir perante a intransigência do Presidente, que não acreditava na tese de que a guerra estava perdida, confiando que a população da Guiné não estava maioritariamente com o PAIGC.[734]

Relações Internacionais, ed. nº 35, set 012, p. 68.
[731] Idem, *ibidem*, p. 68.
[732] Idem, *ibidem*, p. 68.
[733] Mário Soares, "Portugal e a Opção Europeia: Um Breve Depoimento", *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático*, *op. cit*., p. 66.
[734] *Mário Soares. Um político assume-se*, Temas e Debates, 2011, p. 217.

Contudo, debaixo da sua liderança, só foi negociada uma das independências, a da Guiné, onde menos havia para negociar, dada a dificuldade face à realidade no terreno. Esteve presente na descolonização de Moçambique, embora se demarcasse da forma como foi conduzida pelo ministro sem Pasta, Melo Antunes. Relativamente a Angola, Soares deu apoio às negociações, mas também não as liderou, papel que coube, de novo, a Melo Antunes que, como se tem vindo a referir, desde o segundo Governo, foi o principal responsável pela descolonização.[735]

David Castaño refere que Mário Soares foi um crítico da política descolonizadora seguida por Melo Antunes, em virtude de não ter avançado "gradualmente, por fases, diferenciando as colónias consoante as situações no terreno"; todavia, no seu entender, foi Soares quem abriu a "Caixa de Pandora*"* quando, "ao compreender que a ideia inicial de realização de uma consulta popular na Guiné não era viável, o ministro dos Negócios Estrangeiros português passou a advogar o rápido reconhecimento da independência" acreditando, em vão, que a OUA e em particular a Frelimo (com quem, dado o impasse com a Guiné, já tinha estabelecido contactos) iriam aceitar a singularidade do caso guineense. Foram precisamente estes factos que levaram aquele historiador a considerar que "o seu voluntarismo inicial contribuiu para a inviabilização de qualquer tipo de diferenciação nos processos de descolonização dos diferentes territórios",[736] ou seja, a pretendida exceção acabou por se determinar como regra.[737]

Soares foi ator e nunca mais deixou de ser réu do processo descolonizador aos olhos daqueles que tudo perderam na voragem da descolonização. Esse estigma não resulta só deste processo. Aqueles que tudo perderam não esquecem a forma como foram atraiçoadas as expetativas, de serem ressarcidos dos seus bens por Portugal, dado que foi no I Governo Constitucional, por si presidido, que se publicou o célebre Dec. Lei nº 80/77, de 26 de outubro, que até hoje tem sido juridicamente intransponível, inviabilizando todas as ações que, interna e externamente, foram colocadas contra o Estado português.

A política externa de Mário Soares[738] foi bastante condicionada pela situação interna que o absorvia completamente, oscilando entre a procura incessante de apoio para

[735] Este aspeto da responsabilidade das negociações foi desenvolvido em 1.4 *supra.*
[736] David Castaño, "Abrindo a Caixa de Pandora, Mário Soares e o início da Descolonização", *op. cit., p*p.70, 76, 77.
[737] Também o jornalista norueguês Gunnar Selgärd, do jornal *Aftenposten*, referindo-se a Mário Soares considerava que o "seu trabalho enérgico levou à independência das colónias". AHD-PAA, 147, 980,944, telegrama da Embaixada de Portugal em Oslo, nº 172, nº geral 13819, de 12 de julho de 1978.
[738] *Vide* desenvolvimento em 1.3, *supra.*

uma transição democrática e não revolucionária e, simultaneamente, levar a bom porto a descolonização. Isto não passou só pelas visitas que efetuou e pelos encontros que teve com os mais altos responsáveis internacionais, como Henry Kissinger, seu homólogo americano. Este, inicialmente, não tinha demonstrado particular interesse por ele, por o considerar fraco e manobrável pelo PCP, chamando-lhe até o Kerensky português,[739] mas Kissinger veio a reconhecer, mais tarde, que se tinha equivocado na análise apriorística que tinha feito.[740] Encontrou-se também com Harold Wilson, Willy Brandt e muitos outros membros da Internacional Socialista, contactos com os principais organismos internacionais e ainda aqueles que mantinha, direta ou indiretamente, com representantes dos movimentos nacionalistas. Igualmente se avistou com o seu homólogo André Gromiko que, em janeiro de 1975, numa visita a Moscovo, lhe garantiu a não ingerência soviética em Portugal e, a propósito do PCP, disse a Soares o seguinte: "nós temos, enquanto União Soviética, uma só política que é a do Estado. E não confundimos a política de Estado com a política do Partido".[741]

A sua grande mágoa, como confessou posteriormente, foi não ter conseguido estabelecer relações diplomáticas com Pequim, mas obteve a abertura de embaixadas nos países de Leste e no Terceiro Mundo, sobretudo nos países africanos. Com estas Embaixadas pretendia, por um lado, ter aliados na ONU que ajudassem a romper o isolamento que ao longo dos anos Portugal sofrera e, por outro, para que no âmbito da OUA pudessem ajudar a moderar as exigências dos movimentos nacionalistas e encontrar as melhores soluções para a descolonização. Também a ele se ficou a dever a resolução da questão da designada India portuguesa.

Graças a este esforço, num breve espaço de tempo, Portugal estabeleceu relações diplomáticas com mais de cinquenta estados e viu abrir as portas das organizações internacionais mais representativas, o que demonstra a capacidade política de Mário Soares e o bom relacionamento externo de que beneficiava. Mas convirá não esquecer que, para tal, muito contribuiu o Corpo Diplomático que, embora herdado do anterior regime, soube servir o novo Portugal.

Spínola tinha acertado na escolha do homem que, naquela conjuntura, estaria mais dotado para liderar a política externa da primeira fase da jovem democracia portuguesa,

[739]Mário Soares, "Mário Soares. Um político assume-se", op. cit., p. 228 e Vide, Mário Soares, Memória Viva, *op. cit.*, p.131.
[740] *Vide* uma primeira abordagem ao assunto em 1.3, *supra.*
[741] *Vide*, Mário Soares, "Portugal e a Opção Europeia: Um Breve Depoimento*", Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático, op. cit., p.* 69,

pois os seus conhecimentos permitiram, após tantos anos de maior ou menor isolamento, a completa inserção de Portugal no contexto internacional.

Se é verdade que o seu papel na descolonização da Guiné ficou muito aquém do que ele próprio desejaria, Soares deixou de forma simples o registo do que foi e representou a descolonização:

"fizemos o que era indispensável fazer. Sem o que não poderíamos caminhar em frente, consolidar a democracia e requerer a adesão à CEE. Cumprimos os princípios proclamados pela ONU e libertámo-nos das nossas responsabilidades directas e imediatas em relação a África. Foi de resto o que nos permitiu avançar rapidamente, quer em matéria de institucionalização da democracia, quer em relação à opção europeia".[742]

Tendo a opção europeia como guia principal de atuação política, este assumido federalista muitas vezes teve de superar a desconfiança com que muitos encaravam esta via, duvidando até da sua capacidade para exercer tal magistratura de influência junto da Europa dos dez, a começar pelo Presidente Ramalho Eanes.[743]

Como forma de consolidar o regime democrático, Portugal foi admitido no Conselho da Europa, verdadeira antecâmara da Comunidade Económica Europeia. Depois de um longo período de transição, foi também aceite naquela organização para que o espírito de coesão económica e social que a Europa se orgulhava de garantir, pudesse ajudar Portugal a entrar no caminho do desenvolvimento e assumisse, sem mais hesitações, os valores das democracias ocidentais.

Esta prioridade era estruturante no seu Programa de Governo, como afirmou numa entrevista a um jornalista francês, já como Primeiro-ministro do Iº Governo Constitucional:

"Evidentemente estamos ainda na cauda da Europa, mas dela vem o essencial da nossa identidade: uma civilização, uma cultura, um sistema de referências, hábitos, aspirações, motivações, e mesmo um nível de vida que se pretende comum. Mais de oitenta por cento da nossa economia está ligada ao Ocidente, e mais de um milhão de portugueses vende a sua força de trabalho em França, na Alemanha, no Canadá, (…) onde está o Terceiro Mundo em tudo isto? A realidade é bem mais forte do que os belos discursos sobre os méritos bem mais aleatórios de uma abertura ao Terceiro Mundo".[744]

Fica justificada a sua prioridade e a recusa da anterior alternativa de Melo Antunes em privilegiar a abertura ao terceiro mundo, embora admitisse não descurar o reforço dos laços com África e Países Árabes. Dada a vocação africana dos portugueses, estes

[742]Idem, *ibidem*, p.74.
[743]Idem, *ibidem*, p.79.
[744]Pouchin Dominique, *Portugal que Revolução? Mário Soares., Diálogo com Daniel Pouchin*, Perspetivas e Realidades, 1976, pp.64.

poderiam ser uma ponte entre dois mundos, mas sem esquecer que, acima de tudo, Portugal era um país europeu.[745]

Em defesa da sua opção Soares argumentava que a adesão foi o contrapeso político e económico à perda das colónias e o garante da consolidação democrática. Também em 1999, o embaixador de Cabo Verde em Portugal, admitiu que esta foi a condição que modificou a atitude dos países africanos para com Portugal, ao perceberem a importância que a adesão poderia ter para os seus próprios interesses.[746]

António Costa Pinto pensa do mesmo modo quando afirma: "com o mito das colónias encerrado, as elites democráticas conseguiram consolidar na opinião pública a opção europeia como a única que poderia recriar uma relação importante com os novos países de língua portuguesa, com os quais as relações económicas tinham quase desaparecido e as políticas se tinham deteriorado após a vaga de independências em 1975".[747].

Para a história, os seus contributos na área da cooperação, não foram relevantes, quer na qualidade de ministro dos Negócios Estrangeiros, quer na qualidade de Primeiro-ministro já no período constitucional. Nos seus testemunhos, nas entrevistas e mesmo nas recentes memórias, é uma temática à qual não dá qualquer relevo. Inclusivamente, foi o seu primeiro governo constitucional que extinguiu o único Ministério dedicado à Cooperação que até hoje existiu em Portugal.

Era a fase da viragem decisiva para a Europa. Até o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira, apesar do seu encontro com o MNE angolano em Cabo Verde e apesar de ter pedido vários estudos para tentar implementar uma reforma minimalista na área da cooperação, nada acrescentou e acabou por sair do governo deixando uma confusão maior do que aquela que encontrou. Soube, contudo, reconhecer o importante papel que o Presidente Eanes começava a desempenhar na reaproximação de Portugal às antigas colónias.

Soares é reconhecido, principalmente, por ter protagonizado a entrada de Portugal no Conselho da Europa e por ter feito o pedido de adesão à CEE, mas nunca por qualquer avanço significativo no que toca às ex-colónias.

---

[745] *Vide* em 1.3, *supra.*
[746] *Vide*, em 3.1, *supra.*
[747] António Costa Pinto, *O fim do Império colonial português*, *op. cit*., p. 33.

Para este facto, muito contribuíram as diferenças ideológicas que se extremaram. Aquelas, seguiam uma via marxista e o Partido Socialista, no poder, seguia os ditames da potência americana nas relações com África.[748]

As relações com Angola foram sempre complicadas, sendo Mário Soares um dos principais responsáveis por se ter oposto ao reconhecimento atempado do Governo do MPLA. Depois, não soube, ou não quis, aproveitar o estender de mão de Agostinho Neto ao Governo do PS e à Internacional Socialista, em agosto de 1976. As relações só começaram a desanuviar durante o seu segundo Governo, não pela intervenção do MNE[749], mas, por mérito do Presidente Eanes, a quem Soares acusava de praticar uma diplomacia paralela com a Conferência de Bissau.

Quanto a Moçambique, referia o antigo Alto-comissário Vítor Crespo:

"houve algumas dificuldades, porque o entendimento do primeiro Governo constitucional não era muito favorável a relações privilegiadas com Moçambique e aquelas situações que havia em Moçambique não criavam boas condições para haver relações privilegiadas. Quer dizer, o Dr. Soares e Samora Machel nunca se entenderam. Acredito que foram pelas suas ligações ao Bloco Leste, contrárias às ligações do Dr. Soares".[750]

Pode-se, assim, concluir que faltou a Mário Soares em África, o que sobrou ao Presidente Eanes, ou seja, colocar os interesses do Estado acima das questões políticas e ideológicas.

3.2.3.2. O ministro da Coordenação Interterritorial António de Almeida Santos

Almeida Santos vivia em Moçambique antes do 25 de Abril e podia ter escolhido ser moçambicano, como outros que faziam parte do Movimento dos Democratas. Esta ideia foi deixada por Joaquim Chissano[751] e bem pode representar a admiração por quem, como ele, se bateu contra o antigo regime e, mais tarde, foi seu adversário na mesa das negociações.

Spínola, que o convidou para o I e II Governos Provisórios e com ele lidou de perto, tinha apreço pelas suas capacidades e conhecimentos. Foi graças à sua intervenção que a Lei 7/74 acabou por ser aprovada. Foi o escolhido natural para tutelar o Ministério que iria substituir o mega Ministério do Ultramar. Num estudo elaborado por si sobre as perspetivas que se deparavam a Portugal no futuro próximo, expôs a reestruturação que

[748] Rui Mateus, *Contos Proibidos. Memórias de um PS Desconhecido, op. cit.*, p. 130.
[749] O então ministro Vítor de Sá Machado era do CDS, no Governo de coligação PS/CDS.
[750] Entrevista concedida ao autor no Clube Naval, em Lisboa, a 14/07/2011.
[751] Entrevista concedida ao autor no hotel Pestana em Lisboa a 9/01/2013.

se impunha fazer "de alto a baixo", naquele Ministério, onde "pululam funcionários inúteis e mais fascista do que o próprio Mussolini. Não é propriamente um Ministério, mas um asilo".[752] Ficou, pois, à frente do novo Ministério da Coordenação Interterritorial, com a responsabilidade da coordenação das relações ainda existentes entre Portugal Continental e o Ultramar. Foi um dos políticos mais influentes após o 25 de Abril, integrando cinco dos seis governos provisórios e o primeiro e o segundo, governos constitucionais.

Por força do cargo, mas também por ser juridicamente o mais bem preparado dos negociadores portugueses, foi uma figura omnipresente nas negociações para a descolonização dos territórios ultramarinos, tendo estado envolvido em todos os acordos, mas apenas liderando os de Cabo Verde e São Tomé. Porquê a liderança nestes dois casos se no primeiro território a descolonizar a tarefa coube ao ministro dos Negócios Estrangeiros e em Moçambique e Angola a responsabilidade coube a Melo Antunes?

A resposta pode estar no facto de, como o próprio Almeida Santos já alvitrou, Melo Antunes se ter desinteressado daqueles dois territórios. Nas suas *Quase Memórias ex*plica que se quis demitir devido ao mau estar causado ao Governo, pela constante pressão feita pelos militares nas colónias. Em particular, no caso de Cabo Verde, deram-lhes um prazo de cinco a oito dias para entregarem o poder ao PAIGC, sob pena de eles próprios o fazerem. Foi nesta altura que Costa Gomes o convenceu a não avançar com a ideia de demissão, pedindo-lhe que resolvesse a questão de Cabo Verde[753], e depois a de São Tomé e Príncipe que se encontrava, igualmente, sobre forte pressão descolonizadora.

Almeida Santos admite que, em conjunto com o ministro dos Negócios Estrangeiros, poucos meses após a Revolução, tentara envolver as Nações Unidas na cobertura de um risco político de apoio ao processo descolonizador, através de uma diligência feita pelo embaixador português na ONU.[754] E esse primeiro contato foi promissor, pois foi-lhe solicitado um estudo que se constituísse como ponto de partida para essas negociações.

---

[752] AHD, PAA, Prov. Maço 15, Processo 940, Almeida Santos, "Esboço de uma linha de atuação política para os territórios ultramarinos" e "Contributo para o Estudo de uma forma de cobertura do Risco Político dos Investimentos Públicos e Privados Portugueses na Guiné, em Angola e em Moçambique", [s.d.]

[753] Almeida Santos em entrevista com São José Almeida, "Melo Antunes e Almeida e Costa acordam com a Frelimo as bases do futuro Acordo de Lusaca", *Público* de 11 de abril de 2004, pp. 12-14.

[754] A tese de envolver a ONU na descolonização, é também abordada por Spínola no livro *País sem Rumo.* Considera-a como ideia de Veiga Simão. Também Mário Soares garante ter pretendido envolver a organização, como afirmou na intervenção já aqui referida, no âmbito do II Curso Livre de História Contemporânea em 1999. *Vide* ainda sobre o assunto a nota nº 752.

Almeida Santos e Veiga Simão elaboraram prontamente um apontamento, onde não constavam os aspetos quantitativos envolvidos, mas não deixavam de chamar a atenção de forma exaustiva para as múltiplas variáveis da questão. No documento alertava para o risco subjacente ao retorno das minorias europeias, que poderia conduzir a um desastre, de consequências imprevisíveis, e ao qual a ONU poderia ter de vir acorrer em Ajuda Humanitária e com capacetes azuis. Nele constava: "ou bem que asseguramos a continuidade dos actuais equilíbrios económicos e sociais - a qual passa pela presença portuguesa – ou bem que terá a ONU de enfrentar com forças, víveres e dolares próprios, as crises subsequentes".[755] Para evitar esse êxodo, propunha-se um aval da ONU, em termos de "cobertura de risco político, nele incluindo o risco económico" que passaria por uma justa indemnização, em caso de expoliação, nacionalização, ou destruição dos seus bens.

Como a ONU parecia dar alguma abertura na análise do assunto, para sossegar esta população e garantir a sua permanência nos novos Estados, Almeida Santos apostava na continuação dos investimentos portugueses nesses territórios, desde que estivessem cobertos esses riscos. No seu entender, o Governo português devia continuar a apoiar o investimento nos territórios ultramarinos que, só em dação de avales do Estado tinha atingido os 30 milhões de contos. Nem que para isso tivesse de recorrer a empréstimos externos, cujo reembolso previa estar assegurado no prazo de dois anos, por via da redução das despesas militares. Dessa forma, deixaria em Angola e em Moçambique projetos que lhes iriam garantir um futuro desafogado e Portugal também beneficiava com isso. Eventualmente como forma de pressão, ou para capitalizar o apoio internacional, Almeida Santos admitia que a sua tese não era bem acolhida pelos seus pares no Governo que, ao contrário do que ele pensava, entendiam ter chegado "o momento do suspiro do alívio financeiro". Mas, da sua parte, deixava bem claro no documento que declinava qualquer responsabilidade sobre as consequências desta omissão.[756]

Aquando da visita do secretário-geral da ONU a Portugal, no início de agosto de 1974, já tinha mandado fazer os cálculos relativos ao investimento privado em Angola e

[755] AHD-PAA, Prov. Maço 15 Processo 940, Almeida Santos, "Esboço de uma linha de atuação política para os territórios ultramarinos" e "Contributo para o Estudo de uma forma de cobertura do Risco Político dos Investimentos Públicos e Privados Portugueses na Guiné, em Angola e em Moçambique", [s.d.]
[756] AHD-PAA, Prov. Maço 15 Processo 940, Almeida Santos e Veiga Simão, "Esboço de uma linha de atuação política para os territórios ultramarinos" e "Contributo para o Estudo de uma forma de cobertura do Risco Político dos Investimentos Públicos e Privados Portugueses na Guiné, em Angola e em Moçambique", [s.d.]

em Moçambique, para assegurar uma eventual necessidade de cobertura dos riscos políticos e económicos. Como já foi abordado no capítulo relativo ao contencioso, esta iniciativa acabou por não cumprir os seus objetivos.[757]

Um ano depois, em de abril de 1975, numa entrevista abordava a linha orientadora da ação do Governo e do que haveria a esperar no futuro. Falou da descolonização e das críticas dos que se achavam abandonados pelo governo:

"a nós (e particularmente a mim) acusam de tudo e mais alguma coisa. Nunca me defendi porque os compreendo: nesta emergência faz jeito ter à mão um bode expiatório. Facilita a descompressão inculpar alguém em concreto e não o fenómeno em abstracto. Por outro lado, houve e continua a haver razões de vária ordem, justificativos de uma certa reserva em torno de alguns factores determinantes das soluções perfilhadas. Por desconhecerem essas razões, os nossos implacáveis críticos ajuízam sem todos os dados. Nessa medida são injustos, mas, não são culpados".[758]

Considerava que herdaram uma situação muito difícil de controlar, de completa fraqueza negocial, que enumerava e que abrangiam razões de natureza interna e externa. Ninguém mais aceitava essa guerra. Os abraços entre soldados enquanto decorriam as negociações eram, na sua perspetiva, "uma fronteira sem recuo, (…) ficámos limitados ao êxito possível num diálogo desigual (…) de um lado a nova soberania, do outro os despojos da velha (…) assim colocado o problema, o limite do possível coincide em grande parte, com o limite do consentido".

Ainda nesta entrevista, Almeida Santos questionava se existia o direito a reclamar qualquer indemnização, respondendo que era errado imaginar que subsistiam direitos que já não existiam e que era igualmente errado pensar ser possível aquilo que efetivamente já não o era. Tratava-se de um sério aviso aos contestantes, sobretudo aos "retornados" e seus apoiantes.

Perante a realidade que Portugal atravessava e o fracasso das suas previsões, Almeida Santos conformara-se com as expropriações e nacionalizações que as novas autoridades estavam a fazer e virava-se para a negociação do contencioso que, segundo ele, estava bem entregue a Jorge Sampaio[759] apesar de, nalguns casos, se revestir de particular melindre. Para realçar o mérito do que já fora conseguido, afirmava que "os resultados conseguidos surgem como verdadeiramente notáveis (…) transformar inimigos em amigos, parceiros de destruição em companheiros cooperantes é, à saída de uma

[757] *Vide* em 1.5, *supra*.
[758] Entrevista de Almeida Santos a Rui Cartaxana, no S.I., "Da Descolonização à Cooperação", op. cit., pp. 18-28.
[759] Mas como já se viu as negociações foram muito difíceis e nada produtivas, estremando-se ainda mais as posições.

guerra prolongada e sangrenta, algo que a história há-de sublinhar como resultado diplomático de enorme relevo".

Para tentar sossegar as pessoas relativamente à sua segurança e dos seus bens, garantia que iriam ser acauteladas ao nível dos acordos de cooperação que já estavam a ser negociados; porém, ficava claro que a estratégia de negociação passava por sacrificar os interesses particulares, se tal for necessário, em nome do interesse nacional. Na entrevista ao *Público* deixava implícita uma justificação: "estabeleceu-se cooperação, amizade, deixámos as pontes lançadas (…) e porque é que o processo não correu bem"? ao que respondia: "as provocações dos colonos no próprio dia da celebração do Acordo e os massacres do 21 de outubro azedaram o processo, traindo os esforços dos negociadores".[760] Era um desabafo de quem considerava que fora feito muito trabalho, para resultar em nada, por culpa de outrem.

Do seu papel em todas as negociações resulta evidente, que Almeida Santos não se revê na forma como foi negociado o Acordo de Lusaca. Mas, na realidade, nunca pôs em causa o seu conteúdo. Na citada entrevista chegou a mostrar alguma satisfação pela contribuição dada afirmando ter conseguido fazer um hábil acordo.[761]

Quanto ao Acordo do Alvor pode-se concluir que não teve a sua anuência completa. Não concordava com os termos que ficaram expressos e ainda os tentou alterar. Aproveitando a amizade com Agostinho Neto, propôs um debate sobre o texto e, noite dentro, convocados por Neto, encontraram-se e fizeram algumas alterações que Savimbi e Roberto aprovaram. Contudo, Neto estabeleceu a condição de que as propostas deviam ter a aceitação dos outros membros da delegação, os quais, por não concordaram com ela, inviabilizaram esta alternativa. Tratava-se de convocar eleições só depois da independência e, até lá, iniciar uma presidência rotativa.[762] Curiosamente, Melo Antunes, chefe da delegação portuguesa, disse nada ter sabido desta reunião.[763]

Num ponto, pelo menos, todos estiveram de acordo. Almeida Santos ajudou a encontrar a fórmula exata para que as novas autoridades de Angola, nos termos dúbios do artigo 54º do Acordo do Alvor, ficassem, após a independência, livres de proceder às expropriações dos bens dos colonos.[764]

---

[760] Almeida Santos, entrevista com São José Almeida, "Melo Antunes e Almeida e Costa acordam com a Frelimo as bases do futuro Acordo de Lusaca", *Público*, 11 de abril de 2004, pp. 12.
[761] Idem, i*bidem*, pp. 12-14.
[762] António de Almeida Santos, *Quase Memórias da Descolonização de cada Território em Particular*, 1ª ed, vol. 2, Lisboa, Casa das Letras, 2006, pp. 174-179.
[763] Maria Manuela Cruzeiro, *Melo Antunes. O Sonhador Pragmático*, *op. cit*., p.170.
[764] *Vide* Alexandra Marques, *Segredos da Descolonização de Angola, op. cit.*, pp.201-207.

Apesar da sua maior ou menor envolvência em todos os acordos, Almeida Santos apenas se revê naqueles cujas delegações efetivamente chefiou Cabo Verde e São Tomé e Príncipe pois só nesses considera ter sido possível "impor, até certo e limitado ponto", a sua vontade para "a eleição de Assembleias Constituintes por voto directo, universal e secreto".[765] Nas memórias aproveitou para justificar o que fez e porque o fez, sendo bastante crítico para com Melo Antunes, a quem acusou de ter negociado previamente com a Frelimo e com o MPLA, condicionando o curso dos acontecimentos. Chegou a desabafar: "depois não digam que eu e o Dr. Mário Soares tivemos qualquer tipo de culpa nestas negociações". [766]

Quer tenha sido um dos principais responsáveis pela descolonização, como muitos defendem por ter estado em todos os acordos, ou por ser o titular da pasta da justiça, quando da promulgação da Lei 80/77 que atingiu fortemente qualquer pretensão dos "espoliados", quer seja apenas corresponsável, foi indiscutivelmente um dos nomes marcantes deste processo descolonizador.

3.2.3.3. O ministro sem Pasta / ministro dos Negócios Estrangeiros Ernesto Melo Antunes

No ensaio sobre *Os Militares e o Poder*, Eduardo Lourenço, abordou um estudo feito em Portugal pela revista dos intelectuais comunistas franceses, *Nouvelle Critique,* cujo objetivo era o de entender melhor o pós-25 de Abril, nomeadamente a forma como as Forças Armadas se associaram à esquerda política portuguesa. Aquele autor interessou-se pelo estudo porque incluía uma entrevista concedida pelo então ministro Melo Antunes que considerava fundamental para a compreensão da ideologia política que enformava o Movimento das Forças Armadas. Nela, o visado sustentava a singularidade do caso português e descrevia o alcance do seu projeto político, através de uma visão dinâmica do papel do MFA. Eduardo Lourenço deixa no ar a dúvida se não seria ele o ideólogo do Movimento, vendo nele um militar profundamente comprometido com o objetivo de assumir e cumprir uma missão democrática sem precedentes e com um novo estilo.

[765] António de Almeida Santos, *Quase Memórias do Colonialismo e da Descolonização, op. cit., p*p.343-344 e Revista *Visão* de 7/04/94, p. 37-38.
[766] Almeida Santos, *Quase Memórias. Do Colonialismo e da Descolonização,* Vol. 1. op. cit., p.169. *Vide* igualmente a entrevista de Almeida Santos ao *Público*, com São José Almeida, "Melo Antunes e Almeida e Costa acordam com a Frelimo as bases do futuro Acordo de Lusaca", pp. 12-14.

Em 2009, num Congresso sobre Melo Antunes, realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, Eduardo Lourenço revelava um facto curioso que aquele militar lhe havia confessado: a influência do pensamento de Antero de Quental e da impressão que lhe provocara, ao considerar que uma das causas da decadência portuguesa advinha do facto de Portugal ter dispersado as suas energias por espaços tão longínquos. E Melo Antunes tinha-lhe ainda dito que, no seu entender, a nação portuguesa sofria de um pecado original, tal como a Europa: até ao século XIX fora o esclavagismo e, em seguida, a colonização. Eduardo Lourenço concluiu que, com este pensamento, a sua ação descolonizadora parecia ter mais fundamentos éticos que políticos. Na reedição de 2013, da citada obra sobre os militares, o último capítulo é dedicado à memória de Melo Antunes[767], o que mostra a admiração que provocou naquele autor e que, pelos vistos, subsiste, por ser um militar que se fez político e paralelamente, também era um pensador.

Ernesto Melo Antunes foi o homem que, tanto "nos bastidores como no palco", se assumiu como um dos principais responsáveis pelos acontecimentos históricos que se viveram e que marcaram Portugal durante os primeiros tempos da jovem democracia portuguesa, sobretudo no período compreendido entre 1974 e 1976, onde teve uma ação tão intensa e abrangente que ia da área militar à política e da económica à diplomática.

O Comandante José Gomes Mota, profundamente ligado ao Grupo dos Nove, bom conhecedor de Melo Antunes, afirmava que, de entre os militares, era o mais preparado politicamente para desempenhar as funções de Primeiro-ministro mas, estranhamente, o seu nome nunca apareceu indigitado para formar governo e isso prendia-se com a imagem "demasiado à esquerda" que tinha no interior do movimento.[768]

Na realidade, a sua exposição política acabou por lhe trazer vários dissabores pessoais, à semelhança do que aconteceu à maior parte dos intervenientes no processo revolucionário. Á data da sua morte ainda era Tenente-coronel, sendo promovido a Coronel a título póstumo, passados cinco anos, ao abrigo da Lei nº 29/2000, que regulava o direito à reconstituição das carreiras. Apesar dos lugares desempenhados, do prestígio alcançado e da sua reconhecida capacidade e ambivalência, nunca desempenhou o cargo de Primeiro-ministro. Em 1992, o Governo português da altura, recusou apoiar a sua

[767] Eduardo Lourenço, *Os Militares e o Poder, seguido de O Fim de Todas as Guerras e a Guerra Sem Fim, op. cit.*, pp. 76-79.
[768] *Vide* José Gomes Mota, *A Resistência. Subsídios para o estudo da crise político-militar do verão de 1975*, Lisboa, Edições do Jornal Expresso, junho de 1976, pp. 140-141e ainda Maria Inácia Rezola, *Melo Antunes. Uma Biografia Política*, Lisboa, Editora Âncora, 2013, p. 11.

pretensão a uma candidatura ao lugar de diretor geral da UNESCO, onde já tinha sido consultor em 1984 e depois subdiretor da organização, entre 1986 e 1988.

Militar e Político

Considerado o ideólogo do 25 de Abril e do Grupo dos Nove, teve um papel fundamental no 25 de Novembro. Por isto lhe chamaram "o intelectual fardado".

Antes mesmo da sua adesão ao Movimento, os capitães tinham contestado abertamente a hierarquia, mas Melo Antunes, numa entrevista ao *Público Magazine*, referiu que só em meados de janeiro de 1974 admitiu que o movimento poderia "dar a volta aos acontecimentos, isto é, dar-lhe um conteúdo político muito mais claro. Até aí acompanhara de forma distante toda essa movimentação claramente de natureza corporativa".[769]

Três comissões de serviço em África ajudaram-no a reforçar os princípios e as convições que as leituras no campo da ciência política, feitas desde muito jovem, vieram consolidar.[770] Ernesto Melo Antunes vivera uma parte da infância em Angola, onde o pai prestara serviço militar e ele próprio acabou colocado. Naquele território, como ele próprio confessou, foi crescendo a sua contestação ao regime e à política colonial[771] que o levou mesmo a pensar ter combatido no "lado errado da guerra".[772] Talvez por tudo isto tenha afirmado: "nunca desliguei a ideia de democratização da ideia da descolonização, nem isso era possível (…) só houve descolonização nos casos em que as metrópoles eram democracias políticas".[773]

Melo Antunes foi um dos militares que transmitiram a componente política ao MFA que lhe transformou o sentido e o conduziu à Revolução. Sem falsas modéstias, reconheceu ter dado "uma contribuição não desprezível para a politização do Movimento e para que se definissem com a clareza possível os objectivos fundamentais, consagrados posteriormente no programa do MFA, para o qual dei também uma colaboração muito activa. Redigi o primeiro "round", houve depois as alterações necessárias em função dos compromissos indispensáveis".[774] Referia-se às exigências de Spínola, que colaborava com o Movimento, na fase da pré-revolução, em que tinha um grande número de

[769] *Público Magazine*, "Melo Antunes, a Consciência da Revolução", op. cit., pp. 15-16.
[770] Idem, *ibidem*, p14.
[771] Maria Manuela Cruzeiro, *Melo Antunes. O Sonhador Pragmático*, op. cit., pp. 20-21.
[772] Maria Inácia Rezola, *Melo Antunes. Uma Biografia Política, op. cit*., p. 13.
[773] *Público Magazine*, "Melo Antunes, a Consciência da Revolução", *op. cit*., pp. 15-16.
[774] *Público Magazine*, "Melo Antunes, a Consciência da Revolução", *op. cit*., p. 15.

indefetíveis, assim como em todas as Forças Armadas e, portanto, não havia como recusar essas exigências em troca do seu apoio.

Mais tarde, no auge do confronto político e ideológico que o país atravessou, sobretudo durante os IV e V Governos provisórios, em que o Partido Comunista conseguiu ganhar uma posição de relevo no interior das Forças Armadas, com uma aliança "Povo/MFA", Melo Antunes foi mandatado por um grupo de oficiais, inicialmente composto por nove elementos, dos diversos ramos das Forças Armadas, mas que rapidamente se alargou a outros que não se reviam no caminho que estava a ser seguido, produziu um documento, com uma alternativa clara. Apresentado a 7 de agosto de 1975, ficou conhecido como "Documento dos Nove" e agitou profundamente não só a instituição militar como a própria sociedade portuguesa, numa altura em que o país estava profundamente dividido e ameaçado por uma guerra civil.

O 25 de Novembro de 1975 pode ser considerado uma consequência desta proposta que venceu e acabou definitivamente com o caminho que a Revolução estava a trilhar, colocando as Forças Armadas no seu lugar institucional e deixando aos políticos o que era dos políticos. Na hora da vitória, coube-lhe salvar o pluralismo e a democracia não permitindo que, em Portugal, o PCP voltasse a ser ilegalizado. Foi uma intervenção corajosa, embora não isenta de custos políticos, mas onde revelava o seu alto apego à democracia.

Quer no 25 de Abril de 1974, quer no 25 de Novembro de 1975, sem nunca ter sido um operacional, Melo Antunes não deixou de ser um importante estratega na retaguarda. Para além de militar foi também político e, sobretudo, um diplomata na hora de negociar a descolonização e de garantir o futuro da cooperação.

Descolonização

Integrando o Conselho de Estado, importante órgão no pós-revolução, e o seu sucessor o Conselho da Revolução, Melo Antunes foi também membro da influente Comissão Coordenadora do Programa do MFA, que vigiava o seu estrito cumprimento. Na qualidade de ministro sem Pasta do II Governo Constitucional foi-lhe confiada a missão de acompanhar a descolonização. Numa entrevista concedida anos depois, explicou esta nomeação: "fui justamente Ministro sem pasta porque, como o essencial do poder político estava no MFA, e como a tarefa da descolonização transcendia as tarefas habituais de um Ministro dos Negócios Estrangeiros, foi entendido que alguém do MFA

deveria ocupar-se prioritariamente da questão da descolonização".[775] Por essa via passou a ter assento na Comissão Nacional de Descolonização, onde se debatiam as questões ligadas ao processo descolonizador. Acabou por se tornar, "o ideólogo da descolonização".

No I Governo Provisório, a descolonização era uma das atribuições que competia a Mário Soares, enquanto responsável pela pasta dos Negócios Estrangeiros. Mas a Comissão Coordenadora do MFA ganhara mais força com a nomeação de um dos seus, o Coronel Vasco Gonçalves, como novo Primeiro-ministro do II Governo Provisório. Se esta foi a justificação oficial, não andaria longe da verdade quem acreditasse que esta nomeação visava sobretudo garantir que o processo fosse acompanhado por alguém capaz de fazer a rutura com a linha spinolista que Soares não conseguia fazer. Dado o peso de Melo Antunes na Comissão Coordenadora, e em razão da correlação de forças existente na altura, o seu nome foi imposto a Spínola para ministro sem Pasta, com a responsabilidade específica da descolonização.[776]

Na prática, foi o mais importante dos intervenientes no processo, em negociações oficiais e nas sigilosas, que foram tão ou mais importantes. Embora se continue a restringir a responsabilidade de Melo Antunes às negociações da independência das duas mais importantes parcelas do Ultramar português, Almeida Santos, um ano após o 25 de Abril, quando estavam finalizadas as negociações, fez uma declaração ao *Século Ilustrado* que não tem sido valorizado convenientemente, projetando Melo Antunes como a figura mais destacada das negociações "que teve a sua gesta nos bastidores (…) e que durante uma longa e secreta viagem, terá estabelecido as bases dos principais acordos feitos com os movimentos de libertação da Guiné e de Moçambique".[777] Podia estar a referir-se às negociações que Melo Antunes conduziu, secretamente, em Argel, com o PAIGC, como membro do MFA, quando o processo descolonizador estava emperrado durante a liderança de Mário Soares, ou às que efetuou com Aquino de Bragança, por causa do processo moçambicano, ou às mantidas com Agostinho Neto, como as que ocorreram no final de julho em Dar-es-Salam e em Argel, em novembro de 1974, para preparar as negociações da independência de Angola. De todas elas já aqui se deu conta.

---

[775] *Público Magazine* "Melo Antunes, a Consciência da Revolução", op. cit., p.16.

[776] *Vide* Maria Manuela Cruzeiro, *Melo Antunes. O Sonhador Pragmático,*1ª ed., Cruz Quebrada, Editorial Notícias, 2004, pp. 289-291, onde, sobre o assunto, rebate a ideia de Mário Soares de que houve uma usurpação das suas funções e faz uma violenta crítica à sua conduta, na sequência do que já afirmara nas pp. 100-101.

[777] Rui Cartaxana, entrevista Almeida Santos no S.I., "Da Descolonização à Cooperação", *op. cit.,* pp. 1-28.

Almeida Santos, nas suas *Quase Memórias*, referiu que Melo Antunes só não participou nas negociações com Cabo Verde e São Tomé.[778] O próprio, na entrevista dada a Maria Manuela Cruzeiro, confirma apenas em parte esta versão, dizendo que nada teve a ver com a Guiné e com São Tomé, sendo omisso relativamente a Cabo Verde[779]; mais à frente, precisou que foi nomeado ministro sem Pasta, com a responsabilidade de acompanhar a descolonização em Angola e Moçambique, contra a vontade de Spínola.[780]

Uma das mais graves acusações que o Presidente Spínola lhe imputava nas suas memórias, era a de trair as suas orientações no processo descolonizador.[781] Melo Antunes teve necessidade de se explicar, declarando:

"…estava a fazer, pessoalmente, era defender o meu ponto de vista (ou os meus pontos de vista) sobre a descolonização, na convicção de que era intérprete do sentimento nacional, em primeiro lugar, e, em segundo lugar, de que estava a ser o mais possível fiel ao espírito do MFA, enquanto tal, nessa matéria e tal como se tinha expresso na vontade de transformação política do país e da questão colonial".[782]

Noutra ocasião, afirmou também em sua defesa:

"alguns de nós fomos mesmo acusados de traição, por defendermos uma doutrina que coincidia com a dos movimentos de libertação. Não era por acaso que coincidia. Era porque estávamos do mesmo lado da História. E isto é bom que fique dito de uma vez por todas. Não me envergonho de o dizer e de acrescentar mesmo que esse é um dos aspectos que mais honram a revolução do 25 de Abril".[783]

Ficou bem clara a sua visão sobre o espírito com que encarou a nomeação, a de alguém que estava ao serviço de um desígnio nacional e não de um projeto pessoal.

Na entrevista a Ramalho Eanes, grande amigo e companheiro de Melo Antunes no processo de democratização interna, foi-lhe perguntado como interpretava o papel daquele alto responsável pela descolonização, à margem das claras instruções que recebera de um superior hierárquico e chefe de Estado. Numa longa explicação, Eanes começou por lembrar a diferente conceção de descolonização de cada um deles e teorizou sobre como deveria ter sido a resposta política à guerra, socorrendo-se da teoria de um militar francês, que acabou por ser professor convidado da Universidade de Harvard, a

[778] Almeida Santos, *Quase Memórias do Colonialismo e da Descolonização*, vol. I, *op. cit*., p. 345.
[779] A explicação pode estar no facto de Melo Antunes ter sido apenas chamado a assinar o Acordo que Almeida Santos diz ter negociado sozinho com Pedro Pires, em Lisboa, e que, na sequência do Acordo de Argel com o PAIGC, estabeleceram a fixação "do esquema e do calendário do processo de descolonização do território do Estado de Cabo Verde". Logo, pode ter considerado que o seu nome está ligado a esta descolonização, apenas por uma questão formal.
[780] Maria Manuela Cruzeiro, *Melo Antunes. O Sonhador Pragmático, op. cit.*, pp. 292, 293.
[781] António de Spínola, *País sem Rumo. Contributo para a História de uma Revolução, op. cit.*, pp. 301, 305, 319 e *passim*. Veja-se a resposta a esta acusação, envolvendo também na crítica Mário Soares, em Maria Manuela Cruzeiro, *Melo Antunes. O Sonhador Pragmático*, p. 101.
[782] Maria Manuela Cruzeiro, *Melo Antunes O Sonhador Pragmático*, pp. 99,100.
[783] Melo Antunes, "Prefácio", em João Paulo Guerra, *Descolonização Portuguesa. O Regresso das Caravelas, op. cit.*, pp. 16-17.

propósito do ocorrido na Argélia. Isto para dizer, diplomaticamente, que nem um nem outro tiveram condições para lidar com a situação e que ambas as teorias tinham defeitos.[784] Na sequência desta resposta, a questão foi reformulada no sentido de saber se, enquanto militar, se poderia considerar a atitude de Melo Antunes face a Spínola, como de indisciplina?

Eanes respondeu:

"se porventura fosse possível abordar essa questão numa perspetiva militar, sim, mas não deve ser essa a perspetiva de abordagem, a perspetiva de abordagem é política, porque quer o Melo Antunes quer o Spínola faziam parte de dois órgãos políticos. Dois órgãos políticos que tinham uma conceção política diferente da descolonização e portanto, abordagens diferentes (…) um poder político menos formal ou informal que era o MFA e um poder político formal que era o Spínola".

Indagado sobre se Melo Antunes se podia considerar legitimado por representar o MFA que fez a revolução em nome do povo português, enquanto Spínola apenas representava um poder delegado, Eanes concordou com essa asserção, desculpabilizando Melo Antunes relativamente a uma desobediência que poderia ser considerada grave se analisada pelo prisma militar; no entanto, estava convicto de que o que esteve verdadeiramente em causa foi um confronto de ideias e de políticas. [785]

Voltando às críticas que envolveram a descolonização, Melo Antunes rejeitou em absoluto a ideia defendida por outros intervenientes no processo, que a consideram a "descolonização possível" em face das condicionantes externas e internas da altura:

"a que se fez era aquela que devia ser feita, independentemente dos acidentes de percurso, de aspectos que na prática correram menos bem, e da própria convulsão social que a acompanhou (…) a nossa obrigação histórica era, de facto, a de conduzir um processo de descolonização que inequivocamente levasse à independência desses mesmos povos. Por isso, (…) a maior parte daqueles que as defendem, terem necessidade (…) de darem uma imagem branqueada da sua acção".[786]

Sobre os méritos ou deméritos de uma descolonização, eventualmente precipitada, Melo Antunes respondeu:

"Se não estivéssemos a viver uma revolução, teríamos a obrigação – e até as condições – para fazer a descolonização ao ritmo adequado, uma passagem com equilíbrio e estabilidade. Essa revolução não só foi de toda a sociedade civil como das próprias Forças Armadas, nomeadamente as que estavam em Angola e Moçambique (…) Não houve nenhuma intenção de precipitar os acontecimentos (…) As massas transformaram um golpe militar clássico – só que neste caso, de esquerda – num movimento

[784] Entrevista de Ramalho Eanes concedida ao autor, em 17/7/2013.
[785] Idem, *ibidem.*
[786] Maria Manuela Cruzeiro, *Melo Antunes. O Sonhador Pragmático, op. cit*., pp. 106, 107, 290.

revolucionário. A partir daí, e sem perder de vista objectivos fundamentais, tivemos de navegar à vista. Não há outra explicação para as coisas".[787]

Esta declaração acaba por ser ambígua, por possibilitar a interpretação de que tudo poderia ter sido bem diferente.

Por outro lado, confessou que cometeu alguns erros que não se podem reparar[788], apesar de ter conseguido levar a cabo o objetivo fundamental que ficará para a história o de conseguir uma descolonização rápida, para não haver hipótese de alguém tentar inverter o processo.[789]

Melo Antunes assume o que queria fazer e como fez, mas sobre ele recaem algumas acusações no processo de descolonização de Moçambique[790], que as entrevistas feitas no âmbito deste estudo a dois dos principais intervenientes não conseguem, esclarecer.[791]

Melo Antunes admitiu ter cometido erros no caso de Angola, cedendo, porventura demais, na negociação.[792] Acabou por sofrer as consequências do período de confusão e de lutas políticas existente em Portugal, que não lhe permitiram o acompanhamento que desejaria ter dado, pese embora as iniciativas que ainda tentou fazer, sem sucesso, com os movimentos e os parceiros internacionais.

A propósito deste envolvimento em Angola, que advinha das responsabilidades que tinha na descolonização e do seu cargo de então, como ministro dos Negócios Estrangeiros, uma das suas decisões teve uma importância não despicienda para o triunfo final do MPLA. Aquando da ameaça de uma coluna militar da FNLA a Luanda, reforçada com militares do Zaire e mercenários portugueses, Melo Antunes deslocou-se a Luanda em 16 de julho, para conversações com os partidos da coligação. Confrontado com a situação encontrada, com o aval do Presidente da República deu ordens no sentido de deixar cair a neutralidade ativa das tropas portuguesas e impedir, a todo o custo, a entrada da FNLA, acabando por apoiar indiretamente o MPLA.[793]

---

[787] [s.a.], *Público Magazine*, "Melo Antunes a consciência da Revolução", *op. cit*., p.17. *Vide* igualmente o *Diário Económico*, "Melo Antunes. Fazer a Descolonização", *Revista do Séc. XX. Uma Visão Política, Económica e Social do Séc XX Português*, vol. IV, 1974-1999, 31 de março de 2000, p.1.

[788] Maria Manuela Cruzeiro, *Melo Antunes. O Sonhador Pragmático, op. cit.*, pp. 293-294, aonde assume que cometeu erros no processo.

[789] Maria Manuela Cruzeiro, *Melo Antunes O Sonhador Pragmático, op. cit.*, pp. 293,294.

[790] Críticas de Almeida Santos e Mário Soares sobre as negociações com a Frelimo. Também Helena Matos não poupa Melo Antunes pela forma como conduziu a pré negociação do Acordo de Lusaca em mostra à evidência as enormes contradições existentes entre as várias versões, existentes sobre o que e como aconteceu neste processo. *Vide*, "O terror do batalhão em cuecas", *Observador*, disponível em: http://observador.pt/especiais/descolonizacao-o-terror-do-batalhao-em-cuecas/, consultado em 26/02/2015.

[791] Entrevistas concedidas ao autor por Joaquim Chissano e por Vítor Crespo.

[792] Alexandra Marques, *Segredos da Descolonização de Angola*, op. cit., pp. 169, 184, 185, 194, 201-205.

[793] Idem, *ibidem*, pp. 373, 401. *Vide* igualmente Silva Cardoso, *Angola, Anatomia de uma tragédia*, 5ª ed.,

Embora procurasse ser neutral quanto às diversas forças em presença, como ele próprio admitiu e justificou, sempre se identificou mais com as posições do MPLA.[794]

No que diz respeito a Moçambique, a sua atuação foi diferente. Não só deixou as relações bem encaminhadas após as negociações que conduziram ao Acordo de Lusaca como, no período do Governo de Transição, em que as negociações se complicaram, foi interventivo na abordagem que fez junto da Frelimo, em março de 1975, relativamente a questões de natureza económica e financeira, e, depois, junto de Samora Machel, na Tanzânia, conseguindo desbloquear o *dossier* de Cabora-Bassa que acabou com um acordo específico respeitado pelas partes. Isto prova a excelência das suas relações com os dirigentes da Frelimo, como ainda hoje testemunha Joaquim Chissano, com quem também se encontrou enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros, a 16 de junho de 1976, restabelecendo a confiança e tentando lançar a cooperação.

Muito para além dos êxitos e fracassos, numa época de tanta crispação ideológica, fica a certeza, confirmada pelos próprios africanos, que foi graças à ação dos militares, antigos adversários de luta armada, dos quais destacam sempre Ramalho Eanes e Melo Antunes, que foi possível acreditar nas intenções portuguesas quanto ao reforço dos laços, numa base de respeito e igualdade.

Um exemplo do estreitamento dos laços entre militares, foi a forma como evoluíram as relações entre dois antigos adversários de guerra: o General Henrique Carreira, "Iko Carreira", ministro angolano da Defesa entre 1975 e 1980, responsável operacional do MPLA no Leste de Angola e Melo Antunes que na mesma altura comandava o aquartelamento de Ninda ("um lugar horrível" como o classificou o escritor Lobo Antunes, que ali cumpriu a sua comissão de serviço). Depois de terem sido inimigos em tempo de guerra, viriam a tornar-se amigos cordiais, com visitas frequentes do ministro angolano ao gabinete do ministro português, sempre que vinha a Lisboa.

Se alguns políticos danificaram aquilo que laboriosamente os militares, e em particular Melo Antunes, haviam conseguido nesta primeira fase, coube depois a outro militar, Ramalho Eanes, a missão de voltar "a atar os nós". Consciente da importância de que se revestiam as figuras militares para os africanos, no sentido de restaurar a confiança entre as partes, abalada pelas ideologias e pelo contencioso, é o próprio Ramalho Eanes

---

Lisboa, Oficina do Livro, 2001, pp.655-656.

[794] Maria Inácia Rezola, *Melo Antunes. Uma Biografia Política*, *op. cit.*, pp. 486-487 e Maria Manuela Cruzeiro, *Melo Antunes O Sonhador Pragmático*, *op. cit.*, pp. 163-165.

que vai atribuir a alguns deles, e de modo particular a Melo Antunes, algumas missões que deram bons resultados.

Cooperação

Sem dúvida, cabe a Melo Antunes o mérito de ter sido um dos que primeiro teve a sensibilidade de deixar garantida, desde o início, nos acordos de independência, a continuação de relações futuras através da cooperação e da língua, como fator de união. Veja-se, por exemplo, o artigo 19º do Acordo de Lusaca, do qual foi o principal negociador, enquanto ministro sem Pasta encarregado do processo descolonizador: "O Estado Português e a frente de Libertação de Moçambique felicitam-se pela conclusão do presente acordo, com o fim da guerra e o restabelecimento da paz com vista à independência de Moçambique (…) desenvolverão os seus esforços a fim de lançar as bases duma cooperação fecunda, fraterna e harmoniosa entre Portugal e Moçambique".

Foi no período de Melo Antunes, enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros do IV Governo provisório, que se criou a primeira estrutura governamental afeta à cooperação, liderada pelo secretário de Estado da Cooperação Externa Jorge Sampaio. Durou pouco este organismo, porque o governo foi efémero. Meses depois, Melo Antunes regressava no VI Governo ao MNE e, desta vez, foi mais longe, movendo influências para a criação de um Ministério da Cooperação, o primeiro e único até hoje existente em Portugal, o que demonstra bem a importância que atribuía à continuação dos laços com os países africanos. Para esse Ministério foi escolhido, não por acaso, o seu amigo e companheiro Vítor Crespo, antigo Alto-comissário em Moçambique,[795] que nessa qualidade tinha trabalhado com ele em estreita ligação durante a fase das negociações.

Depois da saída do governo e em plena fase dos governos de iniciativa presidencial, Melo Antunes, enquanto presidente da Comissão Constitucional e membro do Conselho da Revolução, continuava a ter uma grande influência política, resultante da sua proximidade com o Presidente. Acabou por, de certa forma, ser "consultor" nos dois últimos governos de iniciativa presidencial, ajudando na preparação da legislação que

[795] O primeiro nome a ser falado para Alto-comissário de Portugal em Moçambique, confirmado pelo próprio General Spínola, a quem cabia a nomeação, fora Melo Antunes. Mas, apesar de ter a aceitação plena do lado moçambicano, o então Presidente vetou-o imediatamente pela desconfiança que nele depositava.

institucionalizou o novo quadro da cooperação portuguesa, aprovado nos últimos dias do Governo presidido pela engenheira Maria de Lourdes Pintassilgo.[796]

Medianeiro

Fora da política ativa, mas ao serviço do país, Melo Antunes não deixou de colaborar em missões para as quais foi nomeado por Ramalho Eanes.[797]

De entre as muitas que desempenhou, destacam-se sobretudo duas.

Em 28 de janeiro de 1978 deslocou-se a Havana, a convite da Assembleia Popular, na qualidade de presidente da Comissão Constitucional, órgão que antecedeu o Tribunal Constitucional. O Presidente Ramalho Eanes aproveitou a oportunidade e deu-lhe instruções no sentido de perceber se Cuba dispunha de autonomia na sua ação em Angola, se tinha capacidade para manter essa presença e, ainda, que tipo de relação estabelecera com a URSS. Devia, também, tentar sondar as autoridades cubanas quanto ao propósito de uma futura cooperação com Angola, em áreas para as quais entendíamos estar especialmente vocacionados e interessados, desde os transportes, comunicações, saúde, cultura, ensino e educação.[798] Quanto à última vertente, Faria Pais, que o acompanhou nesta missão como seu adjunto, descreveu que Melo Antunes procurou, cautelosamente, colher a reação do Presidente Fidel Castro sobre a intenção de Portugal enviar professores de português para Angola, dadas as necessidades que se verificavam neste domínio. Recorde-se que, face ao abandono dos portugueses, a carência de professores era imensa e os cubanos preenchiam, mal ou bem, essa lacuna, fazendo perigar a língua portuguesa.

Durante a entrevista concedida, confrontado com esta questão específica, o ex-Presidente português afirmou já não se recordar de lhe ter feito este pedido, mas acha a questão pertinente e considerou até provável que Melo Antunes a tenha levado por iniciativa própria. E acrescenta um pormenor importante:

"é natural, até porque na Conferência de Bissau essa foi das questões abordadas. E foi abordada, enfim, é interessante, foi abordada pelo próprio Neto. O Neto mostrou uma grande preocupação em que o português fosse conservado e desenvolvido. Obviamente era a única língua verdadeiramente nacional e,

[796] Informação prestada pelo seu adjunto Faria Pais, que mais tarde veio a ser um dos quadros que incorporou a Direção Geral de Cooperação, na sua fase da afirmação.
[797] Conforme contou o jornalista José Pedro de Vasconcelos, apesar da grande amizade que durou até aos últimos dias de vida, Melo Antunes, naquela altura, ficou magoado com Eanes e disso deu conta num artigo publicado no *Jornal*, por ele enquanto chefe do Estado-Maior do Exército, ter permitido o regresso de Spínola. E também o acusou de ser o coveiro do MFA, na altura em que assinou as "Bases Fundamentais para a Reorganização das Forças Armadas", como CEME.
[798] Conversa informal mantida com o General Eanes no seu gabinete em Lisboa em 21/10/2009.

embora nem todos falassem o português, a verdade é que o português se falava em todo o lado. Podia ser a língua de unificação cultural. E era extremamente importante porque não era possível adotar uma das línguas angolanas porque isso seria e traria um problema enorme, nomeadamente de contestação".[799]

Segundo o adjunto Faria Pais, que acompanhava Melo Antunes nesta visita, Fidel Castro pronunciou-se favoravelmente, e, com ironia, justificou que se Portugal os abandonou, alguém teria de lhes garantir a saúde e a educação, mas achava que os portugueses, no domínio da língua, melhor do que os cubanos, podiam assumir esse papel, concluindo com a seguinte frase: *Hay que ayudar a los negritos, pobrecitos*. Ainda segundo este seu adjunto, a questão militar ficou sem resposta porque, era uma questão que Melo Antunes queria abordar apenas com o ministro da Guerra Raul Castro, e não com Fidel; mas, estando aquele ausente do país, esta abordagem ficou por realizar. Ainda durante o encontro, Fidel quis, de certo modo, impressionar a delegação com um *briefing* sobre o que estava a acontecer em Angola naquele momento. Revelando um conhecimento completo da situação, até do ponto de vista geográfico, socorreu-se de um mapa enorme que, para estranheza de todos, estava oculto por uma cortina que ele próprio abriu. Fez questão de surpreender com uma lição de estratégia, explicando como estava montado e como funcionava o sistema de comunicações, com os seus conselheiros militares em Angola que o informavam sobre as movimentações do inimigo sul-africano e como é que o próprio Fidel transmitia as instruções que os comandantes deveriam seguir no terreno, sem serem intercetadas pelos sul-africanos. Contou que, através de uma linha de barcos de pesca, dispostos ao longo do Atlântico, transmitia as instruções via emissões de rádio de pequena potência, que atravessavam assim, o oceano até Luanda.

No final deste encontro, Faria Pais questionou Melo Antunes sobre se tinha conhecimento deste esquema, ao que ele, para sua surpresa, respondeu que sim, pois Costa Gomes já lho havia transmitido. Esclareceu que, numa viagem à Europa, o "Comandante" havia informado Costa Gomes de qual era a estratégia de Cuba no apoio ao MPLA.

Outra missão importante desempenhada por Melo Antunes foi de "negociar" a futura Cimeira de Bissau entre os presidentes Neto e Eanes, que veio mudar as relações de Portugal, não só com Angola, mas também com outras antigas colónias. Gunnar Selgärd, jornalista norueguês do jornal *Aftenposten,* em 11 de julho de 1978, escreveu

[799] Entrevista concedida ao autor no seu gabinete em Lisboa a 17/07/2013.

que o êxito da conferência se deveu, em primeiro lugar, a Melo Antunes.[800] Ramalho Eanes, indagado na entrevista sobre esta afirmação, elucidou que o êxito se devia sobretudo ao Presidente Luís Cabral, embora na sua preparação, o mérito fosse indiscutivelmente de Melo Antunes.

O homem de confiança do Presidente acabou por voltar a Luanda, a pedido daquele, para explicar o atraso na publicação do Acordo Geral de Cooperação que, embora assinado em Bissau em junho de 1978, só foi publicado em julho de 1979, por dificuldades internas próprias das contradições da política portuguesa.

Economia

Perante a situação preocupante da economia portuguesa na vigência do III Governo provisório, foi solicitado a Melo Antunes um plano de recuperação económica e de modernização da economia portuguesa, no Conselho de Ministros de 18 de outubro de 1974. Apresentou-o em fevereiro do ano seguinte e foi aprovado no Conselho de Ministros de 21 de fevereiro de 1975. Este "Programa de Política Económica e Social" foi coordenado por si e elaborado por um grupo do qual faziam parte figuras de proa da política portuguesa, como Maria de Lourdes Pintassilgo, Rui Vilar, Silva Lopes e Vítor Constâncio. Era, como lhe chamou Mário Soares, um Plano moderado e realista.

Mas a inflexão política após o 11 de março, com uma aposta na coletivização da economia, com expropriações e nacionalizações, inviabilizou a sua aplicação. Se tal não tivesse acontecido, ter-se-ia também cumprido o terceiro D - de Desenvolvimento - inscrito no Programa do MFA?

Relações Externas

No dia 11 de março de 1975 Melo Antunes não sabia qual o sentido político que os revoltosos iriam imprimir e temia o que se poderia seguir e mesmo qual seria o seu destino, conforme nos revelou o seu chefe de gabinete Tenente-Coronel Gonçalves da Costa. Encontrava-se na Argélia, em plena audiência com o Presidente, quando recebeu a notícia da tentativa de golpe em Portugal. Convenhamos que o regresso de Spínola ao poder não lhe podia agradar.

A contenção do golpe levou a profundas alterações políticas, entre elas a formação de um novo governo. Apesar dos diferendos recentes que tinham existido entre eles por

[800] AHD-PAA, 147, 980,944, telegrama da Embaixada de Portugal em Oslo, nº 172, nº geral 13819, de 12 de julho de 1978.

causa do Plano Económico, Melo Antunes foi diretamente convidado pelo Primeiro-ministro Vasco Gonçalves para ministro dos Negócios Estrangeiros do novo governo, trocando de Pasta com Mário Soares, mas não deixando de acompanhar o dossier da descolonização.

Recorde-se que Portugal, com Mário Soares como ministro dos Negócios Estrangeiros, já tinha feito a sua abertura ao mundo, era um parceiro acreditado na comunidade internacional, mas tinha ainda muito caminho para andar no acompanhamento dos processos de transição, em particular no de Angola, o fruto mais apetecido do desaparecido Império Colonial português, para o qual olhavam, com apetite indisfarçável, os senhores do mundo bipolar de então.

Melo Antunes tinha já nessa altura uma atitude de clara simpatia pelo Movimento dos Não Alinhados e procurava o apoio de algumas personalidades, como Josip Broz Tito da Jugoslávia e Houari Boumediène da Argélia, dada a influência multiplicadora que tinham no contexto da descolonização e da aceitação de Portugal no mundo. A Argélia era um ponto de referência com quem era forçoso contar, dada a sua influência junto dos parceiros africanos, pois tinha estado na retaguarda do apoio aos movimentos de libertação no período da guerra colonial e era, então, o principal intermediário das negociações.

Numa entrevista ao *Nouvel Observateur*, em abril de 1975, pouco após a sua indigitação para ministro dos Negócios Estrangeiros em 23 de março daquele ano, Melo Antunes defendia a independência de Portugal em relação aos dois blocos e uma aproximação ao Terceiro Mundo.[801] Era a chamada via melo-antunista, por alguns chamada pejorativamente terceiro-mundista, alternativa e equidistante, quer em relação à democracia popular, quer em relação à democracia ocidental.[802] Ainda hoje suscita muitas dúvidas e algumas interrogações, como adiante se verá.

Apesar desta inclinação, procurou sempre respeitar os compromissos internacionais assumidos por Portugal, solicitou o indispensável apoio que o bloco ocidental e a NATO podiam oferecer, mas também não descurou os laços diplomáticos com o Bloco Leste.

---

[801] Embaixador José Manuel Duarte de Jesus, Relatório 118 de 25/28 de abril de 1975, *Os Relatórios Confidenciais da II Repartição do Estado Maior do Exército para o CEMGFA, 5 novembro,1974/11junho 1975, op. cit*., p 175.

[802] Estão neste caso Mário Soares e Medeiros Ferreira que consideravam ser uma ideia desvirtuada da posição de Portugal no mundo. Recorde-se que esta política foi logo abandonada por Medeiros Ferreira que fora secretário de Estado de Melo Antunes e que lhe sucedeu como ministro dos Negócios Estrangeiros, no governo seguinte.

Aproveitando uma reunião da Comissão de Descolonização, ocorrida em Lisboa entre 12 e 19 de junho de 1975, no discurso ali pronunciado, já depois da visita a alguns países europeus, Melo Antunes resumia a essência da política externa portuguesa por ele traçada, afirmando que "a nossa pertença à Europa coloca-nos num papel especial de intermediário entre o espaço europeu e o Mundo africano, entre a Europa e o Terceiro Mundo".[803] Ou seja, embora desejando ser equidistante face aos dois blocos, considerava que Portugal, enquanto país europeu, poderia ser dinâmico na ligação entre a Europa e o Terceiro Mundo, dado o novo relacionamento com África e o previsível apoio dos Não-Alinhados. Esta foi a ideia que Melo Antunes acentuou quando recebeu a visita do Presidente em exercício da CEE, em 1 de junho de 1976, reafirmando o papel de Portugal como uma ponte com o Terceiro Mundo.[804]

Após o seu regresso ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 19 de setembro de 1976, no VI Governo Provisório, apesar de continuar a defender a via do não alinhamento, intensificou as relações com o Ocidente para ajudar a consolidar a democracia e enfrentar as necessidades financeiras portuguesas, tendo obtido um rápido apoio americano e europeu. Nesta altura estava nas boas graças dos americanos, devido às boas relações que cultivava com a diplomacia americana liderada por Henry Kissinger, enquanto aos europeus importava garantir a estabilidade democrática no sul da Europa.[805]

A diplomacia junto dos vizinhos espanhóis era, e continua a ser, um dos vetores mais importantes do relacionamento externo português; por isso, Melo Antunes não só garantiu a continuação de um bom relacionamento, como o estruturou em novos moldes que mais tarde, levaram à assinatura de um Tratado de Amizade e Cooperação, já com Medeiros Ferreira como ministro dos Negócios Estrangeiros.

Depois de tudo o que fizera, numa fase tão difícil da vida da Nação, quase vinte anos depois Melo Antunes sentia-se injustiçado pelas acusações que dirigiam à política por si traçada, o que o obrigou a explicar melhor os objetivos que visou.

Do seu ponto de vista, naquela altura era preciso retirar à URSS a influência que exercia sobre os países pobres e cuja tendência era de crescimento. Nesta lógica, cabia aos EUA, enquanto potência dominante no Ocidente, e à Europa, dada a sua vocação histórica na América Latina e em África, "recuperar essas áreas em nome de outros

[803] [s.a.], "Melo Antunes: Portugal desempenha papel de ponta na luta anticolonialista", *Expresso,*13/06/75, p. 16.
[804] Embaixador José Manuel Duarte de Jesus, Relatório 142 de 2 e 3 de junho de 1975, *Os Relatórios Confidenciais da II Repartição do Estado Maior do Exército para o CEMGFA, 5 novembro,1974/11junho 1975, op. cit*., p. 206.
[805] *Vide* em 1.2, *supra*.

valores". E afirmou que "isto implicava um esforço brutal na mudança de relações Norte-Sul. Foi por causa disto que durante anos fui ridiculamente chamado de terceiro-mundista". [806]

Esta explicação apresenta uma aceção diferente daquela com que se analisa vulgarmente a sua posição de não alinhamento, ou até a sua perspetiva terceiro-mundista. Melo Antunes considerava que Portugal deveria ser um instrumento ao serviço de uma causa. Portugal deveria ser a ponte entre o Norte e o Sul, com o objetivo de atrair para o Ocidente, ao qual pertencia, o que estava a cair na esfera soviética. A cooperação era a chave para tal fim.

Mas daqui resultam algumas interrogações: Se desejava ser equidistante, ao pretender "construir essa ponte" entre o Terceiro Mundo e a Europa e, estando esta inserida no bloco ocidental, não estaria, afinal, a alinhar por um dos blocos?
Seria compaginável com o desejado não alinhamento, ou simplesmente seria a tradução do que representava, então, verdadeiramente esse conceito, que de não alinhamento tinha muito pouco? Será interessante analisar o que disseram e escreveram alguns dos que com ele privaram e foram seguidores desta política.

Primeiramente, o que escreveu a sua biógrafa Maria Inácia Rezola, que revisitou as suas intervenções. Na sua opinião a política traçada por Melo Antunes, no âmbito do VI Governo Provisório, atendendo aos acontecimentos por que o país tinha passado, tinha forçosamente de ter outros objetivos relativamente aos que defendera no âmbito do IV Governo, de que também fizera parte como MNE. A credibilidade e aceitação no plano europeu, impunham-se nesta fase como prioritários. Contudo, tal "não o faz esquecer algumas das linhas estratégicas fundamentais que definira quando, em março de 1975, assumira pela primeira vez a pasta dos Negócios Estrangeiros, (…) [que] são agora recuperadas e repetidamente enfatizadas".[807] A autora menciona o desejo de Melo Antunes de diversificar as relações externas para escapar à hegemonia das grandes potências, embora reafirmando a vocação histórica europeia, e, igualmente, a vontade de constituir uma nova ordem internacional mais justa e equilibrada. Também o acompanhamento da situação angolana continuava a ser uma preocupação evidente da sua esfera política. Por fim, aborda a sua preocupação com a situação geostratégica internacional e a sua visão sobre a NATO. Esclarece que Melo Antunes, sem pôr em causa a sua pertença a esta organização, insistia na aproximação de Portugal ao grupo dos

[806] *Público Magazine*, [s.a.], "Melo Antunes a consciência da Revolução", *op. cit.*, p. 20.
[807] Maria Inácia Rezola, *Melo Antunes. Uma Biografia Política, op. cit.*, pp. 453-454.

países não-alinhados e dava o exemplo da participação portuguesa na Conferência dos Países Não Alinhados, em Lima, a propósito da qual Melo Antunes manifestou a vontade de "intensificar contactos multilaterais e bilaterais com este grupo de nações".[808]

É precisamente sobre este aspeto que Ramalho Eanes, na sua entrevista, ao analisar a política de Melo Antunes, considerava que ele "entendia que o país teria maiores possibilidades de afirmação exterior e defesa dos seus interesses se, porventura, mantivesse alinhamentos mínimos, que não representavam compromissos de definição, com a NATO, sobretudo e, portanto, essa ligação ao terceiro mundo dava-lhe essa liberdade de ação". Eanes ainda equacionou as virtualidades dessa política, principalmente pela questão do apoio a Timor, mas a conclusão a que chegou foi que a política desses países não convinha a Portugal, nem daí viria nenhuma ajuda para a questão de Timor. Portanto, não merecia a pena investir nessa via alternativa".[809]

Numa intervenção na Universidade Nova, Mário Soares declarou que Melo Antunes, após o 25 de Abril, tinha uma ideia diferente para Portugal, mas sem cair no campo comunista, pois de outra forma não teria sido possível a aliança entre o PS e o Grupo dos Nove por altura do 25 de Novembro; acrescentou que ele "chegou a defender que a Revolução em Portugal poderia avançar no sentido de uma democracia de tipo progressista e terceiro-mundista, cujos modelos de referência seriam a Argélia de Boumedienne, o Perú de Alvarado ou a Jugoslávia de Tito".[810] Noutra ocasião, Mário Soares diz que ele se tornou, quando ministro dos Negócios Estrangeiros, "advogado de uma política de abertura à Europa, sem para tanto abandonar a ideia justa da ligação e do reforço dos nossos laços seculares com o Terceiro Mundo, principalmente com a África".[811]

José Manuel Galvão Teles, amigo de Melo Antunes e embaixador de Portugal na ONU na época em que aquele foi ministro, considerou ter sido "nesta altura que algumas forças políticas em Portugal chamaram terceiro-mundismo a um bom relacionamento, porventura até privilegiado, com as ex-colónias por parte de Portugal. Mas a verdade é que hoje é naturalmente aceite e por todos elogiado, porventura esquecidos do passado, o esforço desde o início levado a cabo por alguns por desenvolver, com inteira e recíproca

[808]Idem, *ibidem*, pp. 454-455.
[809] Entrevista concedida ao autor no seu gabinete em Lisboa a 25/07/2013. *Cf.* em 3.2.2.3. *Supra.*
[810] *Vide*, Mário Soares, "Portugal e a Opção Europeia, um breve depoimento", *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático, op. cit.*, p. 70.
[811] *Vide*, Mário Soares, *Portugal: Que Revolução. Diálogo com Dominique Pouchain, op. cit.*, p. 65.

liberdade, relações privilegiadas de cooperação com os novos países de expressão portuguesa".[812]

Note-se que Galvão Teles, na sua primeira intervenção na ONU, em 21 de novembro de 1975, apresentou as linhas gerais da política externa, que projetavam para Portugal uma política de independência nacional que contribuísse para o desaparecimento gradual dos blocos políticos e militares das grandes potências e aprofundasse a pertença política e cultural à Europa. Sem descurar e até reforçar os laços com o Mediterrâneo e apoiando em particular uma Ordem Económica Internacional para o Terceiro Mundo, rumo a uma socialização progressiva e interdependente dos diferentes países e regiões do mundo.[813]

Um dos adjuntos de Melo Antunes no governo, o embaixador Luís de Castro Mendes, foi talvez quem mais se aproximou do pensamento de Melo Antunes. Numa intervenção num Congresso na Fundação Calouste Gulbenkian, em sua homenagem, analisou a política externa de Melo Antunes tendo por base o discurso de despedida do MNE, em julho de 1976, intitulado "A história me julgará". Castro Mendes mencionou as linhas principais do discurso dizendo que a visão da política externa de Melo Antunes se integrava no quadro da democracia representativa e na inserção na NATO. No seu entender, a Europa deveria ser um bloco alternativo aos dois existentes e Portugal deveria aproveitar a sua inserção na Europa para ser uma ponte entre esta e o Terceiro Mundo, pois era assim que este bloco de países desejava ver Portugal. O seu terceiro-mundismo visava um aproveitamento do passado histórico e das relações com as ex-colónias.

Vítor Crespo, seu amigo e colega de governo, enquanto ministro da Cooperação também deu o seu contributo para explicar a sua política na entrevista que concedeu:

"a nossa postura de privilegiar as relações do terceiro mundo era mais pelo nosso nível de desenvolvimento económico e técnico do que propriamente por razões ideológicas. Nós sabíamos que a nossa cooperação poderia ser excelente com países do terceiro mundo pouco desenvolvidos e teríamos bem mais dificuldades nas relações com a Alemanha ou com os EUA".

Os depoimentos dos que com ele conviveram demonstram que nenhum compreendeu, em toda a sua abrangência, a essência geostratégica da sua política, se assim se pode chamar. Admitindo que todos conheciam pelo menos uma das vertentes

[812] José Manuel Galvão Teles, "A Revolução e a Política Externa", *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático*, II Curso Livre de História Contemporânea, Lisboa, 15 a 20 novembro de 1999, Lisboa, Edições Colibri, Fundação Mário Soares, Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, março de 2001.pp. 30, 35.

[813] AHD, PAA Prov. Maço 10, 940 Geral 1974/78, Permanent Missions of Portugal to the United Nations Discours pronnoncé par M. José Manuel Galvão, Representant Permanent du Portugal, devant la XXXème session de L´Assemblée Générale des Nations Unies, le 21 de novembre 1975.

subjacentes a esta política, no caso, o seu empenho nas relações de cooperação com África, poucos terão compreendido que o seu alcance ia para além do interesse nacional. Visava o interesse da Europa e do Ocidente e, para isso, era forçoso retirar à URSS essa chave de penetração. Ou estaria também, já nesta fase, Melo Antunes a contas com a interpretação que a história não deixaria, um dia, de fazer à sua política?[814]

Para além das dúvidas que possam restar, ninguém lhe poderá retirar mérito, nem a história deixará de lhe prestar o reconhecimento pelo seu desempenho político aliado ao seu estatuto militar. Melo Antunes foi aquele em quem os seus antigos inimigos mais acreditaram e respeitaram e isso fez dele um dos principais responsáveis por voltar a unir os laços que treze anos de guerra haviam tornado muito ténues.

Introspeção

Numa espécie de psicanálise, Melo Antunes afirmou:

"fui suficientemente pragmático em determinados momentos, embora informado, ou guiado, por uma dose bastante grande de racionalidade, na tentativa de manter a coerência intelectual e a coerência dos princípios e das convicções, mas, por outro lado, excessivamente romântico, se quiser, ou utópico (…) acabei por não saber ajustar os meus maiores sonhos, se quiser, as minhas ideias mais puras, no sentido intelectual dos princípios, às realidades cruas tal como elas se manifestavam".[815]

Era o autorretrato de um homem influente num período delicado e controverso da vida nacional, que alimentou ódios e paixões e que, porventura, exagerou na defesa das suas convições: na relação política conflituosa com o seu superior político e militar António de Spínola e as suas ideias descolonizadoras; contra os colonos portugueses que manifestamente ignorou nas negociações que liderou; e, até, contra o seu incondicional amigo Ramalho Eanes, a quem disse não perdoar a traição que fez aos militares de esquerda ao reabilitar os de direita.

Admirado e respeitado por muitos, odiado por tantos, é uma daquelas personalidades cuja apreciação depende, sobretudo, do ponto de vista de cada um.

[814] Também existe um outro "lapso" quando afirmou a Maria Manuela Cruzeiro, no livro *Melo Antunes. O Sonhador Pragmático*, que foi desterrado para os Açores juntamente com os militares que o regime castigou pelas suas movimentações, (p.80). Mas, por outro lado, no final do Livro, na sua Cronologia Pessoal refere-se que em 23 de março de 1974 partiu para os Açores a seu pedido, p. 347.
[815] Maria Manuela Cruzeiro, *Melo Antunes. O Sonhador Pragmático, op. cit.*, pp. 340-341.

3.2.3.4. O ministro da Cooperação Vítor Crespo

O Capitão-tenente Vítor Crespo foi um dos mais destacados "capitães de Abril" e um dos membros da Comissão Coordenadora do MFA. Integrou, desde o início, o Conselho de Estado e posteriormente o Conselho da Revolução.

A comissão de serviço realizada em Moçambique deu-lhe um conhecimento importante da realidade local, pelo que veio a ser colaborador de Melo Antunes na fase de descolonização desta província ultramarina. Foi um dos elementos da delegação nacional que, em Lusaca, assinou o acordo que concedeu a independência a Moçambique, no qual ficou decidida a criação do cargo de Alto-comissário para acompanhar o Governo de Transição.

Spínola, a propósito desta nomeação, afirmou ter sugerido à Frelimo vários nomes para desempenhar o cargo, mas todos foram rejeitados, deixando bem claro que só aceitariam Melo Antunes ou Vítor Crespo. Spínola, perante a desconfiança que tinha em relação a Melo Antunes, pelos antecedentes conhecidos que os opunham, rejeitou-o de imediato. Como Vítor Crespo era considerado um moderado, aconselhado por Costa Gomes, resolveu designá-lo para o cargo, de que tomou posse a 10 de setembro de 1974.

Mário Soares chamou-lhe um dia o artífice da descolonização de Moçambique. Almeida Santos considera que, neste posto, "foi tão bom quanto possível", o que significa que não sendo inteiramente bom, não podia ter sido muito melhor, atendendo às dificuldades com que se deparou a seguir ao 7 de setembro e ao 21 de outubro, que envenenaram completamente o processo".[816]

Jorge Sampaio, que trabalhou com ele enquanto membro das delegações que negociaram o pós-Lusaca até à independência, considera que o então Alto-comissário "foi um homem fundamental, de grande força e dignidade". Em face da deriva revolucionária "antiportuguesa" de Samora Machel, que assustou a maior parte dos colonos que poderiam ter ficado em Moçambique, conseguiu, com lucidez, aguentar os militares e as provocações de que os portugueses eram vítimas. "Saiu com dignidade e o país deve-lhe muito", considera Sampaio.[817]

Também Joaquim Chissano, que liderava o Governo de Transição e teve que trabalhar com Vítor Crespo, não lhe regateou elogios na entrevista que tem vindo a ser referida neste estudo.

[816] Entrevista com Almeida Santos, S.J.A., "Melo Antunes e Almeida e Costa acordam com a Frelimo as bases do futuro Acordo de Lusaca", *op. cit*., pp.12-14.
[817] José Pedro Castanheira, "Jorge Sampaio - uma Biografia, vol. I, *op. cit*., pp. 602-603.

Não foi essa a visão que os "retornados" extraíram da sua atuação em Moçambique, depois das declarações públicas que proferiu, das medidas tomadas contra os que queriam partir e da proposta que submeteu, rejeitada pela Comissão Nacional de Descolonização, em 4 de novembro de 1974, que pretendia obrigar os funcionários públicos a permanecer em Moçambique. Estas e outras denúncias foram formuladas por Helena Matos que o considera um moderado em Portugal e um radical em Moçambique e que é bastante crítica quanto à sua proximidade com a Frelimo e da forma como exerceu o cargo em Moçambique, considerando mesmo que ele "assinou alguma da legislação mais penalizadora de todo o século XX para os cidadãos portugueses".[818]

Ao nível institucional, as relações entre o MNE, Melo Antunes e o Alto-comissário foram sempre muito boas. Como, por inerência de funções, era o interlocutor do MNE com os cônsules políticos em Moçambique, os contactos eram frequentes. Pela excelência deste relacionamento militar, político e até pessoal, não se estranha a sua posterior integração no VI Governo Provisório como ministro da Cooperação, por sugestão de Melo Antunes, quando este regressou ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A propósito da sua apetência por esta área e relacionando-a com a descolonização, veja-se a entrevista dada ao jornal *a Luta*, onde esclareceu, a propósito da descolonização, que se tinham deparado com três conceções, a que ele chamou "neocolonialismo, abandono e cooperação". Subentende-se que este plural se referia aos homens do MFA.

Sobre a primeira conceção, associada a Spínola, louvava a coragem dos oficiais que, nas altas instâncias do Estado, o impediram de levar avante o seu projeto. Relativamente à segunda, considerou que não foi fácil combatê-la e foi longa a luta para a derrotar. Teria sido perigoso para o futuro o simples virar de costas, o abandono puro e simples, deixando de lado a amizade e a solidariedade que sempre marcou o povo português e o africano, mesmo nos tempos da luta armada. Descolonizar não significava abandonar.

Por fim, a conceção da cooperação, considerando ser aquela pela qual sempre se bateram e que, forçosamente, teria de chocar com as anteriores. "A filosofia em que foram efectuados os primeiros contactos e assinados os primeiros acordos tinha já em conta esta perspectiva".[819]

---

[818] Helena Matos, "Chamaram-lhes retornados", *Observador*, 11 de abril de 2015, pp. 40-41, 49-50, disponível em: http://observador.pt/especiais/chamaram-lhes-retornados/, consultado em 21/04/2015.
[819] Vítor Crespo, "Balanço da Descolonização", *A Luta*, 30 de dezembro de 1975, *apud*, Aniceto Afonso,

No cargo de Alto-comissário em Moçambique, Vítor Crespo conseguiu um perfeito entendimento com o Governo de Transição, conforme lhe competia. A ele e ao Primeiro-ministro desse governo se deve a forma como conseguiram ultrapassar muitos problemas que, de parte a parte, lhes foram colocados.

Da equipa que Vítor Crespo convidou para as negociações, a efetuar durante o período de transição, fizeram parte muitas das principais figuras que iriam formar a classe política e empresarial do Portugal Contemporâneo. Nas suas palavras, "Portugal não tinha ninguém mais qualificado".

Após três rondas negociais, concluíram-se os acordos para resolver as questões em aberto. Uns foram assinados de imediato, mas outros ficaram apenas rubricados, embora se previsse a posterior assinatura. Como a Frelimo pôs em causa quase tudo o que ficara combinado, ainda assim, na quarta e última ronda antes da independência, foi superada a maior parte dos problemas levantados, mas ficaram por resolver algumas questões bem complicadas que se arrastaram no tempo, sobretudo as de natureza financeira.

Foi nos últimos dias do desempenho do cargo de Alto-comissário que Vítor Crespo autorizou os Consulados da Beira e Lourenço Marques a aceitar depósitos dos colonos, de modo a viabilizar a transferência de algumas das suas economias para a metrópole, provocando forte contestação do governo moçambicano quando teve conhecimento.

Após a independência de Moçambique voltou a integrar o Conselho da Revolução ao qual pertencia, depois da extinção do Conselho de Estado. Com a demissão do V Governo Provisório, o Presidente Costa Gomes nomeou um novo governo ao qual acabou por vir a pertencer

Segundo Vítor Crespo relatou na entrevista, quando da formação do VI Governo, o Presidente Costa Gomes desejava criar na estrutura do MNE uma Secretaria de Estado para as questões da cooperação e convidou-o para o cargo de secretário de Estado da Cooperação. Recusou, apesar de no MNE ficar o seu grande amigo Melo Antunes, mas tal decisão deveu-se às relações tensas, que nessa altura, tinha com o indigitado Primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo.

Recorde-se que Costa Gomes, no âmbito da Presidência da República, tinha já criado e estava a funcionar o Gabinete Coordenador para a Cooperação. Por outro lado, fora ele que indicara o nome de Vítor Crespo a Spínola, para Alto-comissário em Moçambique.

"Portugal de Abril", *História Contemporânea de Portugal,* vol. II, *op. cit.,* pp. 272-275.

Ainda segundo Vítor Crespo, existia na altura forte pressão do Grupo dos Nove que queria contrabalançar o peso exagerado que o PS tinha no governo onde havia um Primeiro-ministro completamente alinhado e que "nem queria apresentar um Programa de Governo porque o Programa do Governo era o Programa do Partido Socialista". Melo Antunes convenceu então Costa Gomes a propor ao Primeiro-ministro, a criação de um novo ministério para a Cooperação e, pela amizade que os ligava, mas também em face da experiência adquirida, ele próprio se encarregou de lhe fazer o convite para que o tutelasse. Como prova do que afirmava, Vítor Crespo referiu que o Programa do Governo não mencionava um ministério para esta área, embora se falasse em Cooperação, tendo sido a pressão de Melo Antunes que conduziu posteriormente à sua criação. Por esta razão, tomou posse mais tarde.

Foi conhecida uma outra versão da recusa de uma Secretaria de Estado. Prendia-se com o facto de já ter sido Alto-comissário, lugar equiparado a ministro, e este cargo poder ser encarado como uma despromoção. Ao ter sido confrontado com ela, Vítor Crespo refutou-a de imediato, pois a amizade que o ligava a Melo Antunes nunca lhe permitiria uma recusa por esse motivo.

Independentemente das versões, percebe-se o sentido da sua nomeação para um ministério adequado à sua experiência.

Como balanço final do exercício do cargo, importa referir que em resultado da confusão entre cooperação e contencioso, prevalecendo na altura o segundo sobre o primeiro, dedicou-se sobretudo às negociações do contencioso, deixando a cargo da Secretaria de Estado da Cooperação as tarefas específicas da cooperação. Naquele âmbito, como referiu na entrevista que concedeu,[820] e na publicada em *o Jornal*, apesar das muitas dificuldades encontradas, "todos os problemas do contencioso colonial entre a Guiné-Bissau e Portugal, entre Cabo Verde e Portugal e entre São Tomé e Portugal, foram concluídos com mais ou menos trabalho".

Pode-se deduzir que a experiência ganha em Moçambique foi muito proveitosa quando foi preciso negociar e resolver, como ministro, estes contenciosos.

Fica na História como um militar de Abril, o ultimo Alto-comissário em Moçambique e também o único ministro da Cooperação em Portugal.

[820] Entrevista concedida ao autor no clube naval em Lisboa a 14/07/2011. *Vide*, igualmente, a entrevista coletiva a *O Jornal*, [s.a.] "Que política externa para África", Debate, Mesa redonda com Vítor Crespo, João Lima, F. P. Balsemão, Sá Machado e Aboim Inglês sobre a posição de Portugal face aos novos países de expressão portuguesa, *op. cit*., pp. 14-16.

3.2.4. Os secretários de Estado

Ente os secretários de Estado que exerceram o cargo ao longo deste período, foram escolhidos dois dos que, pela análise feita, se consideraram representativos. Como também não foram referidos todos os ministros, embora se faça referência àqueles que, de alguma forma, deram o maior contributo a este processo.

3.2.4.1. José Gomes Mota

Gomes Mota, oficial da Armada, encontrava-se na situação de reserva quando, em 1975, surge a apoiar o grupo dos militares moderados que combatiam o Governo de Vasco Gonçalves e a tendência mais revolucionária do MFA. Era no sótão da sua casa "que se conspirava" e daí a sua profunda ligação ao "Grupo dos Nove". Não é de estranhar ver o seu nome indicado para o lugar de secretário de Estado da Cooperação, acompanhando Vítor Crespo num governo em que os Nove tinham muito peso; mas, sobretudo, porque tinha sido um elemento preponderante no Gabinete do então Alto-comissário Vítor Crespo, em Moçambique, seu representante pessoal para os contactos externos e elo de ligação com o ministro dos Negócios Estrangeiros.[821] Destacou-se nas negociações que decorreram para a resolução dos contenciosos. Porém, em duas delas, a sua atuação, por excesso de voluntarismo, acabou por agravar ainda mais as relações. Foi o caso das missões que levou a cabo à Guiné e a Moçambique.[822]

Quando Gomes Mota saiu do Governo a seu pedido, surgiram versões díspares sobre os motivos. Possivelmente, serão o somatório de todas. Segundo Vítor Crespo, Gomes Mota fora a Moçambique, previamente articulado com o ministro das Finanças Sousa Franco, encarregado de uma difícil tarefa quando o contencioso com a Banca estava ao rubro. Inexplicavelmente, foi recebido não por um seu homólogo, ou até por um ministro, mas pela mais alta figura do Estado, o próprio Samora Machel que com ele quis discutir o assunto. Como não chegaram a entendimento e o secretário de Estado não cedia, o Presidente Samora Machel, na presença deste, telefonou diretamente ao Primeiro-ministro português, Pinheiro de Azevedo, que o desautorizou e cedeu àquilo que

[821] Como exemplo da importância do seu papel, refira-se que em 1 de janeiro de 1975, o então ministro das Finanças, Silva Lopes, oficiava o ministro da Coordenação Interterritorial para que fosse comunicado ao Alto-comissário a ida a Moçambique de uma delegação do FMI, e solicitava que fosse enviada uma cópia do telegrama ao Gomes Mota.
[822] *Vide.* negociações do contencioso com a Guiné e Moçambique em 1.5. Supra.

o Presidente moçambicano pretendia. Perante tal desconsideração, Gomes Mota só podia demitir-se. Vítor Crespo adiantou que na base deste pedido de demissão estiveram ambições políticas ligadas ao PS, tendo ele aproveitado para se dedicar mais intensamente a esta causa. Como em 1970, tinha obtido uma licenciatura em Economia e se tinha retirado voluntariamente da Marinha, acabou por ser designado para cargos importantes no plano partidário e na atividade privada, por indicação do PS.

A propósito daquela missão, o relatório anual, datado de 31 de dezembro de 1976, enviado ao ministro dos Negócios Estrangeiros pelo chefe da Representação Diplomática em Moçambique, conselheiro Caldas Faria, informava que a delegação portuguesa chefiada pelo secretário de Estado era exagerada e fora mal preparada, adivinhando-se o que iria acontecer, por isso tinha sido desaconselhada pela própria Embaixada. Sem referir os motivos, diz que ela provocou danos consideráveis às relações entre Portugal e Moçambique. [823]

3.2.4.2. Paulo Ennes

Paulo Ennes entrou para a carreira diplomática como adido em 10 de março de 1971 e o seu primeiro posto foi em África, na Embaixada de Portugal em Brazaville. Quando ocorreu o 25 de Abril já era 1º secretário na Embaixada portuguesa em Tunes. No ano seguinte, regressou a Portugal e foi colocado como chefe de Repartição da Europa e América, da Direção Geral dos Negócios Económicos. Em 12 de julho de 1976 foi nomeado diretor-adjunto dos Negócios Económicos, encarregado das questões bilaterais. Nestes lugares, acabou por ser um espetador privilegiado das tentativas para reorganizar os serviços do MNE, principalmente do ministro Medeiros Ferreira, com o intuito de os adaptar às novas necessidades da Cooperação. No desempenho destas funções, foi convidado para secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração.

Fez parte dos III, IV e V Governos Constitucionais, de iniciativa presidencial, os mesmos em que o Presidente Eanes exerceu o que os seus críticos rotularam de "Diplomacia Paralela". No III Governo foi nomeado secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, na dependência do ministro Carlos Correia Gago. Foi neste

[823] AHD-PAA, 1974/77, 980, 945, "Relatório do Conselheiro de Embaixada Manuel Antunes Caldas Faria", Embaixada de Portugal em Maputo, 31 dezembro de 1976. E ainda no Arquivo da Cooperação, 08.06/15, Moçambique, G.T.6, Coordenação das Acções de Cooperação, Relatório "Negociações com a República Popular de Moçambique", março de 1978.

Governo que se conseguiu um entendimento entre os ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças, para colocar o ICE como organismo coordenador de toda a política de cooperação, ao arrepio da vontade da carreira diplomática e com total desconhecimento da sua parte, apesar de ser secretário de Estado naquele ministério. Foi trabalhado no segredo do gabinete ministerial entre este e o Ministério das Finanças, o que o levou a tomar uma atitude contrária a esta pretensão[824], apesar do risco que esta atitude lhe poderia ter provocado.

Voltou a ser chamado para fazer parte do IV Governo, agora sob a alçada de outro diplomata, o embaixador João de Freitas Cruz, onde recuperou protagonismo nas negociações com os novos Estados e na procura de soluções para a reorganização do aparelho da Cooperação.

Segundo afirmou na entrevista que concedeu, no V Governo, a Secretaria de Estado que tinha tutelado foi dividida, por vontade do Presidente da República e com a sua aquiescência, mantendo-se o mesmo ministro. [825] Foi neste último Governo de iniciativa presidencial que vieram a ser aprovados os dois organismos que, há tanto tempo, eram sujeitos de grande disputa entre as Finanças e os Negócios Estrangeiros.

No cumprimento das suas funções participou em várias missões, e comissões mistas de cooperação. Na entrevista que concedeu quis deixar uma palavra de apreço pelo trabalho dos técnicos que em muito ajudaram ao êxito dessas missões.

Depois da sua saída do governo foi colocado como embaixador de Portugal em Bona, onde acompanhou a preparação do seu país para a entrada na Comunidade Económica Europeia.

3.2.5. Os diplomatas

O embaixador Eduardo Brazão, especialista em História Diplomática, citado pelo historiador Nuno Canas Mendes no seu livro *A Diplomacia Portuguesa nos Séculos XVII e XVIII*, escreveu que "a História não se pode escrever sem documentos (…) mas estes não bastam na sua frialdade para explicar o que inteiramente se passou (…). Temos assim de perceber o que eles deixam no papel. É essa a tarefa do historiador. Não basta compilar factos documentados, é necessário também interpretá-los à luz da vida".[826]

[824] *Vide* desenvolvimento em 2.2.4.2, *supra.*
[825] Entrevista concedida ao autor, no seu escritório em Lisboa, a 20 de maio de 2013.
[826] Nuno Canas Mendes, *História e Conjuntura nas Relações Internacionais,* Lisboa, ISCSP, 2008, p.119.

Surge esta citação a propósito do importante fundo constituído pelos documentos existentes no Arquivo Histórico Diplomático, cuja análise permite o conhecimento da História Diplomática e também da evolução das Relações Internacionais.

Para perceber a relevância do trabalho desempenhado pelos diplomatas portugueses importou ouvir o que as figuras históricas que foram entrevistadas, pensaram sobre eles, mas igualmente perscrutar o que escreveram outros atores deste período histórico. É o caso de Mário Soares, que deixou registada em livro a importância de que se revestiu o trabalho dos diplomatas de carreira para a sua missão, que souberam cumprir com o que deles se esperava e ajudaram Portugal a encontrar um lugar de prestígio no contexto internacional, depois do longo isolamento a que fora votado. É voz corrente que o Ministério dos Negócios Estrangeiros é, por natureza, conservador, no sentido de que é avesso a grandes e rápidas mudanças. Foi talvez nisto que pensou o ministro Mário Soares ao encontrar-se pela primeira vez, no Palácio das Necessidades, na habitual cerimónia com os funcionários de carreira que passaria a dirigir e disse-lhes o seguinte:

"quero dizer-vos, desde já, com clareza, duas coisas: a política externa portuguesa vai mudar radicalmente, 180 graus, em todos os sentidos. Os senhores diplomatas são livres de aceitar ou não. No meu Ministério não haverá saneamentos. Mas têm de me dizer se estão ou não de acordo com a política que vos anunciei, em breves linhas. Se não estiverem, posso talvez encontrar-vos outros postos, desde que se comprometam comigo a não sabotarem. Não quero fazer saneamentos políticos…" [827]

Soares considerava desta forma conquistar aquela classe profissional. Perguntou se alguém discordava da nova orientação que propunha e todos a aceitaram, pelo que conservou nos seus postos nomes importantes provenientes do antigo regime. No final, e apesar de criticado no Conselho de Ministros pela sua decisão, considerou que foi uma aposta ganha. Cita mesmo o caso específico do embaixador João Hall Themido, grande amigo do antigo ministro de Salazar, Franco Nogueira, colocado num dos mais importantes postos de carreira e que ali continuou. [828] Acabou por ser a sua ação, combinada com a do seu homólogo americano Frank Carlucci, colocado em Lisboa em janeiro de 1975, que desencadeou o já referido apoio americano a Mário Soares.

Se anteriormente, em circunstâncias nada favoráveis e de completo isolamento internacional, os diplomatas tinham sabido defender as orientações que lhes tinham sido traçadas, do mesmo modo souberam mais tarde aceitar e promover as novas regras e as

[827] *Mário Soares um político assume-se, op. cit.,* pp. 196-198.
[828] Mas segundo José Pedro Castanheira, *Jorge Sampaio uma Biografia, op. cit.,* p. 506, já o ministro Melo Antunes não tinha nenhuma confiança política neste seu diplomata, à semelhança do que acontecia entre Kissinger e Carlucci, que tinham um canal direto de comunicação à margem das Embaixadas.

legítimas aspirações das novas autoridades portuguesas. Deles se podem destacar profundos europeístas como Calvet de Magalhães e Siqueira Freire.

O embaixador João de Sá Coutinho afirmava que "os diplomatas não são representantes do regime ou do governo, são representantes do país e do povo"[829]

Após o 25 de Abril, a abertura de Portugal ao exterior implicou o alargamento da função diplomática. Assim, paralelamente à entrada de mulheres, medida inédita na carreira diplomática que se deveu ao ministro Mário Soares, foi necessário abrir novas missões diplomáticas no exterior, para credibilização e defesa dos interesses do "novo" Portugal.[830] Segundo António José Telo, "entre 1974 e 1979 o Corpo Diplomático aumentou de duzentos e trinta e um para duzentos e noventa elementos. De treze Embaixadas em 1973 passou para trinta e três em 1979. Se, antes do 25 de Abril, só 15% eram de nomeação política, em 1979 já eram 36%".[831] Este último dado é sintomático da instrumentalização política que se sentiu após a revolução, dado que alguns governos, desconfiando da norma deontológica da carreira, que Sá Coutinho referiu, colocaram em determinados postos pessoas da sua confiança política.

Passando à abordagem dos sucessos conseguidos, assinala-se o extraordinário labor desenvolvido pela diplomacia portuguesa para responder em conformidade com as orientações recebidas: desde a apresentação da candidatura como membro de pleno direito, primeiro ao Conselho da Europa, em 1976, e, no ano seguinte, à CEE, com o ministro Medeiros Ferreira, cujas instruções para os diplomatas nas capitais europeias era de, ou tudo ou nada, não aceitando uma qualquer solução intermédia, como um Acordo de Associação entre Portugal e a CEE.

Nessa altura negociava-se, apenas, um Protocolo ao Acordo Comercial e o Governo, através do seu ministro dos Negócios Estrangeiros, quis surpreender pela ousadia pedindo a Adesão, numa altura em que o regime democrático ainda não estava devidamente estabilizado e Portugal continuava um dos países mais atrasados da Europa.

---

[829] *A Gazeta de Miraflores*, "homenagem ao Sr. Embaixador João de Sá Coutinho, Conde de Aurora", disponível *em* http://gazetademiraflores.blogspot.pt/2012/10/homenagem-ao-sr-Embaixador-joao-de-sa.html, consultado em 1/12/2014.

[830] As primeiras mulheres licenciadas a entrarem no MNE, ainda antes do 25 de Abril, mas como contratadas, foram Margarida Figueiredo e Graça Trocado que entrarão mais tarde para a Carreira Diplomática. Mas, de entre as primeiras a entrar na carreira, logo em 1976, no 1º Curso pós 25 de Abril, contavam-se Ana Martinho e Margarida Figueiredo que, em 2005, vão chegar ao topo da Carreira ao serem nomeadas, por esta ordem, as primeiras embaixadoras da Carreira Diplomática em Portugal. A embaixadora Ana Martinho vai ser a primeira diplomata a chegar a secretária Geral no MNE, em março de 2013.

[831] António José Telo, *História Contemporânea de Portugal, vol. II, Do 25 de Abril à atualidade*, *op. cit*., p.190.

Um pedido desta natureza revela coragem e risco político, aliada a uma visão estratégica suportada na enorme capacidade técnica e diplomática. A equipa, que na altura preparou a candidatura à Comunidade Económica Europeia, era chefiada pelo embaixador Lencastre da Veiga.

Um dos momentos mais altos da diplomacia portuguesa, depois de tantos anos de isolamento internacional, acabou por ser a eleição de Portugal para membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU, em novembro de 1978. Aqueles lugares eram muito disputados ao nível internacional pelo prestígio que representam. Tal sucesso deveu-se a um trabalho de anos, com negociações complexas, para conseguir, em disputa com muitos outros países, os votos necessários para ser eleito.

Em reconhecimento deste trabalho, que culminou na mencionada eleição, o III Governo Constitucional inscreveu no seu Programa de Governo que "ficou Portugal devendo ao alto espírito de serviço e à diligência dos seus diplomatas relevantíssimo contributo para que, em prazo afinal curto, se possa ter nas nossas mãos, ganho, o mais importante desafio que hoje se põe à nossa capacidade de relacionamento e de projecção externa".

Tendo em conta a relevância que Ramalho Eanes, enquanto Presidente da República no período histórico em análise, atribui ao papel de Portugal no mundo e, em particular, com os países africanos, impunha-se conhecer a opinião com que ficara do trabalho dos embaixadores portugueses nos PALOP. Durante a entrevista que concedeu para este estudo, embora focando apenas o caso específico de Angola, onde tinha concentrado grande parte da sua atenção, Ramalho Eanes respondeu:

"de uma maneira geral fizeram um trabalho de ótima qualidade e mesmo quando a situação deles era difícil, como era o caso de Angola, eu não posso dizer de nenhum deles que não houve correção em relação às indicações da presidência. Como sabe, é habitual a gente saber qual é a qualidade do trabalho naturalmente, pelos Relatórios que são feitos pelo embaixador e pelos conselheiros, mas também através das conversas que foram feitas com os dirigentes angolanos, ou dirigentes estrangeiros, neste caso, angolanos. Devo dizer-lhe que da parte dos angolanos houve sempre um reconhecimento que os nossos embaixadores faziam um trabalho de qualidade".

Solicitado a destacar alguns nomes, Ramalho Eanes respondeu que todos aqueles com quem trabalhou fizeram um trabalho de grande qualidade. Indagado sobre o que pensava de Sá Coutinho e Pinto da França, com quem se cruzou em Angola num período sensível das relações, respondeu que o primeiro era um embaixador de grande qualidade e também o era Pinto da França, esclarecendo que "para Angola foram escolhidos sempre embaixadores com preocupação de grande qualidade".

3.2.5.1. João de Sá Coutinho

Na mesma lógica, e na impossibilidade de referir todos, é da mais elementar justiça assinalar a ação daquele que foi o primeiro embaixador português colocado numa ex-colónia. Trata-se de João de Sá Coutinho Rebelo Sotto Maior, nomeado pelo ministro Mário Soares, como embaixador na Guiné-Bissau, um posto difícil na altura, sem visibilidade e, por isso, pouco apetecível entre a classe. Sá Coutinho aceitou o desafio e acabou por ser fundamental, nessa época conturbada após a independência, no desenvolvimento e aprofundamento das relações bilaterais.

Era conselheiro na carreira desde janeiro de 1970 e foi colocado com credenciais de embaixador em 19 de novembro de 1974, em Bissau. Mas, logo em 7 de dezembro de 1975 ascendeu ao cargo de ministro plenipotenciário de 2ª Classe, mantendo-se no mesmo posto. Em 18 de fevereiro de 1976, ascendeu à categoria de ministro plenipotenciário de 1ª classe e ali se manteve até 26 de janeiro de 1977. Depois do êxito da sua missão, e porque as relações com Angola exigiam um diplomata com muita experiência, veio a ser também o primeiro embaixador português colocado em Luanda, desde 27 de fevereiro de 1977, onde cumpriu um papel determinante na aproximação entre os dois países, na altura do estreitamento das relações entre os presidentes Ramalho Eanes e Agostinho Neto. Da sua ação em Luanda em conjunto com o papel de Melo Antunes a que se juntou também na Guiné o desempenho do embaixador Pinto da França que o substituíra e que era amigo pessoal do Presidente Luís Cabral, acabou por resultar o êxito da conferência de Bissau em 1978.

3.2.6. Os dirigentes

De igual modo, entre tantos dirigentes dos organismos que foram sendo referidos, entendeu-se abordar apenas os que dirigiram os organismos mais representativos desta área da cooperação. E para começar, naturalmente, terá de ser referido aquele que foi escolhido para dirigir o Gabinete Coordenador da Cooperação.

3.2.6.1. José Fernando Reino

Quando ocorreu o 25 de Abril de 1974, este diplomata era conselheiro e encontrava-se a chefiar a Repartição dos Organismos Económicos Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Pelo que foi possível apurar nos arquivos, foi o primeiro diplomata a percecionar a importância de que se iria revestir a tarefa da descolonização e o início da Cooperação e como era fundamental que o processo corresse no âmbito dos Negócios Estrangeiros. Teve o mérito de lançar esse alerta dois dias após a Lei que abriu as portas à descolonização, através de uma Informação de serviço, com data de 29 de julho de 1974[832], destinada ao ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares. Nela analisava o momento histórico que Portugal atravessava e expunha a sua visão sobre a responsabilidade que deveria caber ao MNE no processo descolonizador. Prevenia para a necessidade de preparar atempadamente o caminho da cooperação. Para tal, sugeria a realização de um estudo dos mecanismos de cooperação existentes noutros países que tivessem sido também ex-colonizadores. Naquele documento aparece pela primeira vez a sugestão da criação, no MNE, de uma Direção Geral de Cooperação, a que acrescentava "e de Assistência Técnica".

Talvez decorrente desta iniciativa, noutra Informação de serviço, datada de 2 de setembro de 1974[833] Fernando Reino dava conta de ter sido chamado pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, em 28 de agosto, para ser informado que em breve iria "assumir a responsabilidade de um novo serviço que se ocuparia das questões da descolonização e da cooperação". Estava previsto que esse serviço ficaria ligado à Direcção Geral dos Negócios Económicos, mas o tempo foi passando e nada se concretizou.

Em 15 de outubro, em conjunto com o diplomata Alexandre Lencastre da Veiga, elaborou uma outra Informação de serviço, onde analisava o fenómeno da descolonização e da cooperação e da sua natural interligação, cabendo essa tarefa, na altura, a Portugal.

[832] Arquivo da Cooperação, Proc.08.01/01, CND, Informações e Análises 1974. Informação de 29 de julho de 1974. Fernando Reino terminava a Informação alertando que as sugestões por ele avançadas eram feitas a título pessoal e não solicitadas por ninguém, apenas norteadas pelo dever de consciência profissional.
[833] Arquivo da Cooperação, Proc.08.01/01, CND, Informações e Análises 1974. Informação de 2 de setembro de 1974

Considerava ser a forma de se resgatar perante a história e de manter no futuro "os laços que unirão Portugal aos novos países africanos de raiz portuguesa".[834]

Em outubro desse ano de 1974, na sequência do encontro na ilha do Sal entre o Presidente português e o Presidente do Zaire, Fernando Reino foi nomeado enviado especial do Presidente Spínola ao Zaire, instruído pelo ministro dos Negócios Estrangeiros para as conversações com o Presidente Mobutu, de modo a encontrar uma solução para o restabelecimento das relações diplomáticas com aquele país, suspensas desde há muito. Cabia à Embaixada de Espanha a representação dos interesses de Portugal e da comunidade portuguesa ainda ali residente, apesar da "zairianização" que tinha levado milhares de portugueses ao êxodo.

As conversações decorreram a contento e, apesar de não ter sido possível o restabelecimento das relações diplomáticas "por imperativos de solidariedade africana, antes da entrada em funções de um governo de coligação em Angola",[835] foi encontrada uma forma rápida de ultrapassar a situação com a abertura de um consulado geral em Kinshasa.[836]

Fernando Reino vinha-se destacando pelos serviços desempenhados e foi recomendado por Mário Soares ao então Presidente Costa Gomes, para diretor da primeira estrutura criada na área da Cooperação e afeta à Presidência da República, sendo, concomitantemente, coordenador principal da Comissão Nacional da Descolonização.

Ao serviço do GCC fez parte das delegações portuguesas que negociaram oficiosa e oficialmente as independências de algumas das colónias e participou na discussão do contencioso que foi necessário negociar. A sua estratégia foi, segundo revelou, transformar o contencioso da descolonização em ações de Cooperação.[837]

Como diretor do GCC, a primeira missão de que foi incumbido foi conseguir a paz com Holden Roberto. Desempenhou funções fundamentais nos contactos prévios às negociações de independência, nomeadamente com São Tomé e Príncipe. Acompanhou

[834] AHD/Arquivo dos MNE`s 1974. Informação de serviço "Descolonização e Cooperação", Fernando Reino e Alexandre Lencastre da Veiga, 15/10/74.
[835] AHD, Arquivo dos MNE`s 1974, Informação de serviço, Fernando Reino, "Considerações sobre o Estado Atual das Relações de Portugal com o Zaire" [s.d.].
[836] Estas relações tiveram altos e baixos, de que foi testemunha privilegiada o diplomata António Monteiro ali colocado, que teve muitas vicissitudes no desempenho das suas funções. Mais tarde, em 1980, num pico das relações, já se falava de um "Plano Zaire" que dava conta do apreço pela ida de 100 mil portugueses, numa primeira fase de um projeto megalómano, para ajudar no desenvolvimento de uma determinada região do Zaire.
[837] Conversa telefónica em 28/07/2010.

Melo Antunes no encontro em Argel com Agostinho Neto, em novembro de 1974. Esteve na delegação que negociou em janeiro de 1975 o Acordo para a independência de Angola. Fez parte da primeira fase das negociações sobre o contencioso com Moçambique e presidiu às primeiras negociações de Cooperação com a Guiné, Cabo Verde e até Moçambique, com base nos Acordos de independência já formalizados. Foi, portanto, um período de intensa atividade, mas com uma estrutura de apoio ao nível do GCC, pouco mais do que residual.

Como o Gabinete foi crescendo à medida que o seu papel era reconhecido, o diretor procurou preencher o quadro com técnicos experientes dos organismos ligados ao ex-Ministério do Ultramar ou jovens que convidou, alguns vindos do estrangeiro e com conhecimentos na área.

Procurou sempre que o GCC fosse integrado no Ministério dos Negócios Estrangeiros e, durante a existência da Secretaria de Estado da Cooperação Externa, o Gabinete era o órgão executivo do ministério. Quase conseguiu aquele desiderato quando foi enviado ao Conselho de Ministros para aprovação, um Dec. Lei que ajudara a preparar. Mas a instabilidade política da altura e a queda do Governo inviabilizou a pretensão.

No executivo seguinte pediu a demissão do cargo por discordar, como revelou, do rumo da política revolucionária da altura. [838] Voltou ao ministério e retomou as funções na carreira. Um ano depois, com a chegada de Medeiros Ferreira ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e com a integração das estruturas da antiga Secretaria de Estado da Cooperação no seu âmbito, foi nomeado presidente da comissão de reestruturação (destas estruturas) no Ministério dos Negócios Estrangeiros. No âmbito da carreira diplomática foi, depois, chefiar a embaixada em Oslo a partir de 20 de maio de 1977. No regresso a Portugal chefiou a Casa Civil do Presidente Ramalho Eanes, em 1980.

3.2.6.2. Eduardo Costa Oliveira

Foi, eventualmente, o dirigente que durante mais anos esteve à frente de um dos organismos mais importantes do aparelho institucional da cooperação portuguesa.

Costa Oliveira destacou-se pelo conhecimento dos problemas africanos, das suas necessidades, mas também das suas potencialidades. Foi um importante quadro da antiga

[838] Idem, i*bidem*.

administração colonial, com ligação funcional ao ex-Ministério do Ultramar. Em 1961, ano do início da guerra colonial, foi convidado para dirigir os Serviços de Economia de Angola, cargo que desempenhou durante três anos e meio. Seguidamente, foi-lhe atribuída a tutela da Pasta da Economia, que assegurou até setembro de 1969. Daí, até janeiro de 1973, passou a tutelar o Planeamento e as Finanças, mas incompatibilizou-se com o novo ministro do Ultramar e pediu para regressar à metrópole e ao seu ministério, voltando a ocupar o lugar na carreira de inspetor superior.

O seu nome ficou ligado à história de Angola, como sendo um dos responsáveis pelo designado "milagre económico angolano" dos anos 60 e 70.

Após a Revolução, o I Governo Provisório extinguiu o Ministério do Ultramar e, em seu lugar, foi criado o Ministério da Coordenação Interterritorial para gerir o fim do Império. Foi então que Almeida Santos o convidou para o apoiar nas questões ultramarinas, acompanhando este ministro em várias deslocações, sempre em busca de soluções, e procurando evitar problemas.

Em 31 de janeiro de 1976, após a criação do novo organismo que iria fazer a gestão do contencioso ultramarino pelo VI Governo Provisório, foi chamado para fazer parte da Comissão Instaladora do Instituto de Cooperação Económica, presidida por Almeida Serra, ex-secretário de Estado das Finanças. Seguiu-se um período muito atribulado para aquele organismo, à frente do qual ficaram apenas, como já foi referido, ele e Correia Pinto da anterior equipa dirigente. Com o V Governo Constitucional surgiu, finalmente, a decisão de institucionalizar e regulamentar o ICE. Costa Oliveira foi então incumbido de presidir ao novo organismo, onde se manteve durante doze anos, até à aposentação, em 1992.

O embaixador Paulo Ennes foi seu secretário de Estado no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Na entrevista que concedeu, referindo-se aos técnicos com quem trabalhou, fez-lhe grandes elogios, reconhecendo que as suas opiniões eram muito sólidas e que tinha ficado com uma admiração ilimitada por ele. Esta afirmação retrata bem a competência técnica de que era possuidor

3.2.6.3. José Manuel de Matos Parreira

Entrou na carreira diplomática em 1957, como adido de legação. Era conselheiro de Embaixada em Roma desde 11 de setembro de 1973, quando ocorreu em Portugal a

Revolução dos Cravos. Em 1 de outubro de 1975 regressou a Lisboa e foi colocado na Secretaria-Geral.

Por despacho do ministro Medeiros Ferreira de 1 de setembro de 1976, foi nomeado adjunto da Missão Integradora dos Organismos da Cooperação, uma estrutura criada naquela data para coordenar os vários organismos que existiam e que viriam a existir, nesta área, no âmbito do MNE. Entre eles estava o Gabinete Coordenador da Cooperação que, pela importância que lhe era acometida, levou o ministro, num despacho de 15 de setembro, a nomear o conselheiro de Embaixada Matos Parreira como diretor do Gabinete Coordenador para a Cooperação.

Não foi fácil o desempenho do cargo, quer pelas vicissitudes por que passou a cooperação, quer pelas indefinições da política nacional. Umas vezes desempenhou um papel de grande relevo, noutras foi secundarizado. Realce para o facto de se ter conseguido manter durante tanto tempo no lugar, independentemente das diferentes orientações seguidas pelas lideranças que passaram pelo ministério o que, por si só, é revelador do seu valor. Começou com o ministro Medeiros Ferreira, continuou com Sá Machado e, depois, nos governos de iniciativa presidencial onde se manteve com Correia Gago e Freitas Cruz.

Desta forma, o Gabinete acabou por fazer uma ligação transversal entre os vários decisores políticos que passaram pelo MNE. Várias vezes esteve na eminência de ser extinto, mas foi com a reestruturação da área da cooperação, e a subsequente criação da Direção Geral da Cooperação em 18 de dezembro de 1979 e a regulamentação do ICE, que deixou de fazer sentido a existência do GCC. Daí a sua efetiva e já esperada extinção.

Terminava uma missão de mais de três anos, durante a qual chefiou o primeiro organismo nascido após as independências coloniais, criado especificamente para acompanhar a cooperação. Por este facto, em 11 de janeiro de 1980, já como ministro plenipotenciário de 2ª Classe, mas com credenciais de embaixador, foi colocado na Embaixada em Helsínquia, voltando à atividade na carreira.

3.2.6.4. Luís Gaspar da Silva

Entrou na carreira diplomática como adido de legação em 1956, e subiu a conselheiro de Embaixada em 6 de janeiro de 1970, a ministro plenipotenciário de 2ª classe em 7 de dezembro de 1974 e a ministro plenipotenciário de 1ª classe em 18 de fevereiro de 1976.

Representou Portugal como embaixador em vários postos, como Paris, Roma ou Nova Deli, onde foi o primeiro embaixador português, ali colocado em 19 de julho de 1976. Quando estava neste posto foi chamado, por sugestão de Melo Antunes, para liderar a primeira grande estrutura da cooperação criada de raiz no Ministério dos Negócios Estrangeiros. O V Governo Constitucional, presidido pela engenheira Maria de Lourdes Pintassilgo, estava no fim e era ministro dos Negócios Estrangeiros o embaixador João de Freitas Cruz. Contava ele que Indira Gandhi, Primeira-ministra da Índia, por ocasião da sua despedida, lhe deu um forte incentivo e um conselho para o desempenho do cargo que nunca mais esqueceu e procurou aplicar: nunca menosprezar nem tratar com sobranceria os seus interlocutores. Depois, no cargo político para que foi escolhido, procurou seguir o princípio de que "a cooperação não pode ser vista numa perspetiva moral e com sentimentos de culpabilidade, mas sim numa perspetiva solidária, e visando interesses mútuos".

Entre muitos projetos por ele lançados como diretor geral da Cooperação, salienta-se o projeto de formação de formadores em Informática em Angola, intitulado "Ensino e Desenvolvimento no Domínio da Informática" (EDDI). Desenvolvido em conjunto com seis Universidades portuguesas e a Universidade de Engenharia de Luanda, teve a coordenação das professoras Graça Martins e Madalena Quirino pela parte portuguesa e dos engenheiros Homero Leitão e Diamantino Leitão pela parte angolana. Oitenta e dois docentes portugueses foram envolvidos nesta ação de formação. No final do terceiro ano do projeto tinham sido licenciados trinta engenheiros informáticos que, por sua vez, já lecionavam como assistentes, sob a supervisão dos formadores. Ainda formariam mais vinte engenheiros no ano seguinte. Foi graças a esta ação e à colaboração de quatro técnicos portugueses e de inúmeros elementos da faculdade local de engenharia, que Angola foi capaz de mostrar toda a sua capacidade ao nível informático, recebendo o reconhecimento dos participantes na Conferência Ministerial dos Países Não Alinhados, realizada em Luanda em setembro de 1985.

Em resultado da visibilidade do seu desempenho anterior no IX Governo Constitucional, liderado por Mário Soares, trocou a Direção Geral da Cooperação pela Secretaria de Estado da Cooperação.[839] Embora saia do intervalo temporal abrangido por

[839] Gaspar da Silva contou que estava como embaixador na India quando recebeu a mensagem para se apresentar em Lisboa, dado que o MNE recebera um ofício da Presidência a indigitá-lo para primeiro diretor geral da cooperação. Mais tarde, recebeu um telefonema do Melo Antunes, que o informou ter sido escolha sua, apoiado pelo Presidente Ramalho Eanes. Entrevista concedida ao autor no IPAD em Lisboa a 9/05/2011.

este estudo, é pertinente referir alguns factos por si narrados, demonstrativos da sua visão prospetiva.

Enquanto secretário de Estado apostou na formação dos quadros diplomáticos dos novos países africanos de expressão portuguesa. Na entrevista relatou que a ideia surgiu em Moçambique, numa reunião com o Presidente Samora Machel, na qual admitiu considerar esta formação fundamental, pois havia mandado alguns dos seus quadros adquirir formação na Nigéria.

Ao chegar a Portugal alertou o ministro Jaime Gama, que lhe deu carta-branca para fazer uma ronda pelas capitais desses países africanos, de molde a aferir da sua apetência por uma iniciativa portuguesa desta natureza. Mau grado as dificuldades iniciais, que obrigaram a realizar o primeiro curso com quadros zimbabuanos, a iniciativa acabou por se consolidar. Durante cerca de vinte anos foi possível ter em Portugal um Curso de Formação Diplomática e Consular destinado aos PALOP. Este projeto, que se iniciou em 1982 terminou em 2001, porque, nesta data, sendo ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado e secretário de Estado da Cooperação, João Gomes Cravinho, foi considerado que já não se justificava, a sua continuação.

De imediato, o Governo espanhol aproveitou para convidar os PALOP a enviar jovens para frequentar um curso de preparação em Madrid, culminando com o próprio rei a entregar os diplomas de aproveitamento aos formandos.

Coube também a Gaspar da Silva, a ideia de em 1984 criar os adidos da cooperação, junto das Embaixadas nos países africanos de expressão portuguesa. Considerava que só desta forma se poderia, se necessário, acompanhar e apoiar as ações que Portugal dinamizava nestes países, enquanto garantia o indispensável apoio aos cooperantes portugueses. Digna de referência foi igualmente a iniciativa, superiormente acolhida pelo ministro Jaime Gama e pelo Presidente Eanes, de manter relações institucionais ao nível de Estado com a Soberana Ordem de Malta, para complementar os esforços da cooperação portuguesa, através da sua experiência e das verbas afetas à área da cooperação. Portugal abriu-lhe as portas da cooperação junto dos países africanos de expressão portuguesa onde, como referiu o embaixador Gaspar da Silva, acabaram por deixar "uma assistência fundamental do ponto de vista social".

Escreveu vários livros, mas foi em *Utopia: seis destinos, Política de Cooperação*, publicado em 1997, que deu conta da sua experiência, vivida intensamente, na área da cooperação, onde aparece formulado um desejo para o futuro:

"O objetivo da política de cooperação portuguesa deve ser, o de um dia se atingir o ponto em que as relações externas portuguesas com as ex-colónias se façam, tendo a cooperação para o desenvolvimento acabado e as trocas se realizem em cooperação normal entre iguais".[840]

Com a frontalidade que lhe era reconhecida, deixou um conselho de homem experiente nestas caminhadas: "se queremos obter resultados, não podemos ter em conta flutuações da política interna que justifiquem um eterno recomeçar".[841] Referia-se, de forma indireta, às contínuas alterações governamentais que depois não permitiam a sustentabilidade desta política, enquanto, no seu entender, para se obter resultados, ela deveria ser continuada, suprapartidária e um verdadeiro desígnio nacional.

Tinha com Samora Machel uma cumplicidade especial, baseada numa confiança alicerçada no respeito e admiração mútua, que se tornou visível quando se encontraram no aeroporto e se abraçaram efusivamente em frente às câmaras. Homem de tão grande postura física como de caráter, Gaspar da Silva acabou por pagar caro a sua impulsividade, em razão do seu forte nacionalismo. Deixa-se aqui registado o episódio que marcou o fim deste diplomata investido em cargo político.

Num encontro internacional da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), na cidade de Mbabane, Suazilândia, enquanto secretário de Estado e chefe da delegação portuguesa travou-se de razões com o representante inglês. Portugal defendia uma estratégia negociada com a Holanda e os Países Nórdicos, no sentido de obter um maior envolvimento das Agências das Nações Unidas, à qual se opôs frontalmente a delegação da Grã-Bretanha, chefiada pelo embaixador Bayotte. Ao chegar a Lisboa, numa entrevista televisiva, Luís Gaspar da Silva, afirmou, sem rodeios, que os ingleses eram o nosso maior inimigo em África.[842] De imediato, o Governo inglês ameaçou cancelar a visita da Rainha a Portugal, que estava em preparação, se o secretário de Estado da Cooperação não fosse demitido. Perante este ultimato, o Primeiro-ministro Mário Soares deu vinte e quatro horas ao ministro Jaime Gama para encontrar um substituto. Comentava-se, na altura, que Soares tinha já alguém em mente para o lugar, uma figura pública a quem o ligavam laços de solidariedade desde o exílio em Paris e, por isso, dera um prazo tão curto para esta substituição. Se assim foi, a estratégia não resultou, o ministro recorreu a um colaborador seu, o próprio chefe de gabinete Eduardo Âmbar, que cumpriu o resto do mandato.

---

[840] Luís Gaspar da Silva, *Utopia: Seis Destinos Política de Cooperação,* Lisboa, Quatro Margens Editora, 1997, p. 201.
[841] Idem *ibidem,* p. 98.
[842] A propósito deste episódio, Gaspar da Silva confidenciou que o seu maior erro foi não ter tido um assessor de imprensa.

Ramalho Eanes, que conheceu bem Gaspar da Silva, na entrevista referiu-se-lhe como "um homem de entusiasmos, que era preciso conter, como são todos os homens entusiastas. O entusiasmo, por vezes, não é prudencial na medida em que o entusiasmo tem uma focalização que não é global"[843]

O embaixador deixou, assim, com honra, mas sem glória, o cargo de que tanto gostava. Em forma de mensagem sub-reptícia, escreveu no livro *Utopia*:

"Não posso deixar de pensar que faço parte de um fenómeno sócio histórico português, hoje reintegrado na lógica do devir do mundo livre e democrático. Não admito submeter-me aos golpes, iniciativas e incidentes que façam do meu País um espaço substituído e decadente".[844]

3.2.7. Os técnicos da cooperação

A maior parte dos técnicos que desempenharam funções na fase inicial, e ajudaram a por em prática a cooperação provinham do quadro ultramarino, via Quadro Geral de Adidos ou do ex Ministério do Ultramar. Porém, alguns dos que serviram nesse Ministério não quiseram ou não foram capazes de se adaptar à nova realidade política e às novas funções que lhes foram confiadas.

O antigo diretor do GCC, Fernando Reino, num parecer já aqui referido, enviado ao Primeiro ministro e datado de 3 de maio de 1975, queixava-se da má experiência que teve com programas e ações em que alguns desses funcionários participaram. Considerava que a sua integração em estruturas da cooperação deveria ser criteriosa, pois acreditava que apenas uma minoria estaria em condições de o fazer. No seu entender, seriam úteis somente na prestação de serviços nos novos Estados.[845]

Para aqueles que persistiram e quiseram tentar a mudança não foi fácil esta passagem. Durante cinco longos anos esperaram para saber qual a solução encontrada e, ou, onde iriam ser integrados, tantas foram as alterações institucionais ocorridas. Foi assim desde a extinção do Ministério do Ultramar, passando depois pelas Secretarias de Estado como a da Descolonização ou da Cooperação, até à completa integração no Ministério dos Negócios Estrangeiros, quando da reforma iniciada em 1980. Pelo caminho viram os seus organismos extintos. Uns reformaram-se, outros aguardaram colocação, outros ainda foram colocados em organismos que, não sendo objeto de extinção, eram sucessivamente integrados em novas tutelas. Mesmo após a colocação,

[843] Entrevista concedida ao autor no seu gabinete em Lisboa a 25/07/2013.
[844] Luís Gaspar da Silva, *Utopia: Seis Destinos Política de Cooperação, op. cit.,* p. 20
[845] Arquivo da Cooperação, 01.01.04, "Parecer do GCC" de 3/5/1975. *C.f.* 2.2.1. Supra

quantas vezes foram confrontados com a má vontade dos serviços que os integravam, como aconteceu no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Este fenómeno foi identificado pelo embaixador Paulo Ennes, enquanto Secretário de Estado nos Negócios Estrangeiros. Na entrevista concedida contou que ele e a maior parte dos diplomatas tiveram sempre um certo "esprit de corp" e não aceitavam pacificamente a "invasão" do MNE por parte de estranhos a quem não reconheciam competência para fazer negociações. No entanto, ele e muitos outros acabaram por lhes prestar uma justa homenagem, patente nestas palavras: "acho que também pode relevar a excelente colaboração que o ministério teve dos funcionários que herdou do antigo Ministério da Coordenação Interterritorial".[846] Enalteceu a capacidade técnica e os vastos conhecimentos revelados pelo antigo diretor Geral do Ministério do Ultramar, engenheiro Cabral de Moncada, responsável pelos petróleos e minas e sobretudo a competência de Costa Oliveira, inspetor superior do Ministério do Ultramar, anterior membro do Governo Provincial de Angola.

Muitos destes homens, colocados nas estruturas que iam surgindo, acabaram por fazer a ligação entre o saber posto ao serviço da causa colonial e o saber adaptado às necessidades de uma política de cooperação com os novos Estados. Foram determinantes para que o conhecimento e a experiência não se perdessem e pudessem ser, de novo, pertinentes, agora nos alicerces da nova causa da Cooperação. Esse conhecimento de experiência feito, aliado ao dos jovens que, entretanto, foram recrutados, acabou por ser fundamental para o êxito desta missão.

Ramalho Eanes, que acompanhava ao pormenor as missões que se deslocavam aos novos Estados Africanos, declarou, relativamente aos técnicos e dirigentes com quem trabalhou:

"a ideia que tenho é que, de uma maneira geral, todos tinham grande qualidade e grande interesse e a cooperação, na altura, como lhe disse, sem ser estrategicamente programada, deu oportunidades pragmaticamente aproveitadas. Não poderia conseguir esses resultados se porventura não tivesse havido da parte desses homens, uma grande ligação, um trabalho de grande qualidade".[847]

Como é natural, seria impossível referirmos os nomes de todos aqueles que desempenharam um papel de relevo ao serviço deste desígnio. Em confronto com esta limitação foram escolhidos alguns elementos dos que tiveram cargos dirigentes, durante largos períodos, ao serviço do ICE ou da DGC.

[846] Entrevista concedida ao autor no seu escritório em Lisboa a 20/05/2013.
[847] Entrevista concedida ao autor no seu gabinete em Lisboa a 17/07/2013.

Estava, neste grupo, António Ribeiro Gomes. Antigo inspetor superior proveniente do ex-Ministério do Ultramar, passou para o Ministério da Coordenação Interterritorial, para o Ministério da Cooperação e depois para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, em serviço no Instituto da Cooperação Económica, onde fez grande parte da sua carreira. Era um dos técnicos que melhor conhecia Angola e chegou a ser chefe de gabinete do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Paulo Ennes. Era possuidor de um crédito total por parte do presidente do ICE que nele delegava a resolução de assuntos importantes e complexos. Neste organismo foi durante anos, diretor de serviços. Após a extinção do ICE, bem como da DGC, todos os funcionários integraram o novo Instituto da Cooperação Portuguesa criado com o intuito de centralizar e coordenar, finalmente, a política de cooperação. Foi aí que aquele quadro continuou a aplicar a sua experiência.

Moreira de Araújo, diretor dos serviços hidráulicos da Direção Geral das Obras Públicas e Comunicações, foi o responsável pela construção e supervisão da importante infraestrutura deixada por Portugal em Cabo Verde, o Porto da Praia. Foi um dos muitos técnicos ligados ao extinto Ministério do Ultramar que depois foram recuperados para os serviços da cooperação portuguesa, vindo a ser integrado no âmbito do ICE, o que não surpreende, dado que, desde o início, na comissão instaladora do Instituto estava Costa Oliveira, também ele profundamente ligado ao extinto Ministério.

Houve outros técnicos que, não sendo provenientes das estruturas coloniais, marcaram toda a história da cooperação, como Correia Pinto, jurista, que acompanhou sempre Costa Oliveira e que prosseguiu depois a sua carreira nas estruturas que se seguiram. É outra das figuras que durante anos e anos esteve ao serviço desta política.

Na Direção Geral da Cooperação pode-se destacar outra jurista, Rosa Ravara, ligada à cooperação desde os seus primórdios, ou seja, desde o Gabinete Coordenador dos Estudos do Processo de Descolonização e que depois transitou para o Gabinete Coordenador para a Cooperação, até ser integrada na Direção Geral. Passou por ela uma grande parte da legislação que enquadrou a cooperação com os PALOP e coube-lhe a responsabilidade de emitir pareceres de toda a natureza.

Carlos Cabrita era outro técnico profundamente conhecedor dos meandros ultramarinos. Enquanto chefe da Repartição do Povoamento da Direção Geral de Economia do Ministério do Ultramar foi responsável pelo apoio aos colonatos. Depois da extinção do seu serviço ficou a aguardar colocação, como muitos outros técnicos da Direção Geral de Economia. Foi então convidado pelo diretor do Gabinete Coordenador da Cooperação, Matos Parreira, para acompanhar as questões relativas a Angola naquela

estrutura da Cooperação, aproveitando o seu profundo conhecimento sobre o território onde crescera, como também as suas amizades com alguns dos novos dirigentes angolanos, com os quais estudara em Luanda, caso do então ministro dos Negócios Estrangeiros Paulo Jorge. Em 1979, com a criação, da Direção Geral da Cooperação, onde o GCC foi integrado, Carlos Cabrita passou a ser também o coordenador de Angola. Foi ele que, ainda no GCC, convidou outro dos nomes que marcaram o início da cooperação portuguesa, Pereira Bastos, que havia anteriormente encontrado no Ministério do Ultramar, na Direção Geral de Economia, no âmbito da sua atividade profissional. Foi chamado para trabalhar como técnico a aguardar colocação, no Gabinete Coordenador da Cooperação, até à sua integração na Direção Geral de Cooperação. Neste novo organismo, Pereira Bastos foi nomeado coordenador de Cabo Verde, que acompanhou durante anos, mesmo depois de transitar para o novo Instituto da Cooperação Portuguesa. De coordenador de Cabo Verde passou, até à aposentação, a desempenhar vários lugares sempre ao nível de diretor de serviços.

Assinale-se, ainda, os papéis dos restantes coordenadores iniciais da DGC. Helena Campos ela também proveniente do antigo Ministério do Ultramar onde exerceu funções no âmbito do Gabinete dos Negócios Políticos, o primeiro dos serviços do ministério a ser extinto após o 25 de Abril. Foi então colocada na Direção Geral da Administração Civil, onde o primeiro diretor do Gabinete Coordenador para a Cooperação, Fernando Reino a veio recrutar. Com a extinção deste Gabinete por força da criação da Direção Geral de Cooperação, foi ali integrada e nomeada coordenadora da Guiné-Bissau, sendo igualmente responsável pela área setorial da Saúde.

Como coordenador de São Tomé foi nomeado João Salvador de Matos, outro técnico superior proveniente do Gabinete de Planeamento e Integração Económica do antigo Ministério do Ultramar, que durante muitos anos coordenou a cooperação com São Tomé e Príncipe e, ainda, toda a cooperação técnico militar.

Para terminar esta referência aos coordenadores iniciais, falta referir Razia Moussa, a única que não provinha do antigo Ministério do Ultramar, técnica de ascendência paquistanesa, mas ligada a Moçambique até pelas suas origens, e que também fez parte do núcleo inicial da Direção Geral de Cooperação.

Entre os que poderiam ser referenciados, ao nível do pessoal administrativo e que tantos serviços prestaram, numa época em que as novas tecnologias ainda eram uma promessa de futuro, sobressaía o luso cabo-verdiano Emílio Brasão, um dos primeiros

integrantes das estruturas da cooperação. Ali se manteve até ao fim da sua vida ativa, prestando inúmeros serviços à causa da cooperação.

3.2.8. Os cooperantes

O Glossário da Cooperação Portuguesa define cooperante como "técnico de um país doador que exerce funções no país recetor, no âmbito de uma intervenção de desenvolvimento. Pessoa, geralmente com conhecimentos técnicos específicos, que colabora no desenvolvimento económico, social e cultural de um país receptor de ajuda, participando numa intervenção de desenvolvimento".[848]

Sabendo-se que o cooperante é alguém que desenvolve voluntariamente determinada tarefa em prol do bem comum, pode questionar-se sobre as razões que, ao longo dos tempos, moveram homens e mulheres a deixar o seu país e procurar, em condições muitas vezes adversas, um lugar onde pudessem, com o seu saber, ajudar a melhorar as condições de vida para os mais necessitados.

As motivações eram muitas e variaram de pessoa para pessoa, desde os ideiais de solidariedade, o espírito de aventura, a mera afinidade ideológica, aos interesses materiais. Foram eles que, em tempos difíceis, mantiveram em funcionamento as estruturas que os portugueses tinham abandonado na fuga desordenada após a independência e garantiram a sustentabilidade dos novos Estados face à carência de quadros.

Nos acordos de independência, Portugal e as suas antigas colónias quiseram deixar expressa a vontade de aprofundar os laços de amizade entre povos que falam a mesma língua, estabelecendo formas de cooperação para o desenvolvimento nos mais diversos domínios, baseados na igualdade entre Estados e na reciprocidade de interesses.

Posteriormente, foram negociados acordos base, com todos eles, para enquadramento das relações de cooperação, designados Acordos Gerais de Amizade e Cooperação para uns, e simplesmente Acordos Gerais de Cooperação para outros.

Logo após a independência, foi preciso dar resposta célere ao apelo que o primeiro dos Novos Estados, a Guiné-Bissau, lançou a Portugal, no sentido de serem enviados com urgência médicos e professores. Estava em causa a saúde das populações e

[848] Glossário da Cooperação, "Cooperante"; disponível em: http://www.instituto-camoes.pt/glossario-da-cooperacao/root/centro-recursos/glossario-cooperacao, consultado em 27/07/2105.

o arranque do ano letivo, pois estas funções eram desempenhadas pelos militares ou seus familiares que entretanto, abandonaram o país. Era preciso encontrar, urgentemente, uma solução no quadro do direito internacional público, uma vez que ainda não existiam acordos sobre a matéria. A solução passou pelo recurso aos artigos 4º e 5º do Acordo de Independência, celebrado em Argel a 26 de agosto de 1974, marcado pela vontade mútua de cooperação.[849]

O Acordo Geral de Amizade e Cooperação só veio a ser assinado a 11 de junho de 1975. Desta forma, o envio de técnicos para África, já então denominados "cooperantes", surge como uma das primeiras decisões políticas dos governantes portugueses relativamente ao apoio a conceder aos Novos Estados.

Porém, a nível interno também não havia legislação adequada à resposta desejada. Quando surgiu o pedido de envio de médicos, foi necessário, uma autorização especial, plasmada num despacho conjunto do ministro da Coordenação Interterritorial, do ministro das Finanças, do secretário de Estado da Saúde e do secretário de Estado da Segurança Social, que fixou as regras da colaboração.

Nesta primeira fase, o processo interno era complexo e moroso, não se compadecendo com a urgência dos pedidos e desmotivava alguns interessados. Era premente produzir legislação que evitasse despachos casuísticos; por isso, o Governo aprovou o Dec. Lei nº 629/74[850], em cujo preâmbulo se pode ler que, face ao compromisso assumido de enviar técnicos da administração pública ou privados, se regulamentava a comissão de serviço e se cuidava da situação dos funcionários dos serviços públicos da Guiné que prestavam funções à data da independência. A estes era oferecida também a possibilidade de escolherem servir em qualquer outro território ainda não independente.

A competência para a contratação de pessoal, até ao aparecimento do Ministério da Cooperação, cabia ao ministro da Coordenação Interministerial, que podia recorrer à celebração de contratos, requisição de técnicos, ou nomear em regime de comissão de serviço. Esta tinha a duração de um ano, nunca podendo ser inferior a seis meses, salvo determinação em contrário.

O processo burocrático corria inicialmente através do Gabinete Coordenador dos Estudos do Processo de Descolonização, afeto à Presidência da República, que apoiou o envio dos primeiros voluntários "cooperantes" após a independência da Guiné. A partir

[849] D.G., 1ª S. nº 202 de 30 de agosto de 1974.
[850] D.G., 1ª S., Supl., nº 267, 16 de novembro de 1974.

do início de 1975, o Gabinete Coordenador para a Cooperação, por força da alínea c) do artigoº 3º do Dec. Lei nº 791/74, tornou-se competente para "dar parecer sobre o estatuto dos funcionários de nacionalidade portuguesa que, de acordo com os governos interessados, decidirem continuar ou venham a prestar serviço de cooperação nos novos países depois da independência destes e estudar medidas concretas de protecção dos mesmos funcionários".

Mas o panorama para os cooperantes iria mudar.

Em meados de 1975, na Guiné, único território ultramarino português já independente, havia doze médicos, mas passaram rapidamente para trinta e seis até final de 1975, pois para muitos deles a comissão era apenas de 4 meses, dois farmacêuticos, 1 ajudante técnico de farmácia e cerca de setenta professores. No que dizia respeito a estes últimos, havia excesso de oferta em Portugal, pelo que não era difícil encontrar candidatos; mas, com os médicos, a situação era bem diferente, porque não tinham dificuldade de colocação em Portugal e, portanto, ou iam por questões pessoais, ou então só com condições motivadoras.

No ano seguinte, em 1976, o número de médicos já baixara bastante, passando para oito e um ajudante de Farmácia. Em 1977, já só havia um médico como cooperante, apesar da promessa que o ministro da Cooperação havia feito em Bissau, na visita efetuada no princípio de 1976, comprometendo-se com o envio de mais sete a expensas de Portugal.

A explicação era fácil de encontrar e prendia-se com o facto dos salários dos cooperantes, contratados inicialmente ao abrigo do Dec. Lei nº 629/74 de 16 de novembro, serem totalmente assumidos por Portugal. Era o caso dos médicos que, recebiam todo o salário em Portugal, mantendo também os vínculos à instituição e ainda lhes era pago um vencimento local em função do trabalho a realizar. Com a publicação do "Estatuto do Cooperante", em 1976, de que adiante falaremos, as condições foram alteradas. A partir dessa altura, todas as contratações, em qualquer setor, implicavam que o vencimento fosse pago pelo país recetor, conforme o nível de vida local e um complemento de remuneração pago por Portugal no local.

Ao país de destino competia ainda pagar o alojamento e as passagens de regresso, enquanto Portugal pagaria os descontos obrigatórios para a segurança social e as passagens de ida. O vínculo ao serviço de origem, que até aí se mantinha garantido, deixou de o estar durante o período da missão e esta alteração contratual fez colapsar o apoio médico português.

Entretanto, fruto da experiência adquirida com a Guiné e do aumento dos pedidos deste e de outros Estados que se iam tornando independentes, foram negociadas as bases jurídicas fundamentais para o envio dos cooperantes, expressas nos Acordos de Cooperação Científica e Técnica e, quando justificável, com protocolos adicionais para completar ou facilitar a sua interpretação e execução dos preceitos. No caso da Guiné, este acordo, assinado em 22 de junho de 1975, acabou por ser publicado em *Diário da República* no mesmo dia que o Acordo Geral de Cooperação e Amizade.

Pouco a pouco foram sendo negociados outros acordos de carácter mais específico nos domínios da cultura, do ensino e da formação profissional.

Com Moçambique, no artigo 3º do Acordo Geral de Cooperação, assinado em 2 de outubro de 1975, definiu-se logo o Estatuto do Cooperante, de modo a incentivar os funcionários da antiga administração colonial a permanecer no território.

Com Angola, até que surgisse esse estatuto oficial, existiu uma situação anómala provocada pela existência de um "Estatuto do Cooperante", aprovado em 4 de julho de 1975 numa reunião do Governo de Transição, por forma a incentivar e tranquilizar os funcionários públicos portugueses para ficarem após a independência, mas que não teve validade oficial.

Após a independência, o governo não mostrou grande apetência pela assinatura deste tipo de acordos bilaterais vinculativos e publicou o seu Estatuto do Cooperante pelo Dec. 98/76 de 23 de dezembro, que seria revogado pela entrada em vigor do Estatuto do Trabalhador Estrangeiro, através do Dec. 22/78 de 25 de fevereiro.

O sistema privilegiava a realização de contratos individuais estabelecidos diretamente com os interessados, escolhidos de acordo com critérios próprios, mas onde o fator ideológico tinha grande peso.

Só na Cimeira de Bissau, em 26 de junho de 1978, Angola anuiu, finalmente à assinatura do Acordo Geral de Cooperação que Portugal há muito propusera. Em consequência, surgiram dois acordos setoriais que regulamentavam esta cooperação e os direitos e deveres dos cooperantes: O Acordo Especial de Cooperação no Sector Eléctrico, assinado a 17 de fevereiro de 1979 e o Acordo sobre a Marinha Mercante, assinado a 28 de abril de 1979.

Vejamos como foi evoluindo em Portugal a regulamentação da atividade de cooperante.

Inicialmente, como já foi referido, o processo legislativo interno era casuístico e respondia ao imediatismo das solicitações. O Dec. Lei nº 629/74 de 16 de novembro foi

criado especificamente para a Guiné, mas tinha-se consciência que era preciso agilizar o processo e dar-lhe um enquadramento global. Para este efeito, por despacho de 22 de julho de 1975 do Presidente da República, foi criado um Grupo de Trabalho chefiado pelo Gabinete Coordenador para Cooperação, com a missão de elaborar um diploma que regulamentasse as questões decorrentes da prestação de serviço a título de cooperação, nos novos países independentes. O Grupo de Trabalho iniciou funções a 30 de outubro de 1975, com representantes dos Ministérios do Trabalho, Administração Interna, Finanças, da Secretaria de Estado da Descolonização, da Comissão de Coordenação das Negociações no Domínio Económico e Financeiro e do Gabinete Coordenador para a Cooperação.

O diploma impunha-se por uma questão de regulamentação, simplificação de procedimentos e harmonização de situações de recrutamento, mas também para tornar o processo mais célere e atrativo, de modo a tornar Portugal mais apto a ocupar o lugar que a língua propiciava, contrariando a vantagem que os cooperantes de leste, possuíam naquela altura.

Com o VI Governo Provisório surge o Dec. Lei nº 180/76 de 9 de março, no âmbito do Ministério da Cooperação, para institucionalizar a missão dos agentes da cooperação. Ficou informalmente conhecido, como já foi referido, pelo "Estatuto do Cooperante", embora no articulado não se tenha definido o conceito, subentendendo-se apenas que se trataria de um especialista e abrangia trabalhadores da função pública e particulares.

O próprio Governo reconhecia que os novos Estados solicitavam cada vez mais ações de cooperação, em múltiplos domínios, sendo necessário dar um novo e mais expedito enquadramento ao recrutamento dos técnicos portugueses.

A responsabilidade pelo recrutamento e acompanhamento de especialistas de qualquer organismo estatal, paraestatal, sindicatos e qualquer outro foi então centralizada no Ministério da Cooperação e, após a sua extinção, no Ministério dos Negócios Estrangeiros. É de salientar que, para além deste recrutamento, podiam ainda aceitar inscrições voluntárias ou, até, a escolha direta de qualquer cidadão português para cooperante, feita por um dos Novos Estados.

Para além deste diploma, as situações ajustavam-se setorialmente. O Ministério da Educação foi criando medidas para se adaptar a esta nova realidade, como o caso do despacho conjunto nº 382/76, que regulamentou aquele diploma, para salvaguardar a carreira dos professores cooperantes requisitados. Porém, fruto da experiência entretanto

adquirida neste e noutros domínios, houve que fazer adaptações e por isso o despacho foi revogado; em seu lugar surgiu o despacho nº 278/79 de 13 de setembro, que reviu os critérios estabelecidos no anterior.

Nesta revisão era definido o conceito de cooperante, embora com relevância específica para este ministério, nos seguintes termos: "cooperante, para os fins do presente despacho, é todo o cidadão que, possuindo as qualificações adequadas, se obrigue mediante contrato a prestar serviço no âmbito da cooperação com os Estados de expressão oficial portuguesa no domínio da educação, do ensino e da investigação científica, quer se encontrem ou não vinculados ao Ministério da Educação". Era uma janela aberta para os que, não conseguindo lugar no quadro do Ministério da Educação, desejavam ser professores, designados como professores provisórios, e que podiam ter aqui uma oportunidade de serviço com vantagens futuras ao nível profissional, permitindo a Portugal responder aos pedidos formulados e cumprir o seu desígnio.

Só com a revisão do Dec. Lei nº 180/76 de 9 de março, pelo Dec. Lei nº 363/85 de 10 de setembro, no ponto 2 do artigo 1º aparece, finalmente, a definição do que é ser cooperante, enquanto "se estabelecem as normas e definem os princípios que regem a actuação do cooperante, integrantes do seu estatuto".

A nova lei, agora da responsabilidade do Ministério dos Negócios Estrangeiros, define que "cooperante para os fins do presente diploma, é todo o cidadão português que possuindo as qualificações adequadas reconhecidas no exercício da sua actividade, se obrigue, mediante contrato nos termos do nº1 do artigo 7º a prestar serviço no quadro das relações de cooperação". Acaba por ser uma simples adaptação do que já fora definido em 1979 para a área da educação.

Numa Nota justificativa da Direção Geral da Cooperação encontram-se os pressupostos que justificaram a necessidade da alteração do diploma de 1976:

> "os ensinamentos da experiência entretanto decorrida cedo revelariam que os princípios gerais que informam o chamado "Estatuto do Cooperante" são lacunosos em certas matérias, carentes de uma mais cabal clarificação em determinados aspectos, escassos em incentivos que mobilizassem uma mais larga massa da população activa portuguesa na senda da cooperação (…) aliada à conveniência e oportunidade de, em consonância com a realidade, a cooperação ser perspetivada e inscrita num âmbito mais generalizado, quer no aspecto territorial, quer no aspecto sectorial, por forma a permitir acompanhar a evolução continuamente sentida".

Era evidente que a visão do Governo ia mais além do que o universo das antigas colónias portuguesas, pretendendo "harmonizar as disposições pré-existentes por forma a passarem a cobrir, também, o campo das relações de cooperação nos domínios técnico

económico e empresarial". Era já a força do Instituto para a Cooperação Económica a querer dar maior ênfase a uma área que, na verdade, não tinha sido muito privilegiada.

Este era um aspeto importante que a referida Nota não descurou, pois nela se podia ler que o Governo português tinha reestruturado a área da cooperação através da criação de duas estruturas especificamente destinadas a cobrir as várias áreas, a DGC e o ICE, onde, efetivamente, tinham sido previstos, em ambos os casos, departamentos específicos para cooperantes.

Na DGC fora criada a Direção de Serviços de Cooperantes, a quem cabia, segundo a alínea f) do artº.2º da seção 1ª do Capítulo1, "Coordenar os programas de recrutamento de cooperantes e promover a sua contratação, em colaboração com os ministérios da respectiva tutela, quando for caso disso". Recorde-se que a Direção Geral de Cooperação tinha como missão apoiar as áreas sócio cultural científica, tecnológica e outras, onde se fazia sentir o peso dos cooperantes

No ICE fora criada uma Divisão de Cooperantes, a quem cabia a missão de "coordenar os programas de recrutamento, formação e informação de cooperantes nas áreas das suas atribuições, tendo em vista os países a que se destinam e os objectivos da cooperação, e promover, quando for caso disso, a sua contratação". Com a renovação e aprofundamento do papel do Instituto de Cooperação Económica, visava-se apoiar a cooperação técnica, económica, financeira e empresarial.

Se até aqui se abordou a ação levada a cabo a nível institucional, convém não esquecer o papel desempenhado pela sociedade civil, nesta primeira fase, nomeadamente pela Fundação Gulbenkian, que desde a primeira hora foi incansável no apoio prestado em áreas mais sensíveis do desenvolvimento, como a Educação e a Saúde.

Também deve ser referido o papel de uma organização que hoje é uma das ONGD mais conhecidas em Portugal, no âmbito da Cooperação e da Educação para o Desenvolvimento, nos planos interno e externo, prestando assistência aos países em desenvolvimento. Trata-se do Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial (CIDA-C) que organizou a primeira ida de professores para a Guiné. Foi fundado logo em maio de 1974, com o objetivo de pressionar o poder político em prol do direito à autodeterminação das colónias portuguesas e de influenciar uma consciencialização internacionalista de apoio e solidariedade com os povos mais necessitados, em particular os de língua portuguesa.

Segundo revela uma das suas fundadoras, Luísa Teotónio Pereira, o voluntariado começou no início do ano letivo 1974/75, quando um pequeno grupo de seis professores

se dirigiram ao Centro e manifestaram vontade de se deslocarem à Guiné-Bissau, então a única colónia portuguesa já independente, onde durante as férias de Natal iriam dar formação aos colegas guineenses. No ano seguinte, nas férias de verão, formaram-se dois grupos de voluntários para dar formação multidisciplinar aos professores do ensino secundário na Guiné e outros dois grupos para Cabo Verde. A organização e a coordenação da missão ficaram novamente a cargo do CIDAC. Contaram então com o apoio do Gabinete Coordenador da Cooperação, como inicialmente haviam contado com o apoio do Gabinete Coordenador dos Estudos do Processo de Descolonização para os projetos que eram coerentes com os objetivos que oficialmente se procuravam atingir.

Luís Moita, um dos fundadores, designava esses primeiros atos de cooperação de "cooperação militante", ou seja, um "internacionalismo solidário manifestado no carácter verdadeiramente voluntário" dos professores que partiam apenas com as despesas pagas.

Praticamente desde o início, os dirigentes do Centro apostaram na qualidade dos cooperantes. Em 1976 elaboraram um documento interno como guia de recrutamento e realizaram um curso de preparação de cooperantes em África que envolveu cinquenta participantes. Foi assim possível responder às solicitações que iam chegando na área da formação de professores e também noutras áreas, fazendo-se sentir a presença solidária de Portugal.

Os "Cursos de Formação" passaram a ser um dos escopos da sua atividade. Recebiam estagiários em Lisboa a quem davam formação e realizavam cursos de diversos tipos nos países africanos de expressão portuguesa.

Na Guiné, com o apoio das verbas da cooperação, montaram um curso intensivo de língua portuguesa para técnicos guineenses que, por terem estudado no estrangeiro, não dominavam bem o português. De 1974 a 1977, com dois cursos por ano, foram avaliando e adaptando localmente, o trabalho pedagógico realizado pelos formadores em Portugal. Em setembro de 1977, uma equipa de doze professores do CIDAC realizou em Buba, na Guiné, um Seminário Interdisciplinar e uma Oficina de construção de materiais didáticos, com aproveitamento de materiais locais, que envolveu cento e vinte professores primários.

A Guiné pode ser considerada o seu ponto focal, o seu laboratório de atividade internacionalista, ou não tivesse sido ali que decorreu a maior parte da atividade de militância revolucionária do pai da independência guineense.

Para melhor se perceber a influência que o CIDAC e Luís Moita ainda tinham junto do PAIGC em 1978, veja-se o telegrama enviado pela Embaixada portuguesa em

Bissau, relativo à realização, entre 15 e 25 de fevereiro desse ano, de um encontro de Ministros da Educação e educadores das ex-colónias portuguesas (incluindo um representante da FRETILIN e da UNESCO).[851] Nele são mencionadas as várias delegações governamentais e outras como: "a equipa do CIDAC chefiada por Paulo Freire, um grupo do Conselho Mundial das Igrejas (que subsidiava o Encontro) e a delegação governamental da RDA. E acrescentava que também se encontrava na cidade Luís Moita, a única personalidade portuguesa convidada para a sessão inaugural presidida pelo Presidente guineense Luís Cabral".

Em telegrama posterior, a mesma Embaixada informava que "no prosseguimento do encontro dos Ministros da Educação (…) realizou-se uma reunião com professores cooperantes de diversas nacionalidades que aqui se encontram a trabalhar. O método Paulo Freire parece ter vingado pelo que o crioulo será aproveitado em futura campanha de alfabetização, através da dinamização feita por grupos preparados para o efeito".[852]

Pelo exposto, pode-se concluir que esta e outras ações da sociedade civil, junto com as oficiais, tiveram um contributo forte e dinâmico na consolidação dos novos Estados.

De início, a escolha dos voluntários não foi fácil, pela inexperiência de Portugal na condução do processo, pela necessidade de dar respostas urgentes aos pedidos solicitados, pelo desconhecimento das realidades carentes que iram encontrar, porque a ideologia era regra a que não deviam ou podiam fugir. Importa realçar que uma das preocupações dos Estados recetores destes cooperantes era garantir que estes se identificavam com as suas orientações políticas. Esta condição nem sempre foi pacífica e momentos houve em que surgiram problemas, nomeadamente em Moçambique, Guiné e Angola, levando mesmo à expulsão de alguns portugueses.

Com o decorrer do tempo, num ambiente menos revolucionário e fruto de uma maior experiência, aperfeiçoaram-se as regras de seleção dos cooperantes. Num Relatório das atividades do Setor de Recrutamento e Contratação de Cooperantes, elaborado em 1979 pelo setor do Gabinete Coordenador da Cooperação, podia ler-se que várias entidades, entre as quais representantes portugueses nas Embaixadas africanas, traçaram o perfil desejável do cooperante. Este passava pela competência profissional, correção cívica, capacidade de isenção política, capacidade de adaptação a outras culturas,

[851] AHD-PAA Prov. Maço 10, 940, Descolonização geral 1974/78, telegrama nº 115, recebido da Embaixada de Portugal em Bissau, 16 de fevereiro de 1978.
[852] AHD-PAA Prov. Maço 10, 940, Descolonização geral 1974/78, telegrama nº 125, recebido da Embaixada de Portugal em Bissau, 20 de fevereiro de 1978.

capacidade física com resistência às durezas e carências do meio. Começava a afastar-se a ideia de alinhamento ideológico com a política do Estado onde iriam desenvolver a atividade.

Havia também mais exigência e mais rigor de parte a parte. Portugal passou a analisar e a avaliar melhor os pedidos que recebia, contrariamente ao procedimento anterior que se regia pela anuência a qualquer solicitação, sem avaliar os custos. Os países africanos passaram a definir critérios não só sobre o tipo de cooperação, como nas áreas em que era desejável dispor de cooperantes portugueses.

Um caso interessante de análise foi o que ocorreu com Moçambique, em 1977 Tendo como base as orientações provenientes da Presidência da República moçambicana, aquele país manifestou, junto da Embaixada portuguesa, em 1977, a vontade de intensificar o número de cooperantes portugueses, em particular professores destinados ao ensino secundário e que fixou em trezentos. No final da seleção prévia, acabaram por receber apenas quarenta já em 1978. Mas foi uma viragem significativa, pois, em dezembro de 1975, tinham selecionado cento e trinta e nove técnicos em Portugal, de várias especialidades, em especial professores, mas o agravamento das relações inviabilizou a partir daí, a nível oficial, qualquer tipo de ação. Finalmente, começava a assistir-se a uma transformação ao nível do relacionamento e, para além dos quarenta cooperantes para a área do ensino, também contrataram um jurista, um economista, uma enfermeira, um assistente de farmácia e sete médicos.

Em 1978 surgiu novo pedido para o ano seguinte, dirigido à Embaixada portuguesa. Mas como a orientação governamental moçambicana já era outra, apontava-se então para uma redução do número de cooperantes com a justificação de que se a finalidade da cooperação era formar profissionais nos novos países, a permanência dos cooperantes limitava o desempenho dos profissionais locais que tinham sido formados por Portugal.[853] Receberam apenas dezoito cooperantes para o ensino, quatro para a saúde e dois não especificados.

Nesta altura, como se sentia por parte de setores mais radicais da sociedade, algum descontentamento com a presença dos cooperantes portugueses, o Presidente Samora Machel lançou um aviso:

"como estamos a receber muitos professores vindos de Portugal para ensinarem nas nossas escolas os reacionários vão centrar a sua acção sobre eles (…) mas isso não é a

[853] AHD- PAA Prov. 945,1, 74/75, Nota Interna MIOC nº 635/78 de 6 de outubro de 1978.

vontade do nosso povo (…) e não ficarão impunes no nosso país, todos aqueles que manifestarem atitudes discriminatórias contra professores estrangeiros, particularmente contra os técnicos portugueses".[854]

Longe iam os tempos do amadorismo manifestado por portugueses e africanos. As condições melhoraram significativamente, desde logo no registo do cooperante. Passaram a ser elaboradas fichas de cooperante para se poder aceder mais facilmente ao conhecimento dos mesmos, agilizando a seleção e a instrução dos processos. Foi produzido material pertinente para quem viajava para África com informações acerca das doenças tropicais, cuidados a ter e a sua profilaxia. Também se iniciou a prática de reunir com os candidatos selecionados para cada país, em conjunto com elementos das Embaixadas, para esclarecimento sobre os direitos e deveres dos cooperantes e sobre a realidade que iriam encontrar.

Outro aspeto fundamental, e dos mais prementes na ótica dos cooperantes, prendia-se com as condições oferecidas por Portugal e pelos Estados africanos. Também neste aspeto houve melhorias, pois Portugal, além de suportar os habituais descontos para a reforma e assistência, passou a corrigir anualmente os valores do complemento que lhes depositava, em conformidade com os aumentos anuais para a função pública. Posteriormente, foi concedido a todos os cooperantes um abono correspondente a um subsídio de Natal igual ao complemento de remuneração, à semelhança do que o Ministério da Educação já tinha estabelecido para os professores. Também os países africanos introduziram melhorias bem significativas em termos do vencimento que era da sua competência e nas condições de alojamento e segurança.

Mas, se as condições foram melhorando, também as exigências aumentaram. Para além das habilitações académicas, passaram a ser exigidos aos candidatos, um currículo profissional ajustado ao exercício de funções de natureza técnica, o registo criminal e um exame médico prévio, para despiste de eventuais doenças, o que se revelou muito importante em certos casos.

Nos mais variados setores: da agricultura ao ensino, da saúde ao militar, o cooperante português impôs-se junto das novas autoridades pelo seu valor, esforço e competência. Foram eles que não deixaram apagar a chama da ligação lusófona pois, mesmo em tempos difíceis, conseguiram manter uma ponte sempre aberta.

[854] AHD-PAA, Prov. 945,1, 74/75, telegrama da Embaixada em Maputo, nº 166, nº geral 3124, 17 de fevereiro de 1978.

Num livro editado em 2011 pelo antigo, prestigiado e certificado Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), extinto em 2012 pelo Governo, pode ler-se: "É inquestionável o papel que os então designados cooperantes tiveram e continuam, ainda hoje, a ter no contexto geral da Cooperação Portuguesa".[855]

Passados tantos anos, os cooperantes continuam a ser uma das apostas prioritárias da cooperação portuguesa, sobretudo no setor da educação, transformando-se, pela sua competência, facilidade de comunicação e integração, em autênticos embaixadores de Portugal, em África ou em Timor.

[855] *Cooperação Portuguesa: Uma leitura dos últimos quinze anos de cooperação para o desenvolvimento* Edição: IPAD/MNE, Lisboa, 2011.

4. A evolução da cooperação

O primeiro diretor Geral da Cooperação, embaixador Gaspar da Silva, era um profundo conhecedor da realidade da cooperação. No livro que escreveu em forma de reflexão sobre a cooperação portuguesa, dizia que "em 1975, se iniciou uma política de cooperação de raiz moral e humanitária na exigência de continuação dos quadros mentais da época colonial. Foi presidida pela lógica da prudência e a não iniciativa ficou-lhe perfeitamente associada".[856] Com base nesta ideia, pode inferir-se que tudo começou, com muita solidariedade e algum complexo de culpa, de forma meramente casuística. Conforme revelou na entrevista concedida para este estudo, baseava-se, em certa medida, numa cumplicidade e amizade entre as partes que já vinha da escola ou das Universidades. Por esta via, ultrapassava-se qualquer lógica global de atuação e não havia coordenação, ou planeamento possíveis.

Em face do caráter descentralizado da cooperação portuguesa, era fácil aos dirigentes ou membros do Governo terem a sua cota parte na cooperação que era prestada. Foi também para controlar esta dificuldade que se projetou o primeiro organismo ligado à Cooperação, o Gabinete Coordenador da Cooperação.

Segundo João Cravinho, antigo secretário de Estado da Cooperação, havia uma razão óbvia para a existência deste modelo descentralizado em que assenta, ainda hoje, a cooperação portuguesa:

> "a inclusão em 1974 de uma lógica interministerial para a cooperação com os novos estados de língua portuguesa [devia-se ao facto de] num passado muito recente esses mesmos ministérios tinham responsabilidades administrativas (de natureza diversa consoante a área) nas colónias e detinham por isso algum conhecimento especializado que procuravam agora ajustar às novas realidades".[857]

Naturalmente, esse saber foi depois colocado ao serviço da cooperação, quer em resposta aos pedidos diretos de amigo a amigo, quer pelos que surgiam pela via oficial, a que era preciso responder em conformidade. Assim se foi mantendo e consolidando, em cada ministério, um Departamento responsável pelo acompanhamento das ações de cooperação sem nenhuma lógica integradora.

O próprio CAD/OCDE vai neste sentido quando, no primeiro exame feito à Política Pública de Cooperação portuguesa, apontava como ponto crítico o facto da definição do programa da cooperação se relacionar diretamente com a herança colonial e com a

[856] Luís Gaspar da Silva, *Utopia: Seis Destinos Política de Cooperação, op. cit.*, p. 30.
[857] João Gomes Cravinho, "A traxectoria da cooperación oficial portuguesa", *Tempo Exterior, nº9*, julho/dezembro 2004, p. 50.

manutenção dos laços históricos, linguísticos e culturais com as antigas colónias. Daí o seu alerta para o facto desta política ter resultado num tipo de cooperação institucional fortemente baseado em relações pessoais.[858]

O antigo responsável do Gabinete Coordenador da Cooperação Matos Parreira, que esteve no epicentro desta política entre 1976 e 1979, portanto, na maior parte do período em análise, no artigo publicado na revista *Nação e Defesa* caracterizou esta nova realidade das relações internacionais. Explicou que se via a cooperação como a consequência natural da concessão das independências no pós-guerra pelas nações europeias e isto levava a que se admitisse "que «os países desenvolvidos» como que tinham uma dívida moral (de cooperação) "para com os países subdesenvolvidos", enquanto estes chegavam ao ponto de afirmar que tinham o direito de a exigir.[859]

Ainda segundo este dirigente, as características essenciais porque se pautava a cooperação portuguesa, naquela época, eram a "amizade e a solidariedade", "independência e não ingerência", conduzindo ao cumprimento da conhecida regra de ouro que se manteve até 1977: "nada se propor e nada se fazer se não for solicitado". Tal veio a revelar-se contraproducente, pois a maior parte dos parceiros tinha dificuldades, em definir as principais carências, o que levou, apesar dos limitados recursos postos à disposição da cooperação, devido às restrições financeiras, ao seu subaproveitamento.[860]

Esta regra de ouro, à qual também Gaspar da Silva se referia como "não iniciativa", não era apenas um preceito, mas um sentimento generalizado de *mea culpa* dos portugueses pelo passado colonial e uma forma de evitar acusações de neocolonialismo.

Como surgiu este novo desígnio, fundamental para o Portugal Democrático?

Logo nos acordos de independência, os negociadores portugueses deixaram bem expressa a vontade de criar e desenvolver, com os novos países, laços de amizade e cooperação, nos mais diferentes domínios, numa base de igualdade, respeito mútuo, e reciprocidade de interesses.

Poder-se-ia dizer que "os antecedentes da cooperação" se situaram nas matas da Guiné, a 15 de julho de 1974, num encontro entre uma delegação de militares portugueses, chefiada pelo Brigadeiro Carlos Fabião, e uma delegação do PAIGC, chefiada pelo Comandante Constantino Teixeira. Nesta reunião, em que se debatia até

---

[858] Disponível em: http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/development/the-dac-journal_journal_dev-v2-2-en#page13, consultado em 07/07/2015.
[859] José de Matos Parreira, "As Relações de Cooperação ente Portugal e os Novos Países Africanos de Expressão Portuguesa", *Nação e Defesa*, Lisboa, Ano IV, nº 10, abril-junho de 1979, pp. 109-111.
[860] Idem, *ibidem*, pp. 112-14.

quando se poderia manter o cessar-fogo, dado que as negociações oficiais não avançavam significativamente, um dos membros da delegação guineense, o jurista e membro do Conselho Executivo José Araújo, afirmou que, para o futuro, desejavam uma "vida em comum pois têm interesse na cooperação em toda a linha, o que aliás é também do interesse, segundo pensa, [de] Portugal".[861] Embora ainda oficialmente em guerra, os responsáveis mostravam que, sem abdicar da independência, não desejavam cortar os laços e esperavam de Portugal uma total cooperação.

Portugal respondeu em conformidade a esta solicitação. Quando da aprovação do Acordo de Argel, firmado entre Portugal e o PAIGC para a independência da Guiné-Bissau, deixou expressa, no artigo 4º, a vontade de "estabelecer e desenvolver relações de cooperação ativa, nomeadamente, nos domínios económico, financeiro, cultural e técnico, numa base de independência, respeito mútuo, igualdade e reciprocidade de interesses, e de relações harmoniosas entre os cidadãos das duas Repúblicas".[862] No artigo 5º comprometiam-se a celebrar "no mais curto prazo, acordos bilaterais de amizade e de cooperação nos diferentes domínios".

O relacionamento com as antigas colónias começava auspiciosamente, independentemente das vicissitudes de percurso que não deixariam de surgir.

A partir daqui os acordos celebrados com os restantes territórios a descolonizar espelhavam esta vontade comum, sem nunca omitirem quer o respeito pela individualidade quer a defesa dos interesses mútuos, o que se compreende, pois evitava as acusações de neocolonialismo, tão em voga nessa altura.

Para dar corpo a este princípio, seguiu-se, com cada um deles, a negociação de Acordos Gerais de Cooperação. Com base nestes acordos negociaram-se depois acordos em áreas específicas consideradas prioritárias, por onde corriam as ações de cooperação, em particular, os Acordos de Cooperação Científica e Técnica, base da contratação de cooperantes e os de Cooperação nos Domínios do Ensino e Formação Profissional, base de atribuição das bolsas de estudo.[863]

Relativamente à atribuição de bolsas e dado o peso que estas sempre tiveram no contexto da cooperação portuguesa, vejamos como decorria este processo:

---

[861] Relato da 1ª Sessão das conversações efetuadas com uma delegação do PAIGC, exemplar Nº 3, 16 de julho de 1974, secreto. AHM-FAC, Cx. 13 – 2 CE., *apud*, Maria José Tíscar Santiago, *O 25 de Abril e o Conselho de Estado, op. cit.*, p. 123.

[862] D.G.,1ª S., nº 202 de 30 de agosto de 1974.

[863] Sobre os Acordos *vide* desenvolvimento no capítulo 1.4, *supra*, "As independências, os acordos e suas consequências".

As embaixadas auscultavam as necessidades de cada um dos parceiros africanos. De seguida, cabia ao GCC, elaborar a proposta relativa ao contingente de bolsas de estudo para o próximo ano escolar e para cada país e remetia-a para aprovação do secretário de Estado. Na proposta constavam as bolsas de duração anual para o ensino e as de duração variável para cursos e estágios de formação profissional. Após o despacho superior, comunicava-se a cada um dos Estados, através das respetivas Embaixadas, a quantidade de bolsas disponíveis.[864] Pela mesma via, as autoridades dos países africanos enviavam ao GCC, os processos dos bolseiros selecionados com os cursos, especialidades, ou estágios pretendidos. Não competia ao Estado português, em conformidade com os acordos celebrados, oferecer bolsas a indivíduos, mas sim aos Estados.

Posteriormente, o Gabinete Coordenador da Cooperação instruía os processos e remetia-os para o Ministério da Educação.[865] Este ministério, na posse dos processos individuais, contactava as diferentes faculdades de norte a sul do País e distribuía os jovens consoante as disponibilidades e os cursos escolhidos.[866]

Com base nos Acordos de Ensino e Formação Profissional, para além das medidas de discriminação positiva que levavam à concessão automática da bolsa de estudo, entrada imediata no sistema de ensino português e isenção de propinas, os bolseiros gozavam dos mesmos direitos que os cidadãos portugueses no que respeitava ao uso de cantinas e na possibilidade de se candidatarem às residências universitárias dos Serviços Sociais Universitários.

Tendo as relações de cooperação uma natureza técnica, económica e financeira, pode considerar-se que, face aos condicionalismos financeiros que Portugal atravessava naquela conjuntura, o apoio fornecido aos países africanos recaiu, sobretudo, na Cooperação Técnica. Por isso, a cooperação assentou maioritariamente:

- na concessão de bolsas de estudo e de formação em Portugal, pois enquanto houvesse falta de quadros nos jovens Estados, as bolsas de formação e de ensino teriam sempre prioridade;

[864] Os estudantes que vieram inicialmente para o ensino universitário português, estavam certificados com o ultimo ano do seu sistema do ensino secundário, mas que correspondia apenas ao 11º ano do sistema português, o que dificultava imenso o aproveitamento escolar inicial e por isso houve que tomar providências.

[865] Importa salientar que a gestão das bolsas que a ONU colocava à disposição dos naturais dos Países de Expressão Portuguesa para poderem formar-se em Portugal, cabia ao GCC e ao Ministério da Educação a abertura de vagas para tal fim.

[866] Numa fase posterior, não só limitaram, e muito, os contingentes iniciais, como algumas das áreas mais solicitadas como, por exemplo, Medicina.

- no envio de cooperantes, tão necessários ao funcionamento das estruturas herdadas e que Portugal deveria fornecer;

- a partir de certa altura, passou a residir no envio de missões de cooperação de curta duração, com menores custos e que faziam o levantamento das necessidades, dos mais diversos setores socioeconómicos, resolvendo problemas ou propondo soluções adequadas para a sua resolução.

Se estes eram os modelos e as prioridades da cooperação nestes primeiros tempos, é preciso não esquecer as contrariedades que foram surgindo.

A primeira assentou nos condicionalismos impostos pela, *sacro santa* "regra de ouro". A segunda dificuldade estava inerente ao conflito entre cooperação e contencioso que prejudicou muito o objetivo inicial de manter os laços que não se desejavam quebrar. A terceira advinha da falta de rigor e planeamento da cooperação. A quarta residia no modelo descentralizador da cooperação portuguesa que não possibilitava a devida coordenação.

Quanto à primeira dificuldade, importava, sobretudo, manter e consolidar os laços existentes, não se ousava propor, mas apenas responder em conformidade aos pedidos que viessem a ser formulados.

Relativamente à segunda dificuldade, pode dizer-se que foi, sobretudo, com a chegada dos "retornados*"* que se começou a sentir uma crescente pressão para negociar o contencioso colonial.

Quando se iniciaram as conversações com esse objetivo, a orientação política foi a de negociar tudo na globalidade, [867] ou seja, contencioso e cooperação em conjunto, e apenas fechar um assunto quando todos os outros fossem concluídos. Esta estratégia colocou tudo em risco. Era como um desejo de ajustar contas com a descolonização, misturando cooperação e contencioso, usando-a como moeda de troca, para, desta forma, recuperar o que não fora conseguido nas negociações.

É por isso que António José Telo, na interpretação que fez dos factos, considera acertada a estratégia seguida pelos decisores políticos ao privilegiarem as áreas do ensino

[867] Cfr. este princípio em Arquivo da Cooperação, nº 9383, Relatório das Actividades do GCC (Inspecção Geral de Minas), Ferreira Leite, Apontamento nº 91/SEF/77, "Assuntos económico-financeiros de maior relevância em que interveio ou intervém o Gabinete Coordenador para a Cooperação", 21/06/1977. Note-se que este modelo foi usado com a Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe porque, com Angola não havia negociações sobre o contencioso e com Moçambique, havendo negociações, pouco ou nada se conseguia.

e da saúde. Porém, reconhece que o contencioso prejudicou muito o entendimento que se desejava ver crescer à sombra da cooperação.[868]

Note-se a propósito que, sendo os cooperantes e as bolsas para o ensino e formação profissional dois dos mais importantes apoios que a cooperação podia oferecer pelos efeitos estruturantes e multiplicadores que propiciavam, apesar das dificuldades económicas de Portugal no período em análise e das difíceis negociações, Portugal nunca deixou de responder positivamente aos pedidos que lhe eram formulados, mesmo nos períodos mais difíceis.

Cai, assim, pela base a tese que aponta para que Portugal, nesta fase, não tinha uma estratégia para a cooperação. Essa estratégia foi uma realidade e consistia em manter os laços existentes, sendo a língua o cimento desta união.[869]

Algo bem diferente é considerar que não existia uma política de cooperação com a necessária orientação, planificação e coordenação, [870] o que aponta para a terceira dificuldade. Mas, pelas razões já aduzidas, também isso não seria possível naquele contexto.

Os sinais de mudança começaram a surgir, por força das Comissões Mistas que, encerrado o contencioso com Cabo Verde, Guiné e São Tomé, vieram impor alguma previsibilidade e planificação que, necessariamente, teria de conduzir à elaboração atempada de Programas de Cooperação para cada um deles. Isto é notório no despacho de 20 de novembro de 1978, do secretário de Estado das Finanças Eurico Nunes. Solicitava que lhe fosse submetido um Programa de Cooperação Global para os Países Africanos de Expressão Portuguesa, abrangendo os domínios; técnico, económico, financeiro e empresarial, mas tendo presente que os recursos não abundavam e que os interesses portugueses deviam estar sempre envolvidos.[871] Uma semana depois o Governo caía sem que o Programa lhe tivesse sido apresentado.

Em março do ano seguinte, o ICE enviava, para aprovação do secretário de Estado do Tesouro, uma proposta com o Programa de Cooperação para as Repúblicas de Cabo

---

[868] António José Telo, *História Contemporânea de Portugal,* vol. II, *Do 25 de Abril à Atualidade, op. cit.*, p.216.

[869] Num documento constante do Arquivo da Cooperação, 09.02.10, Quadro XXVIII do Relatório DGC Guiné 1979/80, vêm expressas as verbas despendidas nos diferentes setores entre 1974/75 e 1979, com a Guiné. Este país é o melhor exemplo para se fazer a aferição. E a diferença entre as verbas atribuídas aos vários setores e as verbas atribuídas aos prioritários da cooperação, ou seja, as bolsas e os cooperantes, dos quais a maior parte eram professores, apresentam enorme disparidade.

[870] Dado que não existia ainda um Programa de Cooperação que, começou a ser falado apenas no final de 1978, conforme referido e muito menos um Plano Estratégico que só irá surgir muito mais tarde.

[871]Note-se, no entanto, que aqui ainda se pensava distintamente as áreas da cooperação e o que se pedia era apenas um Programa para as competências do ICE.

Verde, Guiné Bissau e S. Tomé e Príncipe, em conformidade com o solicitado em 20 de novembro do ano anterior.[872] Estava, finalmente, em marcha o desejado planeamento. Faltavam os Programas de Cooperação com Angola e Moçambique, mas os sinais que emergiam na altura, plasmados no documento, pareciam encorajadores. Ainda segundo este documento, o Programa apoiava-se "nos resultados das reuniões mistas com cada um daqueles países, nos pedidos concretos de cooperação formulados, no envio de missões técnicas especializadas e, ainda, nos estudos que a Organização das Nações Unidas tem levado a efeito em cada um daqueles territórios".[873] Para finalizar, alertava a tutela para o facto de ainda não estarem reunidas as condições ideais, por falta de definição objetiva dos critérios de cooperação para, em cada caso, disporem de normas para a condução das negociações, tendo presente as orientações estratégicas já mencionadas.

A quarta dificuldade encontrada neste percurso é quase endémica para a cooperação portuguesa e assentava no modelo de funcionamento. Tinha a ver com a dificuldade de coordenação resultante do caráter descentralizador da cooperação, como foi referido no início deste capítulo. Nada que não estivesse previsto por quem se decidiu pela criação de um Gabinete Coordenador para a Cooperação, em 31 de dezembro de 1974, quando a cooperação estava a dar os primeiros passos. Todavia, esta estrutura acabou por atravessar todo este período sem conseguir levar a cabo esse objetivo. A reestruturação de 1979 acabou por ser, também, uma tentativa de resolver o problema da coordenação. Contudo a centralização do seu acompanhamento no MNE, baseada no Instituto para a Cooperação Económica (ICE) e na nova Direção Geral de Cooperação (DGC), não veio resolver o problema que, afinal, perdurou até muito depois de se ter conseguido a centralização da cooperação num único organismo, com a fusão do ICE e da DGC no Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP).[874]

António José Telo alude a este bloqueio, ao dizer que "Portugal ensaiou várias fórmulas para coordenar a política de cooperação, (…) [mas] o problema central era que a

[872] Arquivo da Cooperação, 13.04.03.03, 2ª Comissão Mista, 1ª Comissão Paritária Geral, 1º Volume 1979, "Programa de Cooperação com as Repúblicas de Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe".

[873] Arquivo da Cooperação, 13.04.03.03, 2ª Comissão Mista, 1ª Comissão Paritária Geral, 1º Volume 1979, "Programa de Cooperação com as Repúblicas de Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe.

[874] A criação do ICP, pelo Dec. Lei nº 60/94 de 24 de janeiro, almejava centralizar a coordenação da cooperação portuguesa, através da atribuição de competências ao mesmo organismo do Estado, nas áreas sócio culturais e científicas e outras a que se juntavam as técnicas, económicas e empresariais que tinham ficado com tratamento e acompanhamento separado, com a reforma de 1979. E visou igualmente a centralização, o planeamento e o acompanhamento da política de cooperação. Para um estudo mais desenvolvido deste período, fora do âmbito temporal em análise, *vide* a *Cooperação Portuguesa Uma leitura dos últimos quinze anos de cooperação para o desenvolvimento 1996-2010*, Lisboa, IPAD, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2011, pp. 59, 61, 63, 66-71.

cooperação estava ligada a múltiplos ministérios, tendo todos a tendência de se considerarem o principal, como é normal, pelo que recusam a coordenação dos outros" .[875]

Com a reestruturação do designado "aparelho da Cooperação", pode, ainda, ter falhado a coordenação, mas a evolução no modelo da cooperação portuguesa foi notória, como resulta da leitura dos tópicos para o discurso do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Luís Azevedo Coutinho, responsável pela área da Cooperação, aquando da abertura da 3ª Reunião da Comissão Mista de Cooperação Luso-Guineense, em 1980. [876]

Neste discurso, o secretário de Estado anunciava que, para além da preparação atempada das ações que já vinham a ocorrer, a nova aposta devia ser na planificação, na definição de prioridades e na previsibilidade, para obter melhores resultados no futuro. O passo seguinte deveria ser a elaboração de um Programa Preliminar de Cooperação onde, finalmente, deixariam de se separar os vários setores da cooperação e se apontaria uma visão de conjunto. [877]

O balanço

Veja-se de seguida, como decorreu a cooperação com cada um dos países africanos de língua portuguesa no período em análise, entre 1974 e 1979/80. Para melhor compreender alguns factos, é conveniente analisá-los a partir do trabalho levado a cabo pelas respetivas comissões mistas que ajudaram no arranque inicial da cooperação. Este era também o local ideal para, na ausência de coordenação, se ficar a saber aquilo que, efetivamente, cada ministério tinha executado, ou faltava executar, com cada um dos países.[878] A abordagem será apresentada de uma forma sintética, focando apenas as questões mais importantes que nelas foram sendo levantadas, não se justificando uma descrição pormenorizada.

Mas o que foram, afinal, estas estruturas informais?

---

[875] António José Telo, *História Contemporânea de Portugal, Do 25 de Abril à Atualidade*, vol. II, *op. cit.*, p.218.

[876] Arquivo da Cooperação, 13.04.03/08, 3ª Reunião da Comissão Mista Luso Guineense, Pasta II, "Tópicos para a Intervenção Inicial de Sua Excelência o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros", 1980.

[877] Para uma leitura da evolução da programação e implementação da política de cooperação, depois do período em análise, *vide* a *Cooperação Portuguesa. Uma leitura dos últimos quinze anos de cooperação para o desenvolvimento 1996-2010*, *op. cit.*, pp. 133-136.

[878] Muitos anos depois, João Gomes Cravinho à semelhança do que já fizera Jaime Gama, denunciava aquilo em que se haviam transformado as Comissões Mistas que ele rotulava de autênticas excursões, onde muito se prometia sem cuidar de apurar se havia verbas no orçamento, resultando, por vezes, numa má imagem para Portugal. "A traxectoria da cooperación oficial portuguesa", Tempo Exterior, nº 9, julho/dezembro 2004, pp. 54-55.

Em cada Acordo Geral de Cooperação ficou decidido criar uma Comissão Mista, para acompanhamento e dinamização das ações de cooperação, que, em princípio, se reuniria em cada ano e, alternadamente, em cada país. Integrando delegações dos respetivos países, tinha como missão zelar pela aplicação dos acordos existentes e preparar outros que se mostrassem necessários discutir para aprovação superior, analisar como decorriam as relações de cooperação e propor novas ações e programas a desenvolver no ano seguinte.[879]

Em Portugal, nesta fase, o trabalho de planificação cabia ao Gabinete Coordenador da Cooperação e seguia o modelo que se apresenta.

Começava pelo envio de uma proposta à Embaixada portuguesa, para articulação local, de forma a um acerto de agendas, com troca de propostas sobre os assuntos a debater.

Decorriam, a partir daqui reuniões preliminares com os representantes setoriais dos ministérios afetos às áreas da cooperação, em conformidade com o modelo descentralizador da cooperação portuguesa. Cabia ao Gabinete Coordenador para a Cooperação liderar a coordenação das questões de cooperação técnico-científica e sociocultural, enquanto cabia ao Instituto para a Cooperação Económica, liderar a coordenação das questões de natureza económica, financeira e técnica. Nestas reuniões procuravam-se as respostas possíveis e/ou necessárias a dar pela parte portuguesa às questões que iriam ser abordadas ou aos pedidos formulados. Depois, preparava-se o projeto de agenda e enviava-se à Embaixada para aprovação ou eventual alteração e propunha-se uma data, que era fechada depois da aceitação final da agenda.

As reuniões das comissões mistas decorriam, por norma, em dois e, por vezes, até em três grupos distintos; uma subdelegação tratava dos assuntos da Cooperação, enquanto a outra ficava com as questões Económico-Financeiros.[880]

Se a agenda desta última variava consoante os países e o que havia para abordar, a agenda da subdelegação da Cooperação, era, em regra, constituída pelos seguintes pontos:

- balanço da Cooperação do ano anterior;
- ações em curso ou a iniciar;

[879] Muitos dos acordos setoriais, como por exemplo os de Cooperação Científica e Técnica, também tinham criado uma Comissão Mista para melhor acompanhamento do que ficara acordado. *Vide* o ponto supra 1.4. relativo aos acordos onde elas são referenciadas.

[880] Arquivo da Cooperação, 13.04.02.07, 1979, 3ª Reunião da Comissão Permanente de Cooperação Luso-Santomense, Antero Nobre/Pereira Bastos, Apontamento nº 165/SE/79, "Reunião das Comissões Mistas Permanentes de Cooperação com Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe", 11/05/1979.

- cooperação a desenvolver para o ano seguinte;
- eventual discussão de propostas para novos acordos.

Vejamos como se processava a cooperação desenvolvida com cada um dos cinco países africanos.

A Cooperação com a Guiné

Com este país estabeleceram-se relações de cooperação imediatamente a seguir à Declaração de Independência, uma vez que os seus dirigentes tiveram a perceção da absoluta necessidade de manter o apoio de Portugal nas áreas da saúde, ensino e cooperação técnico-militar. Eram urgentes os casos da saúde e do ensino. Na ausência de acordos adequados, estas ações tiveram como fundamento o artigo 4º do Acordo de Independência.[881]

O III Governo provisório português respondeu em consonância. Para além dos despachos ministeriais setoriais, autorizando a mobilidade dos técnicos funcionários do Estado, aprovou legislação base para a contratação de cooperantes, para o caso específico da Guiné, com o Dec. Lei nº 629/74 de 16 de novembro.[882]

De seguida sistematizam-se as ações levadas a cabo em 1974/75, integralmente suportadas por Portugal no primeiro ano, face às reais dificuldades daquele país.[883]

No campo da saúde, entre novembro de 1974 e dezembro de 1975, chegaram à Guiné três Equipas Médicas, compostas por trinta e seis médicos, dois farmacêuticos e um ajudante técnico de farmácia.

No do ensino, seguiram, oficialmente, para aquele país sessenta e sete professores, para dar apoio ao ano letivo de 1974/75.

Noutros campos, foram enviados um eletricista de aviões e um jornalista para apoio do órgão oficial do PAIGC, o jornal *Nô Pincha*.

Em 11 de junho de 1975 foi aprovado o Acordo Geral de Cooperação e Amizade, publicado a 27 de janeiro do ano seguinte, bem como o Acordo de Cooperação Científica e Técnica, assinado em Lisboa a 22 de junho de 1975, e também publicado a 27 de janeiro de 1976. Porém, somente após a troca dos instrumentos de ratificação, a 1 de junho de 1977, é que ambos entraram em vigor. A celebração destes e de outros acordos

[881] *Vide* em 3.2.8, *supra.*
[882] *Vide* desenvolvimento em 3.2.8, *supra*.
[883] Para a maior parte destes dados, *vide* no Arquivo da Cooperação,13.04.03/04. "Cooperação Desenvolvida entre o Estado Português e o Estado da Guiné-Bissau em 1978", Anexo 3, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Gabinete Coordenador para a Cooperação, Reunião da Comissão Mista Permanente de Cooperação Luso-Guineense, 27/1 a 3/2/1979.

permitiu que, a partir de 1977, se sentisse um incremento nas relações, quer nas áreas tradicionais, quer em novas áreas de cooperação.

A partir daqui, por norma, as ações passaram a ser desenvolvidas com base no Acordo de Cooperação Científica e Técnica, estando, neste caso o envio de professores cooperantes ou missões de cooperação científica e técnica. Relativamente às ações de âmbito mais específico, passaram a ter como enquadramento jurídico os respetivos Acordos de Cooperação que foram sendo negociados, tais como os relativos ao Serviço Aéreo, Judiciario ou o do Ensino e Formação Profissional, entre outros.

Relativamente às áreas mais solicitadas, uma delas era a da saúde. Como já se viu em 1975 foram trinta e seis os médicos cooperantes que saíram para a Guiné, mas em 1976, já eram apenas oito e em 1977 ficaram reduzidos a um. A razão deste declínio prendeu-se com a alteração das regras contratuais que deixaram de ser atrativas para uma classe que não tinha problemas de colocação em Portugal, logo, sem incentivos de natureza pecuniária e, ou, profissional, não arriscavam a saída.

Na área do ensino assistiu-se a uma onda solidária e a um voluntarismo a que não seriam alheios movimentos da sociedade civil. Os sessenta e sete professores cooperantes em 1974/75 passaram a oitenta e dois em 1976/77, caindo para setenta e dois em 1977/78, número que se manteve em 1977/78, para subir, em 1978/79, para setenta e nove.

A Guiné continuou a utilizar meios aéreos para os quais não tinha recursos humanos formados. Após a independência, foram autorizados pela Força Aérea Portuguesa (FAP) para ficarem ao serviço das autoridades locais, quatro pilotos entre os catorze militares deste ramo das Forças Armadas Portuguesas, que asseguravam também o controle aéreo e a manutenção do Aeroporto. Para além desta ação, a cooperação técnico-militar, decorria essencialmente pela via dos transportes e comunicações, desde o início e até 1978. A partir desta data alargaram-se a ações e missões com os três ramos das Forças Armadas, bem como à compra de bens e serviços.[884]

Estas são apenas referências aos setores mais procurados. No total, em 1974/75, foram cento e nove os cooperantes que seguiram para a Guiné-Bissau, enquanto em 1976 o número baixou para cem e, em 1977, baixou novamente para noventa. Em 1978 subiu para cento e trinta e um e, em 1979, para cento e quarenta e seis.[885]

[884] *Vide* desenvolvimento na Cooperação Técnico Militar em 4, *infra*.
[885] Arquivo da Cooperação, DGC, Guiné, 09.02/10, 1979/80, "Quadro XXII Cooperantes em Missão de Cooperação na República da Guiné-Bissau em 1979".

As bolsas de estudo para formação dos quadros que a Guiné tanto necessitava foram usadas maioritariamente para o ensino. Tendo este país atingido a independência em setembro de 1974, não existiram bolsas neste ano. Mas em 1975/76 já foram concedidas cinquenta bolsas, passando, em 1976/77, para setenta e cinco, duplicando em 1977/78. Em 1978/79 foram oferecidas duzentas e vinte bolsas e em 1979/80 duzentas e setenta, número que se manteve em 1980/81.[886]

Quanto às Missões Técnicas de Cooperação, neste período o seu número não foi significativo. Em 1974 nenhuma foi realizada, em 1975 apenas uma, tal como em 1976, subindo para nove no ano seguinte. Porém, a partir de 1978, passaram a constituir uma modalidade importante de cooperação, elevando o seu número para dezassete e para vinte e um em 1979. No total, entre 1975 e 1980, decorreram quarenta e nove missões de curta duração levadas a cabo pelos portugueses em várias áreas.[887]

Como atrás ficou registado, foi a partir da entrada em vigor dos acordos indutores da cooperação, na ordem jurídica interna, que se assistiu ao seu crescimento. Para este facto, para além da melhoria do relacionamento político que era fundamental, muito contribuiu o trabalho levado a cabo ao nível da Comissão Mista que tinha sido criada na sequência do estabelecido no artigo14º do Acordo Geral de Cooperação e Amizade e do artigo 23º do Acordo de Cooperação Científica e Técnica.

1ª Comissão Mista Permanente de Cooperação Luso-Guineense

Decorreu em Lisboa entre 5 e 6 de janeiro de 1978, a primeira reunião, precedendo a vinda a Portugal do Presidente guineense Luís Cabral. Chefiava a delegação portuguesa Mattos Parreira, diretor do Gabinete Coordenador para a Cooperação, enquanto a guineense era chefiada pelo diretor geral da Cooperação, engenheiro Júlio Semedo.

Nela foi feito o balanço da cooperação já desenvolvida, estudaram-se hipóteses futuras do seu desenvolvimento e discutiram-se alguns projetos de acordo, para aprovação futura. Paralelamente às discussões em sede de Comissão, decorreram outras em sede de Subcomissão especial para tratar dos assuntos económico-financeiros, cujo acompanhamento coube ao Instituto para a Cooperação Económica. Os restantes assuntos foram acompanhados pelo Gabinete Coordenador para a Cooperação. Estiveram em

[886] O montante das bolsas de ensino, variaram em função do grau de ensino a frequentar e das facilidades sociais que eram oferecidas. Já quanto às de formação profissional variavam também em função das qualificações ou lugares ocupados pelos formandos.
[887] Arquivo da Cooperação, DGC, Guiné, 09.02/10, 1979/80. "Quadro XXII Cooperantes em Missão de Cooperação na República da Guiné Bissau em 1979".

análise questões ainda decorrentes do designado contencioso colonial e outras que se prendiam com a execução do Acordo Especial Regulador do Estatuto de Pessoas e Regime dos seus Bens.

Digna de referência, pelo que representou para o incentivo de um bom entendimento entre os dois países, foi a visita que o Presidente Luís Cabral fez a Portugal, logo após o final da reunião da Comissão Mista, entre 11 e 14 de janeiro de 1978.[888] Em consequência desta visita criaram-se as condições para o incremento das relações de cooperação.[889]

2ª Comissão Mista

Em conformidade com o que ficara estabelecido, realizou-se, desta vez, em Bubaque, na Guiné, entre 27 de janeiro e 2 de fevereiro de 1979. Chefiava a delegação guineense o comissário de Estado dos Transportes e Turismo, Manuel dos Santos e a portuguesa o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Paulo Ennes.

Fez-se um balanço geral e setorial da cooperação entretanto realizada, tendo-se concluído ser necessário dinamizar as áreas da saúde e da cultura e tornar mais eficiente a cooperação nas pescas. As partes analisaram também as perspetivas futuras, tendo presente as necessidades sentidas pela Guiné e a capacidade portuguesa de resposta.

Um dos assuntos que Portugal introduziu na discussão respeitava a problemas passíveis de serem inseridos no contencioso e que tinham a ver com algumas nacionalizações que a Guiné fizera, sem respeito pelo pagamento das indemnizações, ao invéns do acordo assinado em 1976 relativo a pessoas e bens. A parte guineense deu as suas explicações e prometeu procurar uma solução para o caso.

Nessa data, a empresa portuguesa Sociedade Nacional de Sabões chegava a acordo com o Governo da Guiné para a venda da sua parte na Sociedade Comercial Ultramarina, com sede em Bissau, o que era um sinal da boa vontade guineense.

Outro assunto levantado por Portugal, dizia respeito à questão da transferência das rendas de casas dos portugueses em Bissau; a Guiné explicou que o problema decorria da falta de divisas e prometeu que o problema seria resolvido logo que possível. Este país havia decidido cobrar as rendas pelo Banco da Guiné que, pelo serviço, cobrava uma taxa

[888] Foi assinado nesta altura o acordo nos Domínios do Ensino e Formação Profissional.
[889] Na entrevista de 17/07/2013, Ramalho Eanes afirmou que houve entre eles uma empatia imediata. Este entendimento deverá ter contribuído para o que ambos construíram a seguir.

mesmo que a renda não fosse cobrada, mas não estava a transferir o dinheiro para Portugal.

Por falta de divisas também não estavam a ser efetuadas as transferências das economias depositadas no Banco da Guiné-Bissau e das pensões de reforma da Caixa de Previdência do Sindicato dos Empregados do Comércio e Indústria; quanto a esta situação, a delegação guineense informou que este último caso estaria já em fase de resolução.

Estas foram as questões mais sensíveis abordadas pela parte portuguesa.

Pouco tempo depois da conclusão desta Comissão Mista, deslocou-se à Guiné o Presidente Ramalho Eanes, naquela que foi a primeira viagem a uma antiga colónia portuguesa, eventualmente a mais significativa das visitas de Estado por ele realizadas.

Em 1979, em consequência das boas relações entre os Chefes de Estado, a cooperação entre os dois países atingiu o seu ponto mais alto.

3ª Comissão Mista

Esta reunião decorreu em Lisboa entre 5 e 13 de maio de 1980 e foi chefiada, do lado português, pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Luís de Azevedo Coutinho e, do lado guineense, pelo comissário de Estado da Educação Nacional Filinto Vaz Martins. Os trabalhos decorreram em duas subcomissões;

- Sócio Cultural Científica e Tecnológica
- Económica e Financeira

Foi reiterada a vontade múltipla de reforçar a Cooperação e feito um balanço da cooperação até aí existente, o qual foi considerado excelente.

Um dos aspetos relevantes ali abordados foi a informação sobre o arranque da Escola Média de Direito de Bissau, que se tinha verificado em janeiro de 1980 com o apoio de Portugal através das Universidades de Coimbra e Lisboa. A parte guineense, em nome dos Comissariados da Justiça e da Educação, agradeceu o apoio dado pelos professores universitários em Portugal e pelos cooperantes que lecionaram em Bissau. Pediram a renovação dos contratos dos dois professores cooperantes para o ano letivo de 1980/81 e mais quatro para iniciarem o 2º ano a partir de outubro.

Os professores portugueses regiam as seguintes cadeiras do 1º ano:

- Direito Constitucional
- Direito Administrativo

Para o 2º ano ficariam as cadeiras de:

- Direito Reais e Obrigações
- Direito Processual Civil
- Direito Constitucional
- Direito Administrativo

A Fundação Gulbenkian também contribuiu para o arranque desta iniciativa através da concessão de uma verba para aquisição da Biblioteca Jurídica. A Delegação portuguesa sugeriu a possibilidade de haver continuidade em Portugal dos estudos realizados em Bissau, a fim de que os alunos pudessem obter a licenciatura e o doutoramento, tendo-se abordado a questão das equivalências.

Quando da preparação desta iniciativa, nos seus primórdios, ainda em 1978 e a propósito da ida a Bissau de uma Missão do Ensino Superior, o embaixador de Portugal alertava que o comissário da Justiça Fidélis Almada era considerado próximo da República Democrática Alemã, fazendo parte da tendência radical do Governo, à qual também pertencia Vasco Cabral, o comissário da área económica. O comissário da Justiça pretenderia imprimir a linha marxista na Escola Média de Direito, o que o embaixador considerava muito grave, porque praticamente toda a legislação em vigor era ainda portuguesa. Mas, a amizade entre Fidélis e o Procurador-Geral da Alemanha justificaria aquele propósito. [890]

Acrescentava nessa comunicação que a tática da Missão portuguesa foi a de não fazer qualquer esforço para que lhe fossem atribuídas cadeiras na área económica ou política, pois os interlocutores guineenses manifestaram a vontade de que elas viessem a ser lecionadas por professores soviéticos e da República Democrática Alemã. Os portugueses acreditavam que os resultados iriam, mais tarde, obrigar as autoridades da Guiné a entregar-lhes igualmente essas cadeiras. No arranque do Curso, os professores portugueses possuíam exatamente aquilo que o embaixador considerava como "cadeiras de pura ciência do direito". [891]

No final dos trabalhos desta Comissão Mista aconteceu um facto inédito: a comitiva guineense, acompanhada pelo diretor geral da cooperação Gaspar da Silva, foi recebida no MNE pelo vice-Primeiro-ministro Freitas do Amaral, em São Bento pelo Primeiro-ministro Sá Carneiro e em Belém pelo Presidente Ramalho Eanes.

[890] AHD-PAA, Prov. Maço 31, 942,1, telegrama confidencial da Embaixada em Bissau, nº717, 718, nº geral 18844,18845, de 4/10/78.
[891] AHD-PAA, Prov. Maço 31, 942,1, telegrama confidencial da Embaixada em Bissau, nº717, 718, nº geral 18844,18845, de 4/10/78.

Entretanto a 4ª Reunião, ficava aprazada para 1981 em Bissau. Mas, a partir de 14 de novembro de 1980, muito mudaria neste relacionamento, devido ao golpe de Estado na Guiné, levado a cabo pelo Primeiro-ministro Nino Vieira e que depôs Luís Cabral.

Os acontecimentos não contribuíram para o normal funcionamento das relações bilaterais de cooperação. A saída dos quadros cabo-verdianos, em consequência do golpe, provocou inúmeros problemas em vários ministérios, o que também se refletiu no acompanhamento da cooperação.

O esfriamento de relações, não permitiu a realização no ano seguinte da Comissão Mista, tal como estava previsto, provocando um retrocesso na cooperação para 1981/82, limitando-se Portugal a responder a pedidos pontuais.

Cabo Verde

Como já foi referido, no próprio dia da independência, Portugal e Cabo Verde tinham celebrado um Acordo Geral de Cooperação e Amizade e um outro de Cooperação Científica e Técnica, onde ficara prevista a vontade de levarem a cabo relações de cooperação em vários domínios. Aquele país estava numa situação de completa dependência de Portugal, a que se juntava uma terrível seca que tinha assolado o arquipélago. A boa vontade internacional, correspondendo ao apelo de Portugal, não foi suficiente e apenas minorou o sofrimento deste povo. Por isso em 1975, Portugal concedeu-lhes um subsídio de 300 mil contos e, no ano seguinte, um empréstimo concecional no valor de 125 mil contos, destinados à compra de bens e contratação de serviços. O antigo colonizador assumiu também projetos no montante de 192 mil contos, que tinham estado inscritos no âmbito do extinto Plano de Fomento, como as obras do Porto da Praia e responsabilidades noutros projetos, como o Hospital de São Vicente e o Aeroporto Amílcar Cabral.

Como registado no capítulo relativo ao contencioso, o esforço financeiro português para resolver o caso cabo-verdiano consumiu, durante vários anos, metade das verbas do orçamento para a cooperação do ICE. Este montante é elucidativo do esforço português em relação a Cabo Verde, inicialmente o principal beneficiário da cooperação portuguesa. Mas convem não esquecer que a seguir a Angola, era o principal destino das exportações portuguesas em África.

De imediato foram assinados acordos na área da saúde e da educação. Desde o início, Cabo Verde apresentou-se como sendo o país que mais aproveitou as

oportunidades oferecidas pela cooperação portuguesa para o investimento na formação profissional dos seus quadros e para a educação dos seus jovens.

Logo em 1975/76, no primeiro ano após a independência, foram-lhe concedidas cinquenta bolsas, no ano seguinte aumentaram para setenta e cinco e depois para o dobro em 1977/78. Em 1978/79 foram duzentas e cinquenta bolsas e no ano seguinte passaram para duzentas e setenta, mantendo esse número em 1980/81. A oferta, muito naturalmente, resultava da procura e da sua efetiva utilização, conjugadas com a excelência do relacionamento bilateral.

Num telegrama enviado da cidade da Praia, em 28 de abril de 1977, o representante diplomático português informava o seu ministro que fora recebido, durante cerca de uma hora, pelo Primeiro-ministro cabo-verdiano Pedro Pires. Um dos assuntos abordados na audiência fora a importância da cooperação científica e técnica portuguesa. O chefe do Governo mostrou-se particularmente interessado no recurso prioritário aos cooperantes portugueses, pelo facto da mesma língua facilitar a transmissão de conhecimentos que deveria nortear qualquer tipo de cooperação.

Esta ligação começara em 1975 com apenas um cooperante para o ensino, em 1978 já eram cinquenta e cinco e em 1980 eram cento e treze.

Apesar destes números e devido às dificuldades de alojamento, Cabo Verde privilegiou mais as missões técnicas de curta duração, para ajudar a suprir as suas necessidades, em detrimento do recurso aos cooperantes.

Relativamente às missões de curta duração, se em1975 eram menos de uma dezena, em 1980 só na área técnico-científica e sociocultural, sob coordenação da DGC, atingiram as duas mil quinhentas e cinquenta e cinco missões.

Foi a partir de 1977 que se começaram a realizar as Comissões Mistas previstas no artigo 15º do Acordo Geral de Cooperação e Amizade, para acompanhamento, avaliação e aprovação das ações a desenvolver no ano seguinte.

1ª Comissão Mista

As reuniões realizaram-se em Lisboa, de 18 a 20 de janeiro de 1977, sendo a delegação portuguesa chefiada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira e a cabo-verdiana pelo ministro da Educação, Cultura, Juventude e Desporto, Carlos Reis.

Os trabalhos decorreram em três subcomissões de trabalho:

- Política e Cultural - foram tomadas várias decisões, tais como uma Programação Cultural, com a criação de um Centro Cultural português na cidade da Praia em Cabo Verde;

- Cooperação - neste âmbito foram previstas ações no âmbito da aeronáutica civil, formação de quadros da PSP e da Judiciária e ainda ações ligadas ao mar;

- Economia - nesta subcomissão, foram tratadas as questões mais sensíveis, decorrentes dos compromissos assumidos no âmbito do IV Plano de Fomento. Portugal informou que havia pago tudo o que fora previsto para 1976, ficando orçamentada para 1977 a parte necessária aos compromissos calculados. Foi ainda decidido celebrar um Acordo Comercial e outro sobre Fretes Marítimos.

Foram igualmente assinados outros acordos como o Cultural e o de Proteção Consular.

A Comissão encerrou com a visita a Portugal do Primeiro-ministro de Cabo Verde, Pedro Pires e serviu para confirmar o bom entendimento existente entre os dois países. Poucos meses depois, aquele alto responsável cabo-verdiano afirmava ao embaixador português que as relações com Portugal eram excelentes e que não existia qualquer tipo de contencioso entre ambos.[892]

2ª Comissão Mista

Esta reunião decorreu na cidade da Praia, entre 3 e 8 de junho de 1978. Chefiava a delegação portuguesa o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, João Lima, ao passo que a delegação cabo-verdiana era liderada pelo secretário de Estado das Finanças, José Tomás Veiga.

Foi feito um balanço positivo da cooperação desenvolvida nesse ano. Cabo Verde apresentou um extenso documento com as áreas possíveis e desejadas de cooperação. Entre as muitas ofertas portuguesas, aparecia uma nova área a explorar no futuro; tratava-se de um Programa de Ação da Junta de Investigação Científica do Ultramar.

Em consequência dos trabalhos desta Comissão, concretizaram-se a frequência de dois estágios no Instituto Hidrográfico português, a contratação de um professor cooperante para a Escola de Cabotagem de São Vicente e a ida de uma missão da Escola Náutica Infante D. Henrique àquele arquipélago, tendo em vista a reestruturação daquela escola.

[892] AHD-PAA, Prov. 140, Proc. 980, 942 geral, telegrama da Embaixada Portuguesa na Praia, nº geral 8238, recebido em 28 de abril de 1977.

Para finalizar, Portugal informou que ao abrigo do Acordo Geral sobre Migrações, continuaria a conceder passagens de repatriamento a quem o solicitasse e desde janeiro de 1977 já tinha efetuado oitenta e duas.

Meses depois, entre 22 e 24 de janeiro de 1979, durante a visita do Presidente da República de Cabo Verde a Portugal, uma delegação cabo-verdiana chefiada pelo ministro da Educação e Cultura, Carlos Reis, e uma delegação portuguesa, chefiada pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, Paulo Ennes, aproveitaram para fazer um balanço da cooperação.

A conclusão foi a de que a cooperação tinha atingido níveis elevados nos setores do ensino, formação profissional, transportes, obras públicas e cultura, sendo aproveitada a oportunidade para assinar um Protocolo Adicional ao Acordo Cultural e para decidirem um maior incremento nos setores da agricultura e pecuária, cultura e comunicação social.

3ª Comissão Mista

Novamente em Lisboa, em novembro de 1979, decorreu a reunião da Comissão Mista, com a delegação de Cabo Verde chefiada pelo ministro da Educação e Cultura, Carlos Reis, e a delegação portuguesa, chefiada pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, Paulo Ennes.

Portugal apresentou alguns assuntos pendentes de resolução, como o estatuto de Pessoas e Bens, situação da empresa Congel, a questão de um particular que foi expropriado, alegadamente, por razões políticas e delitos económicos e, ainda, questões relativas a funcionários públicos e seguros.

A parte cabo-verdiana solicitou a continuação do apoio português no âmbito dos transportes aéreos e aeronáutica civil e também na área do turismo e estágios de formação no setor, na sequência dos estágios em gestão e técnicas hoteleiras que Portugal vinha oferecendo desde 1978. Pediu, ainda, apoio à Direção Geral da Aeronáutica Civil e à empresa de Aeroportos e Navegação Aérea (ANA), para erguer a Flight International Regime (FIR) Oceânica do Sal até 21 de fevereiro de 1980 e posterior assistência técnica. Era um importante desígnio a atingir pelo significado e prestígio que este controle do espaço aéreo internacional proporcionaria.

A delegação portuguesa lamentou o atraso na instalação de uma Missão de Cooperação Técnico Naval, em Cabo Verde, prevista no Acordo de Cooperação nos domínios do Desenvolvimento Marítimo, Cartografia e Segurança na Navegação. A

delegação cabo-verdiana concordou com a sua instalação no país, pois considerava-a fundamental para dar resposta às suas necessidades de país insular.

Foi mais uma vez debatida a obra do porto da cidade da Praia que apresentava graves deficiências de construção, a que era preciso acudir.

4ª Comissão Mista

Desta vez os trabalhos decorreram na cidade da Praia, em Cabo Verde, entre 5 e 10 de novembro de 1980. A delegação portuguesa era chefiada pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Luís Azevedo Coutinho, enquanto a cabo-verdiana era chefiada pelo secretário de Estado das Finanças, Arnaldo Carlos França.

Foi feito um balanço da cooperação, que continuava a decorrer a bom ritmo, sem problemas de maior e fácil entendimento entre as partes.

Cabo Verde voltou a manifestar o desejo de manter o apoio português através de cinco técnicos da ANA, para que fosse possível, a abertura e o funcionamento do projeto FIR, a 18 de dezembro.

O Porto da Praia voltou a ser discutido, enquanto decorria a elaboração do novo projeto num gabinete de arquitetura portuguesa. No dia 30 de setembro havia sido assinado, entre Portugal e Cabo Verde, um acordo relativo a esta obra, face aos novos encargos. Portugal ficara responsável por 50% das despesas do planeamento e execução, num orçamento previsto de 500.00 contos. Cabo Verde responsabilizava-se pelo restante, custeado pelo Banco Mundial, que também suportaria os custos da fiscalização da obra.

O ICE, a propósito deste e de outros custos com Cabo Verde, fez um estudo para apoio à delegação portuguesa, segundo o qual os encargos anuais com esta cooperação, embora não sendo extraordinários, excediam em muito os que eram aplicados no tempo colonial. Acrescentava que, de todos os países africanos, era aquele que mais beneficiava com a cooperação portuguesa, mas, em contrapartida, apenas nas pescas e na construção se poderia esperar algum retorno desta cooperação. Tendo presente uma visão da cooperação na perspetiva económica e empresarial, para que também foi criado este Instituto, ainda se pode ler no referido estudo: “Tendo dentro de uma capacidade técnica e financeira, ainda muito para dar, haverá que, para além da Amizade, recolher de Cabo Verde maior contrapartida (económica e política), numa permuta saudável que permita a retoma semântica do vocábulo ”cooperação” em que se traduz toda a atividade aqui

resumidamente descrita".[893] Pragmaticamente, para o ICE, a cooperação tinha de ser uma via com dois sentidos.

São Tomé

O Acordo Geral de Cooperação e Amizade com São Tomé e Príncipe, assinado em 12 de julho de 1975, mas só publicado em 24 de janeiro de 1976, no seu artigo 15º, criava a Comissão Mista para acompanhar a cooperação e dinamizá-la no futuro. No mesmo dia assinava-se o de Cooperação Científica e Técnica, base jurídica para essa cooperação.[894]

Para melhor compreensão da natureza do problema que se colocou no âmbito dos trabalhos da 1ª Comissão Mista, é necessário fazer uma pequena retrospetiva.

Após a independência as relações políticas entre Portugal e São Tomé e Príncipe, esfriaram bastante, fruto das diferenças ideológicas que durante algum tempo separaram os líderes de Portugal e da maior parte das ex-colónias africanas.

As negociações para a resolução do contencioso deram-no oficialmente por encerrado, mas a realidade era bem diferente e os principais problemas ficaram por resolver. Apesar das declarações, bem intencionadas, o tempo veio provar que a parte santomense não tencionava ir ao encontro da vontade da parte portuguesa, sem que a situação estivesse resolvida à data da realização da 1ª Comissão Mista. [895]

Apesar das relações não serem perfeitas e de a Comissão Mista não ter sido prontamente criada, tal não significa que não tivesse havido ações pontuais, sobretudo nas áreas de excelência dos primeiros tempos da cooperação. Veja-se como foram evoluindo alguns dos aspetos indicativos da saúde desta cooperação. Ao nível dos cooperantes, tão necessários nesses primeiros tempos para suprir as carências de quadros, foram enviados em 1975 vinte e seis professores, para além dos dezoito técnicos que tinham ficado em São Tomé e que acabaram por ser contratados como cooperantes. Em 1976 passaram a ser trinta e nove, destinados ao ensino, e um médico; em 1977 foram vinte e seis no ensino e um médico, um documentalista e um jurista. Em 1978 assistiu-se a um aumento considerável, com cinquenta e sete cooperantes para a área do ensino, aos quais acresciam sete outros de diferentes especialidades, um médico, um documentalista, um juiz, um jornalista, um ator-encenador e duas assistentes sociais. Em 1979, o número

[893] Arquivo da Cooperação, 13.04.02/08. 4ª Comissão Mista, 1º vol., p. 12, outubro de 1980, [s.a.].
[894] Publicado no D. G. 1ª S., n.º 20 de 24 de janeiro de 1976.
[895] *Vide*, em 1.5, *supra.*

baixou para quarenta e cinco no ensino, acrescentando-se apenas um monitor de árbitros aos mesmos elementos nas outras áreas. Em 1980 desceram para vinte e três os cooperantes no ensino e mantiveram-se os que tinham estado já em 1978.

Ao nível das missões técnicas de curta duração, realizaram-se duas em 1975, ao passo que em 1976 realizou-se apenas uma. Em 1977 não há conhecimento de qualquer missão e em 1978 realizou-se uma. Já em 1979 concretizaram-se cinco, e em 1980 o número aumentou para seis. Às já realizadas no ano anterior, que se repetiram nesse ano nas áreas do ensino, desporto, saúde, técnico-militar e cultural, juntou-se uma missão técnica na área do café e do cacau, produtos base da economia local. Este setor da economia santomense precisava urgentemente do apoio da cooperação portuguesa, já que os cooperantes norte coreanos,[896] como muitos outros do bloco de leste e sobretudo cubanos, que, de certa forma, vinham justificando a escassez dos técnicos solicitados a Portugal, não tinham sido, bem sucedidos.

A outra área de excelência da cooperação portuguesa era a do ensino e formação profissional e, neste campo, o panorama também não foi muito diferente. Em 1975/76 e 1976/77 não houve qualquer bolsa de estudo colocada à disposição do Governo santomense por parte de Portugal. Mas em 1977/78, fruto do "desanuviamento das relações", já foram oferecidas cem, todas utilizadas, e em 1978/79 e 1979/80 a oferta subiu para cento e cinquenta, e São Tomé utilizou cento e doze para ensino e cento e vinte e oito para formação profissional. Em 1980, Portugal aumentou a oferta para cento e setenta, tendo sido apenas utilizadas cento e quatro.

Com a entrada em funções do II Governo Constitucional e numa tentativa de aproximação, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros João Lima, por despacho de 15 de setembro de 1977, procurou ir ao encontro do pedido formulado pelo Primeiro-ministro de São Tomé na visita efetuada a Portugal, e que pretendia pôr fim ao isolamento a que estavam votados em termos de ligações aéreas. O país estava ligado ao mundo apenas, e de forma precária, via Luanda. O secretário de Estado considerava nesse despacho ser politicamente importante, apesar do prejuízo anual que essas ligações aéreas entre os dois países acarretavam, que os custos fossem suportados pelas verbas da cooperação. O ICE era da opinião que tal só deveria acontecer quando São Tomé pagasse as pensões que, no âmbito das discussões para a resolução do contencioso, eram devidas

[896] Gaspar da Silva era então o diretor geral da cooperação, e na entrevista que concedeu em 9 de maio de 2011 abordou este caso, referindo o mal que haviam causado àquele setor da economia.

aos reformados das roças santomenses e que, pelos vistos, dois anos passados, ainda não o havia feito.[897]

O Governo português, através do Dec. Lei nº 155/78[898], autorizou a TAP a abrir uma nova rota para São Tomé, aproveitando a já existente para a Guiné, onde passaria a ser feita uma escala. Antecipando a sua fraca utilização, ficou decidido que, anualmente, a partir de 1978, se faria uma transferência para aquela empresa, até um limite de 45.000 contos, em conformidade com o diferencial da utilização e com recurso às verbas do Orçamento da Cooperação.

São Tomé dava sinais de abertura a um novo tipo de relacionamento e, no início de 1978, numa audiência concedida ao embaixador português, o Presidente da República mostrava-lhe como eram apreciados e desejados os cooperantes portugueses, mesmo ao nível multilateral, para não sobrecarregar financeiramente os dois países. Nessa audiência foram também abordadas novas áreas passíveis de cooperação, como as pescas e, para surpresa do embaixador, o Presidente referiu que, embora muitas vezes, por se tratar de um país novo, não estivessem em condições de apresentar projetos concretos, "agradecem que todos e particularmente Portugal lhos apresentem".[899]

Encorajado por estes sinais, o secretário de Estado português insistia no propósito de incrementar as relações e, para isso, era necessário pôr a funcionar a Comissão Mista. Finalmente foi aceite a concretização desse desiderato, cuja data ficou marcada para meados de julho desse ano, em São Tomé.

Assistiu-se, então, a uma prévia e cuidada preparação da missão, deslocando-se àquele país uma extensa comitiva representativa das várias áreas de atividade da cooperação. Certamente não por acaso, a viagem decorreu num avião especialmente fretado à TAP para o efeito, num voo direto para o exíguo aeroporto, o que não era normal.

Tratava-se da primeira deslocação de um membro do Governo português ao novo Estado. Apesar das boas perspetivas, segundo um dos participantes da delegação portuguesa, o ambiente inicial chegou a ser tenso, pois estiveram três dias a aguardar que o Presidente Pinto da Costa os recebesse. O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, que chefiava a delegação portuguesa, precisou de muita

[897] *Vide* desenvolvimento em 1.5, *supra*.
[898] DR., 1ª S., nº 147 de 29 de junho de 1978.
[899] AHD-PAA, Prov. Maço143, 980, 943, Nota nº 1146 do GCC para DGNP, de 27/02/78.

diplomacia para ultrapassar a forma como foram recebidos. Mas, no final, os resultados pesaram mais que as atitudes adversas.

1ª Comissão Mista

Realizou-se entre 13 e 17 de julho de 1978 na cidade de São Tomé, sendo a delegação portuguesa chefiada pelo secretário de Estado João Lima e a santomense pelo ministro da Educação Nacional, Desporto e Justiça, Celestino da Costa.

Foram assinados vários acordos, entre eles, o Comercial e o Cultural, abordaram-se as perspetivas de cooperação em novas áreas importantes para o país, como a medicina tropical e o turismo. Também se abordou a hipótese de apoiar a formação de educadores de infância e de cursos intensivos de reciclagem de docentes santomenses, bem como a necessidade de incrementar o número de cooperantes portugueses que, na altura, já atingiam as cinco dezenas. Relativamente aos aspetos de natureza económica, ficou decidido que a nova rota da TAP seria aberta a partir de dezembro, com risco calculado, conforme a designação técnica, face aos problemas detetados no aeroporto do Arquipélago.

A delegação santomense pediu também a Portugal que concretizasse projetos que vinham dos tempos anteriores à independência, como os portos nas duas ilhas, a conclusão da estrada da cintura de São Tomé e suas variantes e, ainda, a modernização do aeroporto.

O Gabinete Coordenador da Cooperação fez um estudo de previsão de custos dos projetos, na ordem dos vinte mil contos, a ser suportado pelo Gabinete. O total da obra, que se esperava vir a ser executada por empresas nacionais, rondaria um milhão e seiscentos mil contos, podendo beneficiar de financiamento multilateral.

No final, ficava aberto o caminho para o aumento desta cooperação.

A 2ª Comissão Mista

Decorreu entre 15 e 22 de outubro de 1979 em Lisboa. A delegação portuguesa era liderada pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Paulo Ennes e a santomense pelo ministro da Agricultura, Arlindo Gomes.

As relações já tinham entrado no bom caminho, mas a ligação aérea ainda não se iniciara. Sem estar em causa o apoio que viria do orçamento da cooperação, a valores que poderiam chegar já aos setenta mil contos anuais, o que estava em causa eram graves problemas no aeroporto, detetados numa peritagem feita por uma comissão técnica da

TAP. Encontrava-se, então, em estudo a solução para o problema. O secretário de Estado mostrou abertura para Portugal suportar os custos do projeto para o alargamento da pista, o maior dos problemas detetados, para que, desta forma, fosse permitida a aterragem de aviões de carga e de passageiros, rentabilizando a sua utilização. Colocava como condição que a obra fosse concessionada a uma empresa portuguesa. Segundo estudos então efetuados, só em termos de construção civil o seu custo orçaria em cento e cinquenta mil contos, ao que acrescia a parte relativa à iluminação da pista, na ordem dos dez a quinze mil contos.

Portugal apresentava-se ainda disposto a negociar créditos com o sistema bancário, com aval do Estado ou do Banco Central santomense.

Embora fora do espaço temporal alvo desta investigação, refira-se que não foi preciso negociar qualquer crédito para a obra do aeroporto porque o financiamento surgiu por outra via.

Relativamente ao pedido das estradas de cintura, São Tomé acabou por solicitar apenas a realização de um pequeno troço para regularizar o transporte de produtos agrícolas da região sul. Quanto aos portos, inicialmente apenas o porto comercial de Morro Carregado foi privilegiado, prometendo a delegação santomense que, caso os projetos se concretizassem, as obras seriam realizadas por empresas portuguesas.

Foram vários os Acordos assinados e abriram-se perspetivas de colaboração com assistência técnica em muitos setores. A Junta de Investigação Científica, então muito ativa, aproveitou para dar conta das muitas possibilidades de cooperação, quer ao nível da cartografia, da geodésia ou no combate às pragas do café.

Acerca do contencioso, finalmente foi possível fazer uma ligeira aproximação, sendo abordadas as questões relativas às intervenções feitas sobre os bens portugueses em 1975, cabendo à parte santomense fazer um estudo sobre este assunto. As autoridades santomenses tinham praticamente finalizado o diploma referente à tão esperada autorização para a transferência de capitais por parte dos portugueses.

Moçambique

O Acordo Geral de Cooperação foi assinado a 2 de outubro de 1975,[900]e nele ficara expressa a vontade de cooperar em diversas áreas e, desde logo, a regulamentação da ida

[900] Foi assinado pela parte portuguesa por Vítor Crespo, na visita que efetuou como ministro da Cooperação a Moçambique, o que era um sinal do apreço que a Frelimo teve pelo seu trabalho, enquanto Alto-comissário no período de transição. Publicado no D. G. 1ª S. nº 286 de 12 de dezembro de 1975.

de cooperantes para aquele país. Acabaram por ser dois acordos num só, pois nele estavam vertidos os preceitos que integravam os Acordos de Cooperação Científica e Técnica. Apesar do Acordo ter sido aprovado na ordem jurídica interna pelo Dec. Lei nº 692 de 12 de dezembro de 1975, ele só veio a ser ratificado a 28 de julho de 1977, pelo que nos termos deste acordo, não podiam ser desenvolvidas ações, embora, no limite, como vimos com a Guiné, isso não impedisse a sua realização. Tal situação mostra como foi difícil o relacionamento entre Portugal e Moçambique.

Entre os acordos que foi possível celebrar na fase de transição, encontrava-se o relativo aos funcionários portugueses que prestavam serviço em Moçambique, aprovado a 7 de maio de 1975, e que Moçambique incorporou na sua legislação interna para dar confiança aos portugueses que lá quisessem ficar e que acabaram por ser fundamentais em muitos setores, apesar de no período de afirmação ideológica exacerbada de Samora Machel, muitos terem abandonado em pânico o país, pelo que foram substituídos por cooperantes provenientes dos países socialistas.

Como se constatou, a substituição dos portugueses por outros cooperantes não resultou, e aqueles voltaram a ser os mais desejados, embora, por influência dos mais radicais que não viam com bons olhos o regresso à situação anterior, o processo não tivesse sido fácil.

Entre 1975 e 1980, as ações de cooperação efetuadas no âmbito dos setores privilegiados da cooperação, espelham o nível das relações: a concessão de bolsas de estudo para o ensino e formação profissional era, por norma, uma das áreas mais requisitadas pelos países em desenvolvimento mas, no caso de Moçambique, dado o estado a que tinham chegado as relações bilaterais e porque se dava prioridade à formação proveniente do leste, Portugal só veio a oferecer bolsas no ano escolar de 1977/78, em número de duzentas, das quais Moçambique apenas utilizou duas. Em 1978/79 foram concedidas cinquenta e nenhuma foi utilizada. Em 1979/80, Portugal aumentou o número para setenta, mas nenhuma voltou a ser utilizada e o mesmo se repetiu no ano seguinte.

Quanto às Missões de curta duração, não há registo de que se tenham efetuado.

Relativamente aos cooperantes, já se viu que, ainda em 1975, houve um interesse inicial não consumado. Em 1976, o setor universitário moçambicano desejava professores, mas também nada se concretizou. Em 1977 não existiram manifestações de interesse e, em 1978, a Embaixada de Moçambique, já num período de viragem para as virtualidades dos cooperantes portugueses, solicitava trezentos professores cooperantes

dos ensinos primário, secundário e técnico. Mas, a acompanhar o pedido, vinham uma série de requisitos a que deviam obedecer estes cooperantes. Como algumas das exigências eram pouco razoáveis, não pela questão de terem obrigatoriamente experiência, mas sobretudo pelo facto de não aceitarem quem tivesse vivido anteriormente nas ex-colónias, acabaram por ser aprovados apenas quarenta cooperantes.

Em 1979, o número total de cooperantes diminuiu para vinte e quatro, e, destes, quatro eram médicos e dezoito professores. No ano seguinte o número subiu para setenta e nove, e, destes, eram agora cinco médicos e setenta professores.

Já aqui se referiu como o contencioso condicionou as relações de cooperação[901]. A ida de Ramalho Eanes a Moçambique, em 1981, e depois a de Samora Machel a Portugal, mas sobretudo a primeira, marcaram definitivamente o virar de página deste relacionamento. Está assim explicada a ausência, naquele período, de qualquer reunião de uma Comissão Mista com Moçambique.

Angola

Dadas as dificuldades de relacionamento com este país nos primeiros tempos após a independência, a cooperação não começou a desenvolver-se nem tão rápida, nem tão intensa como com os outros parceiros africanos. Um sinal claro deste distanciamento pode ser visto pela quase inexistência de ações de cooperação.

Nunca ocorreram pedidos oficiais de cooperantes em todo o período em análise. Isto não significa que não tenham ido técnicos portugueses, mas eram escolhidos e contratados diretamente pelas autoridades angolanas.

Quanto a Missões de curta duração também não há registos da sua ocorrência.

No que diz respeito a bolsas de estudo para o ensino e formação profissional, só a partir do encontro de Bissau entre os dois Chefes de Estado é que Portugal começou a oferecer bolsas a Angola. No ano de 1978/79 foram cinquenta, não tendo sido nenhuma utilizada. No ano seguinte voltaram a ser oferecidas cinquenta, e apenas foram utilizadas oito; em 1980/81 novamente cinquenta e apenas cinco foram utilizadas. À semelhança de Moçambique, também havia outras alternativas para os angolanos; para além das de Leste, estava em força a opção cubana, quer nos cooperantes quer na oferta formativa.

Tendo presente que o passado político conflituoso desde 1975 não facilitava uma aproximação e também o facto de a Comissão Mista, onde se debatiam as questões

[901] *Vide* desenvolvimento em 1.5, *supra*.

relacionadas com a Cooperação, ter sido criada tão tardiamente, mais facilmente se entende o atraso com que se iniciou esta cooperação.

Não foi por falta de vontade de Portugal que não se celebrou um Acordo Geral de Cooperação. Depois do encontro na cidade da Praia, em setembro de 1976, entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros, Eduardo dos Santos e Medeiros Ferreira, tudo parecia encaminhado para esquecer o passado, restabelecer relações diplomáticas e passar a olhar o futuro com otimismo. Ficou prometido o lançamento de uma efetiva cooperação em todos os domínios.

Até no contencioso, que poderia complicar as relações, foi decidido que todas as questões seriam resolvidas pela via negocial, através de comissões que seriam criadas para esse fim. Aproveitando esse otimismo, Portugal começou logo a preparar um projeto de Acordo Geral de Cooperação.

Todavia, este esforço converteu-se em desilusão. A política, mais uma vez, baralhou os propósitos, apesar de, em janeiro de 1977, Portugal ter enviado às autoridades angolanas um projeto de Acordo Geral de Cooperação e Amizade semelhante a outros já assinados, onde ficava regulamentado, tal como fora assinado com Moçambique, a situação dos cooperantes portugueses. A verdade é que, como se pode constatar no Relatório de um Grupo de Trabalho do Ministério dos Negócios Estrangeiros[902] que integrava o próprio embaixador de Portugal em Luanda, os angolanos manifestavam oficialmente vontade de avançar, mas, na realidade, tudo não passava de "paliativos, promessas, dilações e pretextos". Enquanto com outros países iam celebrando vários Acordos, "o Governo angolano tem fugido quer à celebração de um Acordo Geral de Cooperação, quer à realização de Acordos sectoriais (…) as declarações de mútuo desejo de criar e desenvolver relações de cooperação são hoje quase vazias de sentido". Apesar destes sinais negativos, os autores do Relatório, chamavam a atenção para o facto de já terem sido "criadas a partir do Ministério da Defesa de Angola, condições que nos permitem entrever com optimismo linhas de cooperação altamente favoráveis em todos os sentidos". Tanto otimismo só se viria a concretizar mais tarde, e até a um nível elevado.

Só a ação do Presidente Ramalho Eanes e, neste caso, do seu homólogo Agostinho Neto, foi capaz de levar ambos os países a olharem para um futuro que se desejava de amizade, com interesses mútuos na cooperação. Foi no âmbito do "espírito de Bissau"

[902] Arquivo da Cooperação, 09.02.01, Angola, Relatório Dossier Económico 1978, Grupo de Trabalho: Sá Coutinho, Leite Cruz e Paulouro das Neves, "Relações entre Portugal e Angola", [s.d.], maio de 1978.

que se assinou, a 26 de junho de 1978, o Acordo Geral de Cooperação, mas que, por vicissitudes de natureza processual e política, tardou a ser publicado, o que só aconteceu por troca dos instrumentos de ratificação, mais de um ano depois, no dia 4 de julho de 1979.[903] Estavam finalmente abertas as portas da cooperação.

1ª Comissão Mista

A 21 de julho de 1979 iniciou-se, em Lisboa, a 1ª Comissão Mista de Cooperação, criada pelo Acordo Geral de Cooperação, indutor das ações a realizar.

Foi presidida, do lado português, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, embaixador João de Freitas Cruz; do lado angolano, a comitiva era presidida pelo ministro das Finanças, Ismael Gaspar Martins.

A reunião foi dividida em quatro subcomissões: Assuntos Políticos, Intercâmbio Económico, Cooperação Económica e ainda a de Cooperação Sociocultural Científica e Tecnológica.

Como ponto prévio as delegações concordaram que o desenvolvimento normal de relações de Cooperação pressupunha o respeito pelos princípios que deviam nortear as relações entre dois Estados soberanos. Era uma forma protocolar, mas que tinha o objetivo claro de mostrar que se estava perante um encontro entre pares de direito internacional.

Sobretudo, importa referir as questões relativas ao intercâmbio económico e à Cooperação Económica, onde foram abordadas questões relativas à formação profissional, assistência técnica, estabelecimento de mecanismos para adoção de medidas no campo empresarial e análise de oportunidades nas pescas, habitação e obras públicas, transportes e comunicações e indústrias extrativas e transformadoras.

Relativamente à Cooperação Sociocultural Científica e Tecnológica, foi acordado o envio de cooperantes e missões técnicas de estudo, para além de ter ficado decidido o intercâmbio de documentação de serviços públicos e instituições especializadas. Portugal também manifestou o desejo de ver criada a Escola Portuguesa em Luanda, atendendo a que a Embaixada Portuguesa pedira, havia mais de um ano, essa autorização ao governo angolano e entretanto, outros países já tinham sido autorizados a criar a sua própria Escola.

[903] D. R., Iª S., n.º 221, de 24 de setembro de 1979.

O ponto mais sensível a abordar, era o contencioso. Ficara assente, em Bissau, que se criariam condições para ele vir a ser discutido. A delegação portuguesa começou por manifestar a sua surpresa pelo facto de, apesar do desanuviamento ocorrido em Bissau, pouco tempo antes da reunião da Comissão Mista o Governo angolano ter aprovado legislação que agravou mais os interesses das empresas nacionais, contas bancárias e até do próprio Estado português, prejudicando o desejado clima de confiança. A delegação angolana defendeu-se, dizendo que tudo fora feito com base na Lei 3/76, dado o abandono a que as empresas estiveram votadas e da sabotagem económica que alguns levavam a cabo. Portanto, legitimamente, o Governo decidira reforçar a posição do Estado nas empresas, para sanear a economia do país. Acrescentaram que muitas empresas mistas continuavam a operar em Angola e que a Lei do Investimento Estrangeiro as protegia do confisco.

O confisco feito pelo Governo angolano às pensões dos reformados residentes em Portugal, não deixou de ser apresentado com preocupação, ao que os angolanos responderam que a emissão de cheques no estrangeiro punha em causa a economia angolana.

A certa altura, os angolanos, insatisfeitos com o rumo das negociações, fizeram notar que uma apreciação judicial seria prejudicial ao presente espírito das relações, sendo, por isso, melhor não continuarem a discutir o contencioso, para não prejudicar o futuro da cooperação. A delegação portuguesa concordou, para evitar que se comprometessem os resultados da 1ª Comissão Mista, mas alertou que os assuntos teriam de vir a ser discutidos, um dia, tendo em conta as decisões de Bissau. No comunicado conjunto divulgado no final dos trabalhos apareceu, sem mais, o seguinte: "no quadro do espírito de Bissau foram abordadas algumas questões da problemática económica financeira comum".

O balanço geral sobre a Cooperação levada a cabo por Portugal com os Novos Estados Independentes, ficaria incompleto se não se fizesse uma breve análise a uma outra vertente da Cooperação que, pela sua especificidade e sensibilidade, merece uma abordagem diferenciada.

A Cooperação Técnico Militar

Após as independências, Portugal procurou manter, em novos moldes, os laços que o uniam aos antigos territórios ultramarinos.

Os militares pensaram que poderiam contribuir na ajuda que Portugal desejava prestar ao desenvolvimento desses povos. Os homens que, depois da revolução passaram a conduzir os destinos do país eram, na sua maioria, militares credores de admiração e estima por parte dos "inimigos" do passado.

Para os menos entendidos na matéria, pode ser estranho imaginar que homens que se odiavam na guerra se estimassem na Paz. Antes mesmo de os acordos de cessar-fogo estarem firmados já muitos deles confraternizavam, como se nada tivesse acontecido. Foi esse entendimento que facilitou a criação de forças militares conjuntas com o PAIGC e com a Frelimo, contribuíndo para que o processo de transição corresse, ali, a contento de todos.

O relato do que aconteceu na primeira reunião da Comissão Mista Militar para formação das Forças Armadas de Cabo Verde, contado por um militar português, é elucidativo deste ambiente. O chefe da delegação do PAIGC, falando para os militares portugueses, afirmou no início da reunião que, "tratando-se de reuniões entre pessoal militar, de ambos os lados, os assuntos seriam tratados com a maior clareza e no respeito mútuo, à luz da ética própria das instituições militares".[904] Esta afirmação é elucidativa da forma como se entendiam os militares que tendo feito a guerra, souberam construir a paz.

Para melhor se compreender como surgiu a Cooperação Técnico-Militar, é preciso recuar à época após as independências, onde, apesar da admiração que os militares mutuamente nutriam, não era fácil ver aceite qualquer forma de cooperação neste âmbito, pelos traumas que um passado de guerra sempre deixa em alguns deles, mas sobretudo, pelo contexto ideológico que se vivia, onde africanos e portugueses se encontravam em campos opostos do mundo bipolar.

Não foi por falta de vontade e de iniciativas da parte portuguesa que esta forma de cooperação não se consolidou logo após as independências.

Ainda as Forças Armadas portuguesas não tinham retirado da Guiné, e logo num extenso documento confidencial, se apresentavam as hipóteses e modalidades de cooperação com o novo país, que poderia passar pela formação de quadros militares, ou pela execução de funções civis por parte dos militares, dado que "o PAIGC não está em condições de a curto prazo, poder, por si só, (…) manter em funcionamento as estruturas

[904] IAN/TT: *Descolonização de Cabo Verde – Governo de Transição,* "Exposição apresentada pelo General Fernando Morgado nos Cursos da Arrábida, em 2 de outubro de1998". Caixa 4ª, Capilha 17 / MF 6131, pp.418-446.

civis da Guiné [que] assentam fundamentalmente no nosso enquadramento militar"[905] Tinham sido sobretudo os militares e seus familiares que haviam garantido o funcionamento das principais estruturas; da saúde à educação, passando pela administração e comunicações.

No início de janeiro de 1975, o Estado Maior General das Forças Armadas determinava "que se procedesse ao estudo das possibilidades de apoiar, designadamente no âmbito da instrução militar, os novos países de expressão portuguesa". Neste pressuposto, um documento confidencial enviado ao Gabinete Coordenador da Cooperação, sugeria o contato com a República da Guiné-Bissau, com a Frelimo e com os partidos africanos que faziam parte dos Governos de Transição, para auscultar as suas opiniões a este respeito.[906]

Se a filosofia subjacente à política de assistência/cooperação foi a de responder às solicitações que chegam aos doadores, pela sensibilidade desta matéria, para mais vindo da antiga potência colonizadora, compreenderemos que a existência deste tipo de missão, ainda que de mera assistência técnica, teria de ser pela via de um pedido expresso pela parte africana, embora não deixando Portugal de mostrar as possibilidades existentes.

Perante a disponibilidade manifestada por Portugal, as novas autoridades guineenses, cientes da indispensável necessidade em assegurar as comunicações aéreas para as quais não estavam minimamente capacitadas, apenas solicitaram ajuda técnica a Portugal. A Força Aérea respondeu prontamente, sem qualquer instrumento jurídico de suporte à formalização da ação, sem prévia preparação conjunta, sem o apoio da representação diplomática, ainda em fase de instalação. Foram enviados catorze militares para manter em funcionamento a aeronave deixada pelos portugueses[907], para pilotar dois helicópteros que Portugal emprestou para deslocações internas e, ainda para o controlo do seu espaço aéreo e dar assistência e manutenção ao aeroporto.

Esta missão, a julgar pelo Relatório do chefe da Missão, acabou por ficar muito aquém do desejado, já que não teve apoio das autoridades nem da população, impedindo-a de atingir os objetivos programados.[908]

---

[905] AHD-S/Nº3, 980,942, "Memorando - Apoio à Guiné Bissau", [s.d.].
[906] AHD-PAA 940, [s.a.], Oficio 144 de 30/01/1975.
[907] Portugal também haveria de ceder dois Dakotas ao Governo de Cabo Verde. E veio a partir de 1988 e durante vinte anos, a manter permanentemente um Aviocar da FAP com a respetiva tripulação e pessoal de assistência técnica, em São Tomé e Príncipe, para assegurar a ligação entre as ilhas e evacuação de doentes para o Gabão ou Costa do Marfim. Foi até hoje, a mais longa missão no âmbito da Cooperação Técnico Militar.
[908] AHD-PAA, Prov. Maço 25, 942, "Missão da Força Aérea na G.B"., 17/01/75.

Apesar disso, face às enormes carências da Guiné de técnicos operacionais nesta área, que não foi possível formar, foi preparada uma segunda missão, desta vez com a envolvência conjunta da Embaixada, Força Aérea e Governo Guineense, o que levou o embaixador a comunicar para Lisboa que estavam criadas "as condições básicas de trabalho que, se não são perfeitas, permitiram que a 2ª equipa iniciasse o trabalho, em termos muito diferentes daqueles em que se achou a 1ª equipa".[909] Esta missão acabou por dar um apoio para além do que estava previsto. O Estado Maior da Força Aérea, dadas as dificuldades de transportes que ali se sentiam, ofereceu transporte gratuito à Guiné, nos seus aviões, para estudantes e doentes, à semelhança do que fizera para Cabo Verde, num gesto muito apreciado por todos. Os primeiros cooperantes e missões técnicas também aproveitaram inicialmente este recurso.

Com o aproximar do final de 1975, chegava ao fim o tempo projetado para a duração da missão e a Embaixada pediu que a mesma não fosse desativada pelas implicações de natureza política que acarretaria, argumentando que esta forma de cooperação militar projetava a imagem de Portugal e poderia ser o embrião de uma cooperação mais vasta. A retirada dos controladores aéreos levaria de imediato ao encerramento do aeroporto civil, pelo menos até que outro país quisesse assegurar essas funções e as consequências para a imagem de Portugal, seriam terríveis.[910] Recorde-se que, nesta altura, a URSS já tinha oferecido dois helicópteros à Guiné, o que retirava o monopólio operacional aos pilotos da Força Aérea Portuguesa que ali se encontravam para manobrar as duas aeronaves emprestadas para as deslocações internas.

Indiferente a este pedido, o Estado Maior da Força Aérea, em ofício dirigido ao chefe de gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros, informava que a Missão de Cooperação Técnica da Força Aérea fora criada em moldes provisórios para ajudar a suprir carências imediatas de meios de transporte na Guiné e que a Comissão Militar do Conselho da Revolução decidira que havia necessidade de estabelecer o regime jurídico que enquadrasse a missão, sem que as autoridades guineenses tivessem respondido ao pedido de início de negociações que Portugal havia feito oportunamente. Na altura em que as autoridades militares tinham dado ordens para o regresso da missão a Portugal, o Governo guineense propôs-se discutir o assunto no âmbito da 4ª fase das conversações, que iriam decorrer em Lisboa entre 13 e 19 de janeiro de 1976. Face a esta proposta, a

[909] AHD-PAA, Prov. Maço 25, 942, "Missão da F.A.P. em Bissau", 27/2/75.
[910] AHD-PAA, Prov. Maço 25, 942, telegrama da Embaixada de Portugal em Bissau nº 533-53, nº geral 20023-20026, recebido a 27 de junho de 1978.

Força Aérea decidiu conceder novo prazo, até meados de fevereiro, para manter o apoio ao funcionamento do aeroporto, a parte mais sensível, e mandou regressar a Lisboa o material e o pessoal técnico da Missão. As negociações decorriam numa altura em que as relações entre Portugal e a Guiné-Bissau se encontravam complicadas politicamente, devido ao agravar do contencioso colonial. O resultado foi um impasse que implicou o regresso dos controladores aéreos, após ter terminado o prazo que fora concedido.

Depois da 5ª fase das negociações, que decorreram de novo em Lisboa, Vítor Crespo deu por encerrado o contencioso com a Guiné, em 21 de junho de 1976, permitindo o relançar da cooperação a vários níveis. Aproveitando a deslocação a Portugal para participar na ronda de negociações, o comissário sem Pasta do Governo da Guiné José Araújo, visitou o chefe de Estado-Maior da Armada, manifestando o maior empenho no apoio da Marinha portuguesa aos problemas com que se debatiam, adiantando necessidades em questões hidrográficas, de balizagem e faróis. Convidou uma delegação da Marinha a deslocar-se à Guiné numa missão exploratória, para estudar em pormenor os campos onde a cooperação mais se justificasse.

Iniciou-se uma nova fase de cooperação com outro ramo militar, embora sempre ligada aos transportes e às comunicações. Este pedido levou à assinatura de um importante Acordo de Cooperação, em 27 de maio de 1977, nos Domínios do Desenvolvimento Marítimo, Cartografia e Segurança da Navegação, aprovado pelo Dec. Lei nº 162/77 de 15 de dezembro.[911] Era semelhante ao que fora firmado com Cabo Verde, em 16 de fevereiro de 1976,[912] ficando garantidas as questões previamente identificadas, e outras, desde o combate à poluição marítima, assistência técnica naval, segurança da navegação e formação de pessoal. Para melhor acompanhamento do que foi negociado, foi criada uma Missão Permanente de Cooperação Técnico Naval. No seguimento deste bom relacionamento, o Estado-Maior da Marinha aprovou a ida de uma Missão da Marinha para a Guiné, ao abrigo do nº 2 do citado Dec. Lei.

Fruto ainda daquele acordo, nos anos escolares de 1978/79/80, frequentaram a Escola Naval três alunos guineenses, com bolsas de estudo atribuídas por Portugal. Em 1978, já estavam dez alunos a fazer formação profissional nos estabelecimentos das Forças Armadas, mais concretamente na Escola da Marinha e no Instituto Hidrográfico.

[911] D. R., 1ª S., nº 288 de 15 de dezembro de 1977.
[912] D. R., 1ª S., nº 155 Supl., de 5 de julho de76.

A partir deste ano, a cooperação técnico-militar foi alargada a ações e missões dos três ramos das Forças Armadas e à compra de bens e serviços[913]. Mas foi com a visita do Presidente Luís Cabral a Portugal, em janeiro de 1979, que as relações chegaram a um ponto de não retorno. Em Portugal, o Presidente guineense, num sinal de apreço pelo papel da Marinha portuguesa, manteve conversações com o Chefe do Estado-Maior da Armada. Do bom entendimento, ao mais alto nível, entre os dois Chefes de Estado, ambos militares, surgiu a ideia de se concretizar um Acordo de Cooperação Técnico Militar (CTM).

No mês seguinte, foi a vez do Presidente português visitar oficialmente a Guiné-Bissau

Entre estas duas visitas decorreu, na Guiné, a II Comissão Mista de Cooperação Luso-Guineense, na qual a questão do possível acordo foi abordada. Mas, quando se falou que iria ser assinado um acordo de âmbito militar, a notícia causou imediatamente um mal-estar em algumas missões diplomáticas, nomeadamente da URSS e de Cuba, dado que o fornecimento de material, armas, aviões e helicópteros cabia à URSS, e a Cuba a assessoria técnica. Esta hipótese acabou por ser afastada, porque era ainda, interna e externamente, uma área muito sensível na Guiné-Bissau.

Se com a Guiné ocorreu este desenvolvimento, com Angola e Moçambique, face ao extremar das relações, nada foi conseguido. Quanto a São Tomé e Cabo Verde, iniciou-se a partir de meados de 1976, de forma titubeante, dado que as relações também não estavam consolidadas; por isso, a vertente da ajuda militar foi pouco mais que residual, limitada a respostas casuísticas de assistência técnica, incluindo as missões técnicas de cooperação dos vários ramos das Forças Armadas.[914] Foi o caso das missões a Cabo Verde e São Tomé, ou a oferta de bolsas de estudo para a frequência de cursos, sobretudo na Escola Naval, à semelhança do que acontecia para os guineenses, agora também para alunos cabo-verdianos e santomenses.[915] Mas não deixou de ser importante porque passada a fase dos radicalismos ideológicos, por volta de 1978, permitiu a abertura de uma porta.

[913] Quando Ramalho Eanes visitou a Guiné pela primeira vez, em fevereiro de 1979, o batalhão que prestou a guarda honra no Aeroporto de Bissalanca estreou os uniformes de gala que tinham recentemente sido fornecidos, entre outro material, pelas Oficinas Gerais de Fardamento de Portugal.

[914] Foi o caso, por exemplo, das assistências aos aeroportos do Sal e de Bissalanca, desenvolvimento marítimo, cartografia e segurança de navegação, mas também aos voos efetuados a pedido daquelas autoridades pela Força Aérea Portuguesa para transportarem carga e passageiros. Só para o Sal a FAP fez 22 voos em 1975, 16 em 1976, 15 em 1977, 3 em 1978.

[915] A título excecional refira-se uma oferta de duas lanchas à República de São Tomé e Príncipe, feita pelo ministro da Cooperação português em 1976, para melhor controlo do espaço marítimo deste país.

É ainda de salientar que, em junho de 1978, na 2ª reunião da Comissão Mista com Cabo Verde, num momento em que as relações bilaterais eram excelentes, Portugal tentou aproveitar para apresentar as potencialidades subjacentes à cooperação técnico-militar. Cabo Verde recusou a oferta, apenas aceitando a participação das Forças Armadas no âmbito de ações de natureza civil e nada mais que isto. Faltavam ainda dez anos, para Cabo Verde ser, finalmente, o introdutor deste tipo de cooperação.

Começava a falar-se abertamente em Cooperação Técnico-Militar. Mas como se pode definir este tipo de cooperação?

Hoje em dia é entendida como um conjunto de atividades de natureza múltipla, desde ações de enquadramento das forças militares no terreno, ministradas pelas forças portuguesas, ações de formação, através de Cursos e Estágios nos estabelecimentos escolares portugueses, de formação militar dos três ramos das Forças Armadas ou nos seus estabelecimentos fabris, treino em missões de segurança interna e, por fim, fornecimento de material.

Segundo um relatório elaborado pelo então diretor geral da Defesa Nacional [916], chegou-se à conclusão de que só em 1988 surgiram os primeiros Acordos de Cooperação no Domínio Técnico-Militar. [917] O primeiro foi estabelecido em junho de 1988 com Cabo Verde, depois, em dezembro desse ano, com Moçambique, com quem ainda hoje se mantem uma profícua cooperação e também com São Tomé e Príncipe. Em janeiro de 1989, depois da primeira tentativa gorada, chegou a altura, da Guiné, concluir um acordo com Portugal.

Com Angola, foi diferente pois, embora a cooperação se tivesse iniciado com base no Acordo Geral de Cooperação, só em 1996 se estabeleceu um acordo específico.

Em 1977, o diplomata Paulouro das Neves alertava para a existência de um importante grupo anti-português no aparelho do Estado angolano o que, no seu entender, devia obrigar "a redobrados e óbvios cuidados na planificação de esquemas de cooperação, especialmente em campo tão melindroso como o militar". Julgava preferível que, nesta fase, se processasse apenas em termos pontuais e pragmáticos, para permitir mais tarde o lançamento de esquemas mais ambiciosos, o que na realidade veio acontecer

[916] Este diretor geral era o General António Gonçalves Ribeiro, outro dos militares com papel de relevo nesta fase da vida nacional. Já fora anteriormente ministro da Administração Interna e Alto-comissário para os Desalojados e ainda o principal responsável pelo lançamento da "Ponte Aérea" que trouxe para Portugal os "retornados" como, na altura, também, eram tratados.

[917] Arquivo da Cooperação, 13.10.03/06, General António Gonçalves Ribeiro, "Cooperação Técnico – Militar com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, Relatório de Atividades", *Ministério da Defesa Nacional,* 1998, pp. 2-8.

com resultados assinaláveis.[918] No início do ano seguinte, eventualmente em consequência deste alerta, o CEMGFA determinava que o relacionamento com Angola requeria um procedimento específico e, por isso, os contatos entre as F.A. de um e do outro lado deveriam decorrer diretamente entre o seu Gabinete e o Ministério da Defesa de Angola, sem prejuízo de se manter informado o Gabinete Coordenador da Cooperação. Naquele mesmo ano, a convite do EMGFA, os angolanos, visitaram as Oficinas Gerais de Fardamento Militar (OGFM). Na sequência desta visita, foi feito um importante pedido de fornecimento de material. Ainda segundo a mesma fonte,[919] "mau grado a inexistência de enquadramento jurídico adequado" encontravam-se em Portugal quatro estudantes angolanos a frequentar o Curso da Escola Naval e um no Instituto Hidrográfico. Por fim, referia-se a ida a Angola de uma "Missão da Armada (durante duas semanas) para recuperação de lanchas, farolagem, balizagem e estudo de um programa de formação profissional". Algo parecia estar a mudar no ano em que decorreria o encontro de Bissau entre os presidentes dos dois países. Mas, na realidade, a situação em Angola, perante as condicionantes internas e externas que atravessou, não se apresentava propícia para este tipo de cooperação e foram precisos vinte anos, após o estabelecimento de relações bilaterais, para ela fosse possível e viesse a atingir um nível assinalável.

Se em 1988 surgiram os primeiros Acordos de Cooperação Técnico Militar, só em 1990 a cooperação foi sistematizada e planificada. A 1 de outubro daquele ano foi dado um importante passo com a aprovação do primeiro Programa Quadro de Cooperação no Domínio Militar com a Guiné.

No citado Relatório, o diretor geral classificou a primeira fase da CTM, como "Fase de Pacificação das Relações Palop/Portugal (1978-1989)" e afirmava que, neste tipo de cooperação nada se impunha e, apenas eventualmente se davam sugestões ao que era apresentado, sempre conscientes das limitações e das capacidades, para que a credibilidade das Forças Armadas e de Portugal nunca fosse posta em causa. Deixava enunciados os princípios por que se devia reger a Cooperação Técnico Militar, princípios

[918] AHD-PAA, 980,940, Apontamento de José Paulouro das Neves, "cooperação técnica-militar nos países de expressão portuguesa", de 14/12/77.
[919] AHD-PAA, Prov. Maço 147, 980, 944, "Despacho", 17 de janeiro de 1978 e Arquivo da Cooperação, 10.03.02, Acordos 1978/79, Apontamento (s.a.), "Exame da cooperação já realizada com Angola e seu confronto com a que tem sido efectuada com os restantes países de expressão portuguesa. Perspetivas futuras da Cooperação", (s.d) com indicação manuscrita de ter sido enviada ao Presidente da República em 22/06/1978.

que podiam servir qualquer outra componente da política global da cooperação portuguesa:

"Em diálogo, franco e aberto, procurou-se transmitir (…) a mensagem de que Portugal coopera: não assiste. Portugal não assiste porque não é suficientemente rico para o fazer e fundamentalmente, porque preza muito a independência e a soberania de cada país; cooperando Portugal atribui todo o valor e o exacto sentido a tal conceito - Cooperação – ou seja, trabalhando em conjunto, logo assunção conjunta de responsabilidades".[920]

Refira-se, em jeito de balanço, que esta forma de cooperação, tendo começado de modo titubeante, pelos melindres que provocava, acabou por ganhar o seu espaço e é hoje em dia uma das vertentes mais relevantes da Cooperação Portuguesa.

[920] Arquivo da Cooperação, 13.10.03.06, General António Gonçalves Ribeiro, "Cooperação Técnico – Militar com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, Relatório de Atividades", Ministério da Defesa Nacional, 1998, pp. 2-8.

Conclusão

A descolonização foi um processo histórico que, no caso português, ficou deslocado no tempo. Acabou por ser possível graças aos militares, melhor, ao MFA, que de uma simples reivindicação corporativa passou para uma aberta contestação política que os levou à ação, provocando a queda do regime.

Sendo a questão colonial e o direito dos povos à autodeterminação um dos principais pontos da agenda do MFA, era natural que a descolonização se transformasse numa questão de honra para esses militares. Mas fica em causa a forma como decorreu, com episódios lamentáveis e consequências avassaladoras para europeus e africanos.

Spínola foi o homem que sonhou a concretização de um projeto lusófono, através do direito da consulta às populações, no qual se envolvera desde o anterior regime. Mas, se nessa altura havia tempo e força para negociar, ele não tinha poder. No momento em que o teve, não houve força nem tempo para negociar. Já era tarde e, naquele contexto de fraqueza negocial, com os movimentos de libertação em crescente afirmação, sem apoio interno e muito menos externo, o Presidente Spínola sentiu-se compelido a aceitar o direito à autodeterminação e independência plasmados na Lei nº 7/74. Assim, a completa independência, até dos outros territórios onde não tinha havido guerra, foi negociada, apenas e rapidamente, com as forças nacionalistas que se opunham à colonização portuguesa, sem que o princípio da autodeterminação, baseado na consulta às populações, tenha sido exercido. Foi obrigado a satisfazer as exigências do MFA, constantes do seu programa original, que ele e a Junta de Salvação Nacional tinham rejeitado, mas que a vigilante Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas não esquecera.

Ainda tentou envolver a ONU no processo, para que decorresse com mais segurança e acompanhamento internacional e, dessa forma, se pudesse ultrapassar essa situação de fraqueza relativa. Mas os militares, à cabeça dos quais o próprio CEMGFA General Costa Gomes, não aceitaram essa solução que consideraram desprestigiante para o país e, em vez disso, empenharam-se na concretização rápida da descolonização que, no seu entender, era responsabilidade exclusiva dos portugueses.

Em desespero de causa, Spínola pretendeu assumir a condução do processo angolano, em conformidade com o princípio da autodeterminação, mas tal não lhe foi permitido. Vencido, mas não convencido, acabou por se demitir da Presidência da República em 30 de setembro de 1974.

O período posterior às independências acabou por não ser pacífico, nem fácil. As consequências que advieram para as populações de origem europeia incluíram o abandono de todos os seus bens numa fuga desordenada dos territórios de onde uma grande parte já era natural. Em resultado dessa tragédia, não se salvaram os bens, mas integraram-se mais de meio milhão de "retornados", que correspondiam a 5,1 % da população portuguesa de então e que contribuíram muito, para o desenvolvimento de Portugal. Foi uma operação com uma logística muito complexa, aplaudida pela comunidade internacional, à frente da qual esteve o Tenente-coronel António Gonçalves Ribeiro que, entre 1976 e 1979, também colaborou na sua integração, enquanto Alto-comissário para os Desalojados.

Perante o sucesso deste fenómeno e o facto de Portugal se ter, finalmente, reconciliado com a história por via das independências e a Descolonização ter merecido a aceitação internacional, alguns políticos chegaram a apresentá-la como exemplar. O Professor Adriano Moreira, analisando essa abordagem da descolonização, dizia que só poderia ser um abuso semântico, acrescentando que "não pode aceitar-se que, nestas circunstâncias, se fale em descolonização modelar, e que por antecipação não há responsáveis pelas consequências"; noutro passo afirmava que "todos foram vítimas de um processo de retirada que, ignorando a negociação multilateral, beneficiou directamente os interesses de uma das grandes potências em expansão mundial, e a publicidade eleitoral de políticos civis e militares intervenientes"; a terminar, acrescentava: "continuo a pensar (…) que não houve qualquer plano de descolonização, mas sim um plano militar de ponto final na guerra sem previsão dos trabalhos e dos dias que outros enfrentariam".[921]

Ao longo desta pesquisa ficou demonstrado que foram sobretudo os militares, ainda que investidos na qualidade de políticos, que impuseram, conduziram e se responsabilizaram maioritariamente por esta descolonização, especialmente Melo Antunes, que o assumiu e se justificou. Cai assim o mito de que Mário Soares e Almeida Santos foram os protagonistas maiores da descolonização, da qual no máximo, serão corresponsáveis. Muitos anos depois, fruto de uma natural reflexão, os próprios admitem que tiveram uma intervenção mais ou menos limitada e que, pesando todas as consequências, o processo de descolonização foi o possível, nas condições e condicionalismos em que decorreu.

[921] Adriano Moreira, *A Espuma do Tempo. Memórias do Tempo de Vésperas*, 2ª reimpressão, Coimbra, Almedina, 2009, pp. 380-382, 400.

Almeida Santos foi o único interveniente no percurso descolonizador que esteve presente nas equipas negociais de todos os Acordos. Mas, segundo ele, apenas lhe coube a liderança negocial nos territórios que nunca tinham conhecido a guerra, porque Melo Antunes se concentrava, na altura, no processo angolano. Acabaram por ser os únicos acordos negociados em que se verificou um simulacro de autodeterminação.

Soares, na qualidade de ministro dos Negócios Estrangeiros, apenas liderou a negociação com a Guiné, precisamente aquela em que, apesar do Presidente Spínola querer impor a sua vontade, nada havia já a fazer. Nas negociações com Moçambique e Angola, enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros, Soares fez parte da delegação portuguesa às negociações, mas a liderança do processo era já do ministro sem Pasta, Ernesto Melo Antunes.

Foi este militar que a Coordenadora do Programa do MFA, com a força de que se achava investida, indigitou para o 2º Governo Provisório, quando o processo titubeava, com a missão de acompanhar a descolonização, retirando essa competência ao ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares. Melo Antunes liderou as negociações com as duas principais províncias ultramarinas. Sem dúvida, foi pragmático e objetivo na condução das mesmas, embora respeitando as orientações das estruturas de base militar a que pertencia, sem se sujeitar às superiores orientações políticas do Presidente Spínola. Ele próprio o confirmou, admitindo estar a defender a sua perspetiva sobre a descolonização, mas convicto de que era esta a vontade do MFA e o sentimento nacional.

Sobre o modo como correu a descolonização, Melo Antunes admitiu que cometeu alguns erros, mas recusou a ideia de que aquela foi a possível, acusando mesmo certos políticos que tal afirmam, de estarem a tentar desculpar-se e a branquear o seu papel na história. De forma perentória, garantiu que a descolonização era um objetivo fundamental para transformar o país e tinha de ser levada a cabo daquela forma porque assim fora concebida no projeto revolucionário.

Face ao exposto, será que Melo Antunes, enquanto militar e político, deve ser criticado pela não observância da lealdade que se lhe impunha para com as suas chefias no que respeita à descolonização? Ou, pelo contrário, pautando a sua conduta mais por valores éticos que politicos - como interpretou Eduardo Lourenço[922] - ele deve ser digno de admiração por exercer um imperativo de consciência, em respeito pelos valores que o

[922] *Vide* em 3.2.3.3, *supra.*

levaram a aderir e a desempenhar um papel fundamental no MFA, e em choque com aqueles que os quiseram adulterar?

As respostas, dependerão do ponto de vista de cada um. Ao historiador não compete julgar, mas apontar os factos e tentar compreendê-los.

Se Melo Antunes foi o elemento chave da descolonização, também foi o agente propulsor da passagem da descolonização à cooperação, devido ao relacionamento privilegiado que soube construir com o Terceiro Mundo (a que alguns chamaram política terceiro-mundista e outros preferiram designá-la como meloantunista). Acabou por ser elemento fulcral para convencer os não-alinhados e os dirigentes dos novos países de expressão portuguesa sobre a sinceridade dos seus propósitos em manter os laços de amizade e cooperação. Esse objetivo foi conseguido, pela confiança que soube transmitir devido à dupla faceta de político e de militar.

Também neste contexto da descolonização e da cooperação, outro "militar de Abril" tem de ser destacado: Vítor Crespo. O trabalho desenvolvido como Alto-comissário em Moçambique, num contexto particularmente difícil, foi reconhecido por figuras como Mário Soares, Almeida Santos e Jorge Sampaio e até pelo seu interlocutor moçambicano da altura, o Primeiro-ministro do Governo de Transição, Joaquim Chissano. Coube-lhe, igualmente, enquanto ministro da Cooperação e graças à experiência anteriormente adquirida, o mérito de ter sido capaz de dar por oficialmente encerrado o contencioso com Cabo Verde, Guiné e São Tomé.

Pelo que ficou dito, tomando como exemplo estes dois casos mais paradigmáticos, poder-se-á concluir que os militares, depois de terem sido os principais agentes da descolonização, foram também os maiores responsáveis pela consolidação dos laços que garantiram o início da cooperação. A eles terá de juntar-se ainda outro militar, Ramalho Eanes, com a diferença de que este não participou na Revolução, como os outros dois, porque se encontrava em Angola, e também não foi responsável pelo início da cooperação, mas pelo seu relançamento.

A ligação entre eles entronca no pensamento estratégico comum a todos aqueles que constituíram o designado "Grupo dos Nove", onde muitas vezes a temática era abordada, como recordaram Vítor Crespo e Ramalho Eanes, nas entrevistas que concederam.

Assistia-se, na altura, a uma completa deterioração da confiança entre portugueses e africanos, que nem os anos de guerra tinham conseguido desfazer. Os Acordos de Cooperação passaram a ser obsoletos face ao extremar de posições a que se havia

chegado. Foi graças à ação do Presidente Ramalho Eanes, que soube desligar os interesses do Estado dos interesses dos governos, que as relações se intensificaram e a cooperação se tornou o veículo fundamental que ele muito incentivou.

Numa época de grande confrontação ideológica Eanes soube ser pragmático e realista, interna e externamente, e com isso conquistou o respeito dos seus interlocutores, vencendo as barreiras da indiferença e, até, de profunda desconfiança com que os líderes africanos olhavam os políticos portugueses.

Numa deslocação à Guiné, Eanes afirmou que "os povos, apesar de não deverem esquecer o passado, têm de olhar para o futuro com realismo".[923] Não se limitou a teorizar e, para alcançar o que preconizava, usou o que se poderia designar como a *Diplomacia da Amizade e Proximidade*. Jogou tudo na política da afetividade, recebendo e indo ao encontro dos seus congéneres, sabendo tocar no mais íntimo de cada um, com gestos simples e naturais, mas que caíram fundo junto dos seus interlocutores. Joaquim Chissano deu testemunho disso mesmo, ao considerar exemplar a forma como ocorreu o reencontro entre Moçambique e Portugal graças à aproximação entre Eanes e Samora Machel, que se viria a consubstanciar numa relação de admiração e de profunda amizade.

O Presidente Ramalho Eanes teve, pois, a visão prospetiva da História que faltou aos políticos, condicionados por outros imperativos.

Graças ao empenho no acompanhamento da política externa, em particular nas relações com os países de língua portuguesa, atuação que os seus críticos designavam, depreciativamente, de "Diplomacia Paralela", foi possível dar os passos necessários para credibilizar o país e dinamizar a cooperação. Esta foi também uma condição necessária para ultrapassar o diferendo entre Cooperação e Contencioso, que aportava uma mistura explosiva nas relações bilaterais, como o próprio Presidente Agostinho Neto havia referido em Bissau.

Separar estas duas realidades não era do agrado dos sucessivos representantes do Ministério das Finanças, pois consideravam indispensável mantê-las no mesmo patamar negocial, para ganhar num, em troca do outro, o que resultava permanentemente num choque entre o passado e o futuro. De um lado estava a permanente recordação da herança da descolonização e, do outro, a perspetiva de um futuro diferente assente nas relações de amizade, cooperação e negócios. Em torno de uma solução para o problema desenrolou-se muita da evolução da arquitetura institucional.

[923] AHD-PAA Prov. Maço 142, [s.a.], "Eanes regressou da Guiné Bissau convicto que os traumas da descolonização já pertencem ao passado", *O Dia*, de 26/02/79, p. 20.

Ultrapassada a fase mais crítica do relacionamento e com novas perspetivas no horizonte, um conjunto de fatores, como as exigências de rigor no planeamento interno após o início dos trabalhos das comissões mistas, a preparação com os parceiros dos Programas e Ações de Cooperação e a obrigação de não defraudar expetativas, obrigaram ao aperfeiçoamento progressivo do modelo e dos procedimentos. Assim, no final de 1979, reestruturou-se o aparelho da cooperação e nasceu no ano seguinte, outro suporte operativo para uma nova filosofia de cooperação que se desejava implementar.

A solução que acabou por ser adotada consistiu na criação de dois novos organismos, a DGC e o ICE, no âmbito do Ministério dos Negócios Estrangeiros, por força de uma necessária coordenação da representatividade externa, onde a cooperação seria um importante vetor de afirmação e elemento da estratégia negocial do Estado. Por outro lado, se o comando da cooperação saísse do MNE, perdia-se o primado da política. Desta forma, naquela conjuntura, sem descurar os aspetos económicos, pretendia-se dar primazia à avaliação política, diluindo-se nela, progressivamente, a negociação do contencioso.

Se este era um objetivo de representação externa que se pretendia atingir, é preciso não esquecer que também era necessário assegurar uma maior coordenação interna. Foi isso que visou a reestruturação de 1979, extinguindo muitos dos organismos existentes, alguns ainda do tempo do antigo Ministério do Ultramar, e também o Gabinete Coordenador da Cooperação, que se vinha mantendo desde dezembro de 1974, para ajudar a responder aos desafios do relacionamento com as antigas colónias.

Esse novo enquadramento, apesar dos avanços conseguidos, não foi bem sucedido, porque o sistema dual que se implementou, com a criação não de um, mas de dois organismos, bem distintos nos seus objetivos, e sobretudo a manutenção de um modelo descentralizador da cooperação em que cada ministério tinha uma autonomia de que não abdicava, não se conciliava com qualquer tentativa de coordenação. Apesar desta disfuncionalidade, este foi o modelo que se manteve em Portugal até à fusão do ICE com a DGC em 1994[924].

[924]Com o Dec. Lei nº 60/94 de 24 de fevereiro, deu-se a fusão e foi criado o Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) que o diploma pretendia que viesse a ser o único interlocutor institucional do Estado português no âmbito do planeamento, da coordenação, do acompanhamento e da avaliação da política de cooperação portuguesa". *Vide*, para perceber como e porque falhou mais uma vez este propósito, o livro a *Cooperação Portuguesa. Uma leitura dos últimos quinze anos de cooperação para o desenvolvimento 1996-2010,* Lisboa, IPAD, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2011, pp. 50-61.

Independentemente das dificuldades desta fase inicial de relacionamento com as antigas colónias portuguesas, onde houve mais ajuda que cooperação e, em lugar de projetos estruturantes, se davam respostas casuísticas, baseadas no envio de cooperantes e em missões técnicas, os dirigentes da altura tiveram uma linha de orientação estratégica. Caracterizou-se não apenas pela solidariedade, mas sobretudo por um esforço de manutenção dos laços existentes, onde a língua seria o cimento de união e a cooperação acabaria por fluir. A língua era, e ainda é, o melhor e mais barato investimento pelo retorno que propicia. [925]

Sendo a política de cooperação um desígnio nacional, tinha de haver quem a acompanhasse e a executasse e essa missão coube a diplomatas, técnicos e cooperantes. Uma referência particular deve ser feita a estes últimos, homens e mulheres que nos períodos mais difíceis das relações bilaterais do pós-independência e em condições bem adversas, garantiram a manutenção dos laços feitos de afetos e partilhados na mesma língua. Refiram-se ainda os diplomatas que, colocados nas novas Missões, numa época difícil e de grande crispação ideológica, deram um excelente contributo para que as relações se mantivessem e a cooperação fluísse. Por fim, há que realçar o trabalho dos técnicos portugueses que, ano após ano e apesar das muitas vicissitudes políticas que iam perturbando e atrasando as mais diversas missões de cooperação, demonstraram competência onde muitos outros jogaram interesses.

Em suma, todos estes agentes, falando a mesma língua, investindo nas relações, manifestando uma capacidade de trabalho tão apreciada pelos africanos, conseguiram atingir o desejado retorno social, económico e político, de forma sustentada, ou seja, o chamado capital social que ainda hoje perdura e se constituíu como o maior ganho obtido nesta primeira fase das relações bilaterais entre Estados livres e independentes.

Apesar dos altos e baixos desta cooperação e das habituais carências orçamentais, nunca os portugueses, ao longo dos anos, puseram em causa a existência desta política pública, independentemente das suas simpatias políticas. Mas começa a haver cada vez mais consciência que, no mundo global e interdependente de hoje, é preciso apostar e reforçar o papel da cooperação para o desenvolvimento. Os jovens lideram nesse apoio, como indica o mais recente Euro-barómetro da União Europeia, divulgado em 13 de janeiro de 2015. Portugal, entre os 28 países, ocupa um lugar no pódio dos mais

[925] *Vide* em 4, *supra*.

empenhados, logo atrás da Suécia e Chipre: mais de nove em cada dez portugueses apoiam este tipo de ajuda.

Quando se fala em cooperação, a maior parte dos portugueses associa imediatamente esta política aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa que são parte integrante da lusofonia.

Este é um conceito que não é pacífico, aceite por uns e criticado por outros, conforme o prisma sob o qual é analisado; não deve ser visto de forma maniqueísta, reduzido a óticas exclusivamente políticas ou linguísticas, mas como um conceito que aposta na riqueza da diversidade cultural e na economia, num contexto global, de modo a que esta interligação seja proveitosa para todos.

Mesmo que, no presente, tenha uma forma supletiva, a lusofonia pode vir a ser, para Portugal, uma via alternativa à Europa, onde será sempre aquilo que os outros o deixarem ser. Na verdade, o país é cada vez mais periférico, quer física quer politicamente, na medida em que a União Europeia se desloca para Leste, numa conjuntura internacional que os portugueses não podem ignorar. Se as prioridades são outras, é preciso Portugal estar preparado e pensar por antecipação que o futuro também pode passar por este espaço alargado onde se fala a língua de Camões.

Neste estudo salientámos os fatos mas também os homens, enquanto sujeitos deste período da história, e daí a abordagem histórica qualitativa porque se optou ao longo deste trabalho, pela procura das suas razões mais profundas, não apenas no âmbito da descolonização mas, igualmente, no da subsequente cooperação. Houve a preocupação de investigar para além dos valores envolvidos, de procurar os sujeitos e as suas motivações, as ações e os resultados alcançados, as causas e as consequências deste processo, fundamentais para construir novos alicerces nas relações entre povos que se conhecem há séculos.

Ficam em aberto campos de estudo que requerem novo tipo de investigação, eventualmente de natureza económica, para que outros, com mais capacidade nesses domínios, os possam aprofundar.

"Onde estamos afinal?

Simbolicamente, não num sítio muito diverso do que era o nosso há vinte anos, mas desta vez e para sempre não sós. Como todo o Ocidente, tornámo-nos «todo o Mundo e ninguém»".[926]

[926] Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade, Psicanálise mítica do Destino português, op. cit.*, pp.14-15.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

1. Arquivos

1.1. Arquivo da Cooperação do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

08.01/04, GCC, Informações e Análises 1974, 29 de julho de 1974.

08.01/01, CND, Informações e Análises 1974.

08.04/02, Guiné-Bissau, "Relatório da deslocação à Guiné-Bissau da Comissão para estudo e resolução das questões suscitadas pela transferência da Administração Portuguesa na Guiné 2-12 outubro de 1974".

08.02/01, Diversos Documentos Relativos ao Acordo Assinado no Alvor, Fotocópias, "Reunião Cimeira com os Movimentos de Libertação de Angola - Sugestões de Angola", [s.d.].

08.01/05, Anexos, "Descolonização, Cooperação Técnica e Assistência Financeira", 1974-1975.

08.01/01, Moçambique, Informação de serviço do Secretariado Geral do Alto-comissário, 15 de janeiro de 1975.

08.06/03, GCC, Moçambique Informações e Análises 1975, Negociações Fase I.

01.01/04, GCC. Parecer enviado ao PM, em 3 de maio de 1975.

08.07/02, Cooperação Portugal/São Tomé.

08.07/03, Negociações com São Tomé e Príncipe, I Fase de 2 a 7 /6/1975.

08.06/02, GCC, República Popular de Moçambique, "Relatório da Delegação Portuguesa às Negociações com Moçambique", Dez. 1974 – jan. 1976.

01.01/02, Projecto de Dec-Lei, [s.d.].

08.07/06, Conversações 2º Fase, Rep., D. de S.T.P. Documentos. [s.d.].

08.07/08, S. Tomé, Conversações. Março 1976 "Comunicado Conjunto", 23 de março de 1976.

01.01/11, DGC, Fernando Reino, Informação de serviço, 4 de agosto de 1976.

01.01/09, GCC/MNE, "Memorando", 5 de agosto de 1976.

01.01/09, GCC, Memorando, 6 de agosto de 1976.

01.01/01, DGC, "Questões Decorrentes da Descolonização e Problemas da Cooperação", [s.d.].

01.01/10, Política Norte-Sul, "Missão à Alemanha Federal, Bélgica e França para o estudo de assuntos relacionados com a Cooperação entre 9 e 29 de janeiro de 1977" Lisboa, 26 de fevereiro de 1977.

01.01/10, José Medeiros Ferreira, Despacho, 14 de abril de 1977.

07.04/01, Informações 1977, Mattos Parreira, Informação de serviço, nº128/77, "A competência do Gabinete Coordenador para a Cooperação", 18 de abril de 1977.

08.06.10, Moçambique, Preparação das Negociações I, janeiro de 1978, "ICE – O seu papel na coordenação da gestão das participações do Estado Português", 02 de maio de 1977.

[…] 9383, Relatório das Actividades do GCC, Ferreira Leite, Apontamento nº 91/SEF/77, "Assuntos económico-financeiros de maior relevância em que interveio ou intervém o Gabinete Coordenador para a Cooperação", 21 de junho de 1977.

01.01/02, GCC, Relatório sobre actividades do GCC, Maria de Brito, Ofício nº223/SA/77, "Despesas com a Cooperação", 6 de julho de 1977.

09.01/02, Informação de serviço nº 223/SA/77, "Despesas da Cooperação", de 6/7/77.

02.02.01/02, GCC, "Regulamento do Conselho Administrativo", 6 de outubro de 1977.

01.01/11, DGC, Leite Cruz, Informação de serviço, "Projecto de uma Secretaria de Estado da Cooperação no Ministério dos Negócios Estrangeiros" [s.d.]

08.06/10, Moçambique, Preparação das Negociações, janeiro/1978, "Breve anotação sobre a evolução das negociações e relações entre Portugal e Moçambique no período que antecedeu imediatamente a independência daquele Estado e no que se lhe seguiu".

08.06.10, Moçambique, Preparação da Negociações I, janeiro/78.

13.04.03/04, GCC/MNE, Reunião da Comissão Mista Permanente de Cooperação Luso-Guineense, 27 de janeiro a 3 de fevereiro de 1978, "Cooperação Desenvolvida entre o Estado Português e o Estado da Guiné-Bissau em 1978", Anexo 3.

08.06/15, Moçambique, G. T. 6, Coordenação das Acções de Cooperação, Relatório, "Negociações com a República Popular de Moçambique", março de 1978.

01.01/11, DGC, Leite Cruz, MIOC, "Alguns esclarecimentos e pequenas alterações ao projecto de diploma criando uma Direcção Geral de Cooperação no Ministério dos Negócios Estrangeiros", 20 de abril de 1978.

09.02/01, Angola, Grupo de Trabalho: Sá Coutinho, Leite Cruz e Paulouro das Neves, "Relações entre Portugal e Angola", Relatório Dossier Económico 1978, maio de 1978.

01.01/10, Nota 98/AT/78, 8 de junho de 1978, "Parecer sobre o Projecto de Diploma criando a Direcção Geral de Cooperação pedido pela Nota do Gabinete do Ministro de 1 de maio de 1978".

01.01/10, Nota 98/AT/78, 8 de junho de 1978, "Parecer sobre o Projecto de Diploma criando a Direcção Geral de Cooperação pedido pela Nota do Gabinete do Ministro de 1.5.78".

10.03.02, Acordos 1978/79, Apontamento (s.a.), "Exame da cooperação já realizada com Angola e seu confronto com a que tem sido efectuada com os restantes países de expressão portuguesa. Perspetivas futuras da Cooperação", (s.d.) com indicação manuscrita de ter sido enviada ao PR em 22 de junho de 1978.

01.01/12, Paulo Ennes, Apontamento, 16 de novembro de 1978.

01.01/11, João da Cunha Matos, "Apontamento Reservado", 16 de novembro de 1978.

01.01/12, Informação nº2/79 da Assessoria das Relações Internacionais da Presidência da República, "Parecer sobre os Organismos de Cooperação", 16 de janeiro de 1979.

01.01/12, Direcção Geral dos Negócios Políticos, "A Cooperação como tarefa do MNE", 17 de janeiro de 1979.

13.04.03/04, ICE, Documento para a Reunião da 2ª Comissão Mista Permanente de Cooperação Luso- Guineense – 27 de janeiro a 3 de fevereiro de 1979.

13.04.03/03, 2ª Comissão Mista, 1ª Comissão Paritária Geral, 1º Volume 1979, [s.a.] "Programa de Cooperação com as Repúblicas de Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe".

01,01/11, Gabinete de Informação e Cooperação Internacional, "Comentário ao Projeto de Decreto-Lei que estabelece a Direcção Geral de Cooperação no MNE", 12 de abril de 1979.

01.01/12, Gabinete do Primeiro-ministro, Nuno Valério, "Projecto de Decreto criando a Direcão Geral de Cooperação do Ministério dos Negócios Estrangeiros", [s.d.] abril de 1979.

01.01/12, Ministério da Indústria e Tecnologia, "Direcção Geral De Cooperação, Projecto de Diploma", 26 de abril de1979.

13.04.03/03, Ofício 1812, à Comissão Instaladora do ICE, "Programa de cooperação com as Repúblicas d Cabo Verde, Guiné Bissau e S. Tomé e Príncipe", 4 de maio de 1979.

13.04.02/07, 1979, 3ª Reunião da Comissão Permanente de Cooperação Luso-Santomense, Antero Nobre/Pereira Bastos, Apontamento nº 165/SE/79, "Reunião das Comissões Mistas Permanentes de Cooperação com Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe", 11 de maio de 1979.

13.04.05/05, Cabo Verde/São Tomé e Príncipe, Comissões Mistas 1979, Despacho, 18 de maio de 1979.

01.01/12, Informação de Serviço, "Direcção-Geral de Cooperação, Projeto de Decreto-Lei", 18 de junho de 1979.

01.01/12, Anexo à Informação de serviço, "Direcção Geral De Cooperação. Projecto de Dec. Lei", 18 de junho de 1979.

01.01.12, Apontamento confidencial de Cunha Matos, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 8 de agosto de 1979.

09.02/10, DGC, Guiné, 1979/80, "Quadro XXII, Cooperantes e Missão de Cooperação na República da Guiné Bissau em 1979".

02.02.01.06, "Memória descritiva" de 14 de agosto de 1980.

13.04.03/08, 3ª Reunião da Comissão Mista Luso Guineense, Pasta II, "Tópicos para a Intervenção Inicial de Sua Excelência O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros", 1980.

09.02/16, DGC, Guiné, 1979/80, Relatórios, "Súmula das Principais acções desenvolvidas pela Direcção-Geral de Cooperação em 1980".

13.04.02/08, 4ª Comissão Mista, 1º vol., p. 12, outubro de 1980.

13.10.03/06, General António Gonçalves Ribeiro, "Cooperação Técnico – Militar com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, Relatório de Actividades", Ministério da Defesa Nacional, 1998, pp.1-20.

1.2. Arquivo Histórico-Diplomático/Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

PAA Prov. S/Nº3 Processo 980,942, [s.a.], "Memorando – Apoio à Guiné Bissau", [s.d.].

PAA Prov. Maço 10, "Descolonização Geral 1974/78".

PAA 66, Processo 945 Moçambique Independência 1974/ 78, [s.a.], Apontamento do Gabinete do Ministro, 22 de julho de 1974.

PAA Prov. Maço 15 Processo 940, Almeida Santos e Veiga Simão, "Esboço de uma linha de atuação política para os territórios ultramarinos" e "contributo para o Estudo de uma forma de cobertura do Risco Político dos Investimentos Públicos e Privados Portugueses na Guiné em Angola e em Moçambique", [s.d.].

POI Maço 686, Telegrama n.º 780 da Missão Permanente de Portugal junto da ONU, 8 de outubro de 1974.

PAA Prov. Maço 10, Fernando Reino e Alexandre Lencastre da Veiga, Informação de serviço, "Descolonização e Cooperação", 15 de outubro de 1974.

Arquivo – Gabinete do Ministro 1974, Veiga Simão, Telegrama nº 1043, nº geral 14751, recebido da Embaixada de Portugal na ONU em Nova Iorque, 8 de dezembro de 1974.

PAA Prov. Maço 25 Processo 942, [s.a.], "Missão da Força Aérea na G.B"., 17 de janeiro de 1975.

PAA Processo 940, [s.a.] Ofício 144 de 30 de janeiro de 1975.

PAA Prov. Maço 25 Processo 942, [s.a.] "Missão da F.A.P. em Bissau", 27 de fevereiro de 1975.

PAA, 44,1975, 334,10, 330/EUA, "Presidente Ford e Portugal", Ofício nº 410 da Embaixada Portuguesa em Washington, 8 de maio de 1975.

PEA, Questões Ultramarinas, ano de 1975. "Reunião do Comité dos 24 em Lisboa", Circular POI 9, Proc. POI 4.1, Direcção Geral dos Organismos Internacionais do MNE. "Reunião do Comité dos 24 em Lisboa", 25 de junho de 1975.

PAA Prov. Maço 10, [s.a.] Nota 370 da Embaixada de Portugal em Roma, 22 de julho de 1975.

PAA 980,945-1974/75. Telegrama nº 93, nº geral 12222 da Embaixada de Portugal em Maputo, 12 de agosto de 1975

PAA 149, 980,945-1975-78. Telegrama nº 138, nº geral 13619 da Embaixada de Portugal em Maputo, 3 de setembro de 1975.

PAA Prov., Maço 10, 940 Geral 1974/78, Permanent Missions of Portugal to the United Nations Discours pronnonce par M. José Manuel Galvão, Representant Permanent du Portugal, devant la XXXème session de L´Assemblee Generale des Nations Unies, le 21 de novembre 1975.

PAA Prov. Maço 19, Descolonização Geral 1974/78. Telegrama da Representação Portuguesa em Luanda, nº 228, 6 de março de 1976.

PEA, Maço 29, 1976, coleção de telegramas recebidos ano de 1976, Despacho Telegráfico nº 144, 15 de abril de 1976.

PAA Prov. Maço 31 Processo 942,1, Queirós de Barros, Informação de serviço, "Relações de Portugal com a Guiné-Bissau", 30 de junho de 1976.

PAA 945, 980,945, Telegrama nº 438, nº geral 15629 da Embaixada de Portugal em Maputo, 31 de agosto de 1976.

PAA Prov. Maço 20, [s.a.], Informação de serviço da Embaixada de Portugal na Guiné, "Balanço da situação", 15 de setembro de 1976.

PAA 945, 980,945. Telegramas da Embaixada de Portugal em Maputo, nº 483, nº geral 17853-17854, 9 de outubro de 1976.

PAA 149, 945,7, 980,945 geral 1975/78. Telegrama nº 512/513, nº geral 18585 a 18586 da Embaixada de Portugal em Maputo, 21 de outubro de 1976.

PAA 1974/77, Processo 980,945, "Relatório do Conselheiro de Embaixada Manuel Antunes Caldas Faria". Embaixada de Portugal em Maputo, 31 de dezembro de 1976.

Arquivo - Gabinete do ministro, GM 176, ano 1976/77.

PEA, Maço 10, 1976/1977.

PAA Prov. Maço 157 Processo 981,8-1975-78, telegrama nº 46 da Missão Permanente de Portugal em Nova Iorque, 28 de fevereiro de 1977.

PEA Maço 29, 1977/76, Ofício, de 10 de março de 1976, coleção de telegramas recebidos. Missão ONU, telegrama nº 60, da Missão Permanente de Portugal em Nova Iorque, 28 de fevereiro de 1977.

PAA Prov. Maço 140, telegrama da Embaixada de Portugal na Praia, nº geral 8238, 28 de de 1977.

PAA 63, Processo 944,9, “Informação constante da Comunicação do Instituto para a Cooperação Económica de 2 de maio de 1977”.

PAA Prov. Maço 145, [s.a], Angola set/out 1977, “Declarações do Dr. Agostinho Neto na reunião após divulgação do comunicado comum entre o P.S. e o MPLA”.

PAA Processo 980,940, [s.a.], Apontamento “cooperação técnica-militar nos países de expressão portuguesa”, 14 de dezembro de 1977.

PAA, Prov., Maço 147, 980,944, “Despacho”, 17 de janeiro de 1978.

PAA Prov. Maço 10, Descolonização Geral 1974/78, telegrama recebido da Embaixada em Bissau nº 115, nº geral 3014, 16 de fevereiro de 1978.

PAA Prov. Maço 10, Descolonização Geral 1974/78, telegrama da Embaixada em Bissau nº 118, nº geral 3118, 17 de fevereiro de 1978.

PAA, Prov. 945,1, 74/75, telegrama da Embaixada em Maputo, nº 166, nº geral 3124, 17 de fevereiro de 1978.

PAA Prov. Maço 10, Processo 940, Descolonização Geral 1974/78, telegrama da Embaixada em Bissau nº 125, 20 de fevereiro de 1978.

PAA Prov. Maço 10, Descolonização Geral, telegrama da Embaixada em Bissau nº 26, 25 de fevereiro de 1978.

PAA Prov. Maço 143, Nota nº 1146 do GCC para DGNP, 27 de fevereiro de 1978.

PAA Prov. Maço 10, Processo 940, Descolonização Geral de 1978, Rocha Páris, “1º Encontro dos Ministros de Educação e Educadores de Moçambique, Angola, S. Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo Verde. “Informação de Serviço, de 10 de abril de 1978.

PAA Prov. Maço 157, Processo 981,8, 1975/78, telegrama da Embaixada de Portugal em Maputo, nº 365, nº geral 6454, 18 de abril de 1978.

PAA, Maço 10, Processo 940, 1974/78 Descolonização Geral, telegrama da Embaixada de Portugal em Paris, nº A-269, nº geral 94 47, “Resenha Imprensa- Reunião Países Lusófonos de África”, 10 de maio de 1978.

PAA Prov. Maço 15, telegrama da Embaixada Portuguesa em Maputo, nº 139, 20 de maio de 1979.

PAA Prov. Maço 140, telegrama da Embaixada de Portugal na Praia, nº A-61, 23 de junho de 1978.

PAA Prov. Maço 25, Processo 942, telegrama da Embaixada de Portugal em Bissau nº533-53, nº geral 20023-20026, 27 de junho de 1978.

PAA 147, 980, 41, telegrama da Embaixada de Portugal em Luanda nº 562, nº geral 12 646, 27 de junho de 1978.

PAA Prov. Maço 140, telegrama da Embaixada de Portugal na Praia, nº A-61, 23 de junho de 1978.

PAA Processo 944/2AT, telegrama da Embaixada de Portugal em Londres, nº328, 1 de julho de 1978.

PAA Prov. Maço 145, telegrama da Representação Portuguesa em Luanda, nº629, 7 de julho de 1978.

PAA Prov. Maço 45, Processo 944/FRA, telegrama da Embaixada de Portugal em Paris, nº A- 344, 7 de julho de 1978.

PAA, 147, 980,944, telegrama da Embaixada de Portugal em Oslo, nº 172, nº geral 13819, de 12 de julho de 1978.

PAA Prov. S/Nº3, telegrama da Embaixada portuguesa em Bissau, nº A-35, nº geral 14578, 21 de julho de 1978.

PAA Prov. Maço 31, Processo 942,1, telegrama Confidencial da Embaixada em Bissau, nº717,718, nº geral 18844/45, 4 de outubro de 1978.

PAA Prov. 945,1, 74/75, Nota Interna MIOC nº 635/78 de 6 de outubro de 1978.

Arquivo - Gabinete do Ministro 1978-84, [s.a.], "Apontamento nº 287/SI/78" de 15 de outubro de 1978.

PAA, 981,8, 1975/78.Gabinete do Ministro, Despachos de S.E. o Ministro dos Negócios Estrangeiros, 1978-1979, Despacho de 7 de fevereiro de 1979.

PAA Prov. Maço 142, recortes de Imprensa, "Eanes regressou da Guiné Bissau convicto que os traumas da descolonização já pertencem ao passado", *O Dia,* de 26 de fevereiro de 1979, p.20.

Arquivo - Gabinete do Ministro, assinatura inelegível, Apontamento manuscrito, em [s.d.] de outubro de 1979.

PAA Prov. Maço 72, Processo 945, telegrama da Embaixada de Portugal em Brasília, nºA-27, (…) março de 1980.

1.3. Arquivo Histórico Ultramarino

Fundo do IARN, M/7/1 a M/1975, Secção M., Carta da Comissão dos Espoliados do Zaire.

1.4. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Arquivo Melo Antunes

[A família de Melo Antunes não respondeu aos dois pedidos formulados para consulta do Arquivo pessoal].

Fundo Particular: *Documentação doada pelo Vice-Almirante Vicente Almeida d`Eça*

Descolonização de Cabo Verde – Governo de Transição, "Aspectos mais salientes relativos ao serviço militar no período de 24 de Dez 74 a 05 julho 75", Exposição apresentada pelo General Amílcar Fernandes Morgado nos Cursos da Arrábida em 2 de outubro de 1998. Caixa 4, capilha 17 / MF 6131, pp. 418-446.

Descolonização de Cabo Verde – Governo de Transição, "Cópia do Acordo entre o Governo Português e o PAIGC de 19 de dezembro de 1974". Caixa 1, cap.1, nº1 / MF 6129, pp. 3-8.

Descolonização de Cabo Verde – Governo de Transição, "Levantamento do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente de Cabo Verde, em dezembro de 1974 decorrente do Acordo entre o Governo Português e o PAIGC", Exposição apresentada

pelo General Vasco Wilton Pereira, na Conferência da Arrábida a 2 de outubro de 1998". Caixa 4, cap.17 / MF 6131, pp.403-407.

Descolonização de Cabo Verde – Governo de Transição, "Depoimento do Dr. Carlos Reis, ex. ministro da Justiça e dos Assuntos Sociais do Governo de Transição", feita na Cidade da Praia em 13/02/2003, Caixa 4, cap. 18 / MF 6131, pp. 457-462.

Descolonização de Cabo Verde – Governo de Transição, "Última parte da Exposição apresentada pelo Vice-Almirante Almeida D`Eça", Conferência da Arrábida a 2 de outubro de 1998, Caixa 4, cap. 17 / MF.6131, pp.447-455.

2. Fontes impressas

2.1. Memórias Biográficas

AMARAL, Diogo Freitas do, *O Antigo Regime e a Revolução, Memórias Políticas (1941-1975)*, 6ª ed., Venda Nova, Bertrand/Nomen, 1996.

MATEUS, Rui, *Contos Proibidos. Memórias de um PS Desconhecido,* Lisboa, D. Quixote, 1996.

MOREIRA, Adriano, *A Espuma do Tempo. Memórias do Tempo de Vésperas,* Coimbra, Almedina, 2009.

OLIVEIRA, Jorge Eduardo da Costa, *Memórias de África 1961-2004: figuras e factos da minha vida,* Lisboa, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2005.

RIBEIRO, General Gonçalves, *A Vertigem da Descolonização, da Agonia do Êxodo à Cidadania Plena, col. História,* Mem Martins, Inquérito, 2002.

SANTOS, António de Almeida, *Quase Memórias do Colonialismo e da Descolonização,* 1º vol, Lisboa, Casa das Letras, 2006.

SANTOS, António de Almeida, *Quase Memórias da Descolonização de cada Território em Particular,* 2º vol, Lisboa, Casa das Letras, 2006.

SOARES, Mário, *Memória Viva,* Biblioteca Primeiras Pessoas, 1ª ed., Vila Nova de Famalicão, Ed. Quasi, abril de 2003.

SOARES, Mário, *Mário Soares um político assume-se, Ensaio Autobiográfico Político e Ideológico,* Lisboa, col Temas e Debates, Círculo dos Leitores, 2011.

SPÍNOLA, António de, *País sem Rumo, contributo para a História de uma Revolução,* Lisboa, Scire, 1978.

SPÍNOLA, António de, *Portugal e o Futuro*, Lisboa, 3ª ed., Lisboa, Arcádia, 1974.

2.2. Publicações Periódicas

A Capital, Destacável "Plano Económico de Transição" de 21 de fevereiro de 1975

A Capital [s.a.], "Presidente Senhor afirma que Portugal está no bom caminho ao desenvolver a cooperação com todos os Estados Lusófonos" de 3 de março de 1979, p.2, 4.

ALMEIDA, São José, entrevista com Almeida Santos, "30 Anos do 25 de Abril - Melo Antunes e Almeida e Costa acordam com a Frelimo as bases do futuro Acordo de Lusaca", *Público*, 11 de abril de 2004, pp.12-14.

A República, [s.a.] "O Programa do Movimento", 2ª ed., 26 de abril de 1974, pp. 1, 11.

Boletim Informativo das Forças Armadas, [s.a.] "Angola especial", nº 19, 30 de maio de 1975, p.5.

CARTAXANA, Rui, "Almeida Santos ao S.I. Da Descolonização à Cooperação", *Século Ilustrado*, Lisboa, 26 de abril de 1975, pp. 18-28, 72-76.

CASTAÑO, David, "Abrindo a Caixa de Pandora; Mário Soares e o início da Descolonização", *Revista de Relações Internacionais*, nº35, Trimestral, setembro de 2012, pp. 65-79.

COMÉRCIO DO PORTO, [s.a.] "Sá Machado Ministro dos Negócios Estrangeiros: Relações entre Portugal e Angola sem «diplomacias paralelas»", 28 de Junho de 1978, p.8.

COSTA PINTO, António, "O fim do Império colonial português – Série Fim do Império" (VI), *Público*, de 22 de janeiro de 2015, p.33.

CRAVINHO, João Gomes, "A traxectoria da cooperación oficial portuguesa", *Tempo Exterior*, nº9, julho/dezembro 2004, pp.49-64.

CRESPO, Vítor, "Balanço da Descolonização", *A Luta*, 30 de dezembro de 1975, *apud* Aniceto Afonso, "Portugal de Abril", *História Contemporânea de Portugal,* vol. II, Amigos do Livro Editores, 1985, pp. 272-275.

Diário Económico, [s.a.], *Revista do Séc. XX. Uma Visão Política, Económica e Social do Século XX Português,* vol. III, 1950-1973, nº 2297 de 24 de março de 2000, pp. 1-64.

Diário Económico, Ernesto Melo Antunes, "Fazer a Descolonização", *Revista do Séc XX, Uma Visão Política, Económica e Social do Séc. XX Português*, vol. IV, Citações 1974-1999, nº 2302 de 31de março de 2000, p.1.

Diário Económico, Francisco da Costa Gomes, "Discurso Traiçoeiro", *Revista do Séc. XX, Uma Visão Política, Económica e Social do Séc. XX Português,* vol. IV, 1974-1999, nº 2302 de 31 de março de 2000, p. 1.

Diário de Notícias, [s.a.], Suplemento Especial "Governo quer projetos – âncora para nova economia azul", Painel 3, de 22 de janeiro de 2013.

Expresso, [s.a.], "TAP aumenta ligações com Angola e Moçambique", 13 de junho de 1975, pp. 1, 6.

FERREIRA, Eduardo Paz, "As boas relações são possíveis", *Expresso,* 24 de fevereiro de 1979, p. 8.

FERREIRA, Manuel Ennes, "Nacionalização e confisco do capital português na indústria transformadora de Angola (1975-1990", *Análise Social,* Vol. XXXVII (162), 2002, pp. 47-90.

FREITAS, Carolina de, "Alexandra Marques, Dentro da descolonização de Angola", *Jornal de Letras,* nº 1119 de 21 de agosto a 3 de setembro de 2013, pp.34-35.

Informar/*Portugal*, João Augusto de Médicis, "CPLP - A Língua é um grande facilitador de negócios", artigo de opinião, Ano II, nº 8, 2002, pp. 83-84.

Jornal do Brasil, "Países de língua portuguesa da África fazem acordo económico", Rio de janeiro, 31 de março de 1980.

Jornal Novo, [s.a.] "Eanes na Guiné, Acordo técnico-militar examinado em Bissau", 23 de fevereiro de 1979, p. 9.

LOPES, Ernâni Rodrigues, *Notícias CPLP,* "Lusofonia: conceito e realidade*",* julho-agosto de 2007, p. 4.

LUSOFOCUS, «Ponto Final, "Os PALOPS"», 20 de novembro de 2002.

MADRINHA, Fernando, "Um General Também Chora", *Expresso,* 30 de novembro de 2013.

MARTINS, Guilherme de Oliveira, *Revista Africana Studia,* "Lusofonia – Desenvolvimento e Cultura – Colaboração ou Mútua Exclusão", nº18 de 2012, pp. 19-22.

OJE, [s.a.] "Riqueza do espaço lusófono pode aumentar", 25 de fevereiro de 2014, p.11.

O Jornal, [s.a.] "Que política externa para África?", Debate, Mesa redonda com Vítor Crespo, João Lima, F. P. Balsemão, Sá Machado e Aboim Inglês sobre a posição de Portugal face aos novos países de expressão portuguesa, nº180 de 6 de outubro de 1978 Ano IV e nº 181, de 13 de outubro de 1978, Ano IV, pp.14-16.

O Primeiro de Janeiro, [s.a.], "Razões da primazia da primeira embaixada em Portugal", 4 de dezembro de 1975.

O Século, [s.a.], "Reações Internacionais ao Acordo da Penina – Portugal na Presidência da 30ª Assembleia Geral da ONU", 17 de janeiro de 1975, p. 7.

O Século, [s.a.], "Agostinho Neto ao chegar a Lisboa - Temos condições óptimas para um mínimo de entendimento", 17 de janeiro de 1975, pp. 6-7.

PARREIRA, José de Matos, *Nação e Defesa*, "As Relações de Cooperação ente Portugal e os Novos Países Africanos de Expressão Portuguesa", Lisboa, Ano IV, nº 10, abril-junho de 1979, IDN – Portugal, pp. 107-130.

Público Magazine, [s.a.] "Melo Antunes, Consciência da Revolução", 9 de janeiro de 1994, pp.13-22.

RAFAEL, Armando, "Especial 30 Anos da Revolução dos Cravos - A Missão secreta de Dar-es-Salam", *Diário de Notícias,* 20 de abril de 2004, pp. 9-12.

RIBEIRO, António Pinto, "Política Cultural – para acabar de vez com a Lusofonia", *Revista Épsilon*, 18 de janeiro de 2013.

VIEIRA, Joaquim, "Os que não voltaram", *Expresso,* nº 1122 de 30 de abril de 1994.

SANTOS, Pedro Rafael dos, Onofre Isabel, "Almeida Santos, Descolonização Assentou em Lei Anónima", *Visão,* 07 de abril de 1994, pp. 36-38.

2.3 Legislação

Diário do Governo: Desde 13/07/1973 até 07/02/76.
Diário da República: Desde 05/07/76 até 04/01/2005.

3. Fontes orais

3.1. Entrevistas registadas com suporte eletrónico:

- Joaquim Chissano em 9/01/2013, no Pestana Palace Hotel, em Lisboa.

- Paulo Ennes em 20/05/2013, na sua Residência, na Av. 5 de Outubro, em Lisboa.

- Vítor Crespo em 14/07/2011, no Clube Naval, em Lisboa.

- Ramalho Eanes, em 17 e 25 de julho de 2013, no seu gabinete de trabalho da Rua Miguel Bombarda, em Lisboa.

3.2. Entrevistas registadas com suporte magnético:

- Luís Gaspar da Silva em 9/05/2011, no IPAD, Av. da Liberdade, 6º em Lisboa.

3.3. Não responderam aos pedidos formulados:

- Mário Soares [por motivos de saúde];

- Medeiros Ferreira [por motivos de saúde];

- António de Almeida Santos;

- Jorge Sampaio;

- Fernando Reino (o primeiro diretor do Gabinete Coordenador para a Cooperação não acedeu a transmitir informações, exceto pequenas revelações feitas pelo telefone, porque segundo afirmou, espera redigir as suas próprias Memórias).

4. Fontes em formato eletrónico

ACÓRDÃO do Supremo Tribunal de Justiça, disponível em: http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/3c82098e3a7365a08025722e004f606f?OpenDocument, consultado em 20/05/2015.

A GAZETA DE MIRAFLORES, *" homenagem ao Sr. Embaixador João de Sá Coutinho, Conde de Aurora,* disponível em: http://gazetademiraflores.blogspot.pt/2012/10/homenagem-ao-sr-Embaixador-joao-de-sa.html, consultado em 1/12/2014.

ALMEIDA, São José, "Retornados Uma história de sucesso por contar "*Público* de 20/04/2014, disponível em: http://www.publico.pt/temas/jornal/retornados-uma-historia-de-sucesso-por-contar-28145408, consultado em 16/09/2015.

ALVES, Vítor, "Colonialismo e Descolonização", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 15/16/17 Maio de 1985, pp. 559-567, disponível em: www.ces.uc.pt/rccs/includes/download.php?id=252, consultado em 19/7/2013.

"Ambiguidade em Lisboa" disponível em: http://pissarro.home.sapo.pt/memorias14.htm, consultado em 16/11/2013.

Arquivo Histórico-Governo de Portugal, disponível em: http://www.portugal.gov.pt/pt/o-go verno/arquivo-historico.aspx, consultado em 29/11/2013.

A Semana, "Ramalho Eanes diz que Luís Cabral vai permanecer vivo nas nossas memórias", disponível em: http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article42175, consultado em 27/04/2015.

Associação Tchiwka de Documentação, "Aristides Pereira nos trilhos da História", disponível em: http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/aristides-pereira-nos-trilhos-da-historia, consultado em 14/06/2014.

AVILLEZ, Maria João, "Entrevista com Carlos Fabião", *Centro de Documentação 25 de Abril*, disponível em: http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=ecfabiao, consultado em 27/04/2014.

CAMÕES - Instituto Português da Cooperação e da Língua, disponível em: http://www.instituto-camoes.pt/glossario-da-cooperacao/root/centro-recursos/glossario-cooperacao#sthash.WncPFwwg.dpuf, acedido em 16/07/2015.

CARDOSO, Ciro Flamarion, *História Agora*, em 19 de março de 2007, entrevista disponível em: http://www.historiagora.com/hist%C3%B3ria-agora-n%C2%BA1/3/10-entrevista-com-o-Professor-ciro-flamarion-cardoso, consultado em 6/3/2014.

CASTANHEIRA, José Pedro, "O 25 de Abril foi a auto-derrota de uma nação", disponível em: http://expresso.sapo.pt/o-25-de-abril-foi-a-auto-derrota-de-uma-nacao=f458768#ixzz3NI6oiUr9, consultado em 23/01/2015.

CASTAÑO, David, "Abrindo a caixa de Pandora. Mário Soares e o início da descolonização", *IPRI-UNL e Tinta da China*, disponível em:

http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S164591992012000300006&script=sci_arttext, consultado em 18/11/2014.

Centro de Documentação 25 de Abril, disponível em: http://www.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakk=ms26, consultado em 29/11/2013.

CHISSANO, Joaquim, "Receávamos que o Movimento dos Capitães não desse certo", Deutshe Welle, http://www.dw.de/receávamos-que-o-movimento-dos-capitães-não-desse-certo-diz-chissano/a-17589690, consultado em 20/01/2015.

Comando Chefe das Forças Armadas de Moçambique, disponível em: http://www.25abril.org/index.php?debug=0&content=2&image=197&serie=1, consultado em 06/12/2013.

CORREIA, Pedro Pezarat, "O processo de descolonização de Angola do «25 Abril» ao «Alvor»", disponível em: file:///C:/Users/utilizador01/Downloads/DescolonizacaoPezaratCorreia.pdf, consultado em 19/06/2015.

CRAVINHO, João Gomes, "A traxectoria da cooperación oficial portuguesa", *Tempo Exterior*, nº9, julho/dezembro 2004.pp.49-66, disponível em: *http://www.igadi.org/arquivo/pdf/te_se09/te21_9_049joao_gomes_cravinho.pdf*, consultado em 1/07/2015.

CRUZEIRO, Maria Manuela, "Costa Gomes – "O Anti-Herói do 25 de Abril", disponível em: http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=thMC2, consultado em 11/2/2014.

CRUZEIRO, Maria Manuela, "25 de Novembro-Quantos Golpes Afinal?", disponível em: http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=th10, consultado em 23/02/2015.

DACOSTA, Fernando, "A surpreendente energia dos retornados", *Público* de 26, abril 1995, disponível em: http://www.espoliadosultramar.com/n4.html, consultado em 16/09/2015.

[s.a.] "Desclassificados documentos secretos dos EUA sobre Verão Quente de 1975", 40 anos/25 Abril, disponível em: http://sicnoticias.sapo.pt/especiais/40anos25abril/2014-

08-23-desclassificados-documentos-secretos-dos-eua-sobre-verao-quente-de1975, consultado em 23/08/2014.

Diário de Lisboa Online – Fundação Mário Soares, disponível em: http://www.fmsoares.pt/diario_de_lisboa/ano, consultado em 7/02/15.

Festival Conexão Lusófona, 3ª edição, "A Lusofonia chegou à rua", disponível em: http://parceiro1.hostpop.com.br/view/35010.21126.84807931.htm, consultado em 08/07/2014.

FONSECA, Embaixador Luís, "CPLP. Reserva e desconforto na utilização do termo lusofonia", *Notícias Lusófonas,16/05/2008,* disponível em: http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=21028catogory, consultado em 16/05/2008.

GLOSSÁRIO DA COOPERAÇÃO, "Ajuda Ligada" disponível em: http://www.instituto-camoes.pt/glossario-da-cooperacao/root/centro-recursos/glossario-cooperacaodisponível, consultado em 15/09/2015.

GLOSSÁRIO DA COOPERAÇÃO, "Cooperante" disponível em: http://www.instituto-camoes.pt/glossario-da-cooperacao/root/centro-recursos/glossario-cooperacao, consultado em 27/07/2105.

MATOS, Helena, "Descolonização: o terror do batalhão em cuecas", disponível em: http://observador.pt/especiais/descolonizacao-o-terror-do-batalhao-em-cuecas/, consultado em 26/02/2015.

MATOS, Helena, "Chamaram-lhes retornados", *Observador,*11 de abril de 2015, pp.40-41.disponível em: http://observador.pt/especiais/chamaram-lhes retornados/, consultado em 21/04/2015.

M'BOKOLO, Elikia "Mais qu'avons-nous fait de l´indépendence?, *Le Monde Afrique,* disponível em : http://www.lemonde.fr/afrique/article/2015/02/27/elikia-m-bokolo-mais-qu-avons-nous-fait-de-l independance_4584857_3212.html, consultado em 14/04/2015.

"MOÇAMBIQUE: "Ponto final" na devolução de bens a "espoliados", diz PM", *Notícias Lusa,* 05 de abril de 1999, disponível em: http://www2.lusa.pt/cgi-bin/noticia.pl?vsat/05ABR99/0440/, consultado em 5/04/99.

NASCIMENTO, Lopo do, "Receávamos que o movimento dos capitães não desse certo", Deutshe Welle, disponível em: http://www.dw.de/receávamos-que-o-movimento-dos-capitães-não-desse-certo-diz-chissano/a-17589690, consultado em 20/01/2015.

QUENTIN, Verreychen, "Phillippe Joutard, *Histoire et Memoire, conflits et aliance*, "Écritures de l'Histoire", Paris, La Découverte, 2013, Lectures [En ligne], Les comptes rendus, 2013, mis en ligne le 19 juillet 2013, disponível em: http://lectures.revues.org/11949, consultado em 28/02/2014.

RÁDIO VATICANO. "Paulo VI e a descolonização. "Pai de todos". O testemunho do Cardeal Silvestrini", disponível em: *http://pt.radiovaticana.va/news/2012/08/14/paulo_vi_e_a_descoloniza%C3%A7%C3%A3o._pai_de_todos._o_testemunho_do_cardeal/por-612503*, consultado em 29/04/2014.

RAFAEL, Armando, "A missão Secreta de Dar-es-Salam", *Diário de Notícias*, 20/04/2004, disponível em: http://www.dn.pt/especiais/interior.aspx?content_id=1210755&especial=A%20revolu%E7%E3o%20de%20Abril&seccao=POL%CDTICA, consultado em 13/09/2015.

"RELATÓRIO da Avaliação do CAD a Portugal em 2001", disponível em: http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/development/the-dac-journal_journal_dev-v2-2-en#page13, consultado em 07/07/2015.

SANTOS, Manuel dos, "O 25 de Abril nasceu na Guiné", Deutshe Welle, disponível em: http://www.dw.de/o-25-de-abril-nasceu-na-guiné-diz-manuel-dos-santos/a-17656412, consultado em 20/01/2015.

BIBLIOGRAFIA

1. Bibliografia geral

AFONSO, Aniceto, "Portugal de Abril. Do 25 de Abril aos nossos dias", *História Contemporânea de Portugal*, direção de João Medina, vol. III, Lisboa, Amigos do Livro Editores, 1985, pp. 36-41.

BARDIN, Laurence, *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70, 1979.

CARDOSO, Silva, *Angola. Anatomia de uma tragédia*, 5ª ed., Lisboa, Oficina do Livro, 2001.

CARRILHO, Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX: para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Lisboa, Casa da Moeda: Imprensa Nacional, 1985.

CARRILHO, Maria, *Democracia e Defesa, sociedade política e Forças Armadas em Portugal",* 1ª ed., Lisboa, Publicações D. Quixote,1994.

CASTANHEIRA, José Pedro, *Jorge Sampaio - Uma Biografia*. V., I, História de uma Geração, Lisboa, Edições Nelson de Matos, Porto Editora, 2012.

CASTAÑO, David, *Mário Soares e a Revolução,* Lisboa, Publicações D. Quixote, 2013.

CERVELLÓ, Josep Sánchez, *A Revolução Portuguesa e sua Influência na Transição Espanhola,* Lisboa, Assírio e Alvim, 1993**.**

CRUZEIRO, Maria Manuela, *Costa Gomes. O Último Marechal*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998.

CRUZEIRO, Maria Manuela, *Vasco Gonçalves - Um General na Revolução*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.

CRUZEIRO, Maria Manuela, *Melo Antunes. O Sonhador Pragmático,* Lisboa, Editorial Notícias, 1ª ed., 2004.

FERREIRA, José Medeiros, *Elementos para a Política Externa do Estado Democrático*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros,1976.

FERREIRA, José Medeiros, *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril, o período pré-constitucional*, Publicações Alfa, Lisboa, 1990.

FERREIRA, José Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares, Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no século XX*, Estampa 1992.

FERREIRA, José Medeiros, *Portugal em Transe (1974/1985), Vol. XV da História de Portugal*, direção de José Mattoso, Rio de Mouro, Lexicultural, 2002.

FERREIRA, José Medeiros, *Portugal em Transe (1974/1985), Vol. XV da História de Portugal*, direção de José Mattoso, Mem Martins, Círculo de Leitores e Autores, 2008.

FORTIN, Marie Fabienne, *O Processo de Investigação, da conceção à realização* – Loures, Décarie Editeur, direitos reservados por Lusociência, 1999.

FOX, David J., *El Proceso de Investigacion en Educacion,* revision técnica a cargo de Eduardo López López, Prof. de "Pedagogia Experimental", Universidade Complutense, Madrid, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, S.A., 1981.

GALVÃO TELLES, José Manuel, "A Revolução e a Política Externa", *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático,* II Curso Livre de História Contemporânea, Lisboa,15 a 20 novembro de 1999, organizado pela Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, coordenação científica de José Medeiros Ferreira, Lisboa, Edições Colibri, Fundação Mário Soares, Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, março de 2001, pp. 29-36.

GOMES, Bernardino, Moreira de Sá, Tiago *Carlucci vs. Kissinger, Os EUA e a Revolução Portuguesa*, Lisboa, D. Quixote, 2008

História Contemporânea de Portugal, direção de João Medina, 3 vols., Lisboa, Amigos do Livro Editores, 1985.

História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos Aos Nossos Dias, direção de João Medina, Amadora, Clube Internacional do Livro, 1995.

História de Portugal, direção de José Mattoso, XVI vols., Mem Martins, Círculo de Leitores, 2008.

JESUS, José Luís*, "*A CPLP na perspetiva dos Países Africanos", *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático,* II Curso Livre de História Contemporânea, Lisboa,15 a 20 novembro de 1999, organizado pela Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa,

coordenação científica de José Medeiros Ferreira, Lisboa, Edições Colibri, Fundação Mário Soares, Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, pp. 99-104.

JESUS, José Manuel Duarte de, *Os Relatórios Confidenciais da II Repartição do Estado Maior do Exército para o CEMGFA, 5 novembro 1974/11 Junho 1975*, Prefácio General Garcia Leandro, Coimbra, Almedina, 2013.

JOUTARD, Philippe, *Histoire et mémoire, conflits et alliance*, Paris, Ed. La Découverte, 2013.

LEITE, Luís Ferreira, *Introdução ao Direito da Cooperação*, Livros de Direito, Lisboa, Moraes Editores, 1978.

LESSARD, Michelle, GOYETTE, Hebert Gabriel e BOUTIN Gérald, *Investigação Quantitativa, Fundamentos e Práticas.* Lisboa, Instituto Piaget, 1994.

LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise mítica do destino português*, Lisboa, Gradiva, 7ª ed., 2010.

LOURENÇO, Eduardo, *Os Militares e o Poder, seguido de O Fim de Todas as Guerras e a Guerra Sem Fim*, Lisboa, Gradiva, 2013.

MANUEL, Alexandre, *Costa Gomes. Sobre Portugal. Diálogos com Alexandre Manuel*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979.

MELLO, Manuel José Homem de, *Portugal, o Ultramar e o Futuro*, Lisboa, Editora Âncora, 2009.

MENDES, Nuno Canas, *História e Conjuntura nas Relações Internacionais*, Lisboa, ISCSP Universidade Técnica de Lisboa, 2008.

MOREIRA, Adriano, *A Nação Abandonada*, Braga, Editorial Intervenção,1977.

MOTA, José Gomes, *A Resistência, subsídios para o estudo da crise político – militar do Verão de 1975*, Lisboa, Edições do Jornal Expresso, junho de 1976.

MULLER, Pierre, *Les politiques publiques*, 8ª ed., Paris, PUF, 1990.

QUIVY Raymond e VAN CAMPENHOUDT, Luc, *Manual de Investigação em Ciências Sociais,* 4ª ed, Lisboa, Gradiva, 2005.

PARDAL, Luís, SOARES LOPES, Eugénia, *Métodos e Técnicas de Investigação Social*, Porto, Areal Editores, 2011.

Portugal Contemporâneo, Vol.3, Direcção de António Reis, Lisboa, Publicações Alfa, 1996, pp.526-527.

POUCHIN, Dominique, *Portugal que Revolução? Diálogo com Dominique Pouchin*, Perspectivas e Realidades, 1976.

RAMOS, Rui (coordenador), MONTEIRO, Nuno Gonçalo e VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo, *História de Portugal*, 2ª ed., Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009.

RÊPAS, F. Marques, *...E nada mais que a verdade, relatos para a história de uma época*, Amadora, Editora Erasmus,1997.

RETO, Luís, (coordenador) e outros, *Potencial Económico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Texto Editora, 2012.

REZOLA, Maria Inácia, *Melo Antunes uma Biografia Política*, Lisboa, Âncora Editora, 2013.

RODRIGUES, Luís Nuno, *Marechal Costa Gomes no centro da tempestade - Biografia*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2008.

RODRIGUES, Luís Nuno, *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2010.

SOARES, Mário, "Portugal e a opção europeia: um breve depoimento", *Política Externa e Política de Defesa do Portugal Democrático,* II Curso Livre de História Contemporânea, Lisboa,15 a 20 novembro de 1999, organizado pela Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, coordenação científica de José Medeiros Ferreira, Lisboa, Edições Colibri, Fundação Mário Soares, Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, março de 2001, pp.63-84.

SOUSA, António Rebelo de, *Da Teoria da Relatividade Económica Aplicada à Economia Internacional e às Políticas de Cooperação*, Lisboa, Universidade Lusíada, Editora, 2004.

TELO, António José, *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade,* 1ª ed., vol. II, Lisboa, Editorial Presença, 2008.

THOMPSON, Paul, *La voz del passado. História Oral,* 1ª ed., Valência, Ed. Alfonso el Magnanim, 1988.

VÁRIOS, *A cor das Solidariedades, pela justiça e equidade nas relações internacionais, 30 anos do Cidac,* Lisboa, CIDAC, Edições Afrontamento, 2004.

VÁRIOS, *Companheiro Vasco,* 1ª Ed., Porto, Editorial Inova, 1977.

WAGNER, Tilo, "Portugal e a RDA durante a Revolução dos Cravos", *Relações Internacionais,* nº 11, IPRI, 2006.

2. Bibliografia específica

A Descolonização Portuguesa 1. Aproximação a um estudo, Grupo de Pesquisa sobre a Descolonização portuguesa, Lisboa, IDL - Instituto Democracia e Liberdade, 1979.

A Descolonização Portuguesa 2. Aproximação a um estudo, Grupo de Pesquisa sobre a Descolonização portuguesa, Lisboa, IDL - Instituto Amaro da Costa, 1982.

ALEXANDRE, Manuel Valentim, "A Descolonização Portuguesa em Perspetiva Comparada", *Portugal, os Estados Unidos e a África Austral*, coordenação de Manuela Franco, Lisboa, Fundação Luso-Americana e IPRI, Julho de 2006, pp. 31-59.

AMADO, Leopoldo, *Guerra Colonial & Guerra de Libertação Nacional 1950-1974. O caso da Guiné-Bissau,* Lisboa, IPAD, 2011.

ANTUNES, Ernesto Melo, "A Descolonização portuguesa: mitos e realidades", *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos Aos Nossos Dias,* dirigida por João Medina, vol. XIV, Clube Internacional do Livro, 1995. pp. 179-222.

COOPERAÇÃO PORTUGUESA, Uma leitura dos últimos quinze anos de cooperação para o desenvolvimento 1996-2010, Lisboa, IPAD, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2011.

CORREIA, Pezarat Pedro, "Portugal na hora da descolonização", *Portugal Contemporâneo,* vol. 3, direção de António Reis, Lisboa, Publicações Alfa, 1996, pp. 526-527.

COSTA PINTO, António, *O fim do Império Português, A Cena Internacional, a Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961 – 1975*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

CRAVINHO, João Gomes, A traxectoria da cooperación oficial portuguesa", Tempo Exterior, nº9, julho/dezembro 2004, pp. 49-66.

CRESPO, Vítor, "Balanço da Descolonização*", A Luta, apud,* Aniceto Afonso, "Portugal de Abril. Do 25 de Abril aos nossos dias", *História Contemporânea de Portugal,* coordenação de João Medina, Lisboa, Amigos do Livro, 1985, pp. 272-275.

FERREIRA, José Medeiros, *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril. O período pré–constitucional, Testemunhos Contemporâneos,* direção de António Reis, Lisboa, Publicações Alfa S.A., 1990.

FERREIRA, José Medeiros, "A Descolonização: seu processo e consequências, "*História de Portugal.* vol. XV, direção de José Mattoso, Mem Martins, 2008, pp. 56-107.

GASPAR DA SILVA, Luís, *Utopia, Seis Destinos. Política de Cooperação,* Lisboa, Quatro Margens Editora, 1997.

GUERRA, João Paulo, *Descolonização Portuguesa, O Regresso das Caravelas,* Prefácio de Melo Antunes, [1ª ed.], Lisboa, Oficina do Livro, 2009.

GOUVEIA, Jorge Bacelar, *Acordos de Cooperação Entre Portugal e os Estados Africanos Lusófonos,* 2ª edição revista, Lisboa, Cooperação Portuguesa e Revista de Cooperação,1998.

MARQUES, Alexandra, *Segredos da descolonização de Angola,* 4ª ed. Lisboa, Publicações D. Quixote, 2013.

MARQUES, Silvino Silvério, AGUIAR, Luís e SANTOS e CASTRO, Gilberto, *Os Descolonizadores e o Crime de Traição à Pátria*, 3ª edição, [s.l.] Editora Ulisseia, 1983.

PINTO, J. Filipe, *Do império colonial à comunidade de países de língua portuguesa, continuidades e descontinuidades,* Lisboa, Instituto Diplomático MNE, 2005.

PIRES, Rui Pena, *Migrações e Integração. Teoria e aplicações à sociedade portuguesa*, 1ª Ed., Oeiras, Celta Editores, 2003.

PORTUGAL 10 anos de Política de Cooperação, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1995.

SÁ, Tiago Moreira, *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*: *Gerald Ford, Henry Kissinger e o programa Secreto para Angola*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2011.

SANTIAGO, Maria José Tíscar, *O 25 de Abril e o Conselho de Estado. A questão das Actas,* Prefácio de Marcelo Rebelo de Sousa, Lisboa, Edições Colibri, 2012.

SCHNEIDMAN, Witney W., *Confronto em África. Washington e a Queda do Império Colonial Português,* Apresentação de Frank C. Carlucci, Introdução à Edição Portuguesa de Leonardo Matias, Lisboa, Tribuna da História, 2005.

25 de Abril. Documento, coordenação dos jornalistas Afonso Praça, Albertino Antunes e outros, Lisboa, Casaviva Editora, 1974.